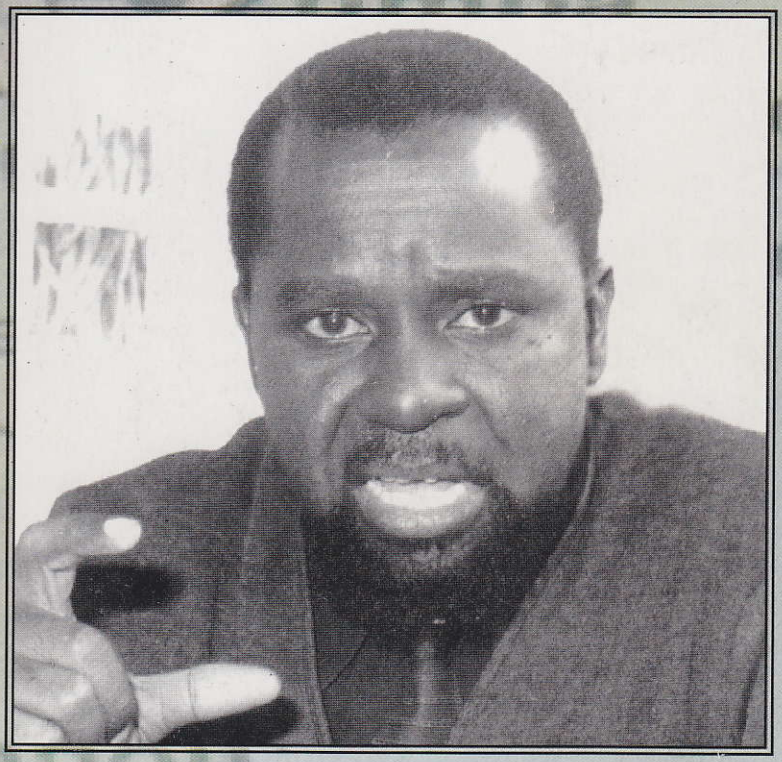
Barnabé Lucas Ncomo

URIA SIMANGO

Um homem, uma causa



A história da penosa trajectória política de um missionário nacionalista, cujo empenho e dedicação à causa da libertação do seu povo foram negados pela memória colectiva da história recente do seu país.

Edições Novafrica

URIA SIMANGO

Um homem, uma causa

ERRATA

Na presente edição, por lapso na trancrição do texto de opinião do Sr. Benedito Marime na contracapa desta obra, foram detectados alguns erros de grafia. Assim, onde se lê "...**cruza os factos de um modo jamais visto em pesquisas sobre a história recente de Moçambique e, com segurança, concluí**: ", deve se ler **"...cruza os factos de um modo jamais visto em pesquisas sobre a história recente de Moçambique e, com segurança, conclui:** ".

Igualmente, onde se lê **"Os moçambicanos vivem uma 'longa mentira', que se perpectua a bem dos interesses de um certo grupo de indivíduos"** deve se ler **"Os moçambicanos vivem uma 'longa mentira', que se perpetua a bem dos interesses de um certo grupo de indivíduos".**

Pelos transtornos causados, a Edições Novafrica apresenta ao Sr. Benedito Marime as suas sinceras desculpas, prometendo corrigir os erros em próximas edições.

NO INTERIOR DO LIVRO

Nota de rodapé 35, p. 40
Onde se lê "...radicalismo de esquerda na naquela época", deve se ler "...radicalismo de esquerda naquela época".

Nota de rodapé 38, p. 41
Onde se lê "mencionas se", deve se ler "mencionasse".

Nota de rodapé 124, p. 91
Onde se lê "...pouco mais de meia dúzia de essoas", deve se ler "...pouco mais de meia dúzia de pessoas".

Nota de rodapé 125, pp. 91, 92
Onde se lê "...não concordava que os seus membros re-membros recebessem treino...", deve se ler "...não concordava que os seus membros recebessem treino...".

Nota de rodapé 140, p. 101
Onde se lê "A NESAM", deve se ler "O NESAM".

Nota de rodapé 150, p.110
Onde se lê "...eram de nacionalidade tanzaniana e stavam...", deve se ler "...eram de nacionalidade tanzaniana e estavam...".

Nota de rodapé 279, p.178
Onde se lê "...a passarem do Comité Central de forma estarem...", deve se ler "...a passarem do Comité Central de forma a estarem..."

Nota de rodapé 259, p.218
Onde se lê "...terão sidos preparados...", deve se ler "...terão sido preparados..."

Nota de rodapé 371, p.244
Onde se lê "...Aquino de Bragança chegou a pertencer a o quadro...", deve se ler "...Aquino de Bragança chegou a pertencer ao quadro...".

Barnabé Lucas Ncomo

URIA SIMANGO

Um homem, uma causa

1.ª EDIÇÃO

A história da penosa trajectória política de um missionário nacionalista, cujo empenho e dedicação à causa da libertação do seu povo foram negados pela memória colectiva da história recente do seus país.

EDIÇÕES NOVAFRICA

Maputo, 2003

Todos os direitos reservados pelo autor e pela Edições Novafrica.

Proibida a reprodução total ou parcial, sob a forma escrita, audiovisual ou electrónica, sem a permissão expressa do autor ou da Edições Novafrica, exceptuando-se citações de excertos para crítica da obra ou antalogias filosóficas.

Título: Uria Simango – Um homem, uma causa
Autor: Barnabé Lucas Ncomo
Edição: Edições Novafrica
Av. Ho Chi Min, nº 1628, R/C
Maputo/Moçambique
Fotografia/Capa: Tempo
Fotografia/Contracapa: Colecção família Simango
Composição gráfica: Edições Novafrica
Registo n.º 4119/RLINLD/2003
Impressão e acabamento: Central Impressora e Editora de Maputo, SARL

ÍNDICE

Dedicatória 9

Agradecimento 11

Apresentação 15

Primeira parte

O FIM

M'telela: Os túmulos desconhecidos 25

Os factos 38

Do Pelotão Maldito ao efeito boomerang 45

Segunda parte

DAS ORIGENS À SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

Da infância campina à apreensão da realidade 55

A situação colonial: Dois mundos que se repelem num mesmo espaço geográfico 62

Na Rodésia: O nascimento de um missionário Revolucionário 71

Fuga: A caminho de Tanganhica 75

Terceira parte

NA TANZÂNIA E A LUTA DE LIBERTAÇÃO

Alguns contornos de um processo difícil 85

Na dor do parto de uma união 89

"Nós" e "Eles": A mítica unidade dos homens 93

A forçada convivência de duas escolas ideológicas na mesma casa 99

A caminho do I Congresso: O desenho dos vendavais que minariam a harmonia 112

Leo Milas: O misterioso homem que entornou o caldo 122

Quarta parte

UM OLHAR ÀS RELAÇÕES MONDLANE/SIMANGO

Como tudo começou 131

Da aliança por conveniência ao "nacionalismo elitista" 138

A inferioridade: Factor decisivo na tomada de posições 147

Conspiração: As alianças estratégicas 154

Eduardo Mondlane: O cérebro que a maioria não conhecia 166

O Instituto Moçambicano: "A galinha dos ovos de ouro 175

Quinta parte

O II CONGRESSO E O AGUDIZAR DO CONFLITO

Vitória a todo o custo 193

A caminho dos dias negros 203

O virar da página: Da paz aparente à morte que semeou o vendaval 210

A luta pela sobrevivência: "Kremlin" impõe os ditames da sua escola 214

A astúcia na conquista do poder político: o Poder sombra emerge do nada 220

Habilidade e táctica: dois factores decisivos na luta pela sobrevivência 238

Atravessando o deserto 251

Sexta parte

O 25 DE ABRIL E O INICIO DO FIM

Da herança maligna ao golpe de Estado que não existiu 267

O golpe de estado que a memória histórica não registou 276

Desfiando a teia 293

De uma opressão à outra: Liberdade adiada 298

A luta continua: "Morreremos a combater" 314

"Um alerta que o mundo desconheceu" 319

Sétima parte

NAS MÃOS DOS ALGOZES

Malawi na berlinda: Prisão no Aeroporto de Chileka 327

No rescaldo da contenda: Cantando Salmos 331

Código Namuli: Do rapto em Nairobi à farsa jurídica 341

Oitava parte

SIMANGO E A IDEOLOGIA POLÍTICA

Elaborando o pensamento no contexto da luta 351

Conclusão 363

Ilustração fotográfica 371

Anexos

Anexo 1: "Situação Sombria na Frelimo" 399

Anexo 2ª: "Confissão de Uria Simango" 417

Anexo 2b: "*Aqui Moçambique livre*", por R. Saavedra 439

Índice Onomástico 441

Fontes Consultadas 453

Dedicatória

À eterna memória do velho Castigo Lucas Ncomo, e a Roda Nhama Matchungamidje, meus pais.

À Madalena, minha mulher, eterna vítima da minha intransigência.

À Selinah e Uria, primeiros netos do Rev. Uria Simango.

À Maúca, Deviz e Lutero, filhos do Rev. Uria T. Simango. Que guardem no fundo dos seus seres a cruz que lhes foi destinada. E creiam em JEHOVA, Deus de Abraham e de seus pais. Sem rancor.

À Judite, Ana, Maria Flora e Joaquim, filhos de Raul Casal Ribeiro e de Lúcia Tangane. Tal como Cristo, perdoem os que não sabiam o que faziam.

A todos os que perderam seus ente queridos pela "irracionalidade" de homens em Moçambique.

A todos os moçambicanos do amanhã: Que saibam negar o mundo de violência criado pelos seus "ancestrais", erguendo um mundo seu, no amor, na concórdia, na paz e no respeito pelas diferenças.

A todos os túmulos desconhecidos no solo moçambicano, produtos da violência e da irracionalidade dos Homens de ontem. Que deles se reergam para novas reencarnações almas despidas de ódio e vingança. A bem da moçambicanidade.

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. G. Muthisse vai o meu especial apreço por me ter incentivado a escrever algo sobre o Rev. Uria Simango. Observador atento dos fenómenos sociais que caracterizaram o processo de libertação de Moçambique, Muthisse, foi a pessoa que conhecido por inerências profissionais e acompanhado as minhas poucas intervenções públicas através dos jornais, procurou-me para de mim "exigir" que começasse, com seriedade, a ponderar sobre a importância histórica de resgatar a figura de Uria Simango.

Mas apesar do Dr. Muthisse ter, de certa forma, catalisado uma ideia que já se havia enraizado em mim, acima de tudo, devo agradecer a Deus, o Omnipotente, que inexplicavelmente me destinou este desafio. Há coisas que na vida não encontram explicação através da racionalidade dos homens. Este livro tem uma história que começa em 1982, imediatamente após o meu regresso de Tete onde cumpria o serviço militar obrigatório. Na época, trabalhando eu na ALIMOC – Alimentos de Moçambique, Lda, então representante exclusiva da multinacional Nestlé em Moçambique, vivia na cidade da Beira no que popularmente era conhecido por prédio *Grelha* na fronteira entre os bairros de Chaimite e Ponta Gêa.

Nunca, em vida, havia conhecido pessoalmente o Rev. Uria Simango, senão o que se falava do homem. Em data imprecisa daquele ano, de manhã cedo, ao sair para a habitual labuta, deparo com um pedaço de papel (de jornal ou revista) perdido a centímetros da porta principal da minha casa. O fortuito papel tinha inserido nele uma fotografia de um homem que me fixava nos olhos. Paro para olhar a fotografia e não reconheço a figura, pois nem sequer a legenda debaixo da foto identificava o homem. Como que por instinto, algo me diz que aquela figura tinha algo a dizer-me. Não hesito: recolho o papel, dobro-o, e enfio-o no bolso. Chegado ao escritório recorto com todo o cuidado a fotografia e guardo-a na carteira. Comigo andaria, essa fotografia, por uma semana inteira até que em visita ao velho Castigo Lucas Ncomo, pergunto exibindo a imagem do homem:

- Pai, quem é este homem aqui?

- É Uria Simango. Onde é que arranjaste isso?.

Contei-lhe a história. A foto ficaria guardada comigo durante

longos anos. E sempre que me desse na gana ver a cara do tal "homem traidor"; do tal "vende-pátria" que na inocência dos demais condimentava estrofes em cantigas *revolucionárias* nas *banjas* e nas escolas, procurava vê-la. Até que se perdeu no meio de um dos diversos livros que possuía em casa. Seria por intermédio de um dos filhos de Uria Simango que uma cópia dessa fotografia me viria a parar às mãos, quando a ideia de produzir este livro se enraizou em mim. E como "na África negra com coisas destes não se brinca", é a fotografia que encabeça este livro. Louvado seja Deus.

Também, este livro não seria possível sem o apoio do amigo e incansável "combatente" João Cabrita. Desde a primeira hora da idealização do projecto, Cabrita foi a pessoa que mais apoio dispensou à ideia, sugerindo e fazendo chegar dados incontestavelmente seguros e sistematicamente bem organizados. De Portugal veio o imensurável apoio de Casimiro Serra, um impressionante jovem que, aos quarenta e poucos anos de idade, detem um espolio histórico de fazer inveja a qualquer biblioteca. Tanto Cabrita, como Serra são dos poucos homens que me marcaram na matéria de auto-organização.

O meu agradecimento estende-se igualmente ao Dr. Michel Cahen que, de França, respondeu a todos os meus pedidos, pesquisando em alguns arquivos naquele país os materiais que lhe havia pedido, visando sustentar esta obra.

Vai o meu especial agradecimento também para o Dr. A. Muchanga pelo apoio moral e pela colaboração na tradução de alguns materiais de Francês para Português.

A Francisco Nota Moisés, no Canadá, e ao amigo Dr. Eduardo Augusto Elias vai igualmente o meu especial agradecimento pelo denodado apoio que ambos dispensaram ao projecto. O primeiro enviou-me interessantíssimos relatos que me ajudaram a ajuizar alguns acontecimentos em Dar es-Salam e, o segundo, a meu pedido, "moveu montanhas" no Zimbabwe à procura de dados sobre Uria Simango.

Ao professor Dr. T. Nhampulo que compreendeu a natureza deste trabalho e se dignou a fazer um reparo crítico, numa perspectiva de visão histórica da obra, vão igualmente os meus sinceros agradecimentos.

A Lúcio Penda Tivane, meu ídolo contestado pelos que não o conhecem, e a Benedito Marime, vai igualmente o meu melhor apreço

pelo encorajamento. Ambos, em extremos diferentes, foram os homens que depois da primeira revisão deste livro se predispuseram a lê-lo e a sugerir o seu melhoramento.

Ao imensurável apoio moral dispensado por todos os que se dignaram a colaborar, pondo em risco suas vidas, fornecendo dados e informações sobre a pessoa do Rev. Uria Simango e sobre vários episódios da história recente de Moçambique, vão os meus sinceros agradecimentos.

A Deviz Mbepo Simango; à Sociedade Notícias e a Artur Torohate (que Deus o tenha na santa paz), vão também os melhores agradecimentos pelo apoio que dispensaram a ideia da produção deste livro, fornecendo cópias das fotografias nele inseridas, a maioria das quais conservadas há mais de trinta anos. Algumas dessas fotografias são recentes, e foram deliberadamente fornecidos a Deviz e ao irmão mais velho por alguns jornalistas e fotógrafos da história recente de Moçambique, num tempo em que a abordagem do mito Simango conduzia a temerários conflitos. Bem haja a coragem desses jornalistas que souberam entender a dor da separação forçada de uma família. Aos que ainda vivem e no seu anonimato, vão os meus sinceros agradecimentos, e aos que passaram, paz à suas almas.

APRESENTAÇÃO

"É preciso reconhecer o sentido da história para nela nos sabermos inserir, pois quando aderimos demasiadamente à história que é, deixamos de ser capazes de fazer a história que deve ser. (...) É o processo de todos os conformismos".

-Mounier-

Escrever uma biografia do Reverendo Uria Simango é um exercício difícil. A história desse homem está intrinsecamente ligada à luta de libertação nacional de Moçambique, um país cuja memória colectiva há muito se encontra ao sabor daqueles que procuram negar o papel de Uria Simango no processo da sua libertação. Isso torna natural o enviesamento do tema principal de modo a se penetrar na história do nacionalismo deste país e do desenvolvimento do processo da luta do seu povo pela sua emancipação política, económica e social. Trata-se de uma vida inteiramente dedicada à causa da liberdade que dificilmente se dissocia dos contornos da luta por essa causa.

Este trabalho constitui um subsídio de reflexão para os que querem penetrar na densa camada nebulosa que se criou em redor da história recente de Moçambique, e compreender alguns factos deliberadamente escamoteados por conveniências políticas. Não se pretende, de forma nenhuma, que sirva de instrumento didáctico para as gerações vindouras e muito menos forçar os entendidos na matéria a mudarem as teses que defenderam sobre a história contemporânea do

país. Pretende-se, sim, que se levante um frutífero debate em torno de um objecto que a muitos pertence – Moçambique, a terra mãe dos moçambicanos – tratando as feridas com o devido antídoto, numa tentativa de sará-las.

Convém que os historiadores e académicos estejam precavidos de que não encontrarão aqui o rigor científico a que estão habituados em obras de abordagem narrativa histórica, mas antes o sentimento de um cidadão cuja juventude foi vivida e ditada em parte pelas circunstâncias de um conturbado contexto histórico do seu País. Trata-se de uma narrativa elaborada sob uma perspectiva individualista e, naturalmente, a apresentação dos factos reflecte o sentimento do autor, de acordo com a visão que o patamar onde se encontrava inserido na esfera social moçambicana lhe proporcionava. Toda a violência imprimida no discurso narrativo deste trabalho é da inteira responsabilidade do autor, própria do lugar em que se situaram os excluídos e os violentados pelo sistema político instituído após a independência nacional em Moçambique.

E é igualmente preciso confessar:

Não caberá à geração do autor, ou mesmo à dos seus progenitores, rescrever com isenção a história recente deste país, dado o grau de ferimentos que violentados e violadores contrariam no decurso da *contenda*. Importa apenas, e acima de tudo, proporcionar às gerações vindouras os instrumentos de reflexão que lhes permitam rescrever a história "*que deve ser*".

A presente biografia, que antes se confunde com a história de todo um processo de libertação do que com uma biografia no verdadeiro sentido da palavra, surge em resposta a um imperativo histórico, pois a memória dos que foram devorados por um processo revolucionário encetado pelos que se assumem como detentores do monopólio da verdade, dita que é preciso denunciar, e até acusar, para que todos entendam que em Moçambique, não devia ser a Frelimo[1] "*a medida de todas as coisas*", mas sim o Homem, neste caso o moçambicano. Não devia ser a Frelimo a ditar o tempo em que os homens nesta miscelânea de *nações* podiam morrer nas mãos das autoridades de um Estado,

[1] Frelimo é acrónimo de *Frente de Libertação de Moçambique*, movimento político que lutou para a independência nacional de Moçambique. Passou a partido Frelimo a partir do III Congresso do movimento em 1977, isto é, dois anos depois da independência nacional.

com os dirigentes desse Estado a situarem-se na dianteira de processos extrajudiciais, protagonizando crimes de sangue. E nem devia caber à Frelimo o exclusivo direito de ditar uma paz de acordo com as suas conveniências, impondo *slogans* como "***vamos enterrar o passado***", como se a ela Deus tivesse conferido o poder da vida e da morte neste país. Essa histórica missão, entendemos nós, devia caber a todo o moçambicano, num exercício efectivo de retratamento, através dos órgãos democraticamente eleitos pelo povo e reconhecidos por todos.

Moçambique, como vários Estados do Terceiro Mundo, vive e viveu momentos conturbados em consequência da confrontação de interesses das potências mundiais. De antemão, qualquer espírito avisado sabe disso. Mas isso não confere e nunca deverá conferir razão da ausência de capacidade moral; da ausência de capacidade de distinção entre o bem e o mal nos povos e dirigentes dos países subdesenvolvidos e, particularmente, de Moçambique. Neste livro vão-se traçar as linhas mestras com que se coseram alguns crimes de sangue perpetrados em nome da *independência* política de um país. Alguns, certamente dirão que outras forças em Moçambique dizimaram milhares de vidas. Não se negará isso, pois uma das essências da guerra é a violência física. Somente os homens de bom senso sabem evitá-la.

Ainda, é fundamental entender que os conceitos de *concórdia* e da *democracia pluralista* nasceram com a civilização dos Homens[2]. Não brotaram na consciência dos moçambicanos em 1990 com a instituição da democracia multipartidária que surgiu como consequência da incapacidade da Frelimo de ditar as regras do jogo por via de força militar, como esse movimento/partido sempre pretendeu. Esses dois conceitos (*concórdia* e *democracia pluralista*) já existiam em 1975 quando Moçambique se tornou *independente*. Os próprios dirigentes da Frelimo, no inicio, sempre os defenderam, e provam-no alguns documentos da autoria desses dirigentes que mais tarde viriam a estar na dianteira do mais dramático totalitarismo político em Moçambique. A observância desses princípios viria a ser negada não porque fossem estranhos na consciência da família moçambicana, mas antes, por intolerância, prepotência, ignorância e ódio, indubitavelmente manifestos dos que detinham o poder político em Moçambique.

[2] Na antiguidade clássica, Péricles (± 495-430 A.C.) já advogava os valores da democracia pluralista, igualdade e liberdade.

A fim de que conste para a posterioridade, é necessário que se diga que o Rev. Uria Timóteo Simango morreu às mãos de um regime concentracionário. Não como um criminoso de delito comum, mas como um prisioneiro de consciência. E é igualmente necessário, por imperativo histórico, que se arrolem ao de Uria Timóteo Simango os nomes de outros moçambicanos que sucumbiram à prepotência duma formação política que um dia se auto-proclamou *força dirigente do Estado e da Sociedade*. E aí vamos encontrar nomes como os de Adelino Gwambe, Joana Simeão, Raul Casal Ribeiro, Mzee Lázaro Nkavandame, Padre Mateus Pinho Gwengere, Nasser Narciso Mbule, Absalam Bahule, e de muitos outros que se avolumavam à medida que o regime acumulava anos de poder *incontestado*, e que pereceram apenas por seguirem a via que os seus ideais de liberdade e democracia lhes ditavam.

Para que a história registe, é preciso que se diga que a causa pela qual pessoas como Faustino Kambeu, António Emílio Marquesa, João Unhai, Paulo José Gumane, Pedro Mapanguelane Mondlane, Celina Tapua Simango deram suas vidas, acabou por singrar. Ninguém lhes deve negar o lugar que justamente merecem ocupar na história de Moçambique.

Vamos aqui reconstituir a trajectória de um homem – o Reverendo Uria Timóteo Simango. Embora o objectivo deste exercício seja demonstrar a dimensão desse homem que a história recente de Moçambique ridicularizou, o leitor encontrará um vago retrato do homem que ele foi, pois a dimensão de Simango não deve ser medida apenas pelo exercício político desempenhado, mas, sobretudo, pelas suas virtudes humanas e altruísmo no contexto da luta contra a dominação estrangeira no seu país. É que "a essência do ser humano não se esgota apenas nas ordens políticas terrenas". Ela está consubstanciada na ordem moral e ética, e a ausência de princípios morais no comportamento humano sempre o transformou num *besta-fera*. E é igualmente como diria, já nos nossos dias, o filosofo moçambicano Severino Ngoenha: "***a moral é que promove a vida e uma vida mais humana .(...) Não existem duas morais, uma para o indivíduo e outra para a política ou para o Estado***"[3].

Simango aceitou a morte como cobaia num processo de tenta-

[3] NGOENHA, Severino, p.47

tiva de construção de alicerces para um Estado democrático de regime multipartidário. Na época, não foi entendido. Mas em matéria de mentalidade evolutiva, se se tiver em conta que muitos anos mais tarde, depois da sua morte e de uma prolongada guerra sangrenta, ao povo moçambicano é concedido o direito de escolher livremente por via do sufrágio universal livre e secreto os seus legítimos representantes, conclui-se que, comparativamente à maioria dos nacionalistas africanos da sua época, Simango foi um dos poucos que haviam despertado intelectualmente antes de muitos. De facto, como Galileu e outros pensadores clássicos, apenas depois da sua morte é que se lhe conferiu a razão. Foi dos poucos que pela experiência colhida nos países que (pela sua condição de um dos dirigentes do movimento de libertação do seu país) pisou, particularmente em África, cedo entendeu que a independência de Moçambique devia se munir de bases que lançassem a prosperidade por via de um entendimento democrático e de concórdia entre as diversas esferas sociais no país. Já em 1974, Uria Simango entendia que uma independência política de uma Nação não se dissocia do respeito pela opinião alheia. Uma independência genuína, é um processo natural que passa pela liberdade de expressão, de opinião e pelo direito do povo se associar. Simango cedo entendeu que os dogmas do totalitarismo político, tanto da extrema-direita como da extrema-esquerda, nada produziam de bem senão impor o medo de contrariar o poder político, mesmo no sentido construtivo e a bem da ordem social. Para Simango, era então imperioso quebrar o círculo vicioso do totalitarismo dos poderes políticos em África e pôr o continente ao serviço de um efectivo progresso da humanidade. E ***"Moçambique tinha um papel a desempenhar nesse desafio"***[4].

Não é intenção deste exercício transformar Simango num especial mártir pela causa da democracia em Moçambique, pois os mártires por esta causa neste país são muitos. As outras figuras que o acompanharam no seu ideal e com ele pereceram, de forma alguma teriam desempenhado um papel de somenos importância. Pelo contrário. Lhomulo Chitofo Gwambe (Adelino Gwambe), Paulo Gumane, Mateus Gwengere, Júlio Razão de Nilia e muitos outros, deixaram de forma

[4] Palavras de Uria Simango em conversa com os membros do Partido de Coligação Nacional (PCN) na cidade da Beira. Citação de José Vilanculos em entrevista com o autor. Maputo, 15 de Março de 1997.

indelével seus nomes registados na história de Moçambique. Escrevemos sobre Uria Timóteo Simango apenas por ser aquele que, de entre muitos, teria deixado alguns escritos e outros registos que nos permitem reconstituir parte do que foi a sua figura. Fizemo-lo por ser aquele que desde a primeira hora empunhou com coragem o estandarte de um processo democrático multipartidário para Moçambique.

Na sua acção de luta pela conquista da independência do seu País, Simango não só seria vítima da sua crença nos princípios que regiam (regem) a moral cristã e, consequentemente, da sua incapacidade moral de violentar seus companheiros (via que muitos encontram de sobreviver e impor-se, conquistando espaços decisórios nas sociedades humanas). Simango seria, igualmente, vítima de um escol que transportava consigo algumas experiências académicas e de associativismo; seria vítima do etnocentrismo e do tribalismo de alguns dos seus companheiros; seria vítima do nepotismo e do regionalismo, aliados a uma conspiração devidamente traçada nos cânones que ditavam as políticas do radicalismo de esquerda de então.

Feita uma análise cuidada dos factos e seus precedentes, a história dos conflitos internos na Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) revela, a partir de 1966, decorridos quatro anos após a primeira crise instalada no decurso da sua fundação, a existência de duas correntes de pensamento que se digladiariam pelo controle dos destinos da organização, na perspectiva de vir a ditar o futuro do país tanto na esfera social, como nas política e económica, alcançada que fosse a independência nacional. Aparentemente, as duas escolas – aqui, arriscamos em afirmar que uma era missionária e outra intitulava-se marxista-leninista – tinham à testa Uria Simango e Eduardo Mondlane, respectivamente, se se tiver em conta que a Frelimo do pós-Mondlane (a de Samora Machel e de Marcelino dos Santos) sempre advogou seguir os ideais desse seu primeiro presidente. Mas, de facto, a segunda, tinha como estrategas principais, Marcelino dos Santos e um grupo de moçambicanos de origem europeia e asiática, e não Mondlane como muitos julgariam. A despeito desta ilação, de forma nenhuma se pretende minimizar o papel de Eduardo Mondlane na concepção da estratégia que viria a vitimar o Rev. Uria Simango e outros nacionalistas moçambicanos. Os dados que este livro proporciona ilustram um Mondlane que surge como um homem apostado em liderar, a todo o

custo, o movimento nacionalista moçambicano e, simultaneamente, impor um *nacionalismo elitista* ditado pelos oriundos do Sul de Moçambique, enquanto que Marcelino dos Santos e o grupo de moçambicanos de origem europeia e asiática acima referidos se apresentam como os cérebros do totalitarismo de esquerda na Frente de Libertação de Moçambique e, posteriormente, no Moçambique pós independência.

Para compreender a correlação de forças nos conflitos internos que assolaram a Frelimo de 1962 a 1970 (base fundamental de estudo e análise nesta obra) é importante conhecer a trajectória individual de alguns dos mais destacáveis contendores, sobretudo dos que nessa época compunham o então Comité Executivo desse movimento e dos que trabalhavam em prol da causa da Frelimo em Dar es-Salam. É igualmente preciso conhecer com exaustão os aspectos paralelos que condicionaram o comportamento de muitos dos então membros desse órgão e dos que se juntaram a Frelimo em nome da causa de ajuda à luta de libertação dos moçambicanos.

Observado o xadrez político do nacionalismo moçambicano da época, conclui-se que o grupo dos moçambicanos de origem europeia e asiática no interior da Frelimo, que a ela se iam juntando a conta gotas, era dos poucos que *sabia o que fazia* dentro daquela organização. Desde o início da fundação daquele movimento soube se posicionar em vista dos objectivos que norteavam o seu pensamento político. Apesar de na época da fundação do movimento o presidente eleito a 25 de Junho de 1962[5] já ser um académico de mérito comprovado e oposto a qualquer espécie do totalitarismo político, Marcelino dos Santos, por exemplo, que sempre esteve presente desde o início, foi capaz de fazer passar a seus olhos, durante os trabalhos do I Congresso do movimento, um Estatuto da sua lavra, estruturado no "centralismo democrático" e, ao todo, semelhante aos estatutos dos movimentos nacionalistas da África portuguesa tais como o PAIGC e o MPLA que se inspiravam no radicalismo de esquerda. Munido de quatro armas fundamentais – académica, experiência de associativismo, inteligência e argúcia – ao juntar-se a outros moçambicanos na Frelimo, Marcelino

[5] Eduardo Chivambo Mondlane foi eleito presidente da Frelimo em Junho de 1962, e confirmado pelo I Congresso do movimento em Setembro do mesmo ano.

jogaria o papel de ponta de lança dos interesses soviéticos e da Internacional Comunista no sul do continente africano. Estrategicamente, aglutinaria à volta de Mondlane toda a nata intelectualidade de moçambicanos de origem europeia e asiática marcadamente de tendência comunista radical que, gradualmente, se ia juntando à Frelimo. Saberia também com inteligência, já com Mondlane, acomodar o "endiabrado" Samora Machel e alguns letrados oriundos do sul para com eles constituir um bloco coeso na prossecução dos seus fins.

Mas quem foi o Uria Timóteo Simango que o aparelho ideológico da Frelimo vilipendiou e escamoteou? Até onde ia o seu altruísmo e dedicação à causa que abraçou? São estas as questões que se pretendem tratar neste trabalho. Contrariamente ao que o regime da Frelimo tem propalado a respeito de Uria Simango, na nossa pesquisa encontramos um homem com uma causa a defender. Não pretendia hipotecar a sua pátria como os seus detractores nos habituaram a crer. Mesmo que se admita que Simango tenha cometido um erro de cálculo ao regressar à Moçambique em Julho de 1974, e ter tido contactos e apoios de diversos quadrantes com interesses em Moçambique, descamba-se numa enormidade quando se procura daí inferir que abdicou do projecto de "*independência total e completa de Moçambique*". Traído pelo destino, Uria Timóteo Simango acabaria caindo vítima da sua fé na doutrina cristã e nas virtudes do ser humano – como ser pensante e dotado de moral. E o que fica, entre o que a história registou em torno desse homem em Moçambique e o que ele próprio deixou como tributo da sua abnegação à causa da liberdade, é um espaço de reflexão capaz de transformar a memória colectiva em escola para desenhar o futuro de milhares de almas neste país e, quiçá, no mundo inteiro. Já George Santayana dizia: "***Os que não podem recordar o passado estão condenados a repeti-lo***".

O regime da Frelimo mentiu. O que apelidou de "*Reeducação*", nada foi senão uma criminosa via de liquidar todo aquele que ousasse, mesmo que por via de diálogo, contrariar o estabelecido dogmaticamente pelo grupo que detinha o poder político em Moçambique. Em nenhum momento a essência do termo *reeducação* foi aplicado tanto em Simango como em outros prisioneiros de consciência no Moçambique sob o regime monopartidário da Frelimo. Contrariamente ao que a classe dirigente propalava em relação às condições de vida nos seus centros de

reeducação, M'telela, onde Simango permaneceria até aos últimos dias da sua vida na companhia de outras centenas de moçambicanos, era um campo de extermínio em tudo semelhante ao sistema de Goulag e aos campos de concentração hitlerianas. E tal como aconteceu no leste europeu onde pontificaram as chamadas "ditaduras do proletariado", os crimes do totalitarismo político em Moçambique ficarão eternamente esquecidos, seguindo-se, deste modo, a regra da memória histórica dos homens, de acordo com o ponto de vista do politólogo Alain Besançon[6].

O projecto de publicação deste livro surgiu como um desafio numa época em que a *"caça às bruxas"* era uma norma estabelecida por um grupo de homens em Moçambique. Desenvolveu-se num ambiente difícil ditado pelo perigo do terreno que se pretendia pisar, o que de certa forma tornou quase impossível uma colaboração devida pelas testemunhas principais. De modo que, com a excepção das fontes escritas, a maioria das fontes orais aqui citadas estão identificadas por pseudónimos ou por duas letras maiúsculas (ex: VF) escolhidas ao acaso pelo autor, com intuitos óbvios de lhes preservar o anonimato.

Este é, portanto, o livro que o leitor tem nas mãos. Antes de "navegar" por completo nele, é igualmente importante ter em conta que o que aconteceu ao Rev. Uria Timóteo Simango não é, de forma nenhuma, um caso isolado na história da humanidade. Podem-se fazer vários estudos comparados de casos semelhantes a Simango. Em África, da década de 60 a de 70, os assassinatos e marginalizações de natureza política foram, infelizmente, uma constante em diversos países do continente. Embora a especificidade de cada crime político tenha tido

---

[6] Segundo Alain Besançon, ***"embora o nazismo e o comunismo sejam gémeos heterozigóticos, a memória histórica somente registou e se lembra dos horrores cometidos pelos primeiros"***. E isto porquê? ***"Porque*** – responde Besançon – ***as gavetas que escondiam os cadáveres das vitimas do nazismo foram abertas pelas tropas aliadas durante a II grande guerra, e feriram a consciência do mundo inteiro porque vários povos europeus ocidentais tiveram uma experiência directa com esses horrores"***. Com a excepção dos crimes dos Kmers Vermelhos de Pol Pot no Cambodja, as "gavetas" onde se armazenaram as vítimas do totalitarismo comunista no mundo e, particularmente, em Moçambique, ficarão eternamente desconhecidos, pois ninguém à elas teve acesso para verificar ou conferir. E, prossegue Besançon: ***"Na maioria dos países que saíram do comunismo nunca se fala em castigar os responsáveis que haviam matado, privado da liberdade, arruinado, embrutecido seus súbditos durante duas ou três gerações. Salvo na Alemanha Oriental e na República Checa, os comunistas foram autorizados a continuar seu jogo político, o que lhes permitiu retomar o poder aqui e ali"***. (BESANÇON, Alain, p. 2).

como pano de fundo razões díspares, o fundamental a ter em conta é que em todos os casos, o poder de decidir foi a motivação principal que moveu alguns homens a serem "lobos" de outros homens. Tal como em casos similares, o que aconteceu a Uria Simango em Moçambique deve ser analisado num contexto de uma estratégia urdida com o fito de alcançar uma hegemonia política, económica, social e cultural, e não na base do simplismo do senso comum como alguns analistas procuram reduzir a questão do nacionalismo moçambicano à dicotomia "revolucionário / reaccionário", ou "patriota / traidor".

A despeito de inúmeros constrangimentos enfrentados ao longo da pesquisa para a sua elaboração, permaneceu em nós a perseverança de continuar por todos sinuosos trilhos, dada a importância histórica que encerram. E pode-se asseverar que apesar de não ter sido possível entrevistar a maioria dos que viveram de perto alguns factos históricos aqui narrados, é ínfima a margem de erro nos relatos que se seguem, onde se privilegia a transcrição dos relatos de algumas das fontes consultadas.

O autor

Primeira parte

O FIM

M'telela: os túmulos desconhecidos

"Os homens eminentes têm a terra por túmulo. (...) Invejai, pois a sua sorte, e dizei a vós próprios que a liberdade se confunde com a felicidade e a coragem com a liberdade – e não olheis com desdém os perigos da guerra. (...), pois para um homem pleno de brio, a vergonha causado pela cobardia é bem mais dolorosa do que a morte que se enfrenta com coragem, animado por uma esperança comum."

- Péricles -

Difícil é estabelecer com exactidão as datas. O certo é que em dia impreciso do período que vai de Maio de 1977 a Junho de 1980, durante o mandato do então governador da província de Niassa, Aurélio Benete Manave, M'telela acolheu no seu solo o que restava de um homem que muito fez para a libertação de Moçambique. O Rev. Uria Timóteo Simango era barbaramente assassinado na companhia de outros moçambicanos tidos como reaccionários pelo regime totalitário da Frelimo.

O acto, executado dentro do secretísmo que caracterizava as hostes do poder político em Moçambique, só viria a tornar-se público cinco anos mais tarde com a fuga para a África do Sul de um destacado membro do Snasp[7] e pela voz da Resistência Nacional de Moçambique

[7] Snasp era a sigla do Serviço Nacional de Segurança Popular, a polícia política do regime da Frelimo, imediatamente após a *independência* de Moçambique.

(Renamo)[8] que, através da emissora radiofónica *Voz da África Livre*[9], apelava para que se informasse os filhos do Rev. Simango – então residentes na cidade da Beira – e a filha da Dra. Joana Simeão, algures na Suécia, de que os seus pais haviam sido assassinados pela Frelimo.

Apesar do tom confiante com que a *Voz da África Livre* comentava o assunto, a informação estava um tanto ou quanto desencontrada. Não indicava datas e nem as circunstâncias em que haviam ocorrido os assassinatos, para além de que matar prisioneiros, aos olhos daqueles que Lenine apelidava de *idiotas úteis* (que ainda acreditavam no *bom senso* do regime) contrariava a política de clemência que a Frelimo sempre advogou.

Nos anos subsequentes o regime manteve um mutismo total em torno da questão, criando nas pessoas uma situação de dúvida permanente sobre o destino que se dera a Uria Simango, vivendo, deste modo, tanto a opinião pública nacional como a internacional, de especulações diversas. E como o regime não admitisse qualquer espécie de contestação política no País, as pessoas, cientes das consequências que adviriam de qualquer tentativa de abordagem desta questão, foram relegando o assunto ao tempo, transformando-o em tabu. Os que, como o Padre Estêvão Mirasse, do seu púlpito em Cuamba, denunciaram o crime de M'telela, acabariam por conhecer a mesma sorte: remetidos à "*reeducação*" para depois nunca mais se ouvir deles falar[10].

Com o soprar dos ventos da democracia multipartidária em 1990, e dada a pressão exercida por órgãos de informação independentes, gradualmente, foi-se levantando o véu sobre o hediondo acto. Começaram a surgir testemunhas relatando factos relacionados com a morte de Simango e companheiros seus. Sentindo-se num beco sem saída, a Frelimo inicia a *travessia no deserto*. De soslaio admite: "*Está-se a falar de pessoas que já não existem*". Contudo, a informação continua

---

[8] Braço armado contra o regime da Frelimo. Fundado em 1977 na então Rodésia (actual Zimbabwe), inicialmente foi liderado por André Matade Matsangaiça e, posteriormente, após a morte deste em Outubro de 1979, por Afonso Macacho Marceta Dhlakama.

[9] Emissora radiofónica fundada na então Rodésia (em 1975) por alguns refugiados portugueses e moçambicanos, e que cedo viria a identificar-se com a luta da Resistência Nacional Moçambicana pouco depois da fundação do movimento em 1977.

[10] FOMBE, B., *E o padre Estêvão Paulo Mirasse candidato Sérgio Vieira?* , SAVANA, 10.12.1999.

desencontrada, pois apesar do regime admitir que as pessoas já não existiam, recusou-se, tal como nos anos difíceis do estalinismo[11], a fornecer pormenores que permitissem ajuizar os factos.

A primeira tentativa de se conciliar ideias a volta do assunto nas hostes do poder político em Maputo ocorre em 1980 quando o Comité Político Permanente da Frelimo ensaia a intenção de informar o país e o mundo sobre o destino de Simango[12]. De certa forma, ao que tudo indica, essa tentativa criou algumas desinteligências no seio do próprio partido no poder, pois um considerável número de membros da cúpula daquele partido não terá aceite partuar com a farsa que se pretendia forjar. Desde então, a Frelimo tem-se esforçado por apresentar o caso como encerrado, visto que o plano denominado *Código Namuli*, conforme mais adiante se verá, não seria levado avante.

O que se sabe sobre a morte de Uria Simango e seus companheiros gira em torno de informações colhidas junto de pessoas que de M'telela escaparam com vida, mantendo-se o silêncio dos mandantes e dos executores directos do acto. Tudo leva a crer que houve um pacto entre a classe dirigente, consubstanciado na disciplina partidária. Segundo assevera o então governador Manave:

"***Uma das características da Frelimo é a disciplina e o sigilo partidários. Ninguém está autorizado a tocar na questão Simango senão os que têm autoridade. Eu, como indivíduo singular, não tenho essa autoridade. Houve um juramento de sigilo a volta da questão e apenas a quebra oficial desse juramento poderá libertar os pactuantes para falarem do assunto. Duvido que algum dia isso aconteça. A maioria dos pactuantes está viva e acho que mesmo com a garantia de se manter seus nomes no anonimato, dificilmente podem dizer algo sobre a figura de Uria Simango.***

Conheci Simango e com ele convivi durante muitos anos. O que posso dizer é apenas que aquando da captura dos reaccionários

[1] As circunstâncias das mortes dos políticos Trotski, Zinoviev, Kamenev, Bukharin e de outros, perpetrados pelo regime de Josef Staline, na União Soviética, nunca foram conhecidas em detalhe.

[2] O Comité Político Permanente da Frelimo, prevendo possíveis transtornos no futuro, havia decidido forjar, ainda em 1980, processos crimes para legitimar as execuções extrajudiciais de Simango e outros presos políticos.

em 1974 eu era o Comandante do Campo de preparação político-militar de Nachingweia, para onde foram conduzidos esses reaccionários. Todos eram humanamente tratados e nunca torturamos alguém. Fui igualmente o governador de Niassa até 1983, altura em que de lá saí para cumprir outras tarefas que me confiaram. Nada mais posso acrescentar, senão isso"[13].

Sintomático do receio e terror psicológico que a questão provoca nos então detentores do poder político em Moçambique, passados que são décadas do silêncio absoluto, é a indisponibilidade mostrada por alguns em abordar com profundidade a "questão Simango". Tal é o caso de Óscar Monteiro, um nome sonante da vida nacional moçambicana após a independência. Monteiro afirma que apesar de ter conhecido Simango, conviveu pouco tempo com ele, pois cedo passou a representante da Frelimo em Argélia, o que, de certo modo, o impediu de o conhecer com profundidade. Pouco adiantou sobre o homem. Contudo reconhece ter tido alguns contactos com o Reverendo no contexto da luta armada de libertação nacional. Nada mais acrescentou, porque: "***ando muito ocupado e não sei quando é que terei disponibilidade para falarmos disso***"[14]. Apesar da insistência do autor, visando marcar uma entrevista para outra ocasião, Monteiro pouco interesse mostrou em abordar o assunto. Todavia, Monteiro aparecerá mais tarde a lamentar-se do fim que tiveram os presos de M'telela, dizendo que não se devia ter feito uma tal coisa, pois "***não havia razão para isso***"[15].

Joaquim Chissano, que subira ao trono depois da morte de Samora Machel em Outubro de 1986, num comício em Maputo a 9 de Janeiro de 1990, igualmente denotando perturbação, em resposta a uma questão sobre os presos políticos levantada na ocasião por um cidadão que responde pelo nome de Zebedias Jaime Machava, viria subrepticiamente a confundir a questão que lhe era colocada. Estava-se no

[13] Aurélio Benete Manave, Maputo, 22 de Outubro de 2001, entrevista com o autor.

[14] Óscar Monteiro para o autor. Maputo, 12 de Novembro de 2001. Nota: Monteiro foi membro da Comissão Política (Bureau político do Comité Central da Frelimo) imediatamente após a independência nacional.

[15] Óscar Monteiro – in RTP, programa *Independência já*!, Novembro/Dezembro de 2001.

auge da procura da paz, e uma amnistia em favor dos chamados "bandidos armados"[16], e os considerados "traidores da pátria", havia sido decretada. Corajosamente, e em resposta ao apelo formulado por Chissano para que as pessoas naquele comício apresentassem livremente as suas preocupações, implicitamnte, Machava levantou a questão de Simango e outros presos de consciência, tendo se estabelecido então com o presidente um estranho diálogo nos seguintes termos:

(Machava) – **Chamo-me Zebedias Jaime Machava. Eu vim aqui para poder apresentar algumas questões que sinto. Eu tenho acompanhado passo a passo a evolução política do nosso país, do nosso partido, e também acompanhado as iniciativas do nosso governo no sentido de estabelecer a paz neste país.**

E também queria aproveitar esta oportunidade para poder exprimir o meu sentimento perante os membros do governo, os membros do Bureau Político e membros do partido que estão aqui presentes para poder fazer chegar essa preocupação que eu tenho.

O governo da República Popular de Moçambique procedeu a uma amnistia aos bandidos armados. Essa amnistia abrange todos aqueles que estão a matar. Os que foram os primeiros bandidos que ainda permanecem no banditismo armado beneficiam dessa lei quando vierem se entregar voluntariamente, e quando abandonarem a via violenta. Estão beneficiados por essa lei.

Então, eu queria pedir a todos os membros que estão aqui para podermos também rectificar, ver também aqueles que praticaram crimes durante a luta de libertação nacional, os desertores, aqueles que desertaram ou que... aqueles que (murmúrios entre a assistência) **nós consideramos como dissidentes, aqueles que não quiseram corresponder com a linha política da Frelimo. Estes até este momento estão numa situação de privação, não é? Estão privados, não ouvimos falar deles, não se ouve quase nada, não é? Não se ouve. Não sei se existem ou já morreram, eu não sei. Portanto, eu queria que o povo moçambicano, dentro do sentimento que nós temos de amnistiar aqueles que fizeram mal, ou que fazem mal, então...**

[16] As autoridades moçambicanas referiam-se aos combatentes da Renamo por "bandidos armados".

(Chissano) – **Sim podemos responder a sua preocupação, já compreendemos.**

(Machava) – **Sim**

(Chissano) – **A amnistia era para todos, incluindo esses aí.**

(Machava) – **Sim**

(Chissano) – **Não estão excluídos. Estão amnistiados.**

(Machava) – **Estão amnistiados?**

(Chissano) – **Uns estão em Portugal, estão na América. Não são muitos. Podem vir a qualquer altura aqui e esses aí para eles a amnistia não acaba. Podem vir.**

(Machava) – **E também...**

(Chissano) – **Obrigado**

(Machava) – **Desculpe sua Excelência.**

(Chissano) – **É por causa dos outros. Temos que limitar o tempo.**

(Machava) – **Há aqueles que estão nas nossas mãos. Aqueles...**

(Voz de mulher) – **A luta continua!"**[17]

Entre as escassas informações (a maioria dos quais desencontradas) existem também acusações e ilibações caricatas que ilustram o peso de consciência que reina nos que detinham o poder político nas mãos. Fernando Ganhão, outra figura de destaque nas hostes do regime, afirma que tomou conhecimento da liquidação física de Simango posteriormente ao acontecido. Segundo ele, "***aquilo foi deci-***

[17] Rádio Moçambique, 08:22 TMG, 9 de Janeiro de 1990.

dido lá no norte sem o conhecimento de ninguém cá em Maputo. Foi "A. M." quem fez aquilo. Mandou para lá um indivíduo que andava com a filha dele. Parece que mandou liquidar esse indivíduo e, por extensão, todos os presos políticos que estavam a guarda dele em Niassa. Todos foram mortos. Samora chateou-se muito com isso. Ninguém sabia de nada cá. Mesmo Marcelino dos Santos não sabia de nada. Foi uma decisão unilateral de alguém sem consultar o próprio Chefe do Estado e a direcção máxima do partido"[18].

Por sua vez, Mariano de Araújo Matsinhe, outro proeminente membro da hierarquia da Frelimo, afirma que "***a Comissão Política não foi informada sobre a liquidação física dos presos. Samora não queria aqueles homens mortos. Queria mantê-los vivos para depois mostrar-lhes o Moçambique independente que ele sonhava. Ele foi pressionado para fazer aquilo. Nem eu, nem o presidente Chissano sabíamos da morte de Simango e de outros. Alguns passaram a saber que os presos foram liquidados através de uma informação que o presidente Chissano acabou dando em resposta a perguntas feitas por alguns moçambicanos exilados nos Estados Unidos. Foi numa reunião com moçambicanos em Nova Iorque***"[19].

Mas Matsinhe não ousa divulgar quem terá pressionado Samora Machel a fazer o que ele chama "aquilo", remetendo para a inconcebível ideia de uma Frelimo com separação de poderes, onde por um lado estava Machel dirigindo uma Comissão Política (Bureau Político) imaculada nos seus actos e, por outro, o mesmo Machel, na companhia de alguns veteranos da luta armada tais como Salésio Nalyambipano, Lagos Lidimo, Abel Asikala e alguns mais, agindo independentemente. Uma espécie de anarquia que não bate certo com a realidade, mas, em todo o caso, hipótese que não se pode descurar se se tiver em conta que o Serviço Nacional de Segurança Popular (Snasp), então instituido em Outubro de 1975, conferia ao Chefe do Estado plenos poderes de agir (em alguns momentos) num círculo restrito com os oficiais daqueles serviços, sem previa consulta aos diversos órgãos do partido no poder.

---

[18] Fernando Ganhão, Maputo, 22 de Julho de 2001, entrevista com o autor. **Nota**: A despeito de Ganhão ter apontado claramente o nome de "A.M.", o autor prefere manté-lo no anonimato, pois a tentativa de abordar o assunto com o acusado redundou em fracasso. "A.M." não aceitou falar.

[19] Mariano Matsinhe, Maputo, 9 de Novembro de 2001, entrevista com o autor.

Marcelino dos Santos, na altura segunda pessoa mais importante na hierarquia partidária foi categórico ao afirmar que a decisão de se executar sumariamente Simango e outros presos políticos fora um exemplo de "justiça altamente popular", tendo frisado:

"***Mas que se diga bem claramente que nós não estamos arrependidos da acção realizada porque agimos utilizando a violência revolucionária contra traidores, e contra traidores do povo moçambicano***"[20].

As informações existentes – fruto de mais de 15 anos de cuidadosa investigação – indicam os anos entre 1977 e 1980 como o período mais provável em que o Rev. Uria Timóteo Simango terá sido morto cruelmente. A sua esposa, Professora Celina Simango, viria a ser executada, segundo uma das fontes, em Julho de 1982 na companhia de duas outras senhoras dentre as quais Lúcia Tangane, esposa de um outro destacado prisioneiro de M'telela (Raul Casal Ribeiro), ex-comissário político da Frelimo e secretário adjunto do Departamento de Defesa após a morte de Filipe Samuel Magaia.

Apesar da tentativa de se ilibar uns culpabilizando outros, é tido como certo que Simango e os seus companheiros foram executados em conformidade com uma decisão tomada ao mais alto nível do regime da Frelimo. E, efectivamente, os crimes terão ocorrido em M'telela, salvo informação contrária por parte dos envolvidos no crime.

O *Centro de Reeducação* de M'telela situava-se a cerca de 140 quilómetros a leste da capital provincial de Niassa, Lichinga, na embocadura dos Rios Lugenda e Luambala no Distrito de Majune. Outrora um aquartelamento do exército colonial português baptizado com o nome de Nova Viseu, a Frelimo viria a transformá-lo, após a independência, em campo de concentração para prisioneiros políticos. Uria Simango foi para lá encaminhado após a sua apresentação pública em Nachingweia, em Abril e Maio de 1975, tendo chegado ao local em Novembro do mesmo ano na companhia da esposa e de outros prisioneiros.

[20] Marcelino dos Santos em entrevista à Emílio Manhique. Televisão de Moçambique, 19 de Setembro de 1997.

No início do último trimestre de 1976, um grupo de jornalistas nacionais e o cineasta mauritano Abid Med Hondo, contra todas as previsões, visitaram M'telela no âmbito de uma digressão que faziam pelo norte do País. Com a excepção de Muradali Mamadhusen, então Director Nacional de Informação no Ministério da Informação, os restantes componentes do grupo não sabiam em que local de Niassa se encontravam. De Lichinga, foram todos introduzidos em viaturas tendo seguido para um destino incerto. Chegados à M'telela, reconheceram de imediato Uria Simango e Joana Simeão. "*Na altura*" – segundo relataria um dos jornalistas –"***a nossa preocupação imediata foi ver o estado de espírito em que se encontravam esses homens e se estavam sendo bem tratados, embora o comandante do campo – um tipo alto e forte, todo ele simpático para connosco – nos tivesse garantido que os presos estavam sendo bem tratados, custou-nos a acreditar pelo semblante que ostentavam aqueles detidos. Ao responderem as nossas perguntas, os presos transmitiam no seu olhar uma mensagem de tristeza e profunda angústia. Víamos medo nas suas respostas porque estavam a volta guardas a controlar todos os movimentos. Para despistar aqueles guardas, e pôr os presos à-vontade, alguns de nós tiveram que mentir dizendo que eram jornalistas estrangeiros. Fomos fazendo perguntas em Inglês e Francês ao que Simango e Joana iam respondendo sem problemas porque os guardas não entendiam essas línguas. De regresso a Lichinga ficou combinado que nenhum jornalista deveria fazer uso do material recolhido. E como o seguro morreu de velho, Muradali recolheu tudo, desde apontamentos, filmes, gravações, etc. Esse material está algures aí em Maputo, certamente com os detentores do poder. Os presos estavam sendo maltratados. Julgo que previam um fim fatal***" [21].

De facto, o fim fatal chegaria meses mais tarde. Simango e outros presos, imediatamente à sua chegada a M'telela foram colocados em celas separadas, onde, vezes sem conta eram forçados a atender as necessidades fisiológicas no seu interior por falta de atendimento imediato dos guardas. Viam a luz solar duas vezes por semana, sempre acompanhados de sentinelas. A professora Celina Simango, não estava propriamente presa no Centro. Tinha-lhe sido construída uma palhota a poucos metros da cerca do Centro, onde coabitava com Lúcia Tangane

[21] Eliodoro Baptista, 15 de Março de 1997, conversa telefónica com o autor.

e quatro filhos menores desta. Uma vez por semana, era permitido às duas senhoras visitar os maridos no Centro, sempre acompanhadas de sentinelas.

Maria Flora Raul Casal Ribeiro, a segunda filha do casal Ribeiro, afirma que na manhã de 25 de Junho de 1977, na companhia dos irmãos, da mãe e da vovó Celina – como tratavam a esposa de Simango – aperceberam-se de um movimento pouco usual no Centro. Do pátio da sua palhota viram uma coluna de viaturas tipo *Jeep* fortemente escoltada por um dispositivo de segurança militar a penetrar no interior do Centro. Volvidos alguns minutos as viaturas saíram com os presos. ***"O meu pai acenou para nós. Mas, curiosamente, quase uma hora depois, as mesmas viaturas regressaram ao Centro, mas com menos pessoas no seu interior. Horas mais tarde, voltaram a sair e não mais regressaram"*** [22].

No dia seguinte a este acontecimento, o comandante do Centro, Afonso Mombola[23] informou à Celina Simango e Lúcia Tangane que os maridos haviam sido transferidos para Maputo. Foi lhes garantido que brevemente se juntariam a eles naquela cidade[24].

Mas a data de 25 de Junho de 1977, segundo aniversário da independência nacional, tida como o dia da saída dos presos do Centro – de acordo com Maria Flora Ribeiro – e data provável da execução dos mesmos, entra em colisão com uma das principais testemunhas de M'telela – Manuel Pereira – como mais adiante se verá. Contudo, é curioso notar que aquela data poderá, de facto, ter sido a data da execução de diversas sentenças decretadas nos corredores do poder em Maputo. Com efeito, a 25 de Junho de 1977, no outro extremo de Moçambique, na zona de Nambude em Cabo Delgado, o então director local da Contra Inteligência Militar, António Miguel, é referido como tendo presidido à execução pública de dois antigos combatentes, nomeadamente do comandante Joaquim Mandeio Muthamangue, cognominado Francisco Ndeio, e do seu adjunto Pedro Canísio.

Imediatamente após a independência nacional, Muthamangue, aliás, Francisco Ndeio, foi comandante provincial adjunto e chefe das

---

[22] Maria Flora Raul C. Ribeiro, Maputo, 10 de Janeiro de 1999, entrevista com o autor.

[23] O comandante do Centro de M'telela respondia pelo nome de Afonso Henriques Mombola.

[24] Maria Flora Raul Casal Ribeiro. Idem.

operações do comando provincial de Sofala, cujo quartel general se situava na cidade da Beira. A 12 de Outubro de 1975, depois de analisar os relatórios mensais a ele enviados pelos seus subordinados, Ndeio promoveu uma reunião no pavilhão do Ferroviário em que participaram centenas de pessoas de entre os quais quadros do governo local, oficiais das Forças de Defesa e Segurança, responsáveis dos grupos dinamizadores à nível da cidade da Beira e outros convidados. Ndeio insurgiu-se veementemente contra os desmandos perpetrados pelas forças da lei e ordem contra as populações. Acusou os soldados, a polícia e os milicianos de, em conluio com os secretários dos grupos dinamizadores, criarem um clima de terror no seio das populações na cidade da Beira e em outras paragens da província de Sofala. Finda a reunião, na cidade da Beira e no Dondo houve manifestações de apoio ao discurso de Ndeio. Dada a importância das denúncias e exortações patentes no seus discurso, a emissora da rádio a nível local retransmitiu-o durante três dias consecutivos. Igualmente, o jornal *Notícias da Beira* reportou sobre a intervenção pública de Ndeio em três números seguidos, pondo o homem num merecido pedestal[25]. Segundo Lúcio Tivane, nos muros de alguns edifícios da cidade da Beira começaram a aparecer escritas enaltecendo a figura de Ndeio. "***Se este país tivesse cinco homens como Ndeio, endireitava-se. Viva Ndeio***" – escrevia-se[26].

Contudo, a despeito de Ndeio ter sido frontal e cingido o seu discurso na linha que orientava a Frelimo, "***a sua ousadia não agradou a alguns na capital do país. Acharam que aquele discurso devia ter sido proferido pelo chefe do Estado e não por um simples chefe de operações do comando à nível de uma província. Ndeio ficou então marcado e começou a sua marginalização. Discretamente passou a suspeito político. Arranjaram forma de o matar sem que se suspeitasse que a razão fora aquela ousadia, que perturbou o Poder central. Tiraram-no da Beira para Maputo, e durante algum tempo foram fingindo com mestria que ainda contavam com ele***"[27].

---

[25] Ver Jornais NOTÍCIAS DA BEIRA, dia 14 de Outubro de 1975, pp. 1, 3, dia 15 de Outubro de 1975, p. 3 e, dia 16 de Outubro de 1975, p. 3.

[26] Lúcio Tivane, Beira, 13 de Janeiro de 2003, entrevista com o autor.

[27] Nasson Kassongo, Maputo, 17 de Março de 1999, entrevista com o autor.

Com efeito, conduzido à então cidade de Lourenço Marques, Ndeio seria mais tarde transferido para Cabo Delgado depois de um espaço de tempo em situação indefinida na capital e ter passado por Boane onde se diz ter frequentado um curso de comandantes de batalhões conhecido por *Curso 25 de Setembro*. Após o curso, Ndeio seria enviado a Cabo Delgado como comandante do batalhão de Mocímboa da Praia. Um jogo de futebol entre militares e civis que terá terminado em escaramuça, tendo em consequência provocado a morte de um civil, terá servido de pretexto para a execução de Ndeio e de Canísio. Ambos, seriam mantidos sob custódia nos inícios do primeiro semestre de 1977. Conduzidos a Maputo, foram encarcerados na cadeia da Machava. Poucas semanas antes da comemoração do segundo aniversário da independência nacional, Ndeio e Canísio foram reconduzidos a Cabo Delgado onde permaneceram presos, desta feita, na base naval da marinha de guerra. Na tarde do dia 24 de Junho, ambos, foram retirados da cela e conduzidos para a zona da ex-missão católica de Nambude. No dia 25 de Junho, perante uma numerosa multidão de populares, António Miguel é referido como tendo incitado a população a matar Ndeio e seu adjunto sob alegação de que ambos eram agentes do inimigo; que eram agentes da CIA, e que até, em tempos atrás, haviam provocado a morte de um civil num confronto entre civis e militares, confronto esse que fora provocado pela incapacidade de ambos de disciplinar os militares sob seu comando. De seguida, Miguel terá solicitado a população para que fizesse justiça pelas próprias mãos. Imediatamente, um *louco* com uma catana nas mãos, rachou, num golpe fatal, a cabeça de Ndeio que caiu estatelado no chão. Um outro correu de canivete em riste directo para os órgãos genitais do homem, cortando-os à pretexto da importância do *material* nos rituais tradicionais de feitiçaria[28].

Manuel Pereira chegou como prisioneiro ao Centro de M'telela em 1981, tendo aí permanecido cerca de seis meses numa minúscula cela individual isolado de tudo o que se passava a sua volta. Findo esse período, já moral e fisicamente debilitado, foi retirado do isolamento passando a ter contacto com outros prisioneiros. –***"Éramos muitos"*** – segundo suas próprias palavras[29]. Mais tarde, Pereira apercebeu-se

[28] Justino Napulula, Beira, 9 de Junho de 2000, entrevista com o autor. Nota do autor: Segundo dados posteriores, António Miguel viria a suicidar-se na sua casa em Abril de 1980.

[29] Manuel Pereira, Maputo, 28 de Abril de 1999, entrevista com o autor

de que se encontrava num Centro onde estivera Uria Simango e outros políticos que a Frelimo apelidava de "reaccionários". ***"Nessa altura, Simango, Joana e outros políticos já não lá estavam"***[30] – disse Pereira.

Em M'telela, Pereira conheceu Celina Simango e Lúcia Tangane. Com a excepção de Celina Simango, o Centro não possuía entre 1981 e 1983 pessoas com um nível razoável de instrução literária. O próprio comandante do Centro e a maioria dos guardas pouco sabiam para além de soletrar umas poucas palavras em português. A certa altura, de acordo com Pereira, o governador da província de Niassa, Sérgio Vieira, que substituíra Aurélio Manave em Maio de 1983, solicitou a Afonso Mombola um relatório circunstanciado sobre o Centro desde o momento da abertura do mesmo. Afonso Mombola e seu adjunto gatafunharam algo que apelidaram de relatório, que depois enviaram ao governador. Dias depois veio a informação de que o novo governador havia rasgado "aquilo" alegando que nada tinha de relatório. Vieira pretendia um relatório digno desse nome. Confrontados com a situação, o comandante e o seu adjunto viram-se em dificuldades de satisfazer o pedido. Foi então que optaram por solicitar o auxílio de Manuel Pereira. ***"Como você fala bem português, tem que nos ajudar. Escreve para nós esse seu português"***[31] – pediu o comandante a Pereira.

Pereira acedeu, mas fez notar que redigir um relatório afigurava-se-lhe tarefa difícil dado que não estava a par dos acontecimentos a relatar. Sugeriu que lhe fossem prestadas as informações necessárias bem como o acesso aos arquivos disponíveis. Aceite a sugestão, de prisioneiro Pereira passou a "secretário particular" do comandante Mombola. Foi-lhe facultado o que solicitara, e semanas depois tinha o relatório aprontado.

No decurso da tarefa que lhe fora incumbida, Pereira constatou que Uria Simango e outros políticos detidos no Centro de M'telela, haviam sido executados em Outubro de 1978. O ano de 1978 como altura provável da execução dos prisioneiros políticos voltaria a ser ventilado pelo próprio Sérgio Vieira no decurso de um debate televisivo em 2001. Ao se abordar o sistema de *reeducação* no Moçambique pós-independência, Vieira admitiu terem havido falhas durante a vigência

[30] Idem

[31] Idem, Manuel Pereira citando Mombola.

do monopartidarismo em Moçambique. Sem precisar datas, afirmou que no período entre 1978 e 1979 se haviam cometido excessos, tendo os mesmos culminado com a execução sumária de presos políticos. Em particular, Vieira afirmou ter assinado e ordenado diversas execuções extrajudiciais. Todavia, em jeito de conclusão, afirmou que não se sentia arrependido[32].

Segundo relata ainda Pereira, de acordo com os dados que lhe foram facultados, dos cerca de 1 800 presos iniciais na abertura do Centro em 1975, em 1981 restavam apenas 483. Até finais de 1983, altura em que Pereira e outros detidos foram transferidos para *Mavago 2*, à pretexto de que a Renamo planeava invadir o Centro e resgatar os presos, restavam somente 43 prisioneiros [33].

Os Factos

> *"Desejo profetizar aos meus acusadores o que virá depois disto (...). O que vos digo, a vós que mandais matar, é que logo após a minha morte, vos atingirá um castigo muito mais grave do que aquele que me infligís com esta pena. Assim procedestes, imaginando que desse modo vos livrareis das inquirições sobre o vosso modo de proceder; mas asseguro-vos, é justamente o contrário disso que vos vai acontecer. Em muito maior número serão os vossos inquiridores (...)"*
>
> - Sócrates - (*Apologia* 39 c-d)-

Numa manhã do período atrás estabelecido – 1977 / 1980 – Simango e seus companheiros de cárcere são surpreendidos com a amabilidade do Comandante do Centro, Afonso Henriques Mombola. Logo pela manhã, este, de cela em cela, foi informando o grupo dos *reaccionários* a "boa nova". Estava programada para esse dia a chegada de uma delegação do governo que desejava conversar com os prisioneiros. Uma hora mais tarde, todos os presos foram conduzidos para

[32] Sérgio Vieira, In TVM, Maputo, 15 de Outubro de 2001. Programa alusivo ao 15º aniversário do passamento de Samora Machel.

[33] Manuel Pereira, Idem.

o pátio do Centro. A coluna de viaturas a que eventualmente se referira Maria Flora Casal Ribeiro, ao avançar pelo interior do Centro, deparou com os presos em formatura indiana aguardando os visitantes. Das viaturas apearam-se algumas figuras pardas da luta de libertação nacional, o comandante da Contra Inteligência Militar (CIM), o então Comissário Político do Snasp, alguns membros do governo central e outros da administração provincial de Niassa. Após as rituais saudações os presos foram informados de que naquele mesmo dia seriam transferidos para Maputo, onde o Presidente da República pretendia com eles discutir as modalidades da sua soltura. Como não houvesse qualquer reacção dos presos e nem de outras pessoas presentes, de imediato o Rev. Uria Simango, Adelino Gwambe, o Dr. João Unhai, Paulo José Gumane, Júlio Razão de Nilia, a Dra. Joana Simeão, Raul Casal Ribeiro, o Dr. Faustino Kambeu e a senhora Verónica Namiva, foram introduzidos nas viaturas.

Segundo se escreveria mais tarde, a coluna empreendeu a marcha em direcção a Chiputo, um outro Centro de reeducação situado a leste de M'telela. Mas poucos minutos depois, parou junto à berma da estrada, após transpor a terceira ponte. Aí, os presos foram todos executados[34].

Zeca C., um militar que nos finais de 1976 fora parar a M'telela como punição por se ter envolvido em pancadaria, num dos salões do Hotel Tivoli em Maputo, com um cooperante cubano afecto na marinha de guerra, afirma que os requintes do processo da liquidação de Simango e seus companheiros só encontra similaridade em rituais satânicos. Segundo ele, "***Uria Simango e outros presos foram apeados das viaturas e de seguida amarrados dos pés às mãos. Havia já uma cova aberta por uma máquina escavadora. Nessa cova tinham posto ramos secos e muita lenha. No meio de gritos de desespero, os prisioneiros foram atirados para dentro da cova e os seus corpos regados com gasolina. Depois atearam o fogo. Os presentes à cerimónia começaram logo a entoar aquela canção revolucionária: – Frelimo a yina musho (...) Simango reaccionário (...)***"[35].

Zeca afirma ter tido conhecimento das circunstâncias das exe-

[34] CABRITA, João. , *Mozambique, The Tourtuous Road to Democracy*, p. 101.

[35] Zeca C. Maputo, 15 de Abril de 1996, entrevista com o autor. **Nota do autor**: É interes-

cuções sumárias através de indivíduos que participaram na mesma. E isso fora graças ao estatuto de prisioneiro privilegiado de que gozava. Pouco tempo após a sua chegada a M'telela, Zeca viria a forjar amizade com vários dos guardas do Centro que mais tarde teriam tomado parte na matança. Cedo conquistou a amizade de Mombola que passou a chamá-lo de *sobrinho desordeiro*. Os guardas passaram a incumbir Zeca de pequenas tarefas como cortar lenha, acarretar com água e servir refeições aos prisioneiros e aos oficiais do Centro. Praticamente só entrava na cela para dormir e era dos primeiros a acordar para as lides domesticas. Diz nunca ter sido maltratado, pois fora parar à M'telela apenas por desacatos na bebedeira com "um branco" cubano. Segundo ele, todos aqueles guardas gostavam dele e se fartavam de rir a bandeiras despregadas da sua *história*. Como igualmente fosse militar, as relações entre ele e os guardas cedo se solidificaram a ponto do Comandante do Centro lhe tratar por *sobrinho*, apenas "*desordeiro*", que ousou bater num cooperante cubano!

Seria por intermédio de Zeca que o autor deste livro um dia visitou Mombola na sua residência em Maputo, naquilo que pretendia ser o prelúdio de uma série de encontros no decurso dos quais eventualmente se esclareceriam dúvidas quanto à data do passamento físico de Simango, a forma como ele e os restantes prisioneiros políticos haviam sido executados e quais os intervenientes. Enfim, confirmar a versão de Zeca, a qual viria a ser trazida a público[36] sem que as então autoridades de Moçambique emitissem qualquer desmentido. Todavia,

---

sante reparar na similaridade de procedimentos nos defensores do radicalismo de esquerda na naquela época. No Timor Leste, por exemplo, pouco depois do golpe de estado do 25 de Abril de 1974, com a **Fretilin** na mira do controlo da situação antes da invasão Indonesa, dezenas de membros da **UDT** e da **Apodeti** (outras organizações políticas naquele país) foram executados a mando do Comité Central da **Fretilin**. O crime, que ocorreu na calada duma noite de Dezembro de 1975, fora igualmente minunciosamente preparado. Segundo um dos executores, **"o primeiro cabo Pedro Aquino** (da Fretilin) **levava uma lista de uns 25. Foram chamando um a um"**. Depois da formatura, os prisioneiros foram conduzidos para fora do quartel de Aileu, local onde haviam sido encarcerados meses antes. Com eles se atravessou uma ribeira, e a caluna dos executores mais suas presas viria a parar junto de uma vala comum previamente preparada num local chamado Aisirimu. Aí os presos foram todos executados. **"Eu soube depois que a vala já estava aberta desde as três horas da tarde"**. ("L", em entrevista a Adelino Gomes, in Jornal Público, 13 de Agosto de 2003. O sublinhado é do autor).

[36] Jornal SAVANA. Maputo, 10. 2. 1995.

Mombola viria a falecer poucas semanas depois em circunstancias estranhas, exactamente na província de Niassa para onde se havia deslocado a fim de assistir às exéquias fúnebres de sua mãe.

Dados posteriores, colhidos pouco antes da publicação desde livro, adensam ainda mais a história final do Rev. Uria Simango e seus companheiros. Para RR, os presos políticos foram executados em Junho de 1980 pouco depois da passagem de Samora Machel por Niassa a caminho de Madagáscar[37]. RR, que estava ligado as forças de defesa e segurança na cidade de Lichinga, diz que lembra-se muito bem do mês porque Samora fez uma escala rápida em Lichinga e no dia seguinte estava de volta a Maputo para anunciar a nova moeda, o metical. CF, por sua vez, citando uma fonte anónima então ligada aos serviços secretos do regime, sem mencionar com exactidão as datas, afirma que em 1977 ou 1978, Simango e os restantes prisioneiros políticos teriam sido encaminhados, de forma camuflada, para Maputo a fim de participarem num suposto julgamento. O julgamento, que não ocorreria nas barras de nenhum tribunal na cidade capital, viria a ser dirigido por altas figuras do então regime da Frelimo no quartel de Boane em Maputo. CF afirma que a sua fonte informou-o que o Rev. Simango foi severamente maltratado durante a sua audição. Permaneceu de pé quase seis horas consecutivas perante as pardas figuras que o exigiam que pedisse perdão. Alguns dos presos, aflitos, acabaram acedendo ao pedido na esperança de verem as suas penas comutadas. Contudo, a despeito do cansaço físico que denotava e a constante zombaria à sua volta, Simango negou continuamente pedir perdão. *"Não vejo razão nenhuma que me leve a ter que pedir perdão. Não fiz mal nenhum. A quem devo pedir perdão, aos senhores?"* – insurgia-se constantemente Simango, de acordo com a mesma fonte[38].

[37] RR, Maputo, 10 de Outubro de 2003, entrevista com o autor.

[38] CF, Maputo, 13 de Outubro de 2003, entrevista com o autor. Nota do autor: A despeito de CF ter revelado o nome da sua fonte, por uma questão de princípio, o autor não menciona o nome dessa fonte. Aliás, CF pediu encarecidamente que não se mencionas se tanto o seu nome como o da sua fonte.

Tal como foram trazidos para Maputo – assevera CF – Simango e os seus companheiros viriam a ser, pouco tempo depois, reencaminhados para a província do Niassa onde "***foram, de facto, executados***"[39]. Era então o fim da caminhada de um homem, e não a consumação da causa pela qual se havia batido.

A morte de Simango foi como que a consumação de uma profecia feita 52 anos antes por Timóteo Chimbirombiro Simango: "***Ndongwe***" (?!...)[40].

Decorridos alguns anos e em circunstâncias quase idênticas à forma como Simango havia sido executado, foi a vez de Celina Simango e Lúcia Tangane. Ambas foram levadas para o mesmo local onde haviam penado os esposos e aí executadas na companhia de uma outra detida, esposa de Manuel Mapfavisse, um dos famigerados algozes do Centro de M'telela também conhecido por "Bazuca". Naquele dia Celina apercebeu-se do fim que a esperava. Ao despedir-se de Manuel Pereira rogou-lhe:

-"***Meu filho, vão me matar. Se um dia saíres daqui com vida e fores a Beira, diga aos meus filhos***[41] ***que mamã pede para que estudem muito***"[42].

Pereira tentou encorajar a apreensiva senhora, que, não obstante as circunstâncias, mantinha a calma e a serenidade. Pereira disse que seria provável que fossem de facto libertá-la. Era preciso manter a esperança.

–"***Para me libertarem não precisam de tantos soldados assim!... Porque é que estes soldados estão com essas armas e com essas caras? Vão matar, eles sempre fazem isso!...***" – disse Celina[43].

[39] Idem.

[40] Timóteo Chimbirombiro Simango era o pai de Uria Simango. O sentido da palavra "**Ndongwe**", em *ndau*, será explicado no inicio do capítulo "*Das origens a socialização política*".

[41] Os filhos do casal Simango, nomeadamente, Lutero, Deviz e Maúca, viviam então na cidade da Beira.

[42] Manuel Pereira, citando Celina Simango. Idem

[43] Idem

Haviam-lhe garantido que seria transportada para Maputo onde se reuniria ao esposo. Que ela e Lúcia Tangane arrumassem os seus poucos haveres. Feito isso, foram levadas numa viatura de marca Land-Rover com "destino" a Lichinga, mas passado cerca de meia hora, a viatura regressava ao Centro, apenas com os guardas que as haviam acompanhado mais as respectivas malas.

Dias depois, segundo Pereira e Zeca, a esposa do comandante assim como outras mulheres relacionadas com o pessoal graúdo do centro, trajavam peças de roupa pertencentes à Celina Simango e Lúcia Tangane. E acrescenta Zeca:

–"***Foi um tipo makonde chamado "P" quem matou essas senhoras, por ordens do comandante. Acho que o comandante recebeu ordens de Lichinga. Elas nunca foram enterradas. Os seus corpos acabaram sendo comidos por feras.***"[44]

Tal como em relação a outros crimes políticos, as autoridades de Moçambique, manteriam, no caso de Celina Simango e Lúcia Tangane, a mesma indiferença, fria e desconcertante, e o mesmo silêncio cúmplice. O filho mais velho do casal Simango viria a passar por momentos confrangedores, envolvendo o nome da Mãe, mas com um pano de fundo em tudo diferente dos "anos da peste"[45]. Estava-se em plena *primavera* democrática, em que relativamente aos opositores do regime estendia-se a mão em vez de se desembainhar o punhal. Num tom afável, sem deixar de ser desconcertante, o primeiro-ministro do segundo governo saído das eleições livres de 1999, saudava em plena Assembleia da República, Lutero Simango, então deputado pela bancada da Renamo-União Eleitoral. Tendo conhecido o casal Simango durante a luta pela independência nacional, indagou o primeiro-ministro sobre Maúca e Deviz, irmãos mais novos de Lutero. Posto ao corrente de que os dois irmãos já eram homenzarrões, o mais novo a seguir uma formação superior em Portugal, e Deviz, engenheiro civil de profissão trabalhando para uma empresa construtora nacional, o primeiro-ministro perguntou ainda:

[44] Zeca C. Idem

[45] Pita Filipe Nhancula, "memórias indeléveis dos anos da peste". In Savana, 3 de Outubro de 1997.

"E a mamã, como é que está ela? Está cá ou na Beira?"[46]

Lutero corou. Ficou sem saber se o chefe do governo pretendia certificar-se de que o que se ouvia nos bastidores era mesmo verdade ou se estava a brincar, porque era estranho que um homem na posição dele não estivesse familiarizado com um assunto tão melindroso como aquele, que andava de boca em boca e do qual se escrevia nos jornais no país que ele dirigia. Sereno, Lutero respondeu cortesmente:

"A mãe foi também morta em Niassa. Afinal o Senhor não sabe disso?"[47].

Segundo Lutero Simango, o primeiro-ministro sentiu-se constrangido. Começou por apresentar desculpas, e enquanto se movia de um lado para outro, lamentava profundamente o sucedido:

"Sinceramente!... desculpa Mbiyo, não sabia disso. Do teu pai sempre se fala, mas que a tua mãe tivesse tido o mesmo fim, eu não sabia. Lamento bastante"[48].

M'telela havia de facto tragado alguns dos homens que ousaram lutar pela liberdade de Moçambique. Todavia, quanto aos filhos de Raul Casal Ribeiro, felizmente saíram daquele Centro com vida. Não porque o regime poupasse crianças, mas apenas porque um tio materno dos quatro menores, ao aperceber-se de que a irmã se encontrava detida na companhia dos filhos, e sendo ele aparentado com alguém influente junto do poder central e da então polícia política do regime, encheu-se de coragem e encetou diligências no sentido de manter as crianças sob sua custódia. Conseguiu retirá-las de M'telela antes de 1981. O mesmo não aconteceria aos filhos de alguns guardas do Centro, como adiante se verá.

---

[46] Lutero Simango, citando Pascoal Mocumbi, Maputo, 14 de Dezembro de 2001, entrevista com o autor.

[47] Lutero Simango, Idem.

[48] Idem. Lutero Simango citando Pascoal Mocumbi

Do Pelotão Maldito ao efeito boomerang

Manuel Mapfavisse era um dos mais temidos carrascos de M'telela desde a abertura do Centro em 1975. Estava à testa de um pelotão de guardas e, por ser mais instruído literariamente do que a maioria de outros guardas, servia de correio entre M'telela e Lichinga.

Natural de Ampara, no distrito de Búzi em Sofala, Mapfavisse havia recebido a alcunha de "o Bazuca", dada a sua estatura latagónica. Tal como o comandante e a grande parte dos que integravam a Companhia de 150 homens que guarnecia o Centro, Mapfavisse vivia com a família nas cercanias do mesmo.

A páginas tantas, a situação dos presos começou a preocupar um certo grupo de guardas. Condoía-lhes a situação de alguns presos doentes e particularmente da Dra. Joana Simeão. Como esta era ainda muito jovem, chegado o período menstrual, viam-na na sua cela a contorcer-se de cólicas sem poderem ajudá-la. Aos trapos que lhe atiravam como pensos para conter o fluxo sanguíneo, cabia a eles voltar a recebê-los através da portinhola da cela e desembaraçarem-se dos mesmos.

Deste modo, até princípios de 1977, havia em M'telela dois tipos de guardas para mesmos prisioneiros: Um grupo de defensores acérrimos da causa do regime e um outro que aparentava ser defensor dos direitos dos prisioneiros. Bazuca alinhou com o segundo grupo constituído pelo pelotão que ele chefiava. Num dia, sem dar conta da dimensão do problema que ia criar, planeia com alguns do seu pelotão a fuga de três prisioneiros dentre os quais a Dra. Joana Simeão. Mas antes, Bazuca ter-se-á queixado junto do comandante dos transtornos que aqueles três presos davam. Falou da situação de Simeão e de homens que se prezavam como tal – como aqueles guardas – terem que suportar situações que contrariam a tradição, lidando com coisas íntimas que só às mulheres diziam respeito, apenas porque a infeliz prisioneira não podia sair da cela. Aparentemente, a lamentação foi ao encontro da sensibilidade de Mombola e este, tomando a peito a questão, garantiu que encontraria uma solução. Efectivamente, Mombola encaminhou a preocupação a Lichinga, usando como argumento a tradição africana e os "perigos" que advinham de um homem lidar com coisas femininas daquele tipo. A resposta de Lichinga não se fez esperar. Veio "curta e grossa": ***"Mandem a Joana e os outros dois cortar lenha!..."***[49].

[49] Zeca C., Idem

Na gíria da guerrilha da Frelimo, especialmente desde a abertura da base *Moçambique D*, próximo de Nangololo, na província de Cabo Delgado, "cortar lenha" significava execução sumária de prisioneiros.

Recebida a *Ordem de Serviço*, Mombola incumbiria a missão precisamente a Bazuca, a quem deu aval para escolher alguns do seu pelotão para executarem a missão. Bazuca escolheu então quatro guardas dentre os que com ele conspiravam e deu instruções claras, alertando-os como deviam agir para libertarem os três presos sem levantar suspeitas.

As instruções de Lichinga haviam chegado numa altura em que o Comandante preparava uma viagem para aquela cidade, exactamente na companhia de Bazuca. Assim, achou-se por bem executar a "*missão Joana*" antes da partida, de forma a poder relatar os resultados à chefia da Contra Inteligência Militar na capital provincial.

Ao entardecer, os quatro homens, sob ordens de Bazuca, que na circunstância se viu impossibilitado de se fazer à mata dado o avalanche de trabalho que tinha que executar antes de seguir para Lichinga, retiraram os presos e encaminharam-nos para o local da execução. Chegados aí, os quatro guardas deram instruções aos presos para que escapulissem. Mas antes, terão exigido que estes lhes assegurassem possuir capacidades para alcançarem "terra firme" , isto é, o vizinho Malawi. E mais, exigiram aos presos que nunca revelassem as circunstâncias da sua fuga. O receio de possíveis transtornos recaía sobre Joana Simeão por na época o seu nome ter sido muito sonante na opinião pública moçambicana. Se reaparecesse no estrangeiro, certamente que iria complicar a vida dos guardas. Joana Simeão assegurou, então, que se manteria calada, e uma vez a salvo no estrangeiro adoptaria um outro nome como garantia de passar ao anonimato.

Tendo concordado que tudo ficaria no segredo dos deuses, os guardas dispararam alguns tiros ao acaso e depois instruíram os presos como deviam caminhar e comportar-se na densa floresta de Niassa. Iniciou assim a fuga dos três prisioneiros incómodos. Todavia, Joana ficaria para trás por não conseguir manter a passada dos seus companheiros de cárcere. Como consequência disso, viria a ser recapturada dias depois.

Mas antes, regressados ao Centro, os quatro carrascos relata-

ram os factos ao seu chefe – Bazuca – o qual, por sua vez, informou ao Comandante sobre o "pleno cumprimento" da *Missão Joana*. Sossegado, no dia seguinte, Mombola empreende então a viagem programada a Lichinga, na companhia de Bazuca para, entre vários afazeres, informar aos seus superiores hierárquicos acerca da execução da Dra. Joana Simeão e de outros dois prisioneiros.

Contudo, contrariamente às garantias dadas pelos presos, as coisas no terreno complicaram-se. Um dos prisioneiros, conhecedor da mata e natural de Majune, uma vila situada a norte de M'telela, conseguiu lá chegar pedindo protecção a familiares seus. Estes imediatamente esconderam-no, para mais tarde tratar do seu envio para o Malawi onde residiam pessoas de família. Antes, porém, o antigo prisioneiro revelaria as atrocidades cometidas pelas autoridades em M'telela e as circunstâncias da sua fuga na companhia de Joana Simeão e de outro prisioneiro. Se bem que o homem não tivesse denunciado os guardas que lhe facilitaram a fuga, não evitou que a notícia se espalhasse entre os aldeões, chegando ao conhecimento das autoridades locais.

Notificadas as autoridades em Lichinga sobre o acontecido em Majune, Mombola, ainda mergulhado nos seus afazeres na capital provincial, foi posto ao corrente da situação pelo chefe provincial da CIM. Perante o choque inicial da notícia, e longe de imaginar que Bazuca fosse a pessoa que planificou tudo, o Comandante recorre a este para com ele estudar a forma de se livrar da situação. Igualmente alarmado, Bazuca apercebe-se da dimensão do problema que criou. Precavido, ciente do que lhe aconteceria se Mombola regressasse primeiro à M'telela, sugere ao comandante do centro que permaneça em Lichinga para ultimar os seus afazeres, e que ele regressaria de imediato a M'telela para acudir à situação. Tanto Mombola como o Chefe da CIM terão concordado com a ideia e deu-se instruções para que assim que chegasse ao Centro, Bazuca perseguisse os fugitivos. Aos infractores que deixaram escapulir os presos, devia-se-lhes "mandar cortar lenha", vituperou o chefe da CIM.

De regresso a M'telela, Bazuca move-se no sentido de evitar que o seu nome se associe ao plano da fuga. Age com cautela e rapidez. Fala em surdina com os outros chefes de pelotões que ficam estupefactos com a notícia. Informa-os sobre os passos à seguir, de acordo com as instruções que trazia.

Numa missão silenciosa, os quatro carrascos foram imediatamente presos e não se lhes deu tempo para se explicarem, pois perante um quadro devidamente pintado por um homem de extrema confiança como o era Bazuca, a medida não sofreu qualquer suspeita dos restantes chefes de M'telela. Na calada da noite, os detidos foram levados para um local afastado e executados a golpes de baioneta desferidos por Bazuca e outros chefes de pelotões.

"***Aqueles tipos morreram sem perceber porquê. Primeiro porque não lhes passou pela cabeça que um dos presos foi parar ao Posto administrativo de Majune. Segundo, como cada um deles foi amordaçado, tendo uma venda colocada sobre a vista, não era possível perceber quantas pessoas estavam a sua volta. Depois foram arrastados para sítios diferentes e mortos.***"[50].

No dia seguinte a morte dos 4 guardas, iniciou a caçada aos fugitivos. Um grupo de cerca de quinze homens armados de *kalashnicovs* fizeram-se ao mato à caça dos fugitivos. A Dra. Joana Simeão viria a ser recapturada pouco tempo depois. Sozinha na mata de Majune, não conseguiu ir longe. Os guardas, ao avistarem-na, gritaram para que parasse. Por não obedecer à ordem, um dos guardas disparou, atingindo-a na mão direita. Meses depois seria sumariamente executada na companhia do Rev. Uria Simango e dos restantes prisioneiros políticos.

Cerca de uma semana após a execução dos quatro carrascos e da recaptura de Joana Simeão, Mombola regressou ao Centro tendo felicitado Bazuca pelo trabalho. Todavia, para as autoridades, os guardas de M'telela haviam vacilado. Era necessário imprimir uma maior rigidez na disciplina do Centro. Mombola regressou a M'telela com uma ordem severa para cumprir, e, aos chefes dos vários pelotões, viria a declarar:

" ***(...) o que aconteceu aqui é grave. Todos vocês sabem que isto não é brincadeira camaradas. Nós que somos responsáveis aqui podemos ser culpados e morrermos por brincadeiras de alguns desordeiros. Trago ordens que devem ser cumpridas, doa a quem***

[50] A. Viegas, Maputo, 10 de Junho de 1997, entrevista com o autor.

doer. Todos aqueles que estavam de serviço naquele dia também sabiam do jogo. Os chefes em Lichinga disseram que é preciso punir severamente todos para servir de lição para que ninguém no futuro aceite mais ser comprado ideologicamente por estes reaccionários aqui."[51] .

Dessa forma, os restantes quinze guardas de um pelotão de 20 homens comandados por Bazuca, morriam. Levados para o local da matança, foram todos executados.

Entretanto, eliminados os guardas, surgiu o problema de como se informar as esposas de alguns deles sobre o brusco desaparecimento dos maridos. A solução encontrada foi a de se liquidar não só as senhoras, mas também os filhos[52] .

Medida semelhante estava, ao que se diz, reservada aos filhos do Rev. Uria Simango. Depois de o ter mandado executar, o regime da Frelimo insistentemente endereçava convites aos filhos do casal Simango para que se deslocassem ao Niassa a fim de "visitarem" os pais. "***Os meus tios disseram-me que, por duas vezes, apareceram na Beira, vindas de Maputo, pessoas das nossas relações familiares ligadas a Frelimo. Não vou dizer os nomes dessas pessoas. Diziam que o governo queria que nós fossemos visitar os nossos país em Niassa. Nunca falavam directamente comigo. Dirigiam-se aos meus tios e os tios nunca nos diziam nada porque éramos menores, para além de que se nos dissessem nós imediatamente passaríamos a viver imaginando sempre a hora da partida para Niassa e o reencontro com os país***"[53] .

Desconfiados da "boa fé" do regime, os tios dos três rapazes sempre se opuseram. Tinham informações, vindas de outras pessoas ligadas ao poder, de que tais convites encerravam em si algo de sinistro, que culminaria com o desaparecimento dos filhos do casal Simango.

-"***Arranjem-se como puderem, mas não deixem que os meninos sigam para Niassa porque de lá não mais regressarão com vida***" [54] - diziam.

---

[51] A. Viegas citando Mombola. Idem

[52] Idem

[53] Lutero Simango, Maputo, 10 de Junho de 1987, entrevista com o autor.

[54] Lutero Simango. Idem.

Mas a uma dada altura a nostalgia provocada pela separação forçada da família ter-se-á apossada de forma dramática do filho mais velho do Reverendo Simango. O jovem optou então por arriscar, espantando a fera na sua toca. Nos fins de 1981, sem o conhecimento dos tios, Lutero escreveu uma petição ao então ministro residente na província de Sofala, solicitando-lhe que autorizasse a sua deslocação e dos irmãos a Niassa, a fim de visitar os pais. Numa reflexão retrospectiva, Lutero Simango acredita também numa possível existência de separação de poderes no seio da Frelimo daquela época, pois, segundo suas palavras, a existir um plano para os liquidar, ou o ministro residente não estava ao par dele ou, simplesmente, quis poupa-los. "***De contrário, não faria o que fez***"[55].

Com efeito, em face da petição que lhe chegou as mãos, o então ministro residente mandou chamar o rapaz. Eis o que diz Lutero Simango:

" ***Quatro ou cinco dias depois de ter recebido a minha petição, logo de manhã cedo mandou um jeep militar lá para casa do tio Francisco onde eu vivia, no bairro do Esturro. Foram lá 4 militares bem fardados e armados com AKM's. Os meus irmãos viviam no Bairro do Vaz com o tio Elijah. Como o jeep chegou antes das sete horas, ao tocarem a campainha quem abriu a porta foi o tio Francisco que se preparava para ir ao serviço. Ao deparar com dois homens armados, o velho entrou em pânico. Mas os homens acalmaram-no. Disseram-lhe que não havia problemas nenhuns. Perguntaram muito civilizadamente se era naquela casa onde vivia o filho de Uria Simango. O meu tio disse que sim mas quis saber o que se estava passando. Os homens insistiram que não havia problemas nenhuns. Tinham vindo a mando de sua excelência levar o senhor Lutero para ir ao gabinete do governo, porque sua excelência queria falar com ele. Eu ainda estava na cama. Acordaram-me. E como o velho nada sabia da carta que eu havia feito, ficou mais baralhado. Preparei-me então para seguir com aqueles homens. Os tipos até me deixaram matabichar. Estavam todos atentos aos meus gestos e sorridentes. Acho que nunca tinham visto de perto um filho de um re-***

[55] Idem

accionário!... Achavam graça me vendo comer. Depois saí com eles direitinho para o gabinete do ministro residente. Só que quando lá chego, quem me recebe não é o ministro. Foi o chefe do gabinete. O homem foi muito gentil também. Estava todo sorridente. Começou por oferecer-me um café que recusei. Depois disse que o ministro recebeu a minha carta e pediu-lhe que conversasse comigo antes de estar frente a frente com ele num encontro que se previa para a semana seguinte. Disse que o governo sabia que nós estávamos passando algumas necessidades. Que o camarada ministro deu instruções para disponibilizar uma casa recheada de mobílias e uma viatura para nos os três, etc., etc. Estavam dispostos a disponibilizar-nos uma mesada e garantir as necessidades escolares. Eu deixei-lhe falar e depois disse-lhe: ok, diga ao camarada ministro que eu aceito que o governo tome conta de nós e nos dê mundos e fundos. Mas há uma condição: Que tudo isso esteja aliado a preocupação número um, visitar os nossos pais. Que nos fosse permitido, nem que uma vez de seis em seis meses, visitar nossos país. De contrário, nada feito.

Ele disse que ia encaminhar a preocupação ao ministro. Só que nunca mais me contactaram e eu também não insisti, porque quando regressei a casa os tios estavam em alvoroço. Coitado do tio, nem foi trabalhar nesse dia. A tia Mazwiona, então, estava mergulhada num charco de lágrimas. Só parou de soluçar quando me viu a entrar. Contei-lhes o que havia feito. Nesse dia levei um bom puxão de orelhas e avisaram-me de que nunca mais queriam ouvir falar disso. Foi daí que passei a saber que já houve tentativas de levar-nos para Niassa, e tudo fora água abaixo porque outros diziam que isso significava morte certa. Isso aconteceu entre 1977 e 1978. Como eu não soubesse nada disso, durante as férias escolares de 1981, se a memória não me engana, fiz então a petição, sem conhecimento dos tios. No ano seguinte vim para a Universidade em Maputo. Nunca mais se falou do assunto, porque os tios voltaram a avisar-me que em Maputo eu tinha a missão de estudar e nada de me meter em coisas que podiam dificultar os meus estudos. Penso que eles já desconfiavam que os nossos pais estavam mortos."[56].

[56] Idem.

Bazuca saiu limpo do esquema por ele montado, mas não viveria por muito mais tempo. Nos meados de Janeiro de 1982, eclodiu no Centro de M'telela um problema de índole passional. Uma das filhas do comandante Mombola, já suficientemente donzela para atrair a *gula* dos homens, seria o centro de gravitação de dois amores: o de Manuel Mapfavisse (Bazuca) e o do jovem operador de rádio de comunicações do Centro. Enquanto Mapfavisse se esgrimia em presentear a rapariga de bugigangas que trazia de Lichinga onde constantemente se deslocava em missão de serviço e em visita a sua esposa que já nessa altura vivia naquela cidade, clandestinamente, a donzela correspondia ao amor do jovem operador de rádio, fazendo de Bazuca um bobo contente. Bazuca sabia que apesar das suas aliciantes ofertas, quem efectivamente tirava proveito da beldade da rapariga era o homem das telecomunicações que, para além de ainda jovem e com boas perspectivas de vir a casar com a rapariga, era, por outro lado, mais culto literariamente do que ele. Bazuca não encontrava formas de se desembaraçar do jovem apaixonado.

Um dia, a esposa do comandante, vê, na calada da noite, um vulto a sair da janela que dava acesso ao quarto da filha. Alarmada com a situação, informou de imediato o marido o que acabava de presenciar. Ferido no seu ego, o casal Mombola entende então pôr a filha na "prensa", para que dissesse quem havia saído pela janela naquela noite. A menina nega pelas "cinzas dos seus antepassados" ter visto alguém. O assunto não morreu por aí. No dia seguinte ao acontecimento, Mombola pôs em formatura todos os guardas que não estavam de serviço na noite anterior. Deles procura saber quem andava a saltar das janelas das meninas na calada na noite.

Enquanto aguardava pela resposta, confidenciou o sucedido à Bazuca, um que se encontrava a seu lado. Este, sem perca de tempo, sentenciou:

"***É o Radista***" – referindo-se ao jovem operador de rádio[57].

Havia muito tempo que Bazuca andava desconfiado dos movimentos do rapaz. O operador de rádio foi assim arrastado da formatura e de seguida, severamente punido. Tudo ficou por aí.

[57] Zeca C., citando Bazuca, Idem

Entretanto, a simples punição que consistiu em fazer buracos de dois metros de profundidade e tornar a tapá-los durante quatro dias consecutivos não agradou a Bazuca. O "*radista*" tinha que sair do seu caminho.

Numa das suas habituais viagens à Lichinga, Bazuca forja um documento, com carimbo e tudo, onde se lia que o "*radista*" devia ser fuzilado, porque, segundo dados em poder da Contra Inteligência Militar em Lichinga, o rapaz passava informações ao inimigo. No seu regresso ao Centro, Bazuca exibe a *Ordem de Serviço* a Mombola. Dada a *autenticidade* do documento, ao comandante nada restou senão executar a medida. Para alegria de Manuel Mapfavisse, aliás, Bazuca, o jovem "*radista*" foi executado, deixando-lhe livre o caminho para a rapariga em disputa.

Passaram-se semanas até que o comandante se deslocou a Lichinga, desta feita sem ser acompanhado de Bazuca. O jovem operador de rádio, fora, entretanto, substituído por outro, o qual, perante os insistentes pedidos de colegas em Lichinga, não ousava informá-los por via da rede de telecomunicações os pormenores do que ocorrera com o jovem colega. A notícia da liquidação do "*radista*" chegou a Lichinga por vias não claras. Os operadores de rádio naquela cidade faziam notar ao novo operador de M'telela que o assunto já constava da agenda do chefe provincial da CIM. De facto, assim que Mombola chegou a capital provincial, o chefe da CIM quis ouvir do comandante do campo de M'telela o que se passara com o jovem operador das telecomunicações daquele Centro. Mombola, perplexo e boquiaberto, apercebe-se de que algo não batia certo, pois que a execução daquele rapaz fora a mando daquele mesmo homem que agora o questionava. Não fazia sentido que o chefe local da CIM quisesse saber de histórias passadas. Decide-se a contar tudo e informa que agiu de acordo com a *Ordem de Serviço* vinda do gabinete do próprio chefe do CIM.

Em face do que acabava de escutar, o chefe da CIM aconselhou Mombola a manter-se calmo. Deu ordens para que Bazuca fosse chamado à Lichinga com a maior urgência possível.

Uma vez em Lichinga, Bazuca comparece no gabinete do chefe da CIM. A princípio não se apercebe de que havia algo de errado. Desperta quando viu o seu Comandante, de semblante pesado, a entrar e tomar lugar no gabinete sob ordens do chefe da CIM. Confrontado

com a célebre *Ordem de Serviço*, Bazuca nada soube explicar. É imediatamente preso e encaminhado para as celas do comando provincial da CIM em Lichinga. Depois de se confirmar que a *Ordem de Serviços* havia sido forjada, e que afinal, a história da fuga de Joana Simeão havia igualmente sido por si esquematizada, Bazuca viria a morrer enquanto se encontrava sob detenção em Lichinga, ao que se diz, vítima de um golpe de baioneta espetada por um outro prisioneiro. O golpe, desferido do lado inferior esquerdo do pescoço, provocou-lhe morte instantânea e um certo alívio entre alguns dos seus colegas em M'telela que já andavam cansados das peripécias de Bazuca[58].

"***A partir da morte de Bazuca começou a desvendar-se muita coisa em torno dos seus segredos e da forma como Simango e outros presos foram mortos. Mombola, apesar de na altura ser o comandante do Centro, era um homem calmo. Era apenas obediente às ordens de Lichinga e não queria problemas para ele. Bazuca não. Esse inventava ordens dele e até aldrabava Mombola. Alguns até ficaram felizes quando se soube que ficou preso em Lichinga. Quando chegou a notícia da sua morte, então é que se pulou de alegria porque era daqueles que punia a torto e a direita lá no Centro. Alguns guardas tinham cicatrizes provocadas pelas punições dele e sempre que se envolvesse em problemas pessoais com pessoas em Lichinga, arranjava forma de trazê-las como presos em M'telela para maltratá-las. Quem me conta a história dele é um dos guardas lá de M'telela, pouco tempo depois que nos chegou a notícia da sua morte***"[59].

Precavendo possíveis transtornos por parte da esposa de Bazuca que certamente não tardaria a procurar saber junto da CIM em Lichinga das causas do silêncio do marido, e dado que esta não possuía filhos ou familiares próximos naquela cidade que pudessem reclamar o seu desaparecimento, a chefia da CIM entendeu "por bem" encaminhá-la à M'telela para visitar o marido "que estava passando alguns problemas de saúde!..."[60]. A senhora havia sido colocada na mesma palhota onde viviam Celina Simango e Lúcia Tangane. Foi executada no mesmo dia com estas duas[61].

[58] Zeca C., Maputo, 17 de Abril de 1966, entrevista com o autor.

[59] Idem

[60] Idem

[61] Idem.

Segunda parte

DAS ORIGENS À SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

Da infância campina à apreensão da realidade

Pertencente à etnia Shona, variante *ndau*, Uria Timóteo Simango nasceu a 15 Março de 1926 na localidade de Maropanhe, província de Sofala. Era um dos gomos da genealogia dos Simango Wadja[62]. Deliberadamente, o pai registou o seu nascimento como tendo ocorrido em 1930 como forma de lhe permitir ingressar na escola com a idade permitida por norma e evitar que cedo fosse levado para o trabalho forçado.

Primeiro rebento do casal Timóteo Chimbirombiro Mbepo Simango e de Mandivinda Patete Tivane, – ambos camponeses – foi, à nascença, dado o nome de ***Ndongwe*** que, na língua *xindau*, exprime uma profunda e contínua dor da alma. Embora não tendo sido registado com esse nome na conservatória dos registos civis, seria por *Ndongwe* que Uria seria chamado, tanto pelos pais como por todos aqueles que o conheceram em criança e na adolescência. E *ndongwe*, o conceito, seria então a sina de Uria Timóteo Simango.

Uria passou a sua infância junto dos seus em Maropanhe e posteriormente em Machanga para onde a família viria a fixar-se após a morte de Mandivinda. Por adversidades da vida, tanto ele, como seus irmãos Mosse e Elijah, seriam registados como sendo naturais da actual localidade de Djimbawe, em Machanga. Segundo reza a história oral,

[62] Os Simango estão divididos em sete genealogias, nomeadamente, Simango Nhamucuma; Simango Wadja; Simango Nhadivi; Simango Macomba; Simango Garawanhi; Simango Gondjoi e; Simango Muthinhane.

como consequência de incursões guerreiras *ngunis*, Chiruka Simango, bisavô de Uria, teve de abandonar a região de Mussapa, algures na zona da actual província de Manica, com destino à Machanga. Chiruka Simango terá sido o primeiro homem a habitar as terras de Machanga onde hoje se localiza o posto administrativo de Chiteve (Djimbawe). A tranquilidade da terra que acabava de "descobrir", levou o velho Chiruka a empreender nova marcha de regresso às origens e de lá trazer uma multidão constituída por familiares e por outros populares que se dispuseram a acompanhá-lo até Machanga. E, de acordo com a regra consuetudinária, coube a Chiruka encabeçar todo o poder tradicional da zona por ter sido o primeiro homem a pisar o local. Contudo, cedo declinou o poder a favor de um sobrinho (do qual descenderia o chefe Chicugo Simango, também conhecido por *Thomboke*, e mais tarde o chefe Chiteve Simango), em virtude de, nas suas andanças, ter descoberto outras terras em Maropanhe, a leste de Machanga, com clima mais ameno e mais propício para a caça. Chiruka e sua família viriam então a fixar-se nessa localidade, cabendo-lhe igualmente o poder tradicional da zona.

De Chiruka nasceram dois filhos varões, Manama Simango e Mbepo Simango. Após a morte de Chiruka, Manama herdaria o trono da chefia tradicional de Maropanhe. Contudo, não deixa herdeiro. Pouco antes da sua morte, aponta para substituí-lo do cargo um sobrinho que ostentava o mesmo nome que ele. Assim, após a morte de Manama filho de Chiruka (o grande), o poder tradicional em Maropanhe é assumido então pelo seu xará, filho de "Chiruka *mudoko*" a quem se designava igualmente por "Manama *mudoko*" [63]. Terá sido a contradição entre os dogmas do cristianismo, que penetravam no seio das popula-

[63] É comum na tradição dos ndaus, e provavelmente em outras tradições, dar nomes dos familiares directos aos filhos que nascem na família. No caso em estudo, Chiruka Simango, cuja linhagem era considerada a linhagem da "casa grande do reino" pelo poder que possuía, teve um irmão que constituiu o que se considerou, na localidade de Maropanhe, de linhagem da "casa pequena" do reino. Este irmão teve um filho a quem deu o nome de Chiruka em homenagem ao Chiruka da "casa grande". É a este Chiruka que se chamou de *Chiruka mudoko* (Chiruka pequeno ou júnior). Era, portanto, primo direito de Manama e de Mbepo Simango, filhos de *Chiruka mukuru* (Chiruka grande), o chefe. Por sua vez, *Chiruka mudoko* teve dois filhos, o primeiro dos quais deu o nome de Manama (em homenagem ao primo). Este último passou a ser tratado também por *Manama mudoko*. Segundo os registos, o segundo filho de Chiruka Mudoko, Mahocha Simango, nasceu em 1902. O autor teve o privilégio de o conhecer e com ele conversar várias vezes. Morreu nos meados da década de 90 em Maputo, vítima acidente de viação.

ções de Manica e Sofala, e as exigências conferidas ao poder tradicional que ditou que os descendentes da linhagem directa de Chiruka (o grande) declinassem também o poder a favor de mais um sobrinho[64]. Deste Manama *mudoko*, descenderia então a chefatura, em Maropanhe, de Gunia, e mais tarde a de Gumbaza[65].

Seria de Mbepo Simango que nasceria Chimbirombiro Simango, o pai de Uria. Convertido ao cristianismo, Chimbirombiro adoptaria o nome de Timóteo Chimbirombiro Mbepo Simango. A morte de Mandivinda Patete, primeira mulher do velho Chimbirombiro ocorrida em Maropanhe pouco depois do nascimento de Elijah, terá sido a razão principal que moveu Chimbirombiro a abandonar o local, rumo a Machanga. Segundo se propalou na época, Mandivinda fora vítima de feitiçaria em Maropanhe, pelo que a presença da família na zona perigava não só a vida de Chimbirombiro como também dos três rapazes do casal. Deste modo, Chimbirombiro Simango migraria para Machanga, onde Uria e os seus dois irmãos viriam a ser registados como sendo daí naturais.

Como qualquer criança campina, Uria cedo aprendeu a entender o seu meio ambiente e, com perícia aprendeu a caçar, a pescar, a nadar e também a cultivar a terra. Com seu primo Kudjizwa, aprendeu a apascentar gado pertença do seu tio-avô Manama Simango, então em poder do xará deste. Juntamente com seus irmãos Mosse e Elijah, atrelava charruas às juntas de bois para lavrar a terra.

---

[64] Uma das obrigações do poder tradicional em Maropanhe, e em diversas zonas de Moçambique, é a consulta aos chefes espirituais e aos curandeiros. O cristianismo que então penetrava nas terras de Manica e Sofala negava que os seus fieis venerassem os seus antepassados ou consultassem curandeiros para o seu bem estar social. Segundo a doutrina cristã, cabe a Deus, o Omnipotente, zelar pelos vivos e mortos.

[65] Até ao momento em que se escrevia este livro, existia na localidade de Maropanhe uma séria disputa em torno do direito do poder tradicional local envolvendo alguns descendentes de Manama (netos, entenda-se) e Augusto Gumbaza, herdeiro do trono após a chefatura de Gunia. Pois, mais tarde, alguns descendentes de Manama já não aceitavam de ânimo leve a posição tomada pelo seu ancestral de ter declinado o poder. Segundo se propalou na época, até sensivelmente no inicio da década de setenta, altura em que Gunia morre calcinado na sua palhota em chamas, a disputa entre as duas famílias era uma constante. Chegou a suspeitar-se que a morte de Gunia, (pai do régulo Gumbaza) tenha sido perpetrada por pessoas ligadas a linhagem descendente de Manama, isto é, os da linhagem da "casa grande", na esperança de reaverem o poder que consideram *usurpado* no passado pela linhagem dos sobrinhos/primos, na tradição ndau. "**Morto que foi Gunia, a esperança de reconquistar o poder desvaneceu-se porque Gumbaza, ainda muito jovem e com o apoio das autoridades portuguesas, agarrou-se ao poder com autoridade, obrigando alguns descendentes de Manama a *"exilarem-se"* definitivamente na cidade da Beira**". (João Nfukwa Simango, Maputo, 10 de Novembro de 2000 – Conversa com o autor).

O pai, discípulo de Colombus Kamba Simango, figura lendária nas terras de Manica e Sofala sob a administração da Companhia de Moçambique, tê-lo-á influenciado a abraçar a Igreja, não só como meio de se realizar espiritualmente, mas também como forma de "libertar o homem e a terra", uma mensagem então muito propalada junto das populações negras por Kamba Simango pouco depois do seu regresso dos Estados Unidos da América no início da década de vinte. Assim, muito cedo, Uria foi-se apercebendo da condição de colonizado que era. A veia política que transportava consigo, ter-lhe-á sido transmitida pela família paterna, pois já o avó Mbepo Simango morrera baleado por um colono português numa praça pública por ter tido a ousadia de rasgar, na presença das autoridades, a bandeira portuguesa em protesto contra a administração colonial em Maropanhe, sua terra natal[66].

Chimbirombiro Simango fora um dos protagonistas principais do célebre motim de Machanga, ocorrido a 11 de Junho de 1953, tendo por isso sido deportado para Marrupa no Niassa. Aqui viria a cumprir uma pena de cerca de 9 anos, com trabalhos forçados, cuidando do jardim da sede daquele posto administrativo. O velho Chimbirombiro viria a regressar à Machanga anos mais tarde, depois de terminada a sua pena a 17 de Novembro de 1962. Morreria a 9 de Junho de 1989 na cidade da Beira, sempre na expectativa de voltar a abraçar o seu filho *Ndongwe*, que um dia *foi para a Tanzânia lutar contra os portugueses!*, como gostava de referir aos amigos.

O Uria político foi fruto da colonização portuguesa e, em particular, da Igreja protestante em Moçambique. Inspirando nos ideais de Colombus Kamba Simango, cresceu numa fase conturbada da história da zona centro do País, marcada por uma política de exclusão e

[66] Na mesma época em que morria baleado Mbepo Simango (ao que se supõe, em 1895) o então herdeiro do trono da chefia tradicional na Machanga, Chicugo Simango, na companhia de alguns súbditos da sua corte, era por sua vez preso e dias depois fuzilado pelas autoridades portuguesas sob pretexto de ter desobedecido a autoridade e se aliado a Ngungunhane, pois, na Machanga, Chicugo havia também mandado, por duas vezes, deitar abaixo o mastro da bandeira portuguesa. Todavia, a despeito desse heróico acto, alguns populares há muito que se queixavam de Chicugo por ter arregimentado seus filhos para engrossarem as fileiras do exército de Ngungunhane na sua marcha de regresso ao sul, vindo de Mossurize em 1889. Muitos dos jovens então arregimentados sob ordens de Chicugo nunca mais regressaram para junto das suas famílias e pouco se sabia do seu destino. Isso chegou a criar muita nostalgia e melancolia em muitas famílias em Machanga, chegando a atiçar o ódio de alguns populares contra Chicugo, pois os poucos que conseguiam escapulir-se das "garras" do monarca de Gaza relatavam horrores nas fileiras daquele homem. (Régulo Augusto Gumbaza, Maputo, 13 de Dezembro de 1998 – Entrevista com o autor).

opressão instituída pela majestática Companhia de Moçambique. Caracterizado pelas autoridades coloniais como um homem perigoso para os interesses portugueses e dotado de eloquência apreciada pelos negros[67], foi educado numa missão protestante (Escola da Associação Cristã Evangélica Portuguesa de Culto, Ensino e Beneficência de Manica e Sofala) até 1944, altura em que as autoridades, desconfiadas da verdadeira essência do projecto de Igreja e ensino traçado pelo Rev. Guilherme Tapera Nkomo e sua esposa Rosalina Lithuli Nkomo, com o apoio dos Reverendos Samuel Ernesto Simango e Aquilas Ngwenha, mandaram encerrar a Igreja e o estabelecimento de ensino que funcionavam no mesmo local na cidade da Beira[68]. Perseguidos pelas autoridades, o velho Nkomo e sua esposa acabaram por se exilar na Rodésia do Sul onde prosseguiram sua obra missionária, tendo regressado à Moçambique apenas após a Independência Nacional.

Um dos que privou com Uria nos tempos da Beira, foi o Rev. Lino Nkomo. São dele estas observações sobre a maneira de ser de Uria:

"Uria foi sempre um rapaz de ideias fixas. Repare que na altura em que estávamos a estudar na Escola-Igreja no Esturro sob a protecção do Pastor Nkomo e do Evangelista Samuel Simango, Uria e outros alunos fundaram aí, sem o consentimento dos Reverendos, uma equipa de futebol, o Beira Mar. Uria era um dos jogadores. Só que os dogmas traçados pelos dirigentes da Igreja eram duros e havia um conceito errado sobre a conduta de um cristão e a de um ateu. Os pastores entendiam que os cristãos se deviam distanciar de certas práticas terrenas e, para eles, o futebol, o cinema, a música e o consumo de bebida alcoólicas e de tabaco, mesmo em moldes regulados, eram hábitos de ateus. Assim que os Reverendos Nkomo e Samuel Simango souberam que alguns de nós andavam

[67] QUINTINHA, Santana, p. 380.

[68] Na época em que Uria Simango chega a cidade da Beira para estudar, a Escola / Igreja já se localizava próximo da entrada principal do Cemitério de Santa Isabel, no Bairro do Esturro. Ainda hoje é popularmente conhecida como Igreja *Ka Nkomo*.

metidos no futebol, puniram-nos. A punição consistiu em dormirmos fora do lar, que era anexo à Igreja. De cócoras no corredor da Igreja onde pernoitamos sob o frio, cumprindo o castigo, Uria jurou que um dia seria pastor de homens e iria pôr termo a esses dogmas. Só que nem foi preciso ele crescer para os velhos pastores mudarem de ideias. Assim que alguns pastores brancos, que cooperavam com a Igreja, souberam da punição, pregaram um sermão aos nossos velhos. Disseram-lhes que a prática do desporto era importante para a saúde e eles também deviam praticar o desporto em vez de punirem os rapazes. Meses depois o próprio Rev. Samuel Simango, para além de ser o nosso professor, passou a ser também treinador do Beira-mar."[69].

Encerrada a Igreja-Escola por ordens das autoridades, e enquanto se aguardava nova oportunidade de regressar aos estudos, dado que já possuía bons fundamentos aritméticos, por influência do missionário Pierre Loze[70], na companhia de Silvério Rafael Nungu, Uria foi contratado para trabalhar como conferente do *City Stores*, um estabelecimento comercial na baixa da cidade da Beira, que na altura era propriedade do cidadão suiço Ernest Linder.

Na sua nova actividade, Uria não prescindiu do seu projecto de estudar. Dotado de um espirito progressivo, em 1945, pretendendo ingressar numa missão católica, tentam forçá-lo a rebaptizar-se, desta feita católico, como única via para poder matricular-se na escola da missão. Não tendo cedido, acabou por abandonar o país, rumo a Mis-

---

[69] Rev. Lino Nkomo. Maputo, 7 de Junho de 2000, entrevista com o autor. De notar que na cidade da Beira, existia na época uma associação denominada Grémio Negrófilo de Manica e Sofala que, mais tarde, passaria a designar-se Núcleo Negrófilo de Manica e Sofala. A maioria dos membros desse Núcleo eram cristãos e entraram em desinteligências com os dogmas da Igreja do Reverendo Tapera Nkomo. Passaram então a fazer cultos religiosos algures na zona de Chipangara Mussanga, um dos subúrbios da cidade da Beira, onde, para além de evangelizar, em contraposição à fundação de uma equipa de futebol na Igreja do Rev. Nkomo, igualmente fundaram uma outra equipa popularmente conhecida por *Grupo Desportivo Unidos*.

[70] A despeito de já reformado e então a residir na vila fronteiriça de Untali na Rodésia, Pierre Loze mantinha os seus contactos com os seus fieis em Manica e Sofala. Regularmente visitava a cidade da Beira e a Igreja de Cristo Ramo de Manica e Sofala que ajudara a fundar nos fins da década de 30.

são Protestante Americana de Mount Silinda em Chipinge, a sul da actual cidade de Mutare, no Zimbabwe. Concluídos os estudos naquela missão, regressou em 1951 à Beira, como professor. Contudo, dois meses mais tarde seguia na companhia de outros jovens da sua Igreja para Lourenço Marques, a fim de cursar o ministério pastoral.

Na capital moçambicana, Uria foi o mais notável no estágio bíblico durante o primeiro ano do curso, tendo desse modo sido o primeiro do seu grupo a beneficiar do curso do pastorado[71]. Concluídos os estudos e tendo sido graduado em teologia pastoral na Missão Suiça em Dezembro de 1955, regressou à Beira tendo, em Janeiro de 1956, sido ordenado Pastor na Igreja de Cristo Ramo de Manica e Sofala.

Em 1957 foi-lhe concedida uma bolsa de estudos por uma instituição religiosa nos Estados Unidos da América. Todavia, as autoridades coloniais impediram-no de se ausentar de Moçambique para prosseguir os estudos. Segundo pessoas da época, a recusa fundava-se no facto de, até então, estarem frescos na memória das autoridades portuguesas os transtornos causados por Kamba Simango[72] aquando do seu regresso dos Estados Unidos à cidade da Beira. Certamente, as autoridades consideravam ser perigoso se Uria trilhasse os mesmos caminhos que Kamba. Para além do mais, vivia-se nessa altura outra turbulência causado por um outro Simango – o Sixpence – promotor do Núcleo Negrófilo de Manica e Sofala[73]. A coberto do Núcleo, Sixpence Simango e seus correligionários, os *negrófilos*, como habitualmente se identificavam os membros do Núcleo, transformaram-se em ouvido e fiéis mensageiros das populações negras perante as autoridades. Contra as sevícias infringidas pelas autoridades coloniais contra a população negra, o Núcleo Negrófilo de Manica e Sofala destacava-se nos pronunciamentos em nome dos oprimidos.

---

[71] Rev. Arão Zacarias Machate Ngwenha. Maputo, 8 de Março de 1999, entrevista com o autor.

[72] Kamba Simango, foi, segundo dados disponíveis, o primeiro moçambicano de raça negra a adquirir uma formação superior nos E.U.A. Morreu vítima de atropelamento em Acra (Capital do Gana) poucos meses depois de um encontro com Eduardo Mondlane naquela cidade.

[73] Em 1935, a designação do Núcleo era Grémio Negrófilo de Manica e Sofala. Os seus Estatutos, já com a designação "Núcleo" foram publicados na portaria nº 6752, de 4 de Janeiro de 1947.

A situação colonial: Dois mundos que se repelem num mesmo espaço geográfico

A cidade da Beira caracterizava-se então por um acentuar de discriminação racial, estando, como acontecia em diversas partes de Moçambique, as populações de raça negra confinadas às zonas suburbanas onde as condições de saneamento e higiene eram completamente lastimáveis, comparadas à zona urbana onde residia a maioria da população de raça branca. Com a onda de independências concedidas às colónias africanas, a preocupação imediata das autoridades portuguesas foi procurar conter qualquer manifestação de carácter nacionalista. Para tal, massivas rusgas eram efectuadas pela polícia política do regime, visando medir o pulsar do nacionalismo entre as massas colonizadas. Contrariamente ao que acontecia em Lourenço Marques onde se podiam ver pessoas de diversas raças a conviver entre si, ou fazendo-se transportar nos mesmos autocarros, na Beira o racismo e a discriminação social eram patentes. O fenómeno acabaria por incutir nas pessoas complexos, tanto de superioridade, no caso de brancos, como de inferioridade, no caso de negros.

Era igualmente estratégia do colonialismo a promoção de actos de banditismo nos bairros destinados a negros, numa tentativa de angariar as simpatias por parte das vítimas dos "mabandidos" em relação às autoridades que iam em seu socorro. O Reverendo Arão Zacarias Machate Ngwenha recorda que, em 1952, ao chegarem a Lourenço Marques, os jovens oriundos da Beira sentiam-se embaraçados perante o comportamento das pessoas de Lourenço Marques. "***Embora não acontecendo o mesmo com Uria, por trazer consigo outro estilo de vida devido à temporada passada na Rodésia onde esteve a estudar, os nossos colegas de curso, naturais do Sul de Moçambique, interrogavam-se da razão do nosso acanhamento perante um branco. Nos machimbombos, os meus colegas do Khovo reparavam como eu me sentia aflito sentado junto a um branco. Era capaz de ceder o meu lugar a um branco, mesmo que fosse um garoto de escola. Não viam razão para o meu comportamento até que um dia lhes disse: Isto que vocês vivem aqui em Lourenço Marques é diferente daquilo que nós vivemos na Beira. Na Beira não se apanha o mesmo autocarro com um branco. Você não entra no Cinema Nacional na Baixa citadina!...***" [74].

[74] Rev. Arão Zacarias Ngwenha, Idem

Ainda nos anos 50, ao nível recreativo, a população negra da cidade da Beira estava confinada aos improvisados campos nos subúrbios negros onde o futebol era o desporto que arrastava multidões aos fins-de-semana. Mais tarde, o campo da Missão Benedito nos arredores da Manga acolheria os jogos da maioria das equipas de futebol fundadas por negros nas zonas suburbanas. Contudo, dos vários talentos aí nascidos nenhum teve acesso a equipas portuguesas de renome. Para um negro jogar nelas, ou tinha de possuir o estatuto de assimilado, ou ter completado a quarta classe do ensino primário.

No ensino também se fazia sentir a discriminação. Nas escolas oficiais contavam-se pelos dedos os filhos de negros assimilados. A maioria de cidadãos de raça negra que quisesse educar os filhos tinha de recorrer às missões católicas, no Bairro da Munhava, na Manga, em Murraça e no Zóbue, ou ainda, a missões protestantes em Inhambane. Alberto Sithole, um nacionalista moçambicano que se iniciou na política nas fileiras da ZAPU na então Rodésia do Sul, nos fins de 1961, acabou por sair da Beira em 1954 devido à discriminação de que era alvo. Segundo Sithole, na época estudava na Escola Eduardo Vilaça, na Ponta Geia. As relações com os colegas e professores eram frias. "***Perguntavam-me sempre como é que eu havia ido parar aquela escola. Vocês deviam ter vossas escolas – diziam-me. Nos fins de 1953 chegou à cidade da Beira um engenheiro vindo de Lourenço Marques. Houve necessidade de se arranjar um lugar na escola para o filho estudar. Foi aí que a situação piorou. Decidi mudar-me para o Colégio Luís de Camões que era também maioritariamente de brancos. Foi nesse colégio, em Dezembro de 1954, que o caldo se entornou. Envolvi-me em pancadaria com um colega branco. Eu tinha razão. Só que em vez de puxarem as orelhas ao colega branco, quiseram-me maltratar. Até apareceu por lá a polícia, montada a cavalo. Andavam à minha procura. Decidi fugir para casa do Soares no Búzi. A minha intenção era esconder-me em casa de Samuel Dhlakama***"[75] .

O regime colonial só viria a introduzir reformas no ensino na década de sessenta. Essas e outras mudanças coincidiram com a entrada de Adriano Moreira para o governo de Salazar.

O destino, havia apanhado o jovem Pastor Uria Simango nesse ambiente de discriminação racial e de perseguições. De professores como os Reverendos Paulo Fatton, Juillerat, Luis Catteo, Schaller,

[75] Alberto Sithole. Maputo, 23 de Dezembro de 1998, entrevista com o autor.

Filimão Nhankhale e André Daniel Clerc, Uria aprendeu de forma profunda como transmitir a mensagem de Deus ao seu povo. Aprendeu igualmente como harmonizar a sociedade nos seus ângulos sociais, económicos e político. De regresso à cidade da Beira, Uria depara com um ambiente de efervescência social. Havia-se acentuado a onda de perseguições políticas. Quase que semanalmente, a PIDE detinha para averiguações um crente da sua congregação.

A semente do nacionalismo havia sido plantada anos antes pelo Rev. Kamba. Todavia, o conceito de nação em Manica e Sofala, e em particular entre as populações da etnia *shona*, agudizar-se-ia com o deflagrar do motim da Machanga. O motim seria uma das principais fontes de inspiração para uma luta aberta contra a presença colonial portuguesa em Moçambique. Vários jovens abandonaram nessa época a colónia indo refugiar-se na então Rodésia do Sul. Do Búzi, onde trabalhava numa empresa açucareira, saiu o principal precursor da Udenamo, Lhomulo Chitofo Gwambe, mais conhecido por Adelino Gwambe. Muitos outros abandonariam Moçambique, exilando-se nos países vizinhos.

Uria tomou conhecimento do motim aquando da sua estada em Lourenço Marques. Cedo entendeu que o que era um simples protesto popular contra a atitude desordeira de um chefe de posto, se havia gradualmente transformado numa reivindicação de soberania política e administrativa[76]. Raul Domingos Mucacho que viveu esses acontecimentos refere que a maioria da população de Machanga estava agastada com as atitudes das autoridades locais. Segundo ele, "***havia zonas onde as pessoas eram oprimidas sem reagirem, mas na zona de Machanga aconteceu o contrário, pois a gente que lá vivia havia beneficiado da influência das missões religiosas. O chefe do posto maltratava aquela população. Encontravam uma pessoa no caminho, carregavam-no no "jeep" para o posto e diziam que era preguiçosa. As pessoas que vinham da Beira com licença dos seus patrões para gozo de férias eram agredidas e depois presas e enviadas sob contracto para a Câmara Municipal da Beira. O mesmo acontecia com as crianças em idade escolar***"[77].

[76] Rev. Arão Ngwenha, Idem

[77] Raul Domingos Macacho, In Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, n. 6 especial - Outubro de 1989, pp. 190,191,192,193

Mas da leitura de um estudo recente sobre o motim de Machanga[78], depreende-se que o levantamento não tinha um cunho político, pois foi motivado pelo comportamento irresponsável de alguns funcionários administrativos corruptos que haviam desviado donativos de emergência para as vítimas dum ciclone que havia assolado a zona. Embora, posteriormente, Uria Simango não tivesse igualmente considerado o motim como tendo sido uma revolta nacionalista no verdadeiro sentido da palavra[79], não deixa de ser verdade que uma das sementes que ditariam a ideia de luta contra a dominação estrangeira nas populações de Machanga e Mambone germinara aí. O Administrador do Conselho, Ivens Ferraz de Freitas, dramatizou de forma política o acontecimento. Na sua deslocação a Sofala em Dezembro de 1953, é citado como tendo afirmado que os amotinados haviam *"instigado as populações de Machanga e Mambone a revoltarem-se contra o governo português"*[80]. Numa explícita atitude política, Freitas sancionou, assim, a prisão e deportação de dezenas de pessoas.

Ainda em Lourenço Marques, meses antes do motim, Simango havia tomado conhecimento da constituição na África do Sul, por um grupo de moçambicanos oriundos maioritariamente de Mambone e Machanga, de uma associação denominada Associação Fúnebre de Moçambique (AFM). A associação prestava auxilio em caso de falecimentos de membros seus. O seu promotor, Gabriel Castigo Tivane, ousado que era, viria a transformar a associação em movimento reivindicativo com características políticas. Um dos membros fundadores da AFM, descreve Tivane como tendo sido um homem que surpreendia pelas suas atitudes:

"Fazia coisas que nós próprios não percebíamos. Escreveu uma carta a Salazar com cópia ao então governador da Província de Moçambique exigindo que os portugueses regressassem a sua terra. Quer dizer, a associação tinha como missão resolver alguns problemas nossos na África do Sul e ele, debaixo do pano, começou a

[78] Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique. Idem

[79] Ver extractos da entrevista de Uria Simango ao jornalista britânico Basil Davidson na sexta parte, *"Habilidade e táctica: Dois factores decisivos na luta pela sobrevivência"*

[80] Raul Domingos Mucacho, Idem

aproveitar-se disso para arrastar-nos para a política. Ele andava metido com algumas pessoas ligadas ao ANC na África do Sul. Penso que foi com eles que aprendeu a reivindicar politicamente. As tantas a nossa associação passou a ser mais uma associação política que outra coisa. Começamos a ter contactos com o Negrófilo que também dava muitos problemas as autoridades em Manica e Sofala"[81].

Ciente do perigo que corria em Moçambique, Gabriel Tivane, ao regressar à cidade da Beira em 1953, seguiu de imediato para Mambone como forma de evitar que a sua presença na cidade viesse a ser detectada. Dias depois, Mambone e Machanga levantavam-se contra as autoridades portuguesas e a contenda culminaria com a prisão de dezenas de pessoas, dentre os quais o próprio Gabriel Tivane. Entre os restantes detidos contava-se Timóteo Chimbirombiro Simango, pai de Uria. Parte dos detidos seria mais tarde condenado a diversas penas. A Gabriel Tivane e um grupo de sete homens coube a deportação para São-Tomé, ao passo que os restantes seriam espalhados pelo Norte do país, entre Nampula, Ilha do Ibo e Marrupa.

"***A presença de Tivane em Machanga em 1953 é que incitou aquela rebelião. Quando soubemos que ele e muitos outros foram presos, ficamos com medo. Praticamente, as reuniões da AFM na África do Sul deixaram de existir porque temíamos que nas mãos da policia em Moçambique ele falasse da associação e indicasse os outros responsáveis do grupo lá na África do Sul***"[82].

Ao visitar seu pai na prisão do Comando Geral da Polícia em Lourenço Marques, Uria não se conteve ao vé-lo em agonia. Desfigurado pela tortura e maus tratos a que fora submetido, o velho Chimbirombiro nem pão conseguia segurar com as mãos de tanto inchadas que estavam[83]. O velho informara-o da morte naquela prisão de

[81] Alberto Bobo, ex-membro da Associação Fúnebre de Moçambique na África do Sul. Maputo, 7 de Março de 1996, entrevista com o autor.

[82] Idem

[83] Rev. Arão Ngwenha, Idem

seis dos seus companheiros, nomeadamente Stefano Chitungumane, Albano Mudekho, Paulino Matacure, Manuel Manjena Nhumba, Sixpence Madivadje e Ndakwikwa Nyandhere.

Como se este cenário não bastasse, o próprio Uria Simango, na companhia do seu colega e amigo Arão Ngwenha, pela voz de Luís Santana – então intérprete ao serviço da então Administração do Conselho – foram arrastados em plena noite do Khovo para deporem junto ao Administrador "Malalanhane", Afonso Ivens Ferraz de Freitas[84], sobre um motim que nem sequer sabiam como começou. Três dias de detenção sob forte interrogatório e aliciantes promessas de bolsa de estudos em Portugal, não valeram para demover os dois jovens das suas posições. Ferraz de Freitas queria saber de Uria Simango e Ngwenha qual o papel que a Igreja Protestante havia tido nos levantamentos de Machanga e Mambone. Foram contundentes na sua resposta ao administrador colonial. ***"Como é que nós havemos de saber do motim se quando este eclodiu estávamos a quilómetros de distância, a estudar no Khovo?"***[85] – perguntaram os rapazes.

-"Vocês sabem sim senhor!....Vocês conhecem aqueles que estão presos. São vossos pais"– replicou Freitas[86].

O ambiente que Simango encontra no seu regresso à Beira, é descrito pelo Rev. Arão Zacarias Ngwenha como sendo de desconfiança.

–"Já se falava muito de política ao que a PIDE denominava de politiquice Africana. Todos os letrados liam jornais e os receptores radiofónicos, na calada da noite, estavam sempre com as antenas viradas para Lusaka, Dar es-Salam e Malawi, onde os ventos de mudança se agudizavam. Os meios de comunicação social do Estado Colonial, alertavam os cidadãos contra o perigo do comunismo em África e acautelavam contra o perigo dos movimentos de libertação, apelidando-os de terroristas. Vagas de prisões sucediam-se, todas elas ligadas a política. A Igreja de Cristo Ramo de Manica e Sofala na cidade da Beira transformou-se dum tempo para outro

[84] A população negra em Lourenço Marques havia alcunhado Freitas de "Malalanhane" (o magrinho).

[85] Rev. Arão Zacarias Ngwenha. Idem.

[86] Idem

num incontestável viveiro de futuros nacionalistas. Raras eram as vezes em que se passavam sete dias sem que na congregação um membro não tivesse complicações com a PIDE"[87] .

Simango apercebe-se então que estava perante dois desafios: Era necessário, sim, conduzir o seu "rebanho" à salvação espiritual, mas, simultaneamente, era preciso conduzi-lo também à libertação do jugo colonial. O seu discurso líturgico começa a ter uma carga política, tendo a mistura protestos contra a prisão indiscriminada de pessoas e contra o banimento, em 1954, na esteira das turbulências da Machanga e Mambone, do Núcleo Negrófilo de Manica e Sofala. A acção missionária de Uria Simango passa a não incidir apenas às paróquias da Igreja, mas também leva consigo a mensagem de esperança aos hospitais e aos calabouços do regime. Nas suas visitas às cadeias da cidade, Simango faz-se acompanhar de um grupo coral da Igreja, maioritariamente feminino, gesto que procurava emprestar um cunho verdadeiramente religioso ao acto.

"Ao promover missas nas cadeias onde muitos dos seus fiéis estavam aí detidos por motivos políticos, a intenção primeira de Simango era inteirar-se da situação dos presos do regime"[88] .

Não tardou que as autoridades se apercebessem das reais intenções do Reverendo. Nos princípios de 1958, Simango foi proibido de celebrar missas nas cadeias sob pretexto de estar a incutir ideias políticas aos presos. Passaria então a incidir a sua acção missionária aos hospitais e zonas residenciais da cidade da Beira.

Simango encontra na Beira um homem que o viria a influenciar politicamente. Tratava-se de Cesare Bertulli, sacerdote italiano, superior da Missão dos Padres Brancos, na Manga, nas cercanias daquela cidade. Embora comungando ideais religiosos diferentes, ambos tinham como missão a evangelização e a libertação espiritual dos homens. Tem conversas frequentes com Bertulli, conhecido pela sua abertura aos

[87] Rev. Arão Z. Ngwenha. Idem

[88] Idem

chamados "ventos de mudança" que preconizavam a independência africana. Bertulli era um verdadeiro amigo e benfeitor dos africanos[89]. Foi ele quem apresentou Uria Simango ao então bispo da Diocese da Beira, D. Sebastião Soares de Resende, figura vertical e incómoda para o regime de Salazar. Todavia, apesar do jovem pastor apreciar a posição assumida pelo bispo em defesa dos negros contra as injustiças do colonialismo, sobretudo no tocante à cultura do algodão e do trabalho escravo indígena, não deixou de notar que D. Sebastião era acima de tudo um Português de corpo e alma para quem a independência de Moçambique se enquadrava no modelo brasileiro e não naquele que se seguia no resto do continente africano. Para além do mais, sendo Resende um agente do Vaticano, não poderia na altura fazer mais ondas do que então fazia. Pelo que Simango nunca se expunha muito perante o bispo no respeitante à independência das colónias portuguesas. Contudo, de Resende e Bertulli, soube Simango extrair grandes ensinamentos. Tanto um como outro nutriam denudada admiração pelo jovem pastor negro que, contrariamente a maioria naquela época, "***falava bem o Português e o Inglês, e tinha ideais claras sobre a salvação da humanidade***"[90].

Os protestos de Simango contra a opressão e a discriminação racial, que na cidade da Beira atingiam proporções inauditas, causariam por diversas vezes desacordos ao nível da cúpula da sua Igreja, pois enquanto uns achavam que a Igreja não se devia imiscuir em assuntos políticos, Simango entendia que era papel da Igreja tomar partido dos indefesos contra as atrocidades das autoridades[91]. O seu discurso, já marcadamente político, assustava os mais cautelosos na sua congregação. Esse carácter de homem aberto contra as injustiças do regime colonial português passou a preocupar não só alguns fiéis da Igreja

[89] Dr. Miguel Murupa – Carta para o autor, Julho de 2001. Nota: Bertuli acabou sendo expulso de Moçambique pelas autoridades portuguesas, por colaboração com a Frelimo. Em 1974 publicaria pela Portugália Editora o seu livro *"A Cruz e a espada em Moçambique"*, onde relata os seus contactos com os dirigentes da Frelimo. Nesse livro, escrito numa altura em que Simango já havia sido expulso da Frelimo, Bertulli trata-o de forma vaga, não escondendo a sua simpatia por Samora Machel e Eduardo Mondlane, afirmando ter mantido correspondência com este último.

[90] Rev. Arão Ngwenha. Ibid

[91] Rev. Lino Nkomo, Idem

como também, sobretudo, os seus colegas suíços que viam nas suas acções motivo para uma possível medida drástica por parte das autoridades, que certamente culminaria, como aconteceu em 1944, com o banimento da congregação.

"***Simango apercebe-se de que a sua permanência na Paróquia traria, a curto prazo, dissabores para todos. Era preciso ir ao combate de outra maneira. De fora para dentro. Para tal, endereçou uma carta a um pastor suíço, que já não me lembro do nome, mas era uma pessoa com quem ele privava aquando da sua estada em Lourenço Marques, solicitando seu apoio para que fosse transferido para Salisbúria onde 'há muitos Moçambicanos na perdição', segundo pretexto então usado***"[92].

Simango traça a estratégia a seguir ciente convictamente de que se em Moçambique não pode simultaneamente falar de Deus e contra a dominação portuguesa, na Rodésia poderia faze-lo junto dos emigrantes moçambicanos aí residentes, desde que não advogasse, naquela fase, o uso de meios violentos, pois contrariamente ao que acontecia nas colónias portuguesas, "***sob ponto de vista político, em todas as colónias vizinhas os partidos políticos eram autorizados, o explorado e oprimido podia legalmente proferir o seu desabafo em tribuna pública, o que era impensável em Moçambique de então. Havia lá liberdade de expressão, havia liberdade de associação e de religião e havia liberdade de escolha de profissão e direito à greve para a solução de impasses laborais***"[93] Para além disso, aquele território proporcionava enormes vantagens, pois facilmente poderia empreender viagens a outros territórios vizinhos, sob a administração colonial britânica. Deste modo, "***seria à procura da consolidação duma estratégia política que Simango opta por viver fora do país para politizar e não apenas evangelizar os moçambicanos na perdição, como foi seu pretexto para sua ida à Rodésia***"[94].

---

[92] Rev. Arão Ngwenha, Idem

[93] BUCUANE, Aurélio J. , p. 18

[94] Rev. Arão Z. Ngwenha, Idem

Na Rodésia: O nascimento de um missionário revolucionário

Nos princípios de 1959, encontramos Uria Simango como Pastor na *Presbyterian Church of Central Africa* na actual capital de Zimbabwe. À sua chegada, como era da praxe, Simango apresentar-se-ia ao Cônsul Português a quem anunciaria os seus propósitos de evangelizar os *"portugueses"* de Moçambique aí residentes. Acolhida com agrado a sua preocupação pelo Cônsul, Simango idealizou um meio eficaz para convocar um maior número possível de pessoas para um encontro. Para tal, recorre aos serviços em língua shona da rádio local. Produz centenas de panfletos apelando a todos os *portugueses* vindos de Moçambique e residentes na Rodésia para um encontro na Missão de Rufaro – local previamente cedido pelo bispo Ralph Dodge da Igreja Metodista. Dado que a convocatória apelava à presença de *"portugueses"* de Moçambique, aconteceu que das centenas de pessoas que acorreram ao encontro, viam-se algumas "clareiras" de indivíduos de raça branca no meio de uma multidão negra. O Cônsul far-se-ia representar no encontro por dois funcionários do Consulado Geral. Satisfeito pelo incalculável número de pessoas que atenderam ao seu pedido, Uria agradeceu a presença de todos e, de entre várias coisas que diz, apela a união entre os *portugueses* aí residentes para ***"(...) trabalharmos para um mesmo fim. Temos que nos salvar dos males da Terra. Trago-vos a mensagem de Deus e a missão de implantar na Rodésia uma Delegação da Igreja de Cristo Ramo de Manica e Sofala (...)"***[95].

No seu trabalho missionário entre os moçambicanos na Rodésia, Simango destacar-se-ia pela sua capacidade de organizar núcleos da comunidade moçambicana. Preocupava-se em alfabetizar os iletrados, dando aulas dia e noite e, acima de tudo, inculcando nas pessoas o conceito político de nação[96]. Para que as suas constantes deslocações para fora de Salisbúria em contactos com outros nacionalistas africanos residentes em Bulawayo, Lusaka e Blantyre não ditassem paralisações na sua actividade principal, Simango constituiu um conselho de anciãos evangelistas para prosseguirem com o trabalho de evangelização na sua ausência.

[95] Johane Mutandua Simango. Dondo, 6 de Abril de 1998, entrevista com o autor.

[96] Idem.

Na companhia de alguns Moçambicanos tais como Gabriel Moiane, Johane Mutandua Simango, Pedro Simango, Matias Katsande, Filipe Foya, Filipe Mazozere, Jaime Khamba, Roberto de Amargo, P. Sadaka e outros – todos eles simpatizantes activos da NDP (National Democratic Party) de Joshua Nkomo,[97] delineou a constituição da M.E.A.A. – Mozambique East African Association (Associação Moçambicana da África Oriental). *"Para sobreviver num ambiente em que a PIDE e a polícia de segurança rodesiana colaboravam"*[98] era imperioso pôr o Consulado Geral de Portugal em Salisbúria a par das actividades da agremiação. Isto forçaria a alteração do seu nome inicial, passando a designar-se E.A.P.A. – East African Portuguese Association, pouco antes da sua legalização pelas autoridades rodesianas.

"Nessa época Uria mantinha fortes laços de amizade e diversa correspondência com Kamba Simango, então residente em Gana. Nas suas missivas, Simango manifestava a Kamba a sua intenção de constituir uma associação de carácter político, mas, disfarçada, numa primeira fase, em associação de carácter humanitário. Kamba apoiava a ideia e por intermédio dele, Uria manteria alguma correspondência com alguns nacionalistas do Gana com quem manteve amizade até a fundação da Frelimo. De Moçambique, recebia cartas do Rev. Samuel Ernesto Simango e Mateus Pinho Gwengere. Seria da Beira e pelo punho do Rev. Samuel E. Simango que o primeiro esboço dos estatutos da East African Portuguese Association seria redigido e enviado à Simango na Rodésia.[99]

---

[97] Nota importante: A despeito dos refugiados moçambicanos na Rodésia gozarem de direitos iguais em relação aos naturais, incluindo a liberdade de movimento na Federação, exceptuavam-se os direitos políticos. Deste modo, "**a participação dos moçambicanos na acção política dos zimbabweanos fazia-se, em certa medida, a coberto da cor da pele. Além disso, a Federação não permitia servir-se de base para acções contra a colónia portuguesa de Moçambique. Portanto, quando se fundou a associação, embora no fundo a intenção fosse política, tinha que ter a capa de ajuda mútua, que nunca de facto aconteceu. Vais ver que assim que se fundou a Udenamo, os seus principais fundadores tiveram que abandonar imediatamente a Rodésia porque naquele país não se podia publicamente saber-se que nasceu aí um movimento anti-colonial português**". (Johane Mutandua Simango – Idem).

[98] História de Moçambique, Vol. 2, p. 240

[99] Johane Mutandua Simango, Idem

A associação viria a ser legalizada pelas autoridades rodesianas ainda em 1959. Cedo, a associação não escondeu a sua oculta missão de inculcar na comunidade moçambicana o conceito de *unidade* e *luta* contra a dominação estrangeira portuguesa. Passou a produzir panfletos de carácter subversivo que eram introduzidos no território Moçambicano através da fronteira de Machipanda, servindo-se da carreira ferroviária regular.

Em Dezembro de 1959, Simango regressa à cidade da Beira exclusivamente para um acto importante da sua vida. À 12 desse mês, na Igreja de Cristo Ramo de Manica e Sofala no Bairro de Esturro, perante o pastor Suíço, Rev. Emille Kaltenrieder, e dezenas de convidados, contrai matrimónio com Celina Tapua Obedias Muchanga de quem viria a ter, como aconteceu com seu pai, três filhos varões. Todavia, a cerimónia interromper-se-ia no meio do copo-de-água, pois a PIDE, alertada sobre a presença de Uria Simango na cidade, preparava-se para interrogá-lo, tendo para isso enviado ao local alguns agentes com o fito de controlar todos os seus movimentos. Finalizada a cerimónia, Uria devia ser encaminhado às autoridades para ser ouvido. As autoridades portuguesas estavam a par das actividades políticas da East African Portuguese Association[100]. Embora sabendo que juridicamente o líder da Associação era Gabriel Moiane, natural de Búzi, as autoridades coloniais conheciam o peso de Uria no esquema da Organização. Alertado sobre a presença de agentes da PIDE na cerimónia, o Pastor Emille Kaltenrieder tratou de, no mesmo dia, criar condições para o rápido regresso de Uria à Rodésia, disfarçado de mendigo.

Nessa sua curta visita à Beira, Simango encontra-se com alguns dos seus amigos muito motivados para a causa nacional. Conhece por intermédio de Silvério Nungu o jovem Filipe Samuel Magaia que entretanto já vivia na cidade da Beira. Regressa à Salisburia dentro da precipitação acima descrita na companhia da esposa. Todavia, apesar do susto, na capital rodesiana, Simango continuou a sua obra missionária, com política à mistura.

Os contactos na clandestinidade com outros nacionalistas em preparativos para a criação da Udenamo[101] e na consolidação dos ide-

[100] Rev. Arão Z. Ngwenha., Idem

[101] Udenamo – União Democrática Nacional de Moçambique

ais já existentes através da National Democratic Party intensificaram-se. Numa data imprecisa do mês de Novembro de 1960, recebe na sua residência Adelino Gwambe, precursor da Udenamo. Gwambe e o grupo de moçambicanos vindos de Bulawayo, então fundadores deste primeiro movimento político moçambicano, haviam tomado conhecimento dos passos dados por Simango e correligionários seus no E.A.P.A., e sabiam que podiam contar com o incondicional apoio desta. Era imperativo que Simango representasse o núcleo da Udenamo em Salisbúria e coordenasse o recrutamento de membros na zona central de Moçambique, por via do corredor de Machipanda. Gwambe trazia consigo a missão de nomear Simango como representante em Harare e Secretário para Moçambique e Rodésia da Udenamo. Assim o fez.

As relações que o Reverendo Simango forjara com os membros da futura ZAPU e particularmente da sua cúpula, proporcionavam-lhe o privilégio de participar clandestinamente em algumas reuniões da NDP como membro activo. Aos olhos dos crentes da sua Igreja, as suas constantes saídas tanto para Bulawayo, como para Blantyre e Lusaka, eram a pretexto de contactar outros missionários porque "***não se podia dar a entender a todos que estávamos envolvido em questões políticas. Para Simango a situação era ainda mais difícil. Ele era Pastor e tinha na Rodésia uma missão específica. Aos seus superiores na Beira, sobretudo aos Suíços, não agradaria se soubessem que ele privilegiava a política em detrimento da sua missão principal.***"[102].

De facto, poucos sabiam das reais razões das suas constantes saídas dado o sigilo que se impunha nessa época. Para a maioria, a surpresa viria em Abril de 1962 por via de uma notícia publicada no *The Rhodesia Herald*, como mais adiante se verá. Entretanto, ciente das capacidades do homem, a PIDE controla seus movimentos a par e passo. Os relatórios que seus agentes enviam da Rodésia, confirmam a constante presença em reuniões políticas de moçambicanos e do ZAPU de um Pastor de estatura mediana e respondendo pelo nome de Uria Simango. É caracterizado como um homem que todos escutam com

[102] Johane Mutandua Simango, Idem

vivo interesse e os líderes nacionalistas negros naquele país têm uma profunda admiração pelo pastor e pela capacidade de persuasão que revela no seu discurso. Simango embrenha-se na coordenação do núcleo da Udenamo na Rodésia e é o elo de ligação entre Adelino Gwambe e os restantes membros do movimento (que, entretanto, já se haviam transferido para Tanganhica), com a região central de Moçambique.

Enquanto isso, na sua Terra natal, a política na clandestinidade atingia a fase de ebulição. Como consequência do levantamento da UPA em Angola, na cidade da Beira as repercussões de matanças na colónia portuguesa do Atlântico saldaram-se em vagas de prisões contra negros com um nível de educação acima da média. Numa acção que visava medir o pulsar do nacionalismo entre os moçambicanos, a maior parte de funcionários públicos de raça negra minimamente escolarizados, foram detidos e interrogados pela PIDE. Nessa vaga, nomes como os de Silvério Nungu, Filipe Magaia, Brito Simango, Manuel Manjena, Amós Chimbave, Daniel Simango e muitos outros, foram apanhados nas malhas da PIDE. De longe e com apreensão, Uria acompanha todos os acontecimentos. Afinal, tinha que estar preocupado. Embora a prisão de muitos tivesse sido em consequência do que se passava em Angola, segundo pretexto de alguns "*pides*", contra Silvério Nungu e Filipe Magaia pesava a acusação de estarem a criar células clandestinas da E.A.P.A. em Moçambique. A acusação fundamentava-se no facto de a PIDE ter interceptado uma correspondência da *East Africa Portuguese Association* enviada dos Correios da Rodésia para Nungu e Magaia na cidade da Beira. A correspondência continha, para além dos Estatutos da E.A.P.A., panfletos da Udenamo. Depois de uma semana de rigoroso interrogatório, terá constituído álibi para os dois homens o facto dessa correspondência ter sido enviado por alguém, a partir da Rodésia, sem conhecimento prévio dos destinatários. Para alívio de Simango e de seus companheiros da E.A.P.A. na Rodésia, Nungu e Magaia foram soltos.

Fuga: A caminho de Tanganhica

No último trimestre de 1961, surge um problema que precipitaria a sua saída da Rodésia. As autoridades portuguesas mais uma vez interceptaram na cidade da Beira uma encomenda de Simango destinada a Filipe Magaia e Silvério Nungu. A encomenda, que consistia em

cartas e panfletos subversivos, havia sido trazida da Rodésia por Percida Nkomo, que desconhecia o conteúdo da mesma. Percida julgava tratar-se de livros e outra literatura vulgar. Como não pudesse localizar os destinatários da encomenda, e porque não poderia permanecer por muito tempo na Beira, inocentemente, optou por confiá-la a Carlos Gundana, que, por ironia do destino, era então funcionário na Estação dos Correios da Beira. A decisão de se recorrer a pessoas como Percida Nkomo para o envio de correspondência surgira da necessidade de se evitarem os correios de Moçambique dado que a PIDE fiscalizava tudo o que entrava e saia da colónia. O incidente da prisão de Nungu e Magaia naquele ano ditou então que Simango e seus companheiros passassem a usar como pombos-correio pessoas disfarçadas em não "civilizadas", pois estas eram pouco desconfiadas pela PIDE. Contudo, por vias pouco claras, a encomenda trazida por Percilda Nkomo cairia nas mãos de um informador da PIDE afecto no "departamento de censuras" naqueles serviços, pois o homem não deixou de estranhar ao deparar, sobre a secretária de Gundana, com um embrulho volumoso, sem selos, e destinado exactamente a dois homens a quem a pouco havia sido interceptada uma encomenda vinda da Rodésia. Sem dar por isso, Gundana ver-se-ia então embrulhado em dissabores, até que o *bom* do seu director intercedeu a seu favor junto ao agente da PIDE local, pois, imediatamente, a encomenda seria encaminhada aos serviços de censura da estação que viriam a detectar o conteúdo da mesma. Alertado por um amigo sobre a confusão em que Gundana se havia metido no seu local de trabalho, Silvério Nungu precipitar-se-ia com destino a Rodésia, evitando assim que fosse detido pela segunda vez[103]. Magaia seguí-lo-ia, dias depois, na companhia de Feliciano Gundana.

---

[103] Dr. Miguel Murupa, comunicação a Lutero Simango, Lisboa, Junho de 2000; e ao autor, Julho de 2001. Nota do autor: A versão de Murupa coincide, em grande medida, com a informação prestada por Percilda Nkomo ao autor (em entrevista a 17 de Maio de 1992 em Maputo) e por Castigo Lucas Ncomo na cidade da Beira. Depois do incidente, Percilda Nkomo (filha do Rev. Guilherme Tapera Nkomo) não mais regressou a Moçambique, pois fora alertado por Simango do perigo que correria se o fizesse. Permaneceu na Rodésia até a proclamação da independência de Moçambique em 1975. Por sua vez, Carlos Gundana que escapara à prisão graças à intervenção favorável do director dos Correios da Beira, viria mais tarde a pertencer ao Núcleo clandestino da Frelimo na cidade da Beira nos anos sessenta e setenta. De entre várias coisas em favor da luta de libertação nacional, segundo Castigo Lucas Ncomo, os membros do Núcleo haviam feito entre si o que se chamou de *pacto de homens*. **"Os membros do núcleo acordaram que os seus primeiros filhos, do sexo masculino, assim que atingissem os 18 anos de idade, deviam ser encaminhados para o território tanzaniano**

Com a descoberta, por parte das autoridades portuguesas, da rede clandestina que Simango e companheiros seus na Rodésia haviam estabelecido em Sofala, Uria Simango rápido se apercebe de que havia chegado a hora de abalar para paragens mais longínquas. Tinha de agir com rapidez, pois tornara-se claro para as autoridades portuguesas que a Rodésia era como que uma incubadora do embrião do "terrorismo" contra a presença portuguesa em Moçambique.

Nos finais de Março de 1962, Simango vê-se forçado a abandonar aquele território com destino a um segundo exílio. A PIDE enviou à colónia britânica uma equipa de quatro agentes seus, chefiada pelo inspector Fernandes, e que incluiria os agentes A. Kambaza, L. Matete, Muedji e um outro indivíduo não identificado. A missão consistia em raptar Simango e trazé-lo de volta à Moçambique. O móbil, bem planeado a primeira vista, viria a sair gorado graças à rápida intervenção de um membro da Udenamo de nome Manuel Machava e do bispo Ralph Dodge da Igreja Metodista.

Chegados à Salisbúria, os agentes dividiram-se em três grupos de caça ao homem. Enquanto Matete e Kambaza formavam o par que vasculharia determinada zona da cidade, Muedji e o seu colega operavam num outro local. Fernandes actuava sozinho, contando apenas com a esporádica colaboração de alguns funcionários do Consulado Português em Salisbúria. Todavia, todos eles conheciam mal os cantos da cidade, pelo que lhes restava socorrerem-se de vulgares transeuntes para melhor se orientarem. O ponto de encontro, ao fim de cada dia de trabalho, era o Meikles Hotel, local onde trabalhava Machava e, ironicamente, onde se encontrava hospedado o Inspector Fernandes[104].

Por casualidade, na manhã imediatamente a seguir, Machava deslocou-se a seguradora Pearl, situada na Primeira Avenida, para se encontrar com António Chigogoro, um amigo que aí trabalhava. Caminhando pela Primeira Avenida, Machava e Chigogoro detiveram-se por uns breves momentos antes de se despedirem. Do lado oposto vi-

---

afim de se juntarem a Frelimo. Tal foi o caso do primeiro filho de Gundana, o George, e do filho de Jacara, o Zacarias. Tu escapaste porque a independência deu-se quando ainda tinhas 16 anos de idade". (C. Lucas Ncomo. Beira, conversa com o autor em data imprecisa de 1984).

[104] Manuel Machava, Maputo, 5 de Abril de 1998, entrevista com o autor.

nham Kambaza e Matete conversando descontraidamente em língua *xisena*: ***"Tinam'gumana Simango!"***[105], asseverava um deles.

Machava, notando que a conversa dos dois girava a volta de um nome conhecido, e dado que as actividades desenvolvidas pelos dois agentes da PIDE na cidade da Beira eram por demais conhecidas, achou por bem entrar na conversa. Cumprimentou os dois em *xisena*. Os dois *pides* ficaram radiantes por encontrar um *"irmão"* em plena capital rodesiana. Mal sabiam que Machava conhecia-os bem. Conversa puxa conversa, os agentes acabaram por informar que procuravam um padre negro chamado Uria Simango. Machava, sem perda de tempo, afirma que conhecia muito bem o padre e que até poderia ajudar a encontrá-lo. Mas como a casa de Simango ficava distante dali, o ideal seria voltarem a encontrar-se ao fim do dia seguinte naquele mesmo local, pois naquele instante, segundo alegaria Machava, encontrava-se bastante ocupado e não lhes podia ser útil. Assim, ficou acordado um encontro para o dia seguinte[106].

Despistados os espiões, Machava dirigiu-se de imediato à casa do Rev. Simango, alertando-o sobre o perigo que corria. De seguida dirigiu-se aos escritórios da ZAPU na Railway Avenue, onde é recebido por Peter Mutandua a quem expõe o problema dos agentes da PIDE e das suas pretensões. Mutandua informa o então secretário particular de Joshua Nkomo que, por sua vez, convoca um *briefing* para estudar o caso. Para além de Machava, encontravam-se presentes ao encontro algumas figuras do nacionalismo zimbabweano como Joshua Nkomo, Peter Mutandua, George Sibanda e John Malaquia[107]. Traçou-se uma estratégia visando abortar o plano da PIDE. Estabeleceram-se contactos com a UNIP na Zâmbia; com o MCP (Malawi Congress Party) e com os membros da Udenamo que já se encontrava em Dar es-Salam. Todavia, era imperioso ganhar-se tempo e simultaneamente controlar os movimentos dos *pides* em Salisbúria. Para isso, Machava movimenta-se e descobre que desde a chegada do grupo, o seu chefe, inspector Fernandes, estava num vai e vem entre o Meikles Hotel, a Curadoria de Moçambique, na Manica Road e o Consulado

[105] Tradução literal: "Encontraremos o Simango!"

[106] Manuel Machava, Idem

[107] Idem

de Portugal. Fernandes teria já informado o Cônsul, Dr. Basto, da razão da sua visita, tendo este solicitado apoio das autoridades rodesianas. Os agentes da PIDE viriam a contar com o auxílio de dois agentes da segurança rodesiana.

Na manhã seguinte a situação agravou-se. Machava apercebe-se de que Simango iria ser detido a qualquer momento. Fernandes já havia encontrado o bispo Dodge para dele saber como encontrar o Rev. Simango. Não se sabe de que forma, mas o certo é que o bispo Dodge conseguira protelar a conversa com Fernandes, e só mais tarde é que lhe fornece a morada de Simango. Vendo que o tempo passava sem que a ZAPU pusesse em acção o seu plano, Machava desloca-se de novo a Railway Avenue e, ainda nas escadas dos escritórios da ZAPU, encontra o Secretário de Nkomo. Informa-o do que se passava. O Secretário decide de imediato que se devia seguir para a casa de Simango.

Entretanto, Machava rumava em direcção à casa do Reverendo Simango e encontra este em estado de alvoroço. Minutos antes, o *pide* Muedji, acompanhado de um outro agente da policia política colonial, havia localizado a casa, tendo aí se deslocado para se certificarem de que a informação que lhes havia sido prestada batia certo. Simango conhecia Muedji desde os tempos da Machanga, e o *pide* tratava-o por *teguro*[108]. Conterrâneos que eram, e conhecidos de infância, a lealdade étnica terá sido mais forte no espírito do agente. Sem rodeios, e de forma discreta, Muedji tratou de informar Simango dos propósitos da sua visita e assegurou-lhe que estava nos seus dias de sorte por ter sido ele o primeiro a encontrá-lo. Era imperioso que Simango abandonasse a cidade com a maior urgência possível, pois dificilmente o *pide* poderia convencer os outros agentes de que Simango não era a pessoa com quem acabava de conversar. Muedji acrescentou que naquela mesma noite iria informar o inspector Fernandes – pessoa a quem caberia delinear os mecanismos da captura – sobre a sua localização. A seguir a habitual troca de informações sobre o estado de saúde da família, tanto na Beira como na Machanga, Muedji e seu companheiro despediram-se.

O estado de alvoroço em que Machava encontrara Simango

[108] Na tradição ndau, *teguro* refere-se a avô. Usa-se o mesmo termo para designar os tios maternos (irmãos da mãe do sexo masculino) e os filhos destes, também do sexo masculino.

fora agravado por um telefonema do bispo Dodge. Profundamente preocupado, o bispo informara a Simango de que um indivíduo de raça branca com aparências de português e de pertencer à polícia andava à sua procura. Dodge não sabia o que fazer. Dificilmente poderia mentir, pois o facto de Fernandes o ter contactado era sinónimo de que estava bem informado sobre as ligações do bispo a Simango. Uria informara Dodge de que estava ao par da situação. Pediu para que o bispo fosse entretendo o agente por forma a que tivesse o tempo necessário para fazer os preparativos para abandonar o local de residência. Dodge concordou e prometeu que voltaria a telefonar, uma hora depois, para se certificar se Simango havia ou não saído da casa antes de indicar a casa ao polícia.

"***Mas, por amor de Deus, saia já, enquanto é tempo***" – Disse Dodge[109].

Minutos depois Machava, entrando de rompente pela casa adentro, chama pela *Tia Celina.*

"***Temos que sair depressa, já estão próximos. Mexam-se.***"

Sem esperar pela resposta, Machava dirige-se ao berço do bebé do casal (Lutero tinha na altura 5 meses de idade), pega neste e com uma capulana, coloca-o às costas. Enquanto isso, lá fora, estacionavam na berma da estrada duas viaturas, pertenças da ZAPU. Deles apeiam-se o secretário de Nkomo, Sibanda e Mutandua. Já dentro da casa, Sibanda pergunta a Simango se sabia do que se estava a passar. Simango confirma:

"Ontem o Manuel veio cá informar-nos de que a PIDE está em Harare para me capturar. Só hoje é que comecei a levar o assunto a sério. Dois deles passaram por aqui, e a sorte é que um deles é um conhecido de infância. Agora mesmo, o bispo Dodge acaba de me telefonar falando da mesma coisa. Diz que tenho uma hora para sair da casa. Sinceramente, não sei onde me esconder assim as pressas!..."[110] – informa Simango.

Sibanda diz a Simango para pegar no que é possível, pois o tempo era escasso. Curiosamente, Simango preocupa-se mais com os seus papéis. Empilha o que pode numa mala e, estando sua esposa já

---

109 Manuel Machava, citando o Rev. Ralph Dodge, Idem

110 Manuel Machava, citando Simango, Idem.

pronta com o pouco que recolheu, ambos foram introduzidos nas viaturas e rumaram para os escritórios da ZAPU. Aí permaneceram até que se decidiu sobre a forma segura de os levar para fora de Salisbúria. O Bispo Dodge, por vias não bem esclarecidas, indicaria a casa depois de se certificar que Simango já se encontrava em lugar seguro.

Cerca de três horas depois, já na posse da morada de Simango, o inspector Fernandes na companhia de dois indivíduos, que se presumem funcionários do Consulado Português e um polícia rodesiano, deslocaram-se à casa do Reverendo. Aí chegados, encontraram as portas trancadas. Decidem arrombar a porta da entrada principal. Concluem que o homem que procuravam havia sido alertado do perigo que corria, e que a sua saída fora precipitada, pois alguns panfletos da E.A.P.A. encontravam-se espalhados pelo chão. Souberam mais tarde que o Reverendo Simango, na companhia da esposa e de uma criança de colo, haviam embarcado numa avioneta alugada com destino ao Malawi. Aí foram recebidos no Aeroporto de Chileka por dois proeminentes membros da *Malawi Congress Party*, nomeadamente Henry Masauko Chipembere e Kanyama Chiume[111].

Simango atingiria Dar es-Salam a 7 de Abril de 1962[112].

À hora combinada, Machava vai ao encontro dos *pides* Kambaza e Matete. Segue acompanhado de um grupo de jovens activistas políticos zimbabweanos. No local, encontrava-se estacionado uma viatura de marca *Land Rover* com um grupo de homens no seu interior. No passeio, os dois *pides* aguardavam a chegada de Machava. Ao longe, Machava apercebe-se de que o *palco* estava devidamente montado. Dirigiu-se aos amigos de circunstância com um sorriso nos lábios e, ao cumprimentá-los, ouve uma voz vinda da viatura estacionada na berma da estrada. Simulando alegria por reviver um amigo de longa data, Machava dirigiu-se ao carro. Com o homem ao volante, cumprimentam-se efusivamente de forma a disfarçar o que momentos antes haviam cuidadosamente planeado. O condutor da viatura pergunta em voz alta o que andava Machava a fazer por aquelas bandas, ao que ele respondeu que vinha ao encontro de uns *brothers* que acabavam de

[111] Johane Mutandua Simango, Idem.

[112] John Dicki e Alan Raku, in *Who's Who in África*, African Development, UK, 1973.

chegar de Moçambique. Tencionava com eles dar uma volta pela cidade e depois acompanhá-los a um bairro próximo.

"Venham daí que também vamos p'ra lá" – disse o condutor do Land Rover[113].

Feitas as apresentações, Machava e os agentes introduziram-se na viatura e seguiram para parte incerta da cidade. Atrás, sem que os agentes disso se apercebessem, seguia uma outra viatura com mais quatro jovens no seu interior. As viaturas andariam às voltas pela cidade e, até, parariam para um copo até que escureceu. Regressados à viatura, Matete e Kambaza são dominados e, no meio de súplicas, são amordaçados, amarrados dos pés às mãos e deitados no interior do Land Rover. Cerca de 22:00 horas, numa zona isolada, perto do cemitério, as viaturas estacionaram. As vítimas foram atirados para o chão e, acto contínuo, misturados numa pilha densa de jornais velhos e de seguida regados com gasolina e ateado o fogo. Morriam assim L. Matete e A. Kambaza. No dia seguinte as autoridades policiais encontraram apenas dois corpos calcinados pelo fogo e difíceis de identificar.

"Em nenhum momento a PIDE desvendou o mistério do desaparecimento daqueles espiões. Os tipos foram depois sepultados algures em Harare, de qualquer maneira. Nem os familiares souberam o que se passou"[114].

Mais tarde, descoberto pela PIDE em consequência de outras actividades políticas, Machava seria detido no seu local de trabalho em Salisbúria. Encaminhado à Moçambique, foi conduzido aos calabouços da cadeia que ostentava o seu apelido em Lourenço Marques. Aqui cumpriria uma pena de aproximadamente oito anos com torturas à mistura que lhe debilitariam a audição pelo resto da vida.

A surpresa para a maioria dos fiéis da Igreja de Simango em Harare viria poucos dias após a sua fuga. No dia 3 de Abril, em Londres, o jornal *The Guardian* dava grande destaque ao ***"rapto de um missionário africano"*** em Harare. Na sua reportagem, o jornal dizia que a PIDE havia intensificado as suas actividades em Salisbúria nos

[113] Manuel Machava, Idem

[114] Idem

últimos meses em consequência do surgimento de tendências políticas no seio de alguns moçambicanos de raça negra aí residentes. Escrevia ainda que o Rev. Willie Simango, desaparecera de Harare, ao que tudo indicava, pelas mãos de agentes da PIDE que haviam entrado secretamente na Rodésia com a finalidade de raptá-lo[115].

Na sequência desta notícia, o porta-voz do Consulado Geral de Portugal negaria a presença de agentes da PIDE na Rodésia, alegando que tudo não passava de uma farsa. Com o título, "*Portuguese deny reports of secrets police*", o jornal *The Rhodesia Herald*, na sua edição de 4 de Abril, escrevia que a notícia de que o desaparecimento de um sacerdote africano de Harare estava ligado a actividade de agentes da polícia secreta portuguesa havia sido considerada como "pura imaginação" por um porta-voz do Consulado Geral. O jornal citava o porta-voz como tendo dito que "a notícia era destituída de fundamento". E acrescentava: "Não há agentes secretos portugueses na Federação e não conhecemos a pessoa de quem se fala. É uma tentativa de provocar escândalo".

Da parte das autoridades rodesianas viria um desmentido lacónico. Segundo o mesmo jornal de Salisbúria, um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros disse que se alguns agentes da PIDE entraram no país, devem tê-lo feito como visitantes por vias legais. "Não temos informação da entrada no país de alguém declarado agente da PIDE."[116]

---

[115] Segundo um dos relatórios da PIDE citado em 1973 por Santana Quintinha, Uria Simango, tido como um "**orador clássico, muito apreciado pela negritude menos evoluida**", usava os nomes de: J. M. Simango, John Simango, Simanko, Timóteo, Uria T. Simango, Urias Simango, Willie, Willie Simango". (QUINTINHA, Santana, op. cit.).

[116] The Rhodesia Herald, Salisbury, April 4, 1962, *Portuguese deny reports of secret police*, p. 1

Terceira parte

NA TANZÂNIA E A LUTA DE LIBERTAÇÃO

*"O viver em grupos permite o confronto entre as pessoas e cada um vai construindo o seu "**eu**" neste processo de interacção, através de constatações de diferença e semelhanças entre nós e os outros. É neste processo que desenvolvemos a individualidade, a nossa identidade social e a consciência de si mesmo"*

- Sílvia Lane-

Alguns contornos de um processo difícil

Simango chega à Dar es-Salam num momento em que a Udenamo já havia publicamente anunciado a sua existência, facto que ocorrera a 14 de Abril de 1961. Imediatamente a este acontecimento, felicitações de diversas partes do mundo foram chegando e, a 18 de Abril, a Udenamo da qual Simango era membro proeminente, coordenando o núcleo da Rodésia, participa, através do seu presidente, como convidada na conferência constitutiva da CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesa) em Casablanca. De notar que Marcelino dos Santos, então Secretário-geral da CONCP, havia sido indigitado por Adelino Gwambe nas vésperas desse encontro para secretário das relações exteriores da Udenamo.

À sua chegada a capital tanzaniana[117], Simango juntou-se aos seus companheiros numa frenética luta visando convencer os seus hospedeiros das boas intenções da Udenamo. Desde a chegada de Gwambe

[117] Nota: Na época da chegada de Simango à Tanzânia, o território era ainda conhecido por Tanganhica. Contudo, deliberadamente, em algumas passagens deste livro usar-se-á a designação Tanzânia.

e de outros membros fundadores do movimento à Dar es-Salam, notava-se da parte das autoridades daquele país uma certa desconfiança quanto à essência da luta da Udenamo. Habituados a manipular alguns moçambicanos que tinham um conceito *sui generis* de moçambicanidade e de independência, os dirigentes da TANU[118], de início, não viam com bons olhos os moçambicanos vindos da Rodésia. Para contrabalançar a situação, viriam a apadrinhar, em Janeiro de 1961, a transformação da associação *Makonde African National Union* (MANU), constituída maioritariamente por moçambicanos da etnia *makonde* radicados naquele território, em movimento nacionalista moçambicano a que chamaram *Mozambique African National Union*, retendo a mesma designação MANU. Todavia, para alguns líderes da MANU, Moçambique era Cabo-Delgado e uma vez alcançada a "independência" o território seria incorporado na Tanzânia. Este ponto de vista, naturalmente, agradava a certos dirigentes da TANU que, alguns dos quais, eram originários de Moçambique. Em face disso, Uria Simango bem como outros líderes da Udenamo, sentiram-se na obrigação de fazer uso de todos os meios ao seu alcance para conquistar a simpatia dos dirigentes da TANU e da MANU. Os dirigentes da Udenamo alertavam os seus compatriotas da MANU para o facto de Moçambique ser um território mais vasto do que Cabo Delgado, cujo tecido social era constituído por diversas etnias e diferentes raças. Os propósitos da Udenamo viriam, uma semana após a sua chegada, a ser amplamente esclarecidos por Uria Simango no decurso duma entrevista à rádio local em Dar es-Salam e nos posteriores contactos entre os dirigentes da Udenamo e as autoridades da Tanzânia[119].

Fruto de um esforço abnegado de todos os dirigentes, as relações entre os dois movimentos políticos moçambicanos e a TANU melhoraram substancialmente nas semanas seguintes. Mas os caminhos para a almejada *unidade*, que já pairava nos discursos dos dirigentes seniores da Udenamo e da MANU, seriam ainda sinuosos. Estratega de mãos cheias, Marcelino dos Santos terá sido uma das poucas pessoas que cedo se apercebeu da importância estratégica do território

[118] TANU (Tanganhica African National Union). Foi um movimento nacionalista tanganhicano fundada por Julius Nyerere em 1954.

[119] Johane Mutandua Simango, Idem

tanzaniano em face de uma eventual confrontação armada com Portugal. Desde Abril de 1961, infrutiferamente, pressionava Gwambe no sentido deste aceitar uma união com a MANU. Da pressão, Marcelino passou mesmo às ameaças, dizendo que se dissociaria da Udenamo para se juntar à MANU.

Em Outubro de 1961, antes da chegada de Simango, o Comité Executivo da Udenamo realizou uma série de reuniões que culminaram com a recomendação de se envidar esforços de aproximação aos líderes da MANU. Mas a ideia levaria ainda cerca de sete meses a concretizar-se. Alguns membros dirigentes da Udenamo despenderiam algumas somas de dinheiro para conquistar a simpatia dos dirigentes daquele movimento. Somente no início do segundo trimestre de 1962, já com Simango em Dar es-Salam e sob os auspícios das autoridades de Tanzânia e de Peter Koinange, então Secretário Geral da PAFMECSA[120], é que se chegou ao primeiro esboço de unidade com uma declaração conjunta a 24 de Maio[121].

Todavia, a conquista da tão almejada *unidade* continuava difícil. Concorreram para esta situação diversos factores, de entre os quais os jogos de interesses que opunham Julius Nyerere, então presidente da TANU e do Tanganhica, e Kwame Nkrumah, presidente do Gana. Ambos estes estadistas estavam interessados em ser os principais protagonistas na luta de libertação de África do jugo colonial. Nyerere admitia um protagonismo de Nkrumah na zona central do continente, todavia, achava-se no direito de liderar o protagonismo nacionalista na zona austral e oriental de África.

A fundação da Frelimo não seria um processo linear. Contrariamente ao que muitos esperavam, o novo movimento em perspectiva seria um "casamento de conveniência" que não tardaria em resultar em profundas divisões entre os seus mentores. Isto, em parte, poderá ter sido devido a natureza estrutural inicialmente idealizada. Se por um lado pode-se falar da *unidade* entre os movimentos nacionalistas moçambicanos então existentes, por outro deve-se dizer que essa *unidade* não passou de letra morta se se tiver em conta que não uniu os Homens mas apenas procurou destruir os movimentos então existentes

[120] PAFMECSA (Pan African Freedom Movment for East Central and Southern África).

[121] CABRITA, João, *Mozambique – The tourtuous Road to Democracy*, p. 9 ; 273.

para erguer uma nova organização. A controvérsia que se instalou imediatamente após a fundação da Frelimo resultaria quer no afastamento ou no abandono voluntário de diversas figuras que se haviam destacado no processo de unificação dos vários movimentos. No seio da Frelimo viver-se-ia uma frenética e espinhosa luta, causada tanto por factores internos, próprios da essência dos Moçambicanos, como por factores externos, ditados pela conjuntura internacional.

Quanto aos factores internos, destacam-se os desígnios hegemónicos assentes em factores étnicos. Esses seriam a razão principal da guerra sem quartel que se instalaria no seio do movimento, tendo a conjuntura internacional vindo apenas a condimentar os conflitos pela posse do poder na organização. Para isso, e em face da capacidade do ocidente em se afirmar, a URSS e a China comunista viriam a solidificar alianças com as partes que mais se destacavam no conflito, no âmbito dos planos das duas potências em alargarem a sua zona de influência no continente africano.

Logo após a sua chegada a Dar es-Salam, aos olhos de alguns, Simango era uma das principais apostas para a liderança do movimento para a independência de Moçambique. O seu carácter sereno e profundamente ponderado, dada a sua formação religiosa, fez com que muitos vissem nele o homem certo para dirigir os destinos da luta. Este ponto de vista, não só era evidenciado pelos moçambicanos, mas igualmente por vários líderes e diplomatas africanos na Tanzânia, pois contrariamente a Gwambe que na época tinha cerca de 21 anos de idade, Simango já era um homem na casa dos 36 anos de idade e com uma experiência de contacto com as massas, em consequência da sua missão evangelizadora. Todavia, o seu carácter e estatuto de mensageiro de Deus, impediam-no, moralmente, de envolver-se conscientemente em querelas de liderança na perspectiva maquiaveliana, daí que sempre procurou agir como mediador em momentos de disputas entre outras individualidades na organização. As posições políticas que sempre ocupou tanto na Udenamo, como na própria Frelimo, foram-lhe frequentemente impostas por aqueles que viam nele o homem à altura de defender a causa que se propunha enfrentar, e não produto deliberado de uma luta pelo Poder político, como mais tarde se propalou pelo país e pelo mundo inteiro. Como veremos mais adiante, no auge do conflito em 1969, entre ceder a pressões dos seus apoiantes para uma confron-

tação sangrenta no interior da Frelimo – contra outros combatentes que se lhe opunham – e abandonar a organização em nome da ética e da moral, preferiu abandonar o movimento indo para um terceiro exílio. No auge da crise em 1969/70 Simango não aceitou matar para proveito próprio e nem se rendeu a Portugal[122].

Na dor do parto de uma união

Chega, como tantos outros, a Dar es-Salam e entrega-se à luta. No meio da azáfama dos primeiros dias na Tanzânia, entre procurar acomodação para a família que consigo trazia da Rodésia e tratar de outros assuntos directamente relacionados com a organização da Udenamo, recentemente saída do anonimato, a causa da libertação do continente africano crescia na mente dos africanos. Os esforços do presidente ganense com vista à unificação dos movimentos de libertação de África, e particularmente de Moçambique, ganhavam contornos salutares. A Udenamo foi novamente convidada para se deslocar a Accra, desta feita, para participar na *All African Freedom Fighters Conference*, que se realizou de 30 de Maio a 2 de Junho na cidade capital ganense. Gwambe, que já se encontrava em Accra como convidado dos organizadores do evento, instruiu os membros da Udenamo na Tanzania para se fazerem representar ao encontro na companhia de um dirigente da MANU. Dessa forma, assim o entendia Gwambe, emprestar-se-ia, aos olhos dos organizadores e de outros participantes à conferência, uma certa credibilidade aos movimentos de luta para a libertação de Moçambique. Apesar das autoridades tanzanianas se terem recusado a custear as despesas e a tratar dos documentos de viagem dos delegados da Udenamo à conferência, dado que Julius Nyerere sentia que os tentáculos do presidente ganenses se estavam a estender para uma zona que devia ser da sua exclusiva influência, o Alto Comissariado do Gana em Dar es-Salam tratou de organizar a viagem. Segundo Fanuel Malhuza, então vice-presidente do Udenamo, ***"foi na sequência dessa***

[122] Fanuel Malhuza, Maputo, 12 de Abril de 2000, entrevista com o autor.

conferência que a Udenamo e a MANU se fundiriam na noite de 1 de Junho de 1962, formando-se a Frelimo e tendo Adelino Gwambe sido eleito presidente"[123].

Simango, bem como a maioria dos então dirigentes da Udenamo, não participou na conferência de Accra. Mas o anúncio da constituição da Frelimo em Gana não deixaria, de certa forma, de colher de surpresa tanto a Simango como a maioria dos que estavam em Dar es-Salam. Simango não havia viajado para o Gana por ordens de Gwambe para, em parceria com Paulo Gumane, ficar a galvanizar o processo da unificação dos dois movimentos no território tanzaniano. E tanto ele como Paulo Gumane haviam-se embrenhado denodadamente nesse sentido. Contudo, embora ciente das suas capacidades e a par do que se comentava nos corredores da CONCP e nos bastidores diplomáticos na capital tanganhicana a respeito da tenra idade de Gwambe, e das atitudes deste quanto à gestão de fundos doados à Udenamo, o Reverendo evitou entrar em choque com ele. Gwambe, no fim de contas, era o dirigente da Udenamo desde a sua fundação, tendo sabido galvanizar a organização, granjeado prestígio a nível internacional. Gwambe havia nessa época conseguido tratar com as autoridades ganenses a questão do treinamento dos primeiros guerrilheiros para a formação do braço armado de libertação de Moçambique, e largas somas de dinheiro entravam nos cofres da Udenamo, mormente vindas do leste europeu através do governo ganense. Se havia questões relacionadas com a conduta de Gwambe, estas poderiam ser resolvidas através do diálogo. Simango entendia que o esforço visando a almejada *unidade* havia surtido efeitos positivos a partir de Gana, na sequência da declaração conjunta, assinada pelos dirigentes da Udenamo e MANU em Dar es-Salam, de 24 de Maio. Era seu dever colaborar com a Frelimo acabada de fundar-se em Accra e ajudar o jovem Gwambe a conduzir o novo movimento até a vitória final. Contudo, essa não seria a opinião dos demais.

A Frelimo nascida no Gana não viria a reunir o consenso da maioria. A União Nacional Africana de Moçambique Independente

[123] Fanuel Malhuza, Idem.

(UNAMI)[124], de José Baltazar da Costa Changonga e Evaristo Gadaga, não tinha ainda assinado o acordo de união. No seu regresso a Dar es-Salam a delegação da Udenamo e da MANU à conferência de Accra seria informada do desejo de Changonga de se unir à Frelimo. Changonga declarara o desejo de integrar a UNAMI no novo movimento[125]. Todavia, houve necessidade de se rever a forma como a nova organização se

[124] Segundo reza a história oficial em Moçambique, a UNAMI era um movimento insignificante, constituído apenas pelo seu líder e pouco mais de meia dúzia de essoas. Esta ilacção é desmentida por um ex-membro daquele movimento: Segundo ele, "**a UNAMI foi fundada na clandestinidade em 1960 na província de Tete . Depois, os seus dirigentes tiveram que exilar-se no Malawi. Passou então a fazer o seu trabalho de recrutamento a partir daquele país. Tinhamos radicados naquele país muitos membros, maioritariamente provenientes de Tete, Zambézia e Niassa. No início nem a Udenamo, nem a MANU se podiam arvorar possuir centenas de membros. Quando muito, algumas dezenas porque todos acabavam de ser criados e a UNAMI já existia. Na qualidade de dirigentes do movimento, Baltazar Changonga e Evaristo Gadaga deslocaram-se a Dar es-Salam com aval da maioria dos membros dirigentes do nosso movimento para irem informar a Frelimo de que a UNAMI não devia ficar fora da união. Os dois tinha instruções para aceitarem qualquer compromisso de integração, desde que os objectivos fossem claros. E foi o que aconteceu. Depois de o nosso presidente nos ter informado sobre o compromisso da integracão, a maioria dos membros da UNAMI deixou o Malawi para Tanzânia para se juntar a Frelimo. Por conveniências políticas, pessoas como o Hélder Martins, Marcelino dos Santos e outros da Frelimo hoje, dizem que a UNAMI não era nada. Bom!... eles é que têm o poder. Queriam que logo no primero dia Changonga e Gadaga se apresentassem em Dar es-Salam com um regimento de mil pessoas, numa situação em que ninguém de nós sabia como seríamos recebidos?!...**". (Job Ntundumula. Beira, 6 de Junho de 2001, entrevista com o autor). A pedido do entrevistado, esta entrevista decorreu em língua xisena. Infelizmente, Ntundumula, então uma "enciclopédia ambulante" de histórias de revoltas das populações de Tete, viria a falecer dois meses depois desta entrevista, vítima de doença.

[125] Para José Baltazar Changonga, a união não significava o fim da actividade política dos três movimentos – Udenamo, MANU, UNAMI. Embora tenha participado na reunião da histórica data de 25 de Junho, não subscreveu a declaração da transferência dos bens do seu movimento para a nova organização (Frelimo). Apenas os presidentes e Secretários principais da Udenamo e MANU subscreveram esse documento. Quando Changonga se dissociou da Frelimo meses mais tarde, escreveu várias cartas a Mondlane, a partir do Malawi, solicitando o aval deste para que as actividades da Frelimo naquele país fossem coordenadas pela UNAMI. Algumas dessas cartas encontram-se desorganizadas no arquivo do *Museu da Revolução* em Maputo. Aparentemente, Changonga também não estava interessado na via armada. Entendia que a independência podia se obter por via de diálogo como havia acontecido no Malawi. Changonga entraria em rota de colisão com Mondlane quando um grupo de 25 jovens da UNAMI, provenientes do Malawi, foi encaminhado à Bagamoio para treinos militares. Em nota da PIDE da época, escreve-se que Baltazar da Costa, indignado com aquele procedimento, "avistou-se com Mondlane, tendo-lhe dito que a UNAMI não concordava que os seus membros re-

iria estruturar devido ao crescente número de refugiados que entretanto haviam chegado a Dar es-Salam. Para muitos, era necessária uma reunião mais alargada e dela saírem os órgãos directivos devidamente eleitos pela maioria, pois a formação da Frelimo em Gana havia apenas contado com a participação de sete pessoas, nomeadamente Adelino Gwambe, Marcelino dos Santos, Fanuel Malhuza e Calvino Malhayeye por parte da Udenamo, e Mathew Mmole, Daude Atupale e Samuli Diankale em representação da MANU. Foi assim constituído um Comité *ad hoc* de 20 membros, que trataria da unificação dos movimentos nacionalistas de Moçambique. Para presidente do Comité foi escolhido Uria Simango, cabendo-lhe as funções de tratar de todos os preparativos até a data histórica de 25 de Junho.

Nas vésperas da fusão dos três movimentos, Simango e seus correligionários movimentavam-se no sentido de consolidarem as suas posições na organização em perspectiva. Entre outros afazeres, o Reverendo Simango, na qualidade de presidente do Comité *ad hoc* de unificação, deporia perante uma delegação do Comité dos Sete das Nações Unidas, enviada a Dar es-Salam em Maio de 1962 expressamente para ouvir o testemunho dos refugiados moçambicanos.

Mas a procissão para a almejada união ia ainda no adro e com muitos caminhos sinuosos por trilhar. Um processo revolucionário de natureza política não se compadece, muitas vezes, com a moralidade.

---

membros recebessem treino militar, mas sim que fossem prepararados intelectualmente, para poderem ser úteis a Moçambique. Daqui resultou uma troca de palavras amargas, tendo depois Baltazar da Costa conseguido que os elementos da UNAMI fossem julgados incapazes para o serviço militar e regressassem à Niassalândia". Changonga abandonaria a FRELIMO em Dezembro de 1963. (PIDE – Confidencial - informação n°822-SC/CI (2), pp. 13, 14). **Nota**: Em Março de 1965, Baltazar da Costa Changonga seria raptado pelas autoridades portuguesas no Malawi. Conduzido a Moçambique, viria a permacer detido nas masmorras da Machava até ao golpe de estado de 25 de Abril em Portugal. No auge das solturas dos presos politicos no pós golpe em Portugal, segundo Jaime Machava, "Changonga foi entregue pelas novas autoridades portuguesas à Frelimo que o libertou por alguns meses, aparentemente porque se concluiu que Changonga já havia aceite a legitimidade da Frelimo". Com efeito, " em Junho de 1974, Changonga era enfermeiro no Posto de Socorro n. 2 da Soberana Ordem de Colombo no Bairro da Munhuana". Cedo, a Frelimo viria a reconduzi-lo aos calabouços da Machava, onde viria a morrer em situaçoes ainda por esclarecer a 25 de Setembro de 1988 (Jaime P. Machava, Beira, 29 Julho de 2003, entrevista com o autor). **Nota importante**: Sobre mais dados em relação a Baltazar da Costa Changonga, ler Coluna de João Craveirinha, In *Correio da Manhã* n. 1687 de Maputo, 17 de Outubro de 2003.

"Nós" e "eles": A mítica unidade dos Homens

Apercebendo-se de que a liderança de Gwambe estava sendo posta em causa em consequência da sua tenra idade, tanto por alguns moçambicanos assim como por destacados estadistas africanos, inicia-se uma luta interna que visava refazer o projecto, com um homem à frente, e não um garoto – como muitos alegavam. A procura de uma hegemonia étnica e regional para a liderança da organização cedo se faria sentir por parte de alguns. Segundo Fanuel Malhuza, ele próprio e alguns colegas seus oriundos do Sul de Moçambique, viam com preocupação que o único capaz de reunir consenso para liderar a organização era Simango, pois o afastamento de Gwambe – jovem oriundo do Sul de Moçambique – da liderança máxima da Frelimo era eminente. Segundo Malhuza, ***"os tsongas não queriam que o líder da Frelimo fosse um ndau, pois há conflitos históricos entre tsongas e ndaus. (...) Olhávamos para Chissano que seria alternativa e víamos um miúdo, acontecendo o mesmo com Pascoal Mocumbi"***[126].

E como Uria era um *ndau*, Malhuza e alguns naturais do Sul, na contenda pelo Poder efectivo, endereçariam uma carta a Eduardo Mondlane, um antropólogo moçambicano que havia trabalhado nas Nações Unidas e que na altura desempenhava as funções de professor na Universidade de Siracusa nos Estados Unidos da América. Na carta, Mondlane era solicitado a se deslocar a Dar es-Salam a fim de tomar parte numa reunião destinada a fundir os três movimentos. Redigida por Fanuel Malhuza e Calvino Malhayeye – em *tsonga*, para melhor impressionar Mondlane[127], segundo diria trinta anos mais tarde Malhuza – a carta enfatizava a imperiosa necessidade de Mondlane se deslocar à Dar es-Salam a tempo de evitar que Simango fosse eleito presidente da Frelimo, pois tudo indicava que o homem seria a aposta da maioria. Desse modo, era importante que Mondlane entendesse a necessidade

---

[126] Fanuel Gidion Malhuza. In, Programa *No Singular*, TVM, Maputo, 1998. Entrevista com o Jornalista Emílio Manhique.

[127] Malhuza acrescentaria mais tarde em entrevista ao jornal Savana que escreveram para Mondlane em tsonga **"para ele compreender o nosso pensamento. Porque queríamos que ele entendesse a essência cultural do problema que lhe colocávamos. Tratava-se da afirmação de um grupo sobre o outro. Tratava-se já de luta pelo poder"**. (In Savana, 20.10.2000, *Mondlane não é arquitecto da unidade entre os três movimentos*, p. 5).

de não deixar o Poder em mãos *alheias*, pois haviam sido –"***os Tsongas os mentores do primeiro partido político em Moçambique***" – acrescentaram Malhuza e Malhayeye na sua missiva à Mondlane, numa alusão à Udenamo.

Simango, sem se aperceber das reais intenções dos seus colegas, embrenha-se nos preparativos do 25 de Junho na sua qualidade de presidente do Comité *ad hoc*. Lamentava que a Gwambe e aos seus apoiantes nada restasse senão aceitar a decisão da maioria que era instigada tanto pelos mais velhos como por alguns estadistas e diplomatas africanos que viam em Gwambe um miúdo *aventureiro*. Entretanto, ainda que ciente de que muitos apoiariam uma possível candidatura sua à liderança da organização em vias de se formalizar, Simango não faz uso das suas potencialidades para o efeito. Ao tomar conhecimento da possibilidade de Eduardo Mondlane vir à Dar es-Salam para participar na reunião da fusão, e que inclusivamente alguns apoiariam a sua candidatura à presidência da organização[128], contrariando a ideia de alguns dos seus apoiantes, tudo faz para que a vinda de Mondlane se efectivasse com a maior brevidade possível. Simango entendia que a sua imagem perante alguns dos seus correligionários na Udenamo sairia reforçada, pois entendia que a sua condução à liderança da Frelimo seria interpretada por Gwambe e aliados como uma traição. Era, alias, um sentimento que pairava no ar desde a sua nomeação para presidente do Comité *ad hoc*. A Simango não interessava qualquer contenda com o presidente da Udenamo, pois tinha uma especial admiração pelo empenho do jovem e outros fundadores desse movimento, seus companheiros desde os momentos difíceis na Rodésia.

Contra as expectativas dos seus apoiantes, nos momentos derradeiros da fusão, Simango movia-se nos bastidores em favor de Mondlane, pois, conforme dizia, "***dado que ele passou pelas Nações Unidas, muita gente conhece-o e a nossa luta poderá ter muito apoio por intermédio dele***[129].

"***Mas embora Simango concordasse com a vinda de Mondlane, este chegaria a Dar es-Salam sem o conhecimento tanto***

[128] Nota importante: Ao longo deste livro, a palavra "organização" deve ser entendida como "entidade social dirigida para objectivos específicos e deliberadamente estruturada".

[129] Pedro Simango, Beira, 10 de Dezembro de 2000 – Entrevista com o autor.

dele como da maioria dos dirigentes da Udenamo. Mondlane chegou a Dar es Salam sem o conhecimento de muitos. Se havia alguem que sabia, guardou essa informação para si. A maioria dos dirigentes da Udenamo surpreendeu-se quando viram Mondlane a depôr contra Portugal perante o Comité dos Sete das Nações Unidas"[130].

A candidatura de Simango à presidência da Frelimo, não só seria fruto de pressão exercida pelos seus apoiantes, que acreditavam na sua seriedade e idoneidade moral, mas também do próprio Adelino Gwambe que já via os seus intentos gorados. No dia anterior à histórica data de 25 de Junho, Eduardo Mondlane, que entretanto chegara algumas semanas antes da reunião, teve um encontro à porta fechada com Adelino Gwambe para o que se chamou de concertação de posições. O encontro, que durou cerca de três horas consecutivas, teve um desfecho imprevisto. Contra todas as expectativas, Gwambe saiu dele barafustando contra a figura de Eduardo Mondlane. Lançaria então uma campanha a favor de Uria Simango, pois, segundo alegou, Mondlane não tinha posições claras quanto ao uso de violência armada contra as autoridades portuguesas em Moçambique[131]. Gwambe, que tinha aversão a política norte americana em relação a Portugal e suas colónias em África, passou, desde então, a rotular Mondlane de agente do imperialismo ocidental no seio do nacionalismo moçambicano. E a rixa entre essas duas figuras seria uma constante nos meses que se seguiram à união, com Mondlane a acusar Gwambe de "fantoche" ao serviço dos interesses de Gana e do leste europeu.

Segundo o ex-combatente Pedro Simango, para agradar

130 Idem. Nota do autor: Pouco antes da publicação deste livro, e três anos depois da entrevista entre o autor e Pedro Simango, o jornal SAVANA publicava uma extensa entrevista com Jaime Maurício Khamba onde se afirma que "**Mondlane chega a Frelimo na boleia das Nações Unidas**", e pouco antes de Simamgo chegar no salão de Nazmoja para, em representação da Udenamo e MANU, depôr perante o Comité dos Sete, Mondlane já havia falado perante os membros daquele Comité. Segundo Khamba, "**mal vi o Dr. Mondlane de imediato comuniquei ao Reverendo Uria Simango e Paulo Gumane, os quais não acreditaram porque não tinham sido avisados sobre a sua vinda à África. Mas com a descrição que lhes forneci, Simango acreditou que tratava-se na verdade de Mondlane, tendo no entanto lá se dirigido a fim de desejar-lhe os cumprimentos de boas vindas**". (Jaime Maurício Khamba, in SANAVA, Maputo, 5 de Setembro de 2003, pp. 16, 17).

131 Jaime Maurício Khamba, in "*The truth about the formation of Frelimo*". Documento não publicado, gentilmente cedido por Lutero Simango ao autor.

Gwambe e todos quanto o apoiavam, o Reverendo Simango aceitou o desafio de concorrer à presidência da Frelimo *"com um sorriso sarcástico, ciente dos resultados que adviriam da eleição, pois o trabalho por ele desenvolvido nos bastidores a favor do Dr. Mondlane, indicavam-lhe uma folgada vitória desse homem"*[132].

"É que as pessoas acreditavam em tudo o que Simango sugeria e a maioria votou, de facto, em Mondlane em resposta ao seu apelo. Embora Mondlane tivesse, antes da união, tido contactos com alguns nacionalistas tais como com o presidente da UNAMI, é preciso esclarecer uma coisa: Mondlane foi sempre cauteloso, mas isso não quer dizer que ele fosse o principal protagonista da união. Era cauteloso porque não conhecia os movimentos existentes. Queria inteirar-se primeiro para depois decidir. E foi exactamente nesse período de indecisão que se começou a desenhar a união dos movimentos. Esta, nunca foi um esforço particular de Mondlane. A união foi produto, primeiro, do trabalho dos líderes do MANU e da Udenamo e depois do líder da UNAMI que se veio a juntar ao grupo no Tanganhica, e não de Mondlane, que apenas foi convidado por alguns membros da Udenamo a participar no encontro como membro desta organização. Aqui não se pode pôr de lado, também, o papel desempenhado pelos líderes do TANU e pelo governo do Gana. Agora, se me disserem que Mondlane apenas lutou para se impor na liderança quando se apercebeu de que a ideia de união era irreversível, isso não contesto. E lutou de facto, conseguindo impor-se. Eu era membro da Udenamo desde os tempos da Rodésia e só ouvi falar de Mondlane já em Dar es-Salam."[133].

No momento da votação, dos cerca de 135 votos expressos, apenas 13 foram a favor de Simango, quer dizer, os votos do grupo que mais pressionava em seu favor, 116 a favor de Mondlane e 6 a favor de Changonga[134]. Esse resultado, reflectiria aos olhos dos seus apoiantes uma brincadeira de mau gosto, pois cedo se descobriu que

---

[132] Pedro Simango, Idem .

[133] Samuel B. Simango, Maputo, 15 de Fevereiro de 1995, entrevista com o autor.

[134] Thomas R. Byrne – Department of State, Airgram Confidential. Dar es-Salam, July 10, 1962. Nota importante: Há informações díspares quanto ao número de votantes e de vo-

ele mesmo havia igualmente votado em Mondlane. Sem ter em conta a dimensão do seu acto, Simango, facilitaria toda uma estratégia que alguns *etnocêntricos* e *regionalistas* viriam mais tarde a gerir com muita discrição e inteligência no interior da organização, culminando com o seu isolamento. Ademais, é preciso realçar que Eduardo Mondlane era bacharel em ciências sociais e doutorado em antropologia. Qualquer sociólogo ou antropólogo conhece com profundidade, na essência, o valor da etnia e da região de origem no comportamento do indivíduo. Pelo que Mondlane entendeu bem a essência do conteúdo da carta em *tsonga* de Malhuza e Malhayeye. O resto, como qualquer acadêmico que se preze faria, só faltava pôr a cabeça a trabalhar e agir no terreno de acordo com as circunstâncias. E Mondlane fê-lo com destreza. Tinha uma bagagem académica que lhe conferia um amplo vislumbre do que se passava em seu redor. Simango nunca soube do conteúdo da carta enviada ao antropólogo, pois embora tivesse tido conhecimento do contacto entre este e alguns membros da Udenamo oriundos do Sul de Moçambique, julgou apenas ter-se tratado de um simples convite para Mondlane participar no encontro e, como qualquer um, candidatar-se a presidência do movimento. Enganou-se[135].

Mas Mondlane não só ganharia folgadamente em consequência do seu currículo académico e experiência nos corredores das Nações Unidas – facto que, sem dúvidas, impressionava muitos. Logo após a sua chegada à Dar es-Salam na primeira metade de Junho de 1962, contra a campanha anti-americana desenvolvida por Gwambe, Mondlane ripostaria de forma inteligente. Engendraria uma campanha junto aos membros dos dois principais movimentos (Udenamo e MANU) que consistiu em prometer bolsas de estudo para os Estados Unidos e outras partes do mundo a todos aqueles que se mostrassem interessados em estudar se saísse vencedor da eleição de 25 de Junho. E nesse seu jogo não só teria como pontas de lança os que o haviam convidado para se deslocar a Dar es-Salam, como também o próprio Reverendo Simango o ajudaria energicamente. A par disso, Mondlane despendeu

---

os ganhos por cada um dos concorrentes à 25 de Junho de 1962. Segundo a Informação n° 122–SC/CI (2) datada de 18 / 8 / 67 (Confidencial) da autoria da PIDE em Moçambique, Mondlane obteve 126 votos contra 69 de Simango e 9 de Changonga.

Fanuel Malhuza, Idem

largas somas em dinheiro para aliciar os potenciais eleitores de circunstância e pôs mão a tudo para agravar a já debilitada imagem do jovem Adelino Gwambe[136]. De acordo com os comentários de Thomas Byrne então encarregado dos assuntos estrangeiros na Embaixada dos Estados Unidos em Dar es-Salam, devia-se atribuir a vitória de Mondlane a dois factores: Primeiro, ele fizera uma campanha intensiva junto dos refugiados na primeira semana em que se encontrava em Dar es-Salam e durante os sete dias que precederam a histórica data de 25 de Junho. Segundo, Mondlane ter-se-á aproveitado subtilmente da ausência de Adelino Gwambe que na circunstância se encontrava na Índia onde, na companhia de David Mabunda, participava na Conferência Mundial da Paz. Gwambe encontrava-se na Índia de 17 a 23 de Junho, isto é, exactamente na semana crucial dos preparativos para a formalização da união. Apesar de entre os 20 membros do Comité *ad hoc* liderado por Simango 10 pertencerem a Udenamo, estes não se dignaram a incluir na lista dos elegíveis a pessoa de Adelino Gwambe[137]. O presidente da Udenamo insistia em que o seu nome não constasse de uma "organização da qual faziam parte agentes da CIA", numa referência a Eduardo Mondlane. Todavia, Gwambe não se coibiria de, na companhia de Calvino Zaqueu Mahlayeye (pela Udenamo); de Mathew Michinji Mmole e Lawrence Mallinga Millinga (pela MANU), assinar uma declaração de intenções da autoria do Comité *ad hoc*. Essa declaração rezava que imediatamente a seguir a eleição do Conselho Supremo do novo movimento (a Frelimo), os Conselhos Executivos do MANU e da Udenamo comprometiam-se a transferir, dentro de noventa dias, todas as propriedades que possuíam e controlavam para o Conselho Supremo da Frelimo. Comprometiam-se igualmente a apresentar, no mesmo período, o novo partido aos seus membros espalhados por diversas regiões do território do Tanganhica.

Encontrado o vencedor na eleição de 25 de Junho de 1962, sendo Uria eleito vice-presidente, aos olhos de muitos a posição por ele assumida em apoiar Mondlane na presidência e com ele colaborar não

---

[136] CABRITA, João, *Mozambique: The tortuous Road to Democracy,* p.11.

[137] Thomas R. Byrne, Idem. **Nota:** Todos os documentos / relatórios provenientes da Embaixada os Estados Unidos da América em Dar es-Salam aqui citados, encontram-se depositados no *Centre For Portuguese History Studies*, e fazem parte da "*Colecção de João Cabrita*".

agradou a alguns, daí que grande parte dos seus apoiantes presentes no acto da fusão julgassem que Simango os terá feito de "bobos", apoiando ele mesmo o seu suposto adversário na corrida à presidência da Frelimo. Como resultado, Gwambe sentiu-se ferido com a eleição de Mondlane e, para além de se aborrecer com o facto, olharia os seus companheiros Malhayeye, Malhuza, Gumane e Mabunda como os mentores principais da sua queda. Intensificaria então a sua campanha contra Mondlane e, dias depois, Gwambe era, a 27 de Junho, detido e posteriormente expulso da Tanzânia. Por várias vias, Gwambe não tardou que arrastasse consigo uma boa parcela dos fundadores da Frelimo, que acabariam por abandonar a organização pouco tempo após a sua fundação.

A forçada convivência de duas escolas ideológicas na mesma casa

Contrariamente ao que a história oficial em Moçambique nos conta a respeito dos líderes da Udenamo e da figura de Eduardo Mondlane, o presidente da Frelimo eleito a 25 de Junho de 1962 trazia dos Estados Unidos uma agenda que cedo colidiu com as aspirações de alguns dos nacionalistas moçambicanos então na Tanzânia. E isto porque?

Frente aos ventos nacionalistas com tendências de radicalismo de esquerda que se desenhava na maioria dos movimentos independentistas africanos das colónias portuguesas, e perante a carnificina protagonizada pela UPA em Angola no início da década sessenta, Mondlane entendeu que era chegado o momento de se criarem as condições que evitassem o prosseguimento da guerra em Angola e o eclodir de novas guerras na Guiné-Bissau e, particularmente, em Moçambique, sua terra natal. A maioria dos movimentos nacionalistas africanos então existentes nas colónias portuguesas, perante a intransigência do regime salazarista, já advogava a violência armada como via de se alcançar a independência. Com efeito, num relatório enviado ao subsecretário do estado norte-americano, Chester Bowlers, sobre a sua viagem a Moçambique no primeiro trimestre de 1961, de entre várias coisas que relata, Mondlane afirma – em jeito de sugestão

– que os Estados Unidos deviam estar na posição de encorajar Portugal a aceitar o princípio da *autodeterminação* dos povos africanos sob seu domínio, estabelecendo as datas e delineando os passos que culminassem em independências em 1965. Mondlane é citado como tendo afirmado que Portugal devia, igualmente, ajudar na formulação de políticas económicas e sociais com vista ao desenvolvimento dos povos da "África portuguesa"; preparando-os para uma independência com responsabilidade[138]. O conceito de *autodeterminação* defendido por Eduardo Mondlane fundava-se no receio de ver uma *independência total e completa* de povos sem autóctones capazes ou academicamente treinados para administrar, na modernidade, os respectivos países. Mondlane admitiu mesmo que Moçambique enfrentaria graves problemas se a independência fosse ganha imediatamente, pois não possuía africanos treinados para fazer face a uma eventual avalanche de problemas sociais[139]. Era, segundo o seu ponto de vista, necessário que gradualmente se fossem criando as condições para uma "independência com responsabilidade".

A partir da sua visita a Moçambique, por diversas vezes, Mondlane manifestou junto a diversos círculos diplomáticos do ocidente e, particularmente, dos Estados Unidos da América, a sua intenção de liderar um movimento nacionalista moçambicano que pudesse encontrar uma via diplomática de resolver o problema da descolonização de Moçambique. A ideia de Mondlane viria a ter a concordância das autoridades norte americanas e os seus contactos com vista a concretização do seu projecto *pacifista* levá-lo-iam aos corredores do poder durante a vigência da administração Kennedy.

Terá sido este projecto *pacifista*, isto é, o receio de se avançar de imediato para um confronto militar com as autoridades portuguesas em Moçambique, o que viria a minar a harmonia entre os diferentes nacionalistas nas vésperas da fusão dos três movimentos.

Mas no tocante ao nacionalismo moçambicano no verdadeiro

---

[138] CABRITA, João , *Mozambique - The Tourtuous Road to Democracy*, p. 6

[139] Willian L.Wigth Jr. Departamento do Estado. Memorandum de Conversações, 16 de Maio de 1961.

sentido da palavra, a despeito de oficialmente se atribuir "ideais nacionalistas" à associação estudantil NESAM[140] de que Eduardo Mondlane fora um co-fundador, na reivindicação efectiva da independência imediata do país Mondlane contava com alguns anos de atrasado em relação à Adelino Gwambe, Fanuel Malhuza, Uria Simango e outros moçambicanos exilados na Rodésia e Tanzânia. Igualmente, o antropólogo Eduardo Mondlane, contava com alguns anos de atraso em relação à ímpar figura de Marcelino dos Santos que cedo se juntou a outras vozes do nacionalismo africano na década cinquenta, a partir da Europa. E é preciso esclarecer mais: Se bem que este último (Marcelino dos Santos) fosse uma figura emblemática e incontornável do nacionalismo africano de expressão portuguesa, igualmente, estava numa posição incómoda no seio dos nacionalistas africanos radicadas na Europa. Contrariamente a companheiros seus como Lúcio Lara, Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Hugo de Menezes, Viriato da Cruz e outros tantos nacionalistas das colónias portuguesas de Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau, que da Europa estavam em constante contacto com os núcleos do MPLA e PAIGC nos respectivos países em África, dando conta ao MAC[141] sobre o desenrolar dos acontecimentos naqueles territórios, Marcelino dos Santos via-se em dificuldades de relatar ao MAC e aos seus companheiros de luta a situação política da colónia portuguesa do Índico. Não tinha com Moçambique ou com os exilados na Rodésia ou

[140] A NESAM (Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique) foi fundada em 1949.

[141] O MAC (Movimento anti-colonial) foi constituído em 1957, em Portugal, por uma maioria de nacionalistas angolanos e guineenses. Marcelino dos Santos e Noémia de Sousa terão sido os únicos moçambicanos presentes na fundação. O MAC pretendia ser a voz unida dos movimentos de libertação das colónias portuguesas no estrangeiro, daí que se subordinava a estes (?!...). É importante notar que tanto este movimento como o que o precedeu, o *Movimento Democrático das Colónias Portuguesas*, atravessou crises internas que redundaram na sua morte e na criação de uma nova organização com o mesmo fim. Igualmente nota saliente é que os mentores dessas organizações eram, na prática, os mesmos que andavam pela Europa. De rixa em rixa, iam-se separando e fundando novas designações de frentes unidas para a independência nacional das colónias portuguesas. Visavam ser os porta-vozes no estrangeiro dos movimentos então existentes ou por criar nas colónias portuguesas de África. Do *Movimento Democrático das Colónias Portuguesas* nasceu o Movimento anti-colonial (MAC); do MAC nasceu a Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN) em 1960 na Tunísia e; da FRAIM nasceu a CONCP em 1961 no Marrocos. Todas estas "uniões" foram sendo ultrapassadas pela dinâmica interna dos próprios movimentos nacionalistas então existentes em Angola e Guiné-Bissau, como, mais tarde, pelo movimento moçambicano que viria a surgir na Tanzania em 1962.

Tanzânia nenhum contacto de natureza política. Tanto Eduardo Mondlane como Marcelino dos Santos seriam, cada um no seu canto, colhidos de surpresa com o anúncio da existência de um movimento nacionalista moçambicano denominado Udenamo em Abril de 1961, com Marcelino já na qualidade de secretário geral da CONCP[142], exactamente quatro dias antes da primeira conferência desta em Casablanca.

De certa forma, a constituição da Udenamo e a sua participação na primeira conferência da CONCP em Casablanca trouxe um certo ar de alívio a dos Santos perante os seus companheiros que lamentavam a inexistência de um movimento nacionalista moçambicano. Isso permitiu que imediatamente após a sua chegada à Casablanca, Adelino Gwambe nomeasse Marcelino dos Santos como secretário das relações exteriores do movimento, e ambos representassem a Udenamo em pé de igualdade com os membros de outros movimentos nacionalistas da "África portuguesa", durante a conferência constitutiva da CONCP.

Todavia, o surgimento de uma figura como Marcelino dos Santos numa Udenamo de certa forma fragilizada, tanto em termos de quadros técnicos como em termos de organização interna para a luta, não tardou que causasse sérios embaraços a Gwambe, levando Marcelino dos Santos a aliar-se aos que contestavam a forma de proceder do presidente da organização. Já havia muitas vozes contra Gwambe que questionavam a sua gestão de fundos canalizados para o movimento. Apesar de em Maio/Junho ter-se deslocado a Accra onde pela primeira vez se anunciou a constituição da Frelimo, com Adelino Gwambe como seu presidente, Marcelino dos Santos nunca se conformou em ter um indivíduo na casa dos 20 anos de idade como líder de um movimento nacionalista do seu país. Não se coibiu, então, de junto a algumas figuras políticas do nacionalismo da "África portuguesa" radicados em Marrocos e Argélia, manifestar o seu desapontamento em relação à "inexperiência política" da maioria dos dirigentes da Udenamo, e particularmente do seu presidente.

---

[142] **Nota**: Deliberadamente, escrevemos ***"...com Marcelino já na qualidade de secretário geral da CONCP..."*** apenas por uma questão de princípio. De facto, durante os meses que antecederam a formalização daquela organização, Marcelino já era tido como o seu primeiro secretário geral. Havia consenso entre os fundadores da organização de que Marcelino fosse o primeiro a ocupar aquele cargo rotativo. Passou a sê-lo formalmente com a constituição da organização na primeira conferência de 18 a 20 de Abril de 1961.

A rixa entre Gwambe e Marcelino emergiria à luz do dia pouco antes da histórica data de 25 de Junho. Durante os trabalhos do Conselho Consultivo do CONCP que teve lugar de 13 à 15 de Junho de 1962 em Rabat, Marcelino foi citado como tendo lançado fortes críticas à Adelino Gwambe que culminaram com uma *declaração* do CONCP *ao povo moçambicano* onde, entre várias acusações, se lê que Gwambe era uma personalidade sem prestígio nos círculos nacionalistas em Moçambique; que colaborava com a polícia política portuguesa (a PIDE) contra os interesses do povo moçambicano; que eliminou elementos nacionalistas extremamente valiosos com medo da sua participação na direcção da Udenamo; que tem estado a criar grandes dificuldades na realização da unidade entre os nacionalistas moçambicanos; que tem convertido para seu uso pessoal os meios financeiros e materiais doados ao povo moçambicano para a luta de libertação, etc., etc.[143]

Em reacção às acusações contra a sua figura, Gwambe ripostaria dias antes de 25 de Junho com uma declaração de expulsão de Marcelino dos Santos das fileiras da Udenamo, acusando-o, entre várias coisas, de colaboração com a PIDE no enredo que culminou com o rapto e deportação para Moçambique de Jaime Rivaz Sigauke[144].

---

[143] BRAGANÇA, Aquino e WALLERSTEIN, Immanuel, *Quem é o inimigo (II)?*, pp. 195, 196.

[144] Em 1961, Sigauke foi raptado na Rodésia por agentes da PIDE então mandatados para o efeito. Conduzido a Moçambique, viria pouco tempo depois a ser solto da cadeia da Machava. Segundo informações de Sigauke, a sua saída da cadeia e posterior aparição no território tanzaniano fora facilitada pelos agentes da PIDE em Moçambique que visavam usá-lo como seu informador no interior da Frelimo. Contudo, chegado a Tanzânia, Sigauke não só informaria aos dirigentes da Frelimo sobre as circunstâncias da sua "fuga" e dos planos da PIDE de infiltrar pessoas no interior da Frelimo, como, igualmente, não cumpriria a promessa que fizera (de passar informações). Envolveu-se denodadamente na luta de libertação nacional. Dado as qualidades de nacionalista que demonstrava, viria, por indicação do Comité Central, a ocupar o cargo de Secretário da Organização Interna do movimento. Mais tarde, é destacado para representar o movimento na Zâmbia. Segundo Fanuel Malhuza, "**a PIDE não havia-se esquecido dele. Procurou então ajustar as contas porque o homem não havia pago a promessa**". Durante a sua detenção na cadeia da Machava, Sigauke havia conhecido um indivíduo de raça branca (também preso) que respondia pelo nome de A. Cardoso. "**Em Junho ou Julho de 1966, Cardoso fez-se à Tanzânia na companhia de um outro indivíduo também de raça branca onde se encontrou com alguns dirigentes da Frelimo e com o próprio Sigauke. Cardoso trazia um discurso nacionalista e, segundo ele, estava pronto para trabalhar com a Frelimo no combate ao colonialismo Português. Sigauke, que estava em Dar es-**

Moldado nos círculos intelectuais comunistas, aparentemente, Marcelino visava com o seu procedimento dinamizar a Udenamo para um acelerado protagonismo na luta, pois em matéria ideológica nada constava que estivesse em colisão com Gwambe. O que se sabia era que Gwambe e a Udenamo tinham imensa simpatia do Gana, de quem recebiam apoio material e financeiro. O Gana era conhecido pelas suas alianças ao bloco do leste europeu e à estratégia da Internacional Comunista, facto que não agradava, sobremaneira, ao ocidente e em particular a Eduardo Mondlane que, por sua vez, tudo fazia para liderar uma força nacionalista moçambicana distanciada do radicalismo de esquerda propalada pela Internacional Comunista, e que não advogasse a violência armada contra Portugal.

Contudo, apesar de Marcelino ser experiente nas lides do nacionalismo africano, a questão rácica pesava contra si. Nkrumah e muitos outros consideravam-no um moçambicano não representativo da maioria dos oprimidos de Moçambique, por ser mulato. E contrariamente ao que acontecia com outros movimentos nacionalistas da "África portuguesa" onde pontificavam figuras de várias raças academicamente melhor qualificadas, Marcelino não encontrava nos nacionalistas moçambicanos de raça negra alguém que tivesse trilhado os mesmos caminhos que ele. Não encontrava uma única figura negra moçambicana capaz de dinamizar e, em pé de igualdade, discutir a questão da descolonização moçambicana nos círculos que frequentava com homens do quilate de Amílcar Cabral, Agostinho Neto e outros tantos a partir da Europa[145]. Na época, Eduardo Mondlane era apenas uma referência académica radicada nos Estados Unidos da América, e homem pouco envolvido nas lides nacionalistas da "África portuguesa"[146].

Salam para uma reunião da Frelimo, regressou à Zambia pouco tempo depois de findo os seus trabalhos em Dar es-Salam. Deixou Cardoso e o seu companheiro na Tanzânia, mas, estranhamente, poucos dias depois, Cardoso e o seu amigo estavam também na Zâmbia. Na qualidade de representante da Frelimo em Lusaka, naturalmente que Sigaúke tinha que os receber. Não se sabe bem como, mas a verdade é que dias depois Sigaúke viria a ser encontrado morto, com balas na cabeça, na via que leva a fronteira de Moçambique com a Zâmbia. Cardoso e o seu companheiro nunca mais seriam vistos na Zâmbia, e nem na Tanzânia". (Fanuel Malhuza, ídem).

[145] Fanuel Malhuza, Idem

[146] Nota importante: Quando se escreve que "**Mondlane era apenas uma referência académica radicada nos Estados Unidos da América, e homem pouco envolvido nas lides nacionalistas da 'África portuguesa'**", a acepção deve ser entendida tal e

Era, então, necessário que Marcelino se acomodasse a um certo grupo de moçambicanos devidamente organizados, para dissipar a imagem de pessoa pouco representativa que infelizmente fazia aos olhos de outros nacionalistas africanos com quem vinha colaborando. O surgimento de uma Udenamo cujos mentores mal se conheciam nas lides do nacionalismo africano na Europa e no Partido Comunista Português, apareceu em Marcelino dos Santos como que uma *bóia de salvação* num momento crucial da consolidação de posições entre os diversos movimentos nacionalistas da "África portuguesa". As críticas que desenvolveria contra Gwambe no seio da CONCP, acontecem exactamente no período em que se avizinhava a histórica data da união dos movimentos moçambicanos no território tanzaniano. O desenrolar dos acontecimentos em Dar es-Salam (que Gwambe não pisava desde a altura da sua expulsão em Julho de 1961), não davam ainda garantias de que o então presidente da Udenamo não virasse o acontecimento que se avizinhava em seu favor. Na qualidade de presidente da Udenamo, Gwambe estaria presente em Dar es-Salam para a cerimónia oficial da unificação dos três movimentos, e tinha dinheiro por via do governo ganense, para eventuais compras de consciência de muitos. Gwambe dava mostras das suas capacidades na matéria de angariação de fundos. A título elucidativo, foi por via das conexões de Gwambe em Paris que Joaquim Chissano conseguiu uma passagem aérea para se deslocar, pela primeira vez, a Dar es-Salam na época da Páscoa de 1962[147]. Era então imperativo pintar negativamente, e o máximo possível, o quadro em torno do jovem Gwambe. E, dos Santos, na qualidade de secretário geral em exercício do CONCP, usou a arma que tinha em mão.

Entre as lamúrias vindas de Marrocos e outras ao nível dos

---

qual está escrita, a despeito de em diversas palestras de âmbito acadêmico (nos fins da década de 50) a voz de Mondlane se ouvir condenando os males do colonialismo no seu todo. Na época, ele não estava de facto a frente de nenhum movimento organizado contra o colonialismo português, como o fazia Marcelino dos Santos e outros. Alías, Mondlane pertencia a escola liberal de Chicago, uma escola que condenava veementemente toda a espécie de colonialismo por experiência própria da América ter sido uma colónia britânica.

[147] Joaquim Chissano, *Génese da Frente de Libertação de Moçambique* (In SAVANA, 14 de Abril de 2002, p. 17.

nacionalistas na Udenamo em Dar es-Salam, o 25 de Junho de 1962 ia-se aproximando com um Gwambe entre dois fogos: Um, dos seus companheiros na Udenamo e outro, proveniente de Eduardo Mondlane que, a todo o custo, queria ser o dirigente máximo do movimento nacionalista moçambicano. Numa campanha onde a ciência se confrontava com o desejo fundado no senso comum, Mondlane conquistaria então com perícia a simpatia das autoridades tanzanianas e os corações de muitos refugiados moçambicanos, pondo Gwambe fora do terreno. Jogando com a situação geográfica de Moçambique em relação aos territórios tanzanianos e ganense, o 25 de Junho chega numa altura em que Eduardo Mondlane havia contornado todos os obstáculos à sua eleição tanto junto dos círculos internos da Udenamo e da MANU, como junto das autoridades da Tanzânia que seriam os homens que dirigiriam o país hospedeiro, de onde partiria a força militar para uma possível incursão armada contra Portugal em Moçambique. E era, sem dúvidas, imperioso, naquela época, conquistar a simpatia de Nyerere e não necessariamente de Kwame Nkrumah. O Gana estava a centenas de quilómetros das fronteiras do território moçambicano e incapaz de albergar possíveis guerrilheiros da Frelimo. Entre as duas possíveis simpatias, para Moçambique e para a luta de libertação nacional, contava mais a simpatia de Nyerere e das autoridades tanzanianas. Mondlane demonstrava assim a sua habilidade no plano da táctica, e ganharia a presidência do principal movimento nacionalista moçambicano.

Mas, ainda que satisfeito com a queda de Adelino Gwambe, "*um aventureiro*" que, como ele e seus companheiros em Marrocos professava o *anti-imperialismo* americano, Marcelino dos Santos ver-se-ia na "infeliz" situação de ter de aceitar um dirigente moldado e temperado na sede do liberalismo ocidental. É que Mondlane era outra espécie de nacionalista, autêntica enciclopédia ambulante que não se comparava a Ámilcar Cabral, Agostinho Neto e nem a ninguém nos círculos a que Marcelino estava habituado na Europa. A despeito de colidir ideologicamente com ele, dos Santos teve que se sujeitar a um presidente que manifestamente repudiava a tendência radical contra o ocidente e contra os Estados Unidos da América, em particular, que caracterizava a maioria dos movimentos nacionalistas que, como Secretário Geral da CONCP, coordenava a partir de Marrocos.

"A escolha era pouca. Ou se sujeitava, ou corria o risco de, logo à partida, se ver igualmente em confronto com Eduardo Mondlane, o que seria catastrófico para os seus propósitos"[148].

Viver-se-ia então uma aparente coabitação ideológica no interior da Frelimo, o que transformaria o movimento numa das máquinas mais complicadas na esfera nacionalista lusófona, com apoios não letais inicialmente vindos de algumas organizações do ocidente e, posteriormente, após o início da luta armada, beneficiando de apoios do leste europeu e da China comunista. Todavia, isso não impediu que até ao II Congresso da Frelimo, Mondlane e Marcelino dos Santos fossem sempre conotados com o *"ocidente imperialista"* e com o *"leste progressista"*, respectivamente. Foi preciso Mondlane morrer em Fevereiro de 1969 para que, gradualmente, a Frelimo se transformasse, de uma Frente de tendência política liberal, a um movimento *marxista-leninista* de cariz stalinista.

Embora anos mais tarde alguns círculos ligados ao poder político em Moçambique viessem a atribuir o socialismo à *"marxista-leninista"* que se instalaria no Moçambique independente à Eduardo Mondlane, tendo como base a última entrevista deste com o jornalista Aquino de Bragança (pouco tempo depois da realização do II Congresso da Frelimo em 1968), a verdade manda dizer que há um enorme desfasamento entre o que se observa e a situação em que Mondlane estava mergulhado nos fins da década de 60. Peca-se por não se analisar o contexto em que Mondlane afirma que a Frelimo caminhava (sob sua liderança) para um socialismo a estilo *marxista-leninista*. E não só: Igualmente descura-se o carácter do próprio entrevistador, um *marxista-leninista* assumido que teve o cuidado de não se dignar a tornar pública a entrevista de Eduardo Mondlane quando este estava ainda em vida.

Na verdade, a estranha posição estratégica de Mondlane nos fins daquela década teve a sua história. Começou com a morte de John Kennedy em 1963 e com a posterior subida ao poder do democrata Lyndon Johnson nos Estados Unidos da América. Isso, de certa forma, debilitou a posição de Mondlane na liderança da Frelimo, pois para além de ter facilitado a diplomacia portuguesa que lutava para que as

[148] Fanuel G. Malhuza, Idem

organizações americanas (entre as quais a Fundacão Ford e a USAID) parassem com os seus apoios ao Instituto Moçambicano (o então "saco azul" onde desaguava a maioria dos apoios do ocidente à Frelimo), a situação nos Estados Unidos da América viria a forçar Mondlane a virar as atenções para o bloco do leste como única tábua de salvação a medida que a nova administração ia impondo restrições aos movimentos subversivos contra Portugal. Aliado a isso, a situacão instalada no interior da Frelimo em 1968 traria igualmente dissabores de enorme peso, pois frente aos conflitos que caracterizavam a liderança do movimento, os potenciais doadores dos países escandinavos (sobretudo a Suêcia) se viram na obrigacão de reduzirem também o seu apoio.

Com efeito, morto Kennedy, a nova administração americana encabeçada por Johnson esforçava-se por não entrar em rixas com Portugal, sobretudo por causa da base dos Açores. E o declínio da popularidade dos democratas na América, que começara a desenhar-se pouco depois da morte de Kennedy, prenunciava que estes não iriam renovar o mandato. Johnson ia remando contra a maré até aos finais de 1968, ano em que se realizou o II Congresso da Frelimo. E Mondlane já havia se apercebido da alhada em que os seus amigos democratas nos Estados Unidos da América se haviam mergulhado. John Kennedy cometera o erro de assumir (secretamente) o "comando" da invasão contra Cuba então esboçado pela administração republicana de Dwight Eisenhower e pela CIA. Sancionara a invasão através de rebeldes cubanos treinados e equipados pelo exército americano. Bonito seria, sem dúvidas, se aqueles senhores tivessem ganho a guerra. A derrota inflingida na invasão da Baia dos Porcos a 17 de Abril de 1961, seria, entre outras coisas, o prenúncio de outras derrotas no campo político-militar que poriam os democratas em apuros perante a opinião pública americana e mundial. E o jogo debaixo do pano sairia a público a 24 de Abril. Pressionado pela opinião pública americana, Kennedy viria a assumir publicamente a responsabilidade da invasão. Dada a gravidade que a questão levantava junto a opinião pública nacional e internacional, numa tentativa de salvar as hostes democratas nos Estados Unidos da América, Kennedy é citado como tendo afirmado que, na qualidade de Presidente dos Estados Unidos, ele assumia a responsabilidade da

invasão e, "***opunha-se, vigorosamente, que mais ninguém, dentro ou fora da administração, procurasse assumir essa responsabilidade***"[149]. Poucos meses depois, Kennedy era assassinado em Dallas. O seu sucessor (então vice-presidente), como que estando num beco sem saída, assume também a "vergonha" e arrasta-se com ela até a derrota nas eleições de 1969. A posterior subida ao poder, a 20 de Janeiro de 1969, do republicano Richard Nixon viria a encontrar as relações de Mondlane com a administração norte-americana no seu declínio total. A despeito de durante a primeira metade da década de 60 Mondlane ter sabido gerir com sabedoria a situacão no interior da Frelimo, conseguindo fundos de países como a Suêcia e outros Estados escandinavos, os conflitos internos no movimento nos fins da segunda metade dos anos sessenta viriam a perturbar de forma desastrosa a posição estratégica do então presidente da Frelimo. Mondlane estava naquilo a que se pode apelidar de "beco sem saída", pois, alguns doadores, perante o quadro de revolta que se instalara no interior da Frelimo, pressionados pelos revoltosos e alguns dirigentes do executivo tanzaniano, entenderam que o pomo da discória repousava no descaminho dos fundos doados à Frelimo por via do Instituto Moçambicano. Portanto, reduziram drasticamente os seus os apoios.

Um outro dado importante a considerar, e que igualmente pode ilustrar a complicada situação em que o presidente da Frelimo se encontrava é o seguinte:

É falsa a informação segundo a qual, durante a luta armada, a Frelimo recebia armas de Moscovo ou Pequim, vendendo-se a ideia de que as recebia directamente destes países. Na verdade, estas (as armas), a maioria das quais de fabrico russo e chinês, eram canalizadas aos movimentos de libertação por via do Comité de Libertação da OUA no âmbito de um acordo entre a OUA e alguns países do leste europeu, e no âmbito da própria estratégia da Internacional Comunista. Mondlane sabia que a despeito de lhe rotularem de pró-ocidental, com todas as consequências nefastas que isso trazia a sua imagem nos corredores nacionalistas e diplomáticos da época, jamais devia prescindir do apoio do ocidente, sobretudo dos E.U.A. de onde enormes somas de dinheiro lhe chegavam às mãos. Estava consciente de que viajando ou não para

[149] In, *Avante!* nº 1340, 5 de Agosto de 1999.

os países do bloco do leste para com esses cimentar possíveis laços de amizade, as armas destes sempre lhe chegariam às mãos por via da diplomacia que exercia junto a OUA e, particularmente, junto às autoridades tanzanianas e do próprio Comité de Libertação da OUA, que, por sinal, tinha a sua sede em Dar es-Salam e sofria uma enorme influência das autoridades locais[150]. E as armas, naquela época, eram a coisa facilmente desviável em África, sobretudo a partir de Dar es-Salam, pois uma vez sob a responsabilidade do Comité de Libertação da OUA, Pequim e Moscovo perdiam o total controlo delas. E terá sido por via das autoridades tanzanianas e de alguns oficiais do Comité de Libertação da OUA em Dar es-Salam que se propalou que muitas dessas armas foram parar as mãos do sessecionista coronel Ojukwo em Biafra. Não seria então Mondlane a não conseguí-las, residindo ele em Dar es-Salam e mantendo boas relações com Nyerere e com George Magombe, então o número um na hierarquia do Comité de Libertação da OUA em Dar es-Salam.

Tudo indica que a partir da morte de Kennedy até sensivelmente aos meados da segunda metade da década de 60, Mondlane não estava preocupado com coisas como armas, rações de combate, ou fardamento para o seu exército, coisas que obtinha a partir de Dar es-Salam. Mondlane estava preocupado era sim com o apoio não letal, sobretudo dinheiro, que dos Estados Unidos da América já escasseava em consequência do posicionamento da nova administração americana, e da diplomacia portuguesa que já se fazia sentir no âmbito da NATO. Era então urgente encontrar novos aliados que mantivessem vivo o "desaguadouro" de alguns bens não letais em Dar es-Salam (entenda-se, o Instituto Moçambicano)[151]. Qualquer governo ou organização, tanto do leste como do ocidente europeus, podia fazê-lo directamente sem que fosse necessário passar pela via do burocrático sistema do Comité de Libertação da OUA. E terá igualmente sido no âmbito da escasses de apoio da administração americana que Mondlane se deslocou a Suêcia na companhia da sua esposa em Setembro de 1964, e se

[150] A maioria dos oficiais superiores do Comité de Libertação da OUA em Dar es-Salam eram de nacionalidade tanzaniana e stavam mergulhados na estratégia do líder do seu país.

[151] A deliberada referência ao Instituto Moçambicano como o "saco azul" ou "desaguadouro dos bens materiais não letais à Frelimo" será ilustrado mais adiante, no capítulo " *O Instituto Moçambicano – A galinha dos ovos de ouro*".

esforçou por abrir uma nova frente de apoio no ocidente europeu exactamente no auge da crise dos democratas nos E.U.A. e da redução dos apoios da Suêcia em consequência dos conflitos que grassavam na Frelimo em 1968. Com efeito, e a seu pedido, naquele ano, um grupo de amigos seus na Inglaterra fundaram o que se chamou de *Committee for Freedom in Mozambique* (Comité para a Liberdade em Moçambique)[152]. Tendo como patrocinadores o Rev. Clifford Parsons, Lord Kilbracken, Colin Jackson e o conhecido jornalista e historiador Basil Davidson, o *Comité para a Liberdade em Moçambique* viria a ser o disseminador da imagem da Frelimo no ocidende capitalista, tendo através do seu trabalho se conseguido canalizar alguns apoios de organizações europeias[153].

Portanto, como acima se procura ilustrar, o problema da conotação com os interesses dos Estados Unidos da América nos corredores diplomáticos do nacionalismo africano da época; o subsequente declínio dos democratas naquele país durante a década de 60 e; sobretudo, os conflitos de 1968 no interior da Frelimo, jogaram um papel de relevo na mudança estratégica de Mondlane. Ou Mondlane aliava-se de "corpo e alma" ao bloco comunista, ou perdia ele próprio o controlo da situação no movimento que dirigia, movimento esse que, desde sempre, Moscovo e Pequim vinham piscando o olho. Contudo, nem por isso se pode afirmar que Mondlane embarcara num radicalismo comunista como o que se viveria no interior da Frelimo e no Moçambique pós independência. Na verdade, por conveniências de estratégia política dos seus sucessores, atribuir-se-lhe-ia uma série de coisas, sobretudo de carácter ideológico, que não faziam o seu tipo. Com a a sua morte em Fevereiro de 1969, o movimento viria a ser *assaltado* por uma linha *marxista-leninista* que, a despeito de então existir desde a sua fundação em 1962, nunca logrou impor-se efectivamente. Seria pela mão da PIDE (que assassinou Mondlane), que o campo ficaria aberto para que essa linha tomasse o poder e impusesse a sua ideologia, rotulando-a como que tendo sido produto da liderança de Mondlane e das novas relações sociais exigidas pelas populações no interior das "zonas libertadas".

---

[152] Segundo Polly Gaster, então membro do Comité Executivo daquele organismo em Londres, um ano depois da sua fundação o Comité passou a abranger países como Angola e Guiné-Bissau e a disseminar as imagens do PAIGC e MPLA na Europa ocidental. (Polly Gaster, Maputo, 29 de Outubro de 2003, entrevista com o autor).

[153] Polly Gaster, Idem

Mas antes de se chegar a essa fase, é importante notar que alcançada que foi a liderança no movimento nacionalista moçambicano, Mondlane e Marcelino dos Santos, num aparente pacto de convivência ideológica, partiam para as inconfessáveis agendas que os guiavam. Embora em algumas ocasiões a aliança estratégica entre ambos induzisse a ideia duma harmonia entre aquelas duas figuras, a verdade, porém, é que ambos estavam em extremos diferentes na materia ideológica. Tanto Simango como muitos na época não tardaram também a perceber isso. Entretanto, não conheciam os outros programas ocultos que pairavam nas mentes do antropólogo Eduardo Mondlane e do então secretário geral da CONCP. As fases de cada estágio de luta pela consolidação de posições viriam, gradualmente, a revelar tando as dimensões de cada um desses homens, como os objectivos que os norteavam.

A caminho do I Congresso: O Desenho dos vendavais que minariam a harmonia

Como sucintamente se procura ilustrar nos capítulos anteriores, embora o objectivo de libertar o país estivesse claramente definido no seio dos nacionalistas moçambicanos na Tanzânia, as contradições no seio daqueles nacionalistas foram uma constante. A Frelimo era um movimento da mesma espécie de movimentos ou partidos políticos que sempre existiram na história da humanidade. E, como qualquer um, é susceptível de pôr qualquer investigador em dificuldades sempre que tenta encaixar o *puzzle* da sua história. Até aos nossos dias, por exemplo, diversos estudos em torno desta organização não lograram desvendar, por completo, as diversas figuras que compunham o Comité Central inicial. Existem, quanto a esse aspecto, várias contradições nas diversas obras escritas desde da década de sessenta. Contudo, a despeito das contradições existentes entre os diversos historiadores, algumas fontes indicam, com segurança, que de entre os diversos fundadores da Frelimo que sairam eleitos ou indicados a 25 de Junho de 1965, e confirmados no I Congresso, destacaram-se:

1. **Eduardo Mondlane**, presidente;
2. **Uria Simango**, vice-presidente;
3. **David Mabunda**, secretário geral;
4. **Paulo Gumane**, vice-secretário geral;

5. **Marcelino dos Santos**, secretário do Departamento das Relações Exteriores e do Departamento de Organização Interna;
6. **Jaime Msadala**, tesoureiro;
7. **Joao Mauenda**, vice-tesoureiro;
8. **Leo Milas**, secretário do Departamento de Informação e Propaganda;
9. **Laurence Mallinga**, vice-secretário do Dpt° de Informação e Propaganda;
10. **Silvério Rafael Nungu**, secretário do Departamento de Adminstração;
11. **Mathew Mmole**, vice secretário do Dpt° de Administração;
12. **Lucas Mbunde**, secretário do Departamento da Juventude;
13. **F. Dewase**, vice-secretário do Dpt° da Juventude;
14. **João Munguambe**, secretário do Departamento de Segurança e Defesa[154];
15. **Filipe Magaia**, vice-secretário do Dpt° de Segurança e Defesa;
16. **Lourenço Mutaca**, secretário das Finanças;
17. **Precilda Gumane**, secretária da Liga da Mulher e;
18. **Baltazar Changonga**, Secretário do Departamento de Saúde.

Da fundação do movimento até sensivelmente a realização do seu II Congresso, a estrutura da organização sofreu diversas remodelações em consequência das já citadas expulsões e sistemáticos abandonos dos seus membros. Assim, entre Outubro de 1962 e Setembro de 1964, ano em que se iniciou a luta armada, dos 20 responsáveis e respectivos adjuntos entre os acima mencionados (então componentes do Comité Central inicial), permaneciam na organização apenas 6 elementos, nomeadamente Eduardo Mondlane, Uria Simango, Marcelino dos Santos, Silvério Nungu, Filipe Magaia e Lourenço Mutaca. Isto é, do total dos membros iniciais do Comité Central, 67% foram forçados a abandonar ou abandonaram voluntariamente o movimento, pois o desenrolar dos acontecimentos nos meses que se seguiram à suposta *unificação* ditariam uma turbulência incalculada, culminando com a alte-

[154] O Departamento de Segurança e Defesa (DSD) não fora instituído no dia 25 de Junho. Viria a ser instituído durante os trabalhos do I Congresso. Tudo indica que o mesmo pode ter-se dado com relação a outros departamentos.

ração do quadro estrutural inicialmente estabelecido. Isto dever-se-ia a diversos factores de entre os quais a figura de Gwambe que, mesmo "fora da carroça", continuou a usufruir de apoios financeiros do governo de Gana para reconquistar a posição perdida na Frelimo. Esses meios financeiros permitiram que ele comprasse a consciência de alguns dirigentes influentes no interior da Frelimo.

O receio de que Gwambe não desarmaria com facilidade foi, no início, profetizado a partir de Dar es-Salam. Em relatório ao Secretário de Estado norte americano datado de 26 de Junho de 1962, o então secretário para os assuntos externos na Embaixada dos Estados Unidos em Dar es-Salam escrevia que apesar de Mondlane ter ganho uma importante vitória a 25 de Junho, a permanência dessa vitória dependia da atitude do Gana e da habilidade de Mondlane em angariar fundos para contrapor os eventuais valores monetários que os comunistas que apoiavam Gwambe poderiam ainda proporcionar-lhe[155]. Mondlane é citado como tendo dito que Gwambe continuava a receber financiamentos por via das autoridades de Gana na expectativa de reconquistar a sua influência no seio dos refugiados moçambicanos na Tanzânia. Para fazer frente a Gwambe, Mondlane havia gasto mais de $1,000 da sua conta pessoal, necessitando desesperadamente de mais dinheiro para consolidar a independência do movimento em relação ao Gana e ao bloco comunista[156].

O jogo político que se viveria na Frelimo não seria tão linear como parece aos olhos dos observadores. Seria um jogo assente em estratégias bem pensadas que visavam conquistar o poder efectivo no movimento em luta, e no país independente em perspectiva. Eduardo Mondlane era um homem que regressava ao continente africano com dois objectivos bem definidos: Um, libertar o seu país do jugo colonial, mas livrando-o do comunismo radical; outro, desta feita inconfesso, impor uma hegemonia étnica e regional no contexto da luta de libertação e, posteriormente, no Moçambique independente. Era imperativo, para a prossecução deste segundo objectivo, moldar no seio do movi-

[155] Thomas R.Byrne – Departament of State - Incoming Telegram, Dar es-Salam, June 26, 1962.

[156] Thomas R. Byrne – Department of State - Incoming Telegram, Dar es-Salam, June 29, 1962.

mento um "*nacionalismo elitista*" ditado pelo Sul do país, através do controlo pelos originários dessa zona da máquina decisória do movimento. Mondlane cedo se apercebeu do "perigo" de ter Uria Simango como seu adjunto na presidência, um *ndau* como lhe apelidaram Malhuza e Malhayeye. É que Simango acabava de conquistar o segundo posto de destaque nas esferas de liderança da Frelimo por mérito próprio sem ter que se apoiar em campanhas ou *lobbies* em seu favor nos bastidores. Isso significava que se estava perante um homem com prestígio e, provavelmente, capaz também de pensar no *Poder* em termos de domínio étnico ou regional. Deste modo, cedo Mondlane entendeu que Simango era uma pedra séria que lhe podia fazer sombra na liderança, perturbando assim os seus objectivos. Era preciso limitar as vias através das quais Simango pudesse consolidar a sua posição no novo movimento. Para tal, a Simango foi prometido uma bolsa de estudos por mais de três anos nos Estados Unidos com a partida prevista para o fim de Setembro, imediatamente após a conclusão dos trabalhos do I Congresso do movimento.

Embora Simango se tivesse, brilhantemente, empenhado na solidificação do movimento até a esse Congresso que ele próprio presidiu[157], apresentando o roteiro da cerimónia e os oradores no evento, na perspectiva de limitar o seu protagonismo no posto decisório que conquistou, Mondlane decidiu não nomeá-lo como seu representante durante o período que previa ausentar-se. O presidente eleito desenvolveria a ideia de que dado que ele próprio (o presidente) e o vice-presidente se iriam ausentar para os Estados Unidos, era imperativo que os seus subordinados imediatos se inteirassem de todos os comandos da gestão da organização. Apostaria então em David Mabunda e Paulo Gumane (ambos originários do Sul de Moçambique) na esperança de que estes lhe seriam *muito leais* na prossecução do seu objectivo oculto.

Mas o plano de se descartar de Simango logo à partida sairia gorado dado que Mondlane terá falhado na avaliação que fez sobre as capacidades de Gwambe fora do movimento. Com efeito, mergulhado na ideia de que o ex-presidente da Udenamo contava então com poucos seguidores, com o agravante de este estar interdito de entrar no

[157] Thomas R. Byrne, Department of State. Airgram Confidential, Dar es-Salam, November 6, 1962.

território tanzaniano, Mondlane, na perspectiva de que Simango cedo estaria com ele fora do terreno das operações, estudando nos Estados Unidos da América, procura fazer o máximo uso do secretário geral David Mabunda e do vice-secretário Geral Paulo Gumane para lhe assegurarem o poder durante o longo período que perspectivava ausentar-se de Dar es-Salam. Mondlane é citado como tendo dito que tinha para o ano de 1963 o plano de exercer a liderança do movimento a partir da Universidade de Siracusa, deslocando-se ocasionalmente à Tanzania para algumas reuniões. Deste modo, durante a sua ausência, o dia a dia da organização estaria a cargo de David Mabunda, pessoa que considerava ser oponente de Gwambe, então radicado no Gana e com escassas possibilidades de contra-atacar. Igualmente, Janet Mondlane, a esposa do presidente, acreditava que Mabunda era capaz e com suficiente experiência para administrar o movimento na ausência do marido. Todavia, enquanto Mabunda não regressasse de Moscovo onde se havia deslocado com passagem aérea disponibilizado por via das conexões de Gwambe, Mondlane acreditava que Gumane, pessoa que igualmente lhe era leal, iria aguentar com a direcção do movimento no terreno, até ao definitivo regresso de Mabunda.[158]

-"***Mondlane fez isso na perspectiva de que isso permitiria a Mabunda e Gumane estarem a par de toda a máquina partidária, porque os dois máximos, ele como presidente e Simango como vice presidente, estariam fora por um longo período, mas mantendo-se como dirigentes máximos do movimento. Ninguém de nós percebeu na altura que a intenção era de afastar Simango do processo para beneficiar os do sul***"[159]

Com efeito, Paulo Gumane tomaria as rédeas da administração da organização. Contudo, apenas seria leal a Mondlane até a data em que Mabunda regressou definitivamente à Dar es-Salam. E isto porquê?

Apercebendo-se de que a direcção do movimento estaria a car-

158 Thomas R. Byrne – Departament of State, Airgram Confidential. Dar es-Salam, July 10, 1962.

159 SS., Maputo, 11 Maio de 1997, entrevista com o autor.

go dos seus ex-companheiros de jornada, o presidente da Udenamo faz uso das suas capacidades e dos meios que possuía. Em conluio com as autoridades ganenses, traça uma estratégia visando igualmente fazer o máximo uso de Mabunda durante a ausência dos dois presidentes do movimento em África. Em carta a A. K. Barden datada de 23 de Julho, Gwambe informa:

"(...). Gostaria de informar que os meus seguidores são 100% da FRELIMO porque fomos nós que a fundamos. Mas estamos contra o uso dela como um instrumento dos Estados Unidos da América para lutar indirectamente contra os povos africanos através de uma suposta luta contra um comunismo que não existe em África e totalmente desconhecido pelos africanos. Nós os da UDENAMO temos estado a ver que o governo tanganhicano, o TANU e a PAFMECSA são os suportes dessas acções inimigas contra o Pan-Africanismo. Chegamos a conclusão de que devemos lutar dentro da própria Frente porque uma vez lutando contra a FRELIMO há o risco de intimidações; de aprisionamentos e deportações ou declararem-nos emigrantes proibidos. Com isso nada se ganhará senão manter o regime americano do Dr. Mondlane, pondo em risco a libertação do nosso povo. Queremos manter-nos simpáticos para com eles, especialmente com Mabunda de modo que Mondlane esteja satisfeito e regresse para leccionar por um período de um ano, de acordo com os seus planos e, o seu vice presidente, Sr. Uria Simango vá estudar por um período de mais de 3 anos nos Estados Unidos da América. Como podem ver, na lista dos responsáveis apenas Mabunda se manterá ali como o líder máximo. O que V. Excias., podiam fazer era controlá-lo e planificar com ele o que deve ser feito e podem facilmente financiar a FRELIMO legalmente através dele como Secretário geral. Com a sua cooperação estou certo que tudo poderá ser recomposto num espaço de três meses. Mas uma vez que nos mostremos que estamos contra eles, estarão atentos e usarão novos planos. Expliquei tudo isto ao Alto Comissário em Dar es-Salam e ele concordou com a ideia e, quando nos encontramos em Moscovo, eu, Malhuza, Malhayeye e Mabunda, durante as discussões à margem da Conferência, foi o Mabunda que primeiro sugeriu a ideia e aprovamos que é a única forma de resolver este caso. O que gostaria de V. Excias., na minha qualidade de Presidente da UDENAMO é o seguinte:

1. **Uma passagem com destino à Dar es-Salam via Cairo, para o dia 25 de Junho, para onde me devo dirigir imediatamente para tratar da transferência da propriedade para a FRELIMO e apresentar a Frente aos nossos membros de acordo com a declaração, antes de qualquer suspeita.**

2. **Duzentos e cinquenta libras para manter os débitos da UDENAMO antes da transferência da propriedade para a FRELIMO, valor a ser usado pelos nossos dirigentes para irem apresentar a Frente aos nossos membros nos sucursais fora de Dar es-Salam.**

3. **Chamarem imediatamente Mabunda para com ele planificarem como deve fazer o seu trabalho de forma a derrubar a política e o imperialismo americano na FRELIMO.**

4. **Apoiarem a FRELIMO de todas formas mas sendo vigilantes em relação a Mondlane e seus satélites, o mesmo que dizer que devem tratar de muita coisa com Mabunda e este ser cuidadosamente controlado.**

5. **Finalmente, entre a maioria dos responsáveis da FRELIMO, recomendo a pessoa de Mabunda como sendo a melhor para o efeito por ser um inimigo de Mondlane por este estar casado com uma senhora americana e por outras razões (...).**

Estarei preparado para assistir-vos em qualquer assunto onde quer que seja, e serei durante o meu tempo de vida pela causa da Unidade Africana e independência"[160].

De facto, Mabunda entra no esquema e, ao regressar a Dar es-Salam, aposta em trabalhar no sentido de afastar Mondlane e tomar a direcção do movimento "que estava a cair nas mãos do imperialismo americano e do ocidente colonial " – segundo o seu ponto de vista.

[160] Hlomulo C. Gwambe. Carta ao Director do Bureau of Africans Affairs, Accra, 23 de Julho de 1962.

Encontrando-se Mondlane nos Estados Unidas da América a angariar os meios financeiros para, entre outras coisas, custear as despesas do I Congresso da Frelimo então marcado para 13 a 16 de Setembro de 1962, Mabunda regressa de Moscovo com um montante de 3 500 libras disponibilizados pela Embaixada do Gana no Cairo. Posto ao corrente do assunto pelo vice-secretário geral Paulo Gumane, Mondlane engole em seco. O presidente da Frelimo é citado como tendo afirmado que a despeito de a Embaixada do Gana ter sido quem entregou o dinheiro em mão a Mabunda, a origem do montante é certamente a União Soviética[161]. Mas será graças a esse dinheiro que o I Congresso da Frelimo se reuniria de 23 à 28 de Setembro de 1962 e confirmado a liderança de Mondlane no movimento.

O Congresso realizar-se-ia sem grandes solavancos até que no último dia algo de anormal acontece. Mas dado que os contestatários do presidente precisavam vê-lo fora do território tanzaniano para poderem derrubá-lo, deixá-lo-iam partir, assegurando-lhe que iam tomar conta do recado. Sossegado, Mondlane regressaria aos Estados Unidos poucos dias depois do Congresso para cumprir o seu contracto com a Universidade de Siracusa, mas, desta feita, deixando para trás um problema que seria, entre outros, o trampolim para o início da campanha aberta contra a sua figura. De acordo com o que escreveria Blacken, no último dia do Congresso Mondlane infringiu um dos procedimentos previstos nos estatutos do movimento, segundo o qual os membros do Comité Central (então apenas composto pelo presidente, vice-presidente e pelos Secretários dos Departamentos) eram eleitos pelo Conselho Nacional. Sem discutir com quem quer que fosse, Mondlane nomeou o secretário administrativo; o secretário para a organização do interior e o secretário para as relações exteriores, nomeadamente Silvério Nungu, João Munguambe[162] e Marcelino dos Santos.

---

[161] John D. Blacken – Departament of State – Confidential Airgram, Dar es-Salam, October 22, 1962.

[162] Denota-se um certo equívoco no relatório de Blacken. A verdade, porém, é que durante os trabalhos do I Congresso, Munguambe foi indicado para o posto de secretário do Departamento de Segurança e Defesa (DSD), ficando o posto de secretário para a organização do interior sob a responsabilidade de Marcelino dos Santos, em acumulação com o de secretário das relações exteriores.

"Uma disputa surgiu no seio do Comité Central em consequência desse procedimento, sobretudo a indicação de Marcelino dos Santos pessoa a quem Gumane considera um marxista que está a minar a presidência de Mondlane" – escreve Blacken[163].

O vendaval que disto resultaria traria à baila outras coisas que alicerçariam na mente de alguns a ideia de afastar Mondlane da presidência do movimento. Os dois homens que há pouco o presidente havia considerado serem-lhe *muito leais* apostavam agora em destruí-lo de forma maquiavélica. Gwambe estava ciente de que sendo o *incontestável* dirigente da Udenamo, ele era, em virtude do pacto de unificação das três organizações nacionalistas moçambicanas, igualmente um *incontestável* membro da Frelimo e com todo o direito de "limpar a casa" para nela voltar a instalar-se. Mabunda e Gumane trabalhariam então com afinco.

A "guerra" começa com o repúdio à constante ausência do presidente. O Reverendo Simango é confrontado, nesta fase, com a insistência de Mabunda e Gumane de tomar por completo a direcção da Frelimo. O Reverendo recusa-se a acatar o apelo dos dois. Afirma que *"o presidente está ausente e não morreu. Mondlane é o presidente e eu estou aqui cumprindo com as directrizes traçadas por todos nós na presença dele e somente ele é o presidente enquanto um outro Congresso não o destituir"*[164]

Mas a ausência do presidente estava a tomar proporções exageradas aos olhos de muitos, dando azo a manobras para quem, de facto, quisesse derrubá-lo.

-*"Como é que Mondlane vai nos dirigir a partir dos Estados Unidos?!"* indagavam alguns e com razão. Como acima se referiu, imediatamente após a sua eleição como presidente em Junho de 1962, Mondlane regressou aos EUA. Viria a estar em Dar es-Salam apenas para o I Congresso nos fins de Setembro do mesmo ano, tendo regressado após o término dos trabalhos. Eduardo Mondlane, que então

---

163 John D. Blacken, Departament of State – Confidential Airgram. Dar es-Salam, November 6, 1962.

164 Fernando Mungaka. Tal como dito à AS. AS, Maputo, 15 de Fevereiro de 1999, entrevista com o autor.

condicionava o seu regresso definitivo a Dar es-Salam a um emprego seguro e boas condições de estadia para ele e sua família naquela cidade, faria as malas definitivamente para África apenas em Março de 1963, isto é, seis meses depois do I Congresso, já sob forte pressão de Uria Simango, de Silvério Nungu e, particularmente, do presidente tanzaniano que via a coacção por que Simango passava[165]. Nyerere entendia mesmo que estava eminente um *golpe palaciano* no interior da Frelimo, e que Simango não suportaria por muito tempo a pressão que se exercia sobre ele. Com efeito, uma semana depois do I Congresso e com Mondlane ausente do território tanzaniano, o então secretário geral e o vice-secretário geral, incapazes de demoverem Simango das suas posições, forçam um encontro da maioria dos membros do Comité Central a 3 de Outubro na Sede provisória do movimento em Dar es-Salam. O encontro, que teve um carácter alargado mas em que se procurou excluir outros membros do órgão, caracterizou-se pela turbulência e não logrou nenhuma resolucão consensual. Espelhando a dimensão da discórdia reinante na suposta *unidade*, durante cerca de dez horas consecutivas quatro vozes se fizeram ouvir de forma sistemática. Por um lado estavam David Mabunda e Paulo Gumane, e por outro Uria Simango e António Disse Zengazenga. Dando início ao encontro, Mabunda afirmou que "***o Comité Central decidiu perguntar ao povo se não seria conveniente substituir o presidente Mondlane por outra pessoa que residisse em Dar es-Salam***"[166], dada a persistente ausência deste do terreno de acção. Instalava-se, deste modo, a primeira grande crise na Frelimo. Em adição a sua alocução inicial, Mabunda acusou Mondlane de advogar uma via pacífica para a libertação do País e ser casado com uma cidadã americana de raça branca, "***cúmulo do imperialismo. Como é que combateremos o imperialismo se tivermos os seus tentáculos em nossa casa?!...***"[167] – perguntou Mabunda no meio de aplausos de Gumane e de alguns apoiantes da sua ideia. Perante este primeiro embate, Simango posiciona-se a favor de Mondlane e afirma que o que se estava a discutir era contra os princípios estatutários. É que Simango cedo se apercebeu de que longe de

[165] Hélder Martins. ***Porquê Sakrani***, p. 165.

[166] António Disse Zengazenga. In "Memórias de um Rebelde". Livro não publicado, gentilmente cedido pelo Dr. Máximo Dias.

[167] Zengazenga, Idem.

aparentemente se pretender que ele substituísse Mondlane na liderança do movimento a intenção era bem outra, para além de que a aceitação da proposta de remover Mondlane constituiria uma indelicadeza que abriria um outro grave precedente na violação dos princípios então estabelecidos colectivamente, por via de um Congresso. Estava-se perante uma disputa que iria fragilizar o movimento. Era, no mínimo, contraproducente o que se estava a propor e não tardaria o tempo em que os mesmos indivíduos apareceriam a contestar a sua liderança, destronando-o também, pois, afinal, ele previa dentro em breve ausentar-se também para os Estados Unidos!... – pensou Simango. Era necessário não pactuar com o jogo de Mabunda e Gumane.

Ao fim e ao cabo, a questão tinha um cerne regional. Alguns naturais de Inhambane no interior do movimento não viam com bons olhos os naturais de Gaza e de Lourenço Marques. Alegavam nos bastidores que possuíam mais gente formada (enfermeiros) do que qualquer outro grupo tribal em Moçambique. Como que a corroborar as posições de Simango, Zengazenga perguntou a Mabunda se, ao votarem em Mondlane na reunião de Junho anterior, não sabiam da sua situação matrimonial e das suas ocupações nos EUA. *"E, por que é que o assunto não foi levantado na semana passada no Congresso?* – perguntou Zengazenga[168].

Leo Milas: O misterioso homem que entornou o caldo

A reunião de 3 de Outubro terminaria sem consenso entre as partes, e Eduardo Mondlane tomaria conhecimento da contenda por via do próprio Uria Simango. Todavia, as autoridades tanzanianas não ficariam à margem desta contenda. Poucas semanas depois, na esperança de disciplinar o movimento, o Ministro Óscar Kambona convoca ao seu gabinete cerca de vinte membros da Frelimo, de entre os quais o vice-presidente Uria Simango, o secretário geral e vice-secretário geral, David Mabunda, e Paulo Gumane, Carlos Dewas, Simione Ali Makaba, Amari Mahomed, Alí Selu Camando, Ali Hamisse, João Saidi Nchekecha, Lassau Baridi, Ibraimo Iussufo, John Matiti, Amisse Man-

[168] Zengazenga, Idem

da, João Munguambe e Silvério Nungu. Kambona alerta-os sobre a posição das autoridades tanzanianas em face da disputa reinante no seio do movimento moçambicano. Ou os membros deste se mantinham disciplinados em torno do seu líder eleito ou se retirava o apoio aos agitadores se se provasse que não estavam com a maioria. Nestas circunstâncias, Mabunda queixa-se também de Simango perante Óscar Kambona. Acusa-o de tê-lo apelidado de comunista radical e pretender assumir a liderança por via de um "golpe de estado". Simango refuta. Perante evasivas respostas e acusações mútuas, e sob protestos de Simango e de um numeroso grupo, Kambona opta por referendar a manutenção ou não de Eduardo Mondlane como presidente da Frelimo, pois as autoridades tanzanianas só apoiariam o dirigente que tivesse o apoio da maioria – argumenta aquele dirigente. Para o desagrado de Mabunda e Gumane, a contenda terminaria, então, com mais uma vitória de Mondlane. Onze votos a favor e nove contra.

Contudo, como que antevendo os abandonos que se verificariam nos dias que se seguiram, terminado o encontro, Makaba, ex-membro da MANU, não se coíbe de chamar a atenção de Kambona para a singular atitude do governo da Tanzânia de patrocinar a criação de um movimento com fortes características tribais, visto que a maioria dos postos cimeiros do novo movimento eram, segundo o ponto de vista dos ex-membros da MANU, detidos por gente do Sul preterindo-se os nortenhos[169].

De certa forma, a situação vivida naquele mês de Outubro valeu para Mondlane repensar a ideia de afastar Simango da liderança, pois traído pelos homens que entendia lhe serem *muito leais*, o presidente da Frelimo não encontrou nenhum outro homem oriundo do Sul do país capaz de substituí-lo na direcção máxima do movimento. Tudo dava indicações de que Mabunda e Gumane, com o apoio de Gwambe e das autoridades ganenses, ganhariam a batalha se Simango se ausentasse também de Dar es-Salam. Abortar-se-ia, então, a ideia de Simango ir estudar para os Estados Unidos da América, permanecendo ele no terreno das operações em Dar es-Salam.

Todavia, apesar do abnegado esforço do Reverendo em todas as esferas da vida da organização, Mondlane não o usa para representá-

[169] NUNES, Artur de F. , Separata do nº 11 da Revista Africana, pp. 221, 222.

lo na esfera superior do movimento e em outras instâncias. Desta feita, Mondlane procura apenas tirar o máximo proveito da sensatez do Reverendo Simango para controlar Mabunda e Gumane e, eventualmente, amainar os ânimos dos possíveis apoiantes daqueles dois. Para o embate contra Mabunda, Gumane e outros descontentes da ex-MANU, o presidente da Frelimo entende que Simango e a sua conduta *bíblica* não levariam a melhor por serem vias pacíficas demais numa disputa de conquista e manutenção do poder político. Aos procedimentos *religiosos* de Simango tinham de se aliar outros procedimentos que caracterizam um *animal político*. Era preciso um *louco* para lidar com outros *loucos* em Dar es-Salam. E ele estava longe.

Contra a ética e a norma de procedimentos em organizações sociais regidas por estatutos, passando por cima de Simango, em Novembro de 1962, Mondlane manda dos Estados Unidos da América Leo Milas para representá-lo junto ao Comité Central da Frelimo, bem como junto do governo tanzaniano. De notar que a 25 de Junho, na reunião da fusão dos três movimentos, sob proposta de Eduardo Mondlane, Milas havia sido designado, sem estar presente em Dar es-Salam, para o posto de secretário para a área de Informação e Propaganda do movimento. Poucos o conheciam. Assim que Milas chega a Dar es-Salam não tardou que em torno dele gravitassem dúvidas quanto à veracidade da sua identidade[170]. Segundo informações desencontradas, Milas dizia ser um moçambicano de descendência *macua* que crescera nos Estados Unidos da América para onde os pais se haviam fixado quando ele era ainda menor. Falava apenas o inglês e o espanhol, e muito pouco o português. Todavia, a despeito das dúvidas que pairaram sobre ele, o homem aí estava e pronto para o combate.

Longe de trazer soluções às preocupações de Mondlane, Milas cedo se revelaria um *excelente* confusionista no seio da Frente de Libertação de Moçambique. Aliás, o homem cumpriria com zelo a sua *louca* missão. Imediatamente após a sua chegada a Dar es-Salam, faz valer a sua autoridade como um valente cavaleiro. Com recomendações claras do presidente para pôr ordem na "casa", segundo se diz,

---

[170] Fanuel Gidion Malhuza, Idem. **Nota**: A informação de Malhuza é secundada por Hélder Martins no *Porquê Sakrani*, p. 152.

Milas não só agudizaria a confusão como, igualmente, envolver-se-ia, ele próprio (a 5 de Janeiro de 1963) em pancadaria, com seus camaradas David Mabunda, Joel Gudwana (Maduna Xinana), João Munguambe e outros, em defesa de Mondlane. Isto obrigou as autoridades tanzanianas a intervirem na contenda. As agressões físicas ocorreram numa altura em que o vice-presidente se encontrava em Addis Abeba a participar na Conferência dos Estados Africanos Independentes e, segundo o relato de Marcelino dos Santos, a violência foi tal que valeu para a expulsão de Tanzânia de muitos dos contendores principais, como foram os casos dos próprios secretários gerais David Mabunda e Paulo Gumane[171]. Maduna Xinana e João Munguambe, este último então Secretário do Departamento de Segurança e Defesa, abandonariam o movimento na mesma época.

Tudo indica que na qualidade de homem que chega a Dar es-Salam como protegido do presidente da Frelimo e com instruções deste, a Milas não tardou que a prepotência lhe subisse à cabeça. Era natural. Foi, deste modo, cimentando nos demais o princípio de que as suas ideias eram as do presidente. Qualquer tentativa de contrariá-lo significava contrariar o próprio presidente. Viver-se-ia uma fase difícil durante o período em que Mondlane esteve nos Estados Unidos, pois o seu mandatário em Dar es-Salam não olhava a meios para fazer valer a sua autoridade. Milas, a quem igualmente repugnava o radicalismo de esquerda propalado pela Internacional Comunista, em nome de uma luta contra o que se apelidava nos bastidores de *ambiciosos comunistas* no seio do movimento, defenderia Mondlane da forma mais brutal possível e imaginária, criando problemas uns atrás de outros. O homem, que a mando de Mondlane, igualmente já assumia interinamente o posto de secretário do Departamento de Segurança e Defesa, deixado vago por Munguambe[172], não tardou que entrasse também em rota de colisão com o antropólogo.

---

[171] Marcelino dos Santos em entrevista a Júlio Bicá por ocasião do 30° aniversário da morte de E. Mondlane. TVM, Fevereiro de 1999. Nota do autor: Em consequência da contenda de 5 de Janeiro, foram expulsos do território tanzaniano cerca de 9 elementos da organização.

[172] Na época em que João Munguambe é expulso do território tanzaniano, a Frelimo já estava preparada para enviar o primeiro grupo de mancebos para treinos militares na Argélia, pois, já em Outubro de 1962, Filipe Magaia, então secretário adjunto do DSD havia-se deslocado àquele país a fim de preparar as condições de estadia e treinamento. Em consequência da sua expulsão, Munguambe viu-se então impossibilitado de fazer parte do primeiro grupo, que partiria em Janeiro de 1963 sob a direcção de Filipe Samuel Magaia. Dos Estados Unidos da América, Mondlane terá indicado Leo Milas

Imediatamente após o seu regresso dos Estados Unidos da América em Março de 1963, Mondlane tentaria chamar a si a responsabilidade de disciplinar os demais no movimento. Contudo, embora nos primeiros meses do seu regresso as relações com o seu mandatário fossem ainda das melhores (com os dois a confidenciarem nos bastidores e juntos fazendo a diplomacia do movimento), Mondlane encontrou Milas no auge das suas *loucuras* autoritárias e uma Frelimo com graves problemas de índole organizacional e de insubordinação. Milas havia conseguido que as autoridades da Tanzânia expulsassem a maioria dos contendores de Janeiro último. Mas afastados que foram os "inimigos" não tardou que inventasse outros no seio dos que haviam permanecido no terreno em Dar es-Salam. Um lote de queixas contra si e um descontentamento generalizado caracterizavam o quadro geral que Mondlane foi encontrar em Março de 1963. O próprio Reverendo Simango, que de início recebeu Milas e aprovou os seus procedimentos na luta contra Mabunda e Gumane, era já um dos que se queixavam dos procedimentos posteriores do mandatário de Mondlane. O presidente da Frelimo é visto nesta fase como o causador de tudo, por ter trazido Milas para a Frelimo, o que, ao que se diz, não correspondia à verdade, pois antes da fundação da Frelimo e de conhecer Mondlane, segundo se alega, "***Milas já se correspondia com os dirigentes da Udenamo***"[173]. Tratando-se de uma pessoa culta e instruída nos Estados Unidos da América como ele próprio, Mondlane achou por bem aproveitá-lo para colmatar parte da questão da falta de quadros que atingia o movimento. Terá sido por esta razão que, mesmo na ausência de Milas em Dar es-Salam a 25 de Junho, Mondlane optou por designá-lo para um posto cimeiro no movimento. A tentativa de Mondlane retirar Milas do pedestal em que o havia colocado coincidiria com o auge da sua *loucura* autoritária. Ferido no seu ego, Milas passou a olhar o presidente da Frelimo como um indivíduo de má fé, que usa as pessoas

para o posto de secretário interino do Departamento de Segurança e Defesa em substituição de Munguambe.

[173] Fanuel Guidion Malhuza, Maputo, 18 de Abril de 2002, entrevista com o autor. Nota: Há informações muito desencontradas a respeito da aparição de Milas na revolução moçambicana. Outros pesquisadores afirmam que Milas fora levado primeiro para Udenamo por Sikota Wina, um zambiano que mais tarde foi Ministro da Informação do governo de Kenneth Kaunda (ANTUNES, José F., p. 196).

e depois desembaraça-se delas. O homem "descobre" então que, afinal, Mondlane apenas precisava dele para lhe assegurar o Poder em face da *gula* de Mabunda, Gumane e outros, enquanto estava ausente. Regressado dos Estados Unidos da América, Mondlane, queria agora relegá-lo para segundo plano, desautorizando-o e ridicularizando-o perante os demais. Milas parte para a dianteira e, nos bastidores, acusa Mondlane de nepotismo, tribalismo e, de ser satélite dos americanos. "Desvenda" no presidente a falta de qualidades de um dirigente, pela manifesta actuação deste na neutralização dos quadros mais valiosos do movimento, em benefício da sua etnia e região de origem. A confusão instalava-se, desta feita, entre os dois amigos. E levaria cerca de um ano até que Mondlane viesse a encontrar uma saída para se desembaraçar, de uma vez por todas, de Milas.

Na cimeira dos chefes de estado africanos na cidade de Cairo, em 18 de Junho de 1964, em jeito de um contra-ataque já aberto, Mondlane é citado como tendo acusado Milas de desvios de fundos do movimento, na sua grande parte oferecidos por alguns dos chefes de estados então presentes naquela cimeira[174]. Tudo indica que dado que a dimensão do "problema Milas" já estava demasiadamente complicado, era imperativo que o presidente se livrasse das acusações que já pendiam sobre si, por ter sido ele a trazê-lo para o interior da Frelimo. Em adição a este primeiro ataque público, depois de um "périplo" por Itália, Estados Unidos da América, Suíça e Egipto, a 16 de Agosto de 1964 Mondlane regressou à Dar es-Salam com a estrondosa notícia de que acabava de descobrir que Milas era um infiltrado americano na Frelimo de nome Leo Clinton Aldridge Jr., natural de Pittesburg no Estado do Texas. Então, a 25 do mesmo mês, por deliberação do Comité Central, Milas foi expulso da Frelimo e o posto de secretário do DSD, que ainda teimava em manter sob sua responsabilidade a despeito de toda a contestação em torno da sua pessoa, passa efectivamente para o comando de Filipe Samuel Magaia, coadjuvado por Feliciano Gundana e Jacob Jeremias Nhambire.

Todavia, é importante notar que a primeira direcção da Frente saída da fusão em Junho de 1962 acabaria por se desmembrar ainda com Milas no interior dela. Em Maio de 1963 a Frelimo reestruturava-

[174] NUNES, Artur de F. , Separata do nº 11 da Revista Africana, p. 231.

se em consequências das primeiras grandes contradições reinantes no seio do movimento após a sua fundação. Com a excepção de João Munguambe e Maduna Xinana que mais tarde regressaram às fileiras da Frelimo, sendo Munguambe indicado para representar a Frelimo em Argel e Maduna Xinana incumbido de iniciar a luta armada no sul do país[175], a tentativa de Simango e de outros quadros do movimento de reconciliar a maioria dos dissidentes com a organização sob liderança de Mondlane não seria aceite por muitos. Apesar de tudo indicar que Milas entrara na Frelimo pela mão de Adelino Gwambe, difícil foi para Mondlane e seus apoiantes convencer os demais, pois para muitos "***Milas foi produto de Mondlane***", e os dois "***haviam se conhecido nos Estados Unidos da América muito antes da fundação da Frelimo***"[176].

Mas os problemas iniciais na Frelimo não se assemelhariam ao que estava por vir. No início, tudo reduzia-se a simples intrigas. De intrigas, cedo se idealizaram orquestrações de assassinatos como via de consolidação do poder político. Para perceber esta acepção, é preciso, antes de mais, reter o seguinte: No período "mondlaniano", entre 1962 e 1969, o *macro-plano* de domínio político no seio do nacionalismo moçambicano na Tanzânia desenvolvia-se, aos olhos dos diversos grupos em disputa, em três frentes distintas de combate. Uma frente anti-comunista, outra anti-ocidental, e ainda pró-hegemonia étnica ou regional. O tempo ditaria apenas que os *micro-planos* que integravam o *macro-plano*, se revestissem por sua vez de indumentária díspar, de acordo com as circunstâncias de cada estágio de luta. No plano anti-comunista, por exemplo, Milas é citado como tendo afirmado que cinco jovens que, meses antes, Simango havia mandado para estudo e treinamento na União Soviética acabariam no fundo do rio Rovuma, caso trouxessem de Moscovo uma doutrinação comunista ou manifestassem ideias esquisitas[177]. Segundo dados existentes, Milas afirmou isso numa altura em que as suas relações de confidencialidade com

[175] Maduna Xinana viria a ser preso pela PIDE em Dezembro de 1964. Fazia parte do grupo incumbido de abrir a frente de guerra na chamada IV Região, que correspondia à região sul de Moçambique.

[176] MM., Maputo, 17 de Junho de 1999, entrevista com o autor.

[177] Incoming Telegram. Department of State, Control 10147, Dar es-Salam, July, 12, 1963, 12:31 PM.

Eduardo Mondlane estavam no seu ponto mais alto. De acordo com um oficial da Embaixada americana em Dar es-Salam, numa conversa tida numa noite de *bridge* a 11 de Julho, o presidente da Frelimo informou-o que, propositadamente, ele e Milas haviam adiado o regresso dos primeiros recrutas da Argélia como parte de um plano para que Milas efectuasse uma viagem secreta aos Estados Unidos. O plano funcionaria do seguinte modo: Milas levaria os recrutas do segundo grupo de Dar es-Salam para o campo de Argélia. Depois, enviaria os recrutas então em Argélia de regresso a Dar es-Salam e, a seguir, seguiria para os Estados Unidos. O novo grupo na Argélia acreditaria que ele havia regressado a Dar es-Salam para organizar a acomodação do primeiro grupo. Os regressados, por sua vez, pensariam que Milas havia permanecido na Argélia. Assim, a visita aos Estados Unidos manter-se-ia, como era o desejo de ambos, secreta[178].

[178] Idem

Quarta parte

UM OLHAR ÀS RELAÇÕES MONDLANE / SIMANGO

Como tudo começou

> *"Diante da situação de ansiedade, as pessoas tendem a procurar a companhia de pessoas que estejam no mesmo estado de ansiedade, isto é, aquelas que estão em condições idênticas de ameaça ou receio de futuros acontecimentos."*
>
> *- Schachter -*

Durante os trabalhos de III Sessão do Comité Central de Abril de 1969, ao abordar de forma retrospectiva sobre a questão das relações entre o então malogrado presidente do movimento consigo próprio, na qualidade de vice-presidente, Simango chamou a atenção para a peculiaridade dessas relações. Afirmou que não se devia definir essas relações de forma teórica, por palavras, mas sim pelas acções de cada um nessa relação, "***porque é difícil transformar as acções em teoria***"[179].

Mondlane considerava Uria Simango como um indivíduo leal, sensato e dotado de senso comum, mas a quem faltavam as qualidades

[179] DS. , Diário particular de anotações, Nachingweia, 13 de Abril de 1969.

dinâmicas de um líder político. Era demasiado cauteloso e lento em tomar decisões[180].

Esta avaliação, embora não totalmente verídica, encaixa em parte na pessoa do Reverendo Simango. Simango falharia nos cálculos por ter levado uma *"Bíblia"* e não uma arma de fogo para a guerra. Não possuía as condições morais para o nível de crueldade, sagacidade e ausência de escrúpulos que a luta pelo poder político e pela hegemonia étnica e regional no interior da Frente de Libertação de Moçambique impunham. Viveria longos anos com a errada convicção de que o bom senso se sobreporia aos macabros actos dos seus companheiros, enquanto estes consolidavam as suas posições usando como via os actos mais ignóbeis possíveis para alcançar seus fins.

Uria Simango não conheceu Mondlane aquando da sua estada em Lourenço Marques[181]. Viria a conhece-lo apenas em Salisbúria em 1961, pela mão do bispo Ralph Dodge que o levou à Igreja onde o Reverendo era Pastor. E nessa época, Uria Simango não chegou a entabular qualquer conversa de natureza política com o antropólogo e nem lhe dispensou uma atenção especial. Apenas viu o homem que acabava de entrar na sua paróquia como mais um entre tantos outros que o bispo Dodge trazia para assistir às missas por ele presididas. Certamente, Simango não adivinhou que estava naquela circunstância perante *"um filho especial de um país especial"* como a esposa de Mondlane caracterizaria o marido, 38 anos mais tarde[182]. Mas as circunstâncias da vida poriam, um ano mais tarde, os dois homens na mesma trincheira.

---

180 Thomas R. Byrne, Department of State - Confidential Airgram. Dar es-Salam, July 10, 1962.

181 Quando Uria Simango chega a Lourenço Marques para estudar na Missão Suíça, Mondlane já estava nos Estados Unidos da América.

182 Janet Mondlane, In *Um filho especial de um país especial.* Jornal / Fax METICAL n. 403 de 28. 01. 99, p. 2. **Nota**: Trinta e oito anos depois, Janet Mondlane, a esposa de Eduardo Mondlane, interpretará o gesto frio de Simango naquele acidental encontro na Rodésia como sendo sintomático do carácter invejoso que o caracterizava. Mondlane era *"um filho especial de um país especial"*, afirma Janet, o que, de acordo com a ilação que se pode tirar das palavras de Janet, pressupõe que era obrigação de Simango conhecê-lo. Este julgamento imediatista colide com o real, pois descura por completo a situação da época. A ideia propalada pelo poder político em Moçambique, segundo a qual Mondlane era um académico sobejamente conhecido em Moçambique na década cinquenta e, sobretudo, no início da década de 60, dado o seu estatuto de académico e funcionário das Nações Unidas é, em si, falsa. Segundo um entrevistado que pediu anonimato, **"cada região do espaço geográfico moçambicano tinha suas próprias**

Analisadas com ligeireza as relações humanas em sociedade, vemos que a existência de um presidente e de um vice-presidente numa organização social, política ou económica, pressupõe, à partida, estreita colaboração entre essas duas figuras principais. Qualquer procedimento – voluntário ou involuntário – duma das partes, visando excluir a outra em assuntos ligados a vida da organização, é vista pela parte excluída como sendo *traição* ou *má fé*. É que nenhuma das partes admitirá que a sua contraparte discuta assuntos, ou até organize o objecto social que ambos representam superiormente com terceiros (entenda-se subalternos no interior da organização) antes dos dois colaboradores se sentarem e analisarem esses assuntos – quiçá, tirarem conclusões ou aproximarem os pontos de vista. O surgimento de situações deste género nas relações humanas traz sempre, tarde ou cedo, desentendimentos nas organizações sociais.

O oportunismo de um grupo de indivíduos oriundos do sul de Moçambique e seus aliados estratégicos no interior da Frente de Libertação de Moçambique, grupo esse que – parafraseando uma das nossas fontes – nas páginas que se seguem passará a ser designado por ***grupo, ala*** ou ***equipa regionalista do sul***, minaria gravemente as relações entre Eduardo Mondlane e Uria Simango poucos anos depois da fundação daquele movimento. Mas as desinteligências entre essas duas figuras principais no seio da organização viriam a estar sob escrutínio público no início de 1965 e, sobretudo, após a morte de Filipe Samuel Magaia, em Outubro de 1966.

Poucos meses após o seu regresso definitivo dos EUA em 1963, Mondlane ver-se-ia rodeado por um grupo de alguns indivíduos da etnia *tsonga* que, na sua maioria, não haviam participado na fundação da Frelimo, e nem pertenceram a nenhum dos três movimentos precursores do movimento. O grupo, com "***boa capacidade de forjar informações e intrigas***"[183] contra seus alvos, e enfrentando dificuldades

---

elites. E se Mondlane fazia parte de alguma elite moçambicana e era, como se infere, uma figura *'muito conhecida e amada pelo povo*, era-o na sua zona de origem e não em outras zonas do território moçambicano. Tanto Mondlane como Simango passaram a ser conhecidos em todo o território moçambicano e no mundo por via do processo de luta de libertação que dirigiram. E foi apenas esse o destino que juntou os dois homens na Tanganhica. Eu conheci Mondlane lá e não em Moçambique". (AS, Maputo, 28 de Janeiro de 1999, entrevista com o autor).

[183] José Massinga, Maputo, 5 de Fevereiro de 1999, entrevista com o autor.

de penetrar no órgão decisório do movimento (o Comité Central que simultaneamente era o órgão legislativo e executivo) encontraria na pessoa de Eduardo Mondlane um aliado chave para a consecução dos seus objectivos. Entendiam os componentes desse grupo que apenas uma aliança com Eduardo Mondlane catapultá-los-ia ao órgão decisório da organização, dado que, para além de presidente do movimento, Mondlane era igualmente natural do sul de Moçambique e, culturalmente, da etnia *tsonga*[184]. Um testemunha que viveu esses momentos, afirmaria anos mais tarde que:

"Havia tribalismo na Frelimo. Isso não se pode negar. Eu sou do sul do país, mas tenho que admitir que havia tribalismo e quem o galvanizou foram algumas pessoas do sul que chegaram mais tarde entre 1963 e 1965. Viviam muito preocupados com Simango e agitavam Mondlane dizendo-lhe que o Reverendo pretendia usurpar o poder; que era preciso ter cuidado com ele, etc., etc. Souberam jogar, dividindo as pessoas e usando até alguns do centro e norte do país que pouco entendiam de afinidades e lealdades. Algumas dessas pessoas, ignorantes que eram, foram sendo usadas como marionetas sem se aperceberem que os outros pretendiam dividir para reinar."[185]

Apesar da queda de Mabunda, Gumane e Munguambe ter sido um choque imprevisto para Mondlane, a posterior e gradual aparição (entre 1963 e 1965) de indivíduos oriundos do sul de Moçambique no movimento veio reanimar as aspirações do antropólogo de impor um *"nacionalismo elitista"* ditado pelo sul no seio da Frelimo. Em encontros privados com alguns desses recém-chegados, Mondlane passou a *escutar* atentamente as suas lamentações e sugestões e, gradualmente, foi *acreditando* na *genuína* intenção patriótica dos queixosos e olhando com desconfiança o seu parceiro Uria Simango e todos aqueles que ousassem estar de acordo com o vice-presidente ou contrariar as sugestões trazidas a algumas reuniões por pessoas ligadas culturalmente aos recém-chegados. A partir de uma certa altura, Mondlane passou a

[184] Idem.

[185] Idem

dar mais importância aos conselhos desse grupo, tornando mais relevantes as decisões tomadas em confidências na sua casa em *Oister Bay* do que às decisões do Comité Central[186].

Mas os termos "escutar" e "acreditando" acima mencionados devem ser entendidos nas entrelinhas, pois ***"Mondlane era um homem académica e intelectualmente bem preparado. Isso lhe conferia capacidade de perceber as intenções dos recém-chegados e dos que com ele confidenciavam, tais como Mateus Sansão Muthemba, Samora Machel, Joaquim Chissano***[187]***, Francisco Sumbane, Lourenço Matola e outros. De forma nenhuma o presidente cairia numa cilada sem se aperceber dos objectivos que moviam esses indivíduos. Quero com isto dizer que Mondlane, como intelectual e conhecedor de certos fenómenos sociais, jogou um papel preponderante na coesão do grupo para a prossecução dos objectivos tribalistas que pairavam nas mentes de alguns desses camaradas do sul e, quem sabe?!... na mente dele mesmo.***[188]

Cerca de 30 anos mais tarde, a ilação de que o tribalismo e o regionalismo jogaram um papel de relevo nos conflitos da Frelimo encontra igualmente como base de sustentação o ponto de visita de Hélder Martins em seu livro tornado público em 2001[189]. A despeito de na sua obra Martins tratar da questão *tribal* e *regional* na Frelimo de forma um tanto ou quanto infantil, e mesmo mesquinha, não deixa de ser elucidativo que os problemas vividos no interior daquele movimento repousavam, fundamentalmente, na questão étnica e regional. Martins transforma as vítimas do tribalismo de alguns sulistas em principais protagonistas do tribalismo na Frelimo. Num exercício que ilustra ausência de argumentos convincentes, ao descrever a personalidade de Francisco Sumbane, pessoa que, segundo ele, era seu confidente e, igualmente, confidente particular de Mondlane, Martins fá-lo de uma forma suspeita, capaz de induzir o leitor a concluír que havia duas dimensões de tribalismo na Frelimo: Uma dimensão *ofensiva*, capaz de

---

186 Miguel Murupa, correspondência para o autor, Agosto de 2001.

187 Nota do autor: Joaquim Chissano já lá estava antes de 1963.

188 Alberto Sithole, Idem.

189 Martins é médico de profissão. Moçambicano de raça branca, juntou-se à Frelimo pouco tempo depois da fundação do movimento.

pôr em risco a *unidade* que se pretendia, e outra, *inofensiva*, que não fazia mal algum. Curiosamente, Martins apelida, e sem rodeios, o seu confidente Sumbane de *tribalista* convicto, por este viver a imaginar que os diversos dirigentes de outras tribos estavam a prejudicar os militantes do sul[190]. Igualmente, atribui o mesmo epíteto à Mateus Sansão Muthemba[191], pessoa a quem Mondlane carinhosamente tratava por *tio*[192], e afirma que ambos (Sumbane e Muthemba) eram muito amigos, originários de Gaza. Para eles, conclui Martins, "***a tribo representava muito***"[193]. Contudo, em todo o seu livro, Martins não encontra espaço para atribuir directamente aquele epíteto a outras figuras no interior da Frelimo. De forma astuta, apenas conjectura imaginando que os outros podiam ser mais tribalistas que os seus dois confidentes. Numa tentativa de caracterizar o *tribalismo* de Sumbane e Muthemba como sendo *inofensivo,* comparativamente a um suposto tribalismo *ofensivo* de Simango e de outros moçambicanos oriundos do centro e norte do país, Martins recorre à teoria da *vigilância popular* tendo como base suposições. Tacteia no palheiro e escreve uma história curiosa a respeito de Francisco Timóteo Zuca. Segundo Martins, no decurso do seu trabalho no Instituto Moçambicano, para produzir os manuais para os estudantes era indispensável que fossem dactilografados em cera (stencil) e policopiados. Para o efeito, necessitava da presença de um dactilografo capaz, o que era difícil de encontrar no seio dos combatentes em Dar es-Salam. Martins descobriu então que encontrava-se em Bagamayo o Francisco Zuca, um dactilógrafo profissional que trabalhara na Aeronáutica da Beira e que havia se juntado a Frelimo nos finais de 1965. Aventando a hipótese deste ir trabalhar para o Instituto ao lado de Martins, Zuca jubilou de alegria com a ideia, pois, segundo deduz Martins, para ele, "***era a certeza de não ir combater***". Martins afirma isto porque não sabe explicar como é que desde a chegada daquele até Março ou Abril de 1966, não havia ainda sido treinado militarmente. Pressupõe então o *médico duma guerrilha esquecida* que Zuca havia deliberadamente se furtado de ir aos treinos militares com medo de combater o exército colonial no interior de Moçambique.

190 MARTINS, Hélder, *Porquê Sakrani,* p. 266.

191 Idem, p. 224

192 Miguel Murupa, Idem.

193 MARTINS, Hélder, Idem.

Zuca foi então juntar-se a equipa de Martins no Instituto. Contudo, a despeito de Martins afirmar que o rapaz "***foi duma ajuda extraordinária***", um profissional à altura e denodado trabalhador, Zuca passou a ser uma pedra no sapato porque cedo o médico descobriu que o rapaz era da etnia de Simango, o que pressupunha que não tardaria a ser um espião a favor de Simango[194]. Dado que não era pessoa de suas confidências, e mal o conhecia, a Martins custou apelidá-lo, categoricamente, de *tribalista* como fê-lo em relação aos senhores Sumbane e Muthemba. Entretanto, lido Martins de uma ponta a outra, fica-se com a ideia de que a despeito de não o ter chamado directamente de *tribalista*, Zuca tinha de sê-lo por pertencer a etnia de Uria Simango. E o possível tribalismo de ambos seria mais devastador que a dos seus dois confidentes Sumbane e Muthemba.

Apesar de, no início, Simango não considerar Mondlane como um manipulador de consciências no sentido negativo, cedo apercebeu-se de que o presidente se cercava por manipuladores de consciência tribal sulista e, gradualmente, ia sofrendo uma enorme influência desses indivíduos[195]. Segundo o que escreveria mais tarde Simango, de entre esses manipuladores encontravam-se Mateus Sansão Muthemba, Francisco Sumbane, Joaquim Chissano, Aurélio Manave, Samora Machel, Josina Muthemba, Armando Guebuza e outros. Vejamos o que diz, sobre o tribalismo e regionalismo, uma voz que viveu vários momentos da vida da Frelimo:

"***Esta questão de região e tribo era muito séria para alguns. Uns dormiam e outros sabiam o que estavam a fazer. Eu não estudei muito, só sei ler e escrever algumas coisas para orientar a minha vida como pessoa. Posso estar errado, mas penso que a maioria dos problemas que a gente viveu naquela altura de guerra tiveram como base o tribalismo. As pessoas que faziam isso eram por todos nós conhecidas. Há uma coisa que não vou esconder porque ficou-me***

---

[194] Idem, p. 239. Nota do autor: Timóteo Zuca seria um de tantos que abandonaria a Frelimo no auge dos conflitos em 1969. Regressou à Moçambique e, depois do *golpe* de 25 de Abril de 1974, na companhia de Pedro Francisco Simango (um combatente que chegou a exercer o cargo de chefe de armas e que mais tarde também abandonou a Frelimo), foi preso e encaminhado para Nachingweia e posteriormente para o Niassa (depois da independência) onde igualmente foi executado sem ter passado por nenhum tribunal.

[195] Miguel Murupa, Idem.

presa na garganta como um nó. Enquanto uns eram mais discretos nesta questão do tribalismo, Francisco Sumbane, por exemplo, era mesmo bruto. Falava abertamente e sem medir as circunstâncias. Lembro-me que um dia ele veio para Mbeya onde eu estava na companhia de outros camaradas. Começou a falar aos gritos que os do sul é que iriam mandar em Moçambique porque quem começou a guerra foi Eduardo Mondlane, um homem do sul. Alguns queixaram-se dele aos responsáveis, porque aquilo era grave. Todos ficamos a pensar que o homem ia levar porrada no Comité Central. Mas que se saiba nada lhe aconteceu. Se o chamaram à atenção foi lá nas reuniões secretas deles. Nunca foi reprimido por falar porcarias dessas. Algumas pessoas do sul que estavam connosco ficaram chateadas com a atitude de alguns dos seus conterrâneos e por isso foram chamados reaccionários. Veja o caso de Judas Honwana, Madalena, a esposa de Judas, Narciso Mbule e muitos outros. Embora sejam do sul foram marginalizados só porque achavam incorrecto o que aquele grupo fazia."[196]

Deste modo, tanto Simango, como muitos outros, estavam, a partir do início de 1964, convencidos de que se estava a preparar algo de sinistro, mas ninguém sabia exactamente o quê[197].

Da aliança por conveniência ao "nacionalismo elitista"

Contudo, não seria apenas aquele grupo de *patriotas* do Sul de Moçambique com aspirações de conquistar postos decisórios na organização que pressionaria Mondlane. O presidente, que nos bastidores nacionalistas de África e particularmente no interior da Frelimo já era conotado com a CIA (ver ilustração no rodapé)[198] por trazer consigo a esposa e a senhorita Betty King (cidadãs americanas), cedo teria à espreita, igualmente com suas preocupações, um outro grupo de *patrio-*

[196] FD, Maputo, 15 de Novembro de 2001, entrevista com o autor.

[197] Miguel Murupa, Idem.

[198] Numa investigação feita pelo historiador Arthur Meier Schlesinger Jr., biógrafo de Kennedy, lê-se que o irmão do então presidente dos EUA – Robert Kennedy – arranjou

tas moçambicanos de origem europeia e asiática (grupo esse que passaremos a designar de ***aliados***) que pretendia participar directamente na luta de libertação do país. Esse grupo, que a partir da Argélia colaborava com a Frelimo, era gravemente hostilizado pela maioria negra moçambicana e pelos próprios tanzanianos. A hostilidade para com esse grupo de indivíduos, ainda que desumana do ponto de vista ético, encontrava razão de ser na maioria dos moçambicanos de raça negra se se tiver em conta que a opressão colonial em Moçambique tivera, infelizmente, *rosto*. Era exercida por uma minoria de raça branca contra uma maioria negra. E era essa maioria negra que do exílio e na procura de meios de combater o seu opressor, via, o que o senso comum levava a concluir tratar-se do *rosto* desse opressor, penetrando no seu seio, esgrimindo discursos de *igualdade* e *unidade* e, igualmente, disposto a combater o mesmo inimigo.

Embora legítimo e natural que brancos moçambicanos combatessem um regime que entendiam ser opressor, o fenómeno em si era estranho para a maioria das pessoas de raça negra no país e, particularmente, na Frelimo. Alguma pressão contra a inclusão de brancos na organização viria, até, dos próprios hospedeiros tanzanianos que não se cansavam de alertar para o perigo desses moçambicanos filiarem-se no movimento.

Mas as razões que alicerçavam as desconfianças de alguns não eram, em tudo, infundadas. Podem, igualmente, ser encontradas na natureza da confrontação da época: "***Conhecidos que eram os contactos e as constantes trocas de informações entre a maioria dos serviços secretos dos países ocidentais, ninguém podia imaginar que os Estados Unidos da América podiam estar contra Portugal, e que***

---

um subsídio da CIA para pagar as viagens de Eduardo Mondlane e outras despesas. Igualmente, Kennedy arranjou dinheiro para Holdem Roberto da FNLA de Angola (SCHLESINGER JR. A. M., p. 606). Na mesma senda, Sanford J. Ungar procura demonstrar as posições americanas da era Kennedy em relação a Portugal e suas colónias em África. Segundo Ungar, "Kennedy até estava pronto a ofender um aliado seu da NATO, Portugal, quando falou da independência para as colónias africanas. Os Estados Unidos apoiaram uma resolução (fa[illegible]) do Conselho da Segurança das Nações Unidas exigindo reformas em Angola e o seu irmão Robert F. Kennedy teve reunião com o dirigente do movimento da resistência moçambicana, Eduardo Mondlane, numa demons-tração pública do seu interesse pelos esforços deste. Ele depois fez arranjos para que a CIA fornecesse fundos em apoio das [illegible]idades iniciais de Mondlane contra os Portugueses" (UNGAR, Sanford J., p. 60).

a sua polícia secreta (a CIA) não tivesse ligações com a PIDE, naquele tempo de guerra fria. Os americanos forneciam armas a Portugal no contexto da NATO e, simultaneamente, abriam as portas dos seus corredores diplomáticos a um líder de um movimento político que combatia o regime português, proporcionando-lhe dinheiro e outros meios não letais que, de certa forma, contribuíam para o derrube desse seu aliado"[199]. Este quadro de situações, muito confuso do ponto de vista ético, não podia de forma nenhuma passar despercebido aos olhos da maioria dos nacionalistas moçambicanos, pois viam o seu líder a privilegiar contactos com o ocidente, isto é, o aliado estratégico do regime português que combatiam. Muitos dos que desconfiaram de Mondlane e o aliaram a CIA, igualmente, duvidaram das verdadeiras intenções das minorias étnicas (entenda-se moçambicanos de origem europeia e asiática) que se iam juntando à Frelimo. Do mesmo modo, duvidaram de outros tantos que, do ocidente, vinham, pela mão de Mondlane, cooperar com a Frelimo. E havia uma forte razão para essas desconfianças. É que com a excepção da propalada *vigilância popular,* com toda a ambiguidade e subjectividade que o conceito transportava consigo, os mecanismos técnicos para identificar infiltrados e espiões da PIDE; da KGB ou da CIA dentro da Frelimo, não estavam devidamente clarificados. Qualquer uma destas organizações secretas reuniam suficiente capacidade e condições de infiltrar agentes seus na organização. A prova desta ilação seria a aparição em Dar es-Salam do polémico Orlando Cristina, pouco antes do início da luta armada da Frelimo em Setembro de 1964. Conquanto alguns estudiosos duvidem das ligações de Cristina com a PIDE durante a sua estada em Moçambique, outros há que confirmam a sua ligação com aquela polícia[200]. Ademais, segundo escreveriam Frederic Laurent e Nina Sutton no "Darty Work 2 ", a infiltração sempre superou as capacidades de vigilância existentes na Frelimo. Para sustentar esta ilação, importa transcrever alguns extractos do referido livro:

---

[199] Francisco Nota Moisés, correspondência para o autor, 15 de Julho de 2002.

[200] Segundo José Freire Antunes, em 1964, Orlando Cristina informou ao então Director "Provincial" da PIDE em Moçambique – António Vaz – que iria *desertar* para Dar es-Salam por não estar a fazer nada em Moçambique. **"Passo para o lado de lá e fico em Dar es-Salam. Mando-vos as informações que interessarem"** - disse Cristina. Replicando, Vaz informou a Cristina que não era necessário, pois já havia informadores

"Nos fins de 1960 dois agentes da "Aginter-Press"[201] Jean-Marie Laurent e Robert Leroy, foram apresentados pelo Partido Popular Suíço, ex-partido comunista marxista-leninista da Suíça, aos diplomatas da Embaixada Chinesa em Berna. Assim que ganharam confiança desses diplomatas pelas suas posições anti-soviéticas, Laurent e Leroy não tiveram mais dificuldades de se infiltrar em muitos movimentos de libertação africanos.

Antes de ser detido no Congo-Brazavile, Jean-Marie Laurent foi capaz de infiltrar-se nas zonas libertadas de Angola sob controle do MPLA. Na Guiné-Bissau foi bem sucedido nos seus encontros com os líderes do PAIGC e Luís Cabral em particular, com quem visitou as bases dos guerrilheiros em São Domingo. Mas a mais importante operação de infiltração foi conduzido por Robert Leroy contra a FRELIMO em Moçambique.

Um relatório dos Serviços secretos Italianos – SDCI – de 1973, fala de uma série de missões financiadas pelos ministérios da Defesa e dos Negócios Estrangeiros de Portugal. O código da operação era "Zona Leste", e a missão consistia em se infiltrar na Tanzânia e na FRELIMO.

Num documento escrito pelo próprio Robert Leroy numa espécie de código, encontramos detalhes de missões por si executadas entre 5 de Junho de 1968 a 5 de Outubro de 1969 [202]. Ele usou a cobertura de um jornalista próchines para mover-se por Moçambique e alguns países seus vizinhos (Tanzânia, Malawi e Zâmbia) que na época davam guarida aos guerrilheiros da FRELIMO. Leroy diz que entrevistou os líderes da FRELIMO tais como Eduardo Mondlane, Marcelino dos Santos e Mateus Gwengere. A entrevista com Marcelino dos Santos foi publicada no jornal *L'Etincelle* do Partido Popular Suíço. Leroy também afirma que descobriu os pontos de vias clandestinas dos guerrilheiros da FRELIMO nas fronteiras da Tanzânia, Malawi e Zâmbia e diz também que "intoxicou" os líderes da FRELIMO: Mondlane, dos Santos, Chissano, Coloma, Rebelo, Samora Machel, Lázaro Nkavandame, Mateus Gwengere e outros.

De acordo com a explicação de um oficial da SDCI, "o trabalho de intoxicação de Robert Leroy consistiu em dar informações falsas aos líderes da FRELIMO e de criar discórdia entre eles, jogando-os em contradições e rivalidades pessoais. (...)"[203].

"do lado de lá". Mas Cristina insistiu e seguiu. " **Foi um falso desertor e fez chegar informações importantes antes da eclosão da luta armada em Setembro de 64**" – diria mais tarde Vaz. (In José F. Antunes "*Jorge Jardim – Agente Secreto*, p. 192).

[201] Nota do autor: Segundo a Edições Progresso, a Aginter-Presse era uma organização terrorista da extrema direita. Tinha uma orientação pró-fascista e a sua sede estava na Suiça. Ver *Terrorismo em África – Quem o fomenta?*. Edições Progresso, Moscovo, 1984.

[202] **Nota do autor**: É importante verificar que o período referido (Junho 1968 a Outubro de 1969) foi o período das mais tensas contradições na Frelimo.

[203] Frederic Laurent & Nina Sutton, " *The assassination of Eduardo Mondlane*", In Darty

Portanto, como dizíamos acima, os hostilizados de raça branca e indiana que, a conta gotas, iam chegando a Dar es-Salam vindos maioritariamente de Argélia para participarem directamente na luta, veriam também em Mondlane a salvação para a sua causa e, por via de Marcelino dos Santos, a ele se aliariam pela causa comum, pois o presidente via-se igualmente na obrigação de ter que se defender das investidas que recaiam sobre si por trazer consigo duas cidadãs americanas de raça branca, e privilegiar contactos com o ocidente.

Todavia, é importante aqui destrinçar os factos e identificar os interesses:

A maioria dos moçambicanos que se juntou à Frelimo não era movida exactamente por interesses ideológicos (esquerda / direita) de espécie alguma. Se bem que o presidente da Frelimo manifestasse nos círculos diplomáticos do ocidente uma certa repugnância pelo radicalismo de esquerda que se desenhava na maioria dos movimentos de libertação da "África portuguesa", em consequência da sua aliança ao estalinismo e ao PCP (Partido Comunista Português), o desejo de libertar o país era a razão que o levou, a ele, e a muitos moçambicanos a juntarem-se à luta, através da Frelimo. Mondlane era um liberal da escola de Chicago que tinha um pensamento que se dissociava do radicalismo de esquerda. Contudo, não se pode afirmar que algum dia tenha sido um lacaio do ocidente. Para além de nunca se ter provado documentalmente tal acepção, a despeito de ter recebido imenso apoio do ocidente (mormente da própria CIA), tudo indica que Mondlane agia de acordo com o que a sua consciência lhe ditava. Tal como a maioria dos discípulos de Melville Herskovits na escola de Chicago, Mondlane tinha simpatias com o liberalismo ocidental e, sem dúvidas, terá simplesmente feito um máximo proveito do que se lhe oferecia do ocidente para a prossecução dos seus objectivos políticos. Segundo o historiador José Freire Antunes, ***"em 1963, F. J. Rarig, empresário da Pensilvânia, propôs a Robert Kennedy a atribuição a Mondlane de 60 000 dólares, através do African-American Institute, com sede em***

Work 2: *The CIA in Africa*, Secaucus, New Jersey, 1979, pp. 137, 138. O sublinhado é do autor. **Nota**: A despeito de na lista dos "**intoxicados**" por Leroy, apresentada pelos dois autotores, não constar o nome de Uria Simango, dada a importância do que escreveram, deliberadamente, voltar-se-á, mais adiante, a este artigo, pois, de forma suspeita, Frederic Laurent e Nina Sutton não se coibiriam então de atribuir o assassinato de Mondlane a Simango e a UNAR de Amós Sumane.

Nova York". Julgava-se então que "***haveria assim a possibilidade de condicionar a Frelimo, apesar do perfil autónomo de Mondlane***". Mas, segundo ainda Rarig citado por Antunes, a despeito de todo o esforço do ocidente no sentido de condicionar a Frelimo e, sobretudo, o seu presidente, era difícil domar Mondlane. "***A verdade é que não o podemos controlar***" – afirmou Rarig. "***Podemos apenas confiar nele. Ele é temperamental, emocional, psicológica e intelectualmente leal ao ocidente***"[204] – concluiu.

Tudo indica que a luta pela *independência total e completa* de Moçambique fora a principal razão que levou os moçambicanos a unirem-se em torno da Frelimo. Mas o conceito de *unidade* que animava todos, de facto, encerrava em si algumas brechas susceptíveis de manipulação por mentes academicamente esclarecidas, sobretudo por mentes esclarecidas na linha das ciências sociais como o era a de Eduardo Mondlane. Sabia-se que, por detrás da propalada *unidade*, se encontrava em jogo o poder político, não apenas no movimento de libertação em si, mas também num Moçambique independente então em perspectiva. Estava-se ciente de que a luta visava a liquidação total e completa do colonialismo em Moçambique. Mas, e "***depois?; quem mandaria em quem num país onde a diversidade étnica e cultural é notória a olho nu?***"[205], pois, a partir daquele estágio de luta, tratava-se da focalização do lado onde penderia a balança da aculturação no processo da interacção entre pessoas oriundas de diversos grupos étnicos que se propunham enfrentar uma causa comum. Qual seria então a referência padrão da moçambicanidade a construir?[206]

---

[204] ANTUNES, José F., p.196

[205] VN, Maputo, 15 de Agosto de 1998, entrevista com o autor. **Nota**: Este cidadão está devidamente identificado. Juntou-se a Frelimo em 1963. É natural do sul do país e estava muito próximo ao círculo dos confidentes de Mondlane. Pediu encarecidamente que não se mencionasse o seu nome caso este livro fosse publicado com ele ainda em vida. O homem ainda vive.

[206] **Nota**: Num dos diversos discursos de Samora Machel que o autor não se recorda com exactidão a data (proferido depois da proclamação da independência), a dado passo, o então presidente da República Popular de Moçambique afirmava: **"Quando iniciamos a luta armada, tinhamos camaradas da etnia makonde com tatuagens na cara e continuavam a tatuar as crianças. Sentamos para estudar o caso e decidimos que era preciso acabar com isso. Fomos falar com os líderes comunitários da etnia makonde e dissemos-lhes que embora a tatuagem fosse importante para a sua cultura, também era importante que entre os moçambicanos não haja diferenças.**

Esta noção de Poder, terá, de certa forma, levado alguns cérebros da *ala regionalista do sul* a reflectir com afinco na sua conquista, naquele momento de luta, perspectivando a hipótese de assumi-lo no país independente. Entretanto, enquanto nas suas confidências aquele grupo assumia uma independência onde a hegemonia regional e étnica se deveriam impor através do controlo efectivo dos postos de decisão (tanto no exército como na ala política do movimento, numa primeira fase), o grupo de moçambicanos de origem europeia e asiática que se juntava à Frelimo, mais esclarecido que era no sentido ideológico *esquerda / direita*, profundamente doutrinado segundo os ditames da Internacional Comunista da época, queria espaço na organização por forma a que, desde aquele momento da luta, se destacasse a multirracialidade do tecido social moçambicano e, gradualmente, ir impondo o sentido ideológico da sua escola. Este segundo grupo era, na sua maioria, constituído por indivíduos que já haviam passado por algumas universidades europeias e, portanto, versados em Platão, Aristóteles, Maquiavel, Marx, Lenine, Hobbes e outros acérrimos defensores da natureza humana e da filosofia analítica. Ciente das dificuldades que encontraria para se inserir numa Frelimo maioritariamente negra, embrenhar-se-ia, igualmente, na procura de meios para que a sua existência como moçambicanos não fosse apenas cosmeticamente consagrado nos princípios que regiam o movimento, mas, efectivamente, aceite. Para tal, era necessário aliar-se a uma das partes em confrontação que garantisse, numa primeira fase, essa multirracialidade no movimento em luta. E Mondlane era a pedra basilar para o efeito, pois emprestava uma certa garantia de supostamente não ser racista por ter uma esposa de raça branca.

Contudo, não se pode afirmar categoricamente que Simango não olhou o lado melindroso da questão rácica como um assunto sério naquela situação de luta. Tal como ele, todos na Frelimo conheciam esse lado melindroso da questão. E terá sido pela natural sensibilidade da questão que coube aos mais esclarecidos a missão de esclarecer os demais sobre a importância de uma "efectiva unidade" no movimento. "***Com Eduardo Mondlane, Janet Mondlane, Marcelino dos Santos e muitos outros, Simango desencadeou uma grande luta de consciencialização dos camaradas***"[207]. Homem que desde os tempos

Era preciso que se acabasse com a prática de tatuagens na cara. Eles compreenderam, e assim acabamos com essa prática" (citação de cor pelo autor).

[207] Alberto Sithole, Idem.

de Moçambique à Rodésia confidenciou e trabalhou lado a lado com pessoas de outras raças, Simango nunca manifestou um ódio visceral contra brancos ou pessoas de outras raças. Segundo relata quem o conheceu, ele costumava dizer que " ***'essas pessoas são nossos irmãos'. Também lhes condóia ver a desigualdade social imposta pelo regime português. Se vinham juntar-se à luta é porque sentiam que alguma coisa ia mal na sociedade portuguesa e moçambicana. 'Esses camaradas são verdadeiros patriotas, meus irmãos. De contrário estariam a usufruir em Moçambique dos direitos que a sua cor da pele lhes proporciona, sem nunca se preocuparem com isto aqui' - dizia Simango. Ele repetia isso sempre que a questão de raças era levantada. O epíteto de racista que os seus detractores lhe talharam não se encaixa no homem que ele foi*** "[208].

De facto, o homem não se envolveu em nenhuma contenda rácica no interior da Frelimo. Pelo contrário, segundo dizem alguns testemunhas, com a maioria dos que se sentiam preteridos pela cor da pele trabalhou da melhor forma possível e sempre os encorajou a se envolverem cada vez mais na luta, como forma de provarem o seu altruísmo e abnegação à causa da libertação do povo moçambicano, e dissipar aos olhos de alguns as dúvidas que pairavam. E isso provou-se em diversas ocasiões[209]. Quando alguns patriotas de raça branca, tais como Fernando Ganhão e Hélder Martins foram, pelas autoridades tanzanianas, forçados a abandonar o território tanzaniano em consequência da turbulência então instalada no Instituto Moçambicano, numa confraternização de despedida, foi pelas mãos de Simango que receberam prendas de recordação da Frelimo pela sua participação na luta. Ganhão afirma que foi Simango quem os acompanhou e intercedeu junto das autoridades tanzanianas e junto do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) em Dar es-Salam, visando a manutenção deles no território tanzaniano de modo a que continuassem a dar o seu valioso contributo à luta de libertação de Moçambique[210].

[208] Idem

[209] Idem.

[210] Fernando Ganhão, Idem.

"Curiosamente, toda a sua abertura, simpatia, fraternidade e carinho para com os indivíduos não negros no interior da Frelimo, seria, mais tarde, por conveniências políticas, interpretada pelos seus inimigos de circunstância como que um simples fingimento e não algo que saia do seu coração. E o pior é que mesmo os indivíduos que ele acarinhou foram os primeiros a dar-lhe epítetos sujos. Esses aí, Ganhão, Sérgio, Martins..."[211].

Com efeito, os discursos difamatórios contra o Reverendo Simango são hoje, por alguns, sustentados com afirmações como *"sabíamos que ele é que estava por detrás de todas aquelas manifestações de racismo e tribalismo"*[212].

Mas, a despeito de uma boa parcela dos que o conheceram negar que Simango tenha sido um racista como o rotulam os seus detractores, importa referir que muitos deles condenam-no pela excessiva rectidão de comportamento que o caracterizava. O seu comportamento não se compadecia com a natureza de uma luta política – dizem. Faltava no Reverendo algo que cimenta a amizade das pessoas e que Mondlane possuía em todo o seu ser: Os *lobbies* e o convívio proporcionado pelas recepções e beberetes. É que Simango era Pastor de seres humanos, essas *ovelhas* bípedes de Deus na Terra. Na época, do estatuto de mensageiro de Deus (sobretudo os ligados a Igreja Presbiteriana no sul e centro de Moçambique), "infelizmente", exigia-se excessiva rectidão no comportamento. Tomar uma cerveja, fumar um cigarro, frequentar um bar, um botequim ou servir um vinho a um hóspede, era visto como heresia. E Simango seguia à risca certos comportamentos exigidos pelo seu estatuto. Isso, té-lo-á, de certa forma, prejudicado – afirmam.

---

211 Alberto Sithole, Idem

212 Marcelino dos Santos. Maputo, In TVM, programa alusivo ao trigésimo aniversário da morte de Eduardo Mondlane. Entrevista com o Jornalista Júlio Bicá.

A inferioridade: Factor decisivo na tomada de posições

É igualmente importante analisar outra faceta da questão regional e étnica no interior da Frelimo. A ideia propalada por vários estudiosos sobre a luta de poder no interior da Frente de Libertação de Moçambique, segundo a qual o grupo do sul que viria a assumir a direcção da organização fê-lo em consequência dos desequilíbrios regionais resultantes da colonização portuguesa em matéria do desenvolvimento económico e social, dando lugar a assimetrias de nível académico entre os moçambicanos do sul, centro e norte do país, cai pelas bases quando confrontada com os factos reais no interior da própria Frelimo.

Na Frelimo de 1963 a 1969, a presença de indivíduos com habilitações literárias acima do quinto ano dos liceus era maioritária nos indivíduos oriundos do centro de Moçambique. Tirando desta análise as figuras do presidente Mondlane, do vice-presidente Uria Simango e os indivíduos não negros no interior do movimento, com a excepção de Joaquim Chissano e de Pascoal Mocumbi os restantes indivíduos oriundos do sul, na sua maioria, não possuíam para além do terceiro ano liceal (o correspondente a oitava classe actual). Em contrapartida, grande parte dos indivíduos oriundos do centro do país tais como Bernardo Ferraz, Ferrão, Carlos Lobo, Alberto Cassino, Júlio Razão de Nilia, Henrique Boné Mulieca, João Rajabo da Costa, José Marcos Milato, António Bucha Kachiputo, João Unhai, Faustino Kambeu, João Nicolau Pires, Lourenço Mutaca, António Palange, Alberto Sithole, Zacarias Dhlakama, Carlos Klint, Miguel Murupa, António Disse Zengazenga e muitos outros, a maior parte dos quais se juntou a Frelimo saindo do Seminário Maior da Namaacha, já possuíam o segundo ciclo concluído, ou seja, o quinto ano liceal (décima classe, actual)[213]. Muitos haviam optado pelo estudo da Filosofia como disciplina curricular nos seminários que frequentavam, para além de estarem matriculados no ensino pré-universitário. Em termos literários pode-se afirmar que na Frelimo daquela época os originários do centro, com destaque para a província da Zambézia, possuíam melhores habilitações académicas do que a maioria dos que eram provenientes de outras zonas do país. Alguns deles, nomeadamente Ferraz, Palange e Unhai foram os primeiros professores de raça negra no Instituto Moçambicano em Dar es-

[213] Dr. António Palange. Boane, 23 de Setembro de 2001, entrevista com o autor.

Salam. Muitos deles haviam, antes de se juntarem à Frelimo, frequentado o sexto e sétimo anos liceais. Indivíduos como Feliciano Gundana[214], Silvério Nungu[215], Filipe Magaia e Jaime Sigauke e muitos outros do centro do país na Frelimo, tinham passado por escolas secundárias onde alguns frequentaram o terceiro ano, contrariamente aos oriundos do sul que acabaram por assumir a direcção política no movimento.

Samora Machel, que mais tarde viria a tomar o poder efectivo na Frelimo, não era superior literariamente a muitos. Mesmo que se diga que no início de 1959 começou a frequentar o curso dos liceus[216], nada consta que tenha concluído com êxito o segundo ciclo do ensino secundário até 1963, altura em que se juntou à Frelimo. E, que se saiba, nunca passou de auxiliar de enfermeiro. Em Dezembro de 1961 foi reprovado no exame final do curso de enfermagem. Os restantes indivíduos da *ala regionalista do sul*, tais como Mateus Sansão Muthemba, Sebastião Marcos Mabote, Aurélio Manave, Dinis Moiane, Lourenço Matola, Francisco Sumbane, Josina Abiatar Muthemba, Armando Emílio Guebuza, José Moiane e outros que viriam a conquistar o Poder efectivo na altura da luta armada de libertação nacional, não eram superiores literariamente em relação a outros moçambicanos do centro e norte de Moçambique que se haviam juntado à Frelimo. Em média, esses possuíam a sexta classe e nem todos gozavam do estatuto de assimilados pelo simples facto de terem vivido em cidades como Lourenço Marques. Nenhum dos indivíduos do sul, com excepção de Joaquim Chissano e Pascoal Mocumbi[217], era academicamente superior em re-

214 Gundana foi uma das pessoas que secretariou tanto a reunião da fusão dos 3 movimentos, como o I Congresso do novo movimento (Frelimo). Feliciano Gundana em conversa com o autor e outros, por ocasião da confraternização pelo quinquagésimo aniversário natalício de Alfredo Abílio Simango).

215 Se o estatuto de assimilado era um "posto", Nungu era dos poucos negros assimilados na cidade da Beira. Já nos fins da década de 50 era funcionário público (escriturário) e possuía uma viatura ligeira particular. Foi escriturário do Tribunal distrital e, posteriormente, dos Caminhos de Ferro na cidade da Beira até pouco antes da sua fuga para Tanzânia no início da década de 60.

216 SOPA, António (Editor). *Samora Homem do Povo*. Maguezo Editores, 2001, p. 299.

217 ***"Pascoal Mocumbi, apesar de ser do Sul, nunca se associou aos planos divisionistas do grupo dos sulistas na Frelimo. Dava-se bem com todos e penso que repugnavam-lhe os métodos maquiavélicos que se usavam contra outros combatentes. Apesar de a partir de 1965 ter sido afecto como representante da Frelimo em Argel, sempre acompanhou o desenrolar dos acontecimentos no terreno. Em 1968, acho que já cansado do que estava a acontecer, pediu pessoalmente a Mondlane para ir estudar.***

lação ao grupo oriundo da Zambézia acima referido[218]. Os que possuíam a quarta classe concluída eram, igualmente, maioritários no grupo oriundo do centro do país[219]. Na altura das grandes conspirações internas dos fins da década sessenta, por exemplo, Lourenço Mutaca estava a terminar a sua licenciatura em Economia e Finanças. António Butcha

---

E foi. No momento da crise na Frelimo (1969 / 70) Mocumbi encontrava-se a estudar na Suiça. Ao tomar conhecimento do tratamento que o grupo dispensava a Uria Simango, Mutaca e outros, começou a propalar-se na Tanzânia que Mocumbi era um os que começou também a mover uma forte campanha contra o grupo de Samora e Marcelino dos Santos na Suiça. Penso que Mocumbi não foi preso graças às suas relações com Chissano. Eu estava em Nachingweia na altura em que muitos dos chamados reaccionários e alguns que regressaram em 1974 estavam lá presos. Deste grupo havia alguns que não acataram a ordem de regressar e tomar parte nas tarefas da luta para depois voltarem à Europa para concluírem seus cursos. A segurança da Frelimo sabia quem e que andava a insultar os seus dirigentes lá fora e dizia-se, em Nachingweia, que Mocumbi fazia parte deles, mas não tocaram nele. Penso que não tocaram nele por ser do Sul, mas teve um pequeno castigo. Foi preterido do poder central na altura de Machel e depois da independência foi mandado para a cidade da Beira, o antro dos reaccionários como diziam. Durante a sua estada na Beira Mocumbi trabalhou brilhantemente e nunca teve problemas com ninguém. Era querido em Sofala. Levou algum tempo até que Machel lhe perdoasse. É a tal coisa de afinidades, porque se fosse do centro ou norte estava morto como outros que negaram abandonar os seus estudos para regressarem à Tanzania e envolver-se nas tarefas da luta.". (PC. , Maputo, 7 de Abril de 1998, entrevista com o autor). **Nota do autor**: De facto, Mocumbi concluiu o seu curso de medicina em 1973, numa altura em que a luta armada estava no seu auge e com novas frentes abertas que necessitavam de serviço médico. *"Permaneceria na Suiça até 1975 a trabalhar como médico assistente no Hospital de St. Loup. No seu regresso à Moçambique, segundo se diz, Mocumbi ficou detido algumas horas no comando da polícia em Maputo. Depois manda ram-lhe trabalhar na cidade da Beira."* (AG., Maputo, 20 de Novembro de 2001, entrevista com o autor). Mas este não seria a sorte de muitos outros moçambicanos, como o foi o caso de José Simango. Jamais José pertenceu à Frelimo e nem por mão dela foi estudar no estran geiro. Formou-se nos Estados Unidos da América depois de para aí ter seguido através do Malawi, nos meados da década de 60. Regressou à Moçambique no início de 1976. Detido no Aeroporto de Mavalane, imediatamente após ter pisado o solo pátrio, foi encarcerado na cadeia da Machava e semanas depois conduzido à um dos *campos de reeducação* no norte do país. Segundo se diz, como que por milagre, escapou por duas vezes ao pelotão de fuzilamento, acabando por-se refugiar no Malawi onde permaneceu até Outubro de 1986, altura em que Samora Machel faz a sua última viagem àquele país. Ao tomar conhecimento de que Machel se encontrava de visita ao Malawi, e não sabendo dos seus intentos naquele território, José Simango entrou em pânico. Receoso de ser repatriado pelo governo de Banda, apesar de nunca ter pertencido a Renamo, abandonou então o Malawi e, novamente, foi-se refugiar os Estados Unidos.

[218] Dr. António Paiange, Idem

[219] Idem

Kachiputo estava a estudar para a obtenção do mestrado. António Zengazenga em vias de completar o doutoramento. Na época, académicos moçambicanos naturais do sul de Moçambique, dignos desse título, tais como o Dr. João Nhambiu[220] e o Dr. Nhancale nunca se aliaram à Frelimo durante a fase da luta armada[221]. Portanto, conclui uma das fontes consultadas, " ***a condição subalterna da maioria dos indivíduos do centro e norte integrados na Frelimo, e, após a independência de Moçambique, na esfera político-social, foi minuciosamente desenhada no tempo da luta armada de libertação nacional. Não é porque outros eram superiores academicamente não***"[222].

Este pequeno quadro ilustra a profundeza do problema. Ele jamais poderá ser atribuído a desequilíbrios protagonizados pela colonização portuguesa em favor do sul, mas sim à tomada de consciência de *inferioridade*, tanto numérica como literária. Era deste modo imperioso encontrar uma via que permitisse conquistar a hegemonia política que ditaria a supremacia social. E para se atingir essa supremacia social, nem que isso implicasse o recurso a métodos idealizados pelo politólogo Nicolau Maquiavel, o fim justificaria os meios.

Na impossibilidade de remover violentamente todos os obstáculos que iam surgido pelo caminho, encontrar-se-ia como solução um método simples de afastar muitos dos indivíduos escolarizados, proporcionando-se-lhes bolsas para continuarem os seus estudos secundários e superiores distantes do território tanzaniano e, sobretudo, da gestão efectiva da vida da organização. Segundo uma das fontes consultadas, longe de estar imbuído de boas intenções, as bolsas de estudo que a presidência da Frelimo e a directoria do Instituto Moçambicano se esforçariam em conseguir para a maioria dos jovens do centro e norte do pais encerravam em si uma estratégia visando desembaraçarem-se das possíveis *sombras* na gestão efectiva da organização. Académico que era, o presidente, que não se sentia seguro em estar rodeado por pessoas a quem os laços étnico-culturais não lhe garantis-

220 O Dr. Nhambiu entrou por diversas vezes em desintendimentos com Eduardo Mondlane. A ilustrar isso está a correspondência entre ambos na década de 60 (cartas soltas e desarrumadas na pasta da presidência da Frente de Libertação de Moçambique no Museu da Revolução em Maputo).

221 Miguel Murupa, correspondência para o autor, 23 de Setembro de 200.

222 Dr. António Palange, Idem.

sem lealdade afectiva, estava ciente de que o poder político conquistava-se pelo protagonismo efectivo no terreno. E no caso moçambicano, pelo protagonismo efectivo na luta armada de libertação nacional e não pelo afastamento dela, mesmo que por uma intenção nobre como a de ir aumentar os conhecimentos científicos. Deste modo, Mondlane teve o estofo intelectual de, em autênticos exames psicotécnicos, armadilhar as consciências dos jovens, pondo, subtilmente, duas opções, apelidando uma de *prioritária* e outra de *secundária*, isto é, "treino militar para virem combater e liderar o exército de libertação"[223] e estudar para equipar o futuro Estado de quadros para a administração pública e outros.

O antropólogo Eduardo Mondlane, como qualquer estudioso dos fenómenos sociais, sabia que na história da humanidade em nenhuma época o diploma superou politicamente (aos olhos das massas populares) a valentia daqueles que se entregaram de corpo e alma á causa de luta de um povo. Os melhores cientistas e pensadores do mundo, desde Aristóteles á Santo Agostinho, em todas épocas da humanidade foram, na sua maioria, governados por indivíduos que não lhes eram superiores, académica ou intelectualmente. O segredo do poder político reside na forma como o aspirante a esse poder impõe o seu nome à nação. E, a exigência de mudanças por via da violência armada é uma delas[224]. O factor formação académica ou diploma, embora útil para o exercício cabal da política, não é em si imprescindível para a conquista dos corações de povos oprimidos.

Mas a decisão de se afastarem os mais escolarizados com a aparente proposta de necessidade de quadros no futuro país independente seria, no seu início, contrariada nos bastidores por Jaime Rivaz Sigauke. Este, apercebendo-se da estratégia, não se cansava de alertar as pessoas para a importância de manterem-se no terreno, combatendo o inimigo e liderando o exército[225].

---

[223] Hélder Martins, In *Samora Homem do Povo*, Maguezo Editores, Maputo, 2001, p. 79.

[224] São inúmeros os exemplos pelo mundo fora. Em Moçambique, Afonso Dhlakama, sem possuir um nível académico superior, por via de uma luta efectiva, soube impôr o seu nome à nação a ponto de superar, nas eleições presidenciais de 1994, candidatos formados superiormente, tais como o Dr. Domingos Arouca e o Dr. Máximo Dias.

[225] "Sigauke era da etnia *shona*, natural da província de Manica". (AS. , Maputo, 17 de Junho de 1997, entrevista com o autor).

Todavia, a ideia de prosseguir os estudos visando a prosperidade individual e colectiva no futuro vingaria na maioria dos escolarizados do centro do país por vários factores, sendo o principal dos quais a morte do próprio Sigauke e, posteriormente, a de Filipe Magaia. As mortes desses dois quadros da Frelimo e de outros que sistematicamente e de forma estranha se seguiram, causaram uma profunda desconfiança no seio do movimento. A partir de então, alicerçou-se na mente de muitos a ideia de aliar o útil (manter-se vivo) ao agradável (aumentar os conhecimentos científicos). Muitos embarcariam para o exterior como via de evitarem balas disparadas pelos seus companheiros de trincheira. "***Entretanto, alguns indivíduos oriundos do sul, a quem prosseguir os estudos não faria mal algum, sob propostas inconfessáveis de alguns em confidências de cariz étnico e regional, manter-se-iam no terreno na luta efectiva de armas na mão, protagonizando a heroicidade que conquistaria os corações dos oprimidos***"[226].

"***Deixem-nos ir estudar. Vocês peguem em armas e imponham-se no terreno. Quando eles regressarem vocês já terão o povo do nosso lado e serão os dirigentes do país. Eles serão os técnicos e quadros com diplomas, é verdade, mas trabalharão sob as vossas ordens. É assim que se faz política e se conquista o poder meus irmãos***"[227] – dizia Mondlane.

"***Quando Samora afirmava que o poder não se entrega, mas conquista-se; arranca-se, etc., etc., não penses que aquilo nasceu de um dia para outro na cabeça dele. Aquele homem aprendeu de alguém aquilo. Perdeu muitas noites a cavaquear com o velho. Eram autênticas aulas onde se aprendeu a saber quem foi Shaka, Sochangane, Muzilikazi, Ngungunhane; quem são os ndaus, changanas, chopes, etc, etc. Aquilo era uma luta pela conquista do poder. Era preciso ser esperto. Mais tarde contar-se-iam histórias prenhes de heroísmos onde, pomposamente, se afirma que alguns de nós, que saímos do país com intenções claras de prosseguir os***

[226] Dr. António Palange, Idem.

[227] VN. , Maputo, 6 de Julho de 1999, entrevista com o autor.

estudos, desviámos nossas intenções porque éramos mais consciencializados do que os outros. Isso é peta, um conjunto de mentiras umas atrás de outras, mas bem sistematizadas. Tinha que se arranjar um discurso que desse a entender que éramos mais patriotas do que os outros, que preferimos sacrificar as nossas vocações mantendo-nos no terreno de armas em punho para libertar o país. E esse discurso pegou, naturalmente. E de resto, nenhum homem, por mais ignorante que seja, conquistaria os corações de uma multidão oprimida, conduzindo essa multidão à liberdade, para, depois, chamar outro para governar a vida dessa multidão e a liberdade que ajudou a conquistar. É que para além do absurdo desse acto, nem essa multidão liberta pela valentia dele lhe permitiria que isso acontecesse, pois conhece-o a ele e pouco ou nada sabe do intelectual diplomado que eventualmente apareça para governar o país. No mínimo esse diplomado terá que se sujeitar as regras impostas pelo libertador, mesmo que seja um analfabeto"[228].

O poder político é uma dimensão das ciências humanas e Mondlane havia-o estudado bem. A importância de ter à sua volta executores leais para a sua causa era fundamental. Mesmo que estes fossem joguetes de outras etnias e não possuíssem o nível académico que as obrigações exigissem, Mondlane estava ciente de que não faltariam cabeças pensantes para conduzir o processo e delinear estratégias e políticas. Obviamente, na sua maneira de pensar, para essas tarefas, a Frelimo contaria com ele e com os académicos brancos, mestiços e indianos, sem que estes últimos tivessem qualquer hipótese de deter o poder, dado que existia uma maioria negra a considerar. No mínimo, essas minorias étnicas (entenda-se brancos, mestiços e outros) estariam eternamente na posição de colaboradores fiéis aos vencedores. Isto, se pretendessem deter a posição *sui generis* em que se viriam a encontrar, pois caso contrário seriam apelidados de *inimigos do povo*, de *reaccionários* e de *colaboradores* da PIDE, etc., com todas as consequências nefastas que daí adviriam[229].

[228] Idem

[229] Idem.

Nasceria, assim, na Frente de Libertação de Moçambique uma aliança surgida por conveniência de interesses entre dois grupos e que ditaria o futuro político da Frelimo: O grupo dos *aliados* e o grupo dos *regionalistas do sul.*

Com efeito, as vagas que gradualmente iam surgindo como resultado da saída dos que prosseguiam os seus estudos na Europa e nos Estados Unidos, ou daqueles que abandonavam o movimento por se sentirem intimidados e ameaçados, seriam sistematicamente ocupados por pessoas adstritas á *ala regionalista do sul* cuja inexperiência na organização do objecto social era superada graças ao apoio dos académicos *aliados.* Tal é o caso do Departamento de Saúde que, após o abandono de José Baltazar Changonga (um enfermeiro qualificado e diplomado), esteve sob a direcção de Francisco Sumbane, um ex-socorrista nas minas da África do Sul que não possuía qualificações académicas de relevo e mal falava o português[230]. Apesar de posteriormente outros enfermeiros qualificados e com conhecimentos mínimos sobre questões sanitárias terem aderido à Frelimo, Sumbane manteve-se de pedra e cal no posto. A partir de 1964, Sumbane teria como muleta o médico Hélder Martins que lhe assessoraria na delineação das políticas sanitárias do Departamento de Saúde.

Conspiração: As alianças estratégicas

Apesar de depois do primeiro vendaval até aos fins de 1964 se ter vivido uma certa acalmia nas hostes da Frelimo, o início da luta armada em Setembro daquele ano trouxe consigo novos desenvolvimentos nas relações sociais no interior do movimento. O contacto com as populações no interior do país agudizaria a luta pelo controlo dos destinos da organização.

As origens dos conflitos de peso na Frente de Libertação de Moçambique, que poriam em confronto Uria Simango e o grupo da auto-intitulada *linha revolucionária* ou *linha correcta* eram endógenas. Repousavam numa estratégia devidamente estudada que só pode ser compreendida tendo em conta a dimensão do jogo de interesses traçados pelos grupos em confrontação no interior do movimento. É, de certa forma, preciso olhar para esses conflitos na perspectiva de *causa* e *efeito.*

[230] MARTINS, Hélder, *Porquê Sakrani*, p. 266.

O Reverendo Simango tomaria conhecimento da existência de reuniões de concertação de posições dos dois grupos acima referenciados por intermédio de Filipe Magaia e Silvério Nungu. Em 1965 e princípios de 1966, Mondlane ensaiou sistematicamente várias tentativas de remover Filipe Magaia da chefia do DSD para substituí-lo por Samora Machel[231], então comandante do Centro de Preparação Político-Militar de Nachingweia. A intenção seria energicamente contrariada por Simango e por muitos membros do Comité Central que já viam a preocupação de Mondlane em controlar o exército que, na essência das lutas armadas de libertação em toda a história da humanidade, é um dos mais importantes centros do poder de decisão. Segundo disse o Reverendo Simango na altura, na qualidade de vice-presidente da Frelimo nunca havia recebido qualquer informação desabonatória a respeito de Filipe Magaia. Com que bases se pretendia remove-lo e substituí-lo por Machel? – perguntou Simango. Se algo existia na conduta operacional de Magaia, ou se alguém tinha queixa contra ele, por que é que o vice-presidente tomava conhecimento por vias de tentativas de remoção e substituição? – acrescentou[232].

Mas a *crucificação* de Magaia enquadrava-se na estratégia da procura de consolidação do Poder. É que Filipe Magaia era alvo a abater por duas razões associadas. Primeiro, por Magaia não ter pactuado com as posições dos *sulistas* na Frelimo e, segundo, porque a uma determinada altura da vida da organização polarizou-se uma discórdia que repousava nos procedimentos para o avanço da luta armada. A ala militar sob o comando de Magaia acusava Mondlane de desinteresse pela causa da independência e retardar a luta. Cedo, essa ala teria do seu lado o próprio Reverendo Simango.

Embora ostentando o apelido *Magaia*[233], Filipe ultrapassava as fronteiras étnicas por ter nascido de pai *ronga* e mãe *chuabo*. Era dos

---

231 Imediatamente após o regresso de Machel dos treinos na Argélia em Abril de 1964 Mondlane tratou de remover Simão Tobias (um makonde) do cargo de comandante do Centro de Preparação Político-Militar de Kongwa, colocando Machel na chefia do mesmo. O Centro seria transferido pouco tempo depois para Nachingweia, tendo Machel já como seu comandante.

232 Fernando Mungaka. Tal como dito a AS. AS, Maputo, 17 de Março de 1987, entrevista com o autor.

233 *Magaias*, corruptela portuguesa de *Mabjaias*, são originários de sul de Moçambique, mais concretamente da província de Maputo.

poucos quadros da Frelimo que teve, na época, a sorte de ter vivido em várias províncias do país e convivido com diversas pessoas de outras etnias. Nasce em Mocuba, na Zambézia, onde seu pai havia-se fixado por inerências profissionais e conhecido sua mãe. Dá os primeiros passos da vida e cresce socializado no ambiente *chuabo/lomwé*. A despeito de cedo ter ido viver para Lourenço Marques, terra natal do seu pai, no início da década de sessenta – depois de passar à disponibilidade do exército colonial português – Magaia encontrava-se na cidade da Beira onde trabalhava como aspirante nos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique. Naquela cidade, Magaia vivia na casa do seu colega de trabalho, Silvério Rafael Nungu, no subúrbio de Chipangara Mussanga. Na sua estada na cidade da Beira, Filipe terá forjado sólidas relações de amizade não só com Nungu, com quem dividia o espaço da pequena casa[234], mas também com muitos sofalenses incluindo Feliciano Gundana. Seria na companhia de Gundana que Filipe Magaia empreenderia a sua fuga para se juntar a Nungu já na Rodésia do Sul, e posteriormente dirigir-se para o Tanganhica para se juntar à Udenamo.

O *grupo regionalista do Sul,* não conhecendo na essência o Magaia que tinha como chefe do DSD, e tomando-o por culturalmente da etnia *tsonga* pelo apelido que ostentava, tentaria nos finais de 1964 aliciá-lo a pactuar com as suas confidências e tomar parte nos convívios do grupo. Todavia, Magaia cedo se apercebeu de que havia uma deliberada intenção naquela roda de amigos de dividir para reinar. Por consequência, Filipe Magaia não só alertaria Nungu e Simango sobre a conjura que se ia desenhando, como também chamaria a atenção do próprio presidente Eduardo Mondlane para que este não tolerasse certas atitudes, porque estava claro que no grupo havia intriguistas com intenções obscuras[235]. Mas esta alerta encontraria um Mondlane já apostado em impor na organização um "nacionalismo elitista" ditado por alguns originários do sul do país. Deste então, ainda que alertado por Simango para não encorajar encontros restritos que pudessem minar a harmonia na organização, Mondlane continuou a promover tais encontros com o grupo dos *sulistas*. Os encontros secretos cedo se transformaram em centros decisórios, onde a maior parte das directivas da

---

[234] A casa de Nungu no bairro da Chipangara Mussanga na cidade da Beira, situava-se próximo da drenagem (popularmente conhecido por Tâmega) em direcção ao centro de diversão (*Chingwere, ou Chingwerengwe, como eram conhecidos no sul do país*) da Sra. Adelaide. O pequeno edifício, na época a única casa de alvenaria naquela zona, foi depois da independência nacional transformada em centro de saúde.

[235] Fernando Mungaka citado por AS. , Idem.

Frente eram aí traçadas à revelia de outros quadros do Comité Central, sobretudo do seu vice-presidente, e trazidas às reuniões apenas para receberem aval, pois encontravam outros *camaradas* desprevenidos e sem preparação para argumentações contrárias, tendo em conta o baixo nível académico da maioria[236].

Esta seria a causa primeira que ditaria a morte de Magaia e deve ser analisado no contexto de *lealdade étnica*, um factor intrínseco no ser humano.

A segunda causa que ditaria a morte de Magaia, como atrás se referiu, enquadra-se na forma de agir do dirigente máximo da organização desde os primeiros momentos da fundação da Frelimo. Embora aparentemente solucionado a questão de Mabunda e Gumane, a contestação aos procedimentos do presidente cedo passou a ser sustentada pelo próprio vice-presidente Uria Simango e pelos quadros militares dirigidos por Magaia. Com efeito, anos mais tarde, o analista Benedito Tomás Muianga escreveria:

-"**(...) os militares, desejosos de avançar com a luta, olhavam para os políticos com desconfiança.**

O comportamento tipicamente ocidentalizado de Mondlane, que preferia o convívio em hotéis e umas partidas de bola ao cesto à mistura com cocktails em Oyster Bay, aos campos de treino em Kongwa e Bagamoio, apenas contribuiu para alicerçar na mente dos quadros e combatentes a ideia de que não podiam contar com os políticos. Este sentimento acentuar-se-ia quando aos militares foram impostas restrições, nomeadamente a distribuição a conta-gotas do equipamento bélico concedido à Frelimo pelo Comité de Libertação da OUA, por sinal com sede em Dar es-Salam, assim como a utilização do mesmo pelos tanzanianos para outros fins, mormente no apoio aos separatistas do Biafra[237]

Por Mondlane ter mantido situações como estas no segredo dos deuses, fez com que os combatentes interpretassem a situação como da directa e exclusiva responsabilidade do seu presidente, aumentando assim a crença de que ele estava ao serviço dos portugueses; que não queria a independência; e que propositadamente entravava a luta.(...)".[238]

---

[236] Idem.

[237] É importante notar que a questão dos separatistas de Biafra na Nigéria, como veremos mais adiante, viria drasticamente a pôr em causa as relações pessoais entre o Rev. Uria Simango e o então presidente tanzaniano, Julius Nyerere.

[238] Benedito Tomás Muianga. In Semanário SAVANA. Maputo, 6. 10. 95.

O imediato efeito do mal estar acima descrito seria o surgimento em 1965 de um movimento clandestino denominado Mozambique Revolutionary United People's Party, ou simplesmente, MRUPP.

Como prenúncio duma dramática cisão, o MRUPP pretendia chamar a si a exclusividade da liderança da luta política e armada de libertação nacional. Agindo na clandestinidade e discretamente com os meios materiais de que a Frelimo dispunha, o MRUPP tinha como seu líder principal Uria Simango, sendo Filipe Magaia (então secretário do DSD da Frelimo) comandante do braço armado, coadjuvado por Raul Casal Ribeiro. A pasta das relações exteriores estava à cargo de Jaime Rivaz Sigauke, sendo coadjuvado por Mariano de Araújo Matsinhe. Júlio Razão de Nilia estava à testa das relações internas, secundado por Samuel Dhlakama. Vasco Campira Momboya liderava o Departamento de organização enquanto Lázaro Nkavandame detinha o cargo de conselheiro[239].

Este quadro de situações preocuparia sobremaneira a *ala regionalista do sul* que viu o seu projecto de hegemonia posto em causa. A ideia de uma cisão onde saísse vencedor o grupo clandestino do MRUPP liderado por Simango e Magaia, este último que, afinal, não era cultural e exclusivamente *tsonga* como a *ala regionalista do sul* inicialmente julgava, ditaria também a importância do seu rápido afastamento do controlo do exército.

De facto, o MRUPP não vingaria apenas porque Magaia foi assassinado e imediatamente foi substituído por Samora Machel. Dados posteriores indicam que terá havido uma certa dose de traição para o desmantelamento daquela facção. Com efeito, segundo escreveria ainda Muianga:

"(...) a existência do movimento dissidente poderá ter chegado ao conhecimento da ala política ou através de Mariano Matsinhe ou por via do governo tanzaniano cujos funcionários da Defesa e Segurança mantinham estreitos laços com o MURPP"[240].

Prosseguindo, importa referir que se a morte de Jaime Rivaz Sigauke em Julho de 1966 trouxe uma mescla de dúvidas sobre um possível envolvimento de alguém na Frelimo – por ter sido perpetrado

[239] Idem

[240] Idem

por dois indivíduos de raça branca, que se supunha serem da PIDE – a de Filipe Magaia traria á luz do dia a prova de que havia quem encarasse o poder com muita seriedade[241]. O *poder conquista-se* e todos os meios justificam os fins. Magaia foi morto por Lourenço Matola, um combatente nas fileiras da Frelimo afecto à *ala regionalista do sul* e, na época, a trabalhar na área de instrução militar. Tudo leva a crer que a morte do Comandante foi minuciosamente orquestrada a nível superior. Eis a voz de uma testemunha que viveu o problema na época:

"A morte de Magaia não foi um mero acidente. Foi orquestrada. Quando Magaia organizou a tal missão em que viria a morrer, houve em Nachingweia protestos de alguns. Magaia insistiu que era preciso que os altos oficiais do exército e os próprios políticos fossem também ao interior para conhecerem de facto a guerra, e não apenas permanecerem nos gabinetes em Nachingweia ou em Dar es-Salam. Ele, na qualidade de comandante do exército, deu o exemplo, encabeçando o grupo de oficiais que entrou no interior. Eu fui com ele. Era o tipo de acções que aprendemos na China onde fomos treinados. Dizem até que quando Che Guevara esteve em Dar es-Salam em 1965, em conversa com os líderes da Frelimo uma das coisas de que falou foi a necessidade dos dirigentes da guerrilha estarem próximos do povo, lá onde o povo está. Alguns com medo de seguirem para o interior começaram a agitar as pessoas. Permaneceram em Nachingweia, manifestando-se contra a decisão de Magaia. Samora não foi nessa marcha, ficou em Nachingweia. Aquilo não foi brincadeira nenhuma. Foi agitação séria e penso que se Magaia regressasse vivo daquela missão, seria, duma ou de outra forma, substituído. Ia-se inventar alguma coisa para que o homem fosse substituído. Agora por quem, não sei!... Conclua sozinho.)"[242]

---

[241] *"Sigauke e Magaia gozavam de forte apoio da maioria dos combatentes e eram dos poucos membros do Comité Central que contrariavam frontalmente Eduardo Mondlane a ponto de o ambiente, em algumas reuniões importantes de quadros da Frelimo e do Comité Central, se esfriar"*. (AS. , Maputo, 20 Março de 1997, entrevista com o autor).

[242] Nelson de Maia, Maputo, 20 de Outubro de 2001, entrevista com o autor. **Nota**: A pedido do entrevistado, para o que ele considera de casos "picantes" deve-se ocultar o

A morte do comandante dar-se-ia na ausência de Uria Simango do território tanzaniano[243] e, da Etiópia onde se encontrava a participar numa conferência representando a Frelimo, ao tomar conhecimento da ocorrência nega a proposta de Mondlane, segundo a qual, o cargo de Magaia devia ser assumido interinamente por Samora Machel. Simango propõe a Mondlane que a chefia do Departamento de Segurança e Defesa fosse, interinamente, assumida pela própria presidência do movimento até que o Comité Central sugerisse quem devia substituir Magaia. Perante os rumores que já pairavam sobre as circunstâncias da morte do comandante, contra a informação inicialmente veiculada pela Frelimo em Dar es-Salam, Mondlane decide-se por contar a verdade a Simango e informa-o de que Magaia havia sido assassinado e não morto em combate como se estava anunciando. O assassino, Lourenço Matola, já estava preso. Contudo, como a Frelimo não tivesse meios seguros de encarcerá-lo fora dos territórios sob seu controle, havia-se recorrido a uma esquadra da polícia tanzaniana em Songea. Todavia, segundo achava o presidente, Matola não devia ser molestado mas sim mantido sob prisão para que fosse o próprio povo moçambicano a julgá-lo depois de alcançada a independência do país!.

Aparentemente, Simango concordou[244]. Mas os factos subsequentes ilustrariam a dimensão da estratégia montada.

No seu regresso precipitado à Tanzania para assistir às exéquias fúnebres de Magaia, Simango sugeriu, então, a constituição de uma Comissão de Inquérito para se apurarem as circunstâncias da morte do comandante. Criada a comissão contra a vontade de alguns e do próprio Mondlane, Simango encabeçou a equipa e antes desta começar a trabalhar, o Reverendo, na companhia de Mondlane, Samora Machel, Hélder Martins e outros, dirigiu-se à Songea para o enterro de Magaia que se realizou pouco depois da autópsia do corpo.

Foi no decurso da cerimónia fúnebre de Magaia onde se começou a consolidar o desenho da sua substituição por Samora Machel, visto que Mondlane se terá apercebido da importância de tomar a dianteira em certas circunstâncias.

---

seu verdadeiro nome, usando o pseudónimo *Nelson de Maia* por ele escolhido. Maia é natural do sul de Moçambique e durante a luta de libertação estava muito ligado a estratégia do grupo regionalista do sul.

[243] Lutero Simango, Maputo, 15 de Março de 1990, entrevista com o autor.

[244] AS., Idem.

"Se toda a decisão tivesse que passar primeiro pelos membros do Comité Central, não há dúvidas que o presidente teria um Poder fragilizado. Era importante, em certas ocasiões, tomar a dianteira e depois ter a capacidade de gerir as consequências das decisões tomadas, como faz qualquer bom animal político. E Mondlane decidiu então ir sugerindo que Magaia seria substituído por Samora. Como a maioria dos membros do Comité Central estava presente no funeral, e o momento não era para discussões e acusações, a mensagem foi passando sem grandes problemas."[245].

Com efeito, descida que foi a urna contendo o corpo do comandante para a sepultura, Mondlane tratou de ir informando os presentes da possibilidade do falecido ser substituído por Samora Machel. Numa inteligente estratégia, Mondlane preparava assim os espíritos para pôr em prática o desejo constantemente frustrado por muitos membros do Comité Central. Na ocasião, embora não contestado abertamente, a medida desagradou a alguns dos presentes à cerimónia, pois, hierarquicamente, no Departamento de Segurança e Defesa os nomes de Feliciano Gundana e Jacob Jeremias Nhambire vinham a seguir ao de Magaia[246]. Dava-se assim o primeiro passo para se assegurar o controle do exército.

A Comissão de Inquérito instaurada para averiguar o assassinato de Magaia viria a ver o seu trabalho frustrado, pois Lourenço Matola seria solto secretamente poucos dias depois da sua detencão pelas autoridades polícias de Songea, ao que se supõe, por duas razões:

Primeiro, porque ao abrigo da legislação tanzaniana em nenhum momento houve qualquer formalização da queixa contra o arguido no prazo estabelecido por lei. Segundo, dado que o facto ocorreu fora da jurisdição tanzaniana, as autoridades daquele território viam limitada a sua acção para qualquer procedimento jurídico[247]. Tudo isto, aos olhos de Simango e outros, ilustraria o desinteresse manifesto por quem devia *mover montanhas* para se apurarem as responsabilidades sobre a

---

[245] Nelson de Maia, Idem

[246] Até a morte de Magaia, Gundana e Nhambire é que eram os adjuntos directos de Magaia **"Fomos nomeados ao mesmo tempo e cada um respondia por uma área. Assim trabalhamos até a morte de Magaia"** - afirma Feliciano Gundana. (Feliciano Gundana, Maputo, 19 de Dezembro de 2002, entrevista com o autor,).

[247] JG. , conversa com o autor, Maputo, 17 de Setembro de 2000.

morte do comandante Magaia. Simango tentaria em vão pôr em marcha a investigação e, ao se dirigir pessoalmente à cadeia onde se supunha que Matola estivesse preso, estranhamente, recebe das autoridades policiais a informação de que "***Matola fora libertado a pedido da Frelimo***"[248]. Quando se preparava para ouvir ainda uma testemunha-chave da morte de Magaia, pessoa a quem precipitadamente Matola entregou a sua arma após o disparo, recebe a informação de que este havia igualmente morrido dias antes em combate no interior de Moçambique[249]. Estava, assim, afastada uma das grandes pistas.

Acredita-se que imediatamente após a sua soltura Matola tenha sido encaminhado discretamente para o norte de Tanzania, de onde mais tarde sumiria para Nairobi (Kénia) onde viveria o resto da sua vida[250]. Mas, dada a pressão que o Reverendo exerceu sobre o caso, informações desencontradas sobre o paradeiro de Matola andaram de boca em boca até que reinou a ideia de que o homem andava algures preso num calabouço de máxima segurança na Tanzânia, aguardando a *independência* de Moçambique para ser julgado pelo povo. Simango, igualmente, terá acreditado fielmente nessa informação.

-"***A Comissão de Inquérito foi desfeita de forma inteligente, com os seus membros a serem rapidamente afectos a diversas tarefas no interior e outros acidentalmente mortos. Simango ficou isolado e impossibilitado de prosseguir qualquer espécie de investigação. O homem tinha que viajar constantemente para representar o movimento em reuniões internacionais. Não se podia ocupar de outras tarefas. Aliado a isso, também há uma coisa que fez com que o assunto fosse gradualmente morrendo, se é que pode-se considerar assim. De repente, a questão Magaia passou inexplicavelmente a ser evitada sempre que alguém ousasse abordá-la, mesmo a nível do Comité Central. Quem tentasse saber alguma coisa sobre a morte de Magaia era logo chamado de divisionista, que em vez de olhar para a frente queria cavar coisas do passado para criar confusão na Frelimo. 'Abaixo o divisionismo!'*** – gritavam"[251].

---

[248] MM., Extracto de conversa com Uria Simango em Cairo, 1970. Maputo, 15 de Março de 1997, entrevista com o autor.

[249] JG., Idem

[250] Lourenço Matola morreria em Nairobi, vítima de acidente de viação (atropelamento) no inicio da década de noventa.

[251] JG., Idem

A morte de Magaia semearia então uma profunda desconfiança que nem o tempo dissiparia nas hostes da Frelimo. Apesar dos constrangimentos surgidos, o facto importante é que, com a morte desse homem, criou-se um espaço para a prossecução do fim desejado, pois Samora Machel acabaria assumindo o posto de secretário do Departamento de Defesa (DD), tendo como adjunto o então Comissário Político Nacional Raul Casal Ribeiro, e, na companhia de Joaquim Chissano, subiria, então, ao Comité Central. Estrategicamente e de uma só cajadada matava-se dois coelhos, pois o presidente sugerira a transformação do DSD (Departamento de Segurança e Defesa) em dois departamentos distintos, sendo o de Defesa encabeçado por Samora Machel e o de Segurança por Joaquim Chissano. Por inerência dos cargos, esses dois homens tinham que estar no Comité Central com todos os direitos consagrados a um membro daquele órgão. De notar que, embora sem voz sonante, Chissano já vinha participando em algumas sessões do Comité Central na qualidade de Secretário particular do Presidente.

A presença de Machel no Comité Central, já na posição de secretário para a área de defesa, não só reforçaria a *ala regionalista* naquele órgão, como lançava, assim, a semente para a consolidação do poder. Samora era um homem que havia assimilado de forma ímpar a noção do poder político. Daí em diante nada o travaria. Entrava-se assim na fase de confrontação aberta entre os camaradas.

Durante o período que vai da morte de Magaia ao II Congresso da Frelimo, foram caindo em circunstâncias estranhas vários outros combatentes conotados com Simango e com a ala de Magaia na Defesa. Como no caso de Magaia, as mortes de Barnabé Thawè e de muitos outros seriam atribuídos a combates com o exército português. Outros quadros indicados sob sugestão de Magaia começaram, gradualmente, a cair, meses depois da morte do comandante. No início de 1967 os comandantes das Bases Mkalapa e Mponda em Niassa, respectivamente, Rui Vilanamuali e Agostinho Mbaua ambos naturais da Zambézia, foram alegadamente executados. A par dessas execuções, os postos por eles vagos foram sendo ocupados por pessoas ligadas à *ala regionalista do sul*. Dinis Moiane, em substituição de Samora Machel, toma o comando do Centro de Nachingweia. Augusto Ntuku, um makonde, é demitido do posto de chefia da logística em M'twara. No início de 1968, Lino Abrão, um comandante militar oriundo da

Zambézia, que era tido como o que mais abertamente acusava e condenava o assassinato de Magaia, foi preso e conduzido a Cabo Delgado de onde se reportou que foi executado. Pelo mesmo motivo, Luís Njanje (António Canhemba) que era o secretário de Magaia, foi conduzido ao primeiro sector da Base Beira onde, igualmente, se reportou que foi executado.

Frente a tanto crime e suspeita, alguns, agastados com a situação, reuniam coragem e dirigiam-se a Simango para dele encontrar protecção e exigir que se respondesse à violência com a violência sob pena de serem dizimados pelo grupo orientado pelos *regionalistas do sul* nas esferas do poder da Frelimo.

"Simango repelia todos aqueles que a ele se dirigiam com a clara intenção de contra-atacar violentamente o grupo e seus títeres. A todos, Simango dizia – como clérigo que era: Não estou na luta armada para fazer frente a meus irmãos mas sim ao colonialismo português"[252].

O homem, imbuído na moral, resistiu a toda a tentativa de usar a violência como via de solucionar os problemas no movimento. No meio da irredutibilidade de posições e toda a *santidade* do vice-presidente, nada restou a muitos senão abandonar a organização e procurar refúgio num segundo exílio no Kénia, Zâmbia ou Malawi, ou ainda, assistir passivamente ao agudizar das atrocidades contra alguns combatentes no interior de Moçambique, pois o *grupo regionalista do sul*, não arredava pé.

No início de 1968, sob pressão de alguns, Simango compreende que ***"era preciso mudar o curso dos acontecimentos"***[253], porquanto a situação deteriorava-se a olho nu. A par das macabras notícias que chegavam do interior, de um outro extremo da luta pela independência dos homens – no Instituto Moçambicano – os estudantes rebelavam-se e as queixas multiplicavam-se. Perante a passividade do Reverendo, um numeroso grupo de combatentes maioritariamente *makondes* pertencentes ao *Baraza la Wazee*[254], agitados pelos seus familiares e por

[252] RS. , Maputo, 5 de Janeiro de 1999, entrevista com o autor.

[253] Idem

[254] O *Baraza la Wazee* era um Conselho de Anciãos idêntico ao então existente na TANU. Embora estatutariamente na Frelimo não se previsse tal Conselho, ele existia de facto e era de extrema importância para a relação entre as populações e os combatentes.

alguns combatentes provenientes das posições das linhas de combate de Cabo Delgado entende resolver os problemas por via de força. Não nas matas do interior, mas, desta feita, na cidade de Dar es-Salam onde se acoitavam os mandantes e de onde provinham as directrizes macabras que eram executadas no interior. A 6 de Maio, o grupo dirige-se aos escritórios/sede do movimento e tranca as portas do edifício. Sob a pressão de Mondlane e do Comité de Libertação da OUA, as autoridades tanzanianas reabrem os escritórios e, a 9 de Maio, não satisfeitos, os contestatários voltam à carga, apostados em decapitar a direcção da Frelimo. Eduardo Mondlane e Uria Simango não se encontravam nos escritórios do movimento. Na sequência, Joaquim Chissano, Jorge Rebelo e Armando Guebuza escapam graças a mobilidade física. Contudo, Mateus Sansão Muthemba cai nas mãos dos revoltosos e é agredido selvaticamente, tendo, em consequência dos ferimentos contraídos, morrido no mês seguinte. Três indivíduos da parte dos agressores ficariam gravemente feridos[255].

A partir daí, Simango começa a pôr com clareza junto dos seus apoiantes a ideia de tomar a presidência da organização como única forma de pôr termo aos desmandos perpetrados no interior, pois, na opinião da maioria, eram a causa principal de todas revoltas, deserções e, sobretudo, da rebelião que causou a morte violenta de um camarada em plena cidade capital tanzaniana, com todas as consequências nefastas que isso trouxe para a imagem do movimento. Para tal, Simango entende que nada se devia fazer por via de intimidações ou assassinatos como era regra do *grupo regionalista do sul.*

Na sequência da morte de Muthemba, realizaram-se diversas reuniões envolvendo os membros do Comité Central. A voz do Reverendo, em todas elas, faz-se ouvir criticando o procedimento dos revoltosos. Nkavandame, que era um dos principais porta-vozes dos revoltosos e dos *chairmen* de Cabo Delgado, procura desesperadamente Simango para com ele discutir a situação na esperança de demovelo das suas posições pacifistas. Simango nega pactuar com crimes de sangue para ganhos políticos. Riposta afirmando:

---

255 Carta da UNEMO datada de 21 de Maio de 1968, assinada por Marcos G. Namashulua, então presidente dessa organização estudantil, onde se refere sobre as razões da publicação do documento "*A Revolução Moçambicana Atraiçoada*".

"Mzee Nkavandame, se há problemas, vamos convocar o Congresso. Só dessa forma é que julgo poder-se inverter a situação. A matar-nos uns aos outros não chegamos a lado nenhum. Como é que querem resolver o problema de violência sem dar o exemplo de homens pacíficos que dizem ser?"[256]

Estava-se na fase crucial da luta pelo controlo dos destinos da organização e Simango mantinha-se firme nas suas posições pacifista. E quem o diz é uma das fontes consultadas:

"Se a história regista pela positiva os audazes, a audácia de Simango naquele momento foi caracterizada por uma grande capacidade de negar enveredar pela negativa sangreta que se impunha no movimento. O quadro reinante exigia isso, e ele negou[257].

Eduardo Mondlane: O cérebro que a maioria não conhecia

Entre as várias coisas de que Simango discordava de Mondlane, destaca-se o desinteresse manifesto do presidente de abordar com profundidade as informações sobre desmandos no interior do movimento. Longe de serem simples boatos, as informações que vinham das matas de Cabo Delgado e de outras zonas de operações militares sob controle da Frelimo eram deveras preocupantes. As mortes misteriosas de combatentes, perpetradas, segundo muitas vozes, sob ordens da nova chefia do DD, passaram a constituir crimes que enfureciam muitos e Simango não podia tolerar. Simango admitia que aqueles que traíssem o espírito da revolução no seio da Frelimo, e cuja colaboração com o inimigo, com clara intenção de prejudicar o curso da luta de libertação nacional se provasse, fossem severamente punidos. E mesmo que essa punição implicasse a recorrência à pena capital, numa situação em que o inimigo estava devidamente identificado e se provasse que o infrac-

256 SD. , Maputo, 7 de Março de 1987, entrevista com o autor.

257 Idem

tor colaborou, de facto, com esse inimigo, estar-se-ía numa posição de *justiça* ao se executar tal pena. Contudo, de acordo com um membro da Frelimo que mais tarde abandonou o movimento, Simango entendia que toda a pena a aplicar-se contra qualquer infractor no seio da Frelimo fosse aplicada dentro de um quadro de princípios devidamente estabelecido, e não num anarquismo que caracteriza organizações de bandoleiros ou de malfeitores sem princípios morais. "***Porque isso não se compadecia com as aspirações da maioria dos que se juntaram à Frelimo em nome da causa da liberdade e da justiça, e muito menos com os princípios que norteavam o próprio movimento. Era preciso ter em conta que a Frelimo estava a perspectivar governar um Estado nos moldes modernos de pluralismo de ideias. Para isso, Simango e muitos outros entendiam que era imperativo que o modelo de governação desse Estado em perspectiva fosse sendo gradualmente esboçado na prática, a partir das chamadas zonas libertadas. E essa experiência de governação nessas zonas devia ser de forma que inspirasse a confiança das populações nos governantes. De contrário, estar-se-ia a livrar um povo das garras de uma fera – o colonialismo – e, de seguida, colocando-o nas garras de uma outra – o governo dos nacionais***"[258].

E era esta última acepção que infelizmente acontecia. A despeito das normas terem sido devidamente estabelecidas, o que acontecia era que, a coberto dessas normas, alguns no interior da Frelimo praticavam excessos. Segundo relatos de muitos entrevistados, quando os relatórios do DD atribuíam a morte de um certo combatente sonante a confrontos com o exército português, dados posteriores ilustravam um certo maquiavelismo oculto. Cedo, o conteúdo desses relatórios era desmentido por fontes vindas do terreno. Tratava-se, na verdade, de assassinatos premeditados que, relatados de boca em boca, causavam um mal estar nos combatentes e nas próprias populações. Como normalmente as informações partiam de combatentes que estavam nos terrenos de operações, cedo estes também viam as suas vidas em perigo.

"***Muitos combatentes da Frelimo desertavam das fileiras do seu exército e, na companhia de alguns populares que se sentiam acossados pelo terror reinante na própria Frelimo, refugiavam-se***

[258] Jossefate Muchanga, Maputo, 15 de Março de 1999, entrevista com o autor.

nos aldeamentos do exército português na mira de protecção. E nós não tinhamos outra coisa a fazer senão receber essas pessoas, confiná-las nos aldeamentos, e servirmo-nos delas para conhecermos as posições do inimigo[259].

A situação assumia proporções insuportáveis, pois a maioria dificilmente compreendia até onde iam os limites dos poderes ditados pelos novos comandantes. E tudo indicava que o que acontecia no interior era do conhecimento da cúpula do movimento onde igualmente estava inserido Uria Simango.

A despeito deste macabro quadro que se lhe apresentava a olho nu, o Reverendo Simango mantinha a sua atitude pacifista, esperançado na vitória do bom senso. Contudo, Mondlane e os grupos que acarinhava por inerências estratégicas eram suficientemente esclarecidos para perceberem a dimensão da disputa. Sabiam que, aos olhos dos queixosos no interior do movimento, Simango fazia parte de um todo. E se as queixas existiam contra a cúpula do movimento, o Reverendo dificilmente se ilibaria delas se não fosse pessoalmente ao terreno esclarecer o seu posicionamento aos queixosos.

"***Mas, diga-se em abono da verdade, nunca deixou de estar claro para as pessoas que Simango tinha capacidades de ir longe por vias pacíficas. Assim que Simango tivesse a oportunidade de clarificar os seus pontos de vista perante uma multidão de combatentes o quadro poderia pender a seu favor***"[260].

Era então imperativo que todos os movimentos do reverendo fossem minuciosamente controlados. Se possível, ocupá-lo com assuntos que não envolvessem a gestão interna da vida da organização. Era preciso limitar seus contactos com os combatentes. E desde o princípio da fundação do movimento até a fase mais conturbada das contradições no seu interior, a *ala regionalista do sul* lutou para isso. Nos fins de 1967, por exemplo, Mondlane havia removido Marcelino dos Santos da chefia do Departamento das Relações Exteriores dando cumula-

[259] A. Nhere, Maputo, 15 de Janeiro de 2000, entrevista com o autor.

[260] AS. , Idem

tivamente o cargo ao vice-presidente Uria Simango. Esta situação obrigou-o a ter que viajar constantemente para o exterior. A *ala regionalista do sul* estava ciente de que a vitória na consolidação de posições seria ganha no interior, assegurando o completo controle do exército; mantendo permanente contacto com as bases e não viajando para o estrangeiro como, pela força das circunstâncias, fazia Simango.

"Nem que fosse por via de eliminações físicas ou intimidações, o controle das bases era fundamental para se ganhar aquela guerra interna. Mas quando se fala de controle das bases é preciso compreender uma outra coisa muito importante. Naquela situação de guerra, não era que necessariamente o dirigente tinha que estar lá nas bases. Os dirigentes tinham que estar protegidos, em sítios seguros. E os sítios seguros eram no território tanzaniano. Apenas tinham que ter pessoas de confiança lá nas bases para falar em nome dele. O próprio Mondlane raras vezes ia ao interior. Aquilo que se fala de que ele estava com o povo é tudo propaganda política. Quem estava com o povo, lá no mato, éramos nós, defendendo-o e falando em nome dele. Tanto Simango como Mondlane iam uma vez por outra ao interior."[261]

De cada vez que regressava à Tanzania, Simango encontrava um movimento a deteriorar-se por dentro. A partir do fatídico dia 9 de Maio de 1968 em Dar es-Salam, a Frelimo não teria mais paz e harmonia nas suas fileiras. Usando das mais macabras tácticas e discursos populistas para melhor convencer as populações de que os outros são contra a independência de Moçambique, *"nós é que somos os verdadeiros revolucionários!..."*[262], a *ala regionaliza do sul* e seus títeres, estendiam a sanha de atrocidades contra quem quer que contrariasse os membros do Tribunal Militar, instituído em 1968, e então colocado sob os auspícios de Samora Machel e outros ao serviço da ala. Pois, a

[261] A. Mutusso. Maputo, 13 de Março de 1998, entrevista com o autor. **Nota**: Mutusso (pseudónimo) é outro que pertenceu a ala regionaliza do sul. Está velho e cansado, segundo suas palavras. *"Mas a verdade tem que ser dita, porque nunca imaginei que a vida me mostrasse o que vi. Quando estava lá, pensava que estava a agir bem"*. Está arrependido.

[262] Idem.

natureza dos conflitos surgidos no interior desde a morte de Filipe Magaia e, por extensão, em Dar es-Salam naquela primeira metade de 1968, ditou a necessidade de se instituir um aparelho *jurídico* que lidasse com situações de extrema gravidade. A partir de Setembro de 1968, Samora Machel era dono absoluto da situação no terreno. Para trás, ficava o ar submisso que ostentava sempre que visitava a casa da família Simango a pretexto de, entre outras coisas, "***cuidar das crianças***"[263]. O tribunal por ele chefiado, precursor do famigerado Tribunal Militar Revolucionário após a independência nacional, julgava quem quer que fosse sem conhecimento do comandante em chefe ou do comandante em chefe adjunto afectos ao Alto Comando Militar que eram os próprios presidente e vice-presidente da Frelimo, respectivamente. Nessa época, o novo secretário do Departamento de Defesa agia sob aval do Comité Central, conforme uma proposta vinda da *ala regionalista do sul* e apresentada na segunda sessão daquele órgão realizada em Setembro de 1968[264]. Em virtude da forma sanguinária como esse tribunal agia em zonas como Nangololo, na província de Cabo Delgado, alguns combatentes baptizaram a base da Frelimo nessa zona com o sugestivo nome de "*Moçambique D*". D de destino, pois o local havia passado, a partir de 1967, a centro de extermínio de combatentes vítimas das mais diversas acusações infundadas.

"***Até o delito mais comum, de carácter pessoal, era transformado em crime de lesa pátria por via de mentira e artimanha, e recebia do grupo a pena capital por via de julgamentos apelidados de justiça popular***"[265].

"***A denominada justiça popular, consistia, na realidade, em incitar a população ou uma multidão de combatentes através de discursos prenhes de acusações não provadas. Não se dava nenhuma possibilidade de defesa ao visado e, de seguida, perguntava-se ao***

263 Jossefate Muchanga, Idem.

264 De acordo com a Resolução sobre o Departamento de Defesa, a II Sessão do Comité Central de Setembro de 1968 instruiu esse Departamento a criar um Tribunal Militar para julgar casos de máxima gravidade. O tribunal seria composto pelo Secretário do DD e seu adjunto, e pelos chefes de secções nacionais do DD.

265 A. Mutusso, Idem

chamado povo o que fazer com a pessoa. Em coro, os mais violentos títeres entre o povo, rasgavam as gargantas com 'mata-se o gajo'; 'vamos semeá-lo'. E, para poupar munições, atirava-se a vítima aos lobos onde não faltavam paus e catanas para executar a sentença"[266].

Destacados membros e combatentes da Frelimo sucumbiam, vítimas de traiçoeiras liquidações físicas com recurso a armas de fogo e a fuzilamentos sumários. Miguel Murupa foi um desses membros sentenciados. Murupa conta como escapou de uma cilada fatal que consistia em forçá-lo a participar num ataque a um posto militar português e abaté-lo aí traiçoeiramente, para depois se anunciar que havia morrido em combate. De acordo com Murupa, este "***era um recurso muito corrente, utilizado pela facção sulista da Frelimo para eliminarem os seus compatriotas nortenhos indesejáveis. Dessa cilada fui salvo por Raimundo Pachinuapa, então secretário provincial de Cabo Delgado, que, sabendo do plano, mandou substituir-me por dois guerrilheiros. Em relação a Uria Simango, o plano era eliminar ou neutralizar primeiro os seus principais apoiantes, para depois raptá-lo para o 'interior' (isto é Moçambique), onde seria julgado e condenado à morte. A prisão e o assassinato de Silvério Nungu fazia parte desse plano***"[267].

Francisco Cufa é outra vítima da luta pelo poder no interior da Frelimo. Havia se alistado nas fileiras da organização em 1963 após ter concluído o ensino básico no seminário católico do Zóbuè. Como membro da Frelimo privou com Simango, tendo ido com ele em viagens à China, Coreia, Jugolslávia e Itália. Após ter recebido treinos militares na China, Cufa passou a trabalhar directamente sob as ordens de Magaia no DSD. Em 1968, passou a representar a Frelimo na República da Zâmbia em substituição de Alberto Sithole. Decorridos cerca de dois anos, viria a ser substituído por Mariano Matsinhe no cargo que ocupava em Lusaka, tendo sido instado a regressar a Nachingweia. Segundo Cufa, "***quando Matsinhe veio para me substituir na Zâmbia con-***

[266] Idem

[267] Miguel Murupa, Idem.

tou-me coisas horríveis que não importam reportar aqui. No fim, disse que me queriam lá em Nachingweia. Perguntei-lhe para quê e ele disse-me que não sabia, mas que era bom que fosse 'para não ter problemas'. Então fui, porque nada tinha a temer"[268].

Após a sua chegada a Nachingweia, Cufa foi imediatamente detido. Uns seis meses mais tarde sem que soubesse das razões da sua detenção, foi convocado por Sebastião Mabote. Cufa recorda que nesse encontro "***Mabote pretendeu saber porque é que Magaia tinha confiança em mim, e porque é que Simango gostava de viajar comigo. Eu disse, Mabote, você está a perguntar a pessoa errada. Quem devia responder a essas perguntas é o Magaia e o próprio Simango e não eu. Você tem aqui os seus superiores hierárquicos, e se lhe disserem Mabote, prepare-se, vamos a Suécia fazer trabalho da Frelimo você pergunta para quê?"***[269]

Cufa seria mais tarde liberto. Contudo, embora detentor de uma certa experiência e capacidade na gestão do objecto social que ele conhecia desde os primeiros anos da sua fundação, sentiu-se "***simplesmente marginalizado***"[270]. A sua situação e a de muitos como ele, não deixa de ilustrar o quadro da dimensão dos conflitos que afectavam o movimento em que o Reverendo Uria Simango estava inserido. Dezenas de anos mais tarde, num exercício de retrospectiva, algumas vozes então ligadas a Frente de Libertação de Moçambique fazem uma leitura diferente daquela que faziam na época:

"***É preciso compreender que a maioria de nós na altura não estava preparada para perceber cabalmente o que se passava a nossa volta. Muitos de nós éramos analfabetos e semianalfabetos. A maioria éramos pessoas submissas, sem preparação intelectual para perceber muitos fenómenos e habituadas a olhar os chefes como deuses. Mas em abono da verdade é preciso dizer que houve problemas. Muitos problemas. Mas nem tudo o que se diz corresponde a verdade. Por exemplo, hoje, depois de se terem morto as pessoas consigo***

---

[268] Francisco Cufa, Maputo, 15 de Novembro de 2001, entrevista com o autor.

[269] Idem

[270] Idem

perceber que o que agastava Nkavandame, os Chairmen e muitos combatentes não era, de forma nenhuma, o problema de comercialização dos produtos da população nas zonas libertadas. A luta no interior da Frelimo não era entre explorados e exploradores. Era sim entre assassinos e suas vítimas. Esse discurso de exploração do povo veio apenas para justificar os crimes que eram orquestrados. E tudo teve como pano de fundo o tribalismo e regionalismo, visando a conquista do Poder político efectivo[271].

Para compreender este nível de situações no seio de homens que se pretendiam unidos por uma causa nobre e comum, é necessário virar a página para a outra face da origem dos problemas.

Como atrás se referiu, Eduardo Mondlane regressou à África com dois objectivos em mente: Libertar Moçambique do jugo colonial mas sem influências de radicalismos de esquerda e, simultaneamente, impor um nacionalismo de cunho elitista ditado por gente da corte. Académico que era, Mondlane conhecia a regra do jogo social e a natureza do *bicho* Homem. Ao regressar a Dar es-Salam em Março de 1963, estava ciente dos desafios que teria de enfrentar. Embora ciente de que a raça, a etnia, a região de nascença e o espaço da socialização do indivíduo sejam factores acidentais no ser humano, conhecia com profundidade a importância desses indicadores no condicionamento do comportamento do indivíduo em sociedade. É que a lealdade a um grupo social sempre se apresentou como um dos pilares em que se apoia o comportamento do indivíduo em sociedade. Nos contactos entre o grupo em que se insere e os demais, o indivíduo tende a privilegiar o seu estrato social como uma espécie de tributo do afecto e empatia que dele advém. Ilustrando esta ilação, importa recordar que, poucos anos antes da fundação da Frelimo, Mondlane acabava de se doutorar (PhD –1960) com uma tese em que dissertava sobre *o papel do conflito, grupos de referência e raças*. Na sua tese, Mondlane procurava ilustrar os factores que influenciam as pessoas tanto como membros de grupos raciais, étnico-religiosos, como regionais[272]. Anteriormente (em 1956), numa tese sobre psicologia social para a obtenção do grau de mestrado, Mondlane havia igualmente dissertado sobre *conflitos de*

[271] AS., Idem

[272] MONDLANE, Eduardo C., *Role Conflict, Reference Group and Race*, Northwestern University, February 1960.

personalidades, do etnocentrismo e da definição social da raça como determinantes internos de grupos sociais. Em jeito de introdução, Mondlane começa por informar na sua tese que "***(...) queremos testar a hipótese geral de que onde houver um conflito entre a lealdade interna do grupo rácico e a lealdade interna do grupo étnico ou nacional, o indivíduo tende a permitir que a lealdade étnica esteja acima da lealdade rácica***"[273]. Nesse seu trabalho de natureza científica, por via de inquéritos e amostragens bem trabalhadas, Eduardo Mondlane chega a conclusão de que "***o etnocentrismo e a definição social da raça, são factores poderosos no condicionamento do comportamento social***". Embora a natureza social do ser humano imponha nele a necessidade de distribuir sua lealdade entre os muitos e variados grupos sociais a que pertence, a realidade demonstra que perante um conflito social étnico, nacional ou rácico, uma das lealdades será mais forte do que as outras. Mondlane demonstra que, por exemplo, um americano que ao mesmo tempo é membro de um grupo racial (branco ou negro), enfrenta sempre situações onde a lealdade racial pode estar em conflito com a lealdade em relação aos Estados Unidos da América como uma nação, isto é, situações diferentes tendem a aumentar a posição de uma das lealdades (ser negro, branco, mulato, etc.) em relação a outras (ser americano, indiano, moçambicano, etc.). Em tempos de guerra, ou de outra crise geral nacional, Mondlane põe a hipótese de os membros de uma etnia tenderem a dominar e, assim, vencerem a lealdade rácica, enquanto que durante os tempos de tensões raciais, por exemplo um motim, os membros de cada grupo racial tendem a ser dominantes.

Simples como isso, Mondlane encontraria no interior da Frelimo um campo fértil onde a lealdade nacional (ser moçambicano) estava em certas ocasiões em conflito com a lealdade étnica (ser macua, tsonga, shona, branco, mulato, etc.). Enquanto que a ideia de *unidade nacional* era vista por alguns como um fim em si, isto é, como a harmonia e o bem estar social entre os moçambicanos, Mondlane e alguns do *grupo regionalista do sul* viam-na como um meio de atingir a dominação. Quer dizer: "***É simples de perceber isso. De facto havia dois discursos na Frelimo: um diurno e outro nocturno. Mondlane era um académico de mão cheia e, apesar de não ter sido um homem de***

[273] MONDLANE, Eduardo C., In,*Ethnocentrism and social definition of Race as in Group determinants*, Northwestern University, January 1956.

grandes discursos populares como o eram Machel ou Simango, por exemplo, fazia exames psicotécnicos às pessoas sem que elas se apercebessem. As pessoas embalavam-se durante o dia com os discursos sobre a unidade, igualdade, matar a tribo, etc., proferidos pelos chefes. Enquanto que, cansados das tarefas diurnas, uns, ao pôr do sol e na sua inocente ignorância dormiam, outros juntavam-se à volta do chefe para ouvirem dele que aquilo de unidade, igualdade, etc., é para o inglês ver porque na verdade, nós somos nós, eles são eles. Temos que dominar porque não somos assim tão iguais."[274]

Mondlane foi um homem que, a todos os títulos, terá sabido aliar o útil (jogar nos bastidores cientificamente) ao agradável (atingir o poder efectivo). Era um homem que possuia um aparato teórico sem igual, tanto no interior da Frelimo como no seio do próprio nacionalismo africano de expressão portuguesa. A sua bagagem académica viria a ajudá-lo imensamente no desenvolvimento da prática de *jogos ocultos*, visando alcançar um conjunto de objectivos aprioristicamente desenhados. Era um homem que tanto Simango, como muitos no interior da Frelimo julgavam conhecer. Mas, na essência, desconheciam a dimensão intelectual do cérebro do homem que tinham como presidente.

O Instituto Moçambicano: "A galinha dos ovos de ouro"

Apesar dos constrangimentos vividos ao nível da direcção do movimento, o Reverendo Simango nunca se coibiu de lutar por uma solução pacífica que proporcionasse a harmonia no seio da frente. Todavia, quando menos se esperava, a adicionar aos problemas então existentes, eclodiu no Instituto Moçambicano um motim estudantil que se consubstanciava em reivindicações e protestos contra alguns procedimentos dentro do movimento e por parte da directoria do Instituto.

Em Novembro de 1969, em carta tornada pública na sequência das contradições internas que grassavam no movimento, Simango identifica dois focos de problemas: A província de Cabo delgado, como o centro de extermínio de combatentes, e o Instituto Moçambicano em Dar es-Salam, como o epicentro de turbulências e protestos.

[274] VN, Maputo, 13 de Abril de 1998, entrevista com o autor.

Igualmente, em carta aos onze países membros do Comité de Libertação da OUA que se reuniu em Moshi a 17 de Fevereiro de 1970, entre várias acusações que faz a Janet Mondlane, Simango fala do Instituto como um antro de corrupção material de alguns dirigentes da Frelimo. Acusa Janet de desmandos e de ser a mentora principal do nepotismo, usando parte dos bens materiais e dos fundos doados ao Instituto para fins pessoas, sobretudo na compra de consciências de alguns combatentes. Simango escreve que uma das estratégias usadas por Janet Mondlane foi a de colocar as esposas de alguns dirigentes, nomeadamente Marcelino dos Santos, Samora Machel, Joaquim Chissano e outros, como trabalhadoras assalariadas no Instituto. A própria Janet tinha um salário superior a três mil Shellins por mês e sempre que saísse de Dar es-Salam em serviço do Instituto, os filhos tinham direito a um subsídio semanal proporcionado por este estabelecimento de ensino. "***Drenando dinheiros para os bolsos dos líderes e suas esposas*** – entende Simango na sua carta – ***obriga estes a defenderem-na com unhas e dentes***"[275].

Mas na essência, os problemas do Instituto prendiam-se fundamentalmente com o modelo/tipo da Instituição. "***Na verdade o Instituto Moçambicano foi estabelecido para educar os jovens refugiados moçambicanos na Tanzânia ligados à Frelimo. Os refugiados não tinham a possibilidade de pagar para estudar naquela instituição, pelo que o Instituto não cobrava propinas***"[276]. A despeito de implicitamente angariar fundos e bens materiais não letais em nome dos estudantes moçambicanos e, aos olhos de muitos, explitamente ser produto da Frelimo, o Instituto não era juridicamente pertença daquele movimento. Era sim propriedade de um corpo composto por Janet Rae Mondlane e por algumas destacadas figuras políticas tanzanianas tais como Nsilo Swai, ministro do Estado e da direcção do desenvolvimento e plano; o Reitor da Universidade de Dar es-Salam; e outras figuras proeminentes daquele país[277]. O Instituto era gerido em moldes privados que superavam a imaginação dos demais, pois poucos percebiam

[275] Uria Simango, in Memorandum ao Comité de Libertação da OUA, 17 de Fevereiro de 1970.

[276] Francisco Nota Moisés, correspondência para o autor, Março de 2002.

[277] Salvo se a Frelimo apresentar publicamente os documentos constitutivos daquele estabelecimento de ensino. Tentamos "cavar fundo" sobre esta questão. Infelizmente não nos chegou às mãos algo que prove o contrário. As nossas ilações baseam-se na obra de Nadja Manghezi, *O meu coracão está nas mãos de um negro*, CEA, Maputo, 1999.

de instituições do género. O que muitos, a olho nu, viam, numa perspectiva imediatista, era uma instituição de moçambicanos para moçambicanos, e entendia-se que o voluntarismo dos seus gestores devia enquadrar-se no sacrifício, no verdadeiro sentido da palavra, que todos tinham a obrigação de dispensar em prol da causa da luta de libertação de Moçambique. Não devia ser um centro de benefícios materiais ou financeiros de um grupo restrito de pessoas, apenas pelo facto de trabalharem nele.

Segundo relata uma dos testemunhas que viveu essa fase, todos viam o ensino como mais uma frente da luta de libertação. "***Assumia-se que tanto os professores, como os directores e os próprios estudantes deviam consentir sacrifícios como qualquer guerrilheiro de arma em punho na mata. Esse era o nosso discurso do dia. Um professor numa zona libertada de Cabo Delgado ou Niassa, por exemplo, ensinava debaixo duma árvore sem ter em contrapartida um salário. A nossa causa era nobre e exigia sacrifício. Embora esse professor vivesse da comida que a própria população lhe dava, não estava em vantagem em relação a outro professor afecto no Instituto Moçambicano na cidade de Dar es-Salam. Então, julgava-se que os direitos de um indivíduo a ensinar no Instituto deviam ser os mesmos que usufrui aquele que está a ensinar debaixo da árvore nas matas. Isso evitava que aqueles que estavam nas frentes de guerra ambicionassem estar na cidade, abandonando os alunos no mato. Essa é que era a ideia. Mas da ideia para a realidade há sempre uma distância abissal!... O homem que vive na cidade precisa de pagar o meio de transporte, comprar uma pasta dentífrica, etc., etc. Foi por isso que se decidiu que os que viviam na cidade tais como os estudantes; os professores; os próprios responsáveis da Frelimo tivessem direito a uma pequena quantia em dinheiro para poderem fazer face a algumas necessidades imediatas. O dinheiro vinha do Comité de Libertação da OUA. Já não me lembro bem quanto é que era. Dependia do escalão. Mas a maioria, inclusivamente o vice presidente Uria Simango, recebia 5 shellins por semana. Fora disto era só aquela ração que cada família tinha direito, também por semana. Só que na questão de dinheiros, produtos alimentares e outros bens, há sempre conflitos. Os que controlam esses bens, e têm a missão de distribuí-los equitativamente, uma vez e outra conseguem***

um pouco mais que os outros. Penso que foi esse o problema do Instituto e também do sector da administração da própria Frelimo, que era dirigido por Silvério Nungu."[278].

Muito antes da chegada do padre Mateus Gwengere a Dar es-Salam já se vivia no Instituto e na própria direcção da Frelimo uma profunda discórdia relativamente a alguns procedimentos na gestão da vida da organização e particularmente daquela escola. O que se propalou a respeito da confusão então vivida naquele estabelecimento de ensino está, segundo o ponto de vista de muitos entrevistados, longe de corresponder à realidade. Os factos ilustram profundas divergências políticas de natureza ética e moral.

Sem tirar o mérito da grandeza do trabalho que Janet Mondlane executou para que a ideia de uma escola para filhos de moçambicanos na Tanzânia se tornasse realidade, em abono da verdade, é preciso dizer que não tardou que ela e o marido, então presidente da Frelimo, usassem a instituição como uma poderosa arma para a consolidação do poder político no interior da organização. Tratava-se, de facto, do centro onde gravitava muitos apoios (não letais – entenda-se) fora da alçada do Comité de Libertação da OUA, desde bens materiais a incalculáveis somas de dinheiros. A gestão e controle de todos esses bens materiais e financeiros estava a cargo de Janet Rae Mondlane que, na prática, não tinha a obrigação de prestar contas nem ao Comité Central da Frelimo ou a qualquer outra entidade, caso assim ela o entendesse[279]. Em Outubro de 1964, Leo Milas, então exilado na Etiópia, denunciou em carta tornada pública o que ele chamou de "razões da sua colisão com Mondlane". Entre vários impropérios que lança ao presidente da Frelimo, acusa-o de ser um joguete na mão dos americanos. Segundo Milas, Mondlane aceitara um salário do governo americano pago por Janet através do Instituto Moçambicano, pois, segundo ele, fora estabelecido um fundo de 20-30,000 libras pelos americanos, supostamen-

---

278 AS. , Maputo, 18 de Janeiro 1999, entrevista com o autor.

279 **"Aliás, juridicamente nem devia prestar contas à Frelimo. Só que a situação do Instituto era ambíguo. Juridicamente não pertencia a Frelimo, mas implicitamente, aos olhos de todos, era propriedade da Frelimo. Muitos no Comité Central queriam ver os relatórios das contas do Instituto a passarem pelo Comité Central de forma estarem a par do que se recebia e como era aplicado."** (Z. Maurício, Beira, 7 de Junho de 2000, entrevista com o autor).

te doado pela Fundação Ford para a educação dos estudantes moçambicanos. "***Acontece, portanto, que as leis americanas que governam as isenções de taxas sobre as fundações não permitem que estas tenham conexões ou doem dinheiro a organizações políticas, sobretudo organizações políticas estrangeiras. Isto torna claro que há um esforço do governo americano de ajudar Mondlane pessoa que consideram sua propriedade***" – escreve Milas.

Uma ex-combatente que viveu a fase turbulenta da Frelimo em Dar es-Salam afirma que pessoas como Simango, Gwengere, Nkavandame ou outras quaisquer que estivessem contra os erros na Frelimo, e desconfiassem do desvio dos fundos doados ao Instituto, tinham pouca hipótese de saírem vitoriosas numa disputa contra Janet e o seu marido, ou contra as pessoas que ambos acarinhavam por conveniências estratégicas. Segundo aquela combatente, Mondlane e Janet angariavam muito dinheiro através do Instituto Moçambicano. Embora não apontando um único caso de desvio ou nepotismo, para ela ambos tinham a capacidade de comprar favores interna e externamente, o que os outros não tinham. Internamente, Mondlane e Janet tinham capacidade de influenciar materialmente alguns combatentes para estarem do seu lado e pactuarem com os seus procedimentos. "***E essas coisas, em toda a parte do mundo, como toda a gente sabe, fazem-se de forma subtil, 'debaixo da pano', sem que as pessoas se apercebam disso***".[280]

Ainda de acordo com a mesma fonte, "***as pessoas podem especular e falar tudo o que quiserem porque não sabem e não viveram os problemas. Mas o segredo da vitória de Mondlane e o seu grupo pode ter residido, em parte, na capacidade financeira***"[281]

E Simango, Gwengere ou Nkavandame?, questiona uma outra ex-combatente. Para esta, aqueles dirigentes nada tinham para oferecer para além da moral e da ética. E acrescenta:

"***Simango era tão pobre como a maioria dos combatentes e não podia aliciar ninguém pagando bebidas porque, para além de não ser o seu carácter, não tinha dinheiro para extravagâncias. O pouco que tinha direito como vice-presidente mal chegava para a***

[280] VD. , Maputo, 15 de Setembro de 2001, entrevista com o autor.

[281] Idem.

sua família. Os outros não. Tinham até carros e viviam em casas compradas. Convidavam os seus amigos e algumas figuras influentes para jantares e tinham noites de conversas em Oyster Bay onde planificavam tudo!... Simango, mesmo sendo vice-presidente, nem sequer uma viatura tinha. Como é que ia ganhar uma guerra contra um grupo que era liderado por uma pessoa que dispunha de meios? Os que não viveram os problemas julgam que aquilo foi fácil. Há combatentes que tinham mulheres e filhos na luta. Cada homem procurava agradar o máximo a sua mulher para esta não cair nas graças de outros homens mais espertos e ousados. Muitos foram presas fáceis por isso. Outros preferiam ver suas filhas a namorarem com os chefes próximos do grupo de Mondlane para poderem beneficiar-se de um pouco mais. Aquilo não era brincadeira, não!"[282].

Todavia, a "extravagante vida" de algumas pessoas afectas ao Instituto Moçambicano assim como a dos protegidos da direcção do movimento, para além dos conflitos que se sucediam nas hostes da direcção da Frelimo, não passariam despercebidos aos jovens estudantes. Apesar da tenra idade da maioria, alguns deles discutiam não só os problemas do Instituto como também os acontecimentos importantes da revolução em si. Estavam a par (de forma deturpada ou não) da luta pelo Poder que se instalava nas hostes centrais do movimento. Tinham informações dos acontecimentos no interior do país e, sobretudo, dos desmandos perpetrados contra destacados combatentes. Os estudantes mais velhos achavam-se capazes de opinarem, pois sabiam que a prossecução do seu objectivo principal (estudar), dependia da harmonia nas esferas da direcção da Frelimo. Tomaram conhecimento da morte trágica do destacado combatente Jaime Sigauke na Zâmbia. A ideia de uma conjura para se afastar uns de forma a se tomar as rédeas do poder político através do controle do exército, desenhar-se-ia nas suas mentes após o trágico assassinato de Magaia. A desconfiança dos estudantes seria fortemente alicerçada com a deturpação da informação sobre a morte do comandante da guerrilha, dada através de um comunicado de guerra da Frelimo e pelo próprio presidente Mondlane em mensa-

[282] CB. , Maputo, 15 de Setembro de 2001, entrevista com o autor.

gem do fim do ano. Com efeito, contra todas as informações vindas de fontes fidedignas, a direcção da Frelimo insistia na sua "versão oficial" de que Magaia havia morrido em combate. De certa forma era verdade, mas o que se ocultava eram os pormenores da trágica morte do comandante. A par disto, a ideia de uma conjura cimentou-se em consequência da incontestável prova de defesa que Mondlane e alguns camaradas seus demonstraram dispensar em relação ao assassino de Filipe Magaia. Para muitos, Lourenço Matola devia ter sido imediatamente preso no interior de Moçambique e nunca levado para a Tanzânia, tal como o presidente da Frelimo o permitiu. Somente dessa forma teria sido possível evitar colisões com os procedimentos da lei tanzaniana, o que aliás se veio a verificar. A decisão de Mondlane reforçaria a desconfiança dos estudantes que, tal como certos combatentes, também passaram a ver o presidente da Frelimo como o mentor principal de golpes macabros visando substituir, nas esferas decisivas da organização, as pessoas do centro e norte do país por apenas pessoas do sul ou por outras que de uma forma ou doutra estavam ligadas à conspiração.

Frente aos relatos de atrocidades que lhes chegavam aos ouvidos, o medo de enfrentar a guerra contra o exército português no interior do país apossou-se de alguns desses estudantes. O apelo do Comité Central da Frelimo para que durante as férias os estudantes fossem encaminhados a Nachingweia para treinos militares seria encarado por alguns deles como que uma forma deliberada de se liquidar os jovens mais capazes. Nachingweia passou então a ser encarada como que uma colónia penal, conhecida na gíria como "São Tomé", em alusão às roças de café para onde as autoridades coloniais portuguesas enviavam presos políticos e outros para cumprirem as suas penas. Erradamente, alguns desses estudantes começaram a escudar-se na questão académica, olhando-se a si próprios como uma *elite intelectual* pré-destinada a governar o Estado em perspectiva, imediatamente após a proclamação da sua independência. A missão de combater o exercito de ocupação colonial nas matas de Moçambique, passou igualmente a ser vista por esses estudantes como uma tarefa reservada apenas aos ***"mais velhos analfabetos que não tiveram a oportunidade de estudar!..."***. Na mesma época, um grupo de estudantes moçambicanos filiados na Unemo nos Estados Unidos da América, como que corroborando as ideias dos

seus companheiros em Dar es-Salam, elaboraram um extenso documento intitulado "*A revolução moçambicana atraiçoada*" onde igualmente se acusa Mondlane de tribalismo e de ser o principal mentor dos desmandos reinantes na Frelimo[283].

Mas o repúdio à obrigatoriedade de treinos militares para os estudantes não seria sustentado apenas por alguns desses jovens. Igualmente, Janet Mondlane achou a ideia bizarra e descabida. Tanto mais que o Instituto, aos olhos dos seus financiadores, devia distanciar-se da Frelimo. Quando o Departamento de Defesa exigiu à directoria do Instituto que a medida fosse posta em prática, Janet Mondlane opôs-se energicamente, visto que o então governo português já reclamava junto ao governo americano de que no Instituto Moçambicano em Dar es-Salam se estavam a treinar guerrilheiros da Frelimo. Os financiadores, como a USAID e o Instituto Afro-Americano exigiam, como condição de manter seus apoios, que a instituição se distanciasse da Frelimo. Como consequência da diplomacia portuguesa, algumas organizações como a Fundação Ford deixaram mesmo de canalizar apoios. Contudo, apesar de na matéria de treino militar os estudantes terem tido do seu lado a directora do Instituto, o facto em si não impediu que desde Novembro de 1967 nada menos do que 25 estudantes tivessem desaparecido do Instituto Moçambicano, muitos dos quais já a estudarem no Centro Internacional de Educação de Kurasini (KIEC)[284].

Quando o padre Mateus Gwengere, a quem mais tarde se atribuiria todas as culpas pelas desavenças no Instituto, chega à Tanzania em Junho de 1967, encontrou uma Frelimo já dividida. Em manifestações silenciosas, os estudantes já protestavam contra pessoas como Mondlane e sua esposa, Hélder Martins, Jacinto Veloso, Fernando Ganhão, etc., a quem acusavam de serem espiões da PIDE e ao serviço de Portugal na Frente de Libertação de Moçambique. "***Antes da chegada de Gwengere as paredes dos sanitários masculinos no Instituto Moçambicano, encontravam-se repletas de caricaturas de um homem alto e careca a receber dólares da CIA e a reparti-los com duas***

283 MM. , Maputo, 3 de Março de 1999, entrevista com o autor.

284 MANGHEZI, Nadja, *O meu coração está nas mãos de um negro,* p. 280. Nota: O KIEC havia sido instalado (Setembro de 1962) em Dar es-Salam, pelo Instituto Afro Americano (AAI) com financiamento da USAID, para estudantes secundários da África Austral (Idem, p.237).

senhoras brancas, uma magrinha e outra gorduchinha, e depois a magrinha a dar também algumas migalhas a dois brancos e uns pretos"[285]. Clérigo e homem esclarecido que era, Gwengere não ficaria indiferente aos verdadeiros problemas do movimento e ao nepotismo que se dizia caracterizar a gestão do Instituto. Na época, o deão dos estudantes era João Unhai, um indivíduo da etnia do padre Gwengere e conhecido deste. Unhai já havia completado os estudos secundários quando se juntou a Frelimo. Era um homem que vivia os problemas dos estudantes e infrutiferamente canalizava as preocupações destes à directoria da instituição e ao Comité Central da Frelimo de que fazia parte na qualidade de secretário do Departamento de Educação. A par das conversas regulares que mantinha com os estudantes, maioritariamente oriundos do centro e norte do país, Unhai terá informado o padre Gwengere sobre a vida do Instituto e os acontecimentos no interior da própria Frelimo. "***Não tardou que o contacto entre os dois homens chegasse aos ouvidos de quem tomava as decisões. A Unhai, cedo apareceu uma bolsa de estudo para seguir medicina em Praga, longe dos problemas da casa***"[286]. Na sequência disto, foi substituído no posto de Deão dos estudantes no Instituto por Eduardo Coloma, uma pessoa que inspirava confiança a directoria do Instituto Moçambicano, e no Departamento da Educação por Armando Guebuza.

Todavia, o padre permanecia no terreno. Pelos lugares por onde passava, Gwengere recebia queixas de combatentes que iam desde liquidações físicas programadas aos maus tratos infligidos contra combatentes por discordarem de certas procedimentos na organização e, sobretudo, do propalado amiguismo instalado no Instituto Moçambicano. Um ex-estudante daquele Instituto olha, 33 anos depois, os acontecimentos no Instituto Moçambicano de seguinte forma:

-"***Aquilo que atribuem a Gwengere é história mal contada. De facto, no princípio Mondlane pensou que podia domar e cavalgar o padre Gwengere como fazia com Simango. Mondlane sabia fazer um mal e fingir convincentemente que não estava a par desse mal. Foi assim que conseguiu aldrabar Simango por longos anos.***

[285] MM, Idem

[286] Idem

Mondlane foi esperto desde a fundação da Frelimo. Correu com todos aqueles que sabia que podiam criar-lhe problemas, tais como Adelino Gwambe e muitos outros. Deixou Simango porque viu que ele era benévolo por excelência, que podia subtilmente dominar e controlá-lo. Mas falhou na sua avaliação de Gwengere. Gwengere era outra espécie de padre. Qualquer pessoa que viveu aquele momento foi capaz de ver que meses depois Mondlane arrependeu-se de ter acarinhado Gwengere. Os problemas na Frelimo e no Instituto existiam antes dele chegar, só que poucos os manifestavam abertamente. Como o padre Gwengere não era palerma, começou a sacudir as consciências adormecidas de algumas pessoas. Então, para Mondlane e sua clique, Gwengere passou a ser um grande perigo, como quem diz: Antes deste tipo chegar comíamos à-vontade e ninguém nos abarrecia. Agora está este tipo com as suas!...

De facto, dançaram com Gwengere. Uns até foram corridos da Tanzania e o próprio Mondlane não conseguiu impedir que isso acontecesse porque o governo tanzaniano viu de que lado estava a razão. Fecharam depois o Instituto"[287].

Nos fins de Outubro de 1967, o padre Mateus Gwengere deslocou-se aos Estados Unidos da América na companhia de Uria Simango para testemunhar contra Portugal na vigésima segunda sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Imediatamente após o seu regresso a Dar es-Salam em Novembro daquele ano, o padre encarnaria então a luta silenciosa dos contestatários e apostaria em acabar com os desmandos, fazendo do Instituto o seu campo de batalha. Gwengere começou por ouvir as queixas dos estudantes e, sem dúvidas, inculcou nos jovens a ideia de serem eles próprios *o motor da história* e não esperar por alguém que viesse de fora para exigir mudanças de procedimentos no local onde viviam. "***Os moçambicanos mais velhos, vossos pais, não esperam que Portugal lhes dê na bandeja a independência. Por isso estão hoje a lutar. Se há problemas, é preciso lutarem e não ficarem calados à espera que alguém resolva os vossos problemas*** " – disse Gwengere[288].

O nascimento do despertar de consciências nos jovens estudantes não passaria despercebido à directoria da instituição e ao presidente

[287] MM., Idem

[288] Idem

da Frelimo. Em Dezembro, numa tentativa de dialogar com os estudantes para esclarecer o que se ousou apelidar de mal-entendidos no seio dos estudantes, Mondlane seria imensamente vaiado, chamado frontalmente de tribalista e regionalista. Perante a confusão instalada, o presidente não encontrou um discurso convincente para amainar os ânimos. Simango, a quem alguns estudantes na gíria já chamavam de "o bobo" pelas suas atitudes pacifistas no meio de fuzis, no dia em que se dirigiu ao Instituto, por pouco não era também vaiado e até agredido fisicamente, porque, cedo, apercebeu-se de que os "miúdos" não estavam para brincadeiras. Escapou apenas por ter feito uma viragem à sua alocução inicial, começando a moderar a linguagem para com os estudantes. Mas em relação a Marcelino dos Santos, que se encontrava na companhia de Simango, ficararam-lhe umas valentes picadelas de ponta de uma esferográfica por um estudante que fazia parte do grupo que o rodeou no momento da confusão[289]. Como tudo indicasse acabar em pancadaria, Simango optou por bem reconduzir todos para a sala e escutar os estudantes, contrariamente ao que a delegação por ele chefiada inicialmente pretendia fazer, isto é, transmitir orientações do Comité Central aos estudantes e recordar-lhes que eram apenas estudantes. Durante cerca de três horas consecutivas Simango suportou impropérios dos estudantes que o acusavam de "estar a brincar com coisas sérias" e de proteger pacificamente o plano maquiavélico do "tribalista Eduardo Mondlane"[290].

"***Não somos camelos. A gente vive os problemas***" – gritavam os estudantes.[291]

"***O que muitos de nós queriamos era que a situação mudasse, porque eram os nossos pais que eram dizimados por balas de camaradas seus. Sentíamos que aqueles problemas, apesar de sermos crianças, mais tarde ou mais cedo nos iriam afectar. Afinal, a revolução era de todos nós. Para além disso, sentíamos que não nos prestavam a devida atenção. Tínhamos colegas doentes e não eram atendidos convenientemente. O Centro de Saúde que existia, apesar de na época ter um enfermeiro atencioso, o Aurélio Manave, não***

[289] AM, Maputo, 15 de Março de 1999, entrevista com o autor.

[290] MM, Idem. soube impôr o seu

[291] Idem

podia fazer grandes coisas porque o médico estava na maior parte do tempo ausente. Alguns de nós compreendiam isso, porque Hélder Martins era o único médico que havia para atender vários casos. Mas em algumas situações a ausência do médico Martins era exagerada. Sabíamos que ele andava por perto e não vinha socorrer alguns casos de estudantes doentes. O único carro para casos de emergências andava com ele e, muitas vezes, usava essa viatura para assuntos pessoais. Era normal, porque no meio do trabalho que ele executava, como homem e chefe de família tinha também que ter tempo para seus fazeres pessoais. Mas alguns casos eram graves. Para ser sincero, foi graças à confusão no Instituto que o Lúcio Faustino Pedro escapou de morte certa. O miúdo estava gravemente doente e era necessária a sua evacuação imediata para um hospital com melhores condições. Ficávamos todos ao lado da sua cama a rezar. Não podíamos fazer nada senão lamentar e chorar. Não havia médico para cuidar dele no Instituto, mas sabíamos que o médico Hélder Martins andava por perto e não prestava a devida atenção. Perante aquela situação, começamos a fazer barulho a sério. Só assim é que foi possível resolver o problema. Curiosamente, há coisas que marcam os homens na vida. Esse miúdo que escapou da morte certa graças à rebelião dos estudantes, é hoje um afamado pediatra nas Bahamas.

Portanto, os problemas que existiam no Instituto eram de ordem ética e moral que cedo se transformaram em problemas políticos sérios. Tão sérios como os que levaram os nossos país a pegar em armas contra o sistema da colonização portuguesa. Tudo se consubstanciava na ordem moral e ética. Sentíamos falta de uma série de coisas e de cuidados. Esse é que era o problema dos estudantes no Instituto. Começamos a ver que de nós precisavam apenas como capa para receberem dinheiro e outros bens do Ocidente para as suas vidas faustosas. Como se o desinteresse que manifestavam para nós não bastasse, começamos a ver que havia lutas entre os mais velhos. Víamos que o que se passava no Instituto era o reflexo da desorganização e da luta que reinava ao nível da direcção da Frelimo. Eram familiares nossos que perdiam as vidas por causa da luta pelo poder. Muitos daqueles combatentes tinham filhos, sobrinhos etc., no Instituto. Às tantas ouvíamos que fulano havia

morrido em combate. Volta e meia vinham pessoas do interior e cochichavam com os familiares que sim, fulano de facto morreu, mas não em combate como estão a dizer. Foi morto, mas 'não digam que fui eu quem disse isso, senão também estou mal'. Como é que nós, os filhos e familiares dessas pessoas nós poderíamos sentir? Víamos também que algumas pessoas viviam em orgias sem fim. Tinham privilégios que a maioria não tinha. Essas pessoas estavam na mesma revolução como a maioria dos nossos pais que passavam fome e frio no mato. A uns, apelava-se para que consentissem sacrifícios porque a revolução é assim mesmo. Os outros gastavam parte dos magros apoios que o Instituto recebia em proveito próprio. Onde estava aí o bom senso das pessoas? Nós como estudantes do Instituto recebíamos um bónus de cerca de cinco shellins semanais para compra de pequenas coisas de uso pessoal, tais como pastas dentífricas, cadernos, lápis, etc. Dizia-se nos bastidores que o cão da Janet gastava oito shellins de carne por dia. Se era verdade ou não isso não sei, mas víamos que uns sofriam em nome da revolução e outros, na mesma revolução, viviam bem. Tinham dinheiro para ir a um bar beber vinho ou whisky. Simango não fazia isso. O que dizem sobre o Padre Gwengere, por exemplo, é tudo mentira. Como é que uma pessoa culta e esclarecida como aquele padre podia deixar as coisas continuarem como estavam? Como é que Gwengere podia ficar calado, vendo pessoas a não serem assistidas convenientemente quando alguns chefes nadavam em orgias? O Padre conhecia o procedimento dos dirigentes. Diariamente recebia queixas de pessoas várias e não só dos estudantes. Ele esteve em Nachingweia e algumas vezes no interior de Moçambique e aí viu muitos desmandos e recebia queixas.

Li recentemente num livro de Hélder Martins uma coisa engraçada que não passa de uma grande mentira. Ele afirma que o padre Gwengere foi corrido de Nachingweia por Machel porque logo que aí chegou pôs-se a promover missas no seio de combatentes que, na sua maioria, nem professavam a religião católica. Isso é mentira, e das mais grossas. O que aconteceu foi que logo que o padre chegou àquele Centro muitos combatentes de Manica, Sofala e Tete, que o conheciam, aproximaram-se dele e começaram a queixar-se de uma série de coisas, incluindo maus tratos físicos. Foi isso

o que aconteceu e o padre saiu de lá furioso. Gwengere não era maluco para chegar à Nachingweia e dizer assim: Venham daí todos, camaradas, vamos rezar!... O que aconteceu foi que ele recebeu queixas. Os queixosos estavam fartos da prepotência de alguns chefes e do próprio Machel. Como Machel não tomava a sério as suas queixas por serem simples subordinados, entenderam então que talvez expondo os problemas ao padre, que não era subordinado de ninguém ali, as coisas mudassem já que o padre fora para aí exactamente ver como é que as coisas andavam. Essa é que é a verdade. Para quem lê o livro de Martins, fica com a impressão de que Machel recebeu Gwengere com um cajado nas mãos e de seguida correu com ele a pontapés. Mas não foi assim. Machel nem o conhecia. Gwengere foi bem recebido e bem tratado em Nachingweia. Só que, depois de se aperceber que o homem falava com todos e prestava atenção ao que lhe diziam, Machel passou a desconfiar dele e a ter receio que lhe contassem sobre tudo quanto se passava no Centro. De facto, Gwengere não se calou. Ao tentar abordar os questões que lhe haviam sido apresentadas pelos militares, e sugerir como é que se devia criar um clima harmonioso entre todos, Machel ficou furioso. Começou a perceber que uma prolongada permanência daquele homem aí lhe poderia criar problemas. A dimensão das queixas era enorme e punha em perigo a chefia do Centro. Machel tratou então de pedir para que o homem fosse levado de volta a Dar es-Salam. Foi isso o que aconteceu. Martins convence quem não viveu aquilo. Gwengere só ficaria calado se fosse louco. O homem havia mandado para a Frelimo centenas de jovens de Murraça, Marromeu e Beira. A PIDE prendeu-lhe várias vezes em Moçambique. Era um Padre patriota. Como é que devia ficar calado? Quantas pessoas Martins mandou para a Frelimo?

Outra coisa muito importante para perceberes a Frelimo e a trama que montaram contra Gwengere e Simango, é a seguinte: Um Padre e um Pastor são pessoas que foram moldados ética e moralmente através de anos de estudo do bem estar individual e colectivo, com vista a harmonizar a vida dos seres humanos. Curiosamente, aqueles que viviam em bares e cabarés desde Lourenço Marques até Dar es-Salam, passaram a ser os grandes moralistas e paladinos da salvação do povo. Gwengere e Simango que eram padres, reco-

nhecidos internacionalmente, viraram vigaristas e contra a liberdade do povo!... Dá para perceber isso? Veja só uma coisa, quando Mondlane viu que a situação no Instituto estava mal, veio ter connosco e prometeu-nos mundos e fundos. Falou de bolas para praticarmos desporto, de equipamentos e material estudantil etc., etc. Quase que nada se concretizou."[292]

Por ocasião das festividades do fim do ano, Gwengere acusaria Eduardo Mondlane de ser o responsável pelos desmandos que se viviam na Frelimo e, frontalmente, acusou-o de *traidor* e *tribalista*. Desde então, os estudantes, cuja maioria provinha do centro e norte do país, como atrás se referiu, tendo já do seu lado um homem do quilate do padre Gwengere, passaram então da luta pacífica a protestos violentos. No seu regresso de uma viagem ao interior, Mondlane encontra o Instituto em ebulição. Tenta em vão pôr ordem na casa e, contra os factos apresentados pelos estudantes, não encontra argumentos que acalmassem os ânimos. A 5 de Março de 1968 a situação no Instituto atinge o rubro, com os estudantes a exigirem a remoção dos professores brancos de origem portuguesa, a quem, como já referido, acusavam de serem espiões ao serviço de Portugal. Igualmente, acusavam alguns tais como Chadreque Paulino, Marcelina Rafael (então namorada de Joaquim Chissano e a trabalhar no armazém do Instituto) e Augusta Fernandes (uma conterrânea de Marcelina e, ao que se dizia, amiga íntima desta) de estarem a espionar os estudantes no Instituto ao serviço da *ala regionalista do sul*. A desconfiança terminaria em pancadaria envolvendo Daniel Chatama[293] e Chadreque. Na circunstância, Marcelina levou um pontapé e Chadreque procurou refúgio na casa de alguns responsáveis da Frelimo em Dar es-Salam onde foi relatar a Joaquim Chissano o que se estava a passar no Instituto. Posteriormente, Chissano, então chefe da segurança da Frelimo, mobiliza uma pequena força para pôr ordem no local da contenda. Na tentativa de capturar Chatama, Chissano deslocou-se na noite do mesmo dia ao lar dos

[292] Idem

[293] Mais tarde, Chatama abandonaria a Frelimo e exilar-se-ia nos Estados Unidos onde se reportou que morreu vítima de drogas e álcool. (Francisco Nota Moisés, correspondêrncia para o autor, Março de 2002).

estudantes na companhia de Samora Machel, Aurélio Manave e Luís Arrancatudo. Alertado do perigo que corria, Chatama toma a dianteira e dirige-se à esquadra da polícia de Kilwa, que distava poucos metros do lar dos estudantes, onde informa sobre a presença de homens armados no interior do mesmo. A confusão que os três homens armados tentam criar no local termina com a vitória dos jovens contestatários. Assim que a polícia chega, Aurélio Manave, tentando seguir os seus companheiros numa fuga precipitada, cai nas mãos dos agentes policiais. É então aprisionado e, durante a detenção, selvaticamente sovado, sob aplausos e apupos dos estudantes revoltosos.

Perante tamanha confusão, restava a qualquer observador imparcial vislumbrar de que lado estava a razão: se entre os estudantes que sentiam que algo andava mal e que poderia prejudicá-los, ou se no seio da direcção da Frelimo (incluindo o Rev. Uria Simango) que entendia que os estudantes tinham apenas uma missão a cumprir no processo revolucionário – a de estudar sem se imiscuírem na vida política da organização.

-"***Depois da visita de Simango ao Instituto e da conversa que tivemos com ele conseguimos apaziguar os ânimos. Sempre que Simango se encontrasse em Dar es-Salam, ia conversar com os estudantes. Um dia depara connosco, no tempo de lazer, a jogar às damas. O homem mete-se pelo meio e pede para jogar umas partidas. Calhou jogar comigo e bati-lhe em duas partidas seguidas. Ele ria-se com o resto da malta à volta. Como ele era chefe, facilitei-lhe o jogo, dando-lhe uma vitória. Ele não percebia nada daquilo e pensou que ganhou por mérito próprio. Saltou de alegria. Já não queria jogar mais!...***

Mas as reivindicações dos estudantes não pararam. Isto porquê? Apesar de toda a atenção que Simango começou a prestar-nos, ele não era quem tinha a faca e o queijo na mão para resolver os problemas. Ele vivia os problemas e canalizava-os, como outros o faziam, ao Comité Central. O Comité Central instruía aqueles que deviam resolver os problemas, mas no fim acabava tudo por ficar na mesma. Então a situação agudizou-se, a ponto de haver pancadaria no Instituto, até chegar-se à polícia, onde Manave foi maltratado. Depois alguns estudantes foram presos e o Instituto encerrado. Eu e muitos outros abandonamos aquilo para o Kénia"[294].

[294] AM., Idem

Este é, em resumo, o quadro prevalecente no Instituto Moçambicano. Como Mondlane, Simango igualmente foi vítima da turbulência aí vivida e, em nenhum momento o Reverendo tentou tirar dividendos políticos da confusão reinante. 30 anos depois da confusão no Instituto, a autora de *O meu coração está nas mãos de um negro*, reconhece que perante a atmosfera doentia que se havia espalhado por todo o Instituto, Janet Mondlane ***"teve que se apoiar muito no Chissano, Samora Machel e Uria Simango, quando o Eduardo viajava"***[295]. E de facto, foi o que aconteceu. Se do Instituto alguma vez saíram vozes a favor de Simango, foi simplesmente porque viam no Reverendo um homem incapaz de mancomunar qualquer espécie de ignomínia contra camaradas seus de luta. Simango via que era, sim, necessário mudar o curso dos acontecimento, mas por via de um Congresso e não por via de intimidações ou violência.

Mas o Congresso que Simango aguardava para "*mudar o curso dos acontecimentos*" viria não só a manter o *status quo,* como também agudizaria a luta interna, pois a *ala regionalista* sairia vitoriosa por vias de estratégias bem pensadas. A ilação que se pode tirar dos acontecimentos, tanto antes como depois do II Congresso, leva a sentenciar que Uria Timóteo Simango estava num lugar errado e em tempo errado. De facto, como o afirma uma das fontes consultasas, "era padre demais para aquilo". A sua formação religiosa e o seu carácter não foram talhadas para a violência que uma luta pelo poder político impõe. É que ***"a luta pelo poder político emprega métodos amorais, definidos pela relação de meios-fins"***[296].

[295] MANGHEZI, Nadja, Idem, p. 281.

[296] MOREIRA, Adriano. In *Ciência Política*, Livraria Almedina, Coimbra, 1992, p. 153.

Quinta parte

O II CONGRESSO E O AGUDIZAR DO CONFLITO

Vitória a todo o custo

É preciso compreender que para além do isolamento urdido através de eliminações físicas atrás referidas, a estratégia da *ala regionalista* viria a ser compensada por via do II Congresso que se realizaria em Julho de 1968. Nessa fase, a referida ala e seus aliados haviam consolidado o seu plano com a ocupação da chefia da maior parte dos departamentos.

Apesar do duro golpe que foi a medida de expulsão de alguns componentes dos *aliados*, a situação mantinha-se a todos os níveis sob o controlo dos dois grupos aliados. Homens como Marcelino dos Santos, Jorge Rebelo e mais alguns confidentes dos *aliados* e dos *regionalistas do sul* estavam ainda no terreno das operações batendo-se, uns, como Rebelo, por via das publicações *A Voz da Revolução* e *Mozambique Revolution*, outros por via dos corredores diplomáticos.

A presença por cooptação no Comité Central de indivíduos do *grupo regionalista do Sul* e de seus *aliados* com vínculos marcadamente comunistas (a Gang de Argélia, como um analista os designaria mais tarde) explica a prevalência maioritária de indivíduos oriundos do sul de Moçambique na Sede do poder da frente e o gradual enfeudamento da Frelimo e posteriormente do Moçambique independente à URSS.

Após o *assalto* aos departamentos-chaves da organização, uma das estratégias seguintes da *ala regionalista do sul* e *aliados* foi a de propor ao II Congresso a constituição de um Comité Executivo que funcionaria como um órgão decisor a coadjuvar o Comité Central que,

vezes se conta, reunia em sessões alargadas susceptíveis de manipulações pelos adversários de circunstância. A proposta, consubstanciada na quase total alteração dos primeiros estatutos da frente, visava dar uma nova dinâmica à máquina executiva da Frelimo que os estatutos anteriores não permitiam. Portanto, era imperativo – entendeu-se – limitar o poder de decisão na organização. Esse novo órgão – o Comité Executivo – seria restrito, apenas composto pelo presidente, vice-presidente e pelos chefes dos departamentos e seus adjuntos. Simango viria a equacionar os factos muito tarde, apercebendo-se de que os homens têm várias facetas de acordo com as circunstâncias.

O Comité Executivo seria então formado por uma maioria de homens da inteira confiança da *ala regionalista* do Sul e *aliados* que viam na figura do Reverendo Simango um empecilho para os seus intentos. Estavam lá, entre tantos, Jorge Rebelo, Marcelino dos Santos, Samora Machel, Armando Guebuza, Joaquim Chissano, Manuel dos Santos e os seus respectivos adjuntos. Qualquer deliberação naquele órgão passava por consenso e, na falta deste, por voto de maioria. Como veremos mais adiante, seria esse órgão que num acto de desespero pela morte de Mondlane, e ciente das possibilidades do vice-presidente Uria Simango ascender à presidência da Frelimo, jogaria nos bastidores para se evitar a consumação de tal hipótese.

Em 1974, no seu regresso a Moçambique, Simango afirmaria numa entrevista que o II Congresso da Frelimo havia-se realizado "numa atmosfera impossível". De facto, conquanto tenha depositado toda a confiança nesse Congresso como a única tábua de salvação para pôr em prática os seus ideais na frente, Simango viu goradas os seus planos por se conduzir como um *santo* numa festa para a qual eram convocados apenas os *demónios*. Os adversários de Simango foram ao Congresso cientes da importância da cerimónia para a consolidação de posições. Era um Congresso decisivo. Todos sabiam que Simango precisava da presidência para reverter o curso dos acontecimentos – segundo suas palavras. Conseguida a presidência por via do esmagador apoio que possuía, particularmente, dos *chairmen* makondes que constituíam a ala política da Frelimo no interior de Cabo Delgado, o Reverendo entendia que jogaria a chefia dos departamentos mais tarde, dada a prerrogativa que os novos estatutos a aprovar pelo II Congresso e o regulamento interno em perspectiva iriam conferir ao presidente de

escolher e nomear os chefes dos departamentos. Falhou nos cálculos. Não viria a ganhar a eleição pois a *ala regionalista do sul*, ciente da gravidade da situação em que se encontrava, joga todas as cartadas possíveis e imaginárias. Recusa-se a acatar a proposta de outros membros da Frelimo no concernente ao local da realização do Congresso (Cabo Delgado, M'twara, Nachingweia, Dar es-Salam ou outro local no território tanzaniano). Esforça-se por impor Matchedge (em Niassa) como local ideal para a cerimónia e põe mão a tudo para que assim fosse. Esforça-se por impedir que aqueles que abertamente nutriam simpatia em relação a Simango (dentre os quais os referidos *chairmen* de Cabo Delgado) participassem no Congresso. Aqui, é importante anotar que o argumento – que a ala e seus aliados esgrimiriam para a escolha do interior para a constantemente adiada cerimónia – segundo a qual, um Congresso no interior de Moçambique iria demonstrar à opinião pública mundial de que a Frelimo já possuía zonas libertadas em Moçambique, ilustrando assim as suas potencialidades e capacidades na guerra colonial, nada mais foi do que lançar areia nos olhos dos menos esclarecidos, pois, realmente, "***visava evitar a participação no Congresso de certas caras incómodas. A medida escondia o medo de confrontar-se com os chairmen que estavam dispostos a usar a ocasião para atacar o grupo de Mondlane pelos desmandos que perpetrava em Cabo Delgado. A matança indiscriminada de combatentes enfurecia-os e pretendiam servir-se do Congresso para apresentar os factos pormenorizadamente, apontando com os dedos os infractores, e exigindo que estes indicassem quais os mandantes de todas as atrocidades***[297] . Por conseguinte, o interior era o local seguro, particularmente, Niassa, que permitia manipular quaisquer eventualidades, pois os revoltados *chairmen* de Cabo Delgado não tinham aí influência e, apesar do secretariado provincial de Niassa ter à testa Will Kadawell[298] o poder efectivo das operações militares na província estava nas mãos de um membro do *grupo regionalista do sul*, Sebastião Marcos Mabote, então chefe provincial das operações. Face a esta situação, a ala imporia Niassa como local adequado para o Congresso. Os delegados à cerimónia seriam seleccionados a dedo como forma de assegurar que estivessem presentes apenas pessoas de confiança da ala.

[297] JG, Idem

[298] Kadawell acabou abandonando a Frelimo no início da década de 70.

"Foi o próprio camarada Sebastião Mabote, acompanhado de outros elementos do Departamento de Defesa quem criou as condições na província de Niassa, para que o Congresso aí se realizasse (...)"[299], lê-se na revista Tempo, órgão de informação conotado com o regime da Frelimo logo depois da independência nacional. E porquê, cabe perguntar?

Segundo Nelson de Maia, *"houve muitas manobras. Estava tudo preparado para que o Congresso se realizasse em Cabo Delgado, mas, as tantas, viu-se que se isso acontecesse, Simango e Nkavandame ganhariam a presidência e a vice-presidência respectivamente, porque Nkavandame era forte em Cabo Delgado. Então insistiu-se que fosse realizado em Niassa para evitar uma retumbante derrota de Mondlane"*[300].

Contra todas as expectativas, apesar do Congresso ter lugar em solo sob seu controlo militar, os combatentes afectos nas linhas de combate na província de Niassa foram, na sua maioria, preteridos na protecção dos responsáveis, dos convidados e de todo o trabalho do Congresso. Em seu lugar, ao fiel comandante militar de Cabo Delgado, Raimundo Pachinuapa, com o apoio de Paulo Samuel Kankhomba, foi incumbida a missão de trazer daquela província os homens de confiança que possuía para guarnecerem os congressistas[301]. E isso explica-se:

"A situação estava explosiva. A maioria dos combatentes em Niassa estavam contra os assassinatos que se praticavam na Frelimo. Os poucos fiéis ao grupo de Mondlane e Machel que operavam em Niassa, tais como Osvaldo Tazama, Mabote e outros, apesar de na altura estarem a frente das operações militares a nível da província, viam-se com muita dificuldade de reunir consensos entre os combatentes. A maioria reclamava, acusando os responsáveis militares de serem os mandantes de matanças. Muitos dos que protestavam foram, subtilmente, transferidos para Cabo Delgado alegando-se novas missões. Nunca mais soubemos deles. É o caso do comandante Lino Abraão e outros de quem nunca mais se ouviu falar. Soubemos

---

299 Revista TEMPO n° 303 de Maputo, 25 de Julho de 1976, p. 58.

300 Nelson de Maia, Idem.

301 Raimundo Paghinuapa, Maputo, 19 de Outubro de 2001. TVM, programa *Quinta à noite*, especial alusivo ao décimo quinto aniversário da morte de Samora Machel. Conversa moderada pelo jornalista Hélio Jonasse.

mais tarde que alguns deles foram executados e outros, com medo de terem o mesmo destino, desertaram. Lembro-me até que mais tarde se fez uma lista de mais de 300 combatentes que desertaram. Essa lista anda aí nos arquivos. Nessa altura, em Niassa, muitos combatentes andavam revoltados com as notícias que chegavam de Cabo Delgado.

Então, quando ficou assente que o Congresso se realizaria em Niassa, surgiu um outro problema: Como garantir segurança dos congressistas, dado que a maioria dos combatentes na província se encontrava descontente? Para garantir a segurança em caso de desentendimentos e até de possíveis confrontações entre camaradas durante os trabalhos do Congresso, era necessário que os homens armados que estivessem à volta dos congressistas fossem de confiança dos organizadores do evento. E eles não tinham um número suficiente desses homens no Niassa. O grupo de Mondlane tinha que contar apenas com aqueles que eram acusados de estarem a praticar crimes, em Cabo Delgado, sob ordens do Departamento de Defesa. Teve então que sair uma Companhia desses homens para Matchedge, a maioria dos quais makondes que eram manipulados por Pachinuapa e Alberto Chipande. Eu que operava em Niassa e era Comissário Político da minha Companhia, e muitos outros combatentes destemidos naquela província, não fomos chamados ao Congresso. Alguns de nós nem sequer ouviram falar de que houve um Congresso no Niassa. Em Cabo Delgado o Congresso não se podia realizar porque Nkavandame e os chairmen iriam, sem dúvidas, participar. E os camaradas de Cabo Delgado estavam muito divididos naquela época. Havia muitos combatentes bem armados, que eram contra os assassinatos e a favor de Nkavandame e dos chairmen que protestavam contra os crimes que se cometiam. Se o Congresso tivesse tido lugar em Cabo Delgado e houvesse um desentendimento que culminasse em confrontação, de certeza que esses homens ficariam do lado de Nkavandame e dos chairmen. Numa guerra contra esses o grupo de Machel perderia, porque os outros teriam apoio dos que também protestavam a partir de outras frentes, como era o nosso caso em Niassa. Era uma situação complicada. Então era preciso usar-se muita manha e inteligência. Essa é a realidade.

Agora, dizer que Nkavandame, Simango e muitos outros não

tinham apoio no seio dos combatentes, como se diz por aí, é uma grosseira mentira. Temos que reconhecer uma coisa. No meio daquela luta, os que ganharam, ganharam porque foram mais espertos. E nada mais."[302].

-"***Em Cabo Delgado não estávamos seguros porque os chairmen eram aí fortes***" – diz por sua vez Mariano Matsinhe, delegado ao II Congresso[303].

De facto, Nkavandame era um homem a temer. Embora não muito instruído literariamente, era um líder comunitário incontestável. Era preciso, por todos os meios, afastá-lo do controle da situação. E quem confirma a dimensão do poder desse homem é uma das pedras basilares do *grupo regionalista do sul* no terreno das operações em Cabo Delgado:

" ***(...) diga-se de passagem, a voz de Nkavandame até esse presente era bem ouvida. Muito particularmente na zona dele, e mesmo fora da zona dele houve uma altura que era uma voz sonante. Esse homem era uma espécie de Governador de Cabo Delgado e controlava os chefes distritais de guerrilha***"[304]

Mesmo com todas estas manobras, a prova da impopularidade dos *regionalistas do sul* e seus *alidos* viria ao de cima, num Congresso por eles organizado e em zona onde se supunha que controlasse tudo e todos. Dos 150 votos dos delegados presentes – dos quais a ala conjecturava ter voto de confiança de mais de 90% – Simango perderia as eleições apenas por 2 (dois) votos, o que equivale a dizer que se a facção dos *chairmen* makondes que o apoiava se se fizesse à cerimónia, ganharia por mais votos contra seu camarada Eduardo Mondlane.

Comparados os resultados com a eleição de Junho de 1962, por via pacífica e do seu carácter ponderado – para surpresa dos seus adversários – Simango melhorou substancialmente o seu prestígio na

---

302 AS, Maputo, 11 de Outubro de 200, entrevista com o autor.

303 Mariano Matsinhe, Idem.

304 Cândido Mondlane. In jornal DOMINGO, Maputo, 31 de Janeiro de 1999, p. 30.

organização. O Reverendo confirmaria mais tarde em entrevista, na cidade da Beira, que a forma encontrada para impedir a chegada de parte dos seus apoiantes ao Congresso, foi a usual: Intimidações e eliminações físicas.

Mas o Congresso teve ainda alguns contornos ignominiosos que caracterizavam o maquiavelismo reinante entre os seus organizadores. Imediatamente após a leitura dos resultados da eleição do presidente, surge um problema. Raul Casal Ribeiro, então segundo comandante do exército[305] e na circunstância porta-voz do Congresso, ciente de que algo de anormal se havia passado em torno dos resultados lidos, sugere que os votos fossem devidamente selados e guardados para a posterioridade, pois faziam parte da história do país, para além de constituírem documentos de consulta para quem quer que fosse, naquele momento (para reconfirmar os resultados por via de uma recontagem), ou no futuro[306]. A *ala regionalista do sul*, que previamente havia constituído uma *comissão eleitoral* e controlava todo o processo, alarma-se. Contrapõe alegando que os resultados já eram conhecidos e não havia necessidade para tal. -"***Vamos queimar os votos***" – sugeriu o grupo. Abanando a cabeça em sinal de lamentação e profundo constrangimento, Simango assiste serenamente aos acontecimentos e conforma-se com a situação. Minutos depois, os votos eram queimados sem que nenhum dos congressistas pudesse reverificar a contagem. Raul Casal Ribeiro passava, desde então, a homem a abater[307].

Um outro delegado ao II Congresso da Frelimo, afirmaria, transcorridos 32 anos, que a situação era grave para Mondlane e seu grupo:

---

[305] Depois do II Congresso Ribeiro foi afastado do comando-adjunto do exército, passando a Secretário provincial de Tete.

[306] A indicação do Presidente foi por votação secreta. Embora a fonte tivesse garantido que assim foi, permaneceu no autor uma certa dúvida, pois na maioria dos entrevistados, por conveniência ou por esquecimento, raras eram as vezes em que se lembravam da modalidade da eleição em virtude de algumas vezes, na história da Frelimo, se ter recorrido ao voto aberto. Contudo, posteriores pesquisas garantem que houve votação secreta. Aliás, Sérgio Vieira, nas suas habituais crónicas dominicais, a 24 de Setembro de 2000, por ocasião do 25 de Setembro, data histórica alusivo ao desencadeamento da luta armada de libertação nacional, viria a confirmar esse facto. Escreve que **"(...). durante a guerra se realizou o II Congresso, o Presidente, o Comité Central, sempre se elegeram por voto secreto, e tanto no I como no II Congressos mais do que um candidato houve para Presidente. (...)"** (In Jornal DOMINGO, Maputo, 24 de Setembro de 2000, p. 8).

[307] FC, Maputo, 15 de Junho de 1998, entrevista com o autor.

"Poucas semanas antes do Congresso, Mondlane 'chorou' no gabinete de Nyerere. Simango disse que em face dos problemas que grassavam na Frelimo, Nyerere convidou os dois para o seu gabinete. Simango falou muito nesse encontro e pediu que Nyerere ajudasse a fazer compreender a Mondlane sobre a importância da unidade. Era preciso acabar com certas atitudes de Mondlane se se pretendia que na Frelimo reinasse um clima de concórdia. Nyerere barafustou contra Mondlane e disse que se não mudasse de comportamento, seria forçado a fazer o mesmo que fez com Gwambe, isto é, declarar-lhe persona non grata no território tanzaniano. Ele prometeu emendar-se e lutou nesse sentido. Só que havia ainda um congresso que podia lhe penalizar. É que na época as críticas contra Mondlane já vinham de todos os lados, inclusivamente dos dirigentes tanzanianos. Simango disse que saiu satisfeito do encontro porque Mondlane retratou-se e prometeu emendar-se. Mas Mondlane e o seu grupo sabiam que o Congresso podia ser o seu fim na Frelimo. Fizeram os possíveis para que a cerimónia decorresse fora de Tanzânia e essa era a única forma de evitar que Nkavandame e outros que apoiavam Simango participassem naquele cerimónia. Mesmo assim, a situação complicou-se no Congresso. Não estás a falar com uma pessoa que ouviu dizer. Eu participei no II Congresso e estou a dizer aquilo que vi e vivi. Mondlane não ganhou limpo aquela eleição. Tiveram que manipular os resultados para se manterem no poder. Nunca dizem até hoje como decorreu o processo da eleição do presidente no II Congresso porque é aí onde está a parte mais suja de toda a cerimónia. Andaram a escolher a dedo pessoas, convencidos de que elas os apoiariam. Só que, para surpresa de muitos, aqueles que eles transformaram em assassinos ao seu serviço, fartos dos crimes que andavam a cometer, na hora da verdade votaram no Simango para ver se se livravam de chefes que indiscriminadamente mandavam matar. Acabaram manipulando os resultados para beneficiar Mondlane. Na altura, todos percebemos o jogo, mas pouco se podia fazer porque os tipos eram maus e capazes de tudo para assegurar o poder. Podia-se morrer aí e, depois de nos matarem, não lhes custava nada regressarem a Tanzânia e propalarem que a cerimónia acabou em tiros porque os colonialistas atacaram. Mas, uma coisa é certa, Mondlane morreu a saber que escapou por um triz de uma retumbante derrota graças a manobras."[308].

[308] Z. Maurício, Beira, 6 de Junho de 2000, entrevista com o autor.

Entretanto, os resultados da eleição do presidente durante os trabalhos do Congresso serviram para Mondlane pôr o dedo na consciência e repensar a sua estratégia em relação a Simango. Entendeu então o presidente da Frelimo que, a partir daquela cerimónia, tinha de mudar de comportamento. Afinal, o pomo da discórdia reinante repousava nos seus actos como líder máximo daquele movimento e, sobretudo, na sistemática eliminação física de combatentes por factos de pouca monta na consciência dos demais. Mondlane despertaria, assim, da sua *hibernação* moral para uma realidade amarga. Surgiu nele o sentimento de traição por parte dos seus colegas do grupo *regionalista do sul*. Haviam lhe assegurado uma vitória tangencial de mais de 90%, mas acabou escapando por pouco duma retumbante derrota. Os resultados da eleição ilustravam que o seu grupo não lhe havia prestado informações correctas sobre o que se passava no terreno. Se pretendia continuar a dirigir a organização dentro de um clima harmonioso com seu parceiro, aquele que Machel, dos Santos, Chissano e outros seus pares alegavam não possuir apoio no seio dos combatentes, devia iniciar, desde aquele momento, uma viragem nos seus procedimentos. Para tal, estrategicamente, começa a pensar em distanciar-se do seu grupo e iniciar uma nova vida com seu parceiro na presidência da organização. Afinal, o homem era forte e tinha apoio, contrariamente ao que se dizia a seu respeito.

"***Vocês diziam que Simango não era nada. Agora, aonde é que ele foi arranjar tanto apoio no seio de combatentes que não controla?***" – perguntou Mondlane a alguns da *ala regionalista do sul*[309].

"***A situação ficou confusa na cabeça do velho. Muitos não perceberam, mas o velho saiu ferido daquele Congresso. Eu como era pequeno só me ria quando via aquela malta toda aflita. Não que não quisesse que Mondlane ganhasse. Ele era meu, também votei nele e queria que ganhasse!... Eu ria porque depois de tanta ginástica para assegurar uma vitória tangencial, tu tens a vitória na mão, mas que sabe mais a derrota do que a vitória. A minha gente foi longe demais para sair com uma vitória daquelas. A diferença de votos entre Simango e Mondlane era pouca demais. Já não me lembro quantos votos separavam os dois, mas, de certo modo, a diferença era humilhante para quem tudo fez para assegurar uma vitória***

[309] A. Mutusso, Idem

estrondosa. O pior de tudo isto é que o adversário vencido quase que nada havia feito em termos de estratégia e campanha para ter o resultado que teve. Fez-se os possíveis para que pessoas da etnia de Simango e também os Senas não estivessem em número razoável no Congresso. O homem estava só, com Deus. E entre aqueles que se julgava não iriam votar no Simango, muitos votaram nele para surpresa daqueles que os chamaram para estarem do seu lado. É ali que vi que o mal, nem sempre vence"[310].

"*Alguns foram para o Congresso com a intenção de formalizarem as posições que já ocupavam. Por exemplo, embora se soubesse, conforme os estatutos, que o Presidente é eleito pelo Congresso, poucos imaginavam que ia haver uma disputa séria para ocupar o posto. Pensava-se que Mondlane seria candidato único, e quando chegasse a vez de perguntar se o presidente Mondlane devia ou não continuar, as pessoas levantariam ou não os braços conforme a vontade de cada um. Aquelas coisas de democracia de fantochada não é? Quando Simango manifestou a vontade de se candidatar e pediu que a votação fosse secreta, houve sururus. Mas cerca de metade das pessoas apoiou a ideia de Simango se candidatar e do voto secreto. Também como estavam alguns convidados estrangeiros, era necessário aceitar a proposta de voto secreto para dar a imagem de democracia na Frelimo. É ali onde as coisas começam a ficar feias, porque alguns não esperavam isso. Eu estive sentado ao lado de alguns que começaram a murmurar. Comecei a ouvir palavrões em voz baixa, vindos de pessoas que sempre pensei que fossem homens responsáveis. Não digo os nomes, embora uns tenham já morrido, outros continuam no poder hoje.*

Portanto, é isso, aqueles que pensavam que iam ao Congresso apenas para carimbar os seus postos sem passar por voto secreto, começaram a ver a seriedade da coisa. Foi a partir daí que começou a campanha contra Simango. Aí mesmo, começaram a acusá-lo de ambicioso, porque também queria ser presidente; porque tinha inveja de Mondlane, etc. Viraram para mim e para outros, dizendo na orelha, 'vote no Mondlane porque Simango é ambicioso. Porque é que ele quer ser presidente se temos já um presidente? Não chega para ele ser vice-presidente?' "[311].

[310] Idem

[311] Z. Maurício, Idem

De modo que Mondlane entendeu então – como dizíamos acima – que a partir daquela data, se não tomasse cuidado, por via da luta pacífica que desenvolvia no movimento, Simango poderia um dia destroná-lo do poder. O reeleito presidente sai de Matchedge com uma alegria disfarçada perante os amigos da *ala regionalista do Sul* e *aliados*. Estava profundamente constrangido e ciente de que algo havia falhado na sua estratégia. Era necessário iniciar uma remodelação nas esferas decisivas do movimento de modo a que se criassem condições para que não se continuasse a ferir a sensibilidade do Reverendo e de muitos outros combatentes na organização. Mas, entretanto, surgia um problema: Que remodelação fazer numa situação em que o potencial adversário na presidência mantinha intactas as suas bases de apoio? Desfazendo-se do seu grupo, havia o risco de passar a "nadar em águas turvas" num órgão executivo onde uma possível maioria não estaria a ele ligada por laços étnico- culturais. Embora a presidência se mantivesse ainda sob seu controlo, a situação continuava explosiva na medida em que uma significativa franja de combatentes liderados por Nkavandame e pelo Padre Mateus Gwengere repudiava as resoluções do Congresso e não aceitava a direcção da Frelimo.

A caminho dos dias negros

Os dias que se seguiram ao II Congresso seriam marcados pela indecisão e a incerteza. Esperava-se uma remodelação dos corpos dirigentes do movimento, enquanto que a facção dos contestatários a manutenção de Mondlane na chefia do movimento não arredava pé. De um lado estava Nkavandame e um numeroso grupo de combatentes da etnia *makonde* e, do outro o Padre Gwengere com uma equipa de indivíduos do sul e centro de Moçambique. Todos eles exigiam a convocação de um novo congresso, desta feita no território tanzaniano, onde todos pudessem participar, longe de ameaças de fuzis. A agenda desse congresso extraordinário teria apenas um ponto: A reeleição da figura do presidente, pois muitos dos que participaram no congresso em Matchedje não estavam certos quanto à legitimidade de Mondlane no cargo. Igualmente, pressionavam cabisbaixos nos bastidores para que se refizesse tudo.

Postos ao par da situação pelo padre Gwengere, algumas figuras tanzanianas entre os quais Rashidi Kawawa, então segundo vice-presidente da Tanzânia, Lawi Sijoma, ministro da Saúde e J. H. K. Matola, superintendente da Polícia em Dar es-Salam, apoiam a ideia de um congresso extraordinário no território tanzaniano. Para o efeito, ficou então marcado a reunião para o dia 3 de Janeiro de 1969 em Mzimbazi Hall, com destaque para a presença do presidente Nyerere. Esse encontro não se realizaria dado que o *grupo regionalista do sul* e seus *aliados* se opuseram. Ciente dos resultados de tal encontro, esse grupo recusa por todos os meios acatar a proposta. Não alcançada a concórdia, o Comité Central da TANU intervém, e marca-se para Agosto uma conferência em M'twara onde todas forças em confrontação se fazem presentes. Mas este não seria a conferência que os contestatários exigiam, seria apenas uma reunião de tentativa de diálogo visando uma reconciliação no seio dos combatentes moçambicanos. Os apoiantes de Nkavandame e o seu grupo levavam na agenda várias propostas, dentre os quais a reeleição do presidente. Essas propostas não seriam aprovadas. Atacaram veementemente Eduardo Mondlane a quem responsabilizavam pelos assassinatos de combatentes no interior e, por consequência, ameaçaram dissociar-se da Frelimo caso este permanecesse no seu posto. Exigiram que a presidência do movimento fosse confiada a um homem sensato e não a um maquiavélico. Apoiaram abertamente Uria Simango para sucessor de Mondlane no cargo que ocupava e, de seguida, juraram não manter quaisquer relações com a Frelimo caso esta permanecesse sob a chefia de Mondlane.

Simango assiste serenamente à contenda e, apesar da insistência de Mondlane para que dissesse algo, prudentemente, não fala, pois, a fazê-lo, iria igualmente culpar a *ala regionalista do sul* e seus *aliados* pela divisão então reinante. Afinal, Simango já havia chamado à atenção para os perigos que se avizinhavam em consequência dos desmandos que vinham tendo lugar. "***Nunca o quiseram ouvir. O que queriam dele agora? Se Nkavandame apoiava Simango, não era porque tivesse concertado algo com ele. Dizer que Simango perdia noites a conspirar com Nkavandame para derrubar Mondlane, como o próprio Mondlane e seus amigos faziam para assegurar o poder, é uma grande mentira. O Reverendo não tinha tempo para fofocas. Simango foi um dos críticos de Nkavandame na questão da***

comercialização dos produtos da população. Eu sei disso porque estive ligado a questão da comercialização e distribuição equitativa dos produtos pelo povo. Nkavandame e seu grupo apoiaram-no apenas porque com o tempo, foram vendo que Simango era dos poucos homens com um pingo de vergonha na cara no seio daquele grupo de pessoas que estava da direcção do movimento. Tudo o que se fala de Uria foi forjado por conveniências políticas. Só não vê quem não quer".[312].

Terminado o encontro sem consenso, nos dias que se seguiram a turbulência agudizar-se-ia de forma desastrosa. Alguns homens adstritos a Nkavandame assaltam o escritório do movimento em M'twara e, do rescaldo, mobiliários, arquivos e materiais de expediente ficaram destruídos. De seguida, os revoltosos montam brigadas de estrada com o objectivo de impedir qualquer reabastecimento ao exército no interior. Na sequência disso, as autoridades tanzanianas vêm-se forçadas a encerrar a fronteira com a província de Cabo Delgado por dois meses, reabrindo-a em meados de Dezembro de 1968. Mas, dado que as divergências ainda estavam por sanar, a 22 do mesmo mês, é assassinado Paulo Samuel Kankhomba ao tentar furar a barreira montada pelos revoltosos do lado tanzaniano do rio Rovuma. A situação deteriora-se. As acusações mútuas atingem um estado de ruptura declarada entre os então camaradas de luta. Simango assiste à contenda da forma mais serena possível. Da parte dele pouco havia a fazer dado que não haviam tomado em consideração os insistentes avisos de alerta que fizera a respeito dos desmandos que a chefia militar vinha perpetrando no interior.

A morte de Kankhomba atingiu sobremaneira o grupo *regionalista do sul*. Natural de Niassa, Kankhomba, que então assumia o posto de *chefe-adjunto* do estado maior do exército, "coadjuvando" Sebastião Mabote, fazia parte dos que obedeciam "caninamente" à *ala regionalista do sul*. Os dias que se seguiram à sua morte seriam conturbados e, a situação agravar-se-ia de tal modo que nenhum outro comandante, incluindo Samora Machel, ousou fazer frente aos enfurecidos, pois qualquer tentativa de furar a barreira significava morte certa.

---

[312] Idem

Entretanto, Janeiro aproximava-se e a tensão subia. O padre Mateus Gwengere havia, como já referido, conseguido contornar alguns obstáculos junto a algumas figuras da TANU. Estes, igualmente, atravessavam algumas discórdias quanto a solução do problema com que a Frelimo se deparava. Reergue-se a ideia da conferência de Mzimbazi e o *grupo regionalista do sul* e *aliados* apercebe-se, então, de que o assunto era sério, pois os delegados à cerimónia, maioritariamente da etnia makonde, já chegavam em catadupa à Dar es-Salam, vindos de Zanzibar, M'twara e Cabo Delgado. Impossibilitado de fazer frente à Gwengere, à Nkavandame, aos velhos do Baraza la Wazee e ao grupo dos "Frelimo Youth League"[313] que constituíam as brigadas de estrada, o presidente da Frelimo e os seus aliados socorrem-se da diplomacia. Era imperativo destruir o grupo dos revoltosos antes do dia 3 de Janeiro. A situação era explosiva e exigia muita perícia. Para tal, Mondlane contacta George Magombe, então Secretário do Comité de Libertação da OUA em Dar es-Salam, para servir de ponte para convencer as autoridades tanzanianas no sentido de ajudarem-no a sair-se do imbróglio. Magombe, então amigo pessoal de Mondlane e acérrimo participante dos beberetes em Oyster Bay, trabalha nos bastidores e, na sequência disso, no dia 27 de Dezembro de 1968, a casa do padre Gwengere é invadida e encerrada. Na circunstância, são presos os estudantes Daniel Chatama, Nunes, Donile e José de Sousa. Horas depois, o padre, ao tomar conhecimento da invasão e da detenção daqueles jovens, dirige-se na noite do mesmo dia, na companhia de Basílio Francisco Banda, à esquadra onde os quatro estavam encarcerados. O padre queria saber do que se estava passando e, ao mesmo tempo, exigir a imediata soltura dos jovens presos, reavendo igualmente as chaves da casa. Mandaram-lhe regressar no dia seguinte (28 de Dezembro). Na data, o clérigo, já na companhia de Gaspar Vingambunde, que foi secretário provincial em Cabo Delgado, dirigiu-se de novo à esquadra.

Segundo escreveria, mais tarde, o próprio padre, "***As 11:00 horas do dia 28, em vez de me darem a chave da minha casa, detiveram-me naquele local até ao dia 7 de Janeiro de 1969***".[314]

---

[313] De notar que a designação *Frelimo Youth Legue* não existia nos Estatutos da Frelimo. Foi um movimento espontâneo que nasceu em consequencia da turbulencia que se vivia.

[314] Padre Mateus Pinho Gwengere. *In* carta de Tabora, 16 de Novembro de 1972.

Desfazia-se assim o projectado congresso extraordinário de Mzimbazi. O padre Mateus Gwengere seria interdito de qualquer actividade política no território tanzaniano e, de seguida, entregue pelas autoridades daquele país à responsabilidade do cardeal Rugambwa que o afectaria a uma paróquia em Tabora[315]. A maioria dos delegados à projectada conferência seria, então, detida e impossibilitada de prosseguir com o seu plano.

Mas a despeito desta vitória de Mondlane contra Gwengere e seus seguidores, a situação ainda era preocupante. Estava ainda por neutralizar Lázaro Nkavandame e o seu grupo. Estes, desde 22 de Dezembro de 1968, transportavam na consciência uma morte – a de Kankhomba. Todos sabiam que Kankhomba fora vítima das acções dos "Frelimo Youth League" cujos membros eram apoiantes de Nkavandame. Daí que estava-se perante um facto provado, e a polícia tanzaniana ia ao encalço dos assassinos. A *ala regionalista do sul* e seus *aliados* sabia que Nkavandame e seu grupo haviam metido os pés pelas mãos ao assassinar uma pessoa dentro do território tanzaniano. Isso dava azo a que a polícia daquele país investigasse e prendesse os assassinos. As autoridades tanzanianas não apoiariam Nkavandame nessa acção. O mesmo se poderia dizer em relação a Simango, para quem a ideia de assassinar um camarada para fins políticos repugnava-o.

Com efeito, o assassinato de Kankhomba foi prontamente relatado às autoridades tanzanianas que, imediatamente, repudiaram o acto e começaram a perseguir os assassinos. Demorou algumas semanas para que a polícia lograsse algum sucesso, mas até princípios de Março de 1969, dezasseis dos apoiantes de Nkavandame estavam nos calabouços tanzanianos pendendo sobre eles a acusação da prática de um crime de sangue contra a pessoa de Paulo Samuel Kankhomba. Muitos dos detidos já haviam prestado declarações sobre os verdadeiros autores do crime, apontando Nkavandame e alguns *chairmen* como sendo os principais mandantes[316]. Dado que a situação se podia ainda complicar nos dias que se seguiriam, a 3 de Janeiro de 1969 (data do abortado Congresso de Mzimbazi) o Comité Executivo da Frelimo reúne-se

[315] Francisco Nota Moisés, correspondência para o autor, 22 de Julho de 2002.

[316] Colonialismo e Lutas de Libertação, p. 226.

para discutir vários assuntos com destaque para o assassinato de Kankhomba. Decide-se, então, que as cabeças mais incómodas, sobretudo os suspeitos no assassinato de Kankhomba, seriam afastadas. Em consequência disso, sete dias mais tarde, sob sugestão das autoridades tanzanianas e de George Magombe, e em nome do Comité Executivo do movimento, o presidente da Frelimo, endereça a Nkavandame uma carta datada de 10 de Janeiro de 1969, dispensando os seus serviços na organização, o que, por outras palavras, equivalia a dizer que *Mzee* Lázaro Nkavandame[317] havia sido expulso das fileiras da Frelimo. A lista dos expulsos a ser apresentada na sessão seguinte do Comité Central seria, como veremos mais adiante, extensa. Mas, terminava assim mais um capítulo da novela Frelimo com a vitória de Mondlane e da *ala sulista*.

Feitas as contas, o susto fora enorme para o então presidente da Frelimo. Contudo, estava ganha a batalha. Apenas restava uma missão fundamental para Mondlane: Reconciliar-se, através de actos concretos, com o seu "*amigo*" Uria Simango. Agora, mais do que nunca, Mondlane sentia-se encorajado a avançar para uma remodelação das pedras do xadrez político e militar da organização. Valia a pena correr riscos para alcançar os resultados pretendidos, pois o grupo dos indivíduos que queria ver o Rev. Simango na presidência do movimento acabava de ser desbaratado. Na eventualidade de se desfazer do seu grupo de apoiantes, Mondlane estaria em pé de igualdade em relação a Simango dado que este havia perdido uma considerável franja de aderentes.

Sentindo-se traído pelos tanzanianos e por Uria Simango de quem julgava ter um total apoio no seu combate contra os procedimentos de Mondlane e seus aliados, Nkavandame, render-se-ia (a 16 de Março de 1969) aos portugueses. De seguida, desenvolveria uma forte campanha contra a Frelimo.

É importante compreender as circunstâncias da fuga de Nkavandame: Longe de ser verdadeira a ideia posteriormente propalada pela *ala regionalista do sul* e por alguns círculos diplomáticos em Dar es Salam, segundo a qual Nkavandame entregara-se aos portugueses por receio de ser detido em conexão com a morte de Eduardo Mondlane, a realidade indica que Nkavandame terá fugido em consequência de um outro crime de sangue: a sua implicação na morte de Paulo Samuel Kankhomba. Salvo dados devidamente sustentados, esta acepção faz, de certa forma, muito sentido:

[317] Nkavandame era tratado pelo título de *Mzee*, que em swahili significa *velho*. Quando dirigido a uma pessoa idosa, o termo transporta consigo um profundo respeito.

De acordo com Z. Maurício, "*Lázaro Nkavandame era um patriota como a maioria dos outros combatentes. Não possuía um nível académico capaz de lhe permitir embrenhar-se em novas aventuras no estrangeiro. Para além disso, tinha o problema de idade. Era um homem que já tinha entrado na terceira idade. Esta é a primeira questão que não deve ser descurada. A outra coisa é a seguinte: Ele acabava de ser expulso da Frelimo num processo daqueles que os advogados chamam de litigioso. Nada o obrigava a manter-se na Tanzânia a correr o risco de ser raptado e trazido para o interior de Moçambique, para aí ser morto. Mas, apesar disso tudo ele manteve-se ainda alguns meses no território tanzaniano porque tinha ainda esperança de reconquistar a sua influência. Ele dirigia um grupo clandestino chamado Frelimo Youth Legue. Aquele grupo estava a transformar-se num exército de verdade. Dizia-se que tinha até campos de treino e era apoiado por alguns oficiais do exército e da polícia tanzanianas de origem makonde. Só que o medo de ser preso apossou-se dele quando a policia começou a prender alguns dos Frelimo Youth Legue que se dizia estarem implicados na morte de Kankhomba. Como a sua fuga deu-se pouco tempo depois da morte de Mondlane, alguns começaram a propalar que ele havia fugido porque a polícia queria interrogá-lo a respeito da morte de Mondlane. Mas, na verdade, não foi por isso que ele fugiu. Ele fugiu porque ia mesmo ser preso, por causa da morte de Kankhomba, ocorrida em território tanzaniano. E a polícia tanzaniana tinha todo o direito de investigar o caso. Todos sabiam que alguns daquele grupo que haviam morto Kankhomba agiam sob ordens de Nkavandame e muitos deles encontravam-se presos. Penso que alguns, já aflitos, acabaram confessando quem lhes deu ordens para matar quem tentasse atravessar a fronteira e ir contactar as forças da Frelimo no interior. Então, quando alguns oficiais da polícia em M'twara, de origem makonde, souberam que o Mzee Nkavandame ia ser preso e julgado em conexão com o assassinato de Kankhomba, alertaram-no e até ajudaram-no a dirigir-se para Moçambique, entregando-se aos portugueses. O resto do que se diz sobre isto não passa de histórias mal contadas. Claro que nas mãos dos portugueses ele não ia de forma nenhuma falar bem da Frelimo, tanto mais que ele já achava a Frelimo uma boa porcaria, e não estava intelec-*

tualmente bem preparado para fazer face, com dignidade, a uma avalanche de interrogatórios da PIDE em Moçambique. Qualquer um na situação dele tomaria a mesma atitude. Se até alguns jovens, com idade de ainda fazerem aventuras tiveram que se entregar aos portugueses, quanto mais um velho semi-analfabeto como o era Nkavandame!...[318].

O virar da página: Da paz aparente à morte que semeou o vendaval.

Viver-se-ia, então, uma aparente paz durante as semanas que se seguiram a expulsão de Nkavandame pelo Comité Executivo. Até que a morte do presidente veio semear o vendaval final. Mas antes, nos fins de Janeiro de 1969, consolidada que estava a vitória da *batalha* iniciada em M'twara contra Nkavandame, Gwengere e os numerosos grupos de combatentes que os apoiavam, Mondlane estava apostado a lavar sua imagem perante seu parceiro e camarada na presidência.

–"***Mondlane já estava disposto a mudar tudo. Já falava de moçambicanos do Rovuma ao Maputo olhando de facto para o mapa de Moçambique. Trabalhou discretamente para não espantar os seus camaradas*** (da *ala regionalista do sul* e *aliados*) ***que já estranhavam os constantes contactos do presidente com Uria Simango***"[319].

Procurando pôr cobro às atrocidades programadas no Departamento de Defesa, razão principal que enfurecia Simango e muitos, o presidente ensaia, então, uma forma de desfazer-se da *ala regionalista do sul* e afastar Machel da chefia do Departamento da Defesa substituindo-o por Raul Casal Ribeiro, então Comissário Político Nacional e número dois na hierarquia do Departamento de Defesa[320]. A medida estendia-se até ao desmantelamento da sede provisória da Frelimo em

[318] Idem

[319] Idem

[320] Z. Maurício, Idem. **Nota**: Maurício afirma que relacionava-se muito bem com Uria Simango. A uma determinada altura, apesar das suas capacidades, sentiu-se injustiçado por julgarem-no mentiroso por constantemente afirmar que conheceu Simango apenas em Dar es-Salam e que não tinha nenhuns laços de familiaridade com o Reverendo. De facto, apesar de ambos provirem da mesma província (Sofala) e pertencerem à mesma ét-

Dar es-Salam, passando esta a funcionar no campo político-militar de Nachingwea com a presença física e permanente naquele local da dupla da presidência[321], ficando Dar es-Salam apenas com uma pequena representação protocolar para assuntos pontuais. Para o efeito, e de acordo com Z. Maurício, terá sido nos fins da primeira quinzena de Janeiro de 1969 que Mondlane procurou, para desagrado da maioria dos membros da *ala regionalista* e *aliados*, aproximar-se do Reverendo Simango para com ele discutir as medidas que pretendia tomar". De recordar que já antes, em 1964, Mondlane andava insatisfeito com Marcelino dos Santos. Numa carta a Janet Mondlane datada de Agosto daquele ano, o presidente da Frelimo manifestava o interesse em afastar Marcelino dos Santos do cargo de secretário da organização no interior[322], deixando-o apenas com o de secretário das relações exteriores. Todavia, aos olhos de Mondlane, removido que foi do cargo, Marcelino não se emendava. Em 1967, o presidente havia-se apercebido de que Marcelino dos Santos era profundamente pró-comunista e homem moldado para jogar nos bastidores. A sua manutenção na chefia do Departamento das Relações Exteriores, trazia-lhe alguns dissabores dadas as constantes viagens e contactos que o cargo lhe proporcionava. Desse modo, afastou-o também desse, passando o vice-presidente Uria Simango a ficar à testa do referido departamento coadjuvado por Miguel Murupa. A decisão de se afastar Marcelino dos Santos, como

---

nia, nenhuns laços de familiaridade os ligava. Segundo ainda Maurício, tanto a informação sobre os planos de remodelação que Mondlane estava a pensar, como os pormenores do encontro com o presidente Nyerere semanas antes do II Congresso, chegaram-lhe aos ouvidos pelo próprio Reverendo Simango. **"Tudo o que te digo a respeito disso, meu amigo, saiu da boca de Simango para mim. Não fui contado por uma terceira pessoa. Ouvi dele próprio"** – afirma Maurício. De acordo ainda com Z. Maurício, citando Uria Simango, de princípio, Mondlane pensou em substituir Machel por Joaquim Chissano, mas acabou optando por Raul Casal Ribeiro.

[321] Uma das coisas de que Che Guevara discordou de Mondlane, aquando da sua visita à Dar es-Salam, foi exactamente a questão do tipo de comando dos dirigentes máximos da Frelimo. Estes (presidente e vice-presidente) dirigiam a luta no interior a partir do exterior. Deslocavam-se esporadicamente a algumas zonas do interior e ao centro de comando em Nachingwea, mas nunca se envolviam directamente nos combates com o exército português. Para Che, isso era o cúmulo da contra-producência e a negação da essência de uma insurreição armada contra um opressor.

[322] Cargo que Marcelino dos Santos então acumulava com o de Secretário das Relações Exteriores do movimento. Marcelino seria substituído desse cargo por Jaime Sigauke.

diria na altura Simango, visava reduzir o espaço de manobras comunistas na organização[323]. "***Mas Simango era ele mesmo pró-comunista. Embora aceitasse o pluralismo de ideias, o homem agia às vezes como Mao Tsé Tung. Lia muito Mao Tsé Tung, e quando fosse para o interior, sobretudo no Niassa onde faz muito frio, usava indumentária à Mao Tsé Tung. Punha um sobretudo por cima do fardamento e um boné característico. Penso que Mondlane enganou-se ao julgar apenas Marcelino como comunista. Para mim, a diferença entre Marcelino e Simango, quanto a ideologia, era apenas que um era um comunista radical, do género de Staline, e outro, moderado***"[324].

Mas, para além do problema ideológico, um outro problema se levantava, preocupando sobremaneira alguns dirigentes da Frelimo. Nos últimos anos da sua vida, Mondlane via em Marcelino um homem que promovia nos bastidores diplomáticos um outro tipo de mal estar. Segundo ainda um dos testemunhas, Marcelino e alguns do grupo dos *aliados* não se cansavam de propalar no estrangeiro que ele (Marcelino) e o grupo dos moçambicanos de origem asiática e europeia eram os que asseguravam a Frelimo, pois, os outros, eram maioritariamente semi-analfabetos e incompetentes. Perante os círculos diplomáticos, Marcelino era igualmente acusado de estar a minar a imagem do presidente e do vice-presidente por ambos não terem pertencido a *escola* da Internacional Comunista[325].

De modo que, até a morte de Eduardo Mondlane, a situação de Marcelino dos Santos no interior da Frelimo estava um pouco indefinida. Acantonado num cosmético Departamento Político que entretanto se criara e "aparentemente" Marcelino passara a chefiar, o homem, aborrecido com a indefinição da sua situação e com as excessivas obrigações e patéticas subordinações que o novo cargo o sujeitava[326], aborre-

[323] Z. Maurício, Idem.

[324] Idem.

[325] Judas Honwana, Maputo, 15 de Setembro de 1998, entrevista com o autor.

[326] Segundo a Resolução da II Sessão do Comité Central de Setembro de 1968 sobre o Departamento Político (portanto, com Mondlane ainda em vida), o Secretário desse Departamento devia **"trabalhar sob a direcção da Presidência e em constante consulta com os demais departamentos. Mais, em particular, – lê-se – o Departamento Político deve:**

a) Trabalhar em ligação com o Departamento de Defesa, no sector do Comissariado Político.

cia-se ainda mais sempre que se lembrava da situação de alguns dos seus amigos que, sob pressão de vários membros da Frelimo, no auge dos conflitos de Maio de 1968, se viram forçados a abandonar o território tanzaniano[327].

Portanto, como se dizia acima, a partir de 3 de Janeiro de 1969 – data em que Mondlane endereça uma carta/expulsão à Nkavandame – o par da presidência passou a colaborar de forma estranha aos olhos de alguns membros da *ala regionalista do sul* e *aliados*.

Nos últimos dias de Janeiro, Mondlane e Simango ausentaram-se de Dar es-Salam para algumas capitais africanas, deixando para o regresso a remodelação que se pretendia fazer nas esferas decisivas do movimento. Todavia, Mondlane não iria a tempo de pôr em prática o seu plano de *purga*. Morreria vítima de uma bomba armadilhada num livro nos princípios de Fevereiro de 1969.

Este facto, ditaria uma *dança* macabra no interior da Frelimo que importa acompanhar.

---

b) Trabalhar em ligação com o Departamento de Organização, no sector do trabalho de politização;

c) Trabalhar em ligação com o DEC, no sector das escolas de formação política e no de elaboração de programas políticos para as outras escolas da FRELIMO.

Competia ainda ao Departamento Político:

a) Fazer estudos sobre a realidade nacional;

b) Elaborar projectos de definição ou alteração da linha de orientação política para os diferentes sectores de actividade da Frelimo, sempre que o desenvolvimento da luta o exigisse;

c) Elaboração de projectos de alteração das estruturas da FRELIMO, sempre que o desenvolvimento da luta o exigisse e;

d) Elaborar textos explicativos das decisões do Congresso, do CC e do Comité Político Militar". (O sublinhado é do autor).

[327] VB, Beira, 20 de Dezembro de 2000, entrevista com o autor. **Nota**: Na sequência da turbulência no Instituto Moçambicano, foram expulsos do território tanzaniano alguns nacionalistas moçambicanos de raça branca, de entre os quais Jacinto Veloso, Hélder Martins, Fernando Ganhão e a esposa de Hélder Martins. Seguir-se-ia a detenção (pelas autoridades tanzanianas) de Sérgio Vieira que seria encaminhado para Nachingweia. Vieira viria a ser conduzido para o exílio no Egipto, onde permaneceu na representação da Frelimo no Cairo. Embora mais tarde se propalasse que a medida de expulsão da

A Luta pela sobrevivência: "Kremlin" impõe os ditames da sua escola

A morte de Mondlane ocorre um dia depois do seu regresso de uma viagem e três dias depois do regresso de Uria Simango à Dar es-Salam. Ao regressar na sexta-feira dia 31 de Janeiro, Uria Simango procura inteirar-se do desenvolvimento das coisas no terreno. A 1 de Fevereiro, dirige-se ao escritório/sede do movimento onde, entre várias coisas, manuseia a correspondência chegada na sua ausência e na ausência do seu parceiro Eduardo Mondlane. De entre a correspondência estava um livro, de uma série de cinco volumes da obra de Georgy Plekhanov, que mataria Mondlane.

Segundo informações da polícia tanzaniana, Simango não caiu vítima dessa bomba apenas por sorte, pois, por curiosidade, desfez a sua cobertura para ver do que se tratava. Ao reparar que se tratava de um livro escrito em Francês, (língua que não dominava) tornou a cobri-lo e empilhou-o junto a outra correspondência dirigida à Eduardo Mondlane[328]. Na manhã da segunda-feira dia 3 de Fevereiro, Mondlane recebeu a sua correspondência das mãos de uma funcionária da Frelimo e dirigiu-se a *Oyster Bay* onde morreria cerca das 9:00 horas na casa da americana Betty King[329].

Feitos todos os trâmites para as exéquias fúnebres do presidente, no dia 6 de Fevereiro, Simango encabeça com dignidade toda a cerimónia. No seu semblante, bem como no dos seus companheiros, estava patente a dor pela perda dum camarada que, embora nos últi-

queles moçambicanos fora produto de atitudes racistas por parte de alguns membros da Frelimo e particularmente do padre Mateus Gwengere e alguns estudantes no Instituto Moçambicano, o facto é que foram expulsos apenas esses. Outros indivíduos de raça branca e de outras origens permaneceram na Tanzânia a colaborar com a Frelimo.

328 Benedito Tomás Muianga, *Sobre a morte de Eduardo Mondlane*. In Jornal SAVANA, Maputo, 16.02.96, p. 7.

329 **"A casa de Betty King em Oyster Bay era uma casa / restaurante com cerca de 12 empregados. Era o local onde o presidente Mondlane passava os seus momentos de laser em convívios com amigos. Curiosamente, o local que normalmente estava movimentado por causa do restaurante, na hora da morte de Mondlane estava deserto. Nem Betty King, nem a maioria dos empregados estavam presentes. Apenas estava lá o cozinheiro que serviu um chá a Mondlane e de seguida se retirou. Sei disso porque uma vez e outra eu ia lá levar recados. Depois da explosão da bomba, de todos na Frelimo, fui a única pessoa que a polícia tanzaniana levou ao local do crime para identificar o corpo e ajudar na sua remoção"**. (Raimundo Simango, Maputo, 7 de Junho de 2000, entrevista com o autor).

mos anos da sua vida colidisse com ele em termos de procedimentos, nunca pensou na sua morte como a solução dos problemas que o movimento enfrentava. Na altura, como escreveria um jornalista Francês, ninguém acusou ninguém. Os resultados das investigações, tanto da polícia tanzaniana como da Interpol e da Scotland Yard, ilibariam Simango de qualquer envolvimento no crime. Contra todas as expectativas, as autoridades tanzanianas, imediatamente, detiveram para averiguações Marcelino dos Santos e sua esposa Pamela dos Santos. Seguir-se-iam, horas depois, as detenções de Joaquim Chissano, Raimundo Simango e Betty King. Mas, mais tarde, a Frelimo de Machel e a de dos Santos, na procura de espaço de sobrevivência, encetaria uma campanha denegrindo a imagem do Reverendo Simango, indo ao ponto de mencioná-lo como o suspeito principal na morte de Mondlane. A acusação, feita em moldes caluniosos e de forma discreta junto a algumas personalidades políticas tanzanianas e combatentes em Nachingweia e no interior de Moçambique, viria a estender-se a Silvério Nungu (pessoa a quem nem sequer a polícia tanzaniana chegou a deter no acto da investigação) e a Leo Milas, então a viver na Etiópia.

Quanto à tentativa de ligar Simango no conluio contra Mondlane, o que é curioso, como diria mais tarde Lutero Simango, filho do Rev. Uria Simango, ***"não faz sentido consumar o assassinato de um líder para depois não assumir o Poder"***[330]. De facto, não deixa de ser caricato que um indivíduo com a coragem para destronar violentamente o que imediatamente está acima dele, e ciente de que por essa via toma o poder almejado (tanto é que, para o caso de Simango, todos sabiam que era ele o substituto imediato de Mondlane) não encontre coragem de matar aqueles que tentarão impedí-lo de assumir esse Poder. Para além de que tudo indicava que Simango não estava envolvido na morte do seu colega, os dados posteriores indicariam, duas semanas depois, que os assassinos de Mondlane tinham a intenção de decepar toda a direcção da Frelimo. Com efeito, a 11 de Fevereiro, Simango recebeu também, através dos correios de Nachingweia, uma encomenda-bomba que novamente não o liquidaria pelo facto de, a partir do fatídico dia 3 de Fevereiro, todos terem passado a desconfiar e estranhar encomendas volumosas vindas de pessoas que mal conheciam.

[330] Lutero Simango. In Jornal *DOMINGO* n° 601, Maputo, 12 de Dezembro de 1993, p. 3.

Informadas sobre a estranha encomenda, a 17 de Fevereiro, as autoridades policiais tanzanianas desactivariam secretamente o engenho. Contudo, na sequência da pressão dos jornalistas e em face das informações contraditórias que circulavam, aquelas autoridades ver-se-iam na obrigação de informar o público sobre o engenho explosivo dirigido a Simango. A notícia, seria então dada em estampa pelo jornal *The Standard* do dia 25 de Março de 1969. Perante isto, a *ala regionalista do sul* e seus *aliados* tratariam então de deturpar nos bastidores os factos, alegando que a informação não correspondia a verdade, e que fora obra de Uria Simango visando desviar as atenções sobre a sua implicação na morte de Eduardo Mondlane. Perante a maioria dos combatentes, dos quais poucos tinham acesso a rádios e jornais no interior do país, a *ala regionalista do sul* e seus *aliados* se esforçariam por talhar e sustentar um boato segundo a qual foram os "reaccionários" que mataram Mondlane, o dirigente da "*linha correcta*" da Frelimo[331], e que a segunda bomba que se dizia ter sido destinada a Uria Simango era, na verdade, para Marcelino dos Santos, e não para Simango. E o boato, consubstanciado num discurso populista apenas comparado aos mais modernos detergentes inventados pelo homem, lavava os cérebros das populações e dos homens de arma em punho no interior. Quem o diz, é uma das vítimas desse boato:

" ***'Camaradas, não satisfeitos com a morte do nosso presidente, aqueles mesmos reaccionários voltaram a visar os verdadeiros revolucionários. Antes de enxugarmos as lágrimas pela morte do nosso presidente, queriam matar mais. Mandaram mais uma bomba, desta vez para o camarada Marcelino dos Santos. Temos que ser vigilantes companheiros'!.***

Pronto, todos começamos a acreditar naquilo. Lá no mato como é que íamos saber o que estava a acontecer na cidade!.... Eles é que faziam as notícias, e eles é que traziam essas notícias para nós no interior. Então, nas nossas cabeças ficou assim: Os inimigos da revolução, Nkavandame, Simango e Gwengere mataram o presidente e mandaram também uma bomba para matar o camarada Marcelino dos Santos!..."[332].

[331] Mais tarde, sem que nenhuma prova o sustente, diversos historiadores viriam também a associar a morte de Mondlane aos diversos conflitos que grassaram na Frelimo, implicitamente, apontando-se os dedos aos chamados *reaccionários,* Simango, Gwengere, Nkavandame, etc.

[332] Wehia Ripua, Maputo, 15 de Abril de 1998, entrevista com o autor.

Enquanto se "intoxicava" o interior com falsas informações, os bastidores da diplomacia em Dar es-Salam eram por sua vez bombardeados com informações desencontradas vindas, desta feita, não só da "*linha correcta*" da Frelimo, mas também de alguns oficiais da polícia tanzaniana a ela ligados por laços de amizade. Muitos anos mais tarde, o mistério dos livros-bomba e da morte de Eduardo Mondlane continuou por desvendar. As conclusões a que alguns investigadores da história recente de Mocambique chegaram, basear-se-iam, na sua maior parte, em especulações diversas e em fontes ligadas a chamada "*linha revolucionaria*" da Frelimo. Para ilustrar esta acepção, importa retornar ao artigo de Frederic Laurent e Nina Sutton cujos excertos foram transcritos no capitulo "***Da aliança por conveniencia ao 'nacionalismo elitista'***" deste livro . Publicado em 1978 e com o título de *The assassination of Eduardo Mondlane*[333], o artigo em referência, para além de sem dúvidas comportar algumas verdades, baseia-se em documentos imprecisos ou suposicões que os seus co-autores deliberadamente atribuem ao "intoxicador" Robert Leroy. Tudo indica que a sanha de "intoxicacão" de Leroy viria a ser intencionalmente prosseguida, e de forma maquiavélica, pelos autores desse artigo, pois a despeiro de Leroy ser o principal citado por Laurent e Sutton, não deixa de ser curiosa a forma como ambos chegam a conclusão de que Leroy disse o que não disse. Segundo escrevem a terminar aqueles senhores, descobriram que "**no relatório de Leroy, provavelmente datado de finais de 1969, está escrito: 'Mondlane ass. (unar) Simango'**"[334]. Concluiram então os dois articulistas que Leroy estava a atribuir o assassinato de Mondlane a Uria Simango e à UNAR de Amós Sumane. Mais adiante, afirmam ainda Laurent e Sutton: "**Alguns meses após o assassinato, Simango foi expulso da Frelimo e admitiu ter tido conhecimento da conspiração contra a vida de Mondlane**"[335]. Igualmente, Lázaro Nkavandame é referido por Laurent e Sutton como tendo admitido ter participado na conspiração. Toda-

[333] Op. Cit.

[334] Idem.

[335] Nota do autor: Tendo em conta que o artigo de Laurent e Sutton foi inicialmente publicado no *L'Orchestre Noir* pela Editions Stock, Paris, 1978, é natural que a admissão de Simango e Nkavandame a que se referem os autores do artigo seja aquela que foi "arrancada" no "julgamento" de Nachingweia em 1975, como mais adiante se verá.

via, os autores do artigo não sustentam a sua afirmação nem com documentos, nem com testemunhas das circunstâncias da admissão de ambas as pessoas que **explicitamente** procuram acusar[336], pois a existir algum dado **bem explícito** no relatório de Lorey que implicasse Simango na morte de Mondlane, não deixa de ser estranho que os autores do *The Assassination of Eduardo Mondlane* recorressem a uma ambígua anotação como "**Mondlane ass. (unar) Simango**", e não a esse preciosíssimo dado.

Embora se atribua a autoria moral do assassinato de Mondlane a Simango e, igualmente, a Nkavandame e Silvério Nungu, o certo é que nem os detractores desses homens, nem a polícia tanzaniana souberam explicar de forma cabal esta história de livros-bomba. Apenas se sabe que o director do CID, Geoffrey Sawaya, com o apoio da Interpol, da Scotland Yard e mais tarde da polícia japonesa, concluiu que as pilhas que tinham sido utilizados na preparação dos engenhos destinados a Mondlane e a Simango faziam parte de uma série de 950.000 pilhas de origem japonesa, fabricadas pela Hitachi Maxell, Lda. Concluiu igualmente que nenhuma dessas pilhas havia sido exportada para a União Soviética ou para a Alemanha Oriental como os que armadilharam os engenhos procuraram fazer crer, usando selos desses países. "Os investigadores japoneses concluíram que duas mil, das 950 mil pilhas referidas, tinham sido importadas por uma casa comercial de Moçambique, com sede em Lourenço Marques, na rua Joaquim Lapa nº 5" [337]. Levantou-se a hipótese de a PIDE ter tido a colaboração de alguém no território tanzaniano e na própria Frelimo. Entretanto, nunca oficialmente a polícia tanzaniana apontou nomes de colaboradores directos no interior da Frelimo. Na falta destes, o mais lógico para o *grupo regionalista do sul* e seus *aliados* era inventar alguns. E, ir-se-ia mesmo ao ponto de relacionar a morte do presidente com os sistemáticos conflitos internos que grassavam na Frelimo, induzindo "historiadores" a escreverem falsidades.

---

336 Separata do nº11 da Revista Africana, p. 259

337 Dados posteriores, tornados públicos 34 anos mais tarde, indicam que tanto a bomba que vitimou Mondlane como as outras duas terão sidos preparados por Casimiro Monteiro, um especialista em explosivos ao serviço da PIDE/DGS. Monteiro estava afecto na Delegação da DGS em Lourenço Marques desde 1965. (In Jornal SAVANA, Maputo, 16 .2. 96. p. 7)

Apesar de em vários relatórios secretos da Embaixada americana emitidas de Dar es-Salam se reportar (após a morte de Mondlane) a apreensão das autoridades tanzanianas, que já temiam que os armadilhantes dos engenhos não tardassem igualmente a visar as pessoas de Marcelino dos Santos, Joaquim Chissano e Samora Machel (o que era claro e muito lógico), por as obras de Plekhanov comportarem cinco volumes, a verdade, porém, é que na época nunca oficialmente se reportou que a estes três últimos dirigentes houvessem sido enviadas bombas semelhantes à que matou Mondlane. Tudo o que se escreveu ou se disse teria como base especulações fundadas em outras especulações, sobretudo de alguns oficiais da polícia tanzaniana que, confrontados pelos jornalistas com as díspares informações que circulavam a partir dos seus gabinetes, se viram na obrigação de vir à público confirmar oficialmente que, imediatamente após a morte de Mondlane, se registou no território tanzaniano a presença de apenas mais uma encomenda-bomba (segunda, contando com a que matou Mondlane), destinada a Uria Simango e não a Marcelino dos Santos como se propalava.

Todavia, a despeito dos dirigentes da *linha correcta* prosseguirem com a sua sanha de desinformação, não tardaria que o destino se encarregasse de esclarecer as coisas. Como se verá mais adiante, o nome de Marcelino dos Santos atrelar-se-ia a um outro engenho explosivo. O puzzle dos livros-bomba permanece difícil de encaixar, mesmo na própria história oficial do *Moçambique independente*. E, apesar de oficialmente se falar em três bombas, com a excepção da que explodiu no colo de Mondlane, nunca se esclarecera convenientemente sobre o destino que tiveram as outras duas, senão que a bomba destinada a Marcelino dos Santos "foi desactivada pela polícia tanzaniana", o que torna esta história confusa, uma vez que até princípios de Julho de 1970 não houve uma terceira bomba, mas sim, mais uma, e destinada a Uria Simango. A ser verdade o que se propala em Moçambique a respeito das encomendas-bomba em Dar es-Salam, remete-se a infeliz ideia de que a PIDE era constituída por um bando de palermas mal informados, pois essa polícia terá endereçado uma bomba a Simango numa altura em que este – como ver-se-á mais adiante – não mais fazia parte da Frelimo, e nem sequer no território tanzaniano se encontrava. Ou por outra, remete a infeliz ideia de que as outras duas bombas se destinavam exclusivamente a Marcelino dos Santos, e nenhuma a

Simango, o que é o mesmo que dizer que até Março de 1969 chegaram à Tanzânia três encomendas-bomba destinadas a Mondlane e Marcelino dos Santos, o que transforma assim as então autoridades policiais tanzanianas em outro bando de palermas, ao virem a público anunciar (em Março) que havia chegado apenas mais uma bomba, e destinada a Simango.

Entretanto, para não se perder o fio à meada, importa voltar aos sinuosos caminhos do Reverendo Simango depois da morte de Mondlane, pois mais adiante voltar-se-á a esta história das encomendas-bomba, numa tentativa de esclarecer o destino da terceira bomba que provavelmente se destinava à Marcelino dos Santos.

Terminada a cerimónia fúnebre de Mondlane, o vice-presidente, Uria Simango, convoca uma Sessão Extraordinária do Comité Executivo para 11 de Fevereiro. Por via dessa Sessão, Simango assume interinamente as funções presidenciais. Uria Timóteo Simango assumiria a direcção máxima da organização, como era natural, na perspectiva de conduzi-la até ao III Congresso ou a um congresso extraordinário a quem caberia eleger o novo presidente, de acordo com os Estatutos da Frelimo. Contudo, dado que ele era o segundo homem eleito por um Congresso, o mais lógico seria a confirmação da sua liderança pelo Comité Central, cabendo a este órgão indicar um vice-presidente que co-assumiria a presidência com Simango, até que um Congresso elegesse outros ou confirmasse os mesmos.

Longe de imaginar o que lhe esperava, Simango conduz o movimento até a III Sessão do Comité Central de Abril de 1969. Aqui, chama-se a atenção para a dimensão da luta pelo Poder após a morte de Mondlane:

A astúcia na conquista do poder político: o Poder sombra emerge do nada.

"A URSS havia trabalhado com eficiência e sem perda de tempo, desde que, em 1965, Mikhail Domogatskiy[338] me anunciara a preocupação de recuperarem terreno sobre o avanço da influência chinesa. Na impossibilidade de dominarem as bases da Frelimo e de controlarem os

[338] Domogatskiy e o seu colega Tomas kolesnichenco, ambos jornalistas do Pravda de Moscovo permaneceram na cidade da Beira, em Moçambique, de 10 a 17 de Março de 1965 a convite de Jorge Jardim.

militares que combatiam no interior do país, dirigiram a sua atenção para os elementos intelectuais com possibilidades de virem a exercer decisiva influência. Constituiriam a minoria destinada a controlar as estruturas. Marcelino dos Santos foi o homem-chave que utilizaram. Este se encarregou de aliciar e doutrinar os demais"[339].

Para compreender o grau de turbulência instalada no seio da Frelimo, importa referir que do período que vai do fatídico dia 3 de Fevereiro à III Sessão do Comité Central de Abril, a *ala regionalista do sul* e *aliados* vive a mais dramática fase da sua existência na organização. Pairava nela uma incerteza sobre o seu futuro. Esta situação, não só preocupava o grupo decisório do Sul e *aliados* (alguns dos quais já acoitados em Argélia), como, também, aqueles que por eles eram aliciados e utilizados como marionetas para atingir seus fins, pois, como se refere acima, alguns naturais do Centro e Norte do país, haviam nessa época atingido alguns escalões (subalternos, entenda-se) de chefia por via do esquema de "dividir para reinar" idealizado pela *ala*. Um dos indivíduos que colheu benesses do grupo – pela sua *coragem* e *determinação* – foi um natural de Cabo Delgado, filho de um capitão-mor (chefe da aldeia), que ordenou a execução do próprio pai como prova da sua fidelidade à causa da luta e do grupo. O móbil, perpetrado a pretexto de que o pai colaborava com os portugueses, tendo até tido o privilégio de visitar Portugal por duas vezes em 1940 e 1946, feriu a sensibilidade das populações e de muitos combatentes no seio da Frelimo. Por conseguinte, todos esses (a ala e os seus títeres) entendiam que com Simango na presidência da Frelimo os seus dias nas esferas decisivas da organização estavam contados, dada a prerrogativa conferido ao presidente para nomear e demitir os secretários e vice-secretários dos departamentos, que, por extensão, eram os membros do Comité Executivo. As "feridas" causadas a Simango, como consequência dos actos da então direcção executiva, prenunciavam que o Reverendo iria indicar novos chefes, sobretudo, nos departamentos mais sensíveis, como os da Defesa, Segurança, Relações Exteriores, entre outros, constituindo assim um Comité Executivo com outra cara.

[339] Jorge Jardim, ***Moçambique – Terra Queimada***, p. 381

Deste modo, os *ideólogos* da *ala regionalista do sul* e seus *aliados*, cientes da gravidade da situação em que se encontravam, embrenhar-se-iam então na procura de uma saída airosa do imbróglio. Além do mais, de acordo com os princípios que regiam o movimento, a situação não lhes era favorável. Era preciso impedir que o Comité Central confirmasse a liderança de Simango ou se convocasse um Congresso extraordinário, pois, a acontecer isso, certamente que Simango seria conduzido à presidência. A assumi-la, o reverendo não deixaria de mudar as pedras do xadrez político e militar da Frelimo. A *ala regionalista do sul* e seus *aliados* estava ciente de que as chagas que ela própria provocara no íntimo de Uria Simango eram demasiadamente profundas para o homem manter intacta a anterior direcção executiva.

De notar que Marcelino dos Santos, após a sua soltura pelas autoridades tanzanianas, reemerge do cosmético cargo de "secretário de nada" a que estava reduzido nos últimos anos de vida de Eduardo Mondlane. Como conselheiro de Machel e dos restantes membros do *grupo regionalista do sul* e *aliados,* reconquista espaço no seio destes e põe a sua máquina ideológica em funcionamento numa frenética e pragmática luta pela consolidação de posições e captura do poder.

Mas quem era Marcelino dos Santos de que tanto se fala?

Moçambicano de raça mestiça, dos Santos teve o privilégio de conviver com o radicalismo de esquerda desde a longínqua década de 40. Profundo conhecedor da gestão de conflitos a nível partidário e estatal nos ditames do radicalismo comunista da Europa do Leste das décadas de 40 e 50, Marcelino era um homem que transportava consigo uma razoável experiência da nata intelectualidade africana de expressão portuguesa. Foi de entre vários nacionalistas moçambicanos da sua época um dos poucos (senão o único) que teria bebido das experiências nacionalistas da África lusófona por ser o primeiro a juntar-se a angolanos, cabo-verdianos, são-tomenses e guineenses (numa primeira fase em Portugal dos fins da década quarenta, e posteriormente França, na década cinquenta) na procura de uma solução para a descolonização das colónias portuguesas em África. Militante activo da juventude comunista, em 1953 deslocou-se a Bucareste para tomar

parte no Festival da Juventude comunista e, no ano seguinte, escalou a China comunista onde se encontrou com Chou En Lai, então primeiro ministro daquele país. Em 1955 viajou para Varsóvia para um outro Festival da Juventude e viria a pisar o solo soviético, pela primeira vez, em 1957[340], na era das controversas reformas políticas de Nikita Krutchev, isto é, muito antes da existência da Udenamo. Que se saiba, embora advogando princípios de coexistência pacífica com o ocidente liberal, a URSS dessa época e os seus líderes mantinham ainda acesa a chama do *internacionalismo proletário* como o objectivo principal da sua política internacional na expansão pelo mundo da ditadura comunista. A coberto da Internacional Comunista, a URSS aspirava desempenhar um papel dinamizador nos processos de libertação dos países colonizados do Terceiro Mundo e penetrar ideologicamente em África, um continente que não havia colonizado. O discurso de Lenine, no II Congresso do Komitern em Julho de 1921, segundo o qual *"...o melhor processo para assentar um golpe definitivo no sistema capitalista mundial era combater as potências imperialistas nas suas colónias..."* e que para tal era necessário contar com *"as massas politicamente não conscientes, os proletários e semi-proletários"*[341], permanecia em vigor.

Estudante de Sociologia na Universidade de Sorbone em França e ainda estudante da Universidade Operária naquele país[342], Marcelino dos Santos foi quem iniciou os contactos da Frelimo em 1963 com os países do leste, nomeadamente a China comunista e a União Soviética. Era um homem de máxima confiança dos cubanos na altura em que Mondlane liderava a Frelimo e se opunha aos planos de Cuba/URSS de provocar uma confrontação simultânea com Portugal, Rodésia e África do Sul a partir do Zaire nos anos 64/65. Conhecia profundamente as manhas de lutas políticas e havia vivido intensamente a disputa pela posse do poder no interior do nacionalismo angolano, particularmente no MPLA, envolvendo Agostinho Neto, Mário de Andrade, Viriato da Cruz, Matias Migueís, Manuel Lima e outros nacionalistas daquele país. Marcelino pertencia a nata da intelectualidade

[340] CABRITA, João, *Mozambique -The tourtuous Road to Democracy,* p. 7

[341] RODRIGUEZ, C. R. , *Lenine e a questão colonial,* p. 40

[342] Marcelino dos Santos. In jornal NOTÍCIAS nº 24429 de 24. 5. 1999, p. 4

africana que protagonizou as diversas cisões no nacionalismo africano, desde o MAC, passando por FRAIN, e indo desaguar no CONCP. Este homem, que sempre procurou agir nos bastidores com muita discrição para não ferir susceptibilidades no interior da Frente de Libertação de Moçambique (em consequência da sua cor da pele) surgia agora não só como o ponta de lança na luta pela consolidação do Poder do *grupo sulista* na Frelimo (na perspectiva de vir a moldá-lo na sua linha ideológica), mas, igualmente, como o homem que na companhia de outros do grupo dos *aliados*, trataria de enfeudar a Frelimo e, posteriormente, Moçambique no pós-independência à União Soviética. O rompimento das relações da Frelimo com Pequim, que poria a União Soviética em vantagem na "zona lusófona" da África oriental em relação a China de Mao Tsé Tung, teria como obreiro Marcelino dos Santos e o grupo dos *aliados*, poucos meses após a morte de Eduardo Mondlane.

Imediatamente após a sua soltura, Marcelino dos Santos reentra na baila para jogar uma cartada: ou tudo ou nada. Simango e os demais mal sabiam o que os esperava:

A 11 de Abril de 1969, a *ala regionalista do sul* e *aliados,* ao se dirigir à Nachingweia para participar na III Sessão do Comité Central, leva na manga uma surpresa para o Reverendo Simango (e para muitos). O momento era decisivo, como se alegaria mais tarde.

"***Aquilo estava complicado. Ok, em vez de andarmos aqui as voltas é bom irmos directo ao ponto, eu estou velho e posso morrer a qualquer altura. A história tem que ficar registada.***

Todos estávamos com medo que Simango virasse a mesa. Então, era preciso atacar primeiro; irritar até, para depois apresentar um discurso de reconciliação. Simango foi muito enxovalhado nessa sessão. Havia aquilo que se chamava de crítica e autocrítica naquele tempo, não é?!... Então, era preciso pôr a cabeça a funcionar dada a gravidade da situação. É o seguinte: Marcelino queria ser presidente e Samora Machel era o dirigente de armas. Ele, Marcelino, não podia tocar nas armas então sob o controlo de Machel. Mas Marcelino sabia que era aí onde estava a força do poder, isto é, nessas armas. Quando Mondlane morre, todos os do Sul que conviviam com Mondlane começaram a ficar preocupados porque tudo indicava que Simango ia tomar a presidência. Era lógico. Teve que

se ir por uma embrulhada da pesada. Marcelino na companhia de outros, sobretudo dos brancos, mestiços e goeses que sabiam que não tinham hipóteses de terem um mestiço ou um branco como presidente da Frelimo, fizeram muita manobra para que Simango caísse. Para isso tinham que se apoiar no grupo que controlava as armas. Reforçaram então a sua aliança com Chissano e Samora, que era o homem que dirigia o exército. Se tens cabeça, o resto é fácil de perceber. Simango e o grupo de pessoas que o apoiavam no Comité Central foram bem embrulhados por terem aceite o triunvirato. Só despertaram muito tarde."[343].

Em todas as plenárias da sessão, juntamente com o grupo sob seu controle, Marcelino era das vozes mais sonantes. De agitação em agitação, e num atropelo aos estatutos, sugere-se a constituição de um colégio para presidir os destinos da organização (modelo copiado da URSS após a morte de Staline). Dado que havia ainda sequelas de focos de apoio a Simango dentro do Comité Central, era preciso eliminar esses focos por via de ataques pessoais contra os que ainda nutriam confiança no reverendo. A *ala sulista* e seus *aliados*, notaria então que a maioria dos apoiantes de Simango, que na hora da verdade votara nele durante o Congresso é manipulável. Contudo, o mesmo não acontecia com Silvério Nungu, pois enquanto muitos no Comité Central (por falta de um exercício académico e experiência em lides associativistas) não tinham suficiente poder de argumentação, Nungu era forte e com personalidade própria, capaz de arrastar consigo muitas pessoas para apoiarem Simango. Era preciso eliminá-lo. Os *títeres* ao serviço dos regionalistas fazem-se ouvir na sala. Um homem, conterrâneo de Nungu e que se supunha ser seu amigo, na mira do posto então ocupado por Nungu, levanta-se e diz categoricamente que Nungu era *tribalista*, pois, dias antes, teria dito numa roda de conversa que agora que Mondlane morrera, os seus confidentes oriundos do sul iriam abandonar a Frelimo, pois não suportariam serem dirigidos por Uria Simango. Cria-se um pandemónio a volta da questão. Nungu é bombardeado com críticas e outras acusações de fórum da sua vida privada. É acusado de viver bem e ser proprietário de uma frota de táxis em Dar es-Salam. Ninguém prova nada contra o homem. O desaparecimento de uma pasta com documentos e dinheiro da organização

[343] Nelson de Maia, Idem

no trajecto Dar es-Salam-Nachingweia é transformado durante os trabalhos da sessão do Comité Central num roubo perpetrado por Nungu, com os testemunhas a confirmarem que, por descuido, a pasta teria desaparecido pouco depois de uma paragem num posto para reabastecer o carro, e quando Nungu se dirigiu aos sanitários[344]. Simango assiste à contenda com serenidade e, ao levantar-se, fala durante sete horas consecutivas e outras oito horas intercaladas. De entre várias coisas que diz, retrospectivamente, não poupa a figura do malogrado presidente Eduardo Mondlane, a quem acusa de, inadvertidamente, ter criado um grupo de cariz tribal para lutar contra outros no interior da Frelimo e criar um clima de insubordinação dos restantes membros para com a figura do vice presidente[345]. Igualmente, Simango não poupa o seu amigo Silvério Nungu, sobretudo na crítica que recaia sobre ele por estar a namorar uma rapariga tanzaniana de "conduta duvido-

---

344 Segundo João Muchanga, "**Nungu não roubou o dinheiro**". O que aconteceu foi que "**ao sair da viatura, quando parámos para reabastecer o combustivel, Nungu pôs a pasta em cima do carro, naquela grelha que protege a bagagem onde havia outras coisas. Ao regressar da casa de banho estávamos todos prontos para arrancar. Ele pensou que um de nós teria posto a pasta no interior do carro ou, então, não se lembrou que quando saiu do carro tinha-a na mão. Assim partimos a grande velocidade para Nachingweia. Eu é que ia a conduzir esse carro, lembro-me muito bem o que se passou. Depois de andarmos quase uns 10 minutos, cruzamos com um senhor, assim mulato, que ia a conduzir em sentido contrário ao nosso. Quase 20 minutos depois Nungu lembrou-se da pasta e perguntou onde estava. Como esta não estivesse no interior da viatura, paramos e Nungu dirigiu-se ao local onde a tinha posto por cima do carro. Nada. O mais certo é que a pasta caiu, pouco depois de termos arrancado da bomba de gasolina. Iamos sempre a 80, 90, 100 k/h. Então, regressamos as pressas a Bomba de gasolina. Ao longo da estrada até lá não voltamos a cruzar com nenhum outro carro. Um senhor lá da bomba confirmou que a pasta estava em cima do carro quando arrancamos. Perguntamos se terá parado um carro em sentido contrário ao nosso depois de termos saído da bomba. Falau-nos exactamente daquele senhor com quem haviamos cruzado horas antes. O que podiamos fazer mais?!... Viramos e fomos de volta em direcção a Nachingweia, todos constrangidos a imaginar o que iria nos acontecer. Quando chegamos, antes da reunião do Comité Central começar, Nungu contou tudo o que se passara, e nós confirmamos. Parecia que todos haviam compreendido. Só que depois disseram-me que Nungu foi crucificado por isso no Comite Central. Eu não era membro do Comite Central, era apenas um condutor, não assisti ao barulho lá na reunião. Mas parece que a coisa pegou fogo lá entre eles!...**" (João Muchanga , Maputo, 12 de Julho de 1997, entrevista com o autor).

345 DS, *Diário particular de anotações*, Idem.

sa" e, aos olhos dos demais, susceptível de desviar o "***bom comportamento do camarada Nungu e perigar a revolução moçambicana***". A rapariga, filha de um abastado homem da classe média tanzaniana, encontrava-se grávida havia alguns meses. O ruidoso tratamento que o assunto teve na III sessão do Comité Central de Abril foi tal que valeu para a adopção de uma curiosa resolução[346]. Simango, havia, vezes sem conta, igualmente entrado em rota de colisão com Nungu em consequência da sua paixão pela rapariga, e ambos não se entendiam no respeitante ao assunto. Mas, apesar das críticas que lança a Nungu e a muitos, no fim da sua longa intervenção, Simango apela para que houvesse bom senso entre os camaradas, pois – segundo suas palavras – era "***importante se caminhar de mãos dadas para novos desafios. As expressões de crítica e de autocrítica utilizadas nesta sessão foram resultado do II Congresso. Uma nova era nasceu depois do II Congresso, e isso contribuiu grandemente para que hoje as pessoas se expressassem livremente***"[347].

---

[346] Segundo reza a Resolução sobre o Departamento dos Assuntos Sociais, de entre a globalidade dos assuntos então trazidos ao CC por aquele Departamento, a magna assembleia estudou em particular o problema dos casamentos dos dirigentes da FRELIMO. **"Certas regras foram formuladas quanto as condições que deve preencher a pessoa com quem um (ou uma) dirigente da FRELIMO pretende casar"** – lê-se na Resolução.

" Essas condições são:

a) CONDIÇÕES POLÍTICAS – Ter uma formação política revolucionária;

b) CONDIÇÕES MORAIS – Ter um comportamento moral compatível com as exigências da revolução, quer dizer, ter um comportamento moral são;

c) CONDIÇÕES POLÍTICO-SOCIAIS – Estar integrado/a, ou ser capaz de se adaptar a vida revolucionária.

d) CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Oferecer garantias de que a sua vinda para a FRELIMO não envolve nenhum risco a nossa organização"

Os órgãos competentes para decidirem da idoneidade da pessoa com quem o/a dirigente da FRELIMO pretende casar são, ao nível Nacional, o COMITÉ EXECUTIVO; ao nível Provincial, o COMITÉ PROVINCIAL. Quanto aos membros do CC, compete ele próprio decidir". (Voz da Revolução, Junho de 1969, p. 9).

[347] DS, Idem.

Simango seria o primeiro a dar a prova de bom senso. Aceitou a instituição do colégio presidencial proposto pelo *grupo regionalista do Sul* e *aliados*. Contudo, sem dar conta da dimensão do seu acto, Uria Timóteo Simango ajudava assim a desfiar as linhas com que se coseria o seu fim.

Para os *regionalistas* e *aliados*, estava ganha a batalha. Conseguiram impor a sua proposta concernente ao triunvirato presidencial e, mais uma vez, consolidavam o seu espaço de manobra.

De recordar que após a reunião de M'twara, ainda com Mondlane em vida, a ala havia conseguido, por via da maioria esmagadora que detinha no Comité Executivo, desembaraçar-se de Lázaro Nkavandame que, desprotegido como se referiu, se renderia aos portugueses. Mas a lista dos homens a abater, não se reduzia apenas a esse homem, como igualmente se referiu atrás. Era extensa e incluía nomes de combatentes como Mateus Mpuda Alipona, Zacarias Kaunja, José Madefu, Afonso, Filipe Mazozere, Paulo Matunga, Manemo Mitudu, Gaspar Vadyokoweca, Shariki Saidi, Simon Kundeka, Guilherme Suma, Gaspar Vingambudi, Adianane Rashidi, Daima Nankodya, Suliki, José Dimaka, Sunika Nyoka, Simão Nkosi (Kambongo), Amaro O. Mitema, Ernesto Santica, Samenti Massinganingo, Nguru Matias, Filipe Mbela, Mohamed Nenda, Massonjo, Massengo Twigwane, Pedro Makambi, Jeorge Chápeu, João Amenão, Damião Nanchunyo, Cosme Nancheto, Remígio Malaya, Augusto Ngaleza, Justo Lilandoma, Romão Alahamisse, Kiassi Makuoa, Chai Nyangwa, Rádio Assumane, Sileu Lingwa, Agostinho Mande, Augusto Nituku e Fernando Serrote[348]. Coube à III Sessão do Comité Central apenas ratificar a decisão de expulsão tomada pelo Comité Executivo em Janeiro.

Estava assim ganha uma das grandes batalhas de consolidação de posições. Uma luz no fundo do túnel se vislumbrava na mente da *ala regionalista do sul* e dos *aliados*. O passo seguinte era desfazer-se de Uria Simango que acabava de cair numa arapuca ao aceitar o colégio presidencial. A Sessão do Comité Central desse mês seria então a mais polémica e decisiva na história da Frelimo. A *ala regionalista do sul* e *aliados* alcançou uma estrondosa vitória. Saiu dela com os seus objectivos totalmente alcançados, estendendo cada vez mais a teia de isolamento à Uria Simango, pois para além do colégio presidencial conseguido, a maioria das cabeças *incómodas*, incluindo Silvério Nungu, acabaram sendo expulsos do Comité Central e do Comité Executi-

[348] Voz da Revolução, Junho de 1969, pp. 25, 26, 27, 28.

vo, este último, a que Nungu pertencia por inerência do cargo que ocupava. Restava ainda para a ala a prerrogativa de fazer de Nungu o que bem entendesse.

Entretanto, aliado ao afastamento de Nungu, algo de novo e de extrema importância visando um cabal controlo da máquina partidária surgiu. Escangalhou-se a primitiva estrutura da Frelimo e, inteligentemente, reduziram-se os acólitos de apoio a Simango no Comité Executivo. Machel emergia agora como um senhor absoluto:

"Ao nível nacional, o número de Departamentos reduziu-se. As funções do Departamento Político, de Organização, de Administração assim como da Direcção dos Serviços de Saúde e da Secção da Produção e Cooperativas e Comércio, foram confiados ao Departamento de Defesa, todas estas funções sob a direcção do Comissário Político com excepção dos serviços de saúde que constituem uma secção Nacional do Departamento de Defesa"[349].

Com isto, Samora transformava-se simultaneamente em secretário do Departamento de Defesa; secretário do Departamento Administrativo e secretário do Departamento de Organização. Tendo em conta (como se verá mais adiante) que este homem saía da sessão do Comité Central de Abril como um dos componentes do Conselho da Presidência do movimento, passaria, por extensão, a executar, dirigir e a monitorar as missões antes confiadas aos diversos secretários dos departamentos extintos, inclusivamente a controlar (como já o vinha fazendo) o próprio Comissariado Político.

Entretanto, nem Simango, nem ninguém, entendeu na altura que o simples afastamento de Nungu dos órgãos decisórios da Frelimo não satisfazia a sanha assassina da *ala regionalista do sul*. Silvério era um homem com capacidade de um dia se reerguer. Era, portanto, uma *carta* que devia sair para sempre do baralho. Sem que ninguém se apercebesse disso, havia sido ditada a sentença para o homem. A pretexto de ir ajudar a organizar a administração nas zonas libertadas, Nungu seria transferido para a Base Central de Cabo Delgado no interior de

[349] Documentos Base da Frelimo – *Resoluções da III Sessão do CC Central da Frelimo. Sobre a remodelação das estruturas de Direcção superior,* pp. 133, 134.

Moçambique. Permaneceria aí alguns meses para mais tarde se propalar que havia morrido "vítima de greve de fome". Eis o que relata um dos homens que assistiu o macabro fim de Silvério Nungu:

-"***Eu estava lá e era um dos chefes militares. Silvério Nungu foi levado a Cabo Delgado já com uma sentença. Estou a falar com toda a franqueza. Pendia sobre ele a acusação de ter sido a pessoa que entregou a encomenda-bomba à Mondlane***[350]***. A sua morte foi provocada, em parte, pelo descuido dos nossos guardas. As nossas celas eram buracos feitos no chão, uma espécie de bunkers mas sem betão armado. Quando os guardas atiravam a comida pela portinhola nunca se lembravam de certificar se o homem comia ou não. Quando demos por ela, infelizmente, o homem estava morto.***"[351].

Mas Nungu não estava em condições de comer nada. Precisava era de um hospital para ser tratado.

-"***Não o alimentaram em base regular. Não lhe deram comida e água por três dias antes de matá-lo. A coisa que fizeram foi cortar-lhe as orelhas, assá-las e tentar lhe dar para comer. Quando ele recusou cometer este acto de auto-antropofaguismo, alguém bateu-lhe na cabeça com uma pistola***"[352]

Mariano Matsinhe, que na época era considerado um dos amigos íntimos de Nungu e, ao tempo, seu adjunto no Departamento Administrativo, contraria a versão propalada pela direcção da Frelimo. Segundo Matsinhe, Nungu foi abatido a tiro porque se desconfiou que estava implicado na morte de Mondlane, pois "***na qualidade de chefe administrativo, cabia a ele abrir as encomendas destinadas ao presidente***"[353]. Com um sorriso que transmitia uma profunda preocupa-

[350] Esta informação, como ver-se-á mais adiante, colide com o que Simango relatará na sua carta "*Situação sombria na Frelimo*". O Reverendo, na qualidade de membro do Conselho da Presidência, não teve conhecimento do julgamento de Silvério Nungu. A maioria dos entrevistados pelo autor, lembra-se apenas das críticas e autocríticas de diversos membros durante a III sessão do Comité Central do movimento. De julgamento e condenação, propriamente ditos, ninguém falou.

[351] Nelson de Maia, Idem.

[352] FM, correspondência para o autor, 21 de Julho de 2002.

[353] Mariano Matsinhe, idem.

ção de encontrar palavras convincentes, Matsinhe, de contradição em contradição, "atira-se para o mato" e conta uma história curiosa. Segundo ele, Nungu estava doente. Foi à China onde lhe diagnosticaram um cancro algures no ventre. "***Para atenuar as dores trouxe consigo, por recomendação médica, uma pequena pedra achatada que regularmente passava pela superfície da barriga no local onde doía. Essa pedra tinha a propriedade de emitir raios ultravioletas sobre o local dorido e assim atenuava a dor. Ele era meu amigo e trabalhei directamente com ele. Vi essa pedra. Quando chegou ao interior com aquela pedra, as populações e alguns camaradas nossos acharam que ele era um feiticeiro perigoso e que podia os prejudicar. Foi julgado por andar a enfeitiçar pessoas com aquela pedra e, aflito, tentou fugir. Para onde não sei, mas foi nessa altura que o abateram a tiro***"[354].

De facto Nungu foi conduzido a Cabo-Delgado com uma sentença exarada à *posteriori*. Não pelo Comité Central ou pelo Tribunal Militar, então instituído através da Resolução sobre o Departamento de Defesa na II Sessão do Comité Central de Setembro de 1968. Mas por algumas pessoas à margem dos princípios que regiam o movimento. Pois, na qualidade de um dos comandantes em Chefe do Alto Comando Militar então existente, Simango saberia da sentença de que Nelson de Maia e Mariano Matsinhe falam acima. E, para muitos no interior da Frelimo, não deixou de ser estranho que Joaquim Chissano, então Secretário do Departamento de Segurança do movimento, não tivesse sido igualmente condenado por "actividades desorganizadoras" (como ver-se-á mais adiante) e por desleixo na "*vigilância popular*", penalizando-se apenas o secretário administrativo Silvério Nungu, que nem aos serviços de segurança estava ligado. E há um outro facto significativo: A ser verdade a propalada ideia da conexão de Nungu com a PIDE e este ter tido prévio conhecimento do plano para a liquidação de Eduardo Mondlane, torna-se absurdo que Nungu tenha também conspirado para matar Uria Simango, pessoa que se dizia ser seu aliado, por ambos serem provenientes de Sofala e da mesma etnia. Para além dis-

[354] Idem.

so, a História das encomendas-bomba arrastou-se para além da sua morte, que se presume, a 18 de Junho de 1969. Um ano e um mês depois desta fatídica data, um ano e três meses depois da chegada a Nachingweia da bomba destinada a Uria Simango, um ano e quatro meses depois da morte de Eduardo Mondlane e, por último, dois meses depois da saída definitiva de Uria Simango do território tanzaniano, uma outra bomba semelhante às duas primeiras explodiu na sede da Frelimo em Dar es-Salam (a 23 de Julho de 1970) nas mãos de um incauto combatente natural de Nangade. Na circunstância, o homem, de nome Vicente Saidi, então funcionário (estafeta) naquela sede, ficou gravemente ferido, com o rosto desfigurado, tendo perdido completamente a vista e lhe sido amputados os dois braços[355].

E a história das encomendas-bomba continuou: Dois anos mais tarde, já a 31 de Março de 1972, o Diário de Notícias de Lisboa escrevia:

"**Mateus Childende, dirigente da Frelimo, morreu no hospital na sequência de ferimentos pelo rebentamento de uma bomba em Lusaka. A bomba vinha dissimulada numa encomenda contendo um livro e teria sido enviado do Japão. O livro seria uma obra de Kim IL Sung, dirigente da Coreia do Norte e teria sido despoletada outra bomba no mesmo dia**"[356].

---

[355] Como acima já se referiu, informações desencontradas propaladas por alguns oficiais da polícia e do executivo tanzaniano, semanas depois da morte de Mondlane, induziram várias missões diplomáticas a relatarem factos não confirmados, dando conta da aparição em Dar es-Salam de mais duas bombas em Março de 1969. Indagados sobre as pessoas a quem se destinavam essas bombas pouco se adiantava, até que a polícia, dada a insistência dos jornalistas que faziam questão de saber a verdade, acabou confirmando a aparição de apenas mais uma encomenda-bomba (e não duas como se propalava) destinada a Uria Simango. Alguns abalizados na matéria de pesquisa histórica em Moçambique, co-publicariam em 2001(pela Maguezo Editores) uma extensa obra dedicada a Samora Machel. Nas páginas referentes a cronologia dos principais acontecimentos em torno da figura de Samora Machel e da luta armada de libertação nacional de Moçambique, confirma-se a aparição nos serviços da Frelimo no território tanzaniano de 3 encomendas-bombas: Uma a 3 de Fevereiro, que vitimou Mondlane; outra a 17 de Março endereçada a Uria Simango e posteriormente desactivada pela polícia tanzaniana; e uma última que explodiu à 23 de Julho de 1970 nos escritórios / sede em Dar es-Salam. (Maguezo Editores – *Samora Homem do Povo*, pp. 300, 301).

[356] Diário de Notícias, "*Dirigente da Frelimo morto em Lusaka por uma bomba*", p. 1, Lisboa, 31. 03. 1972.

"Até à data da morte de Nungu, propalou-se que a sua transferência e prolongada permanência no interior visava dinamizar a administração nas zonas libertadas. E, no espírito da concórdia que reinou no fim dos trabalhos da III Sessão do Comité Central, o camarada Nungu havia aceite as críticas que recaiam sobre ele e, numa atitude de autocrítica, havia igualmente prometido emendar-se, dando o melhor de si em nome da causa colectiva. As críticas tanto a Simango como a Nungu foram ouvidas por todos. E as críticas destes a outros camaradas igualmente foram atentamente escutadas por todos. Seriam as autocríticas de ambas as partes que amainariam os ânimos e evitariam uma segunda cisão, em menos de um ano, durante os trabalhos daquela Sessão do Comité Central. Ao aceitar ir trabalhar para o interior do país, Nungu entendia que nada de anormal existia nisso, apesar de alguns o terem alertado para tomar cautela. Ele foi porque tratava-se de ir para mais uma frente de luta, e ele tinha toda a obrigação de acatar as orientações do Comité Central"[357].

"Se me matarem lá no interior não é à mim que caberá julgá-los, caberá a Deus e à história" – disse Nungu ao se despedir de alguns dos seus camaradas[358]. E foi.

"Nungu tinha meios para abandonar a Frelimo logo a seguir ao termo dos trabalhos da III Sessão do Comité Central. Podia ainda socorrer-se de muitos conhecidos seus na Tanzânia de modo a abandonar o território tanzaniano para o Kénia ou outro local seguro. Não o fez. E que se saiba, não foi ao interior amordaçado ou com os membros inferiores ou superiores imobilizados. Foi pelos seus próprios pés[359].

Imediatamente após a sua morte e em consequência das macabras informações com requintes de sadismo que chegavam do interior, como via de "esclarecer" os demais no interior e no exterior

[357] AS, tal como dito por Fernando Mungaka, Idem

[358] AS, Idem.

[359] Idem.

(sobretudo em Dar es-Salam onde Nungu tinha muitos amigos, sua namorada e um filho em gestação), o Departamento de Informação e Propaganda da Frelimo "transcreve" no órgão oficial, "*A Voz da Revolução*", uma curiosa resolução sobre "*Sanções aplicadas ao camarada Silvério Nungu*" onde se lê que:

"**O Comité Central analisou profundamente as actividades desorganizadoras do Silvério Nungu que resultaram na criação de graves atritos no seio da FRELIMO mesmo ao nível da Direcção Superior.**

Com efeito, o camarada Nungu, apesar de investido de altas responsabilidades na FRELIMO não só esteve ligado com agentes do inimigo e com grupos hostis a luta de libertação Nacional, como também participou duma maneira constante em actividades subversivas que puseram a nossa organização em perigo mortal.

O Comité Central constatou que a conduta do camarada Nungu ainda se opõe à linha revolucionária política e moral definida pela FRELIMO.

O Comité Central constatou também que, em virtude da sua não participação directa em tarefas fundamentais da luta, o camarada Nungu se deixou ultrapassar pelo desenvolvimento da mesma, o que conduziu a actividades contra revolucionárias.

Por isso, o Comité Central decidiu:

1. **Destituir o camarada Nungu da qualidade de membro do Comité Central;**

2. **Afectá-lo a tarefas no Interior do País na qualidade de miltante de base**".[360]

Todavia, o Departamento de Informação e Propaganda que

[360] A Voz da Revolução (Junho de 1969).

difunde este comunicado numa altura em que Nungu já não existia fisicamente, não ousa informar sobre a morte desse camarada que, apesar de tudo, fora membro fundador da Frelimo e, mais do que muitos dos seus eventuais assassinos, combatente da primeira hora. A sua morte tanto não seria tratada no número *A Voz da Revolução* de Junho do mesmo ano, como nem nos números dos meses seguintes. O desaparecimento físico do então "camarada administrador" da Frelimo, desde a sua fundação até Abril de 1969, passaria a ser conhecida por vias de informações desencontradas. De recordar que poucos meses antes desta curiosa resolução, durante os trabalhos do II Congresso, o então presidente da Frelimo, Dr. Eduardo Chivambo Mondlane, rasgava elogios à pessoa de Silvério Nungu pelo seu desempenho no Departamento que chefiava. Para Mondlane, Nungu era um homem à medida das suas obrigações no departamento que chefiava. Dizia então o presidente:

"(...). Infelizmente aqueles que facilmente se irritam por alguns deslizes ou mesmo simples ineficiências aqui e acolá, se esquecem, e as vezes propositadamente ignoram, de que a maior parte do trabalho Administrativo da Frelimo corre muito bem. Aqueles entre nós que acompanham o trabalho da Administração desde 1963 e que viram os grandes passos que se têm feito para aperfeiçoar o seu funcionamento e eficácia, têm a obrigação de apresentar os seus parabéns ao "Senhor Administrador", aliás o camarada Silvério Nungu e seus "amanuenses", os camaradas Kawawa, Tembe e outros"[361]

O colégio presidencial – em triunvirato – viria então a ser formado pelo próprio Simango, coadjuvado por Samora Machel e Marcelino dos Santos que, então, regressava em força ao Comité Executivo. Todavia, ***"o colégio, de facto, nunca funcionou como tal por culpa do próprio Reverendo. Inadvertidamente, Simango aceitava passivamente as propostas dos seus colegas movido pelo espírito de bom senso sem nunca medir a dimensão dos actos dos seus colegas. Despertaria muito tarde."***[362]. O testemunho deste combatente que, na época, viveu de perto esses momentos confusos, é ilustrativo nas suas palavras:

[361] Eduardo Mondlane. In, Relatório do Comité Central ao II Congresso. Documentos Base da FRELIMO, pp. 76, 77.

[362] Z. Maurício, Idem

"Após a morte de Mondlane, Simango tinha todos os meios para dirigir com pulso de ferro a organização, e até refazer as estruturas decisivas da Frelimo. A história de que não tinha apoio no exército não corresponde à verdade. Afinal, ele era um dos presidentes eleitos por um Congresso. Mesmo antes do segundo Congresso, a sua presença física tanto em Nachingweia como no interior do país, punha todos atrapalhados. Em todas as circunstâncias, era um dos chefes máximos e na ausência de Mondlane ele era o número um. E onde quer que chegasse todos se levantavam e faziam a devida continência. Todos esses, Samora, Chissano, etc., ficavam em sentido quando Simango chegava. Não lhe custaria nada pegar em 10 ou 20 homens armados e mandá-los desarmar Machel e seus capangas e conduzi-los para o interior e matá-los. Podia fazer isso. Mas não fez isso por bom senso. Outra coisa: Simango tinha todo o direito de negar a instituição do colégio presidencial porque ele foi eleito pelo Congresso. Samora Machel e Marcelino dos Santos nunca foram eleitos presidente e nem vice-presidente, eles assumiram esses cargos à força. Durante os trabalhos da III Sessão do Comité Central de Abril, Simango podia negar o triunvirato presidencial, bastava apenas que desse luz verde àqueles que o apoiavam para que se levantasse uma guerra sangrenta em Nachingweia durante os trabalhos da III sessão do CC. Aliás, nem era preciso guerra. Eu estava lá e falo com autoridade. Havia condições para desarmá-los e houve até propostas de alguns para isso. Muitos homens estavam dispostos a raptar aqueles tipos e mandá-los matar no interior como eles faziam à outros. Ele negou!.... Portanto, se antes do Comité Central de Abril ele tivesse chamado aqueles que queria pôr como chefes em substituição daqueles malandros, e falasse com eles em segredo, do tipo túmulo, todos o apoiariam e ajudá-lo-iam a desfazer-se dos tipos. Não vou falar de nomes, mas muitos estavam dispostos a matar aqueles gajos, inclusivamente pessoas que depois da independência tomaram postos de chefia neste país. A sua irredutibilidade de posições é que fez com que muitos o abandonassem. Muitos combatentes foram ter com ele, mesmo durante os intervalos da III Sessão do Comité Central, pedindo-lhe que tomasse uma posição de força e lhes permitisse desfazerem-se de Machel e dos outros tipos naquele momento. O homem não aceitava. Zangava-se. Então, chatearam-se com ele e antes de abandonarem a Frelimo para o segundo exílio, avisaram-no de que se queria morrer estupidamente, que morresse sozinho. Foram se embora. Os que ficaram, evitaram

abordá-lo mais sobre o assunto. Até ajudaram-no a cair. E caiu mesmo!..

Há duas coisas que se podem dizer sobre a posição de Nyerere depois da morte de Mondlane. Ou Nyerere começou também a ver que Simango era santo demais para ser um bom político, ou acreditou também que Simango estava implicado na morte de Mondlane. Este segundo ponto é o mais certo. O presidente tanzaniano podia ajudá-lo a desfazer-se de Samora e Marcelino dos Santos, mas já era tarde porque os tipos trataram de pintar bem o quadro, baralhando também os tanzanianos e o próprio Nyerere. E não penses que depois da morte de Mondlane os soviéticos e os cubanos ficaram de braços cruzados. É so imaginar a pressão que devem ter exercido sobre Nyerere e o seu governo. Tratava-se de um momento decisivo. Depois da morte de Mondlane, Simango deixou que a conspiração soviética entrasse no interior da Frelimo a ponto de atingir raias insustentáveis. É verdade que Marcelino dava-se bem com os cubanos e os soviéticos e era bom nos trabalhos dos bastidores, mas tudo isso acontecia porque o reverendo Simango não tinha aquela coisa típica de malandros, a capacidade de antecipação. Perdia muito tempo a pensar enquanto que os outros, quando viam que a situação estava mal, atiravam-se de cabeça à procura de saídas, e iam encontrando as soluções a medida que os seus actos levantavam uma nova questão. Simango era santo demais para estar numa guerra. Não sei porque é que aquele homem se meteu naquilo. A III Sessão do CC foi um espectáculo que, visto agora, 30 anos depois, dá para rir a gargalhadas. Aquilo só visto. Os tipos eram mesmo bons em esquemas. Veja só a cara com que entraram na III Sessão do Comité Central. Os gajos mediram bem o seu procedimento. Como estavam cientes de que era preciso consolidar o espaço de manobra, primeiro, acharam por bem mudarem de cara e apresentarem-se como cordeiros mansinhos para convencer diplomaticamente Simango e garantir-lhe que ele é que seria o presidente. Antes da Sessão começar, foram lançando nos corredores a sua mensagem de paz e a ideia de um suposto apoio a Simango. Todos nós ficamos convencidos de que estavam falando de coração. Para eles, o importante era que Simango não lhes tocasse antes de verem consolidado o seu plano. Antes de se embrenharem em ataques pessoais, primeiro usaram esse método, tiveram que aldrabar todos inclusivamente o próprio Simango. Os gajos vinham todos sorridentes e com caras de bons camaradas. Quando se entrou na sala, a sessão foi aberta pelo pró-

prio Simango. Depois, diplomaticamente, os tipos foram argumentando que a unidade devia ser assegurada, sobretudo agora que o presidente Mondlane estava ausente fisicamente. Falaram de camaradas que agitavam os outros por ignorância, que era preciso educá-los, etc., etc., e que era preciso que o movimento tivesse um novo presidente para conduzi-lo até ao III Congresso. Para eles, Simango era a aposta de todos, mas, dado que só o Congresso é que podia eleger o novo presidente, era importante que se constituísse um colégio presidencial para ajudar Simango a conduzir o partido até ao próximo Congresso. 'Isso seria salutar não é camaradas?' – perguntaram os gajos. Como a proposta foi lançada no sentido de outros membros do colégio ajudarem Simango a dirigir o movimento, as pessoas, sem se aperceberem de que por detrás daquilo escondiam-se outros planos, aceitaram. Todos achavam que havia sinceridade naquelas palavras. Não sei se Simango sabia o que daria aquilo. A proposta do colégio presidencial apanhou todos de surpresa, inclusivamente a ele próprio. Acho que ele aceitou apenas para ver, porque falou muito nesse dia, mas, coitado do padre, acabou aceitando aquilo, talvez também convencido de que havia sinceridade nas palavras daqueles gajos. Todos pensávamos que os tipos mudaram de comportamento. Enganaram-nos bem"[363].

Habilidade e táctica: Dois factores decisivos na luta pela sobrevivência

Terminada a III Sessão do Comité Central de Abril de 1969, a família Frelimo regressa ao dia a dia da sua luta pela independência.

A rapidez e a versatilidade com que a *ala regionalista* e *aliados* viria a ligar publicamente as acções de Nkavandame e do grupo dos chamados "Frelimo Youth League" ao Rev. Simango, seria, simplesmente, impressionante. Estava em jogo o fundamental. O *grupo regionalista do Sul* e *aliados*, demonstravam assim a sua habilidade no plano da táctica. Deste modo, junto dos combatentes, das autoridades tanzanianas e do Comité de Libertação de OUA em Dar es-Salam, sem dar tempo de reflexão a quem quer que fosse, a *ala regionalista do sul* e *aliados*, num tremendo esforço de luta pela sobrevivência (dividindo para reinar) ocupar-se-ia em talhar uma imagem desabonatória à figura

[363] Z. Maurício, Idem

de Simango. As tentativas posteriores de apelo à reflexão, tanto do governo tanzaniano bem assim como do Comité de Libertação da OUA, que Simango encetaria, chegariam tarde demais para lhe salvar a imagem e seus objectivos. A ausência do Reverendo em serviço da organização no estrangeiro ou noutras cidades tanzanianas era aproveitada como altura adequada para o lançamento de calúnias contra a sua pessoa. As clandestinas reuniões com carácter marcadamente conspiratórias agudizavam-se, com resultados encorajadores para o lado da *ala regionalista do Sul* e *aliados*. Em cada regresso, de surpresa em surpresa, Simango foi vendo o seu nome associado a crimes que nunca cometeu.

Mas o homem não era rancoroso. Embora ciente dos objectivos da estratégia dos seus colegas, Uria empenha-se no trabalho e procura a todo o custo juntar-se a seus camaradas nos momentos de alegria, visando cimentar a harmonia na organização. Em Maio, celebra, ele próprio, na presença de muitos combatentes em Tunduro, o casamento de Josina Muthemba com Samora Machel. Vive a vida normal de um homem com fé, até que, em Julho do mesmo ano, ao regressar do Malawi onde permaneceu oito dias na companhia de Joaquim Chissano para contactos com as autoridades malawianas[364], toma conhecimento, em pormenores, das circunstâncias da morte de Silvério Nungu no interior de Moçambique. Fica profundamente abalado. A tentativa de discutir com os membros do Comité Central sobre esse cruel assassinato é rejeitada pelo *grupo regionalista do sul* e seus títeres sob intimidações diversas. A ala contrapõe sob a alegação de que se algo havia que se discutir em torno da morte de Nungu, que fosse no local da ocorrência, onde os testemunhas poderiam participar e informar o que se passara. Simango sabia o que isso significava. Estava clara a intenção de conduzi-lo à morte no interior de Moçambique. Refuta, e a disputa reacende-se prognosticando um fim trágico.

Os meses que se seguiram foram tensos e o *grupo regionalista do sul* ia intensificando o seu terror. Em Outubro, reporta-se que dez guerrilheiros acusados de serem simpatizantes do padre Gwengere fo-

[364] Simango embarcou para o Malawi a 16 de Julho de 1968 num avião da East African Airway. Estava profundamente consternado pela morte de Silvério Nungu. Contudo, ainda não sabia das circunstâncias em que ocorrera a morte daquele destacado combatente, senão a informação oficial difundida pelo Departamento de Defesa. Tomaria conhecimento dos pormenores no seu regresso, o que lhe enfureceu sobremaneira.

ram fuzilados na região de Catur no Niassa. Simango não está ao par de nenhum julgamento do Alto Comando Militar. Centenas de combatentes em Niassa desertam, e a situação complicava-se. O constantemente ovacionado Comissário Político, ex-secretário adjunto do Departamento de Defesa, Raul Casal Ribeiro (também conhecido por *manjamó*), abandona as fileiras do movimento e fixa-se com a sua família no norte de Tanzânia[365]. Ainda em Julho, António Almeida, comandante provincial de Tete, havia também abandonado a organização. Outros conhecidos combatentes procuram protecção junto às autoridades tanzanianas. Tal é o caso de Samuel Dhlakama, Gabriel Simbine, Eduardo Mbateya e Eli Ndimeni[366]. Miguel Murupa, então secretário adjunto do Departamento das Relações Exteriores, escreve uma carta pedindo demissão do cargo que ocupava e da própria Frelimo. Fixa-se na Tanzânia como professor de francês no liceu de Tanga. O clima de discórdia atingia a fase de total falta de espaço para discussão dos problemas por via dos órgãos do movimento. Simango apercebe-se, então, que a próxima vítima, depois de Nungu e tantos outros, seria ele. Samora quer mandar em tudo, inclusivamente nos movimentos do coordenador da presidência. A tentativa de conduzir Simango para o interior reacende-se desta feita à coberto de uma nova indumentária. Samora sugere que Simango deve ir ao interior de Moçambique para "viver de perto" algumas dificuldades que os guerrilheiros estão atravessando. Para o efeito, alegaria a existência de uma carta supostamente vinda do interior de Cabo Delgado, solicitando a presença urgente do presidente para solucionar alguns problemas. Mas, curiosamente, a carta jamais seria exibida ao Reverendo. Uria replica violentamente procurando saber o porquê de ter que ser ele a ir a Cabo-Delgado e não o próprio Samora ou Marcelino.

-"***(...) afinal, quem manda em quem na organização?!... Quem coordena a Presidência? Se há uma carta vinda do interior, por que é que essa carta não chega à mesa do coordenador da presidência?!...***" – inquiriu Simango[367].

---

[365] Depois do II Congresso, Raul Casal Ribeiro foi indicado para o posto de secretário provincial de Tete sendo substituido do cargo de secretário adjunto do DD por Alberto Chipande.

[366] Mais tarde, alguns, como Samuel Dhlakama e Gabriel Simbine, regressariam às fileiras da Frelimo. (CABRITA, João, p. 66).

[367] RS, Idem.

Perante os sistemáticos atropelos à ética e a moral; perante o atropelo aos princípios estabelecidos colectivamente, Simango vive um dilema terrível. Afinal, as críticas e autocríticas de Abril passado de nada valeram!... O espaço para discutir os problemas a nível dos órgãos do movimento tornava-se, cada dia que passava, mais escasso, na medida em que sempre que os problemas se levantassem, mesmo a esse nível, os visados recusavam admitir os desmandos e os crimes de que eram acusados. Discretamente, voltavam a intimidar aqueles que ousavam relatar o que se passava nos bastidores das operações militares no interior do país. Voltavam a agudizar o terror psicológico e físico contra aqueles que os apontavam os dedos. Voltavam a instigar combatentes contra outros combatentes, num pragmático exercício de *dividir para reinar*. Simango fica entre dois fogos. E como se este quadro de situações, por si só, não bastasse para a perturbação mental do Reverendo, outras vozes se fazem ouvir de forma contundente, pois, na mesma época, os que abandonaram a organização e se refugiaram no exterior, tais como o velho Fenias Simango e outros, escreviam-lhe, agora, todos afinando pelo mesmo diapasão: "***Nós avisamo-te e não quiseste ouvir-nos. Agora aguenta!....***"[368].

O que fazer?!...

"***Nunca se coibiu de falar e expôr os problemas, tanto a Mondlane como a outros a nível dos órgãos do movimento. Para ele, a unidade propalada tinha, de acordo com o real que se vivia, a essência de construir um moçambicano novo, consubstanciado nos cruzamentos étnicos através de casamentos entre makondes e tsongas; entre shonas e chuabos; entre ajauas e senas; entre brancos e pretos; etc., etc. E ele então perguntava-se: 'porquê esta Frelimo problemática hoje, se começamos juntos a contruir a moçambicanidade?!...; Porquê a região e a etnia?!...***"[369].

Saturado, Uria Timóteo Simango viria a *explodir* publicamente a 5 de Novembro de 1969, com a publicação de uma extensa carta intitulada *Gloomy Situation In Frelimo*[370]. Nela, o homem jura: antes a

[368] Jossefate Muchanga, Idem

[369] Idem

[370] *Situação sombria na Frelimo*. Ver anexo 1, excertos do ocumento.

sua saída da organização do que pactuar com crimes contra outros camaradas no interior dela; antes afastar-se do movimento do que violar a sua consciência juntando-se àqueles que fazem da sua existência um jogo macabro, não se coibindo até de matar seus próprios irmãos e pais para alcançarem a glória.

No meio da contenda provocada pela sua carta, o Comité Executivo, depois de uma infrutífera tentativa de reconciliação promovida pelo Comité de Libertação da OUA (a 7 de Novembro) com a presença de Simango, Machel e Marcelino dos Santos, precipita-se e reúne a 8 de Novembro para analisar a situação e, finalizado o encontro, no ponto 6 do seu comunicado, decide *"(...) suspender o camarada Uria T. Simango de membro do Conselho da Presidência da Frelimo até à próxima reunião do Comité Central, ao qual o caso será remetido para apreciação final"*.

Eis na íntegra o conteúdo do comunicado do então Comité Executivo:

"O Comité Executivo da FRELIMO, reunido em Dar es-Salam em 8 de Novembro de 1969, a fim de apreciar a situação criada pela publicação, pelo camarada Uria T. Simango, de um panfleto intitulado: TRISTE SITUAÇÃO NA FRELIMO.

1. **Lastima profundamente que o camarada Uria T. Simango, membro do Conselho da Presidência da FRELIMO, tenha recusado apresentar os seus problemas no quadro das estruturas e instituições da FRELIMO, preferindo fazê-lo através da imprensa.**

2. **Condena esta atitude do camarada Uria T. Simango, que é profundamente irresponsável, viola os princípios e as regras em vigor na FRELIMO, e constitui um acto grave de indisciplina.**

3. **Constata com profunda indignação que o conteúdo do panfleto é um conjunto de acusações caluniosas, de insultos, e de falsidades, que visam denegrir altos dirigentes da FRELIMO que são verdadeiros nacionalistas, patriotas e revolucionários.**

O panfleto constitui, na realidade, um insulto ao povo moçambicano, à FRELIMO e à luta armada revolucionária de libertação nacional que está a travar no nosso país, é inspirado pela ambição pessoal do camarada Uria T. Simango, e serve apenas os interesses do colonialismo português e do imperialismo.

4. **Rejeita categórica, formal e totalmente o conteúdo do panfleto intitulado TRISTE SITUAÇÃO NA FRELIMO, publicado pelo camarada Uria T. Simango.**

5. **Condena o camarada Uria T. Simango pelo conjunto das declarações contidas no panfleto, as quais constituem um acto contra a unidade do povo moçambicano, contra a FRELIMO e contra o progresso da luta armada revolucionária de libertação nacional que se está a travar em Moçambique, e, por isso mesmo, contra a África inteira.**

6. **Decide suspender o camarada Uria T. Simango de membro do Conselho da Presidência da FRELIMO até à próxima reunião do Comité Central, ao qual o caso será remetido para apreciação final.**

7. **Reafirma a decisão do povo moçambicano, dos combatentes e da Direcção da FRELIMO de continuar sempre a realizar todos os esforços para preservar e consolidar a unidade da FRELIMO e do povo moçambicano, a fim de assegurar a continuação da luta armada revolucionária de libertação nacional até a vitória final.**

A LUTA CONTINUA...
INDEPENDÊNCIA OU MORTE,
VENCEREMOS!
Dar es-Salam, 8 de Novembro de 1969.
O COMITÉ EXECUTIVO".

Estava assim dado o grande passo para o definitivo afastamento de Uria Simango da Frelimo. Todavia, era preciso não só destruí-lo internamente mas, igualmente, à nível internacional, pois na possibilidade de continuar a granjear simpatias e apoios nos círculos diplomáticos do nacionalismo da época, o Reverendo era um homem capaz de se reerguer e tornar difícil a vida dos seus detractores. A par dos esforços internos dos dirigentes da Frelimo no território tanzaniano e no seio dos combatentes no interior de Moçambique, era então imperativo pintar o quadro por outras vias. A segunda réplica ao *Gloomy Situation in Frelimo* viria pelo punho de Aquino de Bragança, então "falcão" da *ala regionalista do sul* e dos *aliados* nas lides diplomáticas do nacionalismo africano da época. Tal como o comunicado do Comité Executivo de 8 de Novembro, incapaz de ripostar parágrafo por parágrafo ao documento de Simango, a 24 de Novembro, Bragança publica no *AfricAsia*[371] um trabalho intitulado *L' itineraire de Uria Simango* (O itinerário de Uria Simango) onde se "descobre" que, afinal!...Simango foi sempre um *grandíssimo* ambicioso político e traidor da pátria!... O conhecido homem de letras que anos mais tarde viria a fundar o que se chamou de Centro de Estudos Africanos (CEA) na Universidade Eduardo Mondlane no Moçambique independente em Maputo, saí em defesa dos amigos e escreve:

"(...)

A bombástica declaração feita no último dia 5 de Novembro em Dar es-Salam por Uria Simango anunciando a sua ruptura com os seus dois companheiros da direcção da Frelimo confirma na verdade o seu isolamento total no seio do movimento de libertação nacional de Moçambique.

[371] A revista *AfricAsia* era uma publicação suportada pelos comunistas em França e muito lida nos círculos do radicalismo de esquerda da época. Aquino de Bragança chegou a pertencer a o quadro redactor dessa revista. Bragança era o tipo de homem que fazia um pouco de tudo. Conhecido confidente de muitos estadistas e personalidades de relevo do nacionalismo africano da sua época, nunca se envolveu directamente na luta armada de libertação de Moçambique. Todavia, viria a desempenhar um papel de relevo na abertura de canais de contacto no exterior para a Frelimo. A partir dos artigos contra Simango no *AfricAsia*, Bragança passou a merecer um tratamento especial na Frelimo. Em Abril ou Maio de 1975 esteve presente em Nachingweia no acto da apresentação pública dos presos políticos. A par das suas actividades no Centro de Estudos Africanos em Moçambique e docência na UEM, Bragança viria a desempenhar as funções de conselheiro particular de Samora Machel, com quem morreria no desastre de 19 de Outubro de 1986 em Mbuzini.

Ao acusar Samora Machel e Marcelino dos Santos de terem tentado assassiná-lo e ao alegar que a Frelimo está "fragilizada pelo regionalismo, nepotismo e tribalismo", Simango terá conseguido furar um abcesso, talvez o último, de uma crise com inúmeras peripécias e que abala a Frelimo desde que passou à fase da luta armada. Porque uma coisa está clara: a luta militar contra a dominação portuguesa continua firme e nada indica qualquer enfraquecimento da Frelimo.

Quem é Uria Simango e como terá ele sido levado a deixar o movimento? Para responder a esta pergunta, é necessário recuar um pouco no tempo.

Em 1953, numa pequena vila de Manica e Sofala, um grupo de camponeses recusa-se obedecer às autoridades portuguesas, que os obrigam a abandonar as suas casas para irem trabalhar nas minas da África do Sul.

Esta revolta é liderada por um notável que até então sempre respeitou a administração colonial. Mas esta última suspeita o seu filho, Uria Simango, de ser o verdadeiro instigador do movimento. De estatura baixa, robusto, ele é visto como um agitador com audiência nestes "focos de subversão" que são, na África portuguesa e católica, as "missões protestantes." Assim, Simango é preso e encarcerado na capital, Lourenço Marques.

A PIDE, sinistra "GESTAPO" do regime salazarista, está ao corrente das actividades políticas deste jovem nacionalista, mas não lhe aplica os seus métodos habituais. Com efeito, as autoridades coloniais tentam "recuperá-lo". Ele é liberto três dias depois da sua detenção e é lhe oferecida uma bolsa de estudos em Portugal. Protestante convicto, Simango hesita, temendo que esta proposta seja uma manobra do alto clero católico, que não vê com bons olhos a penetração de missionários anglicanos nesta "província africana portuguesa". Finalmente, ele decide ficar com os seus. "*O meu povo precisa de mim*", disse-me ele um dia, num tom que deixava transparecer a convicção de ser o "*homem providencial*" destinado a "*salvar o país*".

Simango na Rodésia

Alguns anos mais tarde, com o nacionalismo militante a ganhar mais ímpeto em África, vários países conquistam a independência. Inquieto, Salazar intensifica as medidas de repressão contra os povos africanos sob dominação portuguesa. Nessa altura, o reverendo Simango era um modesto professor primário duma missão anglicana.

Tendo sido enviado pelos seus superiores à vizinha Rodésia para se encontrar com emigrantes moçambicanos, ele é um conselheiro muito respeitado pelos mineiros e demais trabalhadores, dos quais uma importante fracção milita clandestinamente e faz a sua aprendizagem política com os nacionalistas africanos da Rodésia.

Estamos em 1960. Os elementos mais activos destes moçambicanos emigrantes criam uma organização autónoma e estruturada: a União Democrática Nacional, cujo animador é um jovem moçambicano muito empreendedor e não menos ambicioso: Adelino Chitofo Gwambe.

Uria Simango "apoia" mas não adere formalmente à nova organização porque a seu ver, o lugar de presidente ocupado por Gwambe cabe-lhe de pleno direito. Paralelamente, outras duas formações são criadas fora do país, nomeadamente a União Nacional para Moçambique Independente (UNAMI) integrando moçambicanos refugiados no Malawi e a Mozambique African National Union (MANU), que nasce no Tanganhica com o apoio dos emigrantes makondes, grupo étnico que se encontra fixado tanto em Moçambique como na Tanzania.

Importunado uma vez mais pela PIDE, que se infiltrou na Rodésia, U. Simango deixa este país pouco acolhedor e junta-se aos seus amigos da Udenamo, com sede já transferida para Dar es-Salam.

Em 1962, sob iniciativa da "Conferencia das organizações nacionalistas das colónias portuguesas"(CONCP), cujo Secretário geral é Marcelino dos Santos, realizam-se negociações com vista a formar a Frente de Libertação de Moçambique, agrupando a Udenamo, a Unami e a Manu. Este esforço de unificação é encorajado por dois dos mais prestigiados defensores da unidade africana, Kwame N'krumah e Julius Nyerere.

A presença de um "outsider"

Um comité coordenador é criado, tendo como presidente o reverendo Uria Simango. Desta vez, ele espera chamar a si o cobiçado lugar de presidente da Frelimo, através da eliminação do seu rival Adelino Gwambe. Só que um "outsider", o Dr. Eduardo Mondlane, professor numa universidade americana, impôs-se como líder incontestado da nova formação.

O reverendo Simango aceita, contra a sua vontade, ser adjunto de Mondlane, mas não lhe perdoa o facto de o ter privado de assumir esta "missão histórica que a providência lhe tinha confiado", usando uma das suas expressões habituais.

Toda a sua actividade no seio da Frelimo vai ser norteada por esta paixão, esta sede de poder pessoal. Obviamente, os dois homens chamados a dirigir a organização são nacionalistas e consideram-se "progressistas".

Brilhante sociólogo, Mondlane compreende bem cedo a complexidade das mudanças que surgem no desenvolvimento da luta armada. Autodidacta, de formação escolástica com um racismo anti-branco primário, Simango está longe de compreender a concepção estratégica da guerrilha defendida pela ala progressista dos político-militares: uma guerra popular a longo prazo para a liquidação da dominação imperialista. Ele não se apercebe que novos quadros nascidos *pela* e *na* acção directa já tomaram o testemunho da geração dos precursores do nacionalismo. É em torno dele (Simango) que se juntam os opositores de todas as tendências, ultrapassados pelo rápido desenvolvimento dos acontecimentos.

O congresso de Julho de 1968, organizado no interior pelos novos quadros político-militares, confirma as teses progressistas de Mondlane.

Prudente – a correlação de forças não lhe sendo favorável – Uria Simango distancia-se dos opositores. Contra a vontade dos elementos influentes da ala dominante, ele é (re) eleito vice-presidente, graças à intervenção pessoal de Mondlane, que temia – e estava obcecado por – uma eventual cisão no movimento.

"*Temos milhares de Simangos em Moçambique. Temos que ganhá-los à causa revolucionária*" justificava-se Mondlane.

Paradoxalmente, o assassinato de Mondlane e a dissidência do "velho" Lázaro Nkavandame tornam a posição de Simango mais inconfortável. É preciso dizer que Simango já tentara sem sucesso aliar à sua causa ao ex-responsável político de Cabo Delgado antes deste se entregar aos portugueses. Questiona-se também se Simango não estaria directa ou indirectamente implicado no estranho complot que vitimou o saudoso presidente da Frelimo.

Um homem sozinho

Durante a histórica reunião do Comité Central da Frelimo, em Abril último, Simango aceita fazer a sua "autocrítica", com a esperança de se manter na liderança da organização graças ao seu passado e às suas relações exteriores. No fim do debate, quando os dois líderes da maioria, Samora Machel e Marcelino dos Santos

são chamados a formar uma "troika" com ele para dirigir o movimento, Simango compreende logo que é um homem sozinho. A sua deserção, bem como as declarações por si feitas em Dar es-Salam, não constituem uma surpresa. O seu apelo para uma arbitragem de personalidades não moçambicanas para resolver o diferendo que o opõe aos seus antigos companheiros não é senão uma última manobra de diversão. O presidente Nyerere, de quem esperava talvez um apoio, declarou que se recusava a intervir nos assuntos internos da Frelimo.

Por decisão unânime, o Comité Executivo da Frente suspendeu Simango de todas as suas funções, aguardando pela reunião do Comité Central"[372]

Aquino de Bragança, o homem que viu o sonho de liderar o nacionalismo goês a dissipar-se com a ocupação do território pela Índia em 1961, e que por consequência havia jurado dedicar o resto da sua vida à luta de libertação das restantes colónias portuguesas, prestava-se assim a uma descompostura ímpar, própria de gente desonesta que se refugia no intelectualismo fundado na linha académica. De tal modo estava Bragança equivocado que nem sequer se deu conta de que a Igreja a que o Rev. Uria Simango pertencia não era anglicana, mas sim um ramo da Igreja Presbiteriana, autonomizado com a designação de *Igreja de Cristo em Moçambique, Ramo de Manica e Sofala*, para além de que mesmo na Rodésia, Simango esteve sempre a trabalhar e a ensinar numa missão da *Presbyterian Church of Central Africa.*

Tudo indica que para o seu "combate ao inimigo", Bragança não descobriu a pólvora. Apenas socorreu-se de alguns escritos de Basil Davidson que, "inteligentemente", viria a escamotear com intenção. Com efeito, durante a sua estada em Dar es-Salam e em Matchedje como convidado ao II Congresso da Frelimo em 1968, Davidson havia entrevistado Uria Simango e o seu trabalho fora publicado no *Le Monde Diplomatique* n° 176, de Novembro de 1968. Nele, Davidson relata o que viu e sentiu no interior do Moçambique que acabava de visitar

---

372 Aquino de Bragança, *L' itineraire d' Uria Simango.* In *AfricAsia n° 3*, 24 de Novembro de 1969.

exclusivamente como o único europeu convidado aos trabalhos daquele congresso. Entre várias coisas que relata, Davidson escreve sobre a Frelimo e as motivações de um povo em armas nos seguintes termos:

"A Frelimo é hoje uma força política e militar cuja influência se estende sobre uma região correspondente a duas vezes a superfície do território português. A sua história, pouco conhecida, é idêntica à de todos os movimentos de resistência armada que surgiram desde 1960.

Foi uma evolução complexa e contraditória. Homens e mulheres de origens diversas, mas que se podem classificar no conjunto como pertencendo à pequena burguesia, encontraram muitas razões para se unirem, obedecendo frequentemente a motivos pessoais, ao princípio para arrancar concessões a um poder colonial aparentemente todo-poderoso. Face a uma recusa obstinada, e mesmo cega, ganharam progressivamente consciência política, convertendo-se em nacionalistas capazes de uma acção armada e mesmo revolucionária.

Uria Simango, reeleito vice-presidente da FRELIMO no congresso de Junho, ilustra bem este género de homens. De princípio, em 1953, caiu nas mãos das autoridades portuguesas. Prenderam-no quando estudante de teologia em Lourenço Marques. O pai tinha estado implicado numa pequena revolta na província de Manica e Sofala. Não foi uma revolta nacionalista, diz-me Simango, mas simples tentativa para obter reparação de injustiças locais. Simango foi liberto ao cabo de três dias e teve a oferta de uma bolsa de estudos em Portugal – truque que os portugueses utilizavam frequentemente com os estudantes dissidentes. "Mas não aceitei, diz, porque sabia poder ser mais útil ao meu povo se ficasse entre os nossos como professor"[373].

"Denodado combatente" pela *liberdade dos povos oprimidos* e "porta-voz" nas lides diplomáticas da auto-intitulada "*linha correcta*"

[373] Colonialismo e lutas de libertação, p. 218. (O sublinhado é do autor).

no seio da Frelimo, Bragança, a quem nostalgicamente o jornalista Fernando Lima apelidaria de "*o nosso mestre de conspirações intestinas*"[374], terá, antes da publicação do seu artigo, sugerido ou simplesmente acatado as orientações dos seus camaradas de Dar es-Salam e Argélia (onde alguns deles estavam já refugiados) sobre as vias de "combate ao inimigo". Pois, a dimensão das mentiras que constam do seu trabalho bradam os céus pela incongruência e, como que por magia, ajustam-se, em tudo, às posições defendidas pelos seus companheiros da *ala aliada* tais como Marcelino dos Santos, Fernando Ganhão, Jorge Rebelo, Sérgio Vieira, Óscar Monteiro, Hélder Martins e outros. Apesar do paradoxo e da desonestidade que o seu artigo ilustra por se escusar a examinar a fundo o conteúdo do documento de Simango, o que é nota saliente é que dava-se assim o início ao desenho de toda uma "longa mentira" que se estenderia por diversas gerações em Moçambique. Iniciava, assim, o discurso oficial do *Moçambique independente,* na perspectiva faucoultiana (o sentido do discurso), e tanto os escritos dos historiadores nacionais como os dos estrangeiros basear-se-ão nisso, ignorando por completo a positividade do contributo de Simango e de outros nacionalistas na luta pela libertação de Moçambique. Deturpando-se a essência dos factos, Simango será apresentado como o estratega da guerrilha falhada no interior de Moçambique. Invertidas as concepções estratégicas dos homens de ontem, será tratado como o único que defendia a concepção de uma "*vitória rápida*" contra o colonialismo português, aliás, uma ideia inicialmente defendida pelo próprio directório da Frelimo e por Mondlane, em particular, que, de início, falava numa vitória ao fim de poucos anos, tendo para isso até chegado a idealizar o começo da guerra à escala nacional, contrariando deste modo a gradual progressão segundo os ditames da teoria da "luta prolongada"[375]. Como se o Poder que Mondlane, Machel, Marcelino e outros conquistaram lhes tivesse caído nas mãos por obra de graça de qualquer santo ou apóstolo comunista, Simango será apresentado, em todo o momento, como um insigni-

[374] Fernando Lima, *Espinhos da Micaia,* In Jornal SAVANA, Maputo, 18. 10. 2002, p. 7.

[375] Mondlane mandou um grupo de guerrilheiros treinados na Argélia para abrir a frente sul da luta armada. Esse grupo, chefiado por Matias Mboa e dele fazendo parte Maduna Xinana, acabaria preso pela PIDE em Lourenço Marques antes do início da luta armada.

ficante homem; um visceral racista anti-branco, e um ambicioso que sempre desejou o Poder a todo o custo. Simango será apresentado como um homem muito invejoso que sonhava com as *mordomias* reservadas exclusivamente ao chefe supremo da terra, o *heróico* Dr. Eduardo Chivambo Mondlane!...

São de Fernando Ganhão as seguintes palavras, que tanto podiam sair da boca de Aquino de Bragança ou Sergio Vieira:

"Eu conheci Simango em 1966 quando cheguei a Dar es-Salam. Não posso dizer que o conheci bem, porque não convivia com ele. Tinha aqueles contactos habituais com ele no âmbito do meu trabalho no Instituto. Ele era um homem esperto e com boa retórica, não há dúvidas. Só que era muito ambicioso. Vivia obcecado pelo Poder. Nunca perdoou o facto de Mondlane ter chegado e assumido a presidência. Mondlane, sim, era um grande homem!... Perante Mondlane, Simango era um homem pequenino e ambicionava sempre aquele posto de máximo"[376].

Mas Simango nunca disse a ninguém, e muito menos à Aquino de Bragança, que "***o meu povo precisa de mim***". E nem se conduzia perante os demais como um "***homem providencial***" "destinado a ***salvar o país***". Apenas afirmou, em entrevista à Davidson, não ter aceite ir estudar para Portugal porque sabia poder ser mais útil ao seu povo se ficasse entre os seus "***como professor***", e não como ***Presidente*** ou ***Chefe de Estado*** desses seus.

Atravessando o deserto

Depois da suspensão "***do camarada Uria T. Simango de membro do Conselho da Presidência da Frelimo***", o Comité Central, contra todas as expectativas, não convoca uma sessão extraordinária para estudar o assunto. A estratégia, consistiria então em conseguir espaço de manobras que permitisse aos acólitos desembaraçarem-se de possíveis focos de apoio a Simango no órgão central, antes do assunto ser a ele encaminhado. E, por via de liquidações físicas e intimidações (fazendo valer a máxima do comunismo chinês, *o poder está no fuzil*), foi

[376] Fernando Ganhão, Idem. O sublinhado é do autor

se varrendo o Comité Central da *carga impura* – como dizia a *ala* e seus *aliados* – numa autêntica limpeza étnica, até que em Maio, sete meses após a reunião do Comité Executivo de 8 de Novembro 1969, o Comité Central reúne-se na sua IV Sessão para discutir, entre outros assuntos, o caso de Uria Simango. Decide-se, como era de esperar, expulsá-lo. Grandes "descobertas" se fazem a respeito de Simango. Escreve-se então no Comunicado Final:

"Em Abril de 1969 reuniu-se o Comité Central da FRELIMO. O Comité Central recusou-se a confirmar Uria Simango no cargo de Presidente e criou um órgão colegial, constituído pelos camaradas Samora Machel, Marcelino dos Santos e Uria Simango para assumir as funções da Presidência.

A partir dessa reunião histórica do Comité Central, Uria Simango, aquele que sempre fora afinal o principal representante e organizador do grupo reaccionário, mas mantendo-se sempre camuflado, nos bastidores, começa a mostrar abertamente a sua verdadeira natureza, o seu carácter e intenções reais.

O Comité Central de Abril de 1969 tinha-o desmascarado completamente: Uria Simango, em face das provas abundantes produzidas diante dele e que o relacionavam com Lázaro Nkavandame, Mateus Gwengere e todos os grupos que provocaram períodos de crise na vida da FRELIMO desde a sua fundação, admitiu nessa altura a sua ligação ideológica e material com aqueles elementos. A motivação de Simango era a ambição política, a sede de poder. Ele era um homem pequeno – fisicamente, intelectualmente e moralmente, cujo sonho foi sempre ascender à altura daquele que era o seu Presidente, o camarada Mondlane.

Não sendo capaz de lhe fazer frente, entrou em coligação com todas as forças que por qualquer razão, estivessem descontentes com a Direcção do camarada Dr. Eduardo Chivambo Mondlane. O objectivo de Simango, o seu sonho de sempre, foi sempre ser Presidente da FRELIMO. Ele ligou-se com Lázaro Nkavandame, por exemplo, porque viu nele uma força capaz de o ajudar na realização dos seus interesses. Simango era ambicioso político, queria o poder para impor a sua ideologia reaccionária. Lázaro era um ambicioso económico, queria que o deixassem explorar à vontade. Assim os dois conluiaram-se, prometendo-se ajuda recíproca. (...)"[377]

[377] FRELIMO - Documentos Base, p. 156. (O sublinhado é do autor).

Na mesma sessão, outros alvos a abater estavam devidamente identificados: Judas Honwana e Lourenço Mutaca *"(...) lançam campanhas destrutivas no exterior, com o objectivo de desintegrar a nossa Organização e destruir o seu prestígio internacional (...)"*. Assim, *"O CC qualificou a atitude deles como sendo de alta traição, e expulsou-os da Frelimo. O CC decidiu ainda que os dois devem ser trazidos para Moçambique para serem julgados pelo povo"*[378].

Judas Honwana e Lourenço Mutaca eram representantes da Frelimo na República Árabe Unida e na Suécia, respectivamente. O primeiro, natural do sul de Moçambique, juntou-se a Frelimo em 1963 e o segundo, natural da Zambézia, em 1962. Foram ambos membros do Comité Central e do Comité Executivo da Frelimo. No dia 16 de Fevereiro de 1970, no auge da turbulência então instalada no seio do movimento, produziram uma declaração onde denunciavam as atitudes do *grupo regionalista do sul* e *aliados* sobre o tratamento que faziam ao Rev. Uria Simango. Entre várias acusações que Honwana e Mutaca destacam na sua declaração conjunta, afirmam:

"(...) Durante a última reunião do Comité Central que tomou lugar em Abril de 1969, houve muitas e subjectivas críticas contra o camarada Simango e outros membros do Comité Central. Estas críticas foram feitas por um grupo de elementos corruptos que foram recrutados para participarem, sem serem membros do órgão, na reunião do Comité Central (...). Após a reunião, a campanha visando destruir o camarada Simango continuou, tanto interna, como internacionalmente. O Departamento de informação da Frelimo conduziu timidamente esta campanha nos editoriais da 'Mozambique Revolution' com o finalidade de convencer o mundo de que há dois grupos liderando duas linhas antagónicas na organização – uma linha correcta e outra errada – tentando criar discussões dizendo que '...outros mantêm-se entre nós com os seus erros...'. Muitos membros da Frelimo e delegações no estrangeiro foram dados instruções por Marcelino e Samora para fazerem campanha contra Simango na base de que Simango 'sempre liderou um grupo contra Mondlane' e que os outros são leais ao ex-presidente que estava liderando o grupo da 'linha revolucionaria correcta' A par desta campanha destrutiva, estão também os assassinatos de líderes, membros do CC e responsáveis militares só porque são suspeitos de estarem contra as más políticas praticadas na organização, ou porque

[378] Idem, pp. 158, 159.

são suspeitos de estarem ligadas as ideias de Simango. Os assassinatos atingiram o seu estágio alarmante quando o camarada Silvério Nungu, Secretário Administrativo e membro do CC eleito pelo II Congresso do povo, foi cruelmente assassinado em Cabo Delgado. Militantes conscientes seguiram o acontecimento com profunda consternação. Ficaram impacientes, aguardando por alguém que disse-se CHEGA com estes actos brutais. (...)"[379] .

Tal como na Sessão extraordinária do Comité Executivo de 8 de Novembro, Simango também não participaria na IV Sessão do Comité Central de Maio de 1970[380]. As medidas de transcendente importância que estes órgãos tomaram prescindiram do parecer do principal visado, o que ilustra o rumo da metodologia a seguir pelos que assumiram o pleno controlo dos destinos da organização. Os membros do Comité Executivo – maioritariamente do sul de Moçambique – sugeririam ainda à IV sessão do Comité Central que Simango fosse encaminhado para Moçambique, a fim de enfrentar a *justiça popular.* A

---

[379] *Joint Statment by the Frelimo Representatives in United Arab Repúblic and Sweden,* UEM- CEA, pasta 23, quota 23 / E. Maputo. De notar que pouco depois do golpe de estado de 25 de Abril de 1974, Judas Honwana seria aliciado a regressar a Dar es-Salam onde seria preso e encaminhado a Nachingweia. Foi apresentado publicamente no ano seguinte na companhia de Simango. Liberto do Centro de M'telela nos fins de 1976, foi conduzido para junto dos seus em Maputo, onde se encontrava no momento em que se escrevia este livro. Morreria vítima de doença a 6/07/2003. A Lourenço Mutaca coube a sorte de não ser incomodado, certamente pelo facto da Frelimo ter tomado em linha o facto de a Suécia ser uma importante fonte de apoio financeiro. Mutaca viria a morrer a 31 de Março de 1992, vítima de baleamento em Adis Abeda – na Etiópia – onde se encontrava a trabalhar como funcionário da ONU. As circunstâncias da sua morte nunca foram cabalmente reveladas e a Frelimo foi das "primeiras pessoas" a dar condolências a família! .

[380] Segundo diria mais tarde Celina Simango a irmã Marta, no dia anterior à reunião que suspendera Uria Simango da Frelimo, **"tinha havido uma outra reunião com os tanzanianos na qual Simango participou, tendo regressado a casa muito aborrecido"**. De acordo com Marta, **"marcou-se um encontro da direção da Frelimo para o dia seguinte. Só que Uria não participou nessa reunião porque estava preparada uma emboscada a viatura que o levaria ao ponto do encontro. Celina disse-me que, horas antes da dita reunião, dois combatentes makondes deslocaram-se precipitadamente, logo de manhã cedo, a casa dela a procura do cunhado Uria. Como não o encontrassem em casa, optaram por informar tudo a mana Celina. Disseram que ela não devia deixar que o marido saisse de casa para a reunião naquele dia porque estava preparada uma emboscada ao carro que o transportaria para o local da reunião. Queriam raptá-lo e leva-lo para Cabo-Delgado. Esses dois combatentes faziam parte do grupo que havia sido instruído para o rapto. Logo que o cunhado regressou a casa a mana Celina pôs-lhe ao corrente da situação, mas**

"justiça popular" falharia graças a rápida intervenção de alguns membros da própria Frelimo e do representante egípcio no Comité de Libertação da OUA na Tanzânia.

A IV Sessão do Comité Central de 1970 tornava-se assim na sessão da consolidação da vitória. E como o Poder político se simboliza na figura que detém, de facto, a espada e a *bíblia* nas mãos, afastados que foram os *cara-incómodos*, era necessário, para dissipar dúvidas, que essa figura fosse coroada e todos passassem a tratá-la por líder *incontestável*. Sob ovação dos demais no Comité Central, caberia então à Bonifácio Gruveta ler a "proposta" de indicação do "camarada Samora Machel" como o presidente da Frelimo e do "camarada Marcelino dos Santos" como o vice-presidente[381]. Os dois homens tomavam assim o Poder efectivo na Frelimo e, entre a alegria de uns e a tristeza de outros, prenunciavam-se dias negros para a vida de muitos. E não tardou que o terror psicológico se apossasse de alguns que teimavam em manter-se nas fileiras do movimento defendendo os seus ideiais.

As fugas dos indefesos iniciam com a deserção de João Abílio Andrade, Fernando Timóteo Bila, Joaquim Nhaunga e Januário Napulua. Desde a expulsão de Simango até 1972 muitos outros combatentes sonantes foram sistematicamente abandonando a organização. Uns, como Miguel Murupa[382], Will Kadawell, João Craveirinha, Manuel

mesmo assim ele insistiu em querer participar nesse encontro. Só que na hora da partida, a mana Celina foi dura. Não o deixou. Quando o condutor chega com o tal carro, encontra a mana a discutir com o marido. Quando o cunhado tentou sair da casa para entrar no carro, a mana diz que agarrou-o pelo casaco, e andaram nisso uns 10 minutos, até que o cunhado acabou desistindo e o condutor regressou sem a sua encomenda". (Marta Obedias Muchanga, Maputo, 20 de Janeiro de 1999, entrevista com o autor). **Nota do autor:** Certamente que ao referir-se a uma reunião com os tanzanianos, Celina referia-se à reunião do dia 7 de Novembro do Conselho da Presidência da Frelimo com o Comité de libertação da OUA.

[381] FC, Maputo, 18 Março de 2000, entrevista com o autor.

[382] Miguel Murupa manteve-se na Frelimo até Setembro de 1969, altura em que escreveu uma carta pedindo demissão na sequência das contradições então existentes. Em 1970, já como professor de francês no liceu de Tanga, foi, na companhia de outros 11 elementos que se opunham a liderança de Machel (e que haviam abandonado o movimento, mas mantendo-se no território tanzaniano) preso pelas autoridades tanzanianas e entregue à Frelimo em Nachingweia. Seis meses depois de permanência em prisão naquele centro, aproveitando-se da liberdade de circulação pelo permímetro do mesmo que, entretanto, passou a beneficiar, Murupa viria a escapulir-se indo entregar-se às autoridades portuguesas em Cabo Delgado. (ANTUNES, J. F, pp. 261, 337, 338).

Ngoenha e sua esposa[383], entregando-se as autoridades portuguesas, e outros, procurando protecção em vários países africanos. O então secretário provincial de Zambézia, Alexandre Magno, saturou-se imediatamente a seguir à expulsão de Simango. Igualmente, abandonou a organização. Era um salve-se quem puder nas hostes dos *libertadores de Moçambique*. Era o prenúncio de um terrorismo de Estado que se avizinhava não num futuro longínquo, pois a década de 70 que iniciava trazia consigo algumas surpresas e a Frelimo entrava nela com as pedras do Poder político do futuro Moçambique "independente" bem assentes, com as duas alas aliadas acomodadas num pacto maquiavélico que os anais da historia recente do país não registariam. Os espíritos de Sochangane, Ngungunhana, Maguiguane Cossa e seus seguidores, bafejavam, assim, os valentes de Gaza[384]. Mas a palhaçada, essa, não tardaria que chegasse de Portugal com a bênção de Salazar que, da tumba, rir-se-ia às gargalhadas dos feitos da pandilha que dele herdou a histórica missão de conduzir o destino de milhares de almas em África e no próprio solo português. Quis a sina que o novos timoneiros da Frelimo não perdessem muita saliva e a primeira metade da década de setenta não terminasse sem que Marcelo Caetano, em Portugal, caísse na casca de banana que Salazar lhe havia inadvertidamente estendido. Esse, será o tema da sexta parte deste livro, pois, antes, vejamos ainda os sinuosos caminhos do Reverendo.

Logo depois da publicação da sua carta (*Situação Sombria na Frelimo*), ciente do perigo que corria, Simango limita seus movimentos. Embrenha-se em contactos visando esclarecer as suas posições. Contra todas as expectativas, as autoridades tanzanianas, já mergulhadas no esquema de "Kremlin", emitem a 19 de Fevereiro um mandato

[383] Mais tarde, Manuel Ngoenha viria a ser detido na cidade da Beira pouco tempo depois do golpe de Estado de 25 de Abril em Portugal. Conduzido a então Base Aérea do exercito português na cidade da Beira, Ngoenha viria a morrer em circunstâncias ainda por esclarecer nas mãos da força conjunta, exercito português e soldados da Frelimo. Os seus restos mortais não foram entregues aos familiares (Jaime P. Machava, Idem).

[384] Segundo escreveria anos mais tarde Luís Miguel Viana (2003) citando o antropólogo Pina Cabral, os governantes de Moçambique pertencem à aristocracia descendente da invasão Zulo do início do século XIX. São uma elite radicada no sul que tem votado o interior do país à miséria e ao abandono. (...). O próprio Joaquim Chissano é bisneto de um dos principais 'indunas' (vassalos) do Ngungunhana; o herdeiro de Ngungunhana (referindo-se certamente a Eugénio Numaio) foi, durante muito tempo, governador de Gaza como representante da Frelimo. (In *Revista Pública – Jornal Público*, nº 4368 de 20 de Julho de 2003). O sublinhado é do autor.

de expulsão contra o Reverendo. Este, sem denotar alguma perturbação, deliberadamente, deixa o prazo de 48 horas estabelecido expirar. De seguida, dirige-se ao tribunal mais próximo onde expõe o seguinte:

-"***Como sabem meus senhores, sou refugiado neste país. A minha pátria está ocupada pelos portugueses e eu vim cá com a missão de combate-los. Vossas excelências expulsam-me do Vosso país. O prazo que me deram expirou. Digam-me o que devo fazer.***"[385]

Sob ordens do então Ministro do Interior da Tanzânia, as autoridades deste país prendê-lo-iam e envia-lo-iam para um campo de refugiados em Dodoma. Pouco se podia esperar das autoridades tanzanianas em defesa de Simango. Segundo Jossefate Muchanga, a par da provável desconfiança (por parte de Nyerere) de uma possível implicação de Simango na morte de Mondlane, dado as contraditórias informações que circulavam, nos últimos anos da sua estada no território tanzaniano, as relações entre Simango e o presidente tanzaniano não eram das melhores. O imbróglio entre ambos agudizara-se desde a condenação pública, por parte de Simango, da atitude das autoridades tanzanianas em relação a guerra de secessão de Biafra[386]. O governo tanzaniano, que ainda recentemente havia anexado Zanzibar, decidiu prestar apoio ao Coronel Ojukwo, o líder do secessionista Biafra, justificando tal decisão na perseguição da população biafrense, o que resultara na morte de cerca de 30.000 pessoas[387]. Desta feita, a Tanzânia atrairia não só a condenação de Simango, como da própria Nigéria e da esmagadora maioria dos países da OUA.

Dado que corria perigo de vida, o então representante egípcio no Comité de Libertação da OUA accionou todos os mecanismos no sentido de resgatá-lo e conceder asilo político a ele e a sua família. No dia 17 de Abril de 1970, aquele diplomata, acompanhado de alguns apoiantes de Simango na Frelimo, conduziu-o ao Aeroporto de Dar es-Salam onde Celina Simango e os três filhos menores do casal já se encontravam. A família Simango embarcaria num voo da United Arab

[385] Lutero Simango. Excertos de conversa entre o pai e um amigo em Cairo. Maputo, 10 de Janeiro de 1987. Entrevista com o autor.

[386] Jossefate Muchanga, Idem

[387] Julius Nyerere, *Why we recognized Biafra.* In The Observer, 28 de Abril de 1968.

Airlines com destino ao Cairo nesse mesmo dia. As autoridades egípcias proporcionariam a Simango e a sua família uma casa no Bairro de Maadi, na cidade capital egípcia, para além dum subsídio.

Em face do seu estatuto de refugiado, Simango não podia envolver-se directamente em assuntos de natureza política contra Portugal enquanto permanecesse em território egípcio. Todavia, seria por diversas vezes notificado a comparecer no Ministério dos Negócios Estrangeiros egípcio em consequência das suas constantes declarações hostis e de carácter político contra a colonização portuguesa em África que, vezes sem conta, eram publicadas na imprensa mundial a partir de Cairo.

Os contactos que Simango mantinha com outros nacionalistas moçambicanos no exílio culminariam, em Agosto de 1971, com a sua adesão ao Comité Revolucionário de Moçambique (Coremo) onde desempenhou as funções de secretário para as relações exteriores até a data do "golpe de estado de 25 de Abril" e do surgimento do Partido de Coligação Nacional (PCN) em Moçambique.

Relativamente à Frelimo, a ala detentora da chamada *linha correcta*, uma vez afastado Simango, não mais sentiu a necessidade de manter em funcionamento o colégio presidencial. No âmbito duma resolução adoptada pela IV sessão do Comité Central em Maio de 1970, Machel e Marcelino dos Santos assumiram a direcção do movimento, à revelia do Congresso que, ao abrigo dos Estatutos, era o órgão que continuava a ser responsável pela eleição do presidente e do vice-presidente. De facto, Machel e Marcelino dos Santos assumiram o poder de forma inconstitucional. Os dois transformariam a Frente em partido marxista-leninista no decurso dos trabalhos do III Congresso em Fevereiro de 1977.

Durante os trabalhos da IV Sessão do Comité central, recorda Z. Maurício, Bonifácio Gruveta levantou-se para propor a indicação de Samora como presidente e Marcelino dos Santos como vice-presidente. "***Logo que acabou de falar, veio uma salva de palmas a aclamar os novos dirigentes. As palmas, como era habitual nas reuniões da Frelimo, contagiavam logo os que estavam ao lado. Se tu não bates palmas naquele momento ficas logo marcado. Quer dizer, és inimigo; não estás connosco!***"[388].

[388] Z. Maurício, Beira, 7 de Junho de 2000, entrevista com o autor.

Para Z. Maurício, "*Simango perdeu o controle da situação na Frelimo não só em consequência da estratégia traçada pelos seus adversários mas sobretudo porque foi traído e vendido pelos seus próprios irmãos oriundos da sua província e da sua tribo – os Ndaus. Contrariamente ao que o regime propalou a respeito da sua intelectualidade, comparando-a à de Eduardo Mondlane, Simango era um intelectual que se impôs na Frelimo, desde a primeira hora, por mérito próprio e não pela beleza dos seus olhos. Era um homem eloquente que quando falava para uma multidão as pessoas deliravam. Era um adversário sério para Mondlane e toda a gente sabia disso. Todos os que conheceram Simango e Mondlane conheceram também a diferença entre estes dois homens. Mondlane, apesar de ser académico, em termos de eloquência e retórica não chegava a um palmo de Simango. Se Simango estivesse vivo, a Frelimo depararia com problemas hoje, porque nas campanhas eleitorais no sul de Moçambique, por exemplo, Simango falaria às populações na língua deles. O reverendo era um bom poliglota. Falava bem o tsonga, swahili, nyanja, português, inglês, ximakonde, sena e ndau. Mondlane, Samora e Chissano, por exemplo, não falavam nenhuma língua do Centro ou Norte. Apenas uma vez por outra comunicavam-se com as populações de Cabo Delgado em swahili*"[389].

Z. Maurício considera que Simango era um homem que gostava das letras. Segundo ele, "*estava a escrever algo para publicação futura, mas numa atitude vândala, os seus adversários queimaram tudo em Nachingweia como forma de comemorar a vitória contra a linha de pensamento do 'reaccionário', como eles diziam. Até fotografias pisaram na presença de combatentes e atiraram tudo para o fogo. Lembro-me até do indivíduo que fez isso em Nachingweia, mas nem vale a pena citar o nome dele. Está vivo e hoje é um grande dirigente do país*"[390]

Era preciso apagar o pensamento de Uria, como homem e como

[389] Idem.

[390] Idem

político. Como veremos mais adiante, os seus escritos, redigidos numa altura em que lhe faltava espaço nos órgãos do movimento, conquanto alguns ilustrem o estado de nervosismo em que se encontrava quando os produziu, neles está patente a luta por valores de ordem moral e ética. Neles está reflectido a dimensão dum homem dividido entre dois mundos reais: O da violência humana e o da moral cristã.

"***Simango era um homem íntegro que não se comparava em termos de coerência no discurso e na conduta moral a muitos dirigentes da Frelimo e de África***", defende Alberto Sithole, que acrescenta:

"***Embora passasse mais tempo em Dar es-Salam por inerência de serviços, Simango vivia em Mbeya numa casa modesta, e tinha uma família exemplar. Ajudou África a libertar-se. Por várias vezes ajudou o próprio presidente tanzaniano a superar crises no seio da TANU e do próprio governo tanzaniano. A sua liquidação física foi um acto de cobardia. Foi isso que me veio à cabeça quando tomei conhecimento de que o haviam morto. Cobardia. Não conseguiam enfrentá-lo num processo justo, entenderam matá-lo para se livrarem dele. Isso é cobardia. Esse homem não era tão pequeno como tentam reduzi-lo. Era um homem de estatura baixa, sim senhor, mas grande de coração e nos seus actos. Ele olhava para todos da mesma maneira. Era um homem universal. Em nenhum momento tentou juntar gente da sua tribo para planificar a dominação de outros. Era uma simbiose de culturas e dificilmente se identificava com um único grupo de pessoas. Veja, por exemplo: Quando começaram a chegar à Tanzânia alguns zimbabweanos, sul africanos e malawianos de Chipembere, alguns confundiam-no. Julgavam que se tratava de um conterrâneo deles. Falava tão bem com eles em inglês, shona, zulo e nyanja, como se estivesse a falar na sua língua materna. Teve a vantagem de viver no sul de Moçambique e na Rodésia onde, para além de shona que quase é idêntico ao xindau viveu com ndebeles cuja língua se assemelha ao zulo. Poucos sabiam, mas ele falava também o ndebele. Muitos o admiravam por isso. Penso que é por isso que outros começaram a temé-lo. Não entendiam como é que aquele homem falava tantas línguas desta zona de África. Os da sua tribo que tentavam aliciá-lo para entrar em conspirações sabem como eram escorraçados por***

Simango. Era um grande homem. Eu sou académico e Mondlane também era. Mas há uma coisa que todos os que conheceram Mondlane e Simango se lembram bem. Apesar de Mondlane ter sido um académico não era um homem de retórica como o Simango. Simango cativava quando falava. Era um líder à medida daquela revolução[391]

"Lembro-me de um comício num campo de futebol em Dar es-Salam por ocasião dos festejos do Uhuru na Tanzânia. O campo estava repleto de uma multidão delirante. O presidente tanzaniano, depois do seu habitual discurso por ocasião da data, foi apresentando os dirigentes dos movimentos da zona austral que estavam presentes. Quando chegou a vez da Frelimo, primeiro apresentou Mondlane que tentou, de forma frouxa, improvisar um discurso em inglês em poucos minutos. A multidão ficou passiva. A seguir Nyerere apresentou Simango pedindo-lhe para que não se alongasse muito nas palavras que iria proferir. Ele sabia que esse homem quando falava, falava mesmo. A situação complicou-se porque Simango depois de dar vivas por ocasião da data fez uma pausa e, de seguida, perguntou a multidão: 'Querem me ouvir em Inglês ou em Swahili?' Foi o único daqueles que foram apresentados que perguntou isso. A multidão gritou delirante, de braços levantados, Swahiliii!... O pouco tempo sugerido por Nyerere transformou-se em cerca de 10 minutos, com uma multidão freneticamente delirante. É esse o homem que mataram e hoje pintam com os tons dos mais escuros."[392].

Um jornalista moçambicano, depois de ter ouvido tanta coisa desabonatória a respeito de Uria Simango, viria a ter a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente em 1976, aquando da digressão de jornalistas ao Niassa referida nas primeiras páginas da primeira parte deste livro. O que pensa hoje esse jornalista?

"Quando me perguntas o que penso hoje desse homem, obrigas-me a reflectir. Sinceramente, a avaliação que faço é que mata-

[391] Alberto Sithole, Idem

[392] Manuel Mazorodze, Maputo, 16 de Março de 1999.

ram um Homem no verdadeiro sentido da palavra. Ele era muito num só. Eu e alguns jornalistas nacionais daquela época, que tivemos a oportunidade de com ele falarmos no Centro onde estava detido, ficamos simplesmente boquiabertos. A primeira impressão com que fiquei quando o vi e ouvi o que saia da boca dele, foi que estávamos perante um líder carismático que fazia sombra a muitos na Frelimo e era um grande empecilho para alguns fins inconfessos. Falava bem o português e o inglês e tinha uma capacidade de retórica formidável. Um homem muito lúcido para aquela época em que a maioria de nós vivia mergulhada na cegueira da revolução socialista que nem sequer conhecíamos. Eu, pessoalmente, nunca pensei que viessem a matá-lo. Estava convencido de que reeducação era recuperar a pessoa e aquele homem estava a ser recuperado para depois vir a servir o país".[393]

Hoje, passados que foram mais de 30 anos, a opinião de ex-combatentes da libertação nacional e outros que privaram com Uria Timóteo Simango divergem. Mas nota saliente é que a maioria é da opinião de que Simango era um homem de carácter, apenas vítima de excessiva bondade por sua parte e do maquiavelismo de um grupo bem coeso.

" ***Uria era padre demais para aquilo. Ele não viu que a Bíblia não era chamada para aquilo. Quando iniciaram as confusões os que o apoiavam de corpo e alma abandonaram a organização como teste para mais tarde se ver quem tinha razão. Em 1970 quando o contactamos fora de Tanzânia após a sua expulsão da Frelimo, já admitia que falhou na sua avaliação a Mondlane.***[394]

"***Simango não foi dirigente de gabinete como muitos pensam. Fazia longas marchas pelo mato adentro de Moçambique, ficando várias vezes semanas dormindo ao relento, lado a lado com os***

---

393 Palavras de um jornalista então presente na última entrevista de Simango em Niassa. Por imperativos profissionais este jornalista prefere manter o anonimato. Maputo, 10 de Julho de 2001, entrevista com o autor.

394 Manuel Mazorodze, Idem.

guerrilheiros. Era um homem íntegro, com ideias próprias. Você pergunta-me se houve alguém da sua etnia que o traiu? Eu sou ndau e sei que alguns dizem que ele foi traído pelos seus irmãos da tribo ndau porque alguns ndaus ficaram no poder, apesar de nenhum deles ter tido algum poder de decisão. Eu não concordo com a ideia de Simango ter sido traído. Pode ter havido um ndau que tenha traído um outro ndau, como foi o caso que provocou a morte de Nungu. Todos nós que estávamos lá naquela época sabemos disso. Mas Simango não foi traído por nenhum ndau. Foi traído, mas pelo destino. A uma determinada altura, quando muitos de nós nos apercebemos de que havia reuniões clandestinas de conspiração, também começamos a pensar em reagir, conspirando também. Destacamos alguns velhos de Sofala como o Dhlakama, Fenias, Solomoni, Mungaka e mais um ou dois de cujos nomes não me lembro. Nungu fez parte do grupo. Escolhemos esses porque pensávamos que sendo conterrâneos de Simango, e alguns deles mais velhos, ele poderia ouvi-los e assim convencer-se de que era preciso mudar de atitudes naquela situação de guerra. Ele recebeu-os. Só que aqueles velhos voltaram frustrados. Disseram-nos que Simango lhes havia dito que ao nível da direcção da Frelimo não havia problemas nenhuns. Que eles, portanto aqueles velhos, é que estavam a inventar problemas onde não havia problemas. Quer dizer, Simango fazia-nos de parvos. Nós víamos os problemas e ele dizia que não havia problemas. Barafustou com aqueles velhos e disse que 'vocês devem trabalhar nos vossos postos e não andar a meterem-se em intrigas', etc.; etc. Que 'era preciso confiar nas pessoas porque havia espaço para todos na Frelimo e em Moçambique'. Fenias, que era até amigo de infância de Simango, aborreceu-se e abandonou a Frelimo indo para o Kénia. Depois do encontro com Simango, o velho Fenias quase que se batia a socos com Nungu, porque Nungu, de repente começou a posicionar-se do lado de Simango. O que é que podíamos fazer? Os outros entendiam-se e nós falávamos de unidade, num sítio onde o discurso, na verdade não passava de fachada para o inglês ver!... Penso que mesmo na tumba, se é que as almas vivem de facto, Simango deve lembrar-se disso. "[395].

"Eu conheci Simango como um revolucionário. E julgo que

[395] VB, Idem

apesar de tudo ele não deixou de ser o homem revolucionário que era. Entendes não é? Houve muitos problemas que eram contra a sua maneira de ser. Ele era Pastor, sabes disso?"[396]

"*Estes canalhas que estão no poder hoje em Moçambique não tinham experiência social e a maioria aprendeu a falar para multidões através de Simango. Simango tinha experiência social porque era Pastor e era muito eloquente. As pessoas ouviam-no. Não quis ser violento, apesar de ter tido tudo nas mãos para sê-lo. O azar dele foi não ter nascido na casta dos regionalistas*"[397].

"*Era uma pessoa sensata, compreensiva e empreendedora. O que lhe fez publicar o Gloomy Situation foram os problemas que existiam e sobretudo o sistemático plano de o destruir. Ele percebeu que havia um plano muito sério de o destruir. E não estava enganado, só não viu quem não quis. Qual a razão da manobra do triunvirato, por exemplo? Depois da morte de Mondlane, ele é que era o presidente porque havia sido eleito por um Congresso. Que se procurasse um vice-presidente para lhe coadjuvar até que um novo Congresso os confirmasse, isso sim, era o que muitos esperavam!*"[398]

Dizer que foi por falta de apoio que Simango não tomou o Poder não é verdade. O problema da disputa de poder numa situação em que o manejo de armas de fogo é que conta, é muito complicado. A arma de fogo é uma força bruta, nem sempre representa a força da razão. Naquela altura, para tomar a direcção, bastava que um grupo pequeno de indivíduos, mesmo sem o apoio da maioria, soubesse manejar as armas e fosse esperto e bem maquiavélico. Os outros tinham que se sujeitar, porque esse grupo tinha força e intimidava tudo e todos. Penso que foi esse problema. Depois havia um

---

396 Mariano Matsinhe, Idem. A entrevista com Mariano Matsinhe decorreu, a seu pedido, no seu gabinete no Comité Central da Frelimo em Maputo. Denotava receio de abordar com profundidade alguns assuntos em torno de Simango. É ilustrativo disso a resposta que dá neste ponto.

397 José Massinga, Idem

398 Nelson de Maia, Idem.

outro aspecto que é preciso tomar em consideração. Numa situação daquelas, em que a maioria se sentia intimidada por um pequeno grupo, surgia o velho dilema: Quem põe o guiso ao gato? Embora existissem muitos ratos dispostos a pôr o guiso ao gato, o problema naquela situação era que esses ratos queriam que tudo fosse feito com o conhecimento do chefe em que eles depositavam confianca. Essa exigência era legítima para que em caso de problemas o chefe os defendesse e até justificasse a razão por que permitira que se fizesse aquilo. E o chefe, neste caso o Simango, não queria guiso para gato nenhum. Aquele que o fizesse sem o aval do chefe seria condenado pelo próprio chefe. O que fazer, então, numa situação dessas? as pessoas tinham de se sujeitar!".[399]

[399] Alberto Sithole, Idem

Sexta parte

O 25 DE ABRIL E O INÍCIO DO FIM

Da herança maligna ao golpe de Estado que não existiu

A 25 de Abril de 1974, uma brusca mudança no xadrez político português ditaria o futuro tanto de Portugal, como das suas colónias em África. Um grupo de oficiais do exército reunido no que se denominou de Movimento das Forças Armadas (MFA) tomaria o poder, derrubando, num estranho golpe de Estado, o então regime salazarista de Marcelo Caetano. Imediatamente após o golpe, o MFA entregaria o poder a uma Junta de Salvação Nacional (JSN) liderada pelo General António de Spínola.

Desde princípios da década de sessenta, pairava nos círculos políticos do então regime português a controvérsia quanto ao lugar de Portugal nas Relações Internacionais contemporâneas. O debate girava à torno de políticas que permitissem a Portugal e aos portugueses sair de África com dignidade e desfrutarem de boas relações com os novos Estados que da descolonização nasceriam, de modo a que, num ambiente de concórdia, consubstanciado no pluralismo político, se garantisse a continuidade do desenvolvimento económico e social desses Estados, salvaguardada que estaria também a defesa dos interesses dos cidadãos de origem portuguesa nesses países. Era imperioso evitar-se a repetição da vergonhosa derrota infligida às forças militares portuguesas na Índia em 1961 e, acima de tudo, que Moçambique e outras colónias portuguesas em África caíssem na alçada de Pequim ou de Moscovo. Homens como Humberto Delgado, Baltazar Rebelo de Sousa, Adriano Moreira, Manuel José H. Mello e muitos outros, destacaram-se na defesa desse ponto de vista que, nos chavões comunistas, alguns apelidaram de *"neocolonialismo"* e *"independências de hino e bandeira"*.

A contestada vitória da direita conservadora nas eleições presidenciais de 1958 e a lendária frase "*obviamente demito-o*"[400] proferido por Humberto Delgado, foram, em si, alguns sinais dos tempos que a direita conservadora portuguesa negou encarar de frente. Segundo diria um estudioso da situação política portuguesa, a história do regime *fascista* português na última década antes da sua queda assemelha-se a uma árvore cujos frutos amadurecem e apodrecem sem serem colhidos. Quando estas caem por si só, simplesmente se esborracham no chão e nada deles se aproveita para o consumo humano. O regime português estava podre por dentro em consequência da *senilidade* intelectual do ditador Salazar e da falta de visão do seu sucessor, Dr. Marcelo Caetano. Mas se Salazar foi míope, Caetano e os que lhe seguiram até a descolonização da "África portuguesa", foram, a todos os títulos, cegos.

A morte política de António de Oliveira Salazar em 1968 e a subsequente nomeação, a 27 de Setembro, de Marcelo Caetano para o cargo de presidente do Conselho de Ministros, trouxe um certo ar de alívio e uma certa esperança de reformas profundas na esfera política portuguesa. É que entendia-se que o Professor Dr. Marcelo Caetano, figura emblemática que na clandestinidade terá apoiado os ideais da intentona de 1961, liderado por Botelho Moniz[401], finalmente, encon-

[400] Numa conferência de imprensa a 10 de Maio de 1958, respondendo a uma pergunta de um jornalista da *France Press* sobre o destino que daria a Salazar se saísse vencedor nas eleições presidenciais daquele ano, Humberto Delgado, então candidato independente a pedido da oposição democrática, respondeu: **"Obviamente que demito-o"**. A frase seria então o mote da campanha eleitoral de Humberto Delgado. Uma fraude generalizada ditaria a manutenção da direita conservadora no poder em Portugal. Mas Delgado ganhou as eleições em Moçambique.

[401] Com o deflagrar dos acontecimentos de Angola em Março de 1961 (com a UPA a protagonizar a primeira violência armada de grande envergadura), prevendo os horrores da guerra, um grupo de militares liberais sob liderança do então Ministro da Defesa Nacional general Botelho Moniz, tentaria destituir à força o então presidente do Conselho de Ministros, Dr. António de Oliveira Salazar. Alertado pelo então Chefe do Estado, Almirante Américo Tomás, por Kaúlza de Arriaga e outros da ala ultra-direitista sobre a eminência de um golpe de Estado, Salazar viraria a mesa a seu favor nos derradeiros momentos do preparativo da intentona. Para surpresa de Moniz e de muitos, Salazar far-se-ia presente na reunião final dos preparativos do golpe, desmascarando todos e, por via de um decreto destituiria Moniz e alguns generais dos seus postos na esfera militar portuguesa. (Almeida Fernandes, citado por José Freire Antunes. In "*A Guerra de África (1961-1974)*", pp. 180,181).

traria um espaço que permitisse uma saída airosa para a descolonização de Moçambique, Angola, Guiné Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Entendia-se também que havia chegado a hora da democratização efectiva do Estado português. Segundo escreve Bruno Oliveira Santos, desde o inicio da década de sessenta, Caetano era por mudanças profundas na esfera política portuguesa. Provam-no as suas alianças com os reformistas do xadrez político daquele país. Com efeito, mal se viu investido no cargo de presidente do Conselho de Ministros, Caetano tratou imediatamente de reabilitar o grupo dos conjurados da intentona de 1961[402].

Todavia, a despeito deste nobre gesto para com aqueles "camaradas", estranhamente, Caetano cuja simpatia em relação às reformas defendidas por Botelho Moniz era conhecida[403], não tardou a encarnar na totalidade o espírito político do velho ditador. Entre ser "aldrabado" por generais como Kaúlza de Arriaga e outros da ultra-direita que lhe garantiam limpar os *terroristas comunistas* em dois tempos em África (antes de qualquer espécie de reformas) e imediatamente pôr em marcha uma saída airosa do continente por via de processos democráticos, Caetano embarcou na cantiga dos generais da direita conservadora. Deste modo, o tempo foi passando e a fruta, já amadurecida, apodrecia a olho nu sem ser colhida.

Em matéria do evolucionismo político dos povos africanos o ultra direitismo português continuava cego e, apoiando-se em ideais retrógradas que foram sendo ultrapassadas com o tempo, teimava em não querer despertar para um mundo real que evoluía a olho nu. Sem dar conta da sua miopia, nos meados da primeira metade da década de sessenta, Portugal tinha em África três frentes de guerra cujo desfecho era imprevisível. Embora no início da década de setenta, de certa forma, ainda controlasse a situação militar em Moçambique e Angola, a situação na Guiné-Bissau era catastrófica e, uma derrota militar frente as forças do PAIGC era eminente. Contudo, não tardou que na colónia portuguesa do Índico a situação evoluísse igualmente para o pior. A descida da guerra para a zona central do país começou a preocupar algumas esferas sociais então habituadas a ouvir falar de "turras" ape-

---

402 SANTOS, B. O., *Histórias Secretas da PIDE/DGS*, p. 130

403 Caetano é citado como tendo, a 2 de Fevereiro de 1962, "preconizado uma modificação constitucional com vista a transformar o Estado Unitário em Estado Federal". (In *SAVIMBI, Vida e Morte*, p.271).

nas "lá no norte". Perante o novo quadro que se apresentava, algumas vozes radicalizaram-se e outras optaram por um "repensar" da estratégia a seguir. Em Janeiro de 1972 arrebenta na cidade da Beira o que aos olhos de alguns extremistas da direita portuguesa se badalou de "*escândalo de Macúti*", envolvendo os padres Joaquim Teles Sampaio e Fernando Marques Mendes[404]. Eram os sinais dos tempos. Embora tardio, o alerta dos padres também não foi acatado. Nos fins de 1973 a acção dos combatentes da Frelimo já se fazia sentir na zona central do país. A morte em Janeiro de 1974 de uma senhora de raça branca nos arredores de Vila Pery (Chimoio) radicalizaria as posições de alguns colonos, sem contudo se pensar numa via pacifica para a solução duma guerra que não se conteve em embrião. A dor da perda daquela cidadã portuguesa culminaria brutalmente com manifestações de repúdio à incapacidade do exército de conter a guerrilha que já ameaçava o corredor da Beira. Com efeito, segundo escreveria David Martelo, numa reunião na cidade de Vila Pery a 16 de Janeiro, perante os representantes do governo-geral e das Forças Armadas, os porta-vozes dos colonos brancos naquela cidade declararam arrogantemente que prescindiam da presença das forças militares. Exigindo que lhes fosse fornecido armamento e meios de comunicação, desejavam eles próprios assumir a repressão dos chamados *turras* que vinham do norte. Na manhã do dia seguinte, já na cidade da Beira, outras centenas de manifestantes embrutecidas concentraram-se no edifício do Governo do Distrito em apoio às posições dos colonos de Vila Pery. Na tentativa de acalmar os ânimos, de megafone em punho, o então Governador seria imensamente vaiado pelos manifestantes irados, acabando ele mesmo por se aliar a estes[405]. A manifestação terminaria na Messe dos oficiais do exército no bairro de Macúti, com pedradas e insultos à mistura. Mas nada se resolveu. O mundo dos teimosos prenunciava assim o seu fim.

---

[404] Contrariando as normas da relação entre o regime e a Igreja Católica, a 9 de Janeiro, durante uma cerimónia religiosa na paróquia de Macúti, os dois padres proibiram a entrada na Igreja da bandeira portuguesa quando o agrupamento nº 252 do Corpo Nacional de Escutas (CNE) se preparava para fazer a promessa solene de "lobitos", "avezinhas" e "guias". Ambos foram encarcerados nas masmorras da PIDE e, durante o julgamento pelo Tribunal Militar, denunciaram veementemente o colonialismo português.

[405] MARTELO, D. , *1974 Cessar-Fogo em África*, p. 43. **Nota**: Rebelo de Sousa, então Ministro do Ultramar, diz que o então governador Sousa Teles, de megafone em punho se aliou aos manifestantes, vaiando também as forças armadas, o que levou a sua destituição. (Depoimento do próprio Rebelo de Sousa a José Freire Antunes, op. cit., p. 872).

Mas a pressão para que Portugal encarasse a questão ultramarina como não tendo uma solução militar não vinha somente das forças internas. Igualmente, o ocidente liberal já há muito pressionava nesse sentido, pois desenhava-se um perigo *vermelho* que era preciso evitar. Se Portugal não ouvisse por bem, ouviria por mal. Segundo escreveria Barradas de Oliveira[406], foi na sequência da intransigência das autoridades portuguesas que "a 25 de Abril de 1971, numa reunião do clube Bilderberger, em Woodstook Inn, propriedade de Lawrence Rockfeller, no Vermont, U.S.A, os magnates da plutocracia internacional teriam considerado por unanimidade esgotado o tempo que o governo de Lisboa tinha para aceitar a nova ordem que eles queriam. Entre os signatários do capitalismo mundial então presentes no encontro de Vermont, figuravam o príncipe Bernardo da Holanda, o barão de Rothchild, David Rockfeller, então presidente do *Council on Foreign Relations (CFR)*, Robert MacNanara, presidente de multinacionais como a ITT e a Coca-Cola e Henry Kissinger". O encontro que pretendia decidir os destinos da Namíbia, Angola, Moçambique, Rodésia e África do Sul, teve, segundo Manuel Gomes dos Santos[407], igualmente a participação do magnata Openheimer, o homem que dominava o negócio dos diamantes em toda a zona da África Austral.

Embora igualmente atrasados na sua pressão contra as autoridades portuguesas visando salvar, nos moldes liberais, os interesses do ocidente frente à galopante penetração ideológica do leste em África, não deixou de ser salutar que o ocidente e os seus mandantes já ganhassem consciência do perigo que tinham deixado arrastar-se por África adentro. Todavia, esta tentativa de ditar a regra do jogo político e económico em África encontraria o leste europeu e Cuba já atentos e com todas as condições de virar a mesa a seu favor. Apesar de nas vésperas do "golpe de estado" em Portugal o mesmo clube de Bilderberger se ter reunido de 19 a 21 de Abril de 1974, todo o esforço empreendido no apoio aos golpistas em Portugal na perspectiva de conduzi-los para a linha do liberalismo ocidental na condução dos destinos de Portugal e da descolonização da então "África portuguesa", seria em vão. Spínola, o homem que herdara a missão de conduzir os destinos de Portugal no pós-Caetano nadaria em águas turvas de dimensões imensuráveis.

---

406 OLIVEIRA, Barradas, *Quando os Cravos Murcham, meio milhão de mortos*, pp. 35, 36.

407 Manuel G. dos Santos, correspondência para o autor, Abril de 2002.

Mas quem foi Spínola, o homem que se propôs salvar o comboio que virava ribanceira abaixo? Nos fins da década de 60 e princípios da década de 70, o General António de Spínola estava à testa das operações militares portuguesas na colónia portuguesa da Guiné Bissau. Embora igualmente também atrasado, ter-se-à apercebido de que a situação portuguesa em África exigia uma perícia política e diplomática, e não uma solução militar. Mesmo que essa perícia encerrasse, em si, uma astúcia que permitisse um apaziguamento que passasse por um cosmético compartilhar do Poder com os africanos, era preferível a uma opção de guerra que tendia a evoluir e a cimentar, cada dia que passava, um despertar de consciência nacionalista que – segundo o seu ponto de vista – perigosamente se dissociava de Portugal e do liberalismo ocidental. Por consequência, inspirado nos ideais que remontavam da intentona de 1961 e nos pontos de vista do deputado Manuel José Homem de Mello[408] sobejamente discutidos nos bastidores políticos portugueses, Spínola esboçou um plano visando uma solução negociada que passava pela *autodeterminação* e *independência* dos povos colonizados sob a bandeira de uma grande *federação* portuguesa, que iria de Minho a Timor. Embora muito enganado, entendia então Spínola que apenas uma diplomacia nesse sentido amainaria os ânimos dos nacionalistas de armas em punho nos *"territórios portugueses"* em África. Assim se dirigiu várias vezes ao então substituto de Salazar na esperança de demovê-lo da sua intransigência.

Mas Portugal, de facto, ia atrasado muitos anos. O apoio que os movimentos de libertação dos povos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau recebiam do bloco socialista e do radicalismo de esquerda da URSS e da China Comunista, manifestava-se em duas vertentes que se complementavam: Numa vertente material, consubstanciada no equipamento militar para o combate no terreno contra as forças de ocupação, e, numa vertente política, consubstanciada na preparação política e ideológica dos combatentes nos desígnios do totalitarismo de esquerda. Este *monstro* do despotismo staliniano, encubado por longos anos perante a miopia das próprias autoridades portuguesas, chegaria no início da década de setenta já com o tamanho desejado para perturbar qualquer tentativa de consertar as coisas.

---

[408] Em 1962, Manuel Mello, então deputado pela União Nacional, publicou um livro sob o título *Portugal, o Ultramar e o Futuro*. Nele, Mello toma uma posição de afronta aos dogmas do regime e preconiza uma solução autonomista para o Ultramar. (MARTELO, D. , 1974, p.51).

As tentativas de Spínola em remendar os erros dos seus antecessores redundariam em fracasso, pois o 25 de Abril encontraria as forças adstritas ao imperialismo do Leste, tanto em Portugal, como em África, muito atentas e dispostas a jogar toda a cartada possível e imaginária para assegurar a descolonização nos ditames idealizados nos manuais da Internacional Comunista.

Mas o que aos olhos do senso comum aparentou ter sido um golpe de Estado no verdadeiro sentido da palavra, em Portugal, não passou de uma tramóia que a história ainda vai registar. Toda uma análise cuidada daquele acontecimento, conclui que a única pedra que de facto saiu traída no então xadrez político português, terá sido apenas o homem da extrema-direita, o Almirante Américo Tomás, que na época ocupava o posto de Chefe de Estado no regime. De acordo com dados posteriores, o então chefe do governo derrubado, o Dr. Marcelo Caetano, desde a primeira hora, estava ao par do enredo do golpe. Perante as incertezas e duvidas que pairavam em si para pôr em marcha os ideais de Humberto Delgado, Botelho Moniz, Adriano Moreira, Baltazar Rebelo de Sousa e outros, que, na essência, eram igualmente apoiados pela administração norte americana e pelos magnatas do mundo capitalista como acima se referiu, frente ao levantamento militar de 25 de Abril, ardilosamente e com um atraso de 6 anos no poder, tentaria a todo o vapor pôr nos carris um comboio que caia ribanceira abaixo, entregando o poder a Spínola na esperança de este consertar o mal que havia sido feito. Segundo ainda Bruno Santos, tanto Caetano como alguns oficiais sonantes da então polícia política do regime (a DGS), nomeadamente os sub-inspectores Oscar Cardoso e Abílio Pires, sabiam que na noite de 24 para 25 de Abril haveria um levantamento militar visando mudar o rumo da história daquele país. A uma pergunta sobre se o 25 de Abril os tinha apanhado de surpresa, Pires afirma:

"Não. Já sabíamos que, naquela noite, ia dar-se qualquer coisa. É por isso que à meia-noite eu ainda estava na António Maria Cardoso. Repare: na noite anterior, os militares foram buscar os aparelhos de rádio ao Quartel de Cascais. Se existiam dúvidas sobre a possibilidade de eclodir uma nova revolta[409]*, elas ficariam logo dissipadas. Posso garantir-lhe que o presidente do Conselho de Minis-*

[409] Nota do autor: Houve uma tentativa de golpe à 16 de Março. Na sequência, muitos oficiais do exército foram presos.

tros esteve sempre perfeitamente informado, mas não enfrentou nem deixou enfrentar a situação. E manteve essa posição até à tarde do dia 25 de Abril de 1974, recusando-se inclusivamente a sair do Quartel do Carmo com os carros que nós estacionamos perto do elevador de Santa Justa. A ideia era tirá-lo do Carmo e colocá-lo em sítio mais seguro. Não corria o mínimo risco, tanto é que um dos inspectores que o acompanharia entrou calmamente no Quartel e responsabilizou-se pela sua segurança. Mas ele não quis. (...) Marcelo Caetano estava feito com os revoltosos.(...). Posso dizer-lhe que tinha havido contactos entre oficiais do gabinete de Spínola na Guiné e o próprio Marcelo. Um desses oficiais é o coronel Pereira da Costa, que ajudou o Spínola a escrever o Portugal e o Futuro. O Almeida Bruno foi portador de várias cartas" [410].

Igualmente, respondendo a uma pergunta semelhante, se a PIDE ou o governo sabiam que ia ocorrer uma revolução à 25 de Abril, Óscar Cardoso por sua vez responde:

-"***É claro que sabiam. Principalmente depois do golpe das Caldas, a 16 de Março, controlávamos todos os movimentos dos militares subversivos. São eles próprios que hoje o dizem. Sabe o que nos enganou? Estávamos convencidos de que Spínola dominava a situação. É que Spínola ainda nos inspirava alguma confiança, não era comunista. Sabíamos que ia dar-se o 25 de Abril, o que não sabíamos é que o 25 de Abril teria o desfecho que teve...***"[411]

Portanto, de entre os oficiais da segurança do Estado, leais ao regime (que não eram poucos), ninguém moveu uma palha porque se esperava que Spínola acudisse com êxito a situação. A conjura havia sido esquematizada a partir dos escalões mais altos do regime, e não convinha a nenhum subalterno desobedecer às ordens. Era o render da guarda, numa tentativa de última hora em se consertar o mal encubado

---

[410] Abílio Pires. In SANTOS, B. O., Histórias Secretas da PIDE / DGS, pp. 145, 146 (o sublinhado é do autor).

[411] Óscar Cardoso. In SANTOS, B. O., p. 151.

durante anos. E nem que para tal se ensaiasse algo parecido com um golpe de Estado, o fim justificaria os meios. Segundo se escreveria mais tarde, os "golpistas" andaram então por Lisboa em tanques militares sem uma única bala para disparar em caso de resistência ao golpe. Caetano, convencido de que o *amigo* Spínola tomaria conta do recado depois de vezes sem conta, nas suas confidências, não-lhe ter dado ouvidos, ordenou que não se resistisse à intentona, pois apesar de considerar o acontecimento um "facto precipitação" (pois queria ainda desfazer-se dos *terroristas* de armas em punho em África), contava com os "bons ofícios" de Spínola, pessoa a quem, de entre muitos, entendia ser o homem capaz de conduzir o barco a bom porto.

Caetano transmitiria pessoalmente o poder à Spínola no quartel do Carmo às 19:30 horas do dia 25, sob a garantia deste "não deixar o Poder cair na rua". Só que o Poder cairia, de facto, na rua, porque o radicalismo de esquerda estava atento, tanto em Portugal, Moscovo, Dar es-Salam e, até, na Argélia onde ainda se acoitavam alguns dos pontas de lança de Kremlin na zona austral de África. Spínola viu-se incapaz de parar o vento com as mãos. O radicalismo da esquerda encontraria um campo fértil para a prossecução dos seus objectivos e, a palhaçada, essa, teria no palco dos acontecimentos homens que se propunham *defensores da causa do povos oprimidos do mundo inteiro*!. Contudo, já era tarde demais.

Ironicamente, a nova polícia política – COPCON[412] – chefiada pelo então major Otelo Saraiva de Carvalho, consolidado que foi o suposto golpe, ficaria a prender, conduzindo para Caxias e outras cadeias de Portugal apenas o peixe miúdo do regime deposto, pois a Caetano, o tal *fascista* que fez correr muito sangue, tanto em Portugal como em África, nenhum dos novos dirigentes se lembrou de detê-lo no país para responder pelos crimes que cometeu. Os supostos golpistas tratariam, eles próprios, de protegê-lo e conduzi-lo, são e salvo, para o exílio no Brasil.

[412] O COPCON (Comando Operacional do Continente) era a designação da polícia política que substituíra a PIDE / DGS após o 25 de Abril em Portugal.

O golpe de estado que a memória histórica não registou

Ainda que a história considere o acontecimento militar do dia 25 de Abril como tendo sido um *Golpe de Estado*, na essência, não passou de uma conspiração que saiu pela culatra, pois o verdadeiro golpe, esse, a despeito de não ter entrado nos anais da história como tal, viria a tomar lugar cinco meses mais tarde, desta feita conduzido por políticos adstritos ao extremismo de esquerda e com o denodado apoio dos militares afectos à Comissão Coordenadora do MFA. A vitória do verdadeiro golpe seria, então, celebrada a 30 de Setembro de 1974 com a apresentação da demissão de António de Spínola do cargo de Presidente da República Portuguesa e com a imediata nomeação do General Costa Gomes para o cargo. Era o culminar da luta de consolidação de posições entre duas forças (JSN e MFA) em confrontação no xadrez político e militar português.

Mas como é que se chegou a isso?

A par das derrotas militares no terreno das operações em África, o moral combativo do exército português, que desde o início da década de 70 se via abalado pela incapacidade de conter as incursões guerrilheiras dos nacionalistas em África, viu-se, em Julho de 1973 mais abalado ainda pela promulgação do Decreto-Lei 353/73 de 13 de Julho, da autoria do então Ministro do Exército, general Sá Viana Rebelo. Com efeito, aquele Decreto-Lei feriu a consciência da maioria dos Quadros Permanentes do exército, alicerçando nos mais esclarecidos a ideia de uma revolta que culminaria com a revolução de 25 de Abril. A medida então legislada visava reforçar o número de quadros ao nível dos capitães e subalternos. Segundo escreveriam António Duarte e João Serafim, para resolver o problema, "***o decreto-lei admitia a passagem para quadro permanente de oficiais do quadro especial de oficiais (os oficiais milicianos) através da frequência de um curso intensivo na Academia militar. As facilidades eram grandes: bastava aos capitães milicianos com o 7° ano de escolaridade e menos de 31 anos de idade obterem boas classificações e frequentarem um curso acelerado de dois semestres em escola prática para poderem passar ao quadro, alguns deles inclusivamente a major. Preteriam-se assim os oficiais do quadro, com carreiras de esforço e antiguidade, que se viam ultrapassados pelas facilidades concedidas aos***

mais novos. No corpo militar, a revolta causada por este legislação foi grande. Processos individuais foram enviados ao ministro do Exército para que este avaliasse cada uma das situações dos que se consideravam injustiçados. Começaram simultaneamente a circular dois panfletos, chamados "Dos espúrios aos puros" e "Estagnação ou progresso", com textos que remetiam para uma divisão entre oficiais do quadro e milicianos e cuja autoria ninguém nunca apareceu a reclamar. Perante a contestação generalizada, Sá Viana Rebelo tentou emendar a mão com outro decreto-lei, o 409/73, mas acabou por só atenuar o anterior no que diz respeito aos majores, deixando os capitães em litígio"[413].

Seriam então estes militares, a maioria dos quais capitães, que teriam a missão de fazer frente à norma estabelecida pela legislação 353/73 culminando com o 25 de Abril. Na sequência desse Decreto, diversas reuniões de carácter conspiratório foram sendo promovidos pelos militares. Mas segundo declara Mariz Fernandes, um dos oficiais ligado à génese do 25 de Abril de 1974"[414], embora se tenha descambado numa revolução, para a maioria dos oficiais do exército estava fora da intenção o derrube do governo nos moldes em que veio a acontecer. O que existia era uma reivindicação visando repor a justiça, e unia-os apenas uma indignação corporativa.

Contudo, perante uma catalisadora situação como aquela, era natural que as forças políticas opostas ao então regime se embrenhassem na procura de vias de tirar o máximo aproveitamento possível da situação para fins políticos. Melo Antunes, um dos expoentes máximos do golpe de 25 de Abril, diria mesmo que "***a maioria dos oficiais participou num golpe militar, num pronunciamento militar, sem saber que estava a desencadear uma revolução***"[415]. Vista a questão neste prisma, é, de certa forma, legítimo conferir razão a homens como Mariz Fernandes e a todos aqueles que olham o problema corporativo como tendo sido a razão do levantamento militar, pois não se pode atribuir o protagonismo de uma revolução a indivíduos que não têm consciência

[413] DUARTE, A. S. et al, In *Confissões do 25 de Abril*. Lisboa, Editora Âncora, 1999, p. 80.

[414] Idem, p. 78

[415] Melo Antunes, citado por David Martelo, in *1974 Cessar Fogo em África*, p. 77.

de estarem a fazer uma revolução. Que se saiba, no Portugal colonial, as revoluções estavam sendo feitos em África, com povos armados que sabiam que estavam fazendo uma revolução. Na essência, a maioria dos oficiais do exército português referidos por Melo Antunes, terá sido apenas um bando de *idiotas úteis*[416] ao serviço daqueles que estavam, de facto, a fazer uma revolução no Portugal continental. De modo que, na esperança de resolver um problema corporativo que os afligia, a maioria desses oficiais viu-se apenas embrulhada numa situação política de difícil controlo, visto que à frente das reivindicações estavam Melo Antunes, Otelo Saraiva de Carvalho e outros homens, que estavam, de facto, fazendo uma revolução. E como "***na guerra o moral está para o físico como três para um***"[417], estes senhores (os verdadeiros mentores da revolução), cedo tratariam de destruir o pouco que restava do moral combativo dos militares, antes de vislumbrarem uma saída justa para a causa da descolonização que pretendiam enfrentar. Tanto Spínola como a sua JSN seriam ultrapassados pelos acontecimentos, pois que a coberto das forças da esquerda política portuguesa, e numa estreita colaboração com a Comissão Coordenadora do MFA, a Frelimo e outras forças nacionalistas de tendência da esquerda radical na "África portuguesa", jogariam, legitimamente, uma cartada que visava conduzi-los ao Poder sem mais delongas.

Longe de ser "verdade absoluta" o propalado protagonismo de Spínola no derrube de Marcelo Caetano e do seu regime, os dados indicam que a aparição daquele general à testa da Junta de Salvação Nacional encerrava em si uma estratégia bem pensada por parte da maioria dos oficiais marxistas radicais do MFA. É que na época, Spínola era dos poucos generais que reunia condições capazes de dar credibilidade a um golpe na esfera interna do país. Longe de propalar as suas ideias políticas sobre o futuro do império português apenas nos bastidores, corajosamente, contra a vontade de Caetano (que, repita-se, queria primeiro desembaraçar-se dos *comunistas* de armas em punho na "África portuguesa") acabou publicando-as no seu livro – *Portugal e o Futuro*. A despeito dos ultra-direitistas o terem rotulado de

---

[416] Segundo V. I. Lenine, para a vitória da revolução da Internacional Comunista se alcançar, era preciso "contar com o apoio das camadas politicamente não esclarecidos, os proletários e semi-proletários".

[417] Napoleão Bonaparte, citado por David Martelo. Ibid, p. 19.

"cobarde" e "vende-pátria", o livro proporcionou ao general enorme prestígio na esfera militar e na maioria da opinião pública portuguesa. *Portugal e o Futuro*, que saiu à rua a 22 de Fevereiro de 1974, exactamente no auge do reboliço provocado pelo Decreto-Lei 353/73, foi reimpresso cinco vezes seguidas, com um total de vendas que atingiu os 250.000 exemplares. Nele, Spínola procurava abertamente confrontar os dogmas do regime e lançava o seu apelo para *um repensar* na estratégia da manutenção da *honra* portuguesa no que se denominava "Portugal Ultramarino". Embora Caetano concordasse com as opiniões do general, entendia que a publicação desses ideais fora precipitada. Teimava em desfazer-se primeiro dos *terroristas* em África para posteriormente introduzir reformas. Por consequência, a 14 de Março, demiti-lo-ia, na companhia de Costa Gomes dos cargos de Vice-Chefe e Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, respectivamente, alegando, como pretexto, a ausência de ambos na cerimónia de solidariedade para com o regime, levado a cabo pelos três ramos das Forças Armadas a 5 de Março. Os dois homens passariam então a "suspeitos políticos". Doze anos mais tarde, Aquino de Bragança, dava o seu ponto de vista em torno do livro de Spínola nos seguintes termos:

-"***A posição de Spínola, tal como foi definida no seu livro, era parte de um projecto coerente e bem elaborado; em síntese, Spínola acreditava que era necessário democratizar Portugal para descolonizar, e ele conseguiu ganhar o apoio dos maiores partidos antifascistas para esta política porque, na realidade, tomou algumas medidas efectivas no sentido de uma ordem democrática***"[418].

Cientes do prestígio de Spínola, alguns oficiais do exercito à testa das reivindicações despoletadas pelo Decreto/Lei 353/73, então surpreendidos com a medida da sua destituição, procurariam, já abertamente[419], usar a sua figura como trampolim para prossecução dos seus objectivos. Todavia, estava claro que no MFA havia duas linhas

[418] Aquino de Bragança. In *Estudos Moçambicanos* 5 / 6, CEA, 1986, p. 8. (O sublinhado é do autor).

[419] De notar que Spínola, já desde Julho de 1973, mantinha clandestinamente contactos com o MFA. Terá contribuído no esboço do programa político do movimento e sido indicado (na sua ausência na reunião de Cascais de 5 de Março) co-chefe do movimento reivindicativo. (SPÍNOLA, António.– *País sem rumo*, pp. 94 -109).

distintas em confrontação, uma linha virada para a esquerda radical e outra linha que nutria simpatia pela moderada *social democracia*. Era preciso conduzir uns à fossa para o pleno controlo do movimento. A tentativa de golpe de estado falhada a 16 de Março, trataria então de criar as condições para o almejado controlo do movimento, pois, estranhamente, dessa intentona cairiam nas malhas da PIDE/DGS apenas os oficiais moderados que comungavam os ideais de Spínola. Otelo Saraiva de Carvalho, Melo Antunes, Pinto Soares e outros ligados a extrema esquerda no movimento, astutamente, escapariam e tomariam por completo o controlo da direcção do movimento. E a fruta podre, finalmente, se desprenderia às zero horas de 25 de Abril, já com esses senhores a testa do movimento.

Mas se o golpe de 25 de Abril não colheu de surpresa a *nata* esclarecida tanto em Portugal como nas colónias, o mesmo não se pode dizer da maioria das pessoas menos esclarecidas. Para muitos, de repente, Portugal assim como as suas colónias em África, entravam numa nova era. Politicamente, uma luz no fundo do túnel se vislumbrava. Todavia, para a solução dos conflitos nas colónias portuguesas em África, Spínola advogaria o "evangelho" consagrado no seu livro *Portugal e o Futuro*. Apesar da ambiguidade do discurso de Spínola, algo de novo e salutar surgia na política portuguesa. Pela primeira vez na história daquele país estava aberto o caminho para um diálogo democrático na medida em que tanto o programa do MFA, (que o próprio Spínola ajudou a elaborar) como o da JSN, garantiam para ***"todo o povo Português na Metrópole e no Ultramar"***[420] liberdades cívicas e políticas que outrora eram negadas pelo regime deposto.

Entretanto, a posição da JSN liderada pelo General António de Spínola era uma clara demonstração da intenção do novo regime manter o império por via de novas formas de governar os povos colonizados – o neocolonialismo. Perante a pressão que se exerceu contra isso, não tardou que Spínola e seus seguidores se vissem na obrigação de mudar de discurso, aceitando sem delongas a ideia de *independência total e completa* das colónias, mas, desta feita, através de processos democráticos que garantissem instalar regimes multipartidários tanto

[420] A cidadania portuguesa para todos os povos do império português foi consagrada em legislação especial de 6 de Setembro de 1961, abolindo-se cosmeticamente o estatuto do indigenato que até então prevalecia.

em Portugal, como nas colónias, porque de contrário fechar-se-ia a porta da colonização ocidental para, por trás, se abrir a do radicalismo de esquerda com a bênção de Moscovo e Pequim. Era imperioso fechar as portas ao radicalismo de esquerda. Spínola e seus seguidores esforçar-se-iam então por apoiar a ideia de emergência na "África portuguesa" de partidos políticos para contestarem eleições democráticas. Era tarde demais.

A intenção de conduzir as colónias à independência por processos democráticos de regimes multipartidários, cedo seria descoberta pelas forças do império do leste europeu e, usar-se-ia o PCP do Dr. Álvaro Cunhal e o MDP/CDE do Dr. Pereira de Moura para contrariar o processo. Com efeito, a casta comunista radical portuguesa, ardilosamente, usaria algumas figuras de proa na então Comissão Coordenadora do MFA para impor os desígnios da Internacional Comunista na descolonização portuguesa em África.

Não é nossa intenção debruçarmo-nos a fundo sobre as convulsões políticas portuguesas imediatamente após o 25 de Abril, por se tratar de matéria para uma obra volumosa. Mas é importante anotar que o que à primeira vista aparentava ser coesão de princípios e objectivos entre o MFA (dono do bem conquistado) e a JSN (gestor do bem conquistado), em poucos dias, depois do golpe, demonstrou ser dois poderes com fins completamente diferentes que, cedo, trariam à luz do dia as suas intenções diametralmente contrárias. Anos mais tarde, Sérgio Vieira, um homem ligado ao poder em Moçambique, confirmaria esta ilação numa entrevista televisiva a TVM em Moçambique[421]. Se-

[421] **"Em Portugal a situação estava confusa. Existiam lá a JSN e o MFA. Samora mandou Aquino de Bragança para identificar onde estava o Poder. Concluiu que este estava no MFA. Iniciamos então conversações secretas com o MFA!..."**. (SérgioVieira, In TVM, Especial programa alusivo as bodas de prata da independência nacional, 22. 06. 2000. 20h:45) **Nota**: De facto, à revelia de Spínola, a Comissão de Coordenação do Programa (CCP) do MFA, goradas que foram as primeiras conversações de Lusaka de Junho de 1974, viria mais tarde a nomear o major Ernesto Melo Antunes e o senhor Almeida Costa para imediatamente iniciarem conversações paralelas com a Frelimo. Ambos desempenhariam com zelo a missão a eles incumbida, deslocando-se secretamente à Tanzânia onde confraternizaram com os dirigentes da Frelimo por um período de 2 dias, de 30 de Julho a 2 de Agosto de 1974. Meses mais tarde, a deslocação secreta de Antunes e Costa à Dar es-Salam será ida por Aquino de Bragança como que tendo sido o marco decisivo da descolonização, pois nele ficou assente que apenas a Frelimo e o MFA eram os movimentos que legitimamente representavam as aspirações dos dois povos, moçambicano e português, respectivamente. (Aquino de Bragança em entrevista conduzida por Augusto de Carvalho. Jornal *EXPRESSO*, 10. 05. 1975, p. 18).

gundo Vieira, após o golpe de Estado em Portugal, a Frelimo apercebeu-se de que havia dois poderes em Lisboa. Era necessário descobrir qual dos dois poderes controlava a situação. A confirmação do facto de que a casta comunista portuguesa havia movido os cordelinhos na então Comissão Coordenadora do MFA, agradou sobremaneira os futuros dirigentes de Moçambique que, imediatamente, iniciaram conversações secretas com esse grupo, passando por cima de Spínola. A insubordinação atingia assim raias que bradavam os céus. Dias após o golpe, formado que foi, a 16 de Maio, o novo e primeiro governo provisório que conduziria os destinos de Portugal para as eleições gerais, a anarquia atingiria níveis insustentáveis a ponto de não se saber quem mandava em quem em Portugal. Isso forçaria, a 9 de Junho, a demissão desse governo liderado pelo Professor Dr. Adelino da Palma Carlos. Praticamente, o poder estava na rua e, Spínola, gradualmente, ia vendo as suas intenções sendo energicamente contrariadas pela casta estalinista do MFA que, até, acabou impondo a nomeação de Vasco Gonçalves para o cargo de Primeiro Ministro, formando-se, deste modo, o segundo governo provisório. Vasco Gonçalves, elemento do MFA, estava fortemente ligado à estratégia do Partido Comunista Português – PCP – e a sua nomeação veio animar as aspirações das forças do império do leste, pois catalisava os processos de descolonização nos cânones da Internacional Comunista.

Com efeito, a despeito de o inicial programa do MFA também consagrar liberdades cívicas e políticas a todos os *cidadãos* portugueses "do Minho a Timor", não tardou que a falta de vergonha se apossasse dos comunistas portugueses. Tal como acontecia nas disputas políticas na Europa do leste de então, onde o consagrado nos papeis se pontapeava ao sabor das ditaduras nos cânones do radicalismo de esquerda, as garantias de liberdades invocadas pelos *progressistas* portugueses cedo se revelariam cosméticas. Transformar-se-ia o dito por não dito e o escrito por não escrito. Os comunistas afectos à Comissão Coordenadora do MFA não cumpririam com o plano inicialmente elaborado que, em abono da verdade, fora a razão catalisadora dos massivos regressos dos exilados políticos tanto a Portugal como às suas colónias em África[422]. Não cumpririam com o programa inicialmente elaborado

[422] **Nota do autor**: Mário Soares regressou a Portugal no dia 29 de Abril e Álvaro Cunhal no dia 30. Muitos outros exilados foram gradualmente regressando a Portugal e às colónias. Seriam então alguns destes regressados, sobretudo os que estavam fortemente ligados a extrema esquerda na Europa, que moveriam (uns conscientemente, outros inconscientemente) os cordelinhos a favor dos ideais do radicalismo de esquerda na então Comissão Coordenadora do MFA, pondo Spínola em confrontação com os quadros mais salientes daquela Comissão.

que, na essência, fora a razão do banimento da DGS – polícia política de Marcelo Caetano que substituíra a PIDE de António de Oliveira Salazar – e a catalisadora da libertação da maioria dos prisioneiros políticos, tanto em Portugal como nas suas colónias em África.

Das garantias de liberdades cívicas propaladas após o 25 de Abril, resultou então que surgissem novas intenções políticas em todo o império português, que se manifestava por via de constituição de associações de carácter político por todos os lados. No Portugal continental, por exemplo, os que se mantiveram no país, optando pela clandestinidade na era salazarista, emergiam da clandestinidade imposta pelo anterior regime e, à luz do dia, procuravam fazer valer os seus pontos de vista e ideais políticos. Em Moçambique, como cogumelos, surgiram num espaço de dois meses cerca de uma dezena de formações políticas, uns aceitando a *autodeterminação* defendida por Spínola e seus seguidores, outros advogando uma *independência total e completa* que passasse por um diálogo profundo entre as novas autoridades e todas as tendências políticas existentes em Moçambique.

Para alcançar uma *independência total e completa* – entendiam alguns – era necessário fazer uso das liberdades invocadas pelas novas autoridades e encontrar espaço para um diálogo que conduzisse ao objectivo pretendido sem mais delongas.

Do exílio, Uria Simango acompanha o desenrolar dos acontecimentos tanto em Portugal como em Moçambique. Entende que tem uma palavra a dizer para a descolonização do seu País. Sabe que as novas autoridades Portuguesas, cedo seriam forçadas pelas circunstâncias do momento a ter que negociar um cessar-fogo e a independência do país. O surgimento de novas forças políticas no interior do país que clamavam por uma independência que passasse por um processo democrático multipartidário, encorajaram-no, a ele, e aos seus correligionários do Coremo, a pensar num regresso a Moçambique para contribuir no processo de descolonização e ascensão do país a independência. Havia duas imperativas tarefas a executar – disse Simango: -"***Uma, era forçar por via de diálogo as novas autoridades a garantir uma independência total e completa do país por via de um processo democrático. Alcançado que fosse este primeiro objectivo, de seguida, Portugal devia encetar negociações com vista a um cessar-fogo com***

a Frelimo, pois apenas a Frelimo é que empunhava armas no terreno"[423]. Segundo entendia o Reverendo Simango, enquanto que o cessar fogo era assunto e matéria de discussão entre os dois beligerantes no terreno – a Frelimo e o Governo Português – a questão das modalidades de ascensão do país à independência dizia respeito a todos os moçambicanos. Para tal, todas as forças políticas existentes no país tinham uma palavra a dizer, pois "***o facto de um movimento lutar durante vários anos para a independência dum determinado país, não implica que todos os filhos desse país sejam a favor desse movimento, em termos ideológicos e na matéria de governação. É natural que existam outras opiniões nesse país; mesmo que sejam minorias, merecem o seu devido respeito***" – dizia Simango[424].

Uma vez mais, Uria Timóteo Simango seria traído pelo destino. A Frelimo não aceitaria qualquer outra força política no país. Invocaria uma legitimidade exclusiva na representação do povo moçambicano, decorrente da luta armada de libertação nacional, e "***contada não por votos, mas por mortos***" [425] tanto em combate como na sua lendária saga de assassinatos. Homens como Marcelino dos Santos, que ontem se entregaram à luta pela liberdade dos povos de forma denodada, hoje, seriam os que negariam as liberdades que sempre invocavam[426]. Segundo escreveria um dos defensores do regime político

---

[423] Castigo Lucas Ncomo, Beira, 20 de Novembro de 1998. Extractos de conversa entre Simango e alguns anciões da I.C.R.M.S, entrevista com o autor.

[424] Idem

[425] SANTOS, A. A. p. 5

[426] Enquanto que alguns na Frelimo podiam ser considerados imaturos na matéria de reivindicações políticas, Marcelino era um homem que sabia mais do que muitos. Quando membro do MAC em Paris, Marcelino escreveu para Lúcio Lara uma interessantíssima carta onde ilustra o quilate de homem político que já era na década de cinquenta. Em nome dos que com ele reuniram numa data imprecisa de Maio de 1959, sugere a imperatividade da clareza nas reivindicações à apresentar nas instâncias internacionais, e escreve:

"(...)

Foi pensando assim, que conversamos sobre reivindicações a apresentar. O nosso objectivo é a Independência Nacional. Mas para isso podemos:

- **Reivindicar a Independência imediata**
- **Ou propor etapas tais que a tutela das Nações Unidas, ou simplesmente a reivindicação de uma série de direitos democráticos e o envio de observadores da ONU como garantia.**

que meses depois se instalaria em Moçambique, a posição da Frelimo "***baseava-se numa análise sistemática, não apenas sobre Moçambique e sobre o contexto da África Austral, mas também sobre lutas e transferências do poder como as que se verificaram no Vietname e na Argélia***"[427].

Mas tanto Simango como outros moçambicanos haviam igualmente feito uma análise comparativa do que se passara com outros processos de descolonização no mundo. Era contra o totalitarismo instalado nesses países que se visava desenhar uma solução que garantisse uma paz efectiva em Moçambique. De forma nenhuma se devia seguir maus exemplos apenas porque decorreram de lutas armadas. Era imperativo lutar contra a ambiguidade dos discursos populistas. E, para essa direcção, Simango e seus companheiros procuraram então dirigir as suas acções, numa clara demonstração de que se acreditava na imperatividade de democratizar para descolonizar. De contrário, corria-se o risco de atirar para a fossa milhares de almas em Moçambique.

Procurando ser claro, consideramos que:
- a situação colonial hoje é absurda;
- a independência é a condição necessária do progresso dos nossos países;
- é necessário impor o respeito da Carta dos Direitos do Homem
- o envio de colonos para os nossos países tem o fim de manter o colonialismo;
- nos nossos países já independentes os estrangeiros poderão viver na condi ção de respeitarem as leis em vigor.

E propomos o seguinte:

- Reconhecimento do direito dos povos das colónias portuguesas a disporem de si mesmos, incluindo o direito a independência;
- Abolição do estatuto do indígena (Comentário de Viriato da cruz, à margem: **Por requerimento?);**
- Direito de voto para todos sem discriminação;
- Criação de Assembleias próprias para cada país com representantes africa nos eleitos pelo sufrágio universal
- Acesso aos africanos aos cargos de administração e de direcção dos interes ses do país;
- Liberdade de criação de organizações políticas, liberdade de reunião, liber dade de imprensa;
- Revisão das leis que permitiram a instalação de colonatos europeus nas melhes terras;
- Cessação do envio de colonos para os nossos países.

(...)". (Marcelino dos Santos em carta à Lúcio Lara. In LARA, Lúcio. ,*Um Amplo Movimento* Vol. I, pp. 55, 56. O sublinhado é do autor).

[427] Aquino de Bragança, Ibid.

Como que corroborando com o pensamento de Simango e outros, em Portugal, Spínola e os seus mais próximos colaboradores na JSN afinam pelo mesmo diapasão.

Perante o novo quadro que se lhe apresentava, a Frelimo vira a mesa. Numa posição pouco clara na esfera dos procedimentos democráticos, ilustrando a intenção totalitária subjacente nos seus dirigentes, a Frelimo assume publicamente que ***"a descolonização era uma necessária condição prévia à democratização e não o contrário"***[428]. Estranhamente, o abusivo uso que o movimento faz do conceito de *democratização* passa despercebido em Portugal. Na essência, a Frelimo falava da independência, o que de certa forma era legitimo. Mas, de que independência se falava na ausência de uma assembleia constituinte democraticamente eleita por sufrágio universal, ninguém da nova autoridade portuguesa se dignou a perguntar. Conquistado o poder por via da exclusão de outras tendências políticas no país, o que garantia que a Frelimo proclamasse a independência e, imediatamente, convocasse eleições livres para uma assembleia constituinte a quem coubesse a missão de elaborar uma constituição democrática para, posteriormente, formar o governo e convocar eleições presidenciais? Nada. Estava claramente explícita a negação da democracia que se invocava em Nachingweia. E terá sido a coberto de um maquiavélico pacto com algumas figuras sonantes da então política portuguesa, que Samora Machel e seus companheiros passearam a sua classe, atirando areia aos olhos dos demais, numa clara demonstração de prepotência e da negação da liberdade democrática. Discursando a 3 de Maio de 1974 por ocasião de uma sessão especial do Comité Central destinada a discutir a nova situação em Portugal, de entre várias coisas que gorgolejou, o então presidente da Frelimo voltou a falar da *democracia* como se esta se compadecesse com o totalitarismo político. Afirmou então o presidente da Frelimo:

"(...) da mesma maneira que o povo português tem o direito incontestável à independência e à democracia, estes mesmos direitos não podem ser negados ao povo moçambicano. Nós lutamos por estes direitos essenciais e elementares (...)"[429].

[428] Idem. O sublinhado é do autor

[429] Idem, p. 14. O sublinhado é do autor.

Todavia, na prática, a Frelimo não se esforçava por criar as bases pelas quais se assentaria a democracia que invocava ser incontestável defensora. Perante a incongruência entre os discursos e os actos, não deixou de ser estranho que homens esclarecidos tais como, Melo Antunes, Costa Gomes e outros, pactuassem com o ridículo. Numa situação em que se falava de *democracia*, aqueles senhores abstiveram-se de denunciar a ambiguidade subjacente nos discursos da Frelimo que, a olho nu, prenunciavam a catástrofe para os povos do país que arvoravam muito amar e querer ver livre da opressão. Todos sabiam que a "*independência é um direito inalienável dos povos colonizados*", mas, igualmente, como homens esclarecidos que eram, sabiam que a democracia política fundava-se em bases pluralistas, consubstanciada na institucionalização dos porta-vozes do povo, através de associações de carácter político. "***De que democracia então se falava se na prática negava-se a existência de outras forças políticas no país?***" – pergunta uma das nossas fontes que acrescenta: "***Todos sabiam que as associações de massas existentes noutros quadrantes do mundo do radicalismo de esquerda, nada eram senão departamentos do partido reinante. Mário Soares, Melo Antunes, e todos aqueles que estavam no poder em Portugal sabiam disso mas fecharam os olhos***"[430].

Com efeito, o desenrolar dos acontecimentos tanto em Portugal como nas suas colónias em África, ilustraria a perícia de alguns comunistas e "democratas" portugueses. É que, igualmente, os centros de gravitação dos ideais do radicalismo de esquerda tanto em Moscovo como na terra de Marti na América latina, estavam atentos. Nada devia impedir a prossecução de um objectivo esperado a longos anos: "***penetrar em África e estender as zonas de influência da ditadura do proletariado no mundo***". De forma nenhuma se deitaria "água-abaixo" todo o apoio dispensado aos comunistas portugueses durante os anos difíceis da sua clandestinidade na era salazarista. Era preciso ditar as regras do jogo, se não na Península Ibérica, onde a Espanha certamente não o permitiria, ao menos na África Austral.

Deste modo, com os dados bem estudados, a casta marxista que dirigia o MFA, com o apoio de Costa Gomes na JSN, gradualmente, foi-se impondo a todo o terreno à JSN. Spínola, sem controlo da

[430] MR, Maputo, 6 de Abril de 1999, entrevista com o autor. **Nota**: MR foi dos comandos no exército português. Na altura do 25 de Abril estava em Montepuez em Cabo Delgado. Foi um de entre centenas de indivíduos apelidados de *comprometidos* que veria a sua fotografia estampada nos populares "jornais do povo" (apenas por ter pertencido ao exército português) pouco depois da independência nacional.

situação, vê o seu poder a desmoronar-se em apenas três semanas após o golpe. O primeiro de Maio de 1974 seria comemorado pela primeira vez em Portugal com pompa e circunstância, com os políticos da MDP/CDE, do Partido Comunista Português e do Partido Socialista a invocarem os "***feitos gloriosos dos trabalhadores operários e camponeses portugueses***" no derrube do regime salazarista. Pela primeira vez na história de Portugal, os slogans marcadamente do leste europeu ecoavam de viva voz, do Minho ao Algarve, e, apelava-se a "***consciencialização das massas trabalhadoras***", etc., etc. A principal arma para pôr o operário na rua – nos ditames comunistas do marxismo-leninismo – era o incitamento à greve. "***É necessário combater a burguesia e impor a ditadura do proletariado!...***" – apelavam os radicais da esquerda política portuguesa. Toda a função pública se escangalhava a olho nu, tanto em Portugal, como em Moçambique, dando espaço aos "progressistas". A situação, redundava numa tremenda confusão. Um analista estrangeiro, que na circunstância acompanhava com vivo interesse todos os acontecimentos, apelidaria Portugal e suas colónias de *manicómios em autogestão*. Em Moçambique, os órgãos de informação iniciavam, por via de instruções bem dadas, a purga contra os "***contra-revolucionários***" e "***reaccionários***". A revista TEMPO, então já assaltada por falsos democratas escondidos no que se denominava de Movimento dos Democratas de Moçambique[431], abria cada edição semanal com reportagens enaltecendo a Frelimo de Samora Machel

[431] **Nota importante**: O *Movimento dos Democratas de Moçambique* reunia um grupo de advogados moçambicanos e uma pequena franja de citadinos (funcionários públicos) e alguns chamados *assimilados,* ao tempo, todos, oposicionistas ao regime de Salazar. Dele faziam parte os Drs. Almeida Santos e Soares de Melo, saneados após o 25 de Abril. Semanas depois do 25 de Abril o movimento passou a ser dirigido por outros elementos, de entre os quais se destacavam os Drs. Afonso dos Santos, Pereira Leite, Rui Baltazar, Carlos Alberto Raposo Pereira, Mário da Graça Machungo, José Luís Cabaço e Fernando Jorge. Apercebendo-se de que o poder real estava à porta, e imaginando a Frelimo as dificuldades que enfrentaria na administração do país com os poucos quadros técnicos que possuia, cedo tratou de procurar aliados capazes e conhecedores do terreno. A aliança com os Democratas de Moçambique (que culminou com o sacrifício em Moçambique dos simpatizantes locais do PCP) e a imediata promoção pública de alguns deles ao estatuto de *"combatentes na clandestinidade"*, viria então a criar as condições para o assalto ao poder sem grandes dificuldades. Seria através dos Democratas de Moçambique que Costa Gomes (então membro da JSN) procuraria estabelecer os seus primeiros contactos paralelos com a Frelimo, à revelia do então chefe do Estado Português. Na sua visita a Moçambique depois do 25 de Abril, e em coordenação com os Democratas de Moçambique, Gomes mandou constituir uma comissão para se deslocar a Dar es-Salam para contactos preliminares com a Frelimo. Dessa comissão, fizeram parte Malangatana Valente Ngoenha, José Craveirinha, Abner Sansão Muthemba e Rogério Daniel Jauana.

e Marcelino dos Santos, hostilizando as demais forças emergentes, denominando-os de *fantoches* e *vende-pátrias*. A missão era assegurar espaço para se escangalhar tudo; desorganizar para se dar a ideia de que tudo estava estragado. Era a dor do parto do "messias redentor", cujo processo de gestação – que durou mais de 10 anos – havia ferido a consciência e a moral de muitos do lado de lá. Mal sabiam os "paroquianos" que uma vez salvos das trevas em que Salazar os havia mergulhado, cedo os esperavam outras profundezas. E as *hossanas* se cantaram. Anos mais tarde, as vozes a quem coube a missão de preparar o terreno para a ocupação do trono almejado longe de plebiscitos, confirmam a natureza do seu envolvimento na causa da "liberdade" do povo moçambicano:

"(...), ***quando chegou o momento da pré-independência, 1974, no período de transição, a Frelimo pediu-me para que eu, como se dizia na altura, me infiltrasse. Havia uma campanha de infiltração nos órgãos de informação, que estavam nas mãos dos portugueses. E eu fui destacado para essa tarefa. Gostei muito de fazer isso, porque tinha ideia de que estava fazendo qualquer coisa ética, em nome do país***"[432].

Abner Sansão Muthemba[433] afirma que o Dr. António Almeida Santos, então titular da pasta de Coordenação Inter-territorial, nomeou-o, sem seu conhecimento, director da Rádio Psico-Social. Muthemba ficou apavorado, receoso por não saber como a notícia seria encarada pela Frelimo em Dar es-Salam. Todavia, poucos dias depois estava na Tanzânia no seio da nata da Frelimo e recebe desta a tarefa de ocupar a Rádio, mas com a missão de - segundo suas próprias palavras - "escangalhar". Quarenta e oito horas antes de expirar o prazo da apresentação, Muthemba tomou posse. Franquear as portas da rádio Voz de Moçambique, foi o passo a seguir[434]. Enquanto isso, o "democrata"

[432] António Emílio Leite Couto (Mia Couto). Trechos de entrevista à Marilene Felinto. Secção "Trópico" da UOL: http:??www.uol.com.br/topico/palavra 10 1393 1.shl

[433] Abner Sansão Muthemba é irmão do falecido Mateus Sansão Muthemba.

[434] Jornal DOMINGO, 07. 02. 1999, p. .30.

Rui Baltazar assegurava a revista TEMPO. Os *democratas* filiados tanto no movimento Português, como no Movimento dos Democratas de Moçambique, viravam a casaca e pontapeavam todos os princípios democráticos que norteavam seus movimentos. Os ideais que os moveram a apoiar a candidatura do general Humberto Delgado e a trabalhar para a vitória deste nas eleições de 1958 em Moçambique, eram então postos de lado. Iniciava-se, assim, uma *prostituição* mental sem precedentes, numa descompostura em que as benesses a receber do pacto com o aguardado "messias" superavam a firmeza da moral e dos ideais ontem defendidos. Da autoria de indivíduos que se prezavam democratas em Moçambique, sucediam-se artigos nos órgãos de comunicação social, de apoio à Frelimo como o *único e legítimo representante das aspirações do povo moçambicano*. Ditavam-se assim as regras do jogo usando como arma principal o "quarto poder".

Spínola foi perdendo gradualmente o poder. As suas opiniões e instruções começaram a ser deliberada e estrategicamente contrariadas pela ala marxista no seio da MFA. Na prática, havia um outro governo, invisível, liderado pelo General Costa Gomes e Vasco Gonçalves (os pontas de lança marxista-leninista na JSN e no MFA). Homem oportunista, Costa Gomes fora, aliás desde sempre, a pessoa a quem à maioria dos oficiais de Abril pretendera confiar a liderança do golpe. Este, recusou-se a colaborar e a dar a cara, com receio dum possível fracasso da intentona. Gomes desapareceu da circulação no momento crucial e só sairia da sua *toca* e chegaria ao Quartel da Pontinha para colher os louros, apenas depois de se certificar do êxito do levantamento militar de 25 de Abril.

Nos derradeiros momentos de concertação de posições, visando criar um clima de paz que assegurasse uma transição pacifica em Moçambique, a tentativa de Spínola nomear o general Silvério Marques para Alto-comissário de Moçambique seria energicamente contrariada por Gomes e seus pares marxistas na Comissão Coordenadora, que acabaram por impor outro marxista (Victor Crespo) para o cargo. No meio da anarquia instalada tanto em Portugal como em Moçambique, Spínola, saturado da deliberada insubordinação da ala marxista no MFA, para alegria do Partido Comunista Português, de Moscovo, de Havana e, naturalmente, de Machel e dos Santos, acabaria cedendo o seu cargo ao general Costa Gomes a 30 de Setembro. Estava feito o verdadeiro golpe.

Segundo escreveria um analista da convulsão política da época, dentre os políticos portugueses de então, Mário Soares terá sido um dos poucos que não embarcou nos desígnios de Moscovo. As suas posições, tanto em Lusaka (como ver-se-á mais adiante) como em Lisboa, indicam que era por uma solução democrática no processo da descolonização. Só que Soares não permaneceria por muito tempo na sua linha de pensamento, a despeito de ter tido "***um papel importante na travagem da expansão de Moscovo através do PCP em Portugal, a ponto de recorrer ao apoio americano, como ele confirma numa serie televisiva da SIC***"[435]. Para o analista em referência, "***o problema é que o caos estava instalado em Portugal, e Mário Soares não teve outra alternativa senão seguir o rumo dos destinos. Foi ultrapassado pelo Saraiva e por Melo Antunes, pois nas negociações de Junho em Lusaka defendia eleições em vez duma entrega incondicional das colónias. Mas, perante um facto consumado*** – referindo-se às pressões do Saraiva e do Melo Antunes – ***Soares, tal como outros no primeiro governo provisório, pouco tinha a fazer para não perder o comboio***"[436]. Contudo, – acrescenta aquele analista – frente aquela situação, dignamente, alguns acabaram pedindo demissão. "***Sá Carneiro, por exemplo, fez isso. Mário Soares, esse, permaneceu porque o problema colonial era para ele secundário. O alvo dele era o poder em Lisboa***[437]. E não tardou a conseguí-lo.

De facto, analisado Mário Soares numa perspectiva racional do fenómeno político, a pseudo-tese do vale um cobarde vivo do que um herói morto vingou. Soares terá desempenhado com argúcia o seu papel a ponto de cedo se ver forçado a entrar, com todo o seu ser, na linha dos defensores da causa da *independência* de Moçambique nos cânones do radicalismo de esquerda. Curiosamente, Soares é citado por Sérgio Vieira como tendo estado presente em Dar es-Salam numa missão secreta da qual faziam parte Melo Antunes e Almeida Santos. Os três haviam-se deslocado secretamente em Agosto de 1974 à Dar es-Salam para, com a Frelimo, acordar os termos finais dos textos a assinar em

[435] Carlos Esteves, correspondência para o autor, 24 de Fevereiro de 2003

[436] Idem.

[437] Idem.

Lusaka. A deslocação secreta dos referidos dignatários portugueses a capital tanzaniana efectuara-se exactamente numa altura em que uma delegação de alto nível da União Soviética igualmente se encontrava em Dar es-Salam para conversações com os dirigentes da Frelimo[438].

De notar que a 10 de Maio de 1975, o jornal português *Expresso* publicava uma extensa entrevista do jornalista Augusto de Carvalho à Aquino de Bragança. Nele, Bragança é citado como tendo afirmado que Melo Antunes e Almeida Costa se haviam deslocado, secretamente, a Dar es-Salam, de 30 de Julho a 2 de Agosto, para entabular conversações com a Frelimo que culminaram com o reconhecimento da exclusiva legitimidade do MFA e da Frelimo de representar os interesses dos povos português e moçambicano, respectivamente. A nota saliente dessa deslocação, segundo tudo indica, é que fora feita sem previo conhecimento do então chefe do Estado português, o general António de Spínola.

A menos que tenha havido dois encontros secretos entre os representantes das novas autoridades portuguesas e a Frelimo, durante os meses de Julho e a primeira semana de Agosto daquele ano, tudo indica que, deliberadamente, ou Sérgio Vieira mente, ou Aquino de Bragança ocultou os nomes de Mário Soares e Almeida Santos por intenção (aquando da entrevista com Augusto de Carvalho), pois não faz sentido que Bragança não se lembrasse, em 1975, que Melo Antunes e Almeida Costa estavam em Dar es-Salam na companhia daqueles dois senhores. A ser verdadeira a informação de Vieira, isto é, um contacto entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros português e a Frelimo, a margem de qualquer política concertada com a Presidencia da República, então, tudo fica esclarecido: Spínola estava de facto numa posição incomoda. Perante uma cabala de dimensões imensuráveis como aquela, nada restava senão entregar o comando dos destinos dos povos português e moçambicano aos que se arvoravam donos da causa. E tudo indica que fê-lo de cabeça erguida, depois de se ter dado conta do rumo dos acontecimentos, e provavelmente da traição de Soares e Almeida Santos, pois Spínola tinha apenas conhecimento de que aque-

[438] De notar que esse encontro fora precedido de um outro tido algures na Europa, entre Óscar Monteiro e Melo Antunes. (Sérgio Vieira, in *carta a muitos amigos*, Jornal DOMINGO, 7 de Setembro de 2003, p. 8).

les dois dignatários do seu elenco governamental, na companhia do Ministro sem Pasta major Melo Antunes, haviam se sentado em Dar es-Salam com os dirigentes da Frelimo em 15 e 16 de Agosto, e não antes, ou numa *deslocação secreta* de que não tivesse tido conhecimento. Do conhecimento de Spínola se regista apenas um contacto secreto de Melo Antunes com a Frelimo, e não Mário Soares. Segundo o próprio Spínola, Antunes viria até a constranger os seus companheiros imediatamente após a sua chegada a Dar es-Salam para o encontro de 15 e 16 daquele mês, pois sem que os outros componentes da delegação portuguesa tivessem disso conhecimento, viria a saber-se que Antunes, a despeito de ter sido chamado atenção para não fazer contactos fora do âmbito do consertado superiormente pela nova administração portuguesa, assim que desembarcou em Dar es-Salam, tratou de entrar em contacto com o Presidente Nyerere e os dirigentes da Frelimo para, com estes, concertar posições sem o conhecimento do chefe da delegação, o Dr. Mário Soares. E longe de dignificar o seu papel de negociador, segundo ainda Spínola, Antunes viria a comportar-se como um membro da Frelimo durante os dois dias de debate (15 e 16 de Agosto).

Desfiando a teia

Spínola foi apenas uma arma que o radicalismo da esquerda portuguesa usou visando dar credibilidade ao golpe de 25 de Abril. Era o homem do dia naqueles momentos turbulentos nas esferas política e militar em Portugal. Nunca foi, no verdadeiro sentido da palavra, o cérebro do golpe de 25 de Abril apesar de o seu nome ter soado mais do que nenhum outro na época. Consolidado que fosse o derrube do regime de Marcelo Caetano, a cartada de conduzir os processos da descolonização a seu favor – certamente calcularam os comunistas portugueses – jogar-se-ia no terreno. E foi o que se fez. Melo Antunes, por exemplo, sacudiria o capote da forma mais inteligentíssima possível, como se apenas houvesse conhecido Spínola e seus ideais só depois do 25 de Abril. Para ele, foi "***um grave erro convidar Spínola para a direcção do novo regime, principalmente porque os seus projectos para a descolonização nada tinham a ver com as razões do 25 de Abril dos capitães que, apesar das suas limitações, nunca tencio-***

nariam recolonizar Angola, Moçambique ou Guiné. A nossa escolha era o general Costa Gomes com o qual o MFA poderia sempre trabalhar sem trair os seus princípios"[439] . Com efeito, o General Spínola demorou a perceber o papel de bombo da festa a que estava reduzido. Quando deu por ela, de Belém apenas tinha o nome de presidente e não o poder. Para ilustrar a ilação destes factos, vamo-nos socorrer de um dos principais cérebros do 25 de Abril – o Major Otelo Saraiva de Carvalho (O.S.C.).

Vinte e cinco anos mais tarde, Otelo Saraiva de Carvalho revelaria factos inéditos da dimensão conspiratória exercida pelos radicais de esquerda após o 25 de Abril. As suas palavras ilustram o quão algumas figuras portuguesas, deliberadamente, maquinaram o dramático destino que se abateria sobre Moçambique. No decurso duma entrevista, Saraiva de Carvalho falou dos primeiros contactos mantidos com Mário Soares e Álvaro Cunhal. Não oculta o enredo em que se envolveu na trama contra a liberdade dos povos que dizia amar.

O.S.C. - Acabei por não ter muitos contactos com líderes políticos, porque estava mais ligado à questão militar. Quem assumiu de facto essas funções de contacto com as figuras políticas, em representação do MFA, foi mais a Comissão Coordenadora, com Melo Antunes, regressado dos Açores, Vítor Alves, o Vasco Lourenço, o Charais, o Vítor Crespo. Mais tarde, durante o PREC[440]*, é que venho a ter contacto com essa gente. Fui solicitado para encontros com figuras políticas. Curiosamente, o meu afastamento da vida político-partidária da clandestinidade era tão grande que eu nunca tinha ouvido falar de Álvaro Cunhal. Do Mário Soares tinha ouvido falar, até por causa da CEUD*[441] *em 1969, e o primeiro contacto que tenho com ele é em Junho, princípios de Julho de 1974, quando sou chamado a Belém pelo Spínola, já Presidente da República. Pediu-me para acompanhar em delegação Mário Soares então Ministro dos Negócios Estrangeiros, às conversações preliminares com a Frelimo. Chamou-me a Belém as 9 horas da noite já na véspera da partida, para me dar especificamente a missão, como representante do MFA, de vigiar Mário Soares,*

[439] Estudos Moçambicanos 5 / 6, CEA, Maputo, 1986, p. 24

[440] PREC (Processo Revolucionário em Curso)

[441] CEUD (Centro de Esquerda da Unidade Democrática)

que levava ordens de Spínola para obter a todo o custo o cessar-fogo em Lusaka.

*P. - **Vigiar como?***

O.S.C. - Spínola queria que a Frelimo assinasse o cessar-fogo connosco para, a partir daí, estabelecer mecanismos de conversação e ver como seria possível encaminhar o país para uma autodeterminação ou para eleições. Ele tinha ainda a perspectiva de que se deviam criar partidos em Moçambique, Angola, Guiné, etc., tornando possível uma eleição parlamentarista. E eu levei essa missão de vigiar Mário Soares, para saber se ele se batia por trazer o cessar-fogo a todo o custo nas conversações preliminares com a Frelimo.

*P. - **Como decorreram as conversações em Lusaka?***

O.S.C. - Eu cumpri rigorosamente a missão de vigilância a Mário Soares. E o Mário Soares cumpriu exactamente a missão de que tinha sido incumbido pelo general Spínola. Nessas conversações, a nossa delegação era mixiruca – o ministro dos Negócios Estrangeiros, eu, como elemento do MFA, e um elemento do gabinete do Mário Soares, que era o Manuel Sá Machado, primo directo do Vítor Sá Machado – enquanto a delegação da Frelimo tinha nove elementos, todos eles futuros ministros, e era chefiada pelo próprio Samora Machel. Era uma delegação muito forte e ia ali preparada para conversações sérias. Mário Soares bateu-se denodadamente pela obtenção do cessar-fogo. O problema é que os argumentos da Frelimo eram extremamente sólidos, queriam a transferência do poder, e Samora Machel apontou claramente a fragilidade enorme das Forças Armadas portuguesas no terreno: "vocês sabem que, neste momento, estamos a ocupar os vossos quartéis e que o vosso Exército já não está disposto a continuar o combate." Eu, logo à partida coloquei-me deliberadamente ao lado da Frelimo, porque aquela perspectiva era exactamente a do MFA.

*P. - **Afinal, Mário Soares é que tinha de o vigiar a si...***

*O.S.C. - Eu não levava missão nenhuma do presidente, a não ser vigiar o Mário Soares. E tive oportunidade de dizer: "**aquilo que eu vou dizer aqui é em representação do MFA e, para mim, o repre-***

*sentante do povo moçambicano em luta pela libertação e pela independência é a Frelimo". O Mário Soares ficou extremamente incomodado com esta posição. Pediu uma interrupção das conversações, para eu me deslocar com ele a outra sala, e disse-me: "**estou aqui numa posição extremamente difícil. Concordo consigo e com a Frelimo mas, como Ministro dos Negócios Estrangeiros, trago como missão do Presidente da República: Lutar aqui para levar para Lisboa a garantia do cessar-fogo antes de qualquer outra coisa. "Foi isso que o presidente me disse para fazer". Respondi-lhe: "Eu sei isso perfeitamente. E garanto que está a cumprir a sua missão. Agora, eu é que não tenho obrigação nenhuma de o fazer. Estou aqui a representar o MFA, quem está a representar o Presidente é o senhor". Então o Mário Soares avisou-me: "O senhor major tenha paciência, mas quando chegarmos a Lisboa vai assumir essa posição perante o presidente." Tranquilizei-o: "é evidente que vou. Fique descansadíssimo que eu vou". E pronto, a coisa decorreu assim, está claro que não foi obtido o cessar-fogo. Entretanto, o MPLA sabia que um elemento do MFA se encontrava na delegação portuguesa e foi encontrar-se comigo no hotel de Lusaka. Essa delegação do MPLA era chefiada pelo Iko Carreira, e eu garanti-lhes que o MFA estava, de facto, com o MPLA, que era, para nós, o movimento de libertação fundamental em Angola.*

*P. - **Preferiram falar consigo do que com Soares.***

*O.S.C.- Sim, sim. E de tal forma que, quando vim, o Melo Antunes pediu para falar comigo e perguntou-me: "**Então, como é que foi aquilo? Como é que correu lá a confusão?" Eu estive a dizer-lhe como é que tinha corrido, o Mário Soares e tal, o que eu tinha dito...***

*P. - **E eles concordaram?***

*O.S.C. - O Melo Antunes disse-me: "**Fizeste muito bem. OK. Foi óptimo dizeres-me isso, porque agora vai ser a nossa base de tratamento quando formos para as conversações, com vista, já a definir a data da independência".***

*P. - **Também lhe disse que se tinha antecipado aos acordos do Alvor e que já tinha dado ao MPLA a legitimidade revolucionária?***

O.S.C. - Também lhe falei nisso, sim. E ele concordou perfeitamente. Era a nossa filosofia, do MFA. Sem dúvida nenhuma.

*P. - **Como é que Spínola recebeu o relato dessa missão?***

*O.S.C. - Quando chegámos, fomos do aeroporto directamente para Belém, e o Mário Soares, quando chegamos a Belém, disse: **"pronto, senhor General, cá estamos e aqui o senhor major vai-lhe explicar o que se passou".** E eu disse: **"Ó meu general, devo dizer-lhe que, de facto, o senhor ministro dos negócios estrangeiros cumpriu rigorosamente as suas determinações. Ele lutou denodadamente pelo cessar-fogo. Não trazemos, para já, o cessar-fogo, mas as conversações foram boas".** E depois contei-lhe a minha intervenção. O Spínola nem queria acreditar. **"O quê?!"** E eu disse: **"Ó meu general, tomei esta posição porque esta é a posição, não só minha, mas do MFA."***

*P. - **Mas o MFA tinha discutido e decidido isso?***

O.S.C. - Não tinha discutido. Mas, a partir do plenário de Cascais, em 5 de Março de 1974 – uns meses antes – através do documento elaborado pelo grupo de Melo Antunes, o tal documento "O Movimento das Forças Armadas e a Nação", assinado por 111 dos 197 presentes no plenário, não tínhamos dúvidas nenhumas de que a filosofia do movimento era essa. A do reconhecimento total do direito à autodeterminação dos povos das colónias, com todas as consequências da independência.

*P. - **Mas não estava estipulado que a entrega do poder seria feita a um só movimento?***

O.S.C.- Não, não. Estava definido já – embora não estivesse implícito no documento – que os Movimentos representativos nas colónias eram a Frelimo em Moçambique, O PAIGC na Guiné e o MPLA em Angola. O Spínola, de facto, ficou muito mal disposto. (...)"[442].

[442] Jornal DOMINGO n. 901. Maputo, 2 de Maio de 1999, pp. 10, 11. Os sublinhados são do autor.

Otelo Saraiva de Carvalho foi dos poucos homens do 25 de Abril que, poucos dias depois do golpe, teve a missão clandestina, da Comissão Coordenadora do MFA, de escalar Cuba e entabular conversações com Fidel Castro. Quando foi a Lusaka "vigiar" Mário Soares, sabia o que ia fazer.

De uma opressão à outra: Liberdade adiada

Curiosamente, como já o dissemos, o programa do MFA consagrava a maioria das liberdades: liberdades de reunião, de associação, expressão e pensamento sob todas as formas. Mas o que aconteceu foi que os que exigiam essas liberdades para si, não as davam aos outros. Com efeito, anos mais tarde, Spínola escreveria no seu livro *País sem Rumo* que, ***"os paladinos dessas liberdades, que tão ansiosamente as reclamavam para si, negavam-nas aos outros"***. E era verdade.

Incapazes de conter a fúria da maioria dos portugueses, dos Estados Unidos da América que viam a hipótese do acordo das Lages ir por água abaixo[443], e da vizinha Espanha a quem repugnava coabitar na Península Ibérica com um regime satélite de Moscovo, com o poder nas mãos em Lisboa e sob pressão das forças democráticas em Portugal (que cedo haviam identificado os desígnios do PCP para Portugal), Gomes e seus pares acabariam aceitando que Portugal se transformasse num país de regime democrático e de pluralismo político. Contudo, pressionados por forças estranhas, não só negariam um processo idêntico para Moçambique, como apoiariam a Frelimo – a coberto do governo de transição – a perseguir e a deter todos aqueles que aspiravam por uma independência que garantisse um regime democrático/ multipartidário no país. Fazendo valer os ideais da *ditadura do proletariado*, a pedido dos radicais da esquerda no MFA e, naturalmente, de Machel e dos Santos, o governo português, sob a administração de Costa Gomes, daria instruções a Victor Crespo para colaborar com os desígnios da Frelimo, usando quer a então Polícia de Segurança Pública (PSP), o COPCON de Otelo Saraiva de Carvalho, como as forças militares e os meios do Exército Português para deter e encaminhar para Nachingweia todos aqueles que a Frelimo indicasse como sendo

[443] No âmbito da NATO, Os Estados Unidos da América asseguraram, através de um acordo com Portugal, a base militar dos Açores que ambicionavam desde o período da II guerra mundial.

seus adversários e *reaccionários* no país. Na sequência disso, vários políticos, nomeadamente Pedro Mapanguelane Mondlane, António Basílio Calisto Makulube, José Vilanculos, Joana Simeão, Dr. João Unhai, Basílio Banda, António Emílio Marquesa, e muitos outros, foram presos, alguns em Lourenço Marques e outros noutros pontos do País. De seguida, concentrados na cidade de Quelimane e, posteriormente, encaminhados ao campo político-militar da Frelimo em Nachingweia. À posterior, já na posse da maioria dos perseguidos (com a exepção do Rev. Uria Simango e do padre Mateus Gwengere) o então Primeiro-Ministro do governo de transição de Moçambique (Joaquim Chissano) e o Alto-Comissário por parte das novas autoridades portuguesas (Víctor Crespo), promulgam o Decreto-Lei nº.12/74, a 2 de Novembro, determinando que os detidos **suspeitos** de prática de crimes contra as modalidades da descolonização idealizadas a partir de Lusaka, não beneficiariam do disposto no artigo 315º do Código do Processo Penal, isto é, da providência de *habeas corpus*. As novas autoridades portuguesas e a Frelimo, criavam, elas próprias, um clima de instabilidade no país para justificar detenções fora da lei, em nome da ausência de estabilidade por si próprias delineada. Era a negação da liberdade que se invocava a partir de Nachingweia e Lisboa.

Mas a convulsão política da época não cabia em cérebros pequenos. Contudo, cabe então perguntar: Porque é que o movimento democrático português conseguiu se impôr em Portugal e os seus homólogos em Lourenço Marques derraparam, aliando-se aos defensores de totalismos políticos como o era a Frelimo?

Na verdade, era o salve-se quem puder num momento decisivo da história da existência de certos homens em Moçambique. É preciso ir para além do que os olhos viram para perceber o fenómeno. A despeito de nos primeiros dias depois do 25 de Abril o PCP e outras forças da esquerda portuguesa terem mantido a situação em Portugal sob seu controle, com Costa Gomes, Melo Antunes, Otelo Saraiva de Carvalho e outros mais a servirem de trampolins para os ideais do radicalismo comunista na JSN e MFA, cedo perderiam o protagonismo em favor das forças democráticas portuguesas em Lisboa, com homens como Mário Soares a posicionarem-se contra as posições dos dirigentes do PCP que, infrutiferamente, tudo faziam para se fazerem representar nos sucessivos governos provisórios (que iam caindo de crise em crise) em posição de força.

Perdido o controlo da situação em Lisboa pelo Partido Comunista Português em favor das forças democráticas portuguesas, bastou

por demais aos defensores do pluralismo em Portugal que alcançada a vitória dos ideais democraticos em Lisboa, aos seus homólogos em Moçambique caberia a missão de saberem-se situar no contexto moçambicano. Que se sentasse a mesa do poder num pacto com a Frelimo, desde que isso significasse uma garantia de usufruto do poder que esse movimento deteria. Pois, a exigência de um processo democrático para Moçambique faria sentido se os timoneiros dos Democratas de Moçambique ficassem excluídos da mesa do poder. Numa situação em que todo o elenco directivo dos Democratas de Moçambique ficava acomodado no poder que se avizinhava (como cedo se viria a verificar), com os seus filhos a ditarem as regras do jogo pela comunicação social, os ideais democráticos que ontem se defendiam que esperassem.

"***Para Almeida Santos por exemplo, o perigo era ver os seus antigos camaradas, os Democratas de Moçambique, a serem hostilizados. Uma vez que o PCP ia gradualmente perdendo o controle da situação em Lisboa, era preciso evitar que os seus simpatizantes em Moçambique se impusessem e fossem os primeiros a entrarem num pacto com a Frelimo em detrimento dos democratas locais, que na verdade constituíam uma maioria, pois enquanto o movimento democrático em Portugal fazia frente a comunistas sem armas na mão, o Movimento Democrático de Moçambique estava na eminência de confrontar-se com homens da esquerda de armas em punho. Então, numa situação destas, o salva-se quem puder tinha que servir***"[444]

Com efeito, conhecido como um partido que cedo se opôs ao regime *salazarista*, embora na clandestinidade, o PCP tinha espalhados por todo o império português seus simpatizantes. E o território *português* de Moçambique não era execpção. Álvaro Cunhal, o aliado natural em Portugal dos movimentos de libertação na África portuguesa, tinha naturalizados em Moçambique alguns dos seus simpatizantes que aguardavam a todo o momento a hora do pacto com o "messias"que se esperava de Dar es-Salam. Contudo, cientes do que lhes aconteceria se o pacto entre os comunistas portugueses radicados em Moçambique com a Frelimo se firmasse, os democratas de Moçambique partiriam para a dianteira firmando eles um pacto de entendimento com o movi-

[444] MR, Idem

mento, isto é, passado eles a serem os defensores dos ideais totalitários da Frelimo. Por consequência, os adeptos do Partido Comunista Português, que sempre se entenderam com os Democratas de Moçambique, pela razão de igualmente se terem situado na trincheira do *contra salazarismo*, cedo viriam a ser transformados pelos Democratas de Moçambique em *vilões*. Como o PCP pouco ou nada podia influenciar na travagem do processo da democratização efectiva em Portugal, igualmente, nada podia fazer em socorro dos simpatizantes dos seus ideais em Moçambique que se viram atirados (de dia para a noite) para a prateleira dos *contra-revolucionários* no momento mais decisivo. Assim, tal como os moçambicanos que exigiam uma independência por um processo democrático em Moçambique, os defensores do radicalismo de esquerda (a maioria dos quais de raça branca) filiados clandestinamente nas "células" do PCP em Moçambique, igualmente, seriam combatidos e rotulados de *reaccionários* e defensores da manutenção de Moçambique sob o jugo colonial português. Sem muitos darem por isso, tal como os chamados FICOs, os simpatizantes da Frelimo pela linha do PCP de Lisboa passaram também a ser conotados com os ideais *salazaristas,* isto é, contra a independência de Moçambique. Paradigmático seria o caso de um conhecido comunista "WV" em Lourenço Marques. Durante as convulsões do 7 de Setembro, de grito em grito, na tentativa de apelar a consciência dos camaradas de Lisboa para não se esquecerem de incluir na lista dos elegíveis (à mesa do poder em Moçambique) os patriotas que sempre se identificaram na clandestinidade com a luta do povo moçambicano, "WV" acabou vendo os Democratas de Moçambique a levantarem bem mais alto o estandarde da *ditadura do proletariado* que ele e seus companheiros sempre levantaram na clandestinidade. Em torno de "WV", moldar-se-ia, para sempre, a imagem de um homem que tentou, a todo o custo evitar que o *povo moçambicano* tomasse o poder.

Mas antes, o copo de água – de caça às bruxas – transbordaria com o regresso do Reverendo Uria Simango a Moçambique. Machel e dos Santos aperceberam-se de que o assunto não era para menos, pois acabava de desembarcar na terra natal o seu histórico adversário. Era preciso agir rapidamente, encetando diligências junto as novas autoridades portuguesas no sentido destas colaborarem com o futuro regime de Moçambique. Simango era um adversário à medida, com capacidades de desmistificar o *messias* que se aguardava de Dar es-Salam.

Com efeito, o Reverendo regressou a Moçambique a 6 de Julho de 1974. No então Aeroporto Sacadura Cabral na cidade Beira, foi

efusivamente recebido por uma numerosa multidão dentre os quais políticos, familiares, amigos e um "batalhão" de Jornalistas. Segundo revelaria mais tarde Ricardo Mapossa, na hora em que Simango pisava o solo pátrio, decorria, no Campo da Missão Benedito no Bairro da Manga, um comício promovido por alguns simpatizantes da Frelimo. Na circunstância, um dos oradores principais no evento dizia:

"***Sabemos que hoje chega Uria Simango, o reaccionário. Não liguem importância ao que ele falar. Tudo o que esse homem disser que seja do consumo dele e da sua família lá no quarto deles.*** *(...)*"[445].

Infelizmente, por ironia do destino, esse orador, loucamente apaixonado por uma Frelimo que mal conhecia, viria a ser acusado por essa mesma organização das mais macabras coisas. Seria afastado do cargo que ocupava no núcleo da Frelimo ao nível de Sofala, decorridos que foram apenas nove meses da almejada independência. Vilipendiado e ridicularizado, regressaria a terra natal (Maputo) onde, até aos dias de hoje, se sente, segundo suas palavras, "atirado para a prateleira dos esquecidos".

Numa mensagem de boas-vindas endereçada a Simango no Aeroporto da Beira, Joana Simeão diria:

"***Regressas a Moçambique depois de uma ausência de 12 anos. Mas quem és tu? Foste Vice-presidente da Frelimo no tempo do falecido Eduardo Mondlane. Após a sua morte viveste horas dramáticas. Foste insultado, castigado, metido na prisão por ordens dos outros dirigentes da Frelimo. Conseguiste sair desse inferno para o Cairo, viajaste pelo mundo. Filiaste-te depois no Coremo, onde és secretário-geral encarregue das relações exteriores. Certo de que era tempo de fazeres um gesto para começar o processo descolonizador, vieste para junto de nós. O teu regresso leva-nos a perguntar porque é que o martírio do povo moçambicano continua, apesar das propostas de paz apresentados pelo Governo Português. Antes do 25 de Abril lutava-se justamente contra o colonialismo português. Depois do 25 de Abril essa carnificina não tem mais sentido. Os nossos jovens não podem continuar a ser sacrificados. É tempo para a paz e dentro desse clima de paz, e através de um processo democrático – de eleições – a independência de Moçambique.***

Aproveitamos uma vez mais para apelar aos nossos irmãos

[445] Ricardo Mapossa, Beira, 15 de Agosto de 1985, entrevista com o autor.

da Frelimo que façam esforços necessários e sérios para que a paz venha a Moçambique. Que regressem depressa para construir connosco um País independente, justo e fraterno do qual não podem ser excluídos os outros filhos representantes dos grupos minoritários, entre os quais os Asiáticos e brancos. A reconciliação entre irmãos impõe-se. Tarefa prioritária, a Paz, a construção de um País poderoso e fraterno".

Após a leitura desta mensagem, seguiu-se uma conferência de imprensa. A clarividência nos objectivos a atingir na luta estão devidamente elaborados na mente do Reverendo. O homem, transportava consigo um saber que lhe conferia capacidade de prever o futuro breve de Moçambique se a sua mensagem não encontrasse espaço entre os que então detinham o poder em Lisboa. À perguntas provocatórias de jornalistas pró-esquerdistas que despontavam como cogumelos nessa época, Simango responderia patenteando o seu saber moldado durante longos anos de luta. Tinha consigo uma experiência vivida em cada terreno por si pisado pelo mundo fora. Homem viajado, depois de se referir ao seu regresso a Moçambique, Simango diz:

"***Tenho conhecimento de que desde Abril para cá os aviões para Lisboa estão cheios. Não vejo razão para isso. Nós somos pacíficos. Nós vivemos os problemas que existem. Problemas políticos, sociais, culturais e económicos. Todo o moçambicano, qualquer que seja a sua cor, a sua raça, é necessário para a construção de um Moçambique livre e novo. Nós não estamos para combater, não estamos para uma queda, estamos para uma continuação de progresso. Todos os Moçambicanos de todas as raças participem. Todos temos um papel a desempenhar. Não estamos aqui para um Moçambique subdesenvolvido, porque de contrário não seríamos responsáveis. O povo Moçambicano, o povo Português, hoje estão livres. E foi graças a todo o nosso esforço***."

Iniciaram-se depois as perguntas formuladas pelos jornalistas. Um elemento da emissora da Beira perguntou se Simango estava em Moçambique provisoriamente ou se iria ficar?

Simango: ***Venho para ficar e trabalhar.***

Mas, qual é exactamente o objectivo da sua vinda a Moçambique"? –perguntou o mesmo jornalista.

Simango: ***Como sabem, durante muitos anos trabalhei para encontrar uma solução para o problema de Moçambique. Venho agora colaborar com outros que estão cá e, juntos encontrarmos essa solução.***

Como entende uma independência de Moçambique?

Simango: ***Acho que é uma situação natural. Um País depois de atingir uma certa posição deve ser independente. O Governo Português reconhece esse direito, essa necessidade. Não é uma situação estranha. É uma medida que está em conformidade com a política actual do Governo.***

Quais as relações entre a Coremo e Jorge Jardim?[446]

Simango: ***Não conheço nenhuma relação específica. Não conheço nada***

Indagado sobre as razões do seu afastamento da Frelimo, Uria respondeu:

"Não é altura de discutir divergências. Realmente constituíram uma página importante na história da nossa luta pela inde-

[446] Esta pergunta seria cabalmente respondida dois meses mais tarde – 23 de Agosto de 1974 – por Paulo Gumane, então presidente do Coremo: **"Coremo nunca participou em nenhuma discussão com Jardim. Quem teve a oportunidade disso foi a Frelimo. Já há dois ou três anos que a Frelimo tem discussões com Jardim. O Jardim e o Sr. Sousa, no dia 24 de Janeiro estiveram lá (Lusaka) com Melo. Vieram num avião alugado e vinham para conversações com o presidente Kaunda, Nyerere e Samora Machel** (NOTÍCIAS DA BEIRA, 24 de Agosto de 1974). **Nota do autor**: Mais dados sobre tentativas de contacto encetados pela Frelimo com Jorge Jardim podem ser lidas no livro da autoria do próprio Jardim, *Moçambique –Terra queimada*, Editorial Intervenção, Lisboa, 1976, pp. 365, 366, 367.Ricardo Mapossa, Beira, 15 de Agosto de 1985, entrevista com o autor.

pendência, mas posso dizer em poucas palavras que foi realmente uma série de coisas que pensei constituírem contradição dos estatutos da Frelimo. Por exemplo, dizia-se que estou contra este e contra aquele. Eu penso que devíamos trabalhar e que as liquidações físicas no seio do movimento levavam-nos a destruir-nos a nós mesmos".

Um jornalista do Notícias da Beira perguntou a Simango o que pensava ele do referendo que o Governo português tencionava levar a cabo, algo que a Frelimo rejeitava.

Simango: ***Tenho que saber outros detalhes e só então responderei a sua pergunta.***

Quando um jornalista pretendeu saber se Uria Simango reconhecia a Frelimo como a única organização com direito à discussão da independência de Moçambique, o reverendo referiu que isso seria a imposição da vontade de uma minoria, acrescentando:

"O processo único e capaz de garantir concórdia é todos discutirem o problema e o povo moçambicano decidir democraticamente quem é capaz de o orientar cabalmente. Se o Governo português entregar Moçambique, Angola e Guiné a grupos únicos, não será por vontade da maioria. Então, a guerra continuará".

Uria Simango referiu depois que fora ele e mais alguns que haviam iniciado a luta em Moçambique; que haviam criado os estatutos da Frelimo; e que fora ele e mais alguns que haviam iniciado a revolução. Referiu que discutir a independência de Moçambique apenas com a Frelimo constituía um erro.

Sobre se ainda tinha autoridade sobre alguns guerrilheiros da Frelimo, Simango respondeu:

"Devo dizer que quando fui obrigado a sair de Tanzânia, muitos abandonaram a Frelimo. Militares e elementos da administração Central da Frelimo. Depois foi feita uma rusga e muitos foram presos. Alguns ainda estão. Os senhores devem compreender que o facto de trabalharmos num País neutro criou muitos proble-

mas a nós. Há indivíduos que estão na Frelimo não por sua livre vontade. Não há dúvida nenhuma que nas últimas eleições na Frelimo, o Simango perdeu a presidência por dois votos devido a uma delegação de 12 pessoas pró-Simango ter sido ameaçada de morte. O Simango ganharia por 15 votos. O Samora Machel não foi eleito. O Congresso realizou-se numa atmosfera impossível e, como disse, doze pessoas foram impedidas de participar".

Para terminar, Joana Simeão deu por encerrada a conferência de imprensa e rematou: -"***Nós não somos contra a Frelimo. O problema fundamental é que temos de mudar as circunstâncias de confrontação entre o exército português e as pessoas que estão lá fora. A Frelimo que entre e discuta connosco. Se o povo é soberano, então vamos perguntar ao povo que governo quer, qual a política estrangeira, etc. Que se converse cá dentro e não em Lusaka e noutros pontos. Que, como viram o Uria, vejam o Samora***"[447]

Os dias subsequentes à sua chegada a Moçambique seriam passados na concertação de posições partidárias que culminariam com o surgimento do PCN – Partido de Coligação Nacional – em Agosto de 1974, tendo o Rev. Uria Simango sido eleito presidente do partido. O PCN surgiria como corolário de esforços dos líderes do Coremo, Fumo, Frecomo e Monipamo que entendiam ser a união a única força capaz de fazer valer junto às novas autoridades portuguesas os objectivos democráticos que se pretendiam para Moçambique, e enfrentar uma eleição legislativa e presidencial com a Frelimo. Mesmo que o quadro da época indicasse uma esmagadora vitória da Frelimo em eleições, isso nada impedia que o vencedor passasse à prova por um processo democrático. O voto é a expressão suprema do povo e legitima a vontade desse povo. O governo de Moçambique – entendia Simango e seus correligionários – devia ser eleito por sufrágio livre, directo e secreto.

Na conferência de imprensa dada pelo PCN a 24 de Agosto na cidade da Beira, Simango voltou a patentear o seu profundo conhecimento do quadro político global moçambicano. Com efeito, entre os ideais que guiavam o seu pensamento, exige:

---

[447] Extractos da reportagem da chegada de Uria Simango a cidade da Beira. Os sublinhados são do autor. (NOTÍCIAS DA BEIRA nº 8871 de 7 de Julho de 1974).

"1. Que seja garantida ao povo moçambicano a independência nacional através de um processo democrático em que as populações se pronunciem livremente num clima de paz e sem intimidações, sobre o destino de Moçambique;

2. Que não seja comprometido o futuro de Moçambique em acordo negociado e firmado apenas entre o governo de Lisboa e qualquer organização ou grupo político com a exclusão dos outros, porque a nenhuma organização se pode atribuir a legitimidade exclusiva do povo moçambicano sem passar a prova do processo democrático;

3. Que a solução do problema colonial de Moçambique seja encontrada numa sociedade multirracial em que se respeitem as opiniões, tradições e culturas das várias raças e camadas sociais e etnias constituintes do povo Moçambicano, e;

4. Que urgentemente se alcance a paz, condição necessária para que a construção nacional se efectue com uma campanha de esclarecimento político sem intimidação e sem parcialidade; sem desonestidade e sem incitamento ao ódio".

Respondendo a uma pergunta do *Notícias da Beira* sobre se o facto de falar em "*descolonização por um processo democrático*" em que se vincava o termo "*populações Moçambicanas*" e não "*povo Moçambicano*" não estaria o presidente do PCN com a intenção de dividir o povo Moçambicano, Simango respondeu:

"***Pensamos que a utilização do termo populações não tende a indicar que aqui existe um conceito de considerar o povo Moçambicano numa situação em que não está unido, mas sim para esclarecer o facto de que em Moçambique existem várias raças, grupos étnicos que realmente formam um todo – o povo Moçambicano, a nação Moçambicana. A tendência é fazer desaparecer essa diferença***".

Respondendo ainda a uma pergunta do mesmo diário, se have-

ria diferenças fundamentais entre os partidos coligados no PCN e a Frelimo, Simango disse:

"***A maioria da raça branca está muito bem informada de que a Frelimo se considera o único partido e que, portanto, nada há a fazer com os outros partidos. E pretende que, nesta base, a independência seja dada somente à Frelimo no estrangeiro e não aqui em Moçambique. Houve uma tentativa feita pela camarada Joana para encontrar uma forma de cooperação com a Frelimo. E a Frelimo disse que não reconhecia ninguém. Além disso, o Coremo fez muitas tentativas durante muitos anos para encontrar uma forma de cooperação. A Frelimo sistematicamente passou a liquidar fisicamente os militantes da Coremo. A Frelimo não está interessada em cooperar com qualquer outro partido político. Não estamos contra a Frelimo, falamos é num processo democrático de ascensão à independência***"

Notícias da Beira: Falou em *processo democrático de independência.* A independência é um direito inalienável dos povos do Terceiro Mundo ou é algo que se discuta? O que é ascensão à independência democraticamente? Disse que ficariam excluídos se nas negociações estivessem apenas presentes o Governo português e qualquer outro partido político. Ficam *excluídos* de que maneira? Como cidadãos? Será em termos de ficarem excluídos do poder político?

Simango: ***De facto a ascensão à independência é um direito inalienável do povo moçambicano. O que se pretende é que todo o povo de Moçambique, todas as raças e todos os grupos étnicos tenham a oportunidade de fazer a sua livre escolha. Mas um acordo entre Lisboa e o FICO, ou entre Lisboa e os DEMOCRATAS exclui totalmente a vontade do povo de Moçambique. O que for bom para Lisboa não será bom para nós aqui. Quanto à segunda parte, se Lisboa assina um acordo com os FEDERALISTAS ou com o FICO e o povo não teve a oportunidade de manifestar a sua vontade, esse povo como cidadão fica excluído. Seriam os FEDERALISTAS a impôr a sua vontade. Uma minoria a impôr a sua vontade sobre uma maioria.***

(...)

Rádio Pax: Caso Lisboa decida entregar o governo exclusivamente à Frelimo, qual será a posição do PCN?

Simango: ***As primeiras negociações em Lusaka não foram para negociar a independência mas sim o cessar-fogo. As presentes negociações são secretas, pelo que não há informações. Não sabemos portanto se é ainda cessar-fogo ou entrega de poderes. Se for para entrega de poderes pensamos que o procedimento do governo português não é correcto. Já fizemos sentir isso ao Governo português. Se o Governo português vier a decidir o futuro de Moçambique só com a Frelimo, qual será a nossa reacção quanto a isso? A nossa reacção deve ser uma manifestação do pensamento do povo moçambicano. O povo sentir-se-á magoado se o governo português fizer isso. Se o governo português fizer isso, terá feito um erro. Lamento informar que isso fará com que nasça uma situação tal que por enquanto eu não posso profetizar, mas não há dúvida alguma de que vai nascer uma situação que não é muito boa. Será um grande erro e o governo português assumirá uma grande responsabilidade pelas consequências... Quais são não posso dizer. Mas é natural que nasça uma situação não agradável.***[448]

Como Uria, vários moçambicanos magoar-se-iam com o desenrolar dos acontecimentos. As novas autoridades portuguesas conduziriam o processo de descolonização da forma mais irresponsável possível, culminando com perseguições e matanças incalculáveis de cidadãos indefesos.

Desdobrando-se em contactos a todo o vapor, Uria Simango e os seus correlegionários no PCN perdiam noites na procura de uma solução justa para o processo. Horas depois da assinatura do acordo de Lusaka entre as novas autoridades portuguesas e a Frelimo, eclode em Lourenço Marques um levantamento popular de grande vulto. Na sequência da passagem próximo do Café Scala de uma viatura arrastando a bandeira portuguesa, numa humilhação sem precedentes, feri-

[448] Extractos da conferência de imprensa do PCN. (NOTÍCIAS DA BEIRA, 24 de Agosto de 1974). O sublinhado é do autor.

do no seu ego, um grupo de cidadãos, a maioria dos quais descendentes de ex-colonos portugueses, alguns mestiços e assimilados, ira-se pela incapacidade das autoridades de impôr a ordem. Perseguidos por uma multidão os meliantes refugiam-se nos seus gabinetes no Jornal Notícias. Eram na sua maior parte jornalistas do *Notícias* e do *A Tribuna* de Lourenço Marques, adstritos aos Democratas de Moçambique. De seguida, a multidão irada toma de assalto a sede do Rádio Clube de Lourenço Marques, denunciando o energumenismo que se instalava nas barbas das autoridades, e a exclusão e o maquiavelismo que caracterizaram o acordo de Lusaka. Simango e os seus seguidores, então na cidade da Beira e ao par de todos os acontecimentos, deslocam-se a Lourenço Marques afim de se fazerem ouvir junto dos enviados de Spínola que, alertado sobre o perigo em que descambava o processo moçambicano, acabava de mandar uma delegação chefiado pelo coronel Dias de Lima para se inteirar da situação no terreno. Dias de Lima reunir-se-ia com várias sensibilidades em Moçambique, de entre os quais Uria Simango e o grupo por ele chefiado. Segundo diria Manuel Gomes dos Santos, uma figura emblemática do controverso processo da descolonização portuguesa em 1974, perante o coronel Dias de Lima ***"Uria Simango falou com tal intensidade e com tal verdade que o próprio coronel Dias de Lima se pôs a chorar"***[449].

Era tarde demais. Os efeitos da conspiração internacional contra Moçambique, enraizados nos menos esclarecidos sob capa de discursos progressistas dos mais espertos, faziam-se sentir em qualquer esquina do território. Os comícios dos pequenos partidos eram agora sistematicamente sabotados pelo grupo dos Democratas de Moçambique, em conluio com os núcleos da Frelimo já instalados em algumas zonas suburbanas das cidades. As sabotagens, que consistiam em processos simples, mas eficazes formas de espalhar confusão no seio de multidões em comícios, eram perpetrados a mando de alguns Democratas de Moçambique a partir dos prédios Rubí e Fonte Azul na então cidade de Lourenço Marques. E isto, acontecia com o beneplácito de alguns políticos portugueses, então destacados advogados em Moçambique. Nesses edifícios orquestraram-se todas as estratégi-

[449] Manuel Gomes dos Santos. In RTP África, *INDEPENDÊNCIA JÁ !* , 14. 01. 2002, 1ª parte

as de sabotagens. Algumas dessas estratégias consistiram em infiltrar grupos de 20 a 30 membros simpatizantes dos Democratas de Moçambique ou da Frelimo (pessoas esclarecidos, sublinhe-se) nos comícios doutros partidos. No meio dos discursos dos oradores principais, os infiltrados tinham a missão de gritar *vivas* à Frelimo ou *abaixos* ao Gumo ou outros partidos. Feito isto, adicionavam algumas pedradas ao palanque onde se sentavam e discursavam os organizadores do evento e, naturalmente, o pânico espalhava-se.

Este, foi o processo que se utilizou tanto em Lourenço Marques, na cidade da Beira, como em outras cidades moçambicanas. Entre a verdade histórica e a mentira por conveniência política, os títeres da Frelimo e do então movimento dos Democratas de Moçambique em Lourenço Marques, mantêm, vinte e sete anos mais tarde, a mentira como o sustentáculo do energumenismo que se instalara no país em 1974. Acusam e transformam as suas vítimas de ontem em criminosos da época:

> ***Fiz parte do grupo que foi sabotar o comício do GUMO.***
>
> *Mas porquê?*
>
> ***Porque ela começou a falar mal da Frelimo e a Frelimo nunca falou mal dela***" [450].

Todavia, esta afirmação não corresponde a realidade, pois tanto Simango como outros nunca haviam negado a independência e não se conhece uma única frase dos seus discursos onde de forma veemente negavam a participação da Frelimo na vida política do país. Tanto Simango como outras forças políticas perseguidas na época, falavam da "**independência por um processo democrático**" onde todos participassem, com os direitos das minorias salvaguardadas pela lei mãe. Numa conferência de imprensa pouco antes da sua partida para o Malawi em 1974, a "controversa" Dr. Joana Simeão já falava do conceito de "*um homem um voto*" como o fundamento duma plena democracia e concórdia em Moçambique, a despeito de alguns rotularem-na como

[450] Albino Magaia. In RTPi, programa *INDEPENDÊNCIA JÁ !*. 10. 12. 2001, 22 h: 45 de Moçambique.

tendo sido da PIDE devido as relações que manteve anteriormente com algumas figuras de proa da era salazariana. Nunca afirmou que os membros ou os simpatizantes da Frelimo deviam ser excluídos desse processo. Contrariamente, da parte da Frelimo, que perseguia e matava os seus opositores, não havia uma única vez em que não rotulasse o Gumo de *inimigo* e *vende-pátria*. Tudo indica que a acção dos simpatizantes da Frelimo em 1974 era dirigida. Eis o que afirma, a respeito disso, um cidadão moçambicano que participou activamente na perseguição de outros políticos na então cidade de Lourenço Marques:

"Nada foi espontâneo como se pensa. Nós os negros éramos apenas manipulados por alguns brancos, mulatos e alguns canecos mais espertos. Esses aí que diziam que eram os democratas. Os outros negros que diziam que eram assimilados, malta Muthemba, Sumbana, Tembe e outros por aí, que gritavam maningue ao lado daqueles brancos, eram tão burros politicamente que não foram também capazes de ver que estávamos a destruir um país e a comprometer o futuro dos nossos filhos. Quando a Frelimo chegou, o velho Tembe que era um frelimista ferrenho, foi preso e parou num campo de reeducação. Nem ele sabe porquê é que foi preso. Nenhum indivíduo negro nos bairros suburbanos entendeu acordar em sua casa com uma pedra na mão à procura de uma Joana Simião, de um Simango ou de um Gwengere, por aí. Isso é mentira. Eu participei numa reunião dos Democratas no prédio Rúbi. Estive presente quando se planificou tudo. O que é verdade é que na altura eu era tão cego como a maioria dos outros pretos que estavam lá naquele encontro, mas daí dizer que aquilo não tinha direcção, que foi uma manifestação espontânea da população, é mentira. Mesmo o 7 de Setembro, foi organizado por uns e destruído por outros. Tanto os organizadores, como os destruidores eram indivíduos esclarecidos e bem organizados que apenas usavam pessoas que pouco percebiam de política. O povo não acordou e entendeu fazer aquilo.

Sabe, mais tarde andou por aqui um livro escrito por um inglês ou um americano que tinha um título curioso. O título era assim: 'O triunfo dos porcos" ou "A vitória dos porcos". Coisa assim. O livro foi imediatamente tirado da circulação. Contava a história de uma revolução de animais na farma de um indivíduo cha-

mado Wilson. De repente, o porco entendeu chamar todos os animais que estavam na farma do Wilson. Então o porco começou a falar que o Sr. Wilson estava a explorar e a beneficiar-se do trabalho de todos animais. Os animais produziam e ele consumia tudo sozinho. 'Você boi, o leite que a tua mulher produz todos os dias vai para onde? Vai p'ra casa do Sr. Wilson' – respondiam em coro os outros animais. 'E você aí, galinha, os teus ovos, porquê não tens muitos pintos agora?; quem come os teus ovos? São os filhos do Sr. Wilson' – respondiam os outros animais. 'Vamos acabar com isso, companheiros' – vociferava o porco. 'Agora, para acabar com isso, vamos fazer o quê? Vamos combater o Sr. Wilson não é companheiros? Éeee, – respondiam todos.

De facto o Sr. Wilson foi corrido da farma. Formou-se um governo na farma do Sr. Wilson, dirigido pelo porco. O cão ficou ministro da defesa ou de qualquer coisa ligada as forças de defesa e segurança. Começou a morder tudo e todos, a torto e a direita. A galinha foi presa e desapareceu, foi a um campo de reeducação. Houve muitos animais que começaram a fugir de um lado para outro para as farmas vizinhas, com medo do porco e do seu governo. Outros foram mortos pelo porco e pelo cão. É isso aí.

Nós éramos os outros animais e eles o porco e o cão. Eu acabei fugindo para a África do Sul porque tive um problema com os 'camaradas' da Frelimo. Eu vivia numa daquelas casas boas no Bairro da Coop em Maputo. As tantas apareceram em minha casa uns tipos a dizer que devia sair daquela casa porque um dirigente qualquer precisava dela. Não vou dizer o nome dele porque está vivo e continua na casa. Com tanta casa abandonada na altura o gajo queria exactamente aquela em que eu vivia com a minha família. Aquilo foi uma bronca dos diabos. Recusei e acabaram por me tirar à força, com espingardas Ak-47 e tudo. 'Você é complicado, camarada? Isso é uma acção inimiga sabe disso camarada?, nós punimos isso'. Eu que ajudei a correr com o Gumo em apoio à Frelimo, agora era inimigo! Como tinha medo de ser preso, fugi para a África do Sul, a farma do Sr. Apartheid. Isso aconteceu com muitos. Esses tipos usaram-nos bem e hoje dizem que nós é que fizemos aquilo, espontaneamente! Vão aldrabar outros"[451].

[451] CM. , Maputo, 15 de Janeiro de 2000, entrevista com o autor.

A luta continua: "Morreremos a combater"

"A guerra é a continuação da política por outros meios".

- Clausewitz -

A luta contra a ocupação estrangeira em Moçambique estava longe de terminar. Pairava na mente do reverendo e dos seus correligionários a certeza de que o destino voltava a atraiçoar os moçambicanos. Sabia que estava para breve o fim da ocupação portuguesa e da veneração, em Moçambique, da bandeira das cinco quinas. Mas as novas autoridades portuguesas, consciente ou inconscientemente, abriam as portas para um outro tipo de ocupação: a ideológica, de um tipo mais feroz. Os sustentáculos desta, no leste europeu, não precisariam de hastear a sua bandeira no território moçambicano como o haviam feito os portugueses. Bastava, para o efeito, recarregar as baterias dos paladinos da *ditadura do proletariado* ainda acoitados em Nachingweia. Simango conhecia Moscovo e o esforço que o Kremlin vinha desenvolvendo através da Internacional Comunista, visando impor-se no mundo por via de ditaduras astutamente apelidadas de *democracias populares*. Era preciso delinear uma estratégia de combate que evitasse o totalitarismo político em Moçambique, pois, de contrário, o país transformar-se-ia num campo de tortura física e ideológica.

Para os que o rodeavam, Simango lança então a sua mensagem de guerra:

"Ontem, muitos de nós consentiram sacrifícios. Morreram a combater a ocupação portuguesa porque o sistema negava a nossa liberdade. Hoje, tudo indica que o país caminha para a independência. Mas será uma independência de alguns, porque esses alguns arvoram-se no direito exclusivo de livremente se expressarem. A maioria continuará a ser proibida de se expressar num país que se dirá independente. Seremos chamados a combater contra os nossos próprios irmãos, porque são os nossos irmãos que hoje negam-nos o direito do pleno exercício da nossa cidadania, uma causa pela qual eles se juntaram a nós, e connosco lutaram contra o ocupante estrangeiro.

Nunca se deve reconhecer o totalitarismo político como um princípio são entre os seres humanos. O colonialismo era totalitário, com a PIDE a prender-nos e a matar-nos. Foi por isso que decidimos lutar contra o sistema. Não foi por uma imposição ideológica de moçambicanos para moçambicanos que muitos de nós gastamos a nossa juventude, combatendo. Foi por uma independência verdadeira em todos os sentidos da dimensão humana que nós pegámos em armas. Hoje, em conluio com as novas autoridades em Portugal, o espírito da nossa causa está sendo traído pelos nossos próprios irmãos. É importante que as pessoas entendam que a independência não significa apenas ver-se uma bandeira que se diz moçambicana nos nossos mastros. É mais do que isso. Por isso, meus irmãos, tal como ontem, preparem-se. Podemos morrer, mas temos que morrer a combater. Não devemos vergar perante as intimidações, nem das novas autoridades portuguesas, e muito menos dos nossos irmãos que hoje se juntaram a elas."[452].

Nos fins de Setembro a situação apresentava-se insustentável. Spínola demite-se do cargo de presidente da República Portuguesa, cedendo espaço a Costa Gomes e a sua equipa. Simango e os restantes membros do PCN apercebem-se de que o processo da descolonização levado a cabo segundo os moldes traçados por Costa Gomes e seus apaniguados era irreversível. A violência de alguns guerrilheiros da Frelimo, a mando dos políticos desse movimento a partir do território tanzaniano, estendia-se a todos os cantos com o beneplácito das novas autoridades portuguesas representadas pelo senhor Victor Crespo em Moçambique. Nas reuniões populares promovidos pelos núcleos da Frelimo, de braço dado com os *Democratas de Moçambique*, Simango e seus seguidores eram já os bombos da festa. As canções revolucionárias, forjadas em 1970 em Nachingweia e impostas às populações nas matas de Cabo Delgado e Niassa, eram agora entoadas nos centros urbanos de todo o território moçambicano, condimentando os comícios populares da Frelimo. Antes mesmo da proclamação da independência nacional, as crianças nas escolas cedo conheceriam de cor e salteado todo o reportório "messiânico". Iniciava assim a aculturação do homem do amanhã, ao que os emergentes progressistas, parafrase-

[452] Extractos da conversa tida entre Uria Simango e alguns membros do Partido de Coligação Nacional (P C N) na cidade da Beira pouco depois de 7 de Setembro de 1974. Citações de José Vilanculos em entrevista com o autor, Idem.

ando Samora Machel, passaram a apelidar de "homens novos" que se "forjavam e se temperavam na revolução". Cantava-se em qualquer esquina e ocasião e, revolucionariamente, insultava-se em qualquer canto do território moçambicano, evocando-se a heroicidade dos chamados *revolucionários* e apupando-se os *reaccionários* Simango, Joana, Nkavandame, Gwengere, Verónica, etc. A situação deteriorava-se a olho nu. Na cidade da Beira, um grupo dos *Democratas de Moçambique*, a maioria dos quais de raça branca e mulata, então professores no Liceu Pêro de Anaia (actual Escola Secundária Samora Machel) e na Escola Preparatória Dr. Baltazar Rebelo de Sousa (actual Escola Secundária Mateus Sansão Muthemba), agride, selvaticamente, o padre Mateus Gwengere. Gravemente ferido, o padre é hospitalizado por cerca de uma semana[453]. A caça aos *reaccionários* e, particularmente, a Uria Simango intensifica-se. Protegido por diversas pessoas, Uria foi escapando de perseguição em perseguição até que, em Outubro, decide abandonar o país mas, disposto a continuar o combate.

"***Nem que fosse necessária outra luta armada, Moçambique tinha que se livrar de qualquer réstia de totalitarismo político***" – disse Simango[454].

Era preciso pesar as condições de confrontação na região. Simango sabia que da Tanzânia ou da Zâmbia nenhum apoio obteria dos regimes aí instalados. Os dirigentes daqueles dois países ajudavam a Frelimo na sua política totalitária e na sanha da perseguição e detenção dos seus opositores. "***Era fundamental encontrar na região quem pudesse dar guarida a patriotas moçambicanos dispostos a iniciar outra insurreição armada. Samora e o seu grupo entendiam apenas uma linguagem, a da violência. Era preciso então dar à Frelimo a violência que exigia***"[455]. Para tal, Simango volta-se para os seus anteriores *inimigos* e decide que tem que partir da Rodésia e estender a sua base de apoio até à África do Sul. "***Doesse a quem doesse, o totali-***

[453] Dentre os agressores de Gwengere destaca-se CL., um individuo que viria a ocupar um posto cimeiro na polícia política do regime da Frelimo. Por ironia do destino, pouco anos depois da proclamação da independência nacional, ao se aperceberem de que do lado de lá veio um *demónio* e não o messias que tão ansiosamente se aguardava, tanto CL como a maioria dos então agressores de Gwengere, viriam, um por um, a abandonar a *terra liberta*, indo refugiar-se na metrópole portuguesa.

[454] José Vilanculos, Idem.

[455] Idem.

tarismo político em Moçambique não deveria ter um minuto de paz. Decidiu-se então que a luta devia continuar. Mas antes dessa decisão, é preciso lembrar que houve um problema que precipitou os acontecimentos. Quando se assinou o acordo em Lusaka, já com as modalidades de entrega do poder à Frelimo sem eleições, houve um grupo de pessoas em Lourenço Marques que se irou. Não tiveram a calma suficiente para encaminhar os seus protestos. Tomaram a rádio e começou uma grande confusão. Nós do PCN fomos apanhados de surpresa com aquela manifestação, embora também não concordássemos com a forma como as coisas foram feitas em Lusaka. Quando a confusão se instala, imediatamente, Spínola mandou uma delegação para Moçambique para ver de perto o problema. Foi então que Simango e outros dirigentes do PCN seguiram para Lourenço Marques para se encontrar com essa delegação e explicar o erro que as autoridades portuguesas estavam cometendo, responsabilizando-as pelo desmando que se instalara. Aquilo foi duro. O próprio enviado de Spínola acabou lacrimejando quando ouviu o Rev. Simango"[456].

A saída de Simango de Moçambique no início de Outubro de 1974, deu-se graças à rapidez de acção de Canisha Jardim e do namorado desta que trataram de transportá-lo num dos aviões do Aero-Clube da Beira. Para o efeito, Canisha e o então namorado (já falecido) solicitaram ao piloto Dion Hamilton para que os acompanhasse com urgência a Umtali (na Rodésia) onde deviam levar um doente para tratamento médico. Embrulhado num cobertor, Hamilton só se apercebeu da natureza do "*doente*" que transportava já no ar, quando Simango se desfez da sua cobertura[457]. Na Rodésia, sob o pseudónimo *John Saidi*, de nacionalidade keniana, o Reverendo Simango desembarcaria no *Charles Prince Airport*, nos arredores da capital, a 3 de Outubro, tendo sido recebido por Orlando Cristina que, na circunstância, se fazia acompanhar de alguns agentes da segurança daquele país. Foi acomodado no Jameson Hotel, na actual *Samora Machel Avenue*.

Simango ia disposto a pedir toda a ajuda possível às autoridades rodesianas no sentido destas apoiarem uma insurreição armada contra o regime da Frelimo que em breve se instalaria no país. Contudo, segundo se escreveria mais tarde, ***"(...) foi dito a Simango que***

[456] Idem.

[457] Carmo Jardim, entrevista com o autor, Maputo, 27 de Abril de 1999.

antes que a Rodésia considerasse o seu pedido, ele teria primeiro de provar que os numerosos grupos de oposição em Moçambique se haviam unido e formado um corpo coeso e com uma liderança eleita. Segundo, teria de dar provas convincentes sobre a viabilidade dos seus planos enquanto que partido de oposição, e que os mesmos poderiam ser bem sucedidos no alcance de seus objectivos. Terceiro, que tal corpo possuísse uma estrutura dentro de Moçambique através da qual pudesse conquistar o apoio da população. A não ser que tais garantias fossem dadas de forma concreta, as discussões não poderiam ser levadas a um nível mais elevado."[458]

Mas a situação no país não permitia garantir um imediato sucesso do plano então estabelecido. Ao Reverendo, apenas movia-o o desejo consubstanciado na urgência de fazer-se algo para livrar Moçambique e os moçambicanos do dogmatismo ideológico que se avizinhava. Para tal, tinha que se partir de algum lugar. Contudo, contra as suas previsões, a Rodésia estava numa posição indecisa. Foi ainda dito a Simango que a sua visita tinha um carácter clandestino, e que só poderia permanecer no país 3 à 4 dias. Era obrigatório que saísse daquele território até 7 de Outubro. A despeito deste constrangimento, Simango permaneceria naquele território até 31 de Outubro. Nessa data, seguiria num voo da *South African Airways* com destino a Johanesburgo para mais contactos.

Durante a sua permanência na África do Sul, Simango manteve-se ao par dos acontecimentos em Moçambique, e embrenhava-se na procura de apoios para a sua causa. Dias antes da sua partida para a África do Sul, e ainda em Salisbúria, Simango havia tomado conhecimento da detenção da sua esposa e de alguns membros do seu partido na cidade da Beira. Sabia que não seria a sua rendição que os libertaria. Era preciso uma luta séria contra os defensores de novos totalitarismos em Moçambique. A 7 de Novembro toma ainda conhecimento de mais uma investida perpetrada pela força conjunta (Frelimo, PSP e agentes da COPCON[459]) contra os escritórios do PCN na cidade da Beira. Des-

[458] Os pormenores da visita de Uria Simango a Salisbúria constam do livro de João Cabrita, *Mozambique -The Tourtuous Road to Democracy* (Londres: Palgrave, 2000).

[459] Nota importante: Almeida Santos, na época Ministro da Cordenação Inter-territorial, alegaria, no decurso duma entrevista reproduzida no programa da RTP *Independência já*!, que depois do golpe em Portugal e da assinatura dos acordos de Lusaka, os oficiais da PSP em Moçambique agiam em conformidade com as instruções de Armando Guebuza, então Ministro do Interior do Governo de Transição.

sa investida resultou a morte de um membro do seu partido e o saqueamento das instalações. Simango entende que é preciso lançar um alerta ao mundo, pois Moçambique caminhava a passos largos para o caos e, contra todas as expectativas, inadvertidamente, Portugal não assumia com rigor as suas responsabilidades. Assim, Uria Simango escreve:

"Um alerta que o mundo desconheceu"

"De modo a informar todos aqueles que se interessam pelos acontecimentos em Moçambique, decidi escrever estas breves linhas na esperança de que elas possam vir a dar uma visão geral da situação.

O Golpe de Estado de 25 de Abril em Portugal, foi seguido de promessas dadas pela junta militar dirigida pelo General Spínola de que às colónias iria ser conferida a liberdade de escolherem o seu futuro. Deste modo, a independência seria concedida, após eleições gerais, nos princípios de 1975, em que todos os partidos políticos poderiam participar. Com efeito, foi concedida uma amnistia a todos os políticos e aos movimentos de libertação, autorizado-se o seu regresso aos seus respectivos países de forma a terem a oportunidade de expressar os seus ideais antes das eleições.

Porém, a preocupação imediata de Portugal foi a de criar uma atmosfera de paz como condição necessária para uma pacífica actividade política, e elaborar os instrumentos necessários para as eleições e transferência de poderes para os povos colonizados. Por conseguinte, viu-se que as conversações para um cessar-fogo eram prioritárias. Por esse motivo, as conversações começaram pela Guiné-Bissau.

CONVERSAÇÕES SOBRE O CESSAR-FOGO

Em telegrama endereçado ao governo zambiano, o governo provisório português indicou que uma delegação sua, liderada pelo Dr. Soares, ministro dos negócios estrangeiros, deveria estabelecer conversações em Lusaka com ambas as forças – Frelimo e Coremo. Essas conversações não incluiriam questões relacionadas com a independência dado que as mesmas careciam da participação de outras forças políticas no interior do país.

Por razões por nós desconhecidas, na véspera das primeiras conversações, as tropas zambianas atacaram as bases militares do Coremo na Zâmbia e Moçambique, tendo procedido à detenção dos nossos combatentes. Os dirigentes do partido que na altura se encontravam em Lusaka foram detidos e posteriormente encarcerados.

As informações que obtivemos junto das autoridades prisionais são de que esses dirigentes foram transferidos para a Tanzânia, não nos sendo possível obter directamente quaisquer notícias dos mesmos. Não nos causará surpresa ouvir dizer que todos ele acabaram por ser entregues à Frelimo, às mãos de quem a morte é o destino certo.

No decurso do mês transacto, tropas da Zâmbia e guerrilheiros da Frelimo, numa acção combinada, penetraram no distrito de Tete no encalço das nossas forças que não haviam sido detidas durante a primeira operação.

Não restam dúvidas de que a eliminação física do Coremo foi planeada de modo a manter a Frelimo como o único interlocutor nas negociações com o governo português. Não cremos que as autoridades zambianas tenham agido de forma prudente, independentemente das suas melhores intenções.

O SIGNIFICADO DA EXCLUSÃO

Talvez os arquitectos do plano de exclusão não estivessem cientes do seu acto. Todavia, ao procederem dessa forma, acabaram por dividir o povo que pretendiam unir, pois um sector da população representado por outros partidos não foi ouvido, e consequentemente, alienado ao Acordo de Lusaka. Não seria lógico e correcto afirmar-se que o acordo foi imposto ao povo? Que obrigações terão eles num acordo de que não fizeram parte?

As manifestações que tiveram início em Lourenço Marques a 7 de Setembro, e que continuaram por dois dias após a assinatura do Acordo de Lusaka, tiveram o apoio de quase todo o país. Tratou-se de uma manifestação de raiva e repúdio do povo relativamente a esse acordo. Não foi uma tentativa de golpe como alguns, por conveniência, tendem a interpretar. Tivesse sido essa a intenção, nada os impediria de

formar um governo durante os dias em que tiveram a cidade de Lourenço Marques sob seu controle. Foi uma sincera e pacífica manifestação política que qualquer grupo de pessoas num dado país democrático teria feito.

ACONTECIMENTOS DEPOIS DA FORMAÇÃO DO GOVERNO DE TRANSIÇÃO

Milhares de pessoas já deixaram o país com destino à África do Sul e à Rodésia. Algumas dessas pessoas encontram-se armadas. O número de desempregados cresceu em flecha como resultado do encerramento de diversos estabelecimentos. A economia atingiu o seu nível mais baixo – não há dinheiro no país. Confrontos entre a Frelimo e o povo são frequentes e já provocaram a morte de mais de 1000 pessoas, maioritariamente em Lourenço Marques. Outras 2800 pessoas foram detidas, muitas delas por não apoiarem a Frelimo. Três campos de trabalhos forçados foram abertos para essas pessoas. Este número inclui 4 membros do Partido de Coligação Nacional – PCN, nomeadamente o secretário-geral, Basílio Banda, a secretária para a educação Dra. Joana Simeão, Pedro Mondlane e José Vilanculos. Já há unidades de guerrilha a operar contra a Frelimo em várias partes do país, tendo já causado a morte a 500 guerrilheiros da Frelimo. No dia 5 de Novembro, guerrilheiros da Frelimo e tropas portuguesas atacaram a residência de dirigentes do PCN, tendo causado um morto. Saquearam o que se encontrava nessa residência, incluindo a quantia de 4O libras.

A atitude geral das pessoas em relação a Frelimo é de antipatia, causada pelo seu brutal comportamento que inclui enforcamentos públicos aos chamados reaccionários.

A situação é tensa no país. Há disparos nas ruas da maioria das cidades. Explosões de granadas e de minas ocorrem todos os dias. A Frelimo está determinada a destruir os restantes partidos por via de eliminações físicas dos seus líderes e apoiantes.

O PCN considera que Portugal deve honrar a sua promessa de que todos os partidos políticos, e particularmente o PCN, devem tomar parte nas tarefas de reconstrução nacional. A Frelimo considera os outros dirigentes como inimigos e reaccionários e que, por conseguinte, devem ser eliminados por todos os meios ao seu alcance.

Por aquilo que nos é dado observar, a tensão aumenta diariamente. Recrudesce o número de unidades de guerrilha a operar contra a Frelimo, tal como o número de acções de combate. A Frelimo pode vir a perder o controlo da situação que se torna explosiva e que pode assumir proporções incalculaveis. Tudo isto resulta da forma errada como o governo português conduziu o processo da independência, e da linha ideológica defendida por Lisboa em nome da qual deseja sacrificar tudo e todos.

Por um lado, o governo português julga ser necessário restaurar a democracia em Portugal. Mas por outro, as autoridades portuguesas não acham que o mesmo seja necessário para Moçambique. Resta-nos rezar para que a situação não piore, pois ainda é possível evitar o desastre. No que diz respeito ao PCN, estamos dispostos a cooperar na procura duma solução justa e duradoura. Neste capítulo, a África pode desempenhar um importante papel"[458a]

A Frelimo apercebeu-se da saída do Reverendo de Moçambique ainda em Outubro de 1974, pois estava devidamente informada por via de um espião infiltrado no seio do PCN[459a].

O facto de Uria Simango não ter sido detido na onda de detenções que abrangeu a maioria dos *reaccionários*, era algo que perturbava a Frelimo em Dar es-Salam. Esta sabia do que o reverendo era capaz. Era imperativo neutralizá-lo com a maior brevidade possível. Uria Simango saiu de Moçambique sem se fazer acompanhar da esposa e dos filhos por uma razão assaz complicada. Segundo relata Elijah Simango, ***"a situação na época estava confusa e muito tensa. Várias pessoas se dirigiam a Uria e a esposa com intenções de aconselhar. Celina terá por um tempo vacilado, ouvindo os conselhos do pai. Ao tomar conhecimento do regresso da filha e do marido, o sogro do meu irmão deslocou-se imediatamente do Búzi para a Beira. Perante o quadro político que se vivia, com tanta gente a ser induzida a***

458a Excertos de um documento redigido por Uria Simango em Novembro de 1974 sob o título "Actual Situation in Mozambique (April 25 – Nov. 1974). Foi enviado a diversas embaixadas africanas e a alguns órgãos de comunicação na Beira, para publicação. Todavia, nessa época, a maioria dos órgãos de informação já estavam sob controle dos chamados *progressistas* que viriam a boicotar o referido documento.

459a Carmo Jardim, Idem.

falar mal de Simango e de outros, as pessoas viviam intimidadas. Até os familiares mais próximos eram olhadas de esguelha. O velho Muchanga ter-se-á também assustado, e com razão. Achou por bem aconselhar a filha a largar o marido à sua sorte. Perante aquela situação qualquer pai faria o mesmo. Celina viveria então um dilema quando Uria disse que deviam sair do país. Eu estava presente em todos os momentos. Três ou quatro dias depois da visita do sogro, o mano Uria falou-me longamente sobre as conversas que vinha tendo com a esposa nos últimos dias. Uria disse-me que o sogro estava a pressionar a filha para deixá-lo, porque todos falavam mal dele. Não sei se alguém mais da família de Celina pressionou-a. O mano só me falou da pressão do sogro. Isso digo porque ouvi da boca do mano Uria. Então, no meio daquela confusão toda, o mano teve que planificar a fuga sozinho. Dias depois de ter partido, Celina começou a entender que o marido tinha razão. Quando viu que a situação estava mal, é quando aceitou sair. Como já não estava ninguém que pudesse tirá-la clandestinamente como aconteceu com o marido e o padre Gwengere, tratou então de sair legalmente. Começou a tratar do passaporte para sair com as crianças. Todos os dias o mano falava com ela por telefone. Não sei de onde. Muitos já estavam a sair do país. Assim que o mano tomou conhecimento da disponibilidade dela, enviou passagens. Veio um senhor da DETA informar que havia PTAs e disse para se preparar porque o voo era dentro de poucos dias. O que fez com que ela não saísse, foi a acção de um senhor que trabalhava na Administração, aí onde se tratava de bilhetes de identidade e outros documentos. Esse senhor é que estava a tomar conta da documentação relacionada com a viagem. Propositadamente, reteve o passaporte no seu gabinete de trabalho, retardando a entrega do mesmo. Foi nesse vai e vem para reaver o passaporte, com o governador da Beira a pressionar que o passaporte fosse entregue a Celina, que ela acabou sendo detida"[460].

---

[460] Elijah Simango, Maputo, 20 de Agosto 2001, entrevista com o autor. **Nota**: Segundo se diz, como que por gratificação, o homem que reteve o passaporte de Celina viria a subir os escalões do *poder popular*. Depois de passar pela direcção de várias empresas intervencionadas pelo Estado na cidade da Beira, viria a ser "eleito" deputado da Assembleia Popular, chegando a atingir postos cimeiros naquela magna casa.

De facto, enquanto Celina Simango aguardava o levantamento do passaporte, no qual estavam averbados os nomes dos três filhos do casal, as coisas complicaram-se. À Celina Simango nunca ocorrera que a Frelimo viesse a usá-la como refém para aprisionar o marido. Na manhã do dia 11 de Outubro estacionou defronte da casa do então Governador[461] um *jeep* militar e dele saíram membros da então Polícia de Segurança Pública (PSP) acompanhados de alguns recém-chegados guerrilheiros da Frelimo. Os homens dirigiram-se à casa onde estava hospedada a família Simango, exactamente no momento em que Marta Obedias Muchanga (irmã de Celina) se ausentava para o mercado na companhia do sobrinho, Deviz. O grupo dos raptores engana-se e prende Marta, confundindo-a com Celina. Deviz Simango, o segundo filho do casal Simango, apercebendo-se do problema, correu de regresso a casa e, dirigindo-se à mãe, informa-a sobre o que lá fora se estava a passar com a sua tia Marta. De imediato, Celina saiu da casa e dirigindo-se aos captores afirmou:

"Se estão a procura da mulher de Uria, não é essa aí que estão levando. Sou eu."[462].

Celina foi forçada a acompanhar os captores até à esquadra mais próxima (situada a poucos metros do Hotel Miramar). De seguida, foi encaminhada para o quartel das forças coloniais em Matacuane e, posteriormente para o quartel dos *Grupos Especiais*, no Dondo, o qual a Frelimo viria a transformar em Centro de Preparação Político-Militar. Nunca mais voltaria ao convívio dos seus. Celina sabia em que mãos se encontrava. Quando a sua irmã, Marta, foi autorizada a visitá-la no quartel de Dondo, Celina disse:

"Desta vez vou para sempre. Cuidem dos meus filhos. Peço a Deus que vos ajude a criá-los. Conheço estes homens".

Ao despedir-se da irmã, Celina abraça-a e diz:

---

461 A família Simango estava hospedada na casa sita na Rua Vilas Boas Truão nº 52, muito próxima do palácio do Governador, então pertença do comerciante e membro do Partido de Coligação Nacional, Ahmed Haider, na cidade capital da província de Sofala.

462 Marta Obedias Muchanga, Idem.

"Tira essa capulana que tens no corpo, no mesmo momento em que eu tiro a minha. Pegue-a pela mão direita e entrega-ma"[463]

As duas senhoras trocaram assim as capulanas. Era o último adeus.

Semanas mais tarde, os que se encontravam na residência/escritório do PCN, viriam a ser detidos. Entre eles, contava-se o velho Joaquim Madjivanguire[464] que resistiu heroicamente aos captores. Sozinho, contra uma força militar conjunta (guerrilheiros da Frelimo e PSP) acabaria por sucumbir aos maus trados. Os restos mortais nunca seriam entregues aos familiares. Mas antes, na noite de 24 de Outubro, uma outra incursão conjunta havia culminado com a prisão do Dr. João Unhai, da Dra. Joana Simeão e do comerciante Ahmed Haider.

[463] Idem

[464] Joaquim Madjivanguire foi um dos combatentes da luta de libertação nacional filiados na Frelimo. Abandonou a organização na época dos conflitos de 68/ 69.

Sétima parte

NAS MÃOS DOS ALGOZES

Malawi na berlinda: A prisão no Aeroporto de Chileka.

O Malawi é um pequeno país refém geográfico. Encravado entre Moçambique, a Zâmbia e, no extremo nordeste, a Tanzânia, é praticamente dependente dos portos moçambicanos para o seu acesso ao mar. O seu líder histórico, Dr. Kamuzu Banda, viu-se numa situação em que simultaneamente tinha que agradar *a Deus e ao diabo*.

Por ocasião das festividades da independência nacional do Malawi, Banda foi citado como tendo dito que a independência do seu país só teria sentido se Moçambique se libertasse, igualmente, do jugo colonial. Com efeito, em 1965, quando começaram a afluir ao Malawi milhares de refugiados de Moçambique, o governo de Banda proporcionou-lhes alojamento em zonas como Likoma-Island, Mlanje e Cholo. Tacticamente Banda entendia-se com os revolucionários moçambicanos. Os operacionais dos movimentos guerrilheiros, tanto da Frelimo, como posteriormente do Coremo, entravam no Malawi para acções de recrutamento político apesar de não possuírem aí bases militares. Banda evitava hostilidades directas com Portugal, pois se por um lado queria a independência de Moçambique, por outro, dependia economicamente dos portos *portugueses* em Moçambique.

As relações entre o governo malawiano e a Frelimo esfriariam na segunda metade da década de 60 quando Henry Chipembere iniciou uma rebelião armada contra o governo de Banda, ao que se supôs, tendo como base de retaguarda a Tanzânia e algum apoio da Frelimo, através dos seus campos de treino no território tanzaniano. Simango

conhecia bem o Malawi e os seus dirigentes. Já em Julho de 1969, deslocara-se àquele país na companhia de Joaquim Chissano, tendo aí permanecido sete dias em contactos com Kamuzu Banda e alguns membros do seu governo para, entre várias coisas, tentar quebrar o gelo que já separava as autoridades malawianas da Frelimo.

Homem ponderado e calculista, Banda terá sido apanhado de surpresa pelo golpe do estado de 25 de Abril em Portugal. Em 1974 os líderes do Coremo circulavam no Malawi com conhecimento do governo deste país que lhe concedia apoio de diversa ordem. Ciente da situação geográfica e da dependência económica do Malawi, a Frelimo, através do seu Departamento de Segurança, que na essência já era a Contra Inteligência Militar (CIM), iniciaria em Outubro de 1974 contactos com o Malawi em que sobressaía a chantagem política, visando a captura dos seus opositores políticos que aí circulavam com conhecimento das autoridades.

"Ou Banda colaborava para o bem das relações com o Moçambique governado pela Frelimo, o que se avizinhava, ou corria o risco de ver tensas as relações de vizinhança, com consequências de ver as suas rotas para o mar bloqueadas, imediatamente após a ascensão da Frelimo ao Poder"[465].

Foi desse modo que o Malawi, na pessoa do Ministro na presidência, e então secretário geral do partido no poder, Dr. Albert Muwalo Nqumaio, e a polícia política malawiana (a *Special Branch*) conspiraria com a Frelimo contra as forças da oposição em Moçambique.

De descendência moçambicana, Albert Nqumaio era um de vários descendentes da linhagem do histórico imperador de Gaza (Ngungunhane) espalhados pela zona austral da África. Nqumaio tinha uma certa simpatia para com a causa da independência de Moçambique e, particularmente, assim que tomou conhecimento de que o movimento de libertação de Moçambique era dirigido por pessoas oriundas de Gaza, forjou amizade com alguns indivíduos da *ala regionalista sul* na Frelimo. Segundo relata Samuel Simango, membro da primeira hora nas fileiras da Frelimo e posteriormente do Coremo e do PCN, o então

[465] JC. , Maputo, 1 de Fevereiro de 1999, entrevista com o autor.

ministro na presidência malawiana chegou a possuir um cartão de membro da Frelimo na clandestinidade sem que o seu presidente, Kamuzu Banda, tivesse disso conhecimento. Banda terá embarcado na conspiração sob garantias dadas por Nqumaio de que nada de grave aconteceria tanto a Simango como a outros políticos moçambicanos que o Malawi entregasse à Frelimo.

-"***Parece que Nqumaio disse a Banda que a Frelimo apenas queria a presença deles na Tanzânia para não se retardar o processo de ascensão de Moçambique à independência. Depois do país ascender à independência, tanto Simango como outros políticos moçambicanos seriam postos em liberdade para desenvolverem livremente no país as suas actividades políticas. E Banda caiu na fita***"[466].

A colaboração do governo Malawiano nesse processo "de agilizar a ascensão da independência de Moçambique", "***seria compensada por via de boas relações de vizinhança com o novo regime político que se instalaria em Lourenço Marques (Maputo). Banda, terá acreditado nessa estupidez***"[467].

Depois da África do Sul, em Novembro de 1974 Simango seguiu com destino a Nairobi (no Kenya) na tentativa de estabelecer contactos com o presidente Jomo Kenyata. Na época, Kenyata era um líder influente nos corredores da OUA. Uria Simango estava profundamente convencido de que o velho estadista keniano teria a capacidade de influenciar o processo moçambicano a nível da OUA, pois esta organização reconhecia também o Coremo como um movimento legítimo, representativo das aspirações do povo moçambicano à independência.

Tudo indica que enquanto Simango se dirigia ao Kenya, o suposto espião infiltrado no PCN já se encontrava naquele país na companhia do Padre Mateus Gwengere. A chegada de Simango à capital keniana era do conhecimento de ambos. Todavia, por razões impreci-

[466] Idem

[467] Idem

sas, o reverendo não se encontraria com o Padre Gwengere. Simango chegou a Nairobi em data imprecisa da primeira quinzena de Novembro. As circunstâncias da sua saída daquela cidade em direcção ao Malawi estão ainda por esclarecer na sua totalidade. As informações indicam que o aludido espião recebera instruções de Dar es-Salam para aliciá-lo a descer para o Malawi afim de *contactar* a Frelimo sob os auspícios do Governo malawiano na pessoa do ministro na presidência, Dr. Albert Muwalo Nqumaio. O espião, terá sido a pessoa ao cuidado de quem Nqumaio enviou um telegrama à Simango, solicitando a sua urgente presença naquele país a fim de "discutir o processo moçambicano". Com efeito, Simango atenderia de imediato a solicitação, viajando de avião para Blantyre sendo a passagem custeada pelo Alto Comissário do Malawi em Nairobi. À sua chegada ao Aeroporto de Chileka, Simango foi recebido pelas autoridades malawianas. Contudo, cedo se apercebeu da estranha recepção que lhe havia sido dispensada. Segundo as suas palavras, viu à sua volta pessoas estranhas a controlar-lhe os movimentos e, minutos depois, chegavam outras que ele supôs tratar-se de agentes da *Special Branch* malawiana. Foi introduzido numa viatura e encaminhado para a fronteira com Moçambique. Chegado a fronteira de Milange, Simango dissipa então as dúvidas. Acabava de cair numa armadilha. Ia ser entregue à Frelimo, pois já lá estavam outros detidos, todos eles ligados ao PCN, tais como Paulo José Gumane, Samuel Brito Simango assim como nove membros daquele partido que haviam sido presos no Shire Highlands Hotel em Limbe, Malawi[468]. O Reverendo Uria Simango entrava assim na derradeira caminhada para a morte.

A recepção dos detidos do lado moçambicano da fronteira esteve a cargo de João Honwana e do comandante da base da Frelimo em Mongue, Mabuko Feitotudo. Ambos trataram de separar Uria Simango e Paulo Gumane do restante grupo de pessoas detidos no Malawi. Simango e Gumane foram de seguida conduzidos à cidade de Quelimane e daí para o campo de preparação político-militar da Frelimo em Nachingweia, Tanzânia[469].

---

[468] Judas Honwana citando Uria Simango em conversa com outros prisioneiros à caminho de Niassa em 1975. (Maputo, 23 de Setembro de 1998, entrevista com o autor). **Nota do autor**: A prisão de Paulo Gumane e de outros no Shire Highlands Hotel em Limbe, no Malawi, ocorreu, segundo dados apurados, a 12 de Novembro de 1974.

[469] Samuel B. Simango, Idem

Com efeito, nas diversas cerimónias de julgamento público desde Março a Maio de 1975, assinalar-se-ia naquele centro não só a presença de Uria simango, como também da maioria dos detidos em Moçambique, Zâmbia e Tanzânia no período que vai do 25 de Abril a Novembro de 1974. Nachingweia viria a ser então o testemunho vivo da maior conspiração política de todos os tempos em África, envolvendo as autoridades de quatro países da região austral.

Como trofeus de guerra, Simango e outros políticos moçambicanos seriam desfilados e exibidos publicamente por Machel e Marcelino dos Santos sob o olhar de aprovação de Julius Nyerere e Kenneth Kaunda, então *respeitáveis* estadistas de África.

No rescaldo da contenda: Cantando salmos

"Posso ser uma pessoa despresível, mas quando a Verdade fala em mim, sou invencivel"

- Mahatma Gandhi -

O Rev. Simango tinha uma coisa a fazer: Detido, vilipendiado, e sem nenhum meio de defesa perante homens que faziam da vida um jogo de morte, restava apenas encomendar a sua alma a Deus. Afinal, ele era um pastor e sabia em que mãos se encontrava. E um homem como ele, moldado pela palavra de Deus nas mãos de homens despidos de senso humano, nada tinha a fazer senão orar para que o Omnipotente perdoasse os que não sabiam o que faziam. Nachingweia doeu, como doeria ainda mais todo o subsequente processo da descolonização portuguesa e, posteriormente, o Moçambique independente.

Sob uma vigilância apertada, proporcionada por dois pelotões, Simango chega a Nachingweia a 21 de Novembro de 1974. Foi encarcerado, na companhia de outros, no que havia sido até ao momento a casa de Samora Machel, enquanto comandante do centro.

"A notícia da sua prisão caiu como que uma bomba para alguns de nós. Pela primeira vez vi o senhor Mungaka a chorar. O

homem soluçava às escondidas como um bezerro desmamado. Aquilo foi triste. Eu e muitos outros quase que ficámos uma semana sem conseguir tragar um alimento. Nada podíamos fazer. A guarnição estava a cargo do grupo em quem Samora depositava maior confiança. A situação foi mais constrangedora quando nos apercebemos de que a Dona Celina também se encontrava entre os detidos. A senhora estava na companhia de uma senhora de Cabo Delgado, chamada Verónica, guarnecida num outro local por um pelotão de DF[470]. Não se permitia que ninguém se aproximasse do perímetro do local onde os presos estavam encarcerados. Nem amigos, nem familiares. Havia ordens expressas de que em caso de tentativa de fuga se disparasse para matar. Andávamos às voltas dum lado para outro, sem sabermos o que fazer. À noite, alguns de nós choravam num canto, porque sabíamos qual era o fim daquilo. Como os chefes sabiam que nós gostávamos de Simango, tudo fizeram para nos controlar os movimentos. Alguns daqueles guardas hoje sentem-se profundamente chocados pelo que faziam. Não querem acreditar como ingenuamente foram usados para fazer mal aos outros. É assim a vida, o arrependimento vem sempre tarde"[471].

No seu regresso a Nachingweia depois duma digressão por Ásia na companhia de alguns responsáveis da Frelimo, Samora Machel e seus camaradas são citados como tendo jubilado de seus feitos. A maioria dos dissidentes da Frelimo encontrava-se agora nas suas mãos, o que por si denotava a índole do regime que se preparava para se impôr ao país em nome da dita *democracia popular.*

Mas o Reverendo jurou manter a dignidade. Não desfaleceria perante qualquer espécie de intimidação ou tortura, pois "*a marcha para a morte será longa*" – como diria ele próprio aos seus colegas de cativeiro aquando da sua transferência para M'telela. Nas noites escuras do cárcere, Simango cantarolava os salmos da Igreja que, para além de encorajá-lo, comoviam alguns dos seus companheiros e os próprios carcereiros. Doeu-lhe a alma rever pela primeira vez, depois de meses de separação forçada, os seus companheiros de luta de olhos

[470] DF (Departamento Feminino).

[471] MS. , Maputo, 17 de Dezembro de 1999, entrevista com o autor.

lacrimejantes. A sua esposa estava entre eles e, ao avistarem-se, os seus olhares transmitiam dor e tristeza. Nada sabiam do destino dos seus três meninos, Maúca, Mbepo (Deviz) e Mbiyo (Lutero). Os dias no campo de Nachingweia seriam passados sob torturas físicas e trabalhos forçados na machamba que circundava o centro. Os métodos de interrogatório que se seguiram, baseados nos manuais dos "mestres" da Europa do Leste de então, ilustravam a rapidez com que os *paladinos* da liberdade em Moçambique assimilaram a matéria da *ditadura do proletariado*. Era preciso esgotar a resistência física e espiritual dos acusados. Era preciso fatigá-los, pois uma vez caídos nessa fase, tornar-se-iam apáticos e concordariam com tudo o que deles se exigisse. Era preciso convencê-los de que as suas declarações seriam a única forma de poderem ainda prestar um valioso serviço à nação depois de todos "prejuízos" por si causados e, *garantir-lhes* de que a vida dos seus ente queridos, dependia do grau de colaboração que prestassem, *a bem da nação*!...

Todavia, o Reverendo Simango, a despeito da confrangedora situação em que se encontrava, relatou com dignidade toda a sua trajectória desde a sua saída do território tanzaniano (em Abril de 1970) até a data do seu rapto. Não desfaleceu. Falou dos contactos que manteve depois do 25 de Abril em Moçambique no âmbito do seu esforço para encontrar uma solução justa para o processo da descolonização do país. Falou do que pensava sobre o que era uma independência. No fim, rematou: "***Tal como vocês, meus irmãos, estou profundamente preocupado com a independência do nosso país. Se acham que não, então, matem-me. Não sou eu quem vos julgará. É a história***"[472].

Os dias foram passando, como passavam as tortuosas noites com as ameaças de morte subjacentes nos discursos do chefe do campo e dos sequazes mandatados pela casta *regionalista do sul*. E eis que chega Março. Simango é confrontado com um documento em que se lia que ele confessava ser o causador de todas as desavenças vividas na história da Frelimo; que ele é que havia planificado a morte do Dr. Eduardo Mondlane; que ele era muito ambicioso e que sempre sonhara

[472] AF, Maputo, 13 de Outubro de 2000, entrevista com o autor. **Nota**: O entrevistado pediu anonimato. Garante que o relato e a citação que faz das palavras de Uria Simango foram-lhe ditos por um camarada então ligado ao departamento da segurança da Frelimo em Nachingweia.

em ser o líder máximo da Frelimo; que ele sempre estivera ao serviço de forças imperialistas do ocidente contra a independência e unidade do povo moçambicano e que, perante tudo aquilo, reconhecia que errara e pedia ao povo moçambicano que o perdoasse e educasse.

Os mentores da tal *confissão*, exigiam-lhe que assinasse o documento como condição duma clemência para ele e para a sua família. Simango recusa e diz peremptoriamente:

"Antes a morte do que assinar isso. Matem-me para me pouparem o sofrimento. Isso nunca assumirei no meu juízo normal"[473].

E o sol foi-se pondo e dispondo, sucedendo-se os dias. A uma determinada altura da vida dos presos em Nachingweia, as torturas físicas mudaram de executores. Passaram a ser confiadas a um grupo de ex-*pides* e alguns OPV's que na circunstância se encontravam também detidos naquele centro. Segundo um dos detidos, os ideólogos da *ala regionalista do sul* e seus *aliados* haviam-se apercebido de que os guardas (guerrilheiros) a quem fora incumbida a missão de torturar os presos faziam-no da forma mais leve possível, pois a maioria deles conhecia Simango e alguns dos detidos como seus ex-chefes, homens respeitáveis. Condoía-lhes a nova situação em que se encontravam de ter que maltratar esses homens, pessoas por quem sempre nutriram confiança. Em cada missão de tortura, Simango, longe de chorar ou gritar como queriam vê-lo fazer, cantarolava os salmos, acabando por comover os pacatos guerrilheiros. E sempre que os mandantes virassem as costas, ficava o Reverendo e outros presos numa amena conversa com os seus algozes de circunstância.

"Os tipos começavam a lavar-se em desculpas em frente de Simango e de outros. Diziam que estavam a cumprir ordens senão eles ficavam também mal. Foi daí então que os chefes do centro decidiram mudar de trabalhadores, pois descobriram que os guardas, no lugar de fazerem um trabalho limpo, brincavam e punham-se a conversar com os "reaccionários". Ainda viam em Simango

[473] Uria Simango. Relato de extractos de conversa com outros prisioneiros. (citação J C. . Idem)

um homem que merecia um tratamento condigno. Era preciso mostrar-lhes que Simango e os outros já não eram nada. Assim, dirigindo-se a outros presos (os tais PIDE's e OPVE's)***, Samora Machel disse: 'vocês foram talhados pelos colonos a maltratar o povo. Agora quero prova das vossas capacidades aqui. Para melhor colaborarem com a revolução, devem dar provas daquilo que aprenderam com os vossos patrões. Temos aqui reaccionários, moleques dos colonos que vocês devem trabalhar para confessarem. Apliquem o que aprenderam, ouviram?'*** "[474]

A missão coube a Valentim[475] e a um grupo de OPV's. Simango e os restantes presos seriam psicológica e fisicamente torturados diariamente por esse bando. Para se ter uma vaga ideia da dimensão da tortura psicológica e física que os presos enfrentaram em Nachingweia, basta recorrer a alguns depoimentos das vítimas:

"***Quando cheguei a Nachingweia na condição de prisioneiro, meteram-me numa minúscula cela onde já estavam outros. Tínhamos dificuldades de nos estendermos, e à noite aquilo ficava às escuras. Machel não estava no Centro quando lá cheguei. E parece que não estava mesmo na Tanzânia. Mas não demorou a regressar. Um dos seus capangas e conselheiro, muito conhecido cá na praça, que acabava de regressar na companhia dele, quando me viu no grupo dos presos quase que pulou de alegria. Começou a sorrir naquele seu sorriso de carniceiro. O tipo conhecia-me bem, fui chefe dele noutras paragens em serviço da Frelimo. Dirigiu-se a mim e disse: oh! Honwana, estás aí também?!, vou arranjar-te um sítio melhor, aqui não dá para ti. Retirou-me daquela cela. Eu convencido de que me ia pôr num sítio melhor, mandou fechar-me num***

[474] JC. , Idem

[475] Segundo JC. , Valentim era um antigo agente da PIDE. Foi capturado nos princípios da década 70 pela população de Tete que pretendia linchá-lo. Escapou graças a rápida intervenção de Bonifácio Gruveta que tratou de encaminhá-lo a Nachingweia, onde cedo se transformou em "capanga" e condutor de Samora a quem *caninamente* passou a ser fiel.

lugar que antes era uma capoeira. Aquilo tinha uma lâmpada forte, daqueles que se usam nas chocadeiras. A noite era uma luta terrível com os insectos que, encadeados pela luz, voavam em direcção à lâmpada que estava por cima de mim. Foi aí que vi que aquele tipo não prestava mesmo"[476].

Aquando da sua transferência de Nachingweia para o Niassa, o Reverendo Simango relataria aos outros presos um episódio macabro:

"Dias antes da sua apresentação pública em Março de 1975, os carrascos, a mando dos chefes da segurança da Frelimo, fizeram na sua presença uma cova de comprimento de uma sepultura para um adulto, com cerca de metro e meio de profundidade. Foi aí conduzido atado dos pés às mãos e, de seguida, deitado na berma dessa cova. De seguida apareceu o "V" na companhia do "M" para certificarem-se da prontidão do processo. Mandaram trazer a esposa do reverendo numa derradeira tentativa de persuadi-lo a vergar. Foi duro para os dois. Voltando-se para Celina Simango, "V" disse-lhe que tomara conhecimento de que também se encontrava no campo de Nachingweia, e que por isso achou por bem mandar chamá-la para despedir-se do marido. "V" Acrescentou que apesar de tanto trabalho feito pelos camaradas da segurança, no sentido de ajudar o marido, Simango não queria colaborar. "V" disse ainda a Celina que o Comité Executivo da Frelimo havia decidido que Simango devia morrer e era importante que Celina o persuadisse a colaborar para evitar que tal viesse a acontecer. Contrariamente ao que "V" e o seu companheiro esperavam, Celina disse apenas isto: 'Se é para morrer, vá e descanse em paz Uria. Um dia alguém se lembrará que também lutaste para a libertação de Moçambique!.'

Dito isto, imediatamente, Celina foi arrastada e retirada do local. A senhora viveria os dias seguintes convencida de que o marido havia sido morto naquele mesmo dia. Só se apercebeu de que o esposo ainda vivia no dia da apresentação pública, quando ela, o marido e todos nós fomos retirados das celas para a parada"[477].

[476] Judas Honwana, Idem

[477] JC., Idem

Mas naquele dia da simulada sepultura, algo de grave voltou a passar-se na ausência de Celina. Simango preferia a morte do que assinar um documento que não fora da sua autoria. A irredutibilidade do Reverendo foi tal que se optou por lhe garantir que se iriam transcrever todas as suas declarações conforme o seu pedido. Para surpresa sua, no dia da apresentação pública, Simango repararia que o documento que tinha em mãos como sendo a transcrição das suas declarações estava gravemente alterado. As suas afirmações estavam deturpadas de cima para baixo. A despeito de constar no documento alguns relatos verídicos, o documento continha grande parte de tudo aquilo que recusara assumir no *seu juízo normal*. Segundo ainda um dos presos, a técnica utilizada foi apenas convence-lo a assinar o documento dactilografado, como sendo produto da transcrição das suas declarações. E isso foi feito sob fortes ameaças. "***Mas uma confissão tirada a força daquela maneira não tem nenhuma validade para sustentar uma acusação***"[478]. De facto, segundo escreveria mais tarde Benedito Muianga, tudo indica que Simango não confessou nada. "***A confissão de Uria Simango fora, na realidade, redigida por Sérgio Vieira***"- escreve Muianga[479].

"***O amor à mulher e aos filhos jogou um papel de peso para o desequilíbrio psicológico de Simango. Ele próprio disse que o haviam obrigado a ler um documento que se pretendia ser a transcrição das suas declarações. Antes de começar a lê-lo chamaram-lhe a atenção para o facto de que esse documento estava em duplicado. Tinha sido fotocopiado. Estaria alguém a acompanhar frase por frase tudo o que pronunciasse. Caso não o lesse em conformidade, antes dele, quem pagaria a factura seria Celina e as crianças. Aí, tudo se alterou. Simango sabia do que Machel e o seu grupo eram capazes. O Reverendo, naturalmente, perante a situação de indefeso em que se encontrava, admitia que o pudessem molestar, mas como qualquer pai e chefe de família, arrepiava-lhe a ideia de ver a sua esposa e os seus filhos em agonia nas mãos de qualquer sanguiná-***

[478] J C., Idem

[479] Benedito Tomás Muianga. In ***Sérgio Vieira mente***. Jornal SAVANA, Maputo, 8. 10. 99, p. 6

rio. Samora e seus camaradas eram capazes de tudo desde que a meta fosse a consolidação do poder político. Portanto, para ele, Celina e as crianças tinham que estar fora daquilo. Então leu aquele documento."[480]

Com efeito, quem o viu confirma o estado de espírito em que o Reverendo se encontrava no momento da leitura desse documento. Simango estava desfeito. Sob o olhar de centenas de combatentes, de jornalistas internacionais e dos dignitários de Tanzânia e Zâmbia, o Reverendo gaguejava, aparentando que a terra lhe saía dos pés. Samora Machel, o *juiz-mor* do grande julgamento, no seu estilo peculiar, ia intimidando a vítima que matreiramente havia atraído a uma cilada:

> ***Você é reaccionário não é?***
>
> ...
>
> ***Também é racista e tribalista, nós sabemos disso!***
>
> ...
>
> ***Foi você quem criou aqueles problemas todos na Frelimo, nós sempre soubemos disso!*** [481].

Num terrorismo psicológico característico do nazismo, e frente a uma multidão embrutecida pela ignorância e pelos actos de meia dúzia de pessoas que se arvoravam em legítimas defensoras das aspirações do povo moçambicano, os infelizes presos estavam sós e entregues ao diabo. A dor sangrava os corações. Perante Machel, um dos prisioneiros desata a chorar. Encharcado de lágrimas, prostra-se aos

---

[480] Judas Honwana, Idem. **Nota**: Há díspares informações quanto ao documento lido por Simango em Nachingweia. Alguns afirmam que deram a Simango a oportunidade de escrever algo. Por essa via, Simango terá relatado por escrito toda a sua trajectória desde o 25 de Abril, os seus contactos e o que ele pensava sobre o processo moçambicano. No fim, assinou. A segurança da Frelimo terá viciado gravemente esse documento escrito por Simango, pondo nele afirmações que sempre negou assumir, tais como a de ser responsável por todo o mal que grassou na Frelimo; ser responsável pela morte de Eduardo Mondlane e; pedir perdão ao povo moçambicano. "**Aquele documento foi desfeito de cima para baixo**" – afirma Judas Honwana.

[481] FM, Maputo, Fevereiro de 2002, conversa com o autor. **Nota**: FM foi um dos então emergentes jornalistas *progressistas* que presenciou o "*julgamento*" dos presos em Nachingweia. Na época – afirma ele – estava ideologicamente com a Frelimo.

pés do *grande líder*, implorando clemência. Tratava-se de José Eugênio Zitha. Em Nachingweia, a Frelimo recorria ao ridículo para convencer a distraída assistência da justeza da sua luta: Zitha era acusado de ser espião ao serviço da PIDE no seio dos estudantes de medicina na então Universidade de Lourenço Marques, onde com apenas dois anos do ensino do primeiro grau havia sido autorizado a matricular-se pelo regime de Marcelo Caetano a fim de cursar medicina![482]

Fazia-se assim o espectáculo mais humilhante possível contra alguns moçambicanos que pecaram apenas por pugnarem por uma liberdade e por uma independência que as suas consciências lhes ditavam.

Ironicamente, meses depois do *travesti* de justiça encenado em Nachingweia, já nas festividades da proclamação da independência do país, entre tantos que no seu estilo característico Machel batia nas costas, o novo presidente de Moçambique aproximar-se-ia, no decurso do banquete, do velho combatente João Muchanga. Entre confabulações espaçadas de goles de vinho, em surdina, no ouvido do velho combatente, Machel manifesta a sua *sincera* dor pelo destino de Simango:

"Olha para esta felicidade camarada Muchanga. É pena pá. Estou a pensar no Simango. Aquele homem trabalhou tanto para este dia!... enfim, é a vida. Mas não há problemas, o homem está nas nossas mãos. É nosso"[483].

"Fiquei sem perceber o que Samora quis dizer. Mas pareceu-me que estava a querer dizer que Simango ia brevemente ser posto em liberdade e voltaria para o nosso convívio. Quando soube que o haviam morto, aí é que acreditei mesmo naquilo que alguns

[482] *Dail News*, Wednesday, April 23, 1975. **Nota**: É grosseira a afirmação de que Zitha havia sido autorizado a matricular-se na Faculdade de Medicina pelo regime de Marcelo Caetano com o nível literário de apenas 2 anos de ensino do primeiro grau. A verdade, porém, é que Zitha era funcionário júnior dos Serviços de Finanças em Lourenço Marques, para o que tinha de ter o mínimo de escolaridade (1° ciclo dos liceus). Era dotado de grande bazófia e gabava-se aqui e além de ser médico, circulando em algumas enfermarias do hospital da Missão Suíça, ao que se diz, "em missão de espionagem a favor da PIDE", facto que valer-lhe-ia uma imediata denuncia pública logo após o 25 de Abril.

[483] João Muchanga, citando Samora Machel, Idem.

camaradas diziam. Machel e alguns camaradas cometiam crimes. Na altura da guerra, algumas mortes de pessoas que não concordavam com certas coisas pareciam acidentais. Poucos podiam falar delas como crimes, porque a maioria tinha medo e era difícil provar. Mas, e agora, depois da independência, porque é que mandaram fazer isso? Uma pessoa que todos sabiam estar nas mãos das autoridades desaparece e nem ao povo e nem à família se diz alguma coisa. O que é que querem que as pessoas pensem? Simango não era uma pessoa qualquer para não se saber oficialmente o que se fez com ele. Eu não estudei muito, mas penso que é assim.".[484]

Pouco se sabe dos acontecimentos em Nachingweia nos meses que se seguiram a apresentação pública dos prisioneiros políticos. Mas após a proclamação da independência de Moçambique a 25 de Junho de 1975, o governo tanzaniano via terminada a sua missão de dar guarida aos combatentes *libertadores* de Moçambique. Desde então, cabia às novas autoridades moçambicanas remover os seus bens e prisioneiros do território tanzaniano para a *terra liberta.* Em Novembro, Simango e outros prisioneiros foram levados numa coluna de camiões militares, cobertos de lonas, para Tunduro. De seguida foram conduzidos para Mbaba-bay no extremo sudoeste da Tanzânia onde lhes aguardava uma fragata do ex-exército português que os levaria a Metangula, no Niassa. No dia seguinte à chegada a Metangula foram encaminhados para Lichinga e, desta cidade, para M'sawize. Posteriormente, seriam encaminhados para o chamado campo de reeducação de M'telela onde foram executados. Consumava-se, assim, o dito popular *tsonga*, "***massassane a fela kwatini***"[485], e confirmava-se então a perca de uma batalha, pois, a guerra, essa, manteve-se em toda a sua plenitude acesa, e os que ficaram continuaram a cantar o "*We shall overcome*" até ensurdecer os tiranos. No início da década de noventa, como que confir-

---

[484] João Muchanga, Idem.

[485] Na tradução literal, **"massassane a fela kwatini"** quer dizer **"o benevolente morre no mato"**. Na essência, esse dito popular quer exprimir a maldade dos homens, no sentido de que a pessoa que pratica o bem para com os seus semelhantes, acaba tendo como recompensa o abandono de muitos, inclusivamente daqueles que ajudou e apoiou nos momentos dificeis das suas vidas. Em suma, os benevolentes têm a triste sina de acabarem abandonados e sem ninguém que os ajude quando chega a vez deles precisarem também de ajuda ou apoio de outros.

mando a lendária tese de "**adaptação a novas circunstâncias**" de Sun Tsu[486] os dirigentes da Frelimo passaram de ditadores a paladinos do plurarismo político e da concórdia. Eles é que mudavam, e não as suas vítimas.

Entretanto, acredita-se que em 1977, Kamuzu Banda tomou conhecimento das sevícias a que estavam sujeitos os homens que o seu governo havia ajudado a prender. As garantias dadas por Nqumaio de que após a ascensão de Moçambique a independência Simango e seus companheiros seriam postos em liberdade não foram cumpridas. Kamuzu Banda apercebeu-se, então, da natureza real da conspiração por si consentida. Teve ainda conhecimento dos contactos secretos que Nqumaio mantinha, tanto com Dar es-Salam como com o regime da Frelimo, então já sediado em Maputo. Segundo relatos de uma das fontes consultadas, o facto ter-lhe-á enfurecido a ponto de procurar ajustar contas com o seu ministro, acusando-o de um atentado golpista. Assim, Nqumaio viria a ser condenado à morte e executado ainda em 1977 pelo governo de Banda. O seu filho mais velho ter-se-á refugiado em Moçambique onde permaneceu por longos anos. A um outro senhor, Focus Gwede, então director da *Special Branch* malawiana a quem Banda igualmente acusou de conluio no plano do golpe e na detenção dos políticos moçambicanos, coube a sorte de uma condenação a prisão perpétua, pena que não cumpriria na íntegra graças aos ventos da democracia multipartidária que sopraram sobre o Malawi no início da década de 90. Saiu da prisão com a subida ao poder de Bakili Muluzi[487].

Código Namuli: Do rapto em Nairobi a farsa jurídica

Há algumas curiosidades que não encontram resposta nos confusos acontecimentos ocorridos entre 1974 e 1977 na África Austral. A menos que os envolvidos na maioria das tramas da região na época se pronunciem sobre alguns contornos da história recente de Moçambique, tudo indica que muito ficará por esclarecer e, quiçá, registar para a posterioridade.

[486] A mais de 2000 anos o estratega militar chinês Sun Tsu é tido como tendo escrito que na política ou na guerra, a vitoria atribui-se à capacidade de previsão, de iniciativa de manobra e, sobretudo, da "**adaptação a novas circunstâncias**".

[487] Samuel B. Simango, Idem.

Segundo se diz, a uma dada altura da sua permanência no Kenya, o padre Mateus Gwengere chegou a desconfiar de alguém relativamente ao rapto do Reverendo Uria Simango. Disso, Gwengere chegou a reportar por carta a Jorge Jardim, então refugiado algures na África ocidental. Na carta, Gwengere é citado como tendo afirmado que um "***elemento de confiança, ou como tal considerado, se infiltrara no seu grupo, actuando para os serviços secretos da Frelimo.***"[488].

Dados posteriores colhidos no decurso das pesquisas para a elaboração deste livro, indicam que Gwengere não estava enganado. Contudo, curiosamente, meses mais tarde, a despeito de ter chegado a conclusão de que a Frelimo havia infliltrado espiões no seu grupo, Gwengere cairia numa cilada, ao que tudo indica, em que participou CMM[489], o mesmo espião do enredo da captura de Simango.

Em Setembro de 1975, as autoridades tanzanianas e o governo da Frelimo em Moçambique assinaram um acordo económico e ideológico[490] que viria a reforçar o já obscuro campo das relações entre os dirigentes dos dois Estados vizinhos. Embora tardiamente explícito por via de uma assinatura formal, o acordo já implicitamente existia muito antes da independência política de Moçambique. A constante interferência das autoridades tanzanianas na contenda entre os moçambicanos fazia parte desse plano tácito. Foi na sequência dessa colaboração que as autoridades tanzanianas prenderam, em Tanga, Miguel Murupa e igualmente perseguiram e prenderam no norte do território tanzaniano Raul Casal Ribeiro e sua esposa Lúcia Tangane. Todos, na companha de quatro filhos menores do casal Ribeiro, foram entregues a Frelimo em Nachingweia.

É igualmente conhecido o rapto do cidadão português Adelino Serras Pires e de dois familiares deste pelas autoridades tanzanianas. Com efeito, sem conhecimento das autoridades do seu país (Portugal) e sem nenhuma ordem jurídica expressa para o efeito, Pires foi extraditado do território tanzaniano para Moçambique em Agosto de 1984. Permaneceu sob desumanas condições por um longo período incomunicável na cadeia da Machava e, posteriormente, na cadeia da Xefina[491].

---

488 JARDIM, Jorge, p. 371, 372, 373.

489 Por questões de princípio, o aludido espião, ainda vivo na altura em que-se escrevia este livro, é tratado aqui apenas por CM, pois toda a tentativa de contactá-lo foi infrutífera.

490 KI-ZERBO, J. *História da África Negra*, p. 247.

491 CAPSTICK, Fiona, *Ventos de Destruicão,* Bertrand Editora, Chiado, 2002.

Um estudo recente[492] igualmente fala da existência de um Conselho Revolucionário, organismo concebido pela Tanzânia, com jurisdição e responsabilidades mais amplas ao nível da África Austral e em cuja hierarquia pontificavam Julius Nyerere e Samora Machel.

Tal como o rapto de Uria Simango, a história do desaparecimento do padre Mateus Pinho Gwengere é outro caso que ilustra o quão o regime samoriano em Moçambique não descansava enquanto não visse os seus históricos oponentes fora do baralho. Para isso dispendia milhares de contos na compra de consciências de homens despidos de moral.

CMM era um jovem seminarista natural de Murraça na província de Sofala. Igualmente, como muitos outros jovens da sua idade na sua época, juntou-se à Frente de Libertação de Moçambique no início da segunda metade da década sessenta. Fez parte do grupo dos contestatários aos procedimentos de Mondlane. Isso ter-lhe-á valido a deportação para Rutanda em Julho de 1968. De Rutanda escapou na companhia de outros dois para o Kenya onde se fixaria até ao "golpe de Estado" de 25 de Abril em Portugal. Regressaria a Moçambique na companhia do Padre Gwengere que, igualmente, havia escapado para o território kenyano nos fins de 1972 na companhia de Willis Shultz[493], depois da tentativa de assassinato de que fora alvo na paróquia da diocese de Tabora onde estava afecto. Juntamente com outros contestatários

---

[492] CABRITA, João , op. cit., p. 128.

[493] Segundo Moisés, "**Shulz era um cooperante de nacionalidade alemã na Tanzânia. Simpatizou muito com a história da Frelimo e com a luta de Gwengere e outros contra a ditadura no seio da Frelimo. Era um revolucionário que com a situação mudada na Frelimo queria ir combater o colonialismo português em Moçambique**" (Francisco Nota Moisés, Idem, In, carta para o autor, 22 de Julho de 2002). Contudo, ZN afirma também que conheceu Shultz. Ajudou-o a ele e ao padre Gwengere a atravessar a fronteira para o território keniano, na altura em que Gwengere se viu ameaçado na Tanzânia. Nunca percebeu porque é que Shultz estava sempre "colado" a Gwengere e porque é que também fugiu para o Kénia na companhia do padre. "**Ele era um Alemão da antiga RDA e tudo indica que tinha ordens para controlar os movimentos do padre, mas o pobre do padre nunca se apercebeu que Shultz podia estar a espiá-lo. Gwengere confiava muito nele e praticamente viviam juntos. É mentira que o padre era racista como dizem por aí, senão não só não se daria com Ganhão ou Hélder Martins, como também com Shultz que era de raça branca. Na Tanzânia raras eram as vezes em que o padre passava as 24 horas de cada dia sem se encontrar com Shultz. No Kénia os dois estavam sempre juntos. Quando o padre foi raptado circularam rumores no Kénia dando conta de que o padre havia sido traído por um conterrâneo seu e por um individuo de raça branca que estava sempre na companhia dele. E todos sabiam que Schultz estava sempre na companhia do padre!**". (ZN, 18 de Novembro de 2003, entrevista com o autor).

aos procedimentos da Frelimo em 1974, CMM desenvolveria a sua actividade política filiado no Partido de Coligação Nacional liderado pelo Rev. Uria Simango. De forma pouco clara, CMM passou de contestatário aos procedimentos da Frelimo a espião desse movimento no interior do PCN. Em Setembro ou Outubro de 1974, face à turbulência então instalada em Moçambique, empreenderia uma nova *fuga* de regresso a Nairobi, ao que tudo indica, na companhia do Padre Gwengere.

Enquanto uns eram publicamente apresentados em Nachingweia e planificado o seu encaminhamento à *terra liberta*, os tentáculos da Frelimo mantinham-se em plena actividade no estrangeiro. E, para além fronteiras, um dos alvos a abater era o Padre Mateus Pinho Gwengere.

Estando o padre em Nairobi depois da sua saída precipitada de Moçambique em 1974, seria meses depois aliciado a participar numa suposta reunião com alguns tanzanianos que se apresentaram como sendo opostos ao regime tanzaniano de Julius Nyerere. Para o efeito, segundo dados da nossa pesquisa, ninguém mais do que CMM garantiria o pleno êxito da operação, pois desde 1968 que Gwengere convivia com ele e, a lealdade étnica havia dissipado na mente do padre qualquer réstia de desconfiança em relação ao jovem seminarista. Segundo fontes em Nairobi, raras eram as vezes em que se via o padre Gwengere sem que não estivesse na companhia de CMM ou de Wills Shultz. CMM era como que um secretário particular de Gwengere e Shultz um conselheiro, assevera uma das fontes.

Na primeira quinzena de Outubro de 1976, um grupo de supostos opositores ao regime de Nyerere na Tanzânia far-se-ia a Nairobi para raptar o padre Mateus Gwengere e encaminhá-lo à Moçambique. Segundo fontes no território Kenyano, o plano, concertado entre as polícias políticas de Moçambique e da Tanzânia, contou com a colaboração do suposto espião, CMM. Com efeito, depois de preliminares consertações, na tarde de 11 de Outubro de 1976, Gwengere e CMM partiam de *Adam's Arcada*[494] na companhia de dois tanzanianos numa viatura para o que se supunha ir tratar de assuntos da luta comum de dois povos irmãos contra dois tiranos na África Austral – Julius Nyerere e Samora Machel. Segundo aqueles tanzanianos, "***Machel era filho de Nyerere e sem Nyerere ele não podia permanecer por muito tempo no poder em Moçambique***". Era, portanto, "***preciso cortar a raiz para fazer secar a árvore***"[495]. Um outro refugiado moçambicano, que na

[494] Adam's Arcada é um centro comercial na cidade capital do Kénia.

[495] Francisco Nota Moisés, correspondência para o autor, Março de 2002.

circunstância se encontrava com o grupo, desconfiado das atitudes de CMM e do grupo dos tanzanianos, teria sem sucesso alertado o padre para se acautelar, pois a atitude ostensiva com que o grupo tratava de assuntos de natureza política era demasiadamente suspeita para se poder confiar nos seus propósitos. Contudo, a despeito deste alerta, Gwengere estava profundamente seguro de que nada de contrário aconteceria, pois CMM era o seu homem de confiança. A existir qualquer perigo certamente que este té-lo-ia alertado a tempo de não se aproximar daqueles tanzanianos. O precavido homem ficaria assim de fora e o padre partiria com os três, ostensivamente para uma reunião com exilados tanzanianos em Mombassa. Só que a viatura em que seguiam, pertencente a um funcionário da representação tanzaniana na Comunidade dos Países da África Ocidental em Nairobi, rumou em direcção a Namanga na fronteira entre o Kenya e a Tanzânia. Tanto CMM como o padre nunca mais seriam vistos nos círculos dos refugiados moçambicanos no Kenya.

Tudo indica que o Padre Mateus Gwengere não entrou vivo em Moçambique. Terá sido abatido numa tentativa de fuga quando já era conduzido em direcção à fronteira da Tanzânia com Moçambique. Os seus restos mortais seriam transportados na clandestinidade para a margem moçambicana do rio Rovuma, onde foram sepultados de qualquer maneira[496].

A questão de Simango e outros presos políticos em Moçambique, esteve sempre envolto num manto espesso de grande secretismo, uma característica de governos totalitários. Pouco se sabe com exactidão que vida levavam os presos políticos no centro de M'telela. Contudo, particularmente para o Reverendo Simango e sua esposa, é salutar o gesto que se lhes dispensou de, ao menos, corresponderem com os filhos, então aos cuidados dos tios na cidade da Beira. Tanto em Nachingweia como no Niassa, o casal Simango deu notícias do seu *estado de saúde* por via de cartas. Simango lembrava-se de cor do endereço (caixa postal 396) da Igreja de Cristo Ramo de Manica e Sofala. Sabia que por via dessa caixa postal era possível trocar correspondência com os filhos e com o seu irmão Elijah. Como os seus carce-

[496] Ricardo Haider, Maputo, 16 Março de 2002, entrevista com o autor.

reiros lhe haviam garantido que os filhos estavam bem e aos cuidados dos tios na cidade da Beira, Simango pediu imediatamente que lhe permitissem corresponder-se com os garotos. Encaminhada a preocupação, num gesto impar de humanismo, a chefia da Frelimo consentiu. Nos fins de Novembro de 1974, Simango deu a primeira notícia através duma carta cuja recepção foi acusada pelo filho Lutero. Prontamente, Lutero respondeu ao pai nos princípios de Dezembro, facto que sobremaneira o tranquilizou. Já em Moçambique, Simango não sabia em que local de Niassa se encontrava, pelo que no cabeçalho de cada carta, apenas escrevia: *Província de Niassa.* O conteúdo das cartas reflectia o grau de controlo e censura a que estava sujeita toda a correspondência de e para o campo. Tanto o Reverendo como a esposa limitavam-se apenas a dizer que estavam bem de saúde, solicitando de seguida que Lutero lhes falasse dos seus estudos e dos irmãos. As respostas às cartas vindas de Niassa, eram postadas pelo filho na cidade da Beira para um endereço que, mais tarde, se viu tratar-se da caixa postal do Governo Provincial de Niassa. JM., então funcionário ligado a CIM no governo de Niassa, afirmaria mais tarde que toda a correspondência era violada em Lichinga. Como Lutero escrevesse em Inglês, cabia a um indivíduo de nome DD lê-las e efectuar a respectiva tradução. JM confirma que Simango e Celina receberam algumas dessas cartas[497]. A última carta de Simango para o filho é datada de 15 de Fevereiro de 1976. Celina, por sua vez, escreveria a sua última carta aos filhos no dia 12 de Fevereiro de 1981, mas, em nenhuma delas a senhora fala do marido a partir de Abril de 1976. Diz apenas que está bem e recomenda aos filhos que estudem muito.

De Março de 1981 em diante o silêncio foi total, o que levou tanto os filhos como a maioria dos familiares a desconfiar de que algo de sinistro se estava a passar. Em 1982, Jorge Costa, ex-director nacional de segurança, dissociar-se-ia do regime indo procurar refúgio e protecção na África do Sul. Foi a partir daí que a execução sumária dos prisioneiros políticos moçambicanos viria a ser conhecida. Foi ainda desvendado e relatado o plano do governo da Frelimo em forjar um

[497] Nota do autor: Tanto JM como DD estavam vivos quando se concluia esta obra. Tal como em relação a outras fontes consultadas, as suas identidades são mantidas em anonimato nesta obra.

documento visando dar credibilidade jurídica à pena capital aplicada a Simango e aos seus companheiros à revelia dos tribunais. Com efeito, a revista sul africana *Scope* publicou a 11 de Fevereiro de 1983 a transcrição do documento que daria início ao macabro plano, tendo a atestá-lo a assinatura do então Ministro da Segurança, Jacinto Veloso. Eis, na página a seguir, a transcrição do referido documento:

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA
Ordem de Acção n. 5/80

De: DI
Para: DB e o Chefe da BO

No espírito dos costumes, usos e tradições da luta armada de libertação nacional, o Comité Político Permanente da Frelimo julgou e condenou a morte por fuzilamento os seguintes desertores e traidores do povo e da causa nacional, que foram já executados:

Uria Simango
Lázaro Nkavandame
Júlio Razão Nihia
Mateus Gwengere
Joana Simeão
Paulo Gumane

De forma a prevenir possíveis reacções negativas, internas ou internacionais que possam surgir em consequência da execução desses contra-revolucionários, o Comité Político Permanente decidiu publicar este acto como uma decisão revolucionária do partido Frelimo, e não como um acto jurídico.

É portanto necessário compilar um dossier declarando a completa história criminal desses indivíduos, bem como suas confissões aos elementos da DD/SI que os interrogaram, declarações de testemunhas, autos do processo e sentença.

Para além desse dossier, deve se fazer um comunicado que será

lido pelo camarada Comandante em Chefe onde ele anunciará a execução dos acima mencionados contra-revolucionários.

Foi decidido nomear um Comité para compilar o dossier e preparar o comunicado. O camarada comandante em chefe decidiu que o acima mencionado Comité será encabeçado pelo camarada SERGIO VIEIRA, e terá como membros adicionais os camaradas ÓSCAR MONTEIRO, JOSÉ JÚLIO DE ANDRADE, MATIAS XAVIER e JORGE COSTA.

A luta continua
Maputo, 29 /7/ 80
O Ministro da Segurança

JACINTO VELOSO

Mas as discrepâncias nas informações à volta dos presos políticos, perturbam qualquer investigador atento dada a escassez de uma informação oficial e o perigo de entrevistar directamente os implicados no crime. De acordo com outras fontes:

"(...) em Setembro de 1982, Jorge Costa, ex-Director Nacional de Segurança (Snasp) revelou que em Junho de 1980, Sérgio Vieira, na altura governador do Banco de Moçambique, contactou-o assim como a Matias Xavier, outro membro do Snasp, informando-os de que o governo decidira forjar um processo-crime legalizando o fuzilamento dos presos políticos. O processo-crime seria redigido por Vieira, Costa e Matias, tendo na altura Vieira entregue a estes dois um dossier com a designação NAMULI, contendo pormenores sobre todos os executados. Castro Lopo, chefe do Departamento Jurídico do Snasp foi contactado por Matias Xavier a fim de emprestar um tom jurídico ao referido processo-crime".

O mesmo Jorge Costa revelaria também que:

"No dia 11 de Outubro de 1978, durante uma recepção assinalando o terceiro aniversário da fundação do Snasp, o Comissário Político deste serviço, major Abel Assikala, revelou que se havia deslocado a Cabo Delgado em 1977 tendo na altura executado diversos

presos políticos, incluindo o Reverendo Simango, Paulo Gumane, Mateus Gwengere, Joana Simeão, Narciso Mbule, Basílio Banda, Lázaro Nkavandame e Júlio Razão de Nilia. Ainda segundo Costa, as ordens de execução dos presos partiram do Vice-Ministro da Segurança, Salésio Nalyambipano representante da ala dos 'veteranos' dentro do aparelho de segurança do regime." [498]

Mas a estação emissora *Voz da África Livre*, num comentário repetidamente transmitido em Junho de 1982, afirmaria que em 1980 o Dr. Hermenegildo Cepeda Gamito, homem de mão do regime, com assento num rol de empresas, e também no parlamento (quer na versão mono como na pluripartidária) fora quem havia redigido o texto final da farsa jurídica que o regime se preparava para encenar. A sentença teria sido assinada por três destacados quadros ligados a defesa e segurança do regime. O mesmo comentário refere ainda que a execução dos presos dera-se junto ao rio Namuli em Niassa.

São claras as discrepâncias nas revelações acima descritas. Enquanto o Major Assikala é citado como tendo dito que a execução teve lugar em Cabo Delgado, a *Voz da África Livre* menciona a província do Niassa como tendo sido o local da execução. Pessoas conhecedoras desta província desconhecem a existência dum rio Namuli na referida província. No entanto, durante a luta de independência nacional os guerrilheiros da Frelimo dispunham duma base, designada por Namuli, situada no distrito de Palma na província de Cabo Delgado. Desconhece-se se o dossier "Namuli" está relacionado com a referida base. Possivelmente, apenas alguns dos presos políticos terão sido executados na base Namuli. Em Moçambique existem os montes Namuli, mas estes situam-se na província da Zambézia.

[498] Carlos Esteves, correspondência para o autor, Abril de 2000.

Oitava parte

SIMANGO E A IDEOLOGIA POLÍTICA

Elaborando o pensamento no contexto da luta

Poucos ter-se-ão apercebido da dimensão deste homem que aliou a moral cristã à luta pela igualdade no seu país.

Não se pode afirmar que Uria Simango não tenha sido um homem da esquerda ideológica. Tudo indica que o era. Contudo, tinha um ideal moldado no processo de luta pela independência que pendia para a *social democracia* e não para o radicalismo de esquerda que caracterizava alguns dos seus companheiros. Simango era um homem viajado e observador atento de cada terreno que pisava.

Entre a mítica liberdade e a realidade vivida nos países totalitários de orientações *marxista-leninista* ou *fascista*, repousavam ditaduras a coberto de *nacionalismos* exacerbados. Simango deambulou por muitos desses países no continente europeu e, igualmente, viveu a amargura da ausência de instituições políticas de oposição nas governações dos Estados então independentes de África. A ausência de opositores legalmente instituídos nesses países, e capazes de contestar de forma organizada as más políticas sociais dos governos, fazia com que os dirigentes desses Estados se transformassem em tiranos da mais cruel espécie. Era, portanto, preciso quebrar o ciclo vicioso do totalitarismo em África e pôr o continente ao serviço do progresso da humanidade. Ao idealizar uma independência onde todos pudessem participar em pé de igualdade nos direitos e nos deveres, Simango tinha em mente a catastrófica situação que se vivia tanto no leste euro-

peu como no ocidente fascista. Tinha consciência do perigo da negação dos direitos políticos que vigorava em muitos Estados do terceiro mundo. Viu que, a despeito de se lutar contra o fascismo e contra a dominação estrangeira dos povos do terceiro mundo, as teorias da *ditadura do proletariado* e da *luta de classes* então advogadas pelos socialistas radicais, como já o dizia Milovan Djilas, longe de diminuírem o fosso entre os ricos (burgueses) e os explorados (operários e camponeses), era uma outra via de exploração onde uns saíam a ganhar mais do que outros, pois os que tinham a missão de controlar as instituições dos Estados, controlavam igualmente os meios de produção e os produtos saídos desses meios. Isso criava as condições para que os detentores do poder político nesses países conferissem a si próprios a grande parte das melhores produções nos seus respectivos países. No fundo, o socialismo *marxista-leninista* substituía uma espécie de exploradores por outra espécie de *sanguessugas,* a coberto de burocracias institucionais, onde os dirigentes do Estado promoviam lojas especiais para eles e facilmente entravam no jogo de tráfico de influências em benefício dos seus amigos e familiares.

Das duas vertentes de apoios que a causa da sua luta recebia, tanto do mundo capitalista como do então chamado mundo *progressista* (dos radicais da esquerda), Uria estava ciente de que nada se dava sem o respectivo contravalor. O poder, como já o diziam os comunistas chineses, estava *"no fuzil"*. Tudo dava indicações de que cedo ou tarde, a URSS ou a China Comunista imporiam as regras do jogo pela força das armas em desfavor do ocidente que canalizava para a Frelimo apoios financeiros e outros não aplicáveis a equipamentos letais. Simango sabia-o. Mas o apelidado mundo *progressista* que ia pisando pela força da sua condição de líder dum movimento que lutava pela liberdade do seu povo, era um mundo de sonho e de difícil sustentabilidade, pois em tudo colidia com a natureza humana da perspectiva hobbesiana[499]. Tanto na China, como na Coreia comunista, na RDA, assim como na URSS, o mundo da igualdade absoluta preconizado pelos líderes desses países estava em agonia. Como qualquer observador atento, Simango descobriu que por detrás dos discursos

[499] O politólogo Thomas Hobbes afirmou que o ser humano é, por natureza, egoísta. Quer o melhor para ele. Para isso, luta com todos os meios de que dispõe para que outros o admirem e alcance a glória.

populistas de igualdade, de progresso da humanidade e da defesa das massas trabalhadoras, escondiam-se regimes intolerantes, sagazes e sanguinários. Aqueles regimes sobreviviam à custa de valas comuns clandestinas, do embrutecimento e da destruição moral e física dos que ousavam contestar ou apresentar perspectivas de desenvolvimentos sociais diferentes. Perante aqueles regimes, os povos, de cabisbaixos, fingiam colectivamente concordar com os *incontestados* dirigentes. Mas, na verdade, os povos desses países não passavam de "barrís de pólvora" prontos a explodir na primeira faísca. Os regimes aí instalados tratavam-se de outras faces da moeda do fascismo. Contrariamente, na Europa ocidental, o liberalismo político e económico tendia a ganhar espaço e a consolidar-se, cimentando a paz e a harmonia entre diversas esferas sociais. As regras do jogo político nos países de orientações liberais ditavam-se por processos democráticos e reinava, na medida do possível, a tolerância, dado que homens de tendências ideológicas antagónicas conviviam no mesmo espaço geográfico como os pássaros vivem nos céus. No Ocidente liberal, tanto os comunistas, os sociais democratas, os capitalistas e os radicais de uma e de outra esfera ideológica, sentiam-se donos da sua França; sentiam-se donos da sua Inglaterra, RFA, etc. Havia espaço para todos nas *searas*, onde apenas vencia aquele que se aplicava. Em nome da igualdade entre os homens, o mundo comunista ditado pelo radicalismo da esquerda era um espaço geográfico onde apenas se tolerava "uma espécie de *aves*", e onde se ditavam as regras de conduta e comportamento em todas as esferas da dimensão humana por regimes totalitários. Qualquer tentativa de contrariar as regras ditadas pela *espécie-mãe* era selvaticamente destruída em nome de uma igualdade inexistente. A chamada *democracia participativa* nesses países não passava de um método de fachada onde os resultados visavam sempre reforçar a posição da *espécie mãe*. Os mentores das políticas públicas, a coberto de *democracias participativas* em improvisadas *banjas* populares, na maior parte das vezes elaboravam suas políticas com previa consciência dos resultados à seu favor, pois a auto censura dos populares ditava que a tentativa de contrariar o poder instituído significava confronto com esse poder, com todas as consequências nefastas daí resultantes.

Todavia, Simango tinha consciência de que era esse o mundo que, estrategicamente, havia conquistado os corações dos oprimidos

do mundo inteiro por via do populista grito contra a "*exploração do homem pelo homem*". Era esse o mundo que havia lançado o grito contra a perpetuação da colonização, e passou do discurso à prática da luta por via de apoios aos oprimidos, canalizando meios letais para os colonizados enfrentarem as forças de ocupação nos seus respectivos territórios.

Em 1966, Uria Simango já entendia que *navegava* em dois oceanos profundos. A sua luta precisava sim da solidariedade de outros povos e Estados, mas a independência pela qual se batia não devia ser apenas física. Teria de ser uma independência *total e completa* em todas as esferas da dimensão humana. Deste modo, em face da condição de colonizado e cidadão de um mundo subdesenvolvido, Simango cedo entendeu que deveria saber situar-se no contexto de pedinte, em defesa da sua causa para depois, e no seu devido tempo, invocar as liberdades consagradas na carta das Nações Unidas: "não ingerência nos assuntos internos de cada Estado".

Com efeito, com Eduardo Mondlane, Uria Simango jogaria a cartada mais complicada na esfera da política internacional da época. Perante a incapacidade do ocidente em fazer com que as autoridades portuguesas alterassem a sua política colonial, a Frelimo que Mondlane e Simango dirigiam passou então a receber apoios em material militar da URSS. Por parte da China comunista, que cedo igualmente abraçou a causa da luta dos moçambicanos, a advertência de que a Frelimo se devia manter afastada da influência tanto do bloco capitalista como de Moscovo não cessava. Da URSS, as advertências eram quase idênticas, com o regime de Moscovo mais preocupado que Mondlane se afastasse da China, mesmo que isso significasse uma certa dependência diversificada em relação ao Ocidente. Estava-se na era do conflito Sino-Soviético. Tanto Simango como Mondlane não poupavam nos seus discursos o Ocidente capitalista liberal, não porque morressem de amores pelos sistemas instalados tanto em Pequim como em Moscovo.

Em Fevereiro de 1967, numa longa e concorrida palestra, perante centenas de estudantes da Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Zagrábia, na Jugoslávia, Uria Simango proferiu um discurso que põe em terra qualquer tese que contrarie a sua fidelidade a causa que defendia. Dizia então Simango:

"(...) É comum em muitas pessoas dizer que Portugal é um país fraco, facilmente derrotável militarmente num curto espaço de tempo. Os que assim afirmam talvez tenham suas razões. Entretanto, não

aceito e nem recuso essas afirmações. Mas vamos dar uma vista de olhos que nos permita atingir uma conclusão lógica.

É verdade que Portugal é o mais atrasado e subdesenvolvido país da Europa. Tem acima de 40% de analfabetos. A maioria da indústria, tanto em Portugal como nas suas colónias pertence a estrangeiros. Portugal está num estado de semi-colônia. Apesar de tudo isto, Portugal possui dinheiro suficiente para comprar aviões, fragatas, submarinos e grandes quantidades de vários tipos de armas de toda a Europa e Estados Unidos. Até aos meados de 1965, Portugal despendia cerca de 25 mil Libras por dia em despesas militares em África e mantém um largo exército de tropas em Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Timor e Macau. Portugal tem apoio e assistência directa de todos países membros da NATO em empréstimos e investimentos, dos Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Suíça e outros países do Ocidente.

Das 122 firmas estrangeiras que se estabeleceram em Portugal em 1965, 34 eram Britânicas. Até ao fim do ano passado, a Inglaterra investiu um capital orçado em 90 milhões de Libras Esterlinas. É bem sabido que presentemente a Alemanha tem o maior investimento. É alarmante notar que 50% das importações portuguesas em veículos provém deste país, sob acordo por um período de 5 anos."

Relativamente aos Estados Unidos, Simango afirmou perante os estudantes universitários em Zagreb que a firma americana Standard Electric, encontrava-se a fabricar em Portugal "**uma larga quantidade de equipamento militar para o Exército português.**" E acrescentou: "**Em 1965, os Estados Unidos concederam 15 milhões de dólares americanos para a construção de três navios de guerra para a Marinha portuguesa**".

Quanto à Alemanha Ocidental, referiu Simango, este país "**montou uma fábrica de armas e munições em Portugal, o que prova a assistência prestada a Portugal na guerra colonial. Tem acima de 15 000 soldados e oficiais em Portugal. 500 em missões de treino e assessoria ao Exército português**".

Em conclusão, Simango afirma:

"**Esta é a situação de Portugal e é essa Força que o povo de Moçambique, de Angola e da Guiné-Bissau enfrentam nos seus países. Portugal não está sozinho e não podia resistir por dias. É uma combina-**

ção do fascismo, da supremacia rácica, interesses políticos e económicos, forte ingerência, atitudes reaccionárias de forças de vários países imperialistas que são uma barreira para a realização das aspirações dos nossos povos." [500]

Mas este cerrado ataque ao ocidente, em nenhum momento dissipou na mente do Reverendo o sentido democrático pluralista que guiava alguns dos Estados ocidentais. Tanto Simango como Mondlane, estavam cientes de que era preciso jogar a cartada que lhes permitisse ascender à independência política. De seguida, far-se-ia o uso do direito internacional para gerir as políticas moçambicanas por processos estabelecidos na Carta das Nações Unidas. ***"Ninguém ditaria o futuro político de Moçambique senão o povo moçambicano, por via de processos democráticos num regime pluralista"*** [501].

A partir de 1967, o seu discurso, em vários momentos na Frelimo, caracterizar-se-ia (de facto e não apenas na intenção) pela unidade de todas as forças nacionalistas moçambicanas; pela unidade de todas classes sociais que compunham o mosaico cultural moçambicano; pela unidade de todos aqueles que lutavam pela independência; pela igualdade dos cidadãos nos direitos e nos deveres no seu país, desde camponeses, operários, burgueses, pobres, capitalistas e até socialistas. Que todos se juntassem à causa da liberdade de Moçambique.

Seria então esta filosofia que guiaria o reverendo revolucionário em todos os momentos da sua vida no interior da Frente de Libertação de Moçambique. No momento da crise mais aguda no interior daquele movimento, Simango foi quem recordou o fundamento principal que uniu os moçambicanos. E escreve:

"O objectivo a ser alcançado, a independência nacional, era o princípio orientador na aceitação de membros na Frente. Isto quer dizer que todo o moçambicano, fosse qual fosse o seu credo, sexo ou opinião política podia receber o estatuto de membro se aceitasse o estatuto e o programa da Frente" [502].

---

500 Uria Simango, *The Liberation Struggle in Mozambique*, Africam Communist n.32, pp. 48-61.

501 José Vilanculos, Idem.

502 Uria Simango, In *Gloomy Situation in Frelimo*, 3 de Novembro de 1969.

Vejamos o que diz sobre o pensamento político do Reverendo um antigo combatente que com ele privou:

"***Simango nunca imaginou uma independência em que o povo não fosse às urnas depositar o voto de confiança nos seus legítimos representantes. Era a experiência política que trazia da Federação das Rodésias e Nyassalândia onde viveu largos anos estudando. Sabia que os nacionalistas zimbabweanos e sul africanos foram para o exílio apenas quando optaram pela via armada. E apesar de se terem transformado em totalitários, homens como Kaunda, Banda e Nyerere, haviam subido ao poder nos seus respectivos países por via de sufrágios universais directos e secretos. Moçambique devia ter espaço para todos. Quando Simango discutia sobre os maléficos das ditaduras políticas com outros dirigentes de África nos intervalos das sessões nos corredores da OUA e em outros fóruns internacionais, muitos deles escutavam-no e concordavam com ele. O problema para muitos era depois voltarem para seus países e pôr em pratica aquilo com que concordavam com Simango, porque muitos deles tinham também loucos nos seus países que nunca se imaginavam fora do poder***"[503].

Era necessário erguer-se em África sociedades onde as oportunidades fossem iguais para todos e apenas vencessem os melhores. Apesar de Moçambique pertencer ao lote dos países subdesenvolvidos, Simango e seus companheiros no Coremo e no PCN acreditavam que Moçambique tinha as mínimas bases de arranque para se apresentar ao mundo como um exemplo ímpar a seguir. Portugal não só havia colonizado e espoliado desenfreadamente de uma ponta a outra, as riquezas do país. Também, em abono da verdade, era preciso reconhecer que igualmente ia deixar no solo moçambicano o mínimo para um arranque visando o progresso, que era preciso saber aproveitar. Tinha então Uria Simango consciência de que era possível reverter o comportamento dos descendentes dos antigos colonos em benéfico da justiça social, numa sociedade em que a cor da pele não contaria como previa condição para a prosperidade, tanto individual como colectiva.

E é na sequência dessa visão que, frente ao massivo abandono de técnicos em 1974 e ciente convictamente das consequências que disso adviriam, o Reverendo lança, desenfreadamente, uma mensagem

[503] Alberto Sithole, Idem.

de reconciliação, pois a violência consubstanciada nos actos e nos discursos dos outros dirigentes moçambicanos prenunciavam uma queda livre do pais, em termos de perspectivas de desenvolvimento económico e social. Era preciso um discurso reconciliatório para conter os ânimos. Afirma então Simango:

"***Nós somos pacíficos. Nós vivemos os problemas que existem. Problemas políticos, sociais, culturais e económicos. Todo o moçambicano, qualquer que seja a sua cor, a sua raça, é necessário para a construção de um Moçambique livre e novo. Nós não estamos para combater, não estamos para uma queda, estamos para uma continuação de progresso. Todos os moçambicanos de todas as raças participem. Todos temos um papel a desempenhar. Não estamos aqui para um Moçambique subdesenvolvido, porque de contrário não seríamos responsáveis***"[504].

Esta visão do missionário revolucionário, podia, à primeira vista, ser confundida. E já havia sido confundida por diversas vezes em acesos debates em algumas sessões do Comité Central da Frelimo, ainda no tempo da luta armada de libertação nacional. Hoje, qualquer estudo do passado recente de Moçambique conclui que, quando se abordava sobre a linha política do futuro Moçambique independente, contrariamente ao realismo político de Simango, os que se arvoravam defensores da *linha revolucionária* e da *linha correcta*, de certa forma, enfermavam de um lunatismo que não assentava os pés no chão. Antes de Novembro de 1969, embora a alguns faltasse a coragem de frontalmente contrariarem-no na discussão de assuntos de natureza económica e social, discretamente e em atitudes de cariz conspiratório, próprias da natureza racional da luta pelo poder, o Reverendo Simango era acusado de ser defensor dos que pretendiam substituir os exploradores (brancos) por exploradores (negros). Mas Simango partia da experiência dos diversos solos por si pisados para idealizar o seu Moçambique. É que cada estagio do paupérrimo desenvolvimento e progressivo subdesenvolvimento de África, para além da lendária culpa do sistema colonial, tinha também em si como razão a miopia política dos próprios

[504] Op. Cit.

homens que herdaram a histórica missão de conduzir os destinos dos povos do continente na era pós-colonização. E essa miopia consubstanciava-se na intolerância; na prepotência; na falta de pudor e, sobretudo, na falta de vergonha e realismo político.

Na maior partes dos países saídos da colonização a tentativa de socializar a partir de bases económicas liberais então estruturadas pelo colonizador, sempre colidiu com o real da aspiração do homem, como indivíduo, em vários Estados. Em situações em que o detentor dos meios de produção se via espoliado do bem que considerava ser produto do seu trabalho e talento, raras eram as vezes em que não se entrava em rota de colisão (entre o espoliado e o espoliador) que não resultasse na paralisação da produção e do progresso então idealizado. A sabotagem, consubstanciada na destruição dos meio de produção e na dificultação dos canais comerciais para os novos gestores, era, regra geral, a reacção dos lesados. E raras foram as vezes em que estas disputas não tenha acabado em tragédias, tanto para as famílias dos próprios espoliados que tinham no meio de produção espoliado a fonte do seu sustento[505] como para as famílias de centenas dos empregados cujos chefes e garantes de sustento se viam atirados para o desemprego.

Era preciso ensinar o moçambicano a conhecer os seus direitos e deveres e não voltar a manté-lo na submissão a que se sujeitou durante anos. Simango entendia então que a causa da luta do povo moçambicano não se circunscrevia apenas no desejo de uma independência de *hino* e *bandeira*. Foi o desejo da liberdade, da igualdade nos deveres, nos direitos e nas oportunidades, que levou uma grande franja do povo a insurgir-se contra o dominação colonial. Embora a economia colonial tivesse sido concebida para benefício de uma minoria, tornava-se imperativo fazer o uso devido dos meios então existentes para lançar uma nova sociedade onde a cor da pele não seria uma prévia condição para o bem estar individual ou colectivo. Se ao negro moçambicano, colonizado de ontem, era negado o direito de constituir sociedades comerciais, de produzir para a exportação, etc., o negro do Moçambique independente deveria desfrutar dos mesmos direitos, de-

[505] Segundo se diz, muitos dos que seriam mais tarde espoliados em Moçambique regressaram ou fixaram-se pela primeira vez em Portugal em situações lastimáveis. Desempregados e sem nenhum bem material, foi várias vezes reportado que alguns detentores de vivendas de luxo em Moçambique viveram os seus últimos dias em contentores em Portugal.

veres e oportunidades usufruídos pela minoria branca/colonizador de ontem e do branco/cidadão moçambicano de hoje, num país onde a maioria deteria o poder político e idealizaria uma sociedade mais justa. Com este ideal, "***visava-se que o "Cossa" ou o "Sumbana", então proprietário de casas precárias de arrendamento nos bairros suburbanos negros de Chamanculo, Chipangara, Namutequeliwa, etc., passassem a ter a oportunidade de, junto às instituições bancárias (tal como ontem se privilegiava o Sr. Champalimaud), obter financiamento para construir casas condignas para arrendamento, em pé de igualdade com os cidadãos brancos do seu país. E num processo gradual e seguro, Moçambique se apresentaria como um exemplo impar a seguir***"[506].

Em Novembro de 1969, já no auge da crise no interior da Frelimo, entre vários crimes que atribui a seus companheiros, Simango insurge-se contra alguns dos seus camaradas que propalavam a ideia de uma divisão ideológica no seio do movimento. Longe de diferenças ideológicas, Simango entendia que o que existia eram apenas diferenças de pontos de vista em matérias de políticas económicas, religiosas e sociais, questões ultrapassáveis por via de diálogo franco e aberto entre os camaradas, segundo as suas próprias palavras. Como que a chamar seus companheiros de mentecaptos, Simango afirmaria que aqueles que, naquele tempo de luta, advogavam que em Moçambique se estava a erguer o socialismo "***revelavam a sua ignorância sobre o que era o socialismo***". E podia não estar enganado.

Tudo remete para a infeliz ideia de que a luta na Frelimo foi uma luta pelo Poder efectivo de decisão, e não propriamente ideológica. "***Eles eram incapazes de governar num ambiente em que o mercado fosse liberal. As consequências seriam graves, pois aquele "Cossa" proprietário de casas na zona suburbana tinha um passo em frente para se tornar milionário e ditar a regra do jogo como acontece no mundo liberal, que apesar de ser um mundo igualmente cão, é o que mais se ajusta à aspiração do homem. Aquele "Cossa" era um capitalista ou latifundiário em potência. Portanto, era preciso cortar-lhe as pernas, nacionalizando o pouco que tinha. E isso foi idealizado no tempo da luta armada para evitar uma possível concorrência na mesa decisória***"[507]. Longe de repousar na ideologia

[506] Lutero Simango, Maputo, 15 de Março de 1999, entrevista com o autor.

[507] Idem.

no sentido *esquerda/direita*, o que diferenciava Simango de seus companheiros era o *realismo político*. Analisado o seu pensamento politico nos dias de hoje, conclue-se que a hipótese de Simango não ter agido por emoções, mas por apelo à consciência do ser humano, é mais certa. Pois, como indivíduo singular e no seu ego, o desejo de possessão no ser humano não se reduz a certos objectos (como *vestimentas* e *suas armas*) na perspectiva plekhanoviana da concepção histórica do marxismono. E como indivíduo colectivo no seu social, o ser humano quer ter uma propriedade sua; quer ter uma casa sua melhor que a do seu vizinho; quer para si uma confortável privacidade; quer ter um televisor melhor que o do seu vizinho; quer ter uma viatura sua, melhor que a do outro; quer um dinheiro seu para a segurança não só sua, mas também dos seus, pois a sua consciência lhe dita que quando fica doente, ele é que fica doente e não a sociedade no geral; quando parte a perna na fábrica colectiva onde labuta, ele é que sentirá a dor na perna partida e não o seu companheiro na fábrica estatal onde ambos trabalham; quem cuidará dele em casos de doença é a sua mulher, marido e seus filhos e não o colectivo no geral. Quando muito o colectivo lhe dará apoio moral e jamais lhe lavará as "fraldas" e sentirá na carne a dor que ele sente. Em suma, no colectivo, o indivíduo quererá que todos olhem para ele como um vencedor; quererá um permanente prestígio para concorrer com os demais em posição de vantagem.

Esta é a realidade intrinseca no homem que se procurou negar. E o socialismo do *marxismo-leninimo* cairia décadas depois de Simango ter sido morto pelos seus companheiros. O sonho dos seus detratores quedaria pela insustentabilidade que carregava em si próprio. E, em Moçambique, os que se arvoraram da *linha correcta*, da *linha revolucionária*, dariam então provas de quanto estavam numa fase mental evolutiva, pressupondo que igualmente não conheciam a essência do que defendiam. Não se extinguiria a geração dos combatentes da luta de libertação nacional sem que a história conferisse razão a Uria Simango. Aqueles que o destruíram física e socialmente, não tardariam a assenhorearem-se do seu ideal. A partir do início da década oitenta, mostrariam ao mundo a parte humana que sempre negaram existir nos seus seres. Incapazes de aguentarem com a guerra que o totalitarismo lhes impôs, e cientes da insustentabilidade do sistema político que impuseram ao país, ensaiariam uma viragem que os levaria a

deterem para si próprios a parte privilegiada dos meios de produção e dos bens colectivos ontem socializados em nome do povo. Assenhorar-se-iam das melhores casas e dos melhores bens ontem espoliados, em nome do colectivo de que se arvoravam ser os legítimos e exclusivos defensores. Transformar-se-iam assim em donos absolutos dos bens conquistados pelo povo. Em processos pouco transparentes, legislariam para o benefício primeiro da classe dominante e ergueriam sociedades comerciais onde aparecem como accionistas a coberto de tráfico de influências. Não lhes satisfazendo os colectivas e estatais "LADAS" e "NIVAS" transformar-se-iam em detentores do melhor parque automóvel de diversa marca que o país por eles dirigido jamais produziu. Pelas mãos e consciência dos detractores de Simango, Moçambique entraria então num liberalismo selvagem onde o tráfico de influências seria a nota dominante duma governação catastrófica, pois a ausência de transparência nos actos de governação e nas transacções comerciais de grande vulto, torna difícil não só a própria governação, como, igualmente, qualquer espécie de fiscalização, mormente por parte dos partidos políticos da oposição e da própria sociedade civil, que se vêm manietados na confusa teia que se teceu em torno do país.

Uria Simango foi dos poucos homens em Moçambique que cedo se apercebeu dos maléficos das ditaduras políticas. Terá igualmente se apercebido que o jogo do Ocidente e do Leste europeu em África era sério e não desarmaria com facilidade. Mas entre uma independência ditada pelo totalitarismo de esquerda ou da direita, com as consequentes ausências de fiscalizações dos actos governamentais, e outra ditada pelo liberalismo político onde as forças vivas da sociedade se fariam sentir na fiscalização dos processos governamentais, era preciso optar por um modelo que garantisse um espaço político que servisse de *válvula de escape* no amanhã que se pensava. E o modelo que garantia essa *válvula de escape* só se encontrava no pluralismo político e jamais no totalitarismo, seja da direita ou da esquerda. O radicalismo político comunista era mais opressor que o liberalismo político dominante no mundo ocidental. E o que importava, era tanto não cair no radicalismo da *direita* como no da *esquerda*.

Conclusão

"O poder pela força é ineficaz porque os dominados terão sempre que ser vigiados e estarão sempre revoltados e tornando a rebelião eminente"

- Benedito Hama Thai -

Segundo tudo indica, o jogo do legado de uma sociedade mais humana às gerações vindouras do seu país terá sido o mais importante jogo para Simango do que o jogo da sua própria vida. Acabou por se matar um homem e não a causa pela qual esse homem havia lutado.

No entusiasmo da então nova condição social duramente conquistada (e sem se ter em conta o processo histórico da humanidade na face da terra), imaginando os seus detractores de que com a sua morte se alcançaria a tranquilidade moral de que tanto se almejara, nem sequer se deram conta, os novos timoneiros de Moçambique, de que a nenhuma alma viva ou apagada se atribui a exclusividade da pertença da causa primeira: a liberdade e a igualdade entre os homens na face da terra. Pois, a causa vive no colectivo, e no colectivo permanece até ao dia da sua consumação.

O Homem é Homem no social. Se as regras de conduta estabelecidas pelos homens numa sociedade ferem a consciência moral ou a lei Divina, nada obriga os homens de bom senso nessa sociedade a aceitá-las. Todos combatê-las-ão, se necessário, até a morte. E a morte, será apenas a queda de alguns na batalha de uma guerra que se pretende prolongada, porquanto a consumação da causa primeira não chega. Aos que permanecerão vivos, mesmo se cabisbaixos e desprovidos dos canhões que as guerras modernas impõem, caberá a dura missão de continuar a cantar o "*We shall overcome*", na esperança de um amanhã melhor, pois a causa colectiva animá-los-á e o espectro da revolta será uma constante nos seus seres, enquanto Homens num social de opressão e desigualdades instituídas.

Aos governantes, esses, enquanto a consumação da causa primeira permanece longe dos manuais e dos actos de governação, ser-

lhes-á reservado a difícil missão de governar o ingovernável, porquanto as almas permanecem feridas, adivinhando-se em todas as esquinas o eclodir de novas batalhas. Com novas vítimas.

Simango morreu vítima de uma causa: a causa da liberdade e da igualdade nos direitos e nos deveres entre os homens do seu país. Todavia, seria vítima de uma outra causa inconfessa: a causa da tribo, da região e da ambição desmedida de alguns. Apenas terá falhado por não se ter apercebido da natureza íntima da política, que é um exercício de princípios ténues, em que apenas a habilidade e a astúcia é que contam. Não conseguiu separar o homem da bíblia que era do homem político que foi. Contudo, a despeito da memória histórica registar a política como um exercício que não se compadece com a moralidade, tudo indica que Simango terá sido dos poucos na Frelimo que sabia que a moral é apenas uma. "***Não há duas morais, uma do indivíduo e outra da política ou do Estado***" - diz o filósofo Severino Ngoenha. E nós, de certa forma, concordamos.

Do rescaldo da contenda pelo poder político em Moçambique ressalta o seguinte: Ambos os grupos que se aliaram na luta contra a figura de Uria Simango atingiram cabalmente os seus objectivos. A coalisão dos dois grupos informais estabelecidos na então organização formal Frente de Libertação de Moçambique teve os frutos almejados. O grupo *tsonga* liderado por Mondlane conseguiu conquistar a sede do poder efectivo, reservando aos demais os postos subalternos na mesa do poder decisivo como estrategicamente se havia traçado. E a hegemonia delineada na época da luta armada de libertação nacional, tende a ultrapassar gerações em Moçambique por via de novas doutrinações nos bastidores (nos mesmos moldes de "ontem") dos jovens naturais do sul que se entregaram às fileiras da Frelimo no pós-independência nacional. No momento em que escreviamos a conclusão deste livro desenhava-se mais uma sucessão na direcção máxima do partido Frelimo e na chefia do Estado moçambicano. Contra todas as expectativas que pairavam no seio da maioria dos observadores, inclusivamente no seio daquela formação política, Joaquim Chissano, que herdou a liderança do partido e do Estado de Samora Machel, é, por deliberação do Comité Central que preparou o VIII Congresso do referido partido, substituído no trono por Armando Emílio Guebuza, um homem da etnia *tsonga* que, "acidentalmente", de pequeno, viveu

em Murrupula na província de Nampula, de onde se diz, por conveniências políticas, ser daí natural. Os novos estatutos do partido passaram a ter um Secretário Geral (portanto, Guebuza) com poderes efectivos (à semelhança dos regimes parlamentares) com um presidente simbólico (Chissano). Manuel Tomé, o homem da nova geração da Frelimo oriundo da província de Manica, e que conduziu o partido para a "vitória" nas eleições gerais de 1999, foi afastado do cargo de Secretário Geral. Estrategicamente, o novo Secretário Geral, de acordo com a deliberação tomada, será o candidato do partido às eleições presidenciais do país em 2004. Na hipótese de Guebuza ganhar essas eleições, estar-se-à perante uma tradição na Frelimo, isto é, o domínio político dos oriundos do Sul sobre os do Centro e Norte no país, tanto no interior do partido como no próprio Estado. E caberá a Armando Guebuza, nos dois mandatos a que terá direito por força da Lei, preparar o seu substituto de entre os doutrinados na linha hegemónica de sempre, a menos que um milagre se aposse da consciência das novas gerações de Moçambique filiadas no partido Frelimo.

Por sua vez, os de origem europeia e asiática na luta armada de libertação nacional, viram o seu primeiro objectivo a ser atingido, sem delongas, ainda na época da luta armada de libertação. Todavia, aguardariam algum tempo até que a PIDE matasse Eduardo Mondlane para cumprirem, na íntegra, a missão incumbida pela Internacional Comunista. Imporiam dogmaticamente o radicalismo de esquerda: primeiro no movimento em luta, a partir de Maio de 1970, e depois no Moçambique independente, imediatamente após a conquista da independência nacional. Caberia a estes últimos e a alguns oportunistas e arrivistas acoitados no restrito microcosmo académico de Lourenço Marques ilustrarem os dotes da sua intelectualidade, idealizando os esboços dos manuais da história recente do país, onde se endeusa Mondlane e os chamados "*seus seguidores*". A Simango e outros que igualmente se bateram pela causa da liberdade e independência de Moçambique, reservar-se-lhes-ia, nos manuais da história de Moçambique, o ridículo e o vitupério. Vingava assim a tese do *sentido do discurso* de Michel Foucoult, e outra repressão mais acentuada se instalaria no país a coberto da *independência nacional*. Um pouco por todos os cantos do território, a sanha assassina dos dirigentes do país se estenderia com centenas de pessoas desaparecendo do convívio

dos seus. Paradigmático seriam os casos de Isaias Tembe e de Inácio Sueia em Maputo. Por todos os cantos do país caíam homens nas mãos da autoridade exercida pela Frelimo, a maioria dos quais sem processos judiciais. Estava-se perante um novo terrorismo de Estado. Era *a independência traída* da profecia de Franz Fanon.

Este Estado que se instalou pela força da intimidação, onde se poupavam os inimigos declarados e se matava os irmãos que igualmente sofreram as sevícias do colonialismo[508], era o Estado que Simango negou para si e para os seus. Trinta e um anos mais tarde, num relato de rescaldo cujo significado poderá ter passado despercebido a muitos, a dado passo do seu discurso, Joaquim Chissano, então presidente da Frelimo e da República de Moçambique, afirmava:

"Sempre vencemos, desde o tempo da luta armada, porque soubemos definir os nossos objectivos"[509].

Sim, foram, sem dúvidas, vitórias conquistadas, mas a ferro e fogo. Contudo, embora se pense que saiu a perder, tal como Martin Luther King, Malcon X, Mahatma Ghandi e outros mártires pela causa da liberdade e da igualdade (nos direitos) entre os Homens, Simango saiu a ganhar por via do seu sangue derramado pelas forças do ódio e

---

508 Na Frelimo propalava-se o que se chamava de ***política de clemência.*** Na realidade, e a todos os títulos, a clemência jamais caracterizou as atitudes dos líderes do movimento. A política de clemência na Frelimo somente beneficiou um pegueno grupo de "prisioneiros de guerra" , pouco depois do 25 de Abril de 1974. Com efeito, uma companhia do exército português (constituída maioritariamente de indivíduos de raça branca) haviam sido "aprisionados" a última hora pela Frelimo em Catur (no Niassa), numa negociata que envolveu alguns dirigentes das então novas autoridades portuguesas e os líderes do movimento guerrilheiro em Mocambique. A "captura", que ocorre no âmbito da tentativa de emprestar (aos olhos da comunidade internacional) uma imagem de superioridade no teatro militar, bem como de um movimento defensor dos direitos humanos, viria então a transformar em mais humanos aqueles que a própria Frelimo acusava de queimarem palhotas, violarem mulheres e raparigas nas matas de Cabo Delgado e Niassa, pois, de facto, todos foram restituidos a liberdade e seguiram são e salvos para Lisboa. Aos chamados *inimigos internos,* que até não se conheciam actos de vandalismo comparaveis aos que o movimento atribuia aos militares do exército português não se poupou.

509 Joaquim Chissano. Excertos de discurso no pavilhão dos desportos (Bairro da Ponta Gêa) na cidade Beira, por ocasião da abertura da reunião de quadros do partido Frelimo. Beira, Setembro de 2001.

da intolerância. O solo de M'telela não o tragou em vão. Da improvisada tumba que lhe reservaram na terra que ajudou a libertar do jugo colonial, Simango e seus companheiros combateram e continuam a combater até aos dias de hoje.

Tal como muitos, o homem não viveria para ver o tipo de independência que almejara. Mas a profecia por ele proferida em Agosto de 1974, segundo a qual se Portugal não honrasse os seus compromissos, e entregasse o poder político a uma só força em detrimento de um processo democrático multipartidário, Moçambique mergulharia numa triste situação, vingou. Vingou no corpo e na alma dos moçambicanos, por via de um conflito sangrento de dezasseis anos que todos sentiram na carne. Vingou em todo o tecido social de Moçambique por via do *nepotismo* e do *paternalismo* instituídos que caracterizou, durante longos anos, os detentores do Poder político no país que aspirou libertar. E a dor e as lágrimas seriam o infeliz preço, a consequência directa dos actos de um punhado de pessoas que se arvoraram no exclusivo direito de fazerem política e mandarem numa sociedade, enquanto a outros apenas se conferia o dever de obedecer, em nome de uma tão propalada *unidade de pensamento* e de uma *democracia participativa* em que efectivamente poucos participavam. A dor e as lágrimas foram o preço da intolerância organizada num país que se pretendia independente e livre da dominação estrangeira. A profecia de Simango vingou até pela ausência da tranquilidade moral nos seus detractores, pois, esta (a tranquilidade moral), negou acoitar-se nas suas consciências apesar do aparente bem estar que ostentavam. O *fantasma* do Reverendo e de outras vítimas do sistema perseguiu-os em todas as esquinas dos seus seres. E, para bradar os céus pela incongruência dos seus actos, numa acrobacia onde o retractar ou o reabilitar se exclui por conveniências políticas, vinte e tal anos depois da sua morte eis que os seus assassinos resgatam e se apoderam do seu ideal político, transformando-se hoje em paladinos da causa primeira que ontem negaram.

O Reverendo Uria Simango não voltará a pegar na arma e na *Bíblia* para combater em nome dos desígnios da moral que sempre o caracterizaram. E em nome do *bem estar social*, da *concórdia* e da *paz*, os seus assassinos nunca serão julgados, confundindo-se, deste modo, o apelo à justiça, com vingança. O mundo, essa madrasta dos desprotegidos, como sempre, fechará os ouvidos à dor dos infelizes

filhos que em tenra idade se viram privados do carinho e do amor dos seus país. Hoje, Moçambique vive uma paz aparente. Está-se perante um conflito mal liquidado, que esteve na base de outros conflitos nunca sanados. Está-se perante um processo de reconciliação inacabado. O passado recente marca o dia a dia dos moçambicanos. O *fantasma* do passado persegue todas as consciências de bom senso. E cabe perguntar:

- Que obrigação terão as almas feridas num *pacto* de paz, onde a justiça, deliberadamente, é confundida com *vingança*?

- A quem Deus conferiu o poder de delimitar o tempo de acção vândala e do comportamento justo entre os Homens na sua passagem pela Terra?

Não nos caberá a nós responder a tamanhas perguntas. Caberá sim a todas *almas* de bom senso julgar se "*esquecer o passado*", é, de facto, a terapia correcta de justiça numa sociedade de Homens, sabido que é que "*esquecer*" não depende dos Homens na terra mas sim de Deus. "*Perdoar*", sim, é que é uma das faculdades que o Criador conferiu ao Homem e jamais se confunde com o "*esquecer*".

No fim deste trabalho seria injusto se não se dirigisse algumas palavras às infelizes almas que, por conveniência ou por comodismo, militam nas fileiras da Frelimo pactuando com os ignóbeis actos dos seus dirigentes. É que não só se deve censurar a esses infelizes homens e mulheres de hoje, como igualmente culpá-los dos actos dos seus dirigentes. A menos que a falta de informação justifique a racional decisão de seguir homens despidos de moral. Já Francis Jeanson afirmava que todo aquele que pertence a uma nação é responsável pelos actos perpetrados em nome dessa nação. Ou como diria José Marti, "***assistir em silêncio a um crime e igual a cometê-lo***". E se recorrermos ao conceito metafísico da culpabilidade de Karl Jaspes, veremos que todo aquele que esteve presente e não denunciou os actos que contrariavam a essência da harmonia social, também é tão sanguinário como os assassinos que idolatra e venera pelos seus feitos. Pois, "***existe entre os homens, pelo facto de serem homens, uma solidariedade em virtude da***

qual cada um se acha co-responsável por qualquer injustiça e por qualquer mal praticado no mundo, e em particular pelos crimes cometidos em sua presença, ou sem que ele os ignore. Se não faço o que posso para os impedir, sou cúmplice. Se não arrisquei a minha vida para impedir o assassínio de outros homens, se me calei, sinto-me culpado num sentido que não pode ser compreendido de maneira adequada juridicamente, nem política ou moralmente. Que eu viva depois de tais actos se terem passado faz pesar sobre mim uma culpabilidade inexplicável"[510].

De modo que tal como falou Francis Jeanson à França colonialista de "ontem", que seja o mesmo Jeanson a falar-vos hoje, Vós que pactuais com a indecência dos Vossos companheiros:

"***Vós gabai-vos de vos manterdes à distância de um certo tipo de realidades: deixais assim as mãos livres àqueles a quem não desagradam as atmosferas insalubres, já que as criam eles mesmos com o seu comportamento. E se conseguis, aparentemente, não vos sujar, é porque outros se sujam por vós. Tendes homens de confiança, e feitas as contas, sois vós os verdadeiros culpados: porque sem vós, sem a vossa negligente cegueira, tais homens não poderiam prosseguir uma acção que vos condena tanto como a eles desonra***"[511].

Muito ficou por se escrever sobre a figura do Rev. Uria Simango. Aqui fica um pequeno contributo em resposta a um imperativo histórico, como o afirmamos no início desta obra. Por falta de outros meios não pudemos ir para além do que esta obra devia ainda comportar, mas sentimos que na nossa passagem pela terra demos um singelo contributo aos moçambicanos do amanhã, e quiçá, à humanidade do amanhã.

Eis então o Simango e a história recente de Moçambique que encontramos. Longe de trazermos verdades absolutas, tal como outras "verdades", as nossas também são relativas. Caberá ao leitor ditar a sentença sobre a *verdade histórica* próxima da realidade vivida pelos moçambicanos nas épocas que nós aludimos nesta obra.

[510] Jaspers, *La culpabilité allemande*, pp. 61, 66.

[511] Jeanson, Esprit, Abril de 1950.

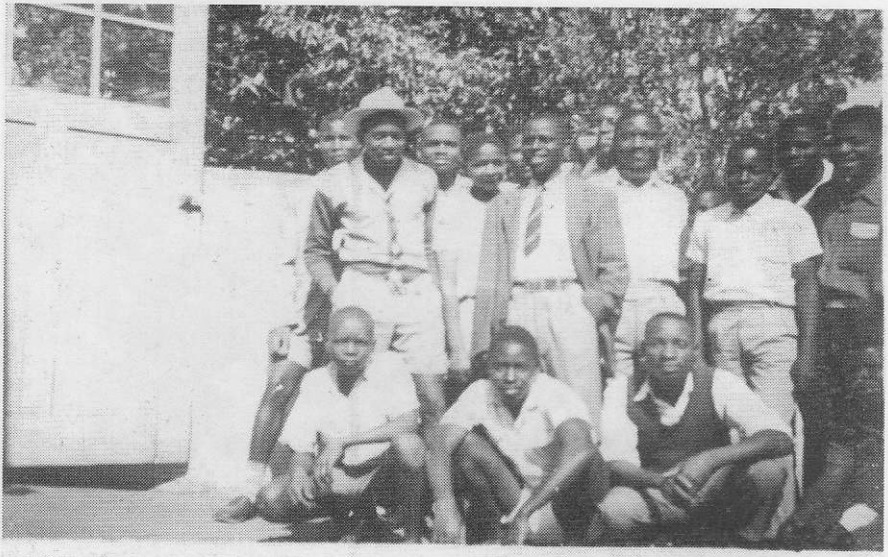
Para terminar, cabe-nos apenas acrescentar que a par da sua formação religiosa, tudo leva a crer que Simango possuía o nível médio de escolaridade. Contudo, ficou sem se saber, com exactidão, em que outras escolas ou universidades terá o Reverendo Simango estudado, e que nível académico terá atingido. Sabe-se apenas que no fim da primeira metade de 1974 inscreveu-se, sem sucesso, nos exames finais de Bacharelato em Direito na Universidade de Londres onde se encontrava matriculado como aluno externo[512]. Na época, a sua esposa, Celina Simango, encontrava-se matriculada na Universidade Americana em Cairo.

Igualmente, ficou sem se saber na íntegra os diversos roteiros que Simango terá empreendido pelo mundo fora, e com que personalidades mundiais entabulou conversas e forjou amizades no contexto da luta pela libertação do seu país. Algumas fotografias aqui inseridas ilustram um Simango discursando numa conferência internacional; mostram um Simango a ser recebido por Chu En Lai na China; a cavaquear com Che Guevara e a falar com autoridade perante dezenas de combatentes que atentamente o escutam no interior de Moçambique. Mostram a sua esposa numa conferência mundial, fazendo uma digressão pela Ásia, etc. Quanto ficou por "desbravar" sobre os sinuosos caminhos deste homem que a história recente de Moçambique negou e procurou reduzir à insignificância?; Quanto ficou por falar deste homem que, num só, era muito?: *racista* anti-branco e, volta e meia, *racista* anti-preto. Pois, os que o acusaram de ter estado contra a presença de pessoas de raça branca e outras no seio dos nacionalistas moçambicanos na Tanzânia, com a mesma destreza com que o fizeram ontem, acusam-no hoje de ter falhado por ter regressado a Moçambique em 1974 e se aliado à um movimento "nacionalista branco"[513] contra um poder da maioria negra que se perspectivava para o dia 25 de Junho de 1975.

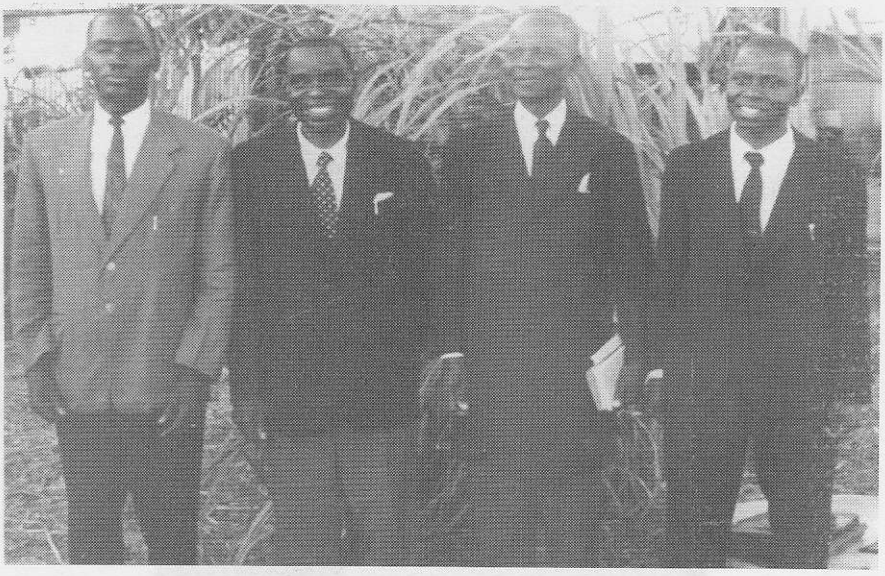
[512] Universidade de Londres. Carta para o autor, Janeiro de 2002.

[513] Em alusão ao grupo de alguns colonos e seus descendentes (os FICO) que, em Setembro de 1974, se manifestaram em favor de um processo democrático que conduzisse o país à independência.

Ilustração fotográfica



Lourenço Marques (Setembro de 1955): Ao centro (de calças e gravata) Uria Simango com os colegas na Missão Suiça (*Colecção família Simango*).



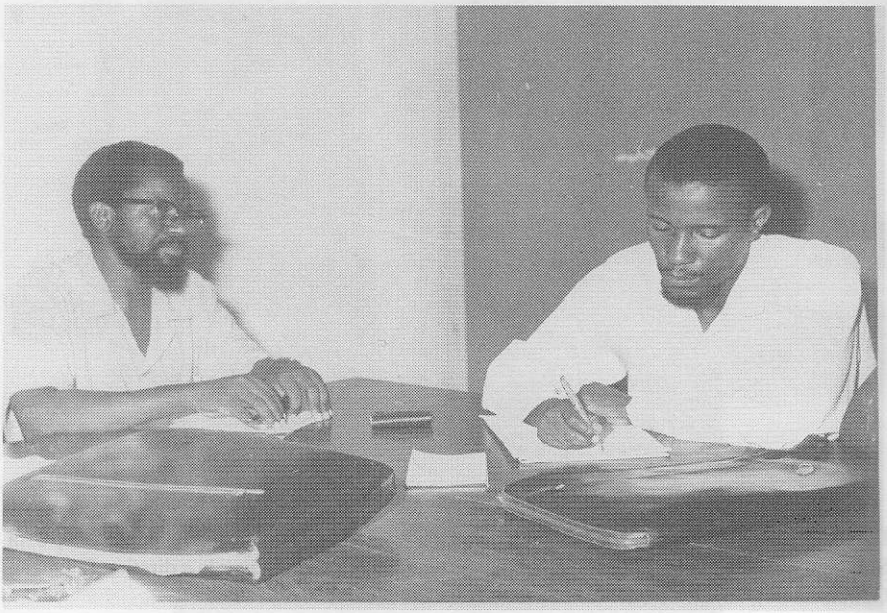
Beira (Novembo de 1955). Da esquerda para a direita: Rev. Arão Zacarias Nguenha; Rev. Samuel Ernesto Simango; Rev. Guilherme Tapera Nkomo e o Rev. Uria Simango. (*Colecção família Simango*).

Beira (12 de Dezembro de 1959): Uria Simango casa-se com Celina Muchanga. Na imagem podem-se ver alguns familiares e amigos, de entre os quais o Rev. Arão Z. Nguenha (na fila de trás) tendo nos braços o seu primeiro filho, Alcido, com 1 ano e 6 meses de idade. Pode-se ver ainda o então maestro do grupo coral da ICRMS, Timóteo Lisboa Muchanga (terceiro, a contar da direita para a esquerda na primeira fila de pé) morto pela PIDE nos finais da década de 60. (*Colecção familia Simango*).

Salisbúria (1961). Fim do ano lectivo: Uria Simango (O segundo de pé, da esquerda para a direita) com alguns dos seus estudantes. (*Colecção família Simango*).

Dar-Es-Salam (1965). Na fila da frente da esquerda para à direita: Pascoal Mocumbi, Uria Simango, Lourenço Mutaca e Silvério Nungu. Na fila de trás da esquerda a diretita: Feliciano Gundana, (...), Joaquim Chissano e Jorge Rebelo (*Colecção Telecine*).

Dar es-Salam: Em cima, Simango no seu gabinete de trabalho. Em baixo, na companhia de Lourenço Mutaca. (*Colecção família Simango*).



Dar es-Salam (Junho de 1966): Uria Simango dirigindo as exéquias fúnebres de Jaime Rivaz Sigauke em Dar es-Salam.(*Colecção Telecine*).

Dar-Es-Salam (Agosto de 1968). Da esquerda para a direita, de pé: Eduardo Coloma, Uria Simango, Judas Honwana, Mariano Matsinhe, Janet Mondlane, Francisco Cufa (apenas a cabeça de barba), José Francisco Faustino, Pamela dos Santos e Marcelino dos Santos. Agachados: Samuel Rogrigues Dhlakama, Eduardo Mondlane e Lutero Simango. (*Colecção família Simango*).

Bérlin Este (10.12.1963): Uria Simango numa conferência internacional. (*Colecção família Simango*).

Niassa (1966): Uria Simango falando com os combatentes. (*Colecção família Simango*).

Uria Simango a ser recebido, na China, por Chu En Lai, então Primeiro Ministro da R.P.C. (*Colecção família Simango*).

Uria Simango, Chu En Lai e outros dignatários da República Popular da China. Na primeira fila da imagem pode se ver ainda Francisco Cufa (esquerda) e Jonas Namashulua (direita). (*Colecção família Simango*).

Uria Simango depondo flores no memorial de Liuhula . (*Colecção família Simango*).

Uria Simango na companhia de Joaquim Chissano. Algures na Ásia (?!...). (*Colecção família Simango*).

Dois instantâneos da visita de Simango a um país asiático, na companhia de Chissano. (*Colecção família Simango*).

5 de Agosto de 1964: Uria Simango (terceiro, da esquerda para a direita, no sofá) e Che-Guevara (a direita). (*Colecção família Simango*).

Azerbaijão (Bacu): Uria Simango discursando no Congresso do Comité Soviético de Solidariedade Afro-Ásia que teve lugar de 8 à 11 de Maio de 1964. (*Colecção família Simango*).

Algures no Egipto. Simango nos corredores da diplomacia. (*Colecção família Simango*).

Celina Simango (no meio) e Verónica Namiva (a direita). (*Colecção família Simango*).

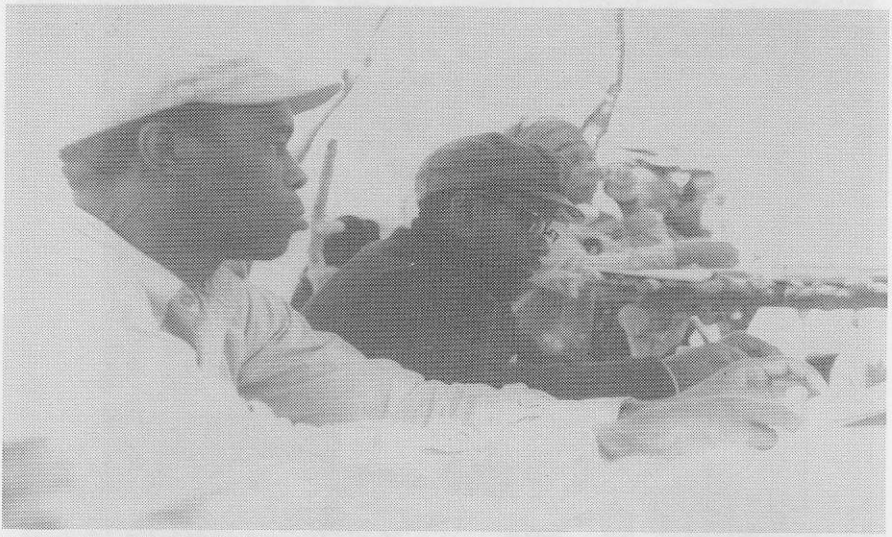
Celina Simango na China (sexto da esquerda para a direita). (*Colecção família Simango*).

Celina Simango (terceira da esquerda para direita na fila de cima) numa conferência internacional na China. (*Colecção família Simango*).

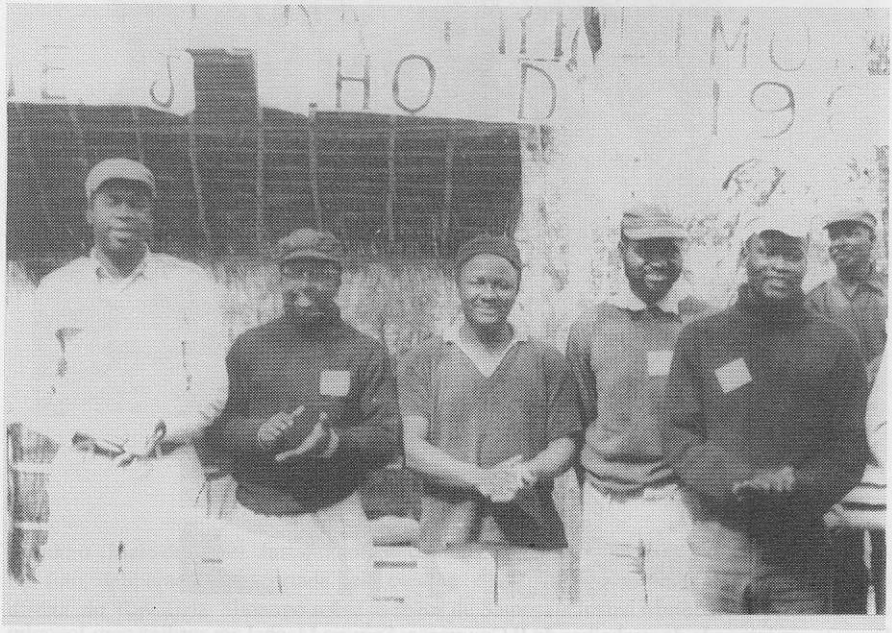
Celina Simango (quarta, contado da esquerda para a direita) em passeio com outras conferencistas na China. (*Colecção família Simango*).

Niassa (Setembro de 1966): Em primero plano no canto direito da fotografia está o então chefe do DSD, Filipe Samuel Magaia, poucos dias antes do seu assassinato. (*Colecção família Simango*).

Dar-Es-Salam (25 de Setembro de 1966): Uria Simango (na primeira fila, de boina e óculos com a mão esquerda no queixo) na manifestação pública por ocasião do 2° aniversário do desencadeamento da luta armada em Moçambique. (*Colecção família Simango*).

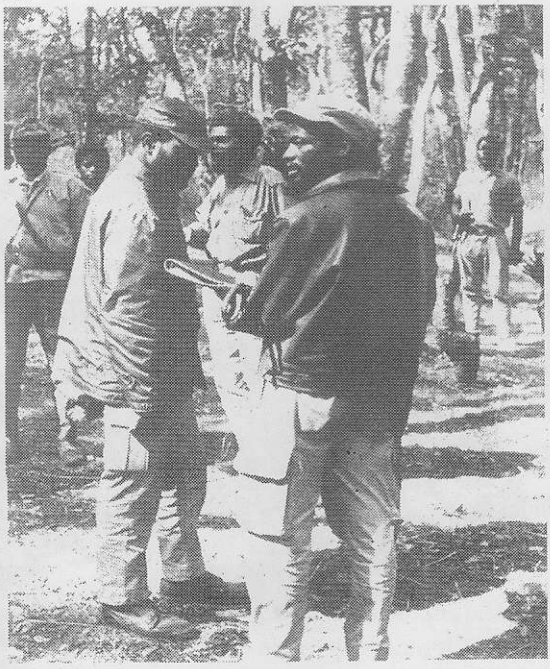


Matchedje (Julho de 1968) durante os trabalhos do II Congresso da FRELIMO. Na imagem pode-se ver em primeiro plano Eduardo Mondlane seguido de Uria Simango e de Celina Simango. (*Colecção Telecine*).



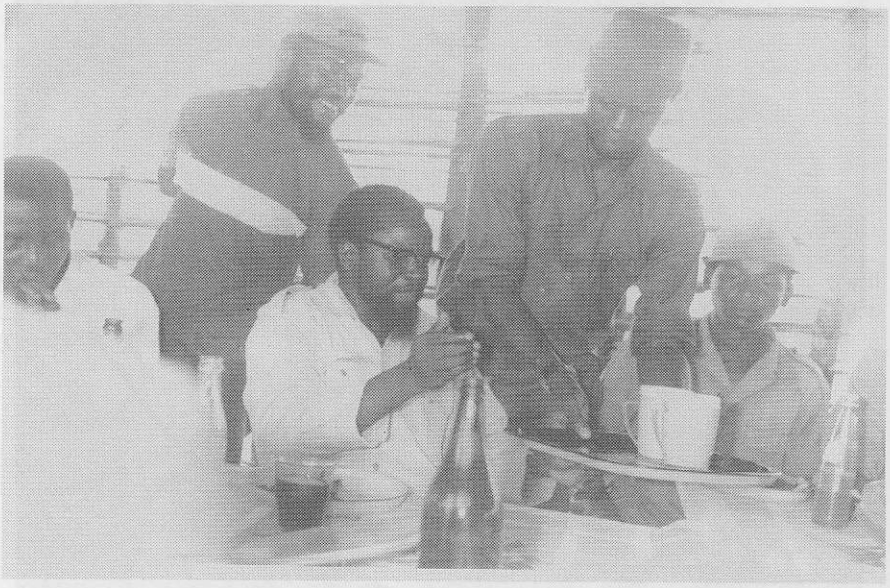
Ainda durante os trabalhos do II Congresso da FRELIMO. Na imagem pode-se ver da esquerda para a direita: Eduardo Mondlane, Uria Simango, Mariano Matsinhe, Samora Machel e mais outros dois combatentes. (*Colecção Telecine*).

Matchedge, Julho de 1968, durante os trabalhos do II Congresso: Eduardo Mondlane e Raul Casal Ribeiro (ambos de pe). Sentado atrás, com a perna direita cruzada, está Uria Simango. (Co*lecção Telecine*).

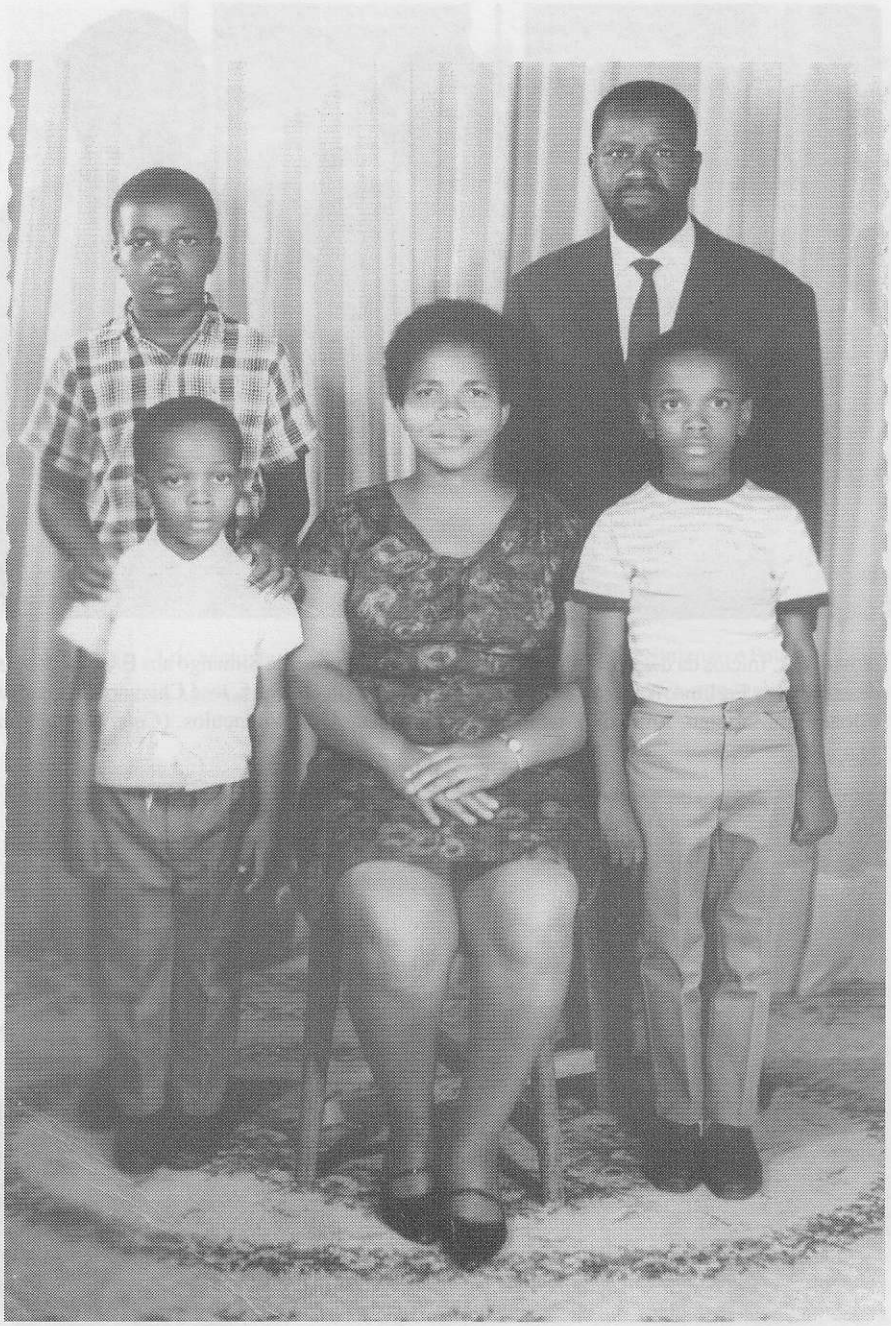


Durante um intervalo dos trabalhos do II Congresso: Samora Machel em surdina com Joaquim Chissano (*Colecção Telecine*).

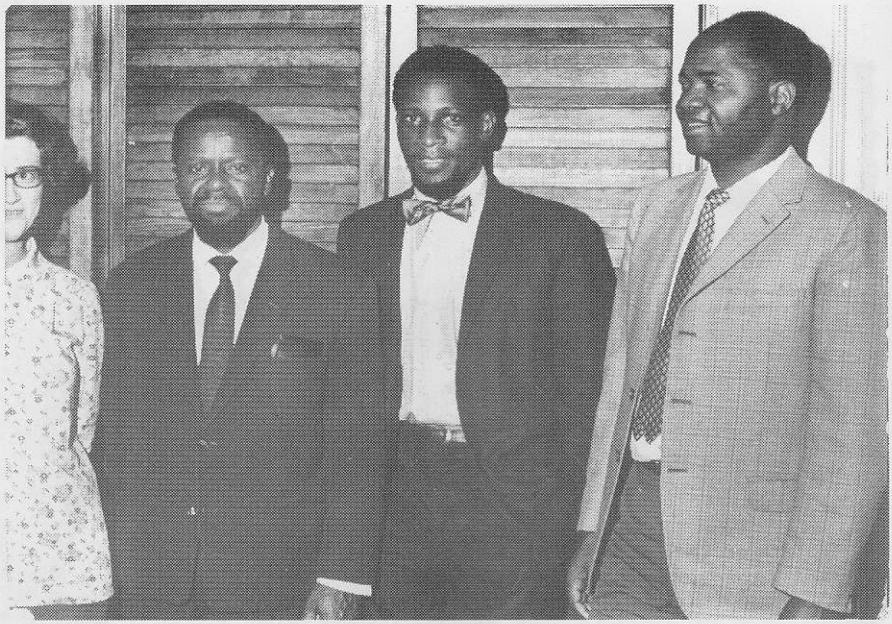
Tunduro (Maio de 1969). Instantâneo do casamento de Josina Muthemba e Samora Machel. Na foto, deliberadamente cortada pela censura em Moçambique, ainda se pode ver a mão direita do Rev. Uria Simango sobre as mãos de Samora e Josina Muthemba, celebrando o matrimónio de ambos. (*Colecção Telecine*).



Tunduro, Maio de 1969: Uria Sinango, durante o copo de água do casamento de Samora com Josina Muthemba. Na imagens pode ainda se reconhecer os combatentes Alfredo Maria (de camisete com barra horizontal branca); Dinis Moiane (de bandeja na mão) e Maria Chipande (à direita). (*Colecção Telecine*).

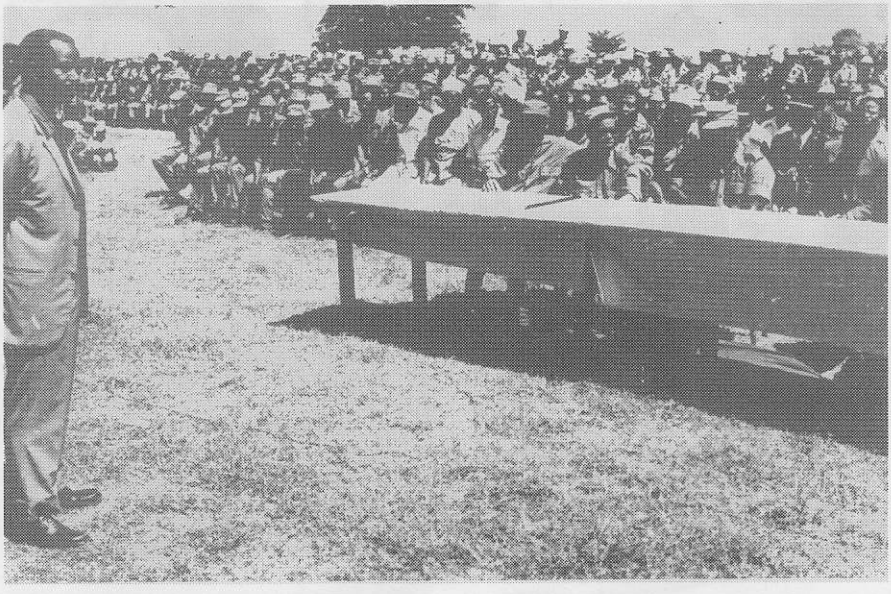


Cairo, 1973. Fila da trás, da esquerda para a direita: Lutero e Uria Simango. A frente, na mesma ordem, estão Maúca, Celina e Deviz Simango. (*Colecção família Simango*)

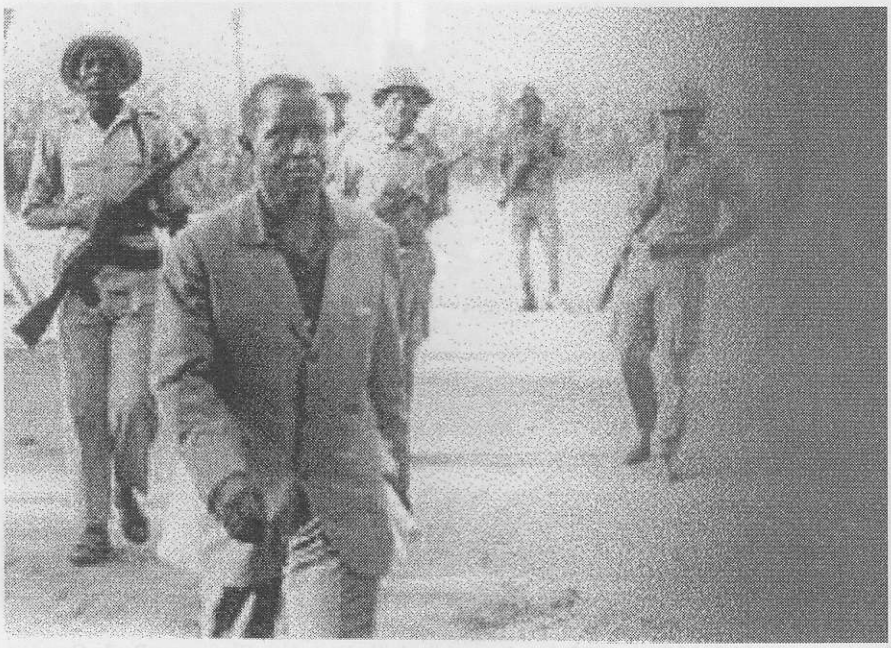


Nova York. Inícios da década de 70: Dois instantâneos da visita de Simango aos E.U.A. depois de expulso da Frelimo. Na foto de cima podem-se ver ainda, a direita, José Chicuarra Massinga e Joaquim Marungo. Em baixo, também a direita, está Artur Vilanculos. (*Colecção família Simango*).

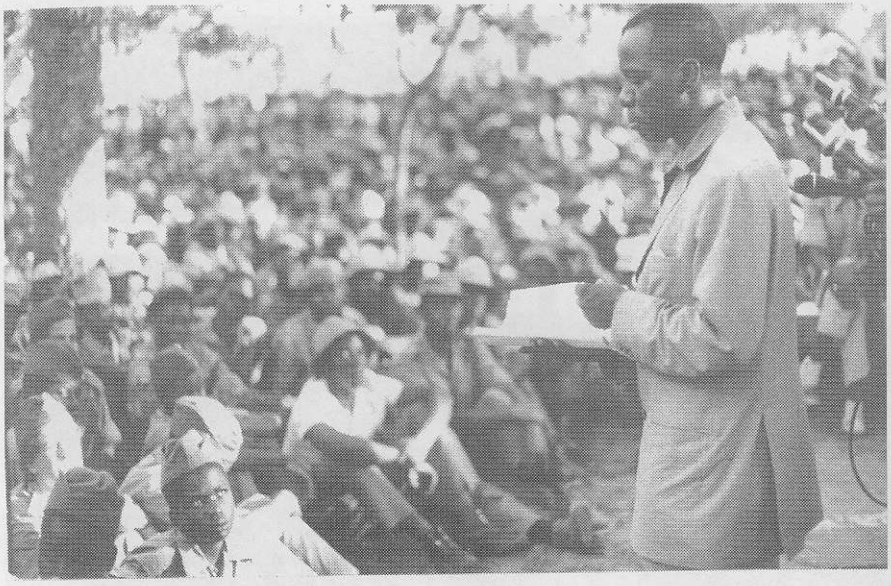
Nachingweia, 11 de Maio de 1975: Já sob custódia da Frelimo, Uria Simango e Paulo Gumane diante de Samora Machel e Marcelino dos Santos. (In Revista *TEMPO* 728, 23 de Setembro de 1984, p. 18).



Nachingweia, 12 de Maio de 1975: Uria Simango diante de uma enorme multi- dão, de entre os quais Samora Machel, Julius Nyerere e Kenneth Kaunda (na mesa principal). (*Colecção Notícias*).



Nachingweia, 12 de Maio de 1975. Sob um forte dispositivo militar, Simango é forçado a dirigir-se à audiência para ler uma suposta confissão. (In a *tribuna,* 14 de Maio de 1975).



Nachingweia, 12 de Maio de 1975: Uria Simango lendo a sua suposta confissão diante de centenas de combatentes e novos recrutas. (*Colecção a tribuna*).

M'telela, Outubro de 1976: Uria Simango na sua última entrevista com jornalistas nacionais e estrangeiros. Na foto de cima pode ainda se reconhecer o cineasta mauritano Abid Med Hondo (de barba, com as mãos em concha). (*Colecção Notícias*).

M'telela (Outubro de 1976): Lázaro Nkavandame (foto de cima) e Joana Simeão (foto de baixo) falando a jornalistas. (*Colecção Notícias*).

ANEXOS

ANEXO 1

SITUAÇÃO SOMBRIA NA FRELIMO
Por Uria T. Simango

A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) foi formada em Junho e 1962 como resultado da fusão de três organizações políticas: UDENAMO, MANU e UNAMI. As pessoas que finalmente trouxeram esta unidade, e que há quatro anos desertaram, são os senhores Mateus Mmole, presidente da MANU, Adelino Gwambe, presidente da UDENAMO e muitos outros que na época estavam em Dar-Es-Salam.

A unificação dessas organizações foi o mais importante acontecimento realizado pelo povo na luta contra o colonialismo português. Este acontecimento encontrou uma forte oposição de elementos individualistas que entendiam que este processo podia diminuir-lhes a possibilidade de alcançar posições importantes na política. Este processo, que visava juntar, fortificar e dar uma impressionante força a luta contra o colonialismo e o imperialismo, não agradou aos inimigos da liberdade e da independência. Contudo, apesar dos esforços empreendidos para evitar a formação da Frente de Libertação, o desejo do povo moçambicano realizou-se.

O objectivo a atingir – a independência de Moçambique do domínio colonial – era o princípio guia para aceitar membros na Frente. Isto quer dizer que todo o moçambicano, independentemente do seu credo, sexo ou ideais políticos, podia ser membro se aceitasse as regras e programa da Frente. Na opinião dos fundadores, a Frente visava conduzir as massas populares moçambicanas de raça negra que sofriam sob o jugo colonial português, na luta pela liberdade e independência. A unidade e luta, tinham como base o moçambicano e nacionalista africano. Esta orientação que

guiou os fundadores da Frente de Libertação, ajudou a reunir todos os membros das organizações anteriores e outros na consolidação da Frente e da luta.

1968, o ano das dificuldades.

Havia dois grandes focos de dificuldades: O Instituto Moçambicano e a província de Cabo delgado.

1. Instituto Moçambicano:

Os estudantes no Instituto Moçambicano eram contra a presença física de portugueses como seus professores por razões óbvias. Para eles, isso era uma outra forma de colonialismo, o mais perigoso, lavagem cerebral (doutrinação). Deve-se aqui dizer, que talvez não estavam conscientes do real perigo que ocupou o movimento. Embora eles tenham vindo como técnicos, os portugueses estavam determinados, por vias de astúcia a infiltrar-se no Comité Central como membros. Marcelino dos Santos jogou um papel muito importante para alcançar esse objectivo, na base de que eles eram também moçambicanos como as populações negras; de que não deviam ser discriminados (...)

Deve-se esclarecer que os estudantes, não estavam contra professores de raça branca como alguns tendem a difundir. Havia outros professores brancos, dos Estados Unidos, da Indía, da República Democrática Alemã e Checoslováquia, mas nunca se exigiu o seu afastamento. Para eles, o problema não era de raças mas sim de um grupo de pessoas que podiam estar na organização numa missão do Governo português. Convenceram-se a si próprios de que esses elementos, estavam na organização para esse propósito.

A participação do Padre Gwengere no problema do Instituto moçambicano e em outros assuntos da Frelimo, era uma expressão de simpatia e solidariedade com seu próprio povo .

É necessário fazer um breve comentário sobre as raças. A reunião do Comité Central de Setembro de 1968, discutiu a questão de empregar estrangeiros na organização para tarefas técnicos. Se bem que alguns membros fossem contra o emprego de pesso-

as de nacionalidade portuguesa, a maioria aprovou a proposta, com a condição de que eles teriam que aceitar a política da FRELIMO e não interferir nos assuntos da organização. Alguns camaradas duvidaram, e até recusaram-se aceitar isso. Não no emprego de estrangeiros de países amigos, mas apenas portugueses. Como se viu na reunião, ninguém era contra a presença de brancos como tal para ajudar na organização. Os que recusaram, basearam-se em experiências anteriores da maioria dos problemas surgidos. Eles (os Portugueses) queriam ser membros do Comité Central. Dizer que há racismo na FRELIMO não é verdade, mas há o espírito de vigilância de modo a prevenir infiltrações e interferências imperialistas, em defesa da revolução e interesses do povo.

A questão da definição sobre quem é moçambicano para estabelecer um estatuto legal claro de muitas nacionalidades que se encontram em Moçambique: Portugueses, Ingleses, Franceses, Suíços, Belgas, etc., foi decidido pelo encontro de Setembro de 1968 que seria discutida pela sessão de Março de 1969, o que infelizmente não foi debatido.

2. Província de Cabo Delgado:

Um ano depois da formação da FRELIMO, criamos um Secretariado organizativo e James Msadallah, que até então era Secretário das Finanças, foi indicado Secretário da Organização.

Ao fim um ano, o trabalho de organização política foi dividido em duas partes: interior e exterior. Foi nessa base que Lázaro Nkavandame foi nomeado *Chairman* regional da província de Cabo-Delgado, posição hoje conhecida como secretário provincial. De acordo com a nossa constituição um secretário provincial é o dirigente máximo da província, política e militarmente. Abaixo dele estavam os *chairmen* de distrito e locais. Em 1967 decidimos que o comandante provincial do exército em cada província seria o número dois a seguir ao secretário provincial.

Muitas reclamações sobre tratamentos de doenças e desnecessárias punições capitais de combatentes e do povo em geral chegaram à sede. Chegou-se a uma fase alarmante no início de

1967, particularmente com reclamações vindas da Província de Cabo Delgado. Quando interrogados os dirigentes militares recusam estar a praticar isso. Nos finais de 1967 os dirigentes políticos de Cabo Delgado (*chairmen* e o Secretário provincial) acusaram a direcção da FRELIMO de dar instruções (permissão) para o exército matar como lhe agradasse.

O número de desertores de Cabo Delgado e Niassa cresceu bruscamente. Houve muitos factores, mas uma das razões dadas era que havia assassinatos impiedosos de combatentes e punições severas por pequenas ofensas, mesmo de caracter pessoal. Isto era mais frequente na província de Cabo Delgado.

A situação tornou-se mais séria no final de 1967 e princípios de 1968, quando os *chairmen* de Cabo Delgado, por iniciativa própria, anunciaram que não devia haver mais punições desta natureza que estavam sendo aplicadas na província. A cooperação entre os líderes políticos e o exército decresceu imensamente. Os que desertavam do exército para as vilas encontravam protecção nas massas de modo que não se podia recuperá-los. Cada vez mais amedrontado, os *chairmen* solicitaram ao Comité Central que comvocasse um Congresso para discutir os problemas na organização. Quando o Congresso tomou lugar em Julho de 1968, os *chairmen* e o Secretário Provincial não compareceram. Os *chairmen* alegaram que havia um plano para matá-los se no Congresso não concordassem com as opiniões da delegação militar de Cabo Delgado. Tudo foi feito para convencê-los de que nada disso aconteceria, mas eles mantiveram a sua posição. Recusaram-se a aprovar as decisões do Congresso e convocaram uma conferência em Mtwara e convidaram membros da TANU para estarem presentes. Rejeitaram a liderança da FRELIMO (Dr. Mondlane) e exigiram que ele se demitisse e se ele continuasse, eles iriam separar-se e liderariam a luta na província de Cabo Delgado em nome da FRELIMO, podendo deste modo continuar a contribuir na libertação de todo o país. Por essa mesma razão, o assassinato em massa de combatente e população, e porque isso seria impossível sem a bênção dos dirigentes, recusaram os conselhos da TANU de que o princípio da separação é errado para ser bem sucedido.

Reuniões subsequentes tentaram persuadi-los a regressarem para as províncias e ocuparem seus postos mas não foi possível convencê-los da alternativa, e ficou-se num impasse. A seguir a isto, eles organizaram-se para impedir a deslocação de qualquer dirigente da FRELIMO para o interior da província e foi deste modo que o camarada Kankhomba foi morto em Dezembro de 1968.

Em Fevereiro de 1969, o Dr., Mondlane morreu de explosão duma bomba na casa de uma amiga, perto da Baia das Ostras em Dar-Es-Salam. Os Problemas na Frelimo começaram na fundação da organização em 1962 com Adelino Gwambe, Paulo Gumane, David Mabunda, Leo Milas, etc., que neste momento não estão na organização; mas atingiram um grau mais sério no início do fim de 1965 e em 1966 com a pressão para remover Filipe Magaia do comando militar e substituí-lo por Samora Machel. Essa tentativa foi fortemente contrariada até ele ser morto em Outubro de 1966, em Moçambique, por um soldado nosso cujo caso está ainda pendente.

Chegamos a um certo tempo em que um pequeno grupo de pessoas se reuniam para tomar decisões e anunciar que o Comité Central decidiu; infelizmente, todos elementos de uma região, o Sul. Deixou de haver debates francos dos problemas e reuniões regulares dos Comités Executivo e Central.

SITUAÇÃO PRESENTE

Os problemas acima mencionados destinam-se a dar uma conexão com os presentes acontecimentos na organização que não são menos sérios. Existem pessoas na organização que apresentam/desenvolvem a teoria de que há dois grupos na organização, um liderado pelo Dr. Mondlane e outro por Uria Simango. Refuto esta teoria e afirmo que existe apenas um grupo, o primeiro, e os factos abaixo mencionados provarão que isso é verdade. No entanto, penso que é preciso dizer que existem muitas pessoas na organização que pensam que algumas das nossas acções políticas não são correctas. Essas pessoas não constituem um grupo organizado contra alguém, mas quando são informados sobre essas más

politicas eles dizem suas opiniões. É possível que haja duas ou mais pessoas que não concordam com certas decisões ao mesmo tempo. Os problemas que dividiram o Comité Central são como os do Instituto Moçambicano que alguns opinavam que devia ser dirigido e controlado pela FRELIMO e outros sustentavam que devia ser independente. Porque o primeiro grupo tinha razão, o Instituto foi nacionalizado em 1968, quando a FRELIMO pela primeira vez teve a prerrogativa de nomear o director da Escola Secundária. Todavia, há distorções de decisões relativas ao Instituto Moçambicano e algumas coisas que precisam de ser esclarecidas. Como é que esses problemas serão resolvidos é ainda um ponto de interrogação.

Há uma tendência de dizer que estamos divididos quanto a ideologia. Isto só pode significar divergências sobre questões económicas, religiosas, sociais, etc. Concordo que a ideologia é muito importante, mas nunca deve ser considerada como factor de unidade ou de divisão das forças de libertação de Moçambique nesta fase, se todas elas estiverem de acordo e aceitarem os princípios fundamentais: a) libertar Moçambique da dominação colonial portuguesa e b) através da luta armada. Hoje em dia a nossa luta não é essencialmente uma luta ideológica ou de classe, é uma luta de massas contra a dominação estrangeira, contra o colonialismo português, pela liberdade e independência dessas massas. A questão do socialismo científico e do capitalismo em Moçambique não devia dividir-nos, embora se torne um problema obrigatório numa fase mais avançada da luta. Isto não deve ser interpretado de forma a significar que devemos permitir ou desenvolver um grupo burguês ou orientado para o capitalismo dentro da FRELIMO, pois o nosso objectivo é emancipar o nosso povo completamente... este é o nosso compromisso. A questão de se pessoas com antecedentes religiosos devem participar na administração do país é um problema que também terá que ser estudado mais tarde. É errado dizer que estamos a implantar o socialismo no país, pois afirmá-lo apenas revela a nossa ignorância do que é o socialismo. Dizer que não estamos a construir o socialismo agora não significa que no futuro não o possamos realizar. Portanto, se actualmente existe uma classe burguesa indígena, e se ela está disposta a contribuir

para a libertação do nosso país, temos que aceitar a sua cooperação, pois dado que a nossa luta está dividia em diversas fases, a primeira fase é a fase de libertação nacional com todo o povo sem discriminação baseada na seita, credo, condição de riqueza, etc. Felizmente não existe uma classe burguesa indígena que tenhamos que enfrentar. Por outro lado, ainda não somos suficientemente fortes para combater os portugueses e seus aliados e simultaneamente travar uma guerra contra uma classe burguesa nacional. Se eles (burgueses) existissem, teríamos que os mobilizar para lutarem connosco contra o inimigo comum. Está claro que dentro da organização temos que combater todas as formas de corrupção, reaccionarismo e burguesismo, usando a nossa máquina de educação política. Torna-se portanto ridículo desperdiçar as nossas energias ao ponto de destruirmos a nossa unidade combatendo um suposto inimigo, a classe burguesa, com intenção de impressionar alguém, se é que existe alguém que se impressione com isso...

A nossa organização continua afectada por uma doença. Seria hipocrisia afirmar que os graves problemas da crise de 1968 estão resolvidos. Alguns sentem a presença de uma desmoralização geral e há o espírito de deixa andar em muitos membros do Comité Central. Outros, rapidamente dizem que esses são indisciplinados ou contra-revolucionários. É bom afirmar isso, mas devíamos primeiro analisar antes de concluirmos. Sem a expressão duma unidade verdadeira e entusiasmo em nós próprios, dificilmente lideraremos uma luta com sucesso. Esta doença que afecta o nosso movimento e a nossa luta de libertação deve ser curada. Ignorar esta situação é ignorar o que queremos e como alcançar o objectivo.

Esta situação é uma manifestação da existência de agudas contradições entre os membros do Comité Central e é inevitável, uma vez que existe no nosso seio um grupo determinado a liquidar fisicamente outros para ganhos materiais e políticos. A ausência de boa vontade de eliminar as contradições, e a presença de influências imperialistas e instigações externas, fazem a situação piorar. E acontece que em vez de temermos o colonialismo português, vivemos inseguros e desconfiados de alguns dos nossos irmãos, pois não se cuidam de matar outros. Se não fosse a decisão da Baía

das Ostras e ninguém tivesse sido morto, não estaríamos chateados pela situação. Diz-se que estamos caminhando numa crise natural.

Gostaríamos de despender o nosso tempo, esforço e energia lutando e derrotando o inimigo em vez de lutarmos uns contra outros como presentemente acontece, usando as armas dadas pelos países amigos para combater o colonialismo e imperialismo. Uma vez que as actividades desta natureza são pagos por imperialistas será com dificuldades que resolveremos o problema. É pena que a nossa luta venha sendo confrontado por problemas que aparentam ser infantis. Apesar disto tudo, os caminhos devem, e serão infalivelmente encontradas, para solucionar estes problemas, duma vez por todas.

Existe um forte sentimento de sectarismo, regionalismo e tribalismo. Devemos aceitar a existência desse mal e corajosamente combater o espírito de individualismo manifestado em frequentes utilizações do pronome "eu". Neste momento de sérias crises, devemos usar medidas de emergência para corrigir o que está errado na organização, de forma a evitar um colapso demasiadamente prejudicial a nossa causa, a causa da libertação do nosso país.

Pessoalmente sei que existem algumas pessoas que são responsáveis pela passada e presente situação, e somente admitindo e aceitando os factos e as condições seguintes, é que me sentirei capaz de continuar a cooperar. Essas pessoas não são sérias, e não estão para a unidade do povo moçambicano para a realização duma rápida emancipação do nosso povo. As suas atitudes individualistas e a cooperação com forças duvidosas para interesses próprios, fazem da participação e cooperação inútil e impossível. Trabalhar desta maneira não é para benefício do povo. Essas actividades podem apenas evidenciar a natureza verdadeira desses elementos, de sede por ganhos pessoais, material e politicamente. Eles não poupam mesmo os mais macabros meios para alcançar esses fins, incluindo assassinatos. Antes de enumerar as condições, vamos dar uma vista de olhos nos sérios crimes que cometeram.

A Morte de Silvério Nungu

De que eram frequentes mortes a sangue frio e deliberados assassinatos no nosso exército, era assunto de aquecidas discussões dentro e fora da FRELIMO. Os desertores sempre disseram que isto estava sendo feito e os *chairmen* de Cabo Delgado levantaram o assunto como a maior razão da sua exigência de secessão. Os nossos oficiais militares sempre recusaram as alegações e isto criou duas linhas diferentes de opiniões. Toda a gente procurou pelas evidências. A morte do camarada Nungu deu uma luz para toda a questão, e ficou provado que todas as alegações eram verdadeiras.

Ninguém é contra a aplicação da pena capital para aqueles que o merecem, aqueles que colaboram ou são nossos inimigos. Mesmo assim, cada caso deve ser examinado cuidadosamente e ver-se se a necessidade de dar tamanha punição é justa ou não, pois doutra forma torna-se vandalismo. Em relação aos assassinos dos camaradas Filipe Magaia, Mateus Muthemba, Paulo Samuel Kamkhomba e Silvério Rafael Nungo, os seus assassinos deviam ser punidos de modo devido, nenhuma piedade deve ser mostrada aos envolvidos, por serem realmente inimigos da revolução e do povo moçambicano.

Em fins de Fevereiro e começos de Março deste ano, depois da morte do Dr. Mondlane, anterior presidente da FRELIMO, algumas pessoas oriundos do sul do país, entre os quais Samora Moisés Machel, Joaquim Chissano, Marcelino dos Santos, Armando Guebuza, Aurélio Manave, Josina Abiatar Muthemba, Eugénio Mondlane e Francisco Sumbane, tiveram várias encontros em casa de Janet Rae Mondlane na Baía das Ostras. Esta última também tomou parte nas reuniões. Estudaram as circunstâncias que envolveram a morte do Dr. Mondlane como membro da sua tribo, e a questão de quem o teria morto. Janet informou os presentes que Filipe Magaia, Sansão Muthemba e o Dr. Mondlane tinham sido mortos por gente do norte (da Beira ao rio Rovuma) porque estavam contra nós, os do Sul. Corrigiram-na, sendo-lhe dito que a morte de Magaia tinha sido perpetrada por uma pessoa do Sul e não do norte. Discutiram também a forma de defenderem e salvaguardarem os interesses da gente do sul.

Ficou asssente nas reuniões que Uria Simango, Silveiro Nungu, Mariano Matsinhe e Samuel Dhlakama eram seus inimigos e deviam, portanto, ser eliminados. Esta decisão foi criticada por dois homens idosos, Francisco Sumbane e Eugénio Mondlane, primo do falecido presidente. Insistiram que todos deviam cooperar e trabalhar com Simango e que o contrário era tribalismo. O seu conselho não foi seguido. Foi decidido que durante a reunião seguinte do Comité Central, devia-se tomar algumas acções. Se for impossível persuadir Simango e Nungu a deslocarem-se ao interior, devia-se usar a força (rapto). Marcelino alertou os presentes de que matar Simango neste momento, poderia produzir maus efeitos porque ele era conhecido internacionalmente, contudo, concordou em matar Nungu, e eliminar politicamente Simango no campo internacional, numa primeira fase.

Depois de em Julho receberem a informação da morte de Nungu, discutiram como proceder para a liquidação dos restantes, sendo a vítima seguinte Simango. Foi decidido que os membros do Concelho Presidencial deviam ir ao interior do país separadamente para inspeccionarem o trabalho em três províncias onde estamos empreendendo a luta armada, Cabo Delgado, Niassa e Tete. -"*Se Simango for não voltará, será o seu fim*" -declararam Samora e Marcelino dos Santos.

Entretanto, falaram duma carta supostamente enviada de Cabo Delgado em Agosto convidando Simango a visitar a província para solucionar certos problemas. A reunião que teve lugar em Mtwara no mesmo mês, onde Samora Machel, Aurélio Manave e Janet participaram, discutiram sobre a carta. No seu regresso, Manave falou publicamente sobre a carta e a viagem de Simango para Moçambique. Como o grupo de conspiradores sabia que eu e outros tínhamos detalhes do plano de assassinato, não traziam a carta porque o meu assassinato estava relacionado com ela, clara evidência de que a minha morte havia sido organizado.

Três dias da sessão do Comité Central de Abril de 1969 foram dedicados a ataques e destruição de Simango e Nungu e indirectamente à Mariano e Dhlakama. Nenhum voto poderia passar perante tais decisões premeditadas. Pessoalmente, falei durante sete horas consecutivas e outras oito horas divididos em vários

períodos para responder a infundados ataques. Era um momento decisivo, se a FRELIMO queria tudo para nós manter juntos, eu sacrifique-me pela causa da unidade. Os presentes não entenderam, suponho porque eu estava frio e calmo, presidindo os trabalhos durante os onze dias da reunião.

Formamos o Conselho Presidencial de três pessoas e elegeram-me coordenador do Conselho, uma decisão que, de facto, me surpreendeu. Apesar da minha suspeita nesse arranjo decidi cooperar, trabalhando com vista a diminuir as nossas diferenças e consolidar a unidade para a causa da liberdade e independência do nosso país. Os meus colegas, a partir da data do encerramento dos trabalhos do Comité Central, após a minha saída para um encontro com o Governo Tanzaniano no sul, iniciaram uma campanha contra mim, perante os combatentes, o povo, e pessoas de países estrangeiros. Se trabalhei contra eles, vamos então produzir evidências.

Depois da demissão do camarada Nungu, foi decidido que ele devia ir a Moçambique trabalhar na Base Central na província de Cabo Delgado e foram estabelecidas as seguintes condições:

a) Considerando o seu estado e saúde, não podia participar em combates;

b) Devia ajudar a organizar a administração do exército e do secretariado provincial;

c) Devia dar treinamento prático em administração a outros camaradas;

d) Com a ajuda de alguns camaradas, devia organizar recenseamentos à nível distrital nas áreas libertadas.

Acreditamos nas palavras dos camaradas de que nada iria lhe acontecer, e a segurança foi dada pelas voz de Samora e pelo Secretário provincial de Cabo Delgado, Raimundo Pachinuapa. De modo que ele foi, no início de Maio (3 de Maio).

No início de Julho, fomos informados pelos líderes milita-

res da província de Cabo Delgado de que Nungu morreu vítima de greve de fome, recusou-se a comer por um período de oito dias, depois de ter sido interrogado sobre a organização de um grupo contra a FRELIMO e tentativa de fuga para se entregar as autoridades portuguesas...que grande absurdo!

As cópias das suas cartas para os amigos, que se seguiram após a sua viagem para o interior, mostram o contrário daquilo que nos foi oficialmente informado, revelam que ele estava feliz e preocupado com a luta na sua verdadeira natureza...motivo que o levou à prisão juntamente com Magaia na Beira, e razão da sua fuga de Moçambique no início de 1962, na companhia de Magaia, Feliciano Gundana e outros. Nungu é um dos primeiros revolucionários e militantes na luta contra o colonialismo Português. Ele juntou-se a primeira organização política da qual se esperava que eu fosse um dos líderes e inscrevi-o, ele, Magaia e outros, pertencentes ao sucursal da Beira, muito antes da formação da UDENAMO, MANU e UNAMI. Ele participou activamente na fundação da Frente de Libertação e Moçambique em Dar-Es-Salam.

<u>Como é que realmente morreu?</u>

Na sua chegada à Moçambique, ele foi bem recebido e de acordo com as sua qualidades, rapidamente tornou-se popular. Escreveu muitas cartas a amigos narrando sua viagem e afirmando que tudo estava bem, solicitando-lhes roupas que já não lhes servissem porque muitos camaradas estavam sem roupas ou mal vestidos. Num dado dia, devia ser 16 de Junho, ele foi trazido para o público e acusado de ser responsável pela nudez do povo, porque quando recebe roupas para a organização, ele manda-as para suas lojas, e usa todo o dinheiro doado para trabalho da organização, que podia ser usado para comprar roupas para combatentes, em proveito próprio. Nenhuma particular soma de dinheiro ou encomenda de roupas foi indicado. "*Ele é vosso inimigo e inimigo da revolução*"-disseram, exigindo que ele (o povo) devia decidir o que fazer com ele. Foi submetido a um longo e duro interrogatório sobre assuntos pessoais e de vida privada. Foi forçado a escrever

uma declaração se quisesse continuar vivo. Como estava já a escurecer, foi muito batido até perder os sentidos, arrastado e deixado a pouca distância do pátio do acampamento. Quando recuperou os sentidos arrastou-se de regresso ao acampamento e dormiu na varanda. No dia seguinte, quando aperceberam-se de que ele continuava vivo, bateram-lhe de novo, suspenderam-lhe pelo pescoço, perfuraram-lhe o lado do estômago à baioneta, removeram-no do suspensório e puseram-no numa cela improvisada, onde morreu. As 18 horas como já estava ficando escuro, removeram-lhe as principais roupas, arrastaram-no pelos pés e enterraram-no atrás da cozinha, numa sepultura rasa. Ele foi assassinado e não morreu de greve de fome.

Ele não era um agente colonialista português como os seus assassinos querem nos fazer crer, a nós e ao mundo; nem foi um anti-revolucionário. Ele foi morto por causa da sua postura na defesa da liberdade, democracia, igualdade e, por ser um fiel combatente, militante vigilante contra o colonialismo, imperialismo, e neo-colonialismo.

Quem matou Nungu?

O que aconteceu em Moçambique, é exactamente a satisfação do plano desenhado e decidido na casa da Janet na Baía das Ostras pela clique de criminosos em obediência dum plano imperialista, que eles consideram ser capaz de satisfazer seus interesses. Todos aqueles que participaram nessas reuniões, são responsáveis pela morte cruel de Nungu, suas mãos estão sujas de sangue, são criminosos. São ainda responsáveis por desnecessárias execuções de combatentes e pessoas. Terão que assumir a responsabilidades da maioria das deserções e da actual situação do nosso movimento.

Não podemos dizer *"o que passou, passou!"*; os que são responsáveis por esses crimes devem assumir essa responsabilidade e aqueles que não estão comprometidos em trabalhar com imperialistas têm que defender as vidas dos combatentes e do povo, e defender os seus direitos e interesses.

Como afirmei, pessoalmente não posso aceitar fazer parte

de crimes contra o nosso povo. Só com uma alteração radical e absoluta da situação poderei moralmente sentir-me apto a cooperar; de contrário é uma honra dissociar-me de acções dos criminosos, pois não se pode confiar neles.

Para resolver estes problemas, exijo:

a) O direito do povo participar na resolução dos seus assuntos e problemas deve ser restaurado. Cada vez mais, devemos estabelecer e desenvolver a admiração nas áreas libertadas. Isto exige, portanto, a aceleração no treinamento de pessoas, política e tecnicamente, de modo a assumirem os seus deveres. A restauração do direito do povo - a voz do povo, é uma exigência histórica.

b) Abolição, duma vez por todas, do nepotismo, tribalismo, regionalismo, corrupção e chantagem que certos elementos usam para alcançar seus fins.

Desde 1966 tem havido a tendência de um grupo – infelizmente composto por pessoas do Sul que incluía o primeiro presidente da FRELIMO – reunir sozinho, tomar decisões, e impô-las a outros por vias de manipulações. O falecido presidente da FRELIMO foi criticado por alguns pessoas conscientes do Sul de que tais métodos de funcionamento poderiam no fim trazer problemas. Não se deu nenhuma consideração a essa advertência. Este grupo continua com este método, muitas reuniões tomaram lugar na casa da Janet, e só pessoas da tribo é que participam. Devemos entender que não há nenhuma tribo em Moçambique que é superior a outras. Estamos a lutar de modo a eliminar a superioridade rácica do branco ou o direito de um dado grupo oprimir e explorar outros grupos. Todas tribos devem merecer igual tratamento, oportunidade e direitos, agora durante a luta, e depois da independência.

Isto não se pode entender como uma guerra ou descriminação contra pessoas do Sul, mas uma luta contra o tribalismo ou grupos que fatalmente podem desunir-nos e estabelecer perpétuas contradições entre nós. Quando falamos sobre o grupo de Sul é neces-

sário dizer com muito ênfase, que são alguns elementos de Gaza!...Deve-se dizer aqui que há muitas pessoas do sul que estão contra o tribalismo e opõem-se energicamente às actividades do grupo em questão, e trabalham felizmente com outros.

Este grupo vai ao ponto de cooperar com Paulo Gumane lutando contra pessoas do norte simplesmente porque ele vem do Sul. Ele foi solicitado para cooperar no assassinato de Simango e Francisco Kufa, nosso representante em Lusaka, sob promessa de pagamento em Dólares Americanos.

c) A ignorância e a não aderência nos princípios básicos contidos na nossa constituição traz-nos grandes danos. Os proponentes de constantes e instáveis mudanças fazem-no com vista a obter ganhos pessoais. Este espírito não pode ser considerado como unitário e colectivista. Esta qualidade de espírito, em muitos países levou pessoas a cometer crimes imensuráveis. Este espírito não pode ajudar-nos a libertar Moçambique. O princípio de estrito respeito e aderência na nossa constituição deve ser restaurado. Devemos voltar para trás e começar pelas decisões do II congresso de Julho de 1968.

d) A tendência de considerar os nossos estudantes no estrangeiro de reaccionários e agentes do imperialismo, apenas porque não concordam com algumas políticas e, portanto, estabelecer preferência para empregar estrangeiros na organização em detrimento dos nossos estudantes graduados, deve energicamente ser combatida e eliminada. Deve-se criar um bom clima para eles regressarem e contribuir, porem-se ao corrente, e integrarem-se na revolução. Deve-se-lhes dar oportunidade nas responsabilidades técnicas em que estão qualificados, onde recorremos a estrangeiros para trabalhar. Esta Frente unida, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) deve ter espaço para todos os moçambicanos que querem dar uma genuína contribuição para a libertação do nosso país. Devemos, portanto, estabelecer contactos com eles e abrir as portas para participarem como militantes da FRELIMO na luta de libertação contra o nosso directo e comum inimigo.

Todos os estudantes do Instituto Moçambicano devem ser aceites de volta quando a escola reabrir. Aqueles que estão já estudando e não querem regressar não devem ser forçados, mas de-

vem ser considerados estudantes da FRELIMO, e ser recebidos quando regressarem e terminarem seus estudos, a menos que eles próprios decidam o contrário.

Existem muitas crianças com idade escolar nos centros da FRELIMO, abaixo de 8 anos de idade. Devem-se encontrar vagas nas escolas tanzanianas e outros países para pô-las de forma a poderem estudar, até que se reabra a nossa escola secundária. A retenção daqueles que acabaram a instrução primária e ainda podem estudar em outras escolas não está em conformidade com os nossos princípios – preparar quadros para a futura responsabilidade em Moçambique e, mesmo durante a revolução. Se não encontramos lugares nas escolas secundárias doutros países, podemos dar liberdade aos seus pais de encontrarem escolas para eles, se puderem. Fazendo isso, estaremos a criar condições de consolidar a nossa revolução – agora, durante a luta de libertação, e depois da independência.

Desertores políticos e militares

Em alguns países vizinhos da Tanzania, Kénia, Malawi e Zâmbia, existem desertores do exército e das estruturas políticas da FRELIMO. Alguns abandonaram por motivos justificados outros não. Apesar dos casos deve-se abrir um diálogo com eles e estabelecer uma atmosfera de reconciliação geral onde aqueles que desejam regressar para participar directamente na luta sejam aceites incondicionalmente, na base de que irão conformar-se com os princípios e disciplina da organização.

Os nossos inimigos irão opor-se a estas medidas porque visam consolidar a nossa unidade e unificar todas as forças nacionalistas moçambicanas. Estas medidas irão aumentar a capacidade de luta do movimento de libertação do nosso país. Todas as tentativas dos nossos inimigos para dividir e manter-nos divididos devem ser frustrados. Os agentes do imperialismo hesitarão em aceitar isto, e poderão até, em cooperação com seus mestres, obstruir a operação deste programa reconciliatório. Este programa não inclui aqueles que provaram estar a trabalhar para o inimigo.

f) Os massacres de combatentes devem terminar. A unidade deve ser restaurada. Novos assassinatos entre nós devem parar. Cabo Delgado deve cessar de ser um lugar de matança. Os respon-

sáveis de assassinatos fizeram pior que os imperialistas.
Por essa razão:

1. Pela sua participação directa no assassinato de Nungu e na planificação do assassinato doutros – Uria Simango, Mariano Matsinhe e Samuel Dhlakama – e, por ser agente e canal de financiamento de actividades imperialistas para paralisar de forma subtil a luta do povo de Moçambique contra o colonialismo e imperialismo pela liberdade e independência, e porque ela é a fonte de massiva corrupção na FRELIMO, particularmente das pessoas do Sul e líderes militares, Janet Rae Mondlane deve imediatamente demitir-se e regressar aos Estados Unidos da América, cessando de transaccionar em assuntos de Moçambique.

2. Por terem tido participação directa na planificação da morte de Nungu e daqueles nomes acima mencionados, e por injustamente terem executado muitos camaradas, Samora, Chissano e Marcelino, devem imediatamente resignar-se dos seus cargos e serem processados, eles são criminosos, inimigos da unidade e da independência. Esses três e Armando Guebuza são particularmente responsáveis por alguns erros que o Dr. Mondlane cometeu, que criaram muitos problemas para a organização e para ele próprio. A advertência dada ao Dr. Mondlane por algumas pessoas oriundas do Sul para não constituir o seu Conselho do Povo, apenas de pessoas do Sul, não foi tomada em consideração por causa desses elementos.

3. O director do Instituto Moçambicano será um moçambicano (um africano).

4. Muitos camaradas incluindo Domingos dos Santos, Hassani e Jeorge Candeado, que estão na prisão cumprindo penas, cujas vidas estão em perigo, devem ser processados e seus crimes tornados públicos. Uma vez que seus crimes são apenas de não apoiar a política dos assassinos, devem imediatamente serem soltos.

Todas estas medidas visam corrigir os erros que existiram

durante muitos anos na organização, e dar uma nova irmandade e espírito revolucionário para revitalizar o movimento. Estas medidas podem ajudar-nos a construir a unidade e confiança mútua na organização e liquidar a corrupção, interferências imperialistas e infiltrações no movimento, construir um verdadeiro movimento de libertação capaz de cumprir a tarefa da primeira fase – libertação de Moçambique.

O processo de revitalizar a revolução, o espírito nacionalista e a reabilitação da FRELIMO não altera e nem contrariam a nossa política estrangeira, contido no documento do II congresso.

Dissocio-me dos crimes acima mencionados. A falha no cumprimento dessas exigências, significará a minha imediata resignação.

Moçambique deve-se libertar. Uma resoluta luta armada de todas forças nacionalistas, é o único caminho.

3/11/1969

ANEXO 2a

"CONFISSÃO DE URIA SIMANGO"

DECLARAÇÃO

"Eu, Uria Timóteo Simango, declaro que: Mediante a documentação que a FRELIMO tem, vi que era inútil negar os factos. Comecei a reconhecer os trabalhos que a FRELIMO fez em libertação e faz em construção do País e isso fez-me reavivar os sentimentos patrióticos que tive há muito tempo. Fazer este documento público é uma maneira de começar a pagar a dívida que tenho com o povo, uma maneira de começar a tratar a mim próprio.

PERÍODO DE 1962-68

Este é o período em que me deixei dominar pela ambição de ser dirigente máximo da FRELIMO. Com este desejo, iniciei a conspiração contra a direcção da FRELIMO. Em primeiro lugar utilizei o racismo – que na direcção da FRELIMO não devia haver brancos. Eu é que era o responsável máximo e achava que o director do Instituto Moçambicano devia ser um Moçambicano preto.

Com a chegada do padre Mateus Gwengere que tinha opinião idêntica em relação às raças, a minha posição ficou fortificada. Nessa conspiração então tive dois aliados: Padre Gwengere e o seu grupo dum lado e os "chairman" de Cabo Delgado doutro. O padre Gwengere estava integrado no Instituto Moçambicano, portanto com capacidade de influenciar os estudantes, e os "chairmen"do interior do país podiam influenciar a situação política. Além dos estudantes, o padre Gwengere conseguiu penetrar uma boa porção da população moçambicana em Dar-Es-Salam que finalmente veio a aparecer na cena política contra a FRELIMO

– em forma organizada e denominada "BARAZA DOS WAZEES". No sentido político, na compreensão do padre isto já constituía um partido político. É nesse sentido em que as actividades do grupo deverão ser interpretadas.

PERÍODO 1968-69

As actividades do grupo supramencionado não deixaram de influenciar outras províncias ou indivíduos responsáveis no nível provincial, como na pessoa de Wills Kadawele, então secretário provincial de Niassa.

Os estudantes no Instituto Moçambicano constituíam um grupo de pressão política. Durante os problemas no Instituto Moçambicano em que os estudantes entre muitas coisas não queriam a presença de portugueses eu disse a Gwengere que a única forma para o Comité Executivo da FRELIMO é os estudantes fazerem greve. É claro que existiu diferença entre eu e o padre, diferença do grau de greve que se devia fazer porque o padre tinha também os seus interesses. Queria ser director do Instituto Moçambicano, não queria a presença de professores portugueses, era inimigo pessoal do médico Martins e queria que no Instituto se ensinasse em Inglês. É nessa base em que quando os estudantes juntamente com o padre fazem um documento para o Comité de Libertação de África para apresentar os seus queixumes e pedir ajuda, recuso dar a minha assinatura – que constituiu base de rotura com Gwengere e o seu grupo.

Tendo perdido apoio no Comité Executivo e assim desesperado, o padre estabeleceu uma táctica de acção com o seu grupo, ataques sistemáticos dos Escritórios Centrais da FRELIMO em que o Senhor Mateus Sansão Muthemba ficou vítima de morte e outros feridos, mesmo gravemente. Nessas altura já tínhamos tido rotura e nos tornado inimigos.

No conflito de Cabo Delgado entre os "Chairmen" e os militares apoiei a posição dos Chairmen julgando que tinham razão. É neste momento em que a província de Cabo Delgado através do seu Secretário Provincial, Lázaro Nkavandame, apresenta um pedido para realização dum Congresso que a maioria dos Secretários

provinciais na sua reunião para discutir o assunto aprovou o pedido. O pedido não teve menos apoio de mim. Na véspera do CONGRESSO os Chairmem enviaram Mateus Punda e Vingambundi para propor para que eu seja o seu candidato à Presidência. Aceitei a proposta.

Doutro lado o grupo Gwengere já não tendo acesso à FRELIMO fora à TANU para pedir participação no CONGRESSO. A Frelimo aceitou, mas eles não fazendo parte das delegações que representavam províncias se desqualificaram e assim não participaram.

A Delegação política de Cabo Delgado ligada a várias individualidades recusa ir ao CONGRESSO e o Lázaro Nkavandame é impedido. Também o grupo Gwengere como o dos Chairmen queriam que o Congresso tivesse lugar na Tanzania, o que anteriormente teve grande desconsideração dos próprios Secretários Provinciais, portanto inaceitável. Para estes grupos o Congresso era equivalente a derrube da direcção. Fiquei ligado a esta posição quando aceito a proposta de Cabo Delgado e faz parte da conspiração contra a direcção da FRELIMO.

Atrás, durante o Congresso, aconselhados por individualidades, os Chairmen fecham a fronteira e preparam-se para uma outra conferência para apresentar os seus problemas e a solução, que é o desmembramento da província da Frelimo. Rejeitaram as decisões do Congresso e na conferência de Mtwara querem que eu seja o porta voz dos seus problemas e os apresente na conferência, o que recusei fazer. A tentativa de os convencer para aceitar as decisões do Congresso teve insucessos. Nessa conferência o grupo do Gwengere, que já estava desligado de mim foi representado por Basílio Banda. A partir deste momento em que os Chairmen recusaram ouvir a razão e o conselho automaticamente fiquei desligado deles e a rotura ficou estabelecida automaticamente.

A minha desligação do grupo Lázaro Nkavandame constituiu uma traição. Não há dúvida que se fizeram meus inimigos porque tinham totalmente perdido a confiança em mim.

Com este acto perdi os meus dois aliados de que tinha muita confiança: Grupo Gwengere e grupo Lázaro.

A partir desse momento o Lázaro e seus Chairmen começa-

ram a actuar independentemente contra a FRELIMO. É nessa altura que formam os comités das estradas e assassinaram o senhor Kankhomba perto do rio Rovuma.
N.B. – Existe minha responsabilidade para com o grupo Gwengere como para com o grupo Lázaro. Tinham muita confiança em mim e eu não lhes dei a direcção correcta que os teria ajudado a comportar-se correctamente entro do partido o que teria evitado muitas desordens que tivemos na FRELIMO.

O GWENGERE

Através dos serviços e segurança da FRELIMO eu ainda estando na FRELIMO soube que Gwengere era agente da PIDE. Os seus trabalhos dentro da FRELIMO provaram isso. Embora eu soubesse desta situação decidi pela conveniência aliar-me com ele. O seu grupo antes da rotura, constituía para mim uma força de apoio político, uma situação que somente me interessava, para satisfazer a minha ambição de ser presidente da FRELIMO.

O ASSASSINATO DO PRESIENTE MONDLANE

O assassinato do presidente Mondlane foi organizado pelo engenheiro Jorge Jardim e alguns elementos da PIDE em Moçambique. Estes colocaram a Bomba no livro e foi transportada por mensageiro via Tete até à Tanzania. Aí foi entregue ao padre que através dos seus meios a fez chegar aos escritórios da FRELIMO onde o Nungu também através dos seus subordinados sem conhecimento destes do conteúdo entregaram o livro contendo a bomba juntamente com outra correspondência ao presidente Mondlane. O Nungu sabia que o livro continha a bomba e era para assassinar o presidente. Nessas circunstâncias, ele sabendo, era a única pessoa que podia evitar a morte do presidente.

Anteriormente a este acto já tínhamos perdido confiança entre nós, sendo motivo principal o facto de ter contraído matrimónio com uma moça que eu pensava não tinha qualidades mínimas para ser como dona de casa e contribuinte para a revolução, directa ou indirectamente. A minha oposição a este casamento foi

aberta e violenta, de tal maneira que estabeleceu uma brecha nas relações. Também me opunha a utilização das viaturas do partido quando quisesse ir a Moshi, à casa dos pais da moça. Sabendo das minhas críticas sobre o comportamento dele, evitou falar-me dos arranjos das bombas. Esta é a razão e outra é o facto de querer esconder os compromissos pessoais que teve, que eram, como este, gravíssimos.

CONQUISTA E PODER

Após o assassinato do presidente fiquei presidente interino. Queria que fosse confirmado presidente para poder pôr em execução planos que tinha.

O CONSELHO DA PRESIDÊNCIA

Depois da crítica na reunião do Comité Central dirigida a mim pessoalmente entendi que na constituição do Conselho Presidencial eu era o alvo. Eu estive errado. Segui e observei para ver se eu tinha razão ou não. Erradamente conclui que Nungu tinha sido assassinado e que eu era também para ser assassinado. Esta foi a base fundamental da luta que tive contra a FRELIMO. Inicialmente não tinha intenção de formar partido mas fui bastante encorajado para o fazer. O princípio que achei conveniente para o lançamento foi através dum documento público como "TRISTE SITUAÇÃO DA FRELIMO".

As calúnias no documento tinham seus objectivos:

a) Denegrir os dirigentes da FRELIMO, tanto interna como internacionalmente;

b) Baixar respeitabilidade dos dirigentes e a FRELIMO em si;

c) Mobilizar o povo moçambicano e o Mundo fora em favor do partido que estava a formar.

Hoje retiro todo o documento e peço desculpas às pessoas atingidas por ele (doc.). Me sinto arrependido por o ter feito, porque fez dano à revolução (a luta de libertação nacional) porque dividiu o povo moçambicano e causou muitas deserções.

RENOVAMENTO DE ALIANÇA COM GWENGERE

Após a publicação do documento comecei a procurar alianças para o novo Partido. Através do Basílio Banda aproximei-me do "BARAZA DOS VELHOS" PARA ENGANÁ-LOS NO NOVO PARTIDO. Gwengere estando já em Tabora a partir de 1968 e sendo ele dirigente activo do BARAZA enviaram duas pessoas para o consultar que relutantemente os autorizou a fazer parte. A minha expulsão da Tanzania e reprovação do pedido de registo do Partido deram cabo ou puseram fim aos planos que tinha de constituir um partido rival da FRELIMO. Terminei por estar no Cairo. Este é a continuação dos processos de querer ser presidente a todo o custo, o espírito que me dominou por muitos anos.

ADESÃO AO COREMO

E estando no Cairo, em 1971 recebi mensagem e carta do COREMO que solicitava um encontro. Se puseram a preparar para vir para o Cairo e finalmente desconseguiram. Em relação a este pedido fui a Lusaka nos fins de Julho, onde discutimos a forma de trabalharmos juntos e chegamos a esse acordo. Não tendo conseguido obter residência naquele país, voltei para o Cairo. Aceitei o posto de Secretário dos Negócios Estrangeiros.

A adesão ao COREMO não significa que desconhecia o que era COREMO. Era uma organização que colaborava com os portugueses, a PIDE. A sua intenção, portando, não era para lutar mas impedir a luta. O que eu pretendia ao juntar-me aquela organização! Encontrei no COREMO a única saída do impasse em que me encontrava; não havia nenhum país fronteiriço que pudesse aceitar a formação duma organização política no seu território. Parecia-me que tinha acreditação da Zâmbia, um país com prestígio no contexto Africano e eu portanto queria fazer uso dessa situação. Não precisava nada do COREMO mas queria infiltrá-lo, tomar a direcção e dinamizá-lo. Pretendia também mudar o nome dentro de pouco tempo. Não há dúvidas que compreenderam minhas intenções é por isso trabalharam para que a Zâmbia mudasse de posição e reduzisse os dias da minha estada e eu estivesse fora do país.

A partir de 1972 não havia mais correspondência entre eu e o COREMO porque já tinha perdido fé no COREMO e não queria mais ser activo em nome do COREMO. COREMO tinha-nos vendido por ter trabalhado contra a nossa ida a Lusaka. Esta é mais uma vez prova de que COREMO não era para progresso, libertação de Moçambique.

É neste sentido que deverá ser interpretada a relutância de continuar a trabalhar no COREMO quando em Nairobi na discussão com camarada Kambeu e no Malawi com Gumane e Bahule mantive muitas reservas. A outra força, ambição, foi superior a esta tentativa de desligar-me e me liguei mais uma vez, esperando assumir a direcção máxima.

25 DE ABRIL E 1974

Com o 25 de Abril o Governo português anunciou que qualquer refugiado político que quisesse voltar para Portugal e para as colónias podia fazê-lo.

Em princípio a minha estada no Cairo era condicional, que não me envolvesse em política no Egipto (do meu país). No princípio de 1974 decidiram que somente representantes de partidos, estudantes e aqueles que trabalhavam podiam continuar no país. Eu não era estudante do Cairo mas da Universidade de Londres por correspondência. Arranjei emprego no jornal "Egiptiam Gazette"com sálario de 3O libras, muito insuficiente, só renda de casa era 25 libras sem contar com água e electricidade. Era impossível viver com este salário. Todos os Africanos fomos chamados para sermos informados dessa decisão e no dia 3O de Abril terminaram com os subsídios. Quando fui explicar que os meus exames e dos meus filhos terminavam nos fins de Junho deram-me subsídio mais um mês, Maio. Não tendo alternativa decidi voltar para Moçambique no fim de Junho.

Os Egípcios em princípio não dão documentos de viagem. Eu tinha mas a minha família não tinha. E eu não queria além disso entrar em Moçambique com o meu passaporte. Fui a embaixada de Espanha, missão portuguesa. Depois de dois dias receberam autorização de Lisboa. No dia seguinte também os Egípcios deram a sua folha "bilhete de identificação" que não podia incluir Moçambique porque não estava independente.

No Malawi, no mesmo hotel que fui, encontrei Paulo Gumane, Absalão Bahule, a esposa do camarada Gumane, Joana Simeão, Eucalisto Makhulube e Kassimu Daude. Estes já se tinham encontrado anteriormente na Suazilândia onde concordaram que COREMO havia de trabalhar com eles e que deviam de dentro fundar um partido em que o Pedro Mondlane fazia parte. Para o Malawi tinha ido para atender um convite do governo e dar relatório ao COREMO que já tinha formado a organização FRECOMO. Tendo chegado ao Malawi no dia 30. 6. devia partir para Moçambique no dia 1.7.74. Os que tinham vindo de Moçambique disseram que o problema de segurança era grave e sugeriram para que eu seguisse mais tarde, 7.7.74. Porque terão organizado o sistema de segurança. Porquê?, porque em Moçambique estava-se a matar. Em Lourenço Marques era verdade mas não era assim tanto na Beira. Nós todos aceitamos este conselho. Só reconhecemos mais tarde que faziam isso para capital político –para convencer o Mundo que estavam a trabalhar muito politicamente e assim estava-se a fazer propaganda em Moçambique em seu nome.

No Aeroporto da Beira estavam à espera a Joana, Eucalisto, Murrupa, Unyai e muita outra gente que não cheguei a conhecer. Em suma fui recebido por esta gente em resultado da propaganda que Joana tinha feito antes da minha chegada. Havia jornalistas no Aeroporto, creio também convocados por Joana. É lógico dizer que foi a FRECOMO que me recebeu porque a Joana era presidente daquela organização.

Do Aeroporto levaram-me para o hotel ESTORIL, onde sai uma semana depois para casa do Haider porque me pareceu que ninguém estava a pagar o hotel.

LIGAÇÕES COM A CONVERGÊNCIA

Quando cheguei a Moçambique encontrei seis partidos: UNIPOMO do Lázaro; MONIPAMO, de Basílio Banda; FRECOMO, da Joana; CONVERGÊNCIA; FICO e FEDERALISTA. Murrupa era membro do MONIPAMO e muito encostado à Convergência. Os da Convergência através do Murrupa convidaram-me para um jantar num restaurante, o que aceitei. Um ou dois dias depois passamos pela casa dum membro

da Convergência, que era perto da casa de Murrupa, uns 50 metros; aí encontramos uns quatro ou seis deles. Estavam a discutir um comunicado que iam publicar. Tratava-se de classes, tribos, grupos étnicos, etc. Disseram que não era confidencial e assim ficamos para assistir e demos as nossas opiniões. Mais tarde também apareceu o Unhai e nas mesmas condições também ficou. Aí estavam três pretos. As pessoas que vim a conhecer do grupo são: Dr. Avilez e o eng. Carvalho. Não sei por que Sigalho não apareceu nessa altura. Só veio a aparecer mais tarde, introduzido a mim por Murrupa. Da minha parte esses encontros foram na base pessoal, e claro através do Murrupa.

VIAGEM PARA NAMPULA

Fui a Nampula duas vezes, em Julho e Agosto de 1974. Da primeira vez foi por meu interesse para conhecer a cidade, ver o Banda e conhecer o MONIPAMO. Não há dúvida que Murrupa sendo representante do MONIPAMO tinha interesse de que eu fosse membro do seu partido e assim sempre falava da necessidade de ir conhecer aquela cidade. Fixamos o dia e partimos, ele levava os dois bilhetes. Viajaram connosco o Alvidez e Carvalho. Chegado a Nampula eu e Murrupa fomos almoçar em casa da prima de Murrupa.Toda aquela tarde estive no escritório do MONIPAMO. Murrupa saia e voltava. Em volta das cinco horas apareceram os senhores Carvalho e Alvidez no escritório do MONIPAMO dizendo que um militar queria ver o Simango. Murrupa não estava nessa altura; deixei o Banda e fui com eles. Antes de entrarmos na sala onde estava, disseram-me a posição dele, eu é que esqueci. Não sei o nome, foi-me dito, e se foi, também esqueci. Em princípio eu não tinha interesse nenhum em falar com esse oficial. Fui por cortesia. É claro que a Convergência sabia o que estava a fazer porque creio já nessa altura tinha o seu programa traçado, como veremos em baixo.
O oficial queria saber de mim duas coisas específicas:

a) Porquê os Macondes não seguiram o Lázaro quando ele abandonou a FRELIMO?

b) O que eu pensava e o que podia dizer sobre a pessoa da Joana?

A respeito da primeira pergunta eu disse que não seguiram porque o Governo português mentiu ao Lázaro, prometeu a independência e não fez nada para mostrar que realmente estava a dar essa independência. Os macondes querendo a independência ficaram nas fileiras da FRELIMO, lutando pela independência. A respeito da segunda pergunta eu disse que não conhecia bem Joana para dar uma opinião válida. Realmente eu não conhecia. Ela nunca fica na Beira mais de 48 horas.

Depois disso passamos a discutir a política de Moçambique, particularmente nas cidades de Lourenço Marques e Beira. Também se bebia muito em toda a parte. Não havia autoridade nem ordem. Relacionei a desordem e a situação política, acusando o governo português de querer fazer o que os belgas fizeram no Congo (Zaire) para ter pretexto de perpetuar o colonialismo. Passei a dizer-lhe que esperávamos que durante as eleições haverá ordem. Eu pessoalmente, e muitos também, pensávamos que haveria eleições. Ele disse que a situação era difícil e, portanto, não podia garantir essa ordem e disciplina. Nessa altura eles já estavam a sentir pressão militar da FRELIMO em toda a parte. A segunda visita para aquela cidade foi em Agosto. Este foi a convite do próprio Banda através do Murrupa. Mandou telegrama e telefone para esse fim. Aceitei ir e Murrupa trouxe o bilhete. Fui sozinho. Gwengere, Lisboa, Costa Narciso estavam em Nampula também a convite do MONIPAMO. Já tínhamos decidido que devíamos unir os partidos incluindo o próprio MONIPAMO e COREMO porque membros deste já estavam em Moçambique. Aqueles senhores levavam mensagem para o Banda para que viesse depressa juntos. Quando cheguei o Banda não me disse porque me tinha chamado e não lhe perguntei. Só lhe perguntei se já tinha recebido a mensagem que tínhamos enviado com o grupo Gwengere, o que ele respondeu que não sabia de nada. Adiamos a reunião porque Banda devia ir atender um encontro na cidade. Todos fomos convidados. Encontramo-nos no escritório do Dr. Osório. Eu já o tinha visto antes no aeroporto da primeira viagem. Era reunião sobre fundos, para ajudar o MONIPAMO. Havia muitos brancos, todos desconhecidos para mim, com a excepção do Osório. Muitos falaram depois passaram palavra aos visitantes. Falaram: Banda,

Gwengere, Narciso e eu. Dos brancos houve uns que prometeram ajuda. Depois deste encontro voltamos para casa do Banda para ele nos dizer a sua decisão, se ia para a conferência de unificação. Ele decidiu em favor, ficando para partirmos no dia seguinte. Na reunião também estavam Caliate, Alexandre Magno e Silva. Caliate e Silva tendo partido com o Banda no dia seguinte para direcção de Lourenço Marques depois de 24 horas na Beira.

A minha conclusão é que as minhas viagens para Nampula foram pagas por MONIPAMO embora não me reste dúvida que era a CONVERGÊNCIA que financiava aquele partido, o que tive ocasião de notar durante a reunião nos escritórios do Dr. Osório.

FORMAÇÃO DO P.C.N

Contactos entre COREMO, Joana Simeão, Eucalisto Makhulube e Pedro Mondlane começaram em Maio ou Junho de 1974 para estudar a forma de cooperação. É daí que nasceu FRECOMO e MONIREMO, do Pedro; MONIPAMO doutro lado estava em contacto com MANU (Gwengere) e FUMO, do Narciso Mbule, ambos estavam em Nairobi. Estive ainda no Cairo e não fui informado desta situação. COREMO estava já no Malawi a preparar-se para entrar.

Em Agosto fui para o Malawi para me encontrar com os dirigentes do COREMO para saber o que se estava a passar. Foi decidido que todos entravam e o Gumane entraria via Suazilândia. Grupo Gwengere-Narciso já estava no Malawi a caminho para Moçambique e voltei com eles. A minha segunda visita a Nampula foi depois dessa viagem.

Quando o camarada Gumane entrou a conferência de unidade começou, com a participação dos seguintes Partidos: COREMO, MONIPAMO, FUMO e FRECOMO. Grupo Gwengere já tinha integrado no MONIPAMO. Aprovou-se a fusão e o Partido de Coligação Nacional (P.C.N.) nasceu em 23 de Agosto e 1974 e os seguintes membros o constituíram:

O EXECUTIVO:
Uria Simango, Presidente;
Paulo Gumane, V. Presidente;
Basílio Banda, Secretário Geral;
Dr. Arcanjo Faustino Kambeu, Secretário dos Negocios Estrangeiros;

Narciso Mbule, Informação e propaganda
Joana Simeão, Educação;
Manuel Lisboa, Organização;
Mateus Pinho Gwengere, Conselheiro político;
Mohamed Anife, Finanças
Ahmed Haider, Administração
Samuel Simango, Juventude
Absalão Bahule, Adj. Organização

O PCN foi constituído como uma organização política com o fim de mobilizar a população politicamente. Fez cartões de membros para este fim mas não chegou a vender nenhum porque a mudança da situação foi muito rápida, com o acordo de Lusaka. Entedia preparar-se para as eleições que esperava contestar. Também queria que tomasse parte nas deliberações sobre a independência e não nas discussões sobre cessar-fogo que sabíamos que era da competência da FRELIMO. Essencialmente o PCN era um instrumento para combater a FRELIMO.

FINANÇAS DO P.C.N

A fonte financeira principal depois da sua fundação foi o FRECOMO (Joana). Deu em volta de três vezes à razão de dez contos cada. Também recebeu da Casa Simões a soma de cinco mil escudos. Um grupo de portugueses que visitou o PCN fez subscrição na nossa presença e deu quatro contos. Este é todo o dinheiro que o PCN recebeu dentro de Moçambique.

Quando cheguei à Rodésia trabalhei no sentido de arranjar o dinheiro e recebemos o seguinte:

a) Dez contos do senhor Pereira que a Canisha levou para Moçambique para entregar ao Kambeu;

b) Dezassete contos do Sigalho que foi levado pelo piloto Luís Fernando para entregar ao Kambeu;

c) Com Sigalho falei da necessidade que tínhamos de 2000 libras, mais de metade para pagar o hotel MIRAMAR onde todos os camaradas ficavam. Quando saí para África do Sul este dinheiro não tinha sido conseguido mas o Pereira e o Sigalho continuaram a fazer esforços para conseguir. Também seria enviado para o Kambeu;

d) A casa Pereira também nos conseguiu 1500 Kwachas do Malawi para pagar o hotel onde os nossos camaradas ficavam no Malawi.

O Senhor José Pereira tem uma companhia de importação-expotação em Salisbúria com muitos empregados brancos (ingleses). Não sei qual foi a razão mas diz-se que esta companhia do Sr. Pereira começou a ajudar os refugiados (políticos) de Moçambique e mais tarde o governo Rodesiano decidiu dar fundos a esta companhia para refugiados em vez do próprio governo estar a fazer o trabalho. Eu penso que mesmo desde o princípio a companhia tinha feito com o governo esse acordo.

AGRESSÃO

Neste capítulo vamos discutir duas situações, interna e externa. Talvez seria conveniente que tratássemos a primeira situação como GOLPE. Para este trabalho todavia, consideramos a primeira parte como FASE I e a segunda parte FASE II.

FASE I

Depois da formação do PCN uns (5?) dias antes do 7 de Setembro Murrupa me disse que havia um senhor que queria me ver naquele dia e em casa dele. Quando chegou a hora fui. Foi-me introduzido como o Sr. Freitas. Ficamos os dois sem Murrupa. Informou que havia plano de tomar ou mudar o governo em Moçambique militarmente. A responsabilidade dele era arranjar armas e dinheiro que estava em processos. Queria saber se o PCN apoiaria o tal projecto, o que respondi afirmativamente. Ele disse não se sabia quando é que isso seria feito até que tivesse o que estava a arranjar. Foi um encontro muito breve e separamo-nos. Este senhor era um FICO e residia em Lourenço Marques.

Na véspera do 7 de Setembro houve um outro encontro em casa de Murrupa com Carvalho, a pedido dele. Este é que expandiu o programa do Freitas. Disse que quando as armas chegassem a Lourenço Marques seriam carregadas por camiões via Beira até ao Norte do país.

Tanto este como o outro não disseram onde as armas seriam compradas. Não exclui África do Sul embora não houvesse indicações nenhumas.

O Carvalho é que disse que esperava que tudo estaria pronto pelos dias 20 de Setembro, que a partir desse dia qualquer coisa poderia acontecer. Também informou que estava a trabalhar na unificação das várias unidades de portugueses-comandos e outros, que dentro de pouco tempo teriam reunião com eles e aí sairia o comando. Tendo mostrado concordância ele disse que me manteria informado do desenvolvimento. Aqui terminou o encontro e só viemos a nos encontrar na Rádio.

Neste plano contava-se que todo o trabalho seria feito pelos brancos –tropa do Exército português. O PCN não estava em condições ainda de fornecer homens para trabalho desta magnitude.

Corria boato em Moçambique (Beira) que o gabinete português estava dividido, em que o grupo de Spínola era por muitos partidos e eleições mas outro só queria um partido, tanto em Moçambique como em Angola. Dizia-se também que Spínola tinha autorizado Moçambique e Angola para tomar conta dos governos e organizar eleições e teriam todo o apoio dele pessoalmente. Por este motivo dizia-se que o Spínola estava maluco porque confrontava uma grande oposição aos seus planos.

A respeito do apoio aos grupos de Moçambique e Angola foi confirmado pelo senhor Gomes dos Santos quando ele relembrou a delegação especial de Lisboa que o Presidente tinha dito na presença deles que os ministros não estavam a executar as suas ordens como são dadas. O Gomes dos Santos citou o Presidente como tendo dito: "Estes merdas dos ministros".

7 DE SETEMBRO

Na Beira soubemos da tomada da Rádio na noite do mesmo dia 7.9.74. Ninguém no PCN sabia ainda do plano FASE I. Três pessoas que eu havia de informar, Gumane, Kambeu e Banda, não estavam na cidade quando fiquei informado. Os dois primeiros já tinham partido para a Suazilândia e o Banda estava em Nampula ainda esperado para chegar.

Não tinha passado uma semana quando falei com os senhores Freitas e Carvalho e conclui que não era o plano que tinham apresentado e além disso nenhumas das preparações previstas teriam sido feitas. Todavia fiquei esperando detalhes, que nunca chegaram.

Por volta das 11 horas do dia 8 chegou o Costa a minha casa para dizer que o senhor Haider precisava da minha pessoa, que havia uma chamada de Lourenço Marques. O Haider informou que o Hanife tinha telefonado informando que o PCN era precisado e que o avião para nos levar estava no aeroporto da Beira. Os meus camaradas sem noção do plano FASE I concordaram. Quando cheguei a casa do Haider já lá estavam todos informados e preparados. O Banda já estava na cidade e também lá em casa do Haider. Os seguintes membros do PCN partiram da Beira: Basílio Banda, Narciso Mbule, Mateus P. Gwengere, Uria Simango e Manuel Lisboa.

Da Suazilândia vieram: Paulo Gumane e Arcanjo Kambeu. A Joana Simeão também chegou na mesma noite de origem desconhecida.

Ficamos surpreendidos quando o grupo do Carvalho (Convergência) perguntou quem nos tinha chamado. O Hanife que nos podia ajudar a responder não estava presente porque era um dos activistas técnicos não sei em que cidade. Estava o Grilo na mesa e o Gomes fazia muitos movimentos. Os membros da Convergência não eram activos, Carvalho e Vasco.

A primeira reunião foi com o chefe da segurança (FARIA ?) dentro da Rádio. Tratava-se de entregar a Rádio e o Grilo que era o porta voz do grupo insistia que devia haver uma outra reunião em que a FRELIMO devia estar para que se reformule a constituição do Governo de Transição. O membro do governo disse que isso era impossível. Essa reunião não tendo resolvido o problema ficou para ser discutido mais tarde na mesma noite quando o chefe militar chegasse (Barbosa). Não tendo conseguido convencer o Grilo e outros para entregar a Rádio, Barbosa fechou a reunião prometendo que a reunião continuaria no dia seguinte de manhã com a delegação de Lisboa. Na Rádio estava toda a delegação do PCN e com Barbosa estávamos eu e Banda, e a Joana veio mais tarde sem ter sido convidada.

No dia seguinte a reunião com os enviados especiais do presidente Spínola teve lugar. O lado do PCN estavam: Uria Simango, Paulo Gumane, Basílio Banda e Kambeu. Dos nossos amigos estavam Grilo, Gomes dos Santos, Vasco e outros que não cheguei a conhecer. A delegação de Lisboa estava chefiada pelo tenente-coronel Dias. Do PCN falamos eu e Gumane. Dos amigos, Gomes dos Santos e Grilo.

É nessa reunião que Gomes dos Santos revelou o que o presidente Spínola tinha dito no encontro que tiveram em Lisboa. O tenente-coronel respondeu depois dos nossos discursos, que a sua missão era de ouvir e reportar ao presidente e, este, dentro de 24 horas depois do seu regresso, havia de responder. Falou-se duma outra reunião mais tarde, e mais tarde disseram-nos que nós, africanos, não éramos precisados, não era necessário que fossemos. Nessa reunião além de Gomes e Grilo, não sei quem mais participou, e não soubemos o que foi discutido.

Logo de manhã cedo no dia seguinte, iniciaram uma reunião na Rádio sobre a entrega a Rádio. A direcção do PCN saiu da Rádio e da cidade no dia 14 de Setembro para a Beira, Nampula e Suazilândia, composta por Kambeu, Gwengere, Narciso e Simango, Banda e Gumane e Hanife respectivamente. O resto também saiu da Rádio no mesmo dia e a Rádio ficou entregue. A minha responsabilidade reside no facto de que encabecei e dirigi o PCN para a Rádio para impedir a realização da vontade do povo Moçambicano, cuja presença e reacção resultou no massacre de muitos. Este foi um acto realmente reaccionário.

PARTICIPAÇÃO MINHA E DO PCN

A nossa ida para Lourenço Marques foi devido aos encontros que previamente tive com Freitas e Carvalho. Mostrou a falta de responsabilidade política da minha parte pessoalmente e do PCN. Se eu tivesse orientado o partido correctamente nem os da Suazilândia e a Joana teriam ido quando foram chamados. Em parte isto é devido aos partidos que formaram o PCN que trouxeram a sua falta de integridade política. A aprovação do programa do Freitas e Carvalho e a nossa ida para Lourenço Marques constituíram um grande apoio aos que massacraram muita gente. As-

sumo o erro, a falta de responsabilidade em nome pessoal e do PCN. Devia ter visto que esse plano FASE I não era para beneficiar o povo moçambicano mas os nossos colonizadores e aqueles que já vinham explorando o nosso povo.

Esta nossa participação tem várias interpretações:

a) Mostra que todos aqueles partidos que formavam o PCN e seus dirigentes eram contra a FRELIMO;

b) Mostra que aqueles partidos e o PCN eram agentes colonialistas e imperialistas;

c) Mostra que a fundo aqueles partidos não sabiam interpretar a vontade do povo, não representavam o povo que pretendiam representar, mas interesses capitalistas.

Portanto, a nossa presença na Rádio provou que agíamos, movíamos segundo a ordem dos nossos senhores.

ÁFRICA DO SUL E RODÉSIA

FASE II

Em Outubro último sai de Moçambique para Rodésia. Daí em contacto com o camarada Gumane, no Malawi fomos para a África do Sul para nos encontrarmos com os senhores Mesquitela, Carvalho e Vasco. Na primeira reunião discutiu-se a situação política e o que devíamos fazer. Decidimos convocar uma reunião militar mais tarde na África do Sul.

A reunião militar teve lugar no princípio de Novembro. Fez o seu trabalho mas até à altura da nossa saída porque as nossas Visas tinham terminado. Os militares não tinham acabado. O princípio de recrutar os soldados que fugiram de Moçambique e organizar dentro do Exercito português ficou assente. Os políticos não receberam o documento militar por não ter sido aprontado a tempo, mas estes militares deviam em princípio depois apresentar o seu trabalho a oficiais que iam chegar da cidade -um tenente-coronel vindo da Espanha e um capitão ou major chamado Cardoso, que lutou em Moçambique em favor do governo Português contra a independência de Moçambique. O coronel, segundo in-

formações vinha para coordenar acções militares em Angola e Moçambique. Eu e o camarada Gumane não chegamos de conhecer-ver, esses dois oficiais.

Os políticos nessa reunião estavam: Mesquitela, Vasco, Carvalho, Uria Simango e Gumane. Os militares eram muitos eu conheci nomes: Baptista, Gomes dos Santos e o Valdemar.

Um padre americano disse que era possível recrutar mercenários negros da América. Os militares deviam trabalhar de tal maneira para que a agressão tenha lugar em Dezembro e Janeiro passado – em suma, antes da independência de Moçambique.

Não tínhamos determinado onde havíamos de arranjar armas, dinheiro.

OS GOVERNOS DA ÁFRICA DO SUL E DA RODÉSIA

Na África do Sul, fui visitado por um senhor chamado Pretórios que tinha interesse em me conhecer. Estive com Murupa e Carvalho. Fez perguntas relacionadas com a minha vida pessoal – a maior parte do tempo. Quando lhe falamos sobre ajuda disse que o seu governo não estava em condições de ajudar. Pelo que soubemos este governo não tinha dado nenhuma ajuda aos Carvalhos. Mas nesse mesmo encontro ele disse que só podiam pagar bilhetes de viagens dentro de África.

Quando foram aproximados por Carvalho para pagarem dois bilhetes para os Estados Unidos – do padre e do Mesquitela – recusaram.

Por isso a viagem destes dois atrasou-se, e quando sai o padre estava a lutar para arranjar dinheiro dos grandes capitalistas americanos da direita.

Todavia esperava-se confrontá-los com programas específicos quando os militares acabassem o seu trabalho: armas, dinheiro, campos de treinos e outras necessidades.

GOVERNO DA RODÉSIA

Este governo em acordo com a companhia do senhor José Pereira (Import-Export) lançou nessa companhia uma soma de mais de 16 mil dólares para um fundo chamado para refugiados

políticos – utilizados sob a gerência da companhia. Este dinheiro é utilizado para pagar hotéis e outras despesas.

Num encontro que tive com um oficial do Governo disse que não ajudava o tipo de programas que tínhamos – agressão ou invasão a Moçambique. Todavia disse que só um homem no governo podia se pronunciar sobre isso: o Primeiro-Ministro. Esperávamos que quando os trabalhos militares acabassem para submetermos um documento completo, que havia de conter pedidos de armas, dinheiro, campos de treino, e outras necessidades.

PONTOS COMUNS

Estes dois governos tem três pontos comuns:

a) Não querem que os seus territórios sejam utilizados con tra qualquer país, incluindo Moçambique. Creio, é por isso que o Governo da Rodésia expulsou um chefe mercenário em Novembro que, estava a recrutar naquele país para atacar Moçambique e Angola;

b) Querem ter boas relações com a FRELIMO, talvez uma atitude falsificada;

c) Dizem: Os portugueses depois de dez anos foram derrotados, como é que vocês o podem fazer. Não estavam convencidos da nossa capacidade.

CONCLUSÃO

Em tudo o que acima relatei mostro vários aspectos da minha vida: ambição, instrumentalidade, etc.

Durante a minha vida política fui um homem muito ambicioso. Não ocupei na FRELIMO um posto inferior, mas isso nunca satisfez a minha ambição. Em cada organização em que fui membro sempre ambicionei ser o primeiro. Proposto ou não, trabalhei para atingir o máximo dessa ambição. Não importava utilizar quaisquer grupos como dos Gwengere para me fazer subir e mesmo contra princípios. Pela ambição fiquei cego e foi ele que me conduziu na FRELIMO e me fez cometer muitos erros. O meu documen-

to de 1969 "TRISTE SITUAÇÃO NA FRELIMO" foi elaborado dentro da cegueira de ambição porque queria ser presidente do partido que estive a criar. Por causa da ambição andei em todo o Mundo à procura de partidos para dirigir em posição dum presidente: COREMO, FRECOMO, P.C.N. , na África do Sul.

Era impossível ver o que estava a passar-se comigo até eu estar no abismo. Muitos estudantes se perderam e ficaram contra a FRELIMO porque tinham em mim, um homem errado. Como é que um homem podia estar correcto contra a vontade de muitos? Não joguei um papel menos importante na perdição de muitos como os Chairmen de Cabo Delgado e muita outra gente. Por isso aceito os meus erros e convido muitos que fugiram da FRELIMO pela minha causa, a voltar para a FRELIMO, porque a FRELIMO estou certo terá compaixão com eles. Quando os senhores Freitas e Carvalho se aproximaram para os apoiar no golpe que estavam a preparar a seguir a oportunidade para subir e concordei-me com eles, não sabia que aqueles senhores estavam contra e tinham medo dum governo da maioria, não queriam eles perpetuar a exploração do colonialismo, neo-colonialismo, imperialismo, não estavam eles a governar durante 500 anos em Moçambique e a recusa que a maioria se governe o que de melhor havia a fazer se a agressão tivesse tido sucesso.

Realmente fui convidado para estar com ele para ser utilizado por eles. Os capitalistas porque seu interesse era de proteger seus bens e riquezas usurpadas do povo, era isso que tinha aceite defender para satisfazer a minha ambição.

Graças a consciência do povo através do trabalho realizado pela FRELIMO, que nenhuma agressão estou convencido pode ter sucessos em Moçambique. Fui para Lourenço Marques, instalei-me na Rádio contra a FRELIMO e a vontade do povo e muita gente morreu por minha causa, tudo isso o fiz como instrumento para satisfazer a minha ambição.

O que estive a fazer com aqueles senhores em Moçambique e na África do sul, são os maiores crimes que um homem pode cometer, particularmente contra o seu povo, esses erros de alta traição e conspiração para agressão.

TRATAMENTO NA FRELIMO

Pelo caminho para cá esperava receber um tratamento conveniente dos meus actos, um tratamento péssimo que se pode dar

a um inimigo, o que pois recebi foi extraordinariamente diferente, um tratamento muitíssimo humano a partir do dia da chegada, 21 de Novembro, tendo recebido serviços maravilhosos, um dormitório amplo com janelas amplas, cama com cobertores, mesa e cadeiras, sabão para o banho, literatura, banho quente todas as manhãs, alimento-me da mesma comida que os responsáveis máximos da FRELIMO se alimentam, chá com leite e pão com manteiga, em suma, os serviços que os responsáveis têm direito, que eles têm se pode dizer isso, gozo as mesmas facilidades.

Estou junto com a minha mulher que está gozando as mesmas regalias, só lamento porque nossos filhos não estão connosco para ver este o bom da FRELIMO que eles aceitariam.

Por que a FRELIMO se comporta desta maneira?
Tenho duas respostas para esta pergunta:

a) Porque a FRELIMO assumiu a responsabilidade sobre o bem-estar do povo Moçambicano;

b) A FRELIMO quer educar e educa os errados e quer encaminhá-los pelo caminho político correcto.

O MEU PEDIDO AO POVO

Embora cheguei a esta decadência por ser cego, reconheço os caminhos que segui, reconheço os meus erros e a sua magnitude ao povo Moçambicano.

PEÇO TRÊS COISAS, EMBORA HAJA MUITO PARA PEDIR

1. QUE ME PERDOE;
2. QUE ME EDUQUE;
3. QUE A MINHA PESSOA SEJA UTILIZADA PARA EDUCAÇÃO AS GERAÇÕES FUTURAS"[514]

---

[514] In *A tribuna*, Lourenço Marques, 14 de Maio de 1975

ANEXO 2b

Comentário de Ricardo Saavedra em torno da "Confissão de Simango"

"Em coro, milhares de combatentes entoavam com o Presidente Samora um hino revolucionário que diz "somos todos da Frelimo, somos todos filhos de Moçambique, o Presidente Mondlane morreu por Moçambique, Josina morreu por Moçambique" enquanto esperavam pela entrada no recinto de mais um reaccionário, já tinham desfilado muito mais de duzentos.

Entretanto chega Uria Timóteo Simango, bem guardado por elementos das nossas Forças Populares. No rosto a apreensão, talvez medo de enfrentar cara a cara o povo. Mas como bom reaccionário e oportunista Uria Simango transforma-se ao chegar junto ao povo, do Presidente Samora, das altas entidades tanzanianas e dos jornalistas que se encontram no local. Sorri afável e untuoso; dirige-se a um jornalista britânico presente e cumprimenta-o com entusiasmo. Entretanto um silêncio pesado substitui o coro popular, logo seguido por uma onda de murmúrio e agitação. Subitamente, milhares de vozes começaram a entoar uma outra canção: "Simango tu vendeste o povo, Simango tu és traidor". Simango sorri embaraçado, o medo trai-o e canta com o povo a canção em que o povo o acusa. Depois, gaguejando, inicia a sua confissão pública, história de ambição, vocação exploradora, racismo e tribalismo, terminando por pedir ao povo que o perdoe, o educasse e o utilizasse para educação das gerações futuras". (in **A TRIBUNA. Lourenço Marques 14.5.75**)

"Este impressionante "nariz de cera" veio publicado na primeira página de "A Tribuna", de Lourenço Marques, a 14 de

Maio de 1975, dia em que o antigo vespertino voltou a sair como semanário. Este texto vinha acompanhando a foto do pastor protestante, envolto por militares armados da FRELIMO. Dentro, a partir da página 11, viam-se diversas fotografias, não só de Simango como de outros prisioneiros, no campo de Nachingweia, na Tanzania, podendo ler-se um ataque cerrado ao antigo vice-presidente e presidente em exercício da FRELIMO, bem como cinco páginas da sua dolorosa "confissão".

Simango termina aquelas "malditas" palavras considerando-se réu de alta traição e implorando perdão. Mas todo o seu discurso é repassado de angústia, de afirmações desconexas, apresentando alguns elementos sem dúvida verídicos, que todavia não coadunam com a posterior actividade desenvolvida. Uria menciona nomes, mas esconde ou olvida outros de principal importância. Porquê? Porque desejou olvidá-los, ou porque não foi ele quem escreveu a "confissão"? As suas palavras, a certo passo, perdem-se no espaço e no tempo. Simango não diz, por exemplo, como e onde os seus carrascos o capturaram, como de um país estrangeiro o levaram para o campo de concentração de Nachingweia...

O leitor atento dessa "confissão", mesmo que jamais haja conhecido o reverendo Uria Simango, não ficará indiferente ao imaginar o terrível processo escolhido para que um homem, com formação superior (cultural e religiosa), haja descido tão baixo, a ponto de se autodestruir naquele estranho suicídio, pública e lentamente. Só os requintados métodos chineses de destruição da vontade e lavagem cerebral poderiam transformar esse negro superior num escravo abúlico e num ser abjecto.

Sobre a complacência do vendido exército português, Samora Machel e os seus capangas da FRELIMO eliminaram dessa forma não só o principal opositor, como toda a plêiade de homens que não se haviam vendido às teorias de Moscovo ou Pequim, sonhando verdadeiramente com a independência e felicidade do povo digno a que pertenciam, e pelo qual haviam igualmente lutado contra o colonialismo português"[515].

[515] SAAVEDRA, Ricardo, pp. LXVI, LXVII

Índice Onomástico

A

ABRAHAM, 9
ABRÃO, Lino, 163, 196
AF, 333
AG, 149
AGOSTINHO, Santo, 151
ALAHAMISSE, Romão, 228
ALIPONA, Mateus Mpuda, 228
ALMEIDA, António, 240
ALVES, Vítor, 294
AM, 185, 190
AMARGO, Roberto de, 72
AMENÃO, João, 228
ANDRADE, João Abílio, 255
ANDRADE, José Júlio de, 348
ANDRADE, Mário de, 223
ANTUNES, Melo, 277-278, 280 -281, 287, 291-294, 296-297, 299
ANTUNES, José F. 126,140-143 255, 268, 270
AQUINO, Pedro, 40
ARISTÓTELES, 144, 151
AROUCA, Domingos, 151
ARRANCATUDO, Luís, 190
ARRIAGA, Kaúlza de, 268, 269
AS, 120, 133, 151, 156, 160, 168 173, 178, 198, 233
ASSICALA, Abel, 31, 348-349
ASSUMANE, Rádio, 228
ATUPALE, Daude, 92

B

BAHULE, Absalam, 18
BALTAZAR, Rui, 288, 290
BANDA, Basílio F., 206, 299, 344
BANDA, Kamuzu, 149, 327, 329, 341,
BARDEN, A. K. 117
BARIDI, Lassau, 122
BASTOS, Dr., 79
BATISTA, Héliodoro, 33
BERNARDO, Príncipe, 271
BERTULLI, Cesare, 68-69
BESANCON, Alain, 23
BICÁ, Júlio, 125
BILA, Fernando Temóteo, 255
BOBO, Alberto, 66
BONAPARTE, Napoleão, 279
BOWELERS, Chester, 99
BRAGANCA, Aquino de, 103, 244, 248-250, 251, 279, 281, 285, 292

BRUNO, Almeida, 274
BUCUANE, Aurélio, J., 70
BUKHARIM, 27
BYRNE, Thomas R., 96, 98, 114-116, 132

C

C. Zeca, 39-40, 43, 45, 52, 54
CABACO, José Luís, 288
CABRAL, Amílcar, 101, 104, 106
CABRAL, Luís, 141
CABRAL, Pina, 256
CABRITA, João, 12, 39, 87, 98-100, 240, 318
240, 314, 338
CAETANO, Marcelo, 256, 267, 268, 271, 273-275, 279, 283, 293,
CAHEN, Michel, 12
CAMANDO, Alí Selu, 122
CANÍSIO, Pedro, 34, 36
CAPSTICK, Fiona, 342
CARDOSO, A., 103-104
CARDOSO, António Maria, 273
CARDOSO, Óscar, 273-274
CARLOS, Adelino Palma, 282
CARREIRA, Iko, 296
CARVALHO, Augusto de, 281, 292
CARVALHO, Otelo Saraiva de, 275, 278-280, 291, 294, 297
CASSIMO, Alberto, 147
CASTRO, Fidel, 298
CATTEO, Rev. Luís, 63
CB, 180
CF, 41
CHANGONGA, José, 91-92, 96-97, 113, 154
CHAPEU, Jorge, 228
CHATAMA, Daniel, 189, 190, 206
CHIGOGORO, António, 77
CHILDENDE, Mateus, 232
CHIMBAVE, Amós, 75
CHIPANDE, Alberto, 197, 240
CHIPEMBERE, Henry, 81, 327
CHISSANO, Joaquim, 28-29, 31, 93, 105, 135, 137, 141, 147-148, 163, 165, 176, 189, 191, 194, 201, 211, 215, 219, 225, 231, 236, 239, 256, 259, 299, 364-365
CHITUNGUMANE, Stefano, 67
CHIUME, Kanyana, 81
CL, 316
CLAUSEWITZ, 314
CLERK André de, 64
CM, 313
CMM, 342-345
COLOMA, Eduardo, 141, 183
COSSA, Maguiguane, 256
COSTA, Almeida, 281
COSTA, Pereira da, 274
COSTA, João Rajabo, 147
COSTA, Jorge, 346, 348
COUTO, Mia, 289
CRAVEIRINHA, João, 92, 255
CRAVEIRINHA, José, 288
CRESPO, Víctor, 290, 298, 299, 315
CRISTINA, Orlando, 140-141, 317
CRUZ, Viriato da, 101, 223, 285

CUFA, Francisco, 171-172
CUNDANE, Francisco, 50
CUNHAL, Álvaro, 281-282, 294

D

DAVIDSON, Basil, 65, 111, 248, 251
DD, 346
DELGADO, Humberto, 267-268, 273, 290
DEWAS, Carlos, 122
DEWASE, F., 113
DHLAKAMA, Afonso, 26, 151
DHLAKAMA, Samuel, 63, 158, 240, 263
DIANKALE, Samuli, 92
DIAS, Máximo, 121, 151
DICKI, John, 81
DIMAKA, José, 228
DJILAS, Milovam, 352
DODGE, bispo Ralph, 77, 79-81, 132
DOMOGATSKY, Mikhail, 220
DONILE, 206
DS, 131, 227
DUARTE, António, 276-277

E

EISENHOWER, Dwight, 108
ELIAS, Augusto, 12
ESTEVES, Carlos, 291, 349

F

FATTON, Rev. Paulo, 63
FC, 199, 255
FD, 138
FEITOTUDO, Mabuko, 330
FERNANDES, Almeida, 268
FERNANDES, Augusta, 189
FERNANDES, Inspector, 77-81
FERNABDES, Mariz, 277
FERRÃO, 147
FERRAZ, Bernardo, 147
FM, 230, 338
FOMBE, B., 26
FOUCOULT, Michel, 365
FOYA, Filipe, 72
FREITAS, Ivens Ferraz de, 65, 67

G

GADAGA, Evaristo, 90
GALILEU, Galiei, 19
GAMITO, Hermenegildo, 349
GANHÃO, Fernando, 30-31, 144, 146, 182, 213, 250-251
GARAWANHI, Simango, 55
GASTER, Polly, 111
GEORGE, 77
GHANDI, Mahatma, 331, 366
GOMES, Adelino, 40
GOMES, Costa, 276, 279, 287-288, 290, 298-299, 315
GONCALVES, Vasco, 282
GONDJOI, Simango, 55
GRUVETA, Bonifácio, 255, 258 335
GUDWANA, Joel, 125
GUEBUZA, Armando, 137, 148, 165, 183, 194, 318, 364-365
GUEVARA, Che, 159, 211
GUMANE, Paulo, 18-19, 39, 90, 95, 112, 115-116, 120-121 127, 134, 304, 330, 347-349

GUMANE, Percilda, 113
GUMBAZA, Augusto, 57-58
GUNDANA, Carlos, 76-77
GUNDANA, Feliciano, 127, 148, 156, 161
GWAMBE, Adelino, 18-19, 39, 64, 74, 85-87, 88-90, 92-99, 101-106, 114-118, 120, 123, 184, 246
GWEDE, Focus, 341
GWENGERE, padre Mateus, 18-19, 141, 179, 182-183, 187-189 203, 205-207, 210, 216, 239, 252, 308, 312, 316, 323-329-330, 343-345, 347

H

HAIDER, Ahmed, 324-325
HAIDER, Ricardo, 345
HAMILTON, Dion, 317
HAMISSE, Alí, 122
HERSKOVITS, Melville, 142
HOBBES, Thomas, 144, 352
HONDO, Abid, Med, 33
HONWANA, João, 330
HONWANA, Judas, 138, 212, 253-254, 330, 336, 338

I

IUSSUFO, Ibrahimo, 123

J

JACARA, 77
JACKSON, Colin, 111
JARDIM, Canisha, 317
JARDIM, Carmo, 317
JARDIM Jorge, 141, 221-222, 304
JASPER, Karl, 368, 369
JAUANA, Rogério, 288
JC, 335-337
JEANSON, Francis, 368-369
JG, 161-162, 195
JM, 346
JOHNSON, Lindon, 107-108
JONASSE, Hélio, 196
JORGE, Fernando, 288
JUILLERAT, Rev., 62

K

KACHIPUTO, António Bucha 147, 149-150
KADAWELL, Will, 195, 255
KALTENRIEDER, Henry, 73
KAMBAZA, A., 77-78, 81-82
KAMBEU, Faustino, 18, 39, 147
KAMENEV, 27
KAMBONA, Óscar, 122-123
KANKHOMBA, Paulo, 196, 205, 207-209
KASSONGO, Nasson, 35
KATSANDE, Matias, 72
KAUNDA, kenneth, 126, 304 330, 357
KAUNJA, Zacarias, 228
KAWAWA, 235
KAWAWA, Rashidi, 204
KENNEDY, John F., 100, 107-110
KENNEDY, Robert, 138-139
KENYATA, Jomo, 329

KHAMBA, Jaime, 72, 95
KILBRACKEN, Lord, 111
KING, Betty, 138, 214-215
KING, Martin Luther, 366
KISSINGER, Henry, 271
KI-ZERBO, Joseph, 342
KLINT, Carlos, 147
KOINANGE, Peter, 87
KOLESMICHENKO, Tomás, 220
KRUTCHEV, Nikita, 223
KUNDEKA, Simon, 228

L

LAI, Chu En, 223
LANE, Sílvia, 85
LARA, Lúcio, 101, 284-285
LAURENT, Frederic, 140-142, 217
LAURENT, Jean-Marie, 141
LEITE, Pereira, 288
LENINE, Vladimir, 26, 223, 278,
LEROY, Robert, 141-142, 217-
LILANDOMA, Justo, 228
LIMA, coronel Dias de, 310
LIMA, Manuel, 223
LINDER, Ernest, 60
LINGWA, Sileu, 228
LOBO, Carlos, 147
LOPO, Castro, 348
LOSÉ, Pierre, 60
LOURENCO, Vasco, 294

M

MABOTE, Sebastião, 148, 172, 195-196
MABUNDA, David, 98-99, 112, 115-127, 134
MACHADO, Manuel, Sá, 294
MACHADO, Vítor, Sá, 294
MACHAQUE, Solomoni, 263
MACHAVA, Jaime P. 92, 256
MACHAVA, Manuel, 77, 82
MACHAVA, Zebedias, 28-29
MACHEL, Samora, 20, 22, 28 31, 41, 69, 135, 137, 141, 143 148-149, 152, 155, 158-163, 169-170, 175-176, 188, 190-191, 194, 196, 201, 205, 210, 219, 222, 225, 228-229, 235-237, 239-241, 244, 248, 250, 253, 255, 258-259, 286, 288, 290, 294, 298, 312-312, 327-328, 331, 333-335, 338, 340
MACHUNGO, Mário da G., 288
MAcNANARA, Robert, 271
MACOMBA, Simango, 55
MADALENA, 9
MADEFU, José, 228
MADIVADJE, Sixpence, 67
MADJIVANGUIRE, J., 325
MAGAIA, Albino, 311
MAGAIA, Filipe Samuel, 32, 73, 75-76, 113, 125, 127, 133,148, 152, 155-164, 170-172, 180-181
MAGNO, Alexandre, 256
MAGOMBE, George, 110, 206
MAHOMED, Amari, 122
MAIA, Nelson de, 159-161, 196, 225, 230-231, 264
MAKABA, Simione Alí, 122-123

MAKAMBI, Pedro, 228
MAKULUBE, António Calisto, 298
MAKUOA, Kiassi, 228
MALAQUIA, John, 78
MALAYA, Remígio, 228
MALHAYEYE, Calvino, 92-94, 97-99, 115, 117
MALHUZA, Fanuel G., 89-90, 92-94, 97, 99, 101, 103-104 115, 117, 124, 126
MAMADHUSSEN, Muradali, 33
MANAVE, Aurélio Benete, 25, 27-28, 37, 137, 148, 190
MANDA, Amisse, 123
MANDE, Agostinho, 228
MANGHEZI, Nadja, 176, 182, 191
MANHIQUE, Emílio, 32, 93
MANJENA, Manuel, 75
MAPFAVISSE, Manuel, 42, 45-49, 52-54
MAPOSSA, Ricardo, 302
MAQUIAVEL, 144, 150
MARIME, Benedito, 12
MARQUES, Silvério, 290
MARQUESA, António Emílio,18, 299
MARTELO, David, 270, 272, 277
MARTI, José, 368
MARTINS, Hélder, 91, 121, 135-137, 145, 146, 151, 154, 160, 182, 186-188, 213, 250
MARX, Karl, 144
MASSINGA, José, 133, 264
MASSINGANINGO, Samenti, 228
MASSONJO, 228
MATACURE, Paulino, 66
MATCHUNGAMIDJE, Roda, 9
MATETE, L., 77-78, 81-82
MATIAS, Nguru, 228
MATITI, John, 123
MATOLA, J.H.K., 204
MATOLA, Lourenço, 135, 148, 159-162, 181
MATSANGAICA, André, 26
MATSINHE, Mariano, 31, 171 198, 230-231, 264
MATUNGA, Paulo, 228
MAUENDA, João, 113
MAURÍCIO, Z.,178, 200, 202 209-212, 235, 238, 258-259
MAZORODZE, Manuel, 261-262
MAZOROZE, Filipe, 72, 228
MAZWIANA, Amélia, 51
MBATEIA, Eduardo, 240
MBAUA, Agostinho, 163
MBELA, Filipe, 228
MBOA, Matias, 250
MBULE, Nasser Narciso, 18, 138, 349
MBUNDE, Lucas, 113
MELO, Soares de, 288
MELLO, Manuel José H., 267, 272
MENDES, Fernando M., 270
MENESES, Hugo de, 101
MIGUEÍS, Matias, 223
MIGUEL, António, 34, 36
MILAS, Leo, 113, 124-129, 178-179, 215
MILATO, José Marcos, 147
MILLINGA, Mallinga, 98,113

MIRASSE, padre Estevão, 26
MITEMA, Amaro O., 228
MITUDO, Manemo, 228
MM, 162, 182-185
MMOLE, Mathew, 92, 98, 113
MOCUMBI, Pascoal, 44, 93, 147-149,
MOIANE, Dinis, 148, 163
MOIANE, Gabriel, 72-73
MOIANE, José, 148
MOISÉS, Francisco Nota, 12, 140, 176, 189, 207, 343-344
MOMBOLA, Afonso Henriques, 34, 37-38, 40, 45-48, 52-54
MOMBOYA, Vasco Campira, 158
MONDLANE, Cândido, 198
MONDLANE, Eduardo, 6, 20-22, 61, 69, 91, 93-104, 106-129, 131-136, 138-144, 146-147, 149, 151-153, 155-157, 160-161, 165-166, 168-169, 173-174, 178, 182-185, 189, 191,194, 196-198, 200-202, 202-220, 222, 224-226, 230-232, 235-237, 247, 250-252, 259-262, 264, 299, 329, 334, 350, 352, 361
MONDLANE, Janet, 116, 144, 176, 178-179, 182, 191
MONDLANE, Pedro M. 18, 299, 321
MONIZ, Botelho, 268-269, 273
MONTEIRO, Casimiro, 218
MONTEIRO, Óscar, 28, 250, 292, 348
MOREIRA, Adriano, 63, 191, 266, 273
MOURA, Pereira de, 281
MR, 287
MS, 332
MSADALA, Jaime, 113
MUCACHO, Raul Domingos, 64-65
MUCHANGA, Dr. A., 12
MUCHANGA, João, 226, 339-340
MUCHANGA, Jossefate, 167, 170, 241, 257
MUCHANGA, Marta Obedias, 254-255, 324-325
MUCHANGA, Obedias, 323
MUDEKO, Albano, 67
MUEDJI, 77, 79
MUIANGA, Benedito Tomás, 157-158, 214, 337
MULIECA, Henrique B. 147
MULUZI, Bakili, 341
MUNGANKA, Fernando, 120, 155-156, 233, 263, 331
MUNGUAMBE, João, 113, 119, 123, 125-126, 128, 134
MURUPA, Miguel, 69, 76, 135-138, 147, 150, 171, 211, 240, 255,
MUTACA, Lourenço, 113, 147 149, 253-254
MUTANDUA, Peter, 78, 80
MUTHAMANGUE, Joquim, 34

MUTHEMBA, Abner , 289
MUTHEMBA, Josina A. , 148
MUTHEMBA, Mateus S. , 135-137, 148, 165, 288
MUTHINHANHE, Simango, 55
MUTHISSE, Dr. G. , 10
MUTUSSO, A., 169-170, 201
MUZILIKAZI, 152

N

NALYAMBIPANO, Salésio, 31, 349
NAMASHULUA, Marcos, 165
NAMIVA, Verónica, 39, 332
NANCHETU, Cosme, 228
NANCHUNYO, Damião, 228
NANKODYA, Daima, 228
NAPULUA, Januário, 255
NAPULULA, Justino, 36
NCHEKECHA, João Saidi, 122-
NCOMO, Castigo Lucas, 9, 11, 76-77, 284
NDEIO, Francisco, 34-36
NDIMENI, Elí, 240
NENDA, Mahomed, 228
NETO, Agostinho, 101, 104, 106, 223,
NGALEZA, Augusto, 228
NGOENHA, Malangatana, 288
NGOENHA, Manuel, 255-256
NGOENHA, Severino, 18
NGUNGUNHANE, 58, 152, 256 328
NGWENHA, Rev. Arão Z. M,61-62, 64, 66-70, 73
NGWENHA, Rev. Aquilas, 59
NHADIVI, Simango, 55
NHAMBIRE, Jacob J., 127, 161
NHAMBIU, Dr. João, 150
NHAMPULO, Dr. T., 12
NHAMUCUMA, Simango, 55
NHANCALE, Dr. ,150
NHANCULA, Pita Filipe, 43
NHANKALE, Rev. Filimão, 64
NHAUNGA, Joaquim, 255
NHERE, A., 168
NHUMBA, Manuel Manjena, 67
NILIA, Júlio Razão de, 19, 39, 147, 158, 346, 349
NITUKU, Augusto, 228
NIXON, Richard, 109
NJANGE, Luís, 164
NKAVANDAME, Lázaro, 18, 141, 158, 165-166, 173, 179, 196-198, 200, 203-210, 213, 216-218, 228, 238, 247, 252 316, 347, 349
NKOMO, Joshua, 72, 78-80
NKOMO, Percilda, 76
NKOMO, Rev. G. Tapera, 59
NKOMO, Rev. Lino, 59, 60, 69
NKOMO Rosalina Lithuli, 59
NKOSSI, Simão, 228
NKRUMAH, Kwame, 87, 104, 106, 246
NQUMAIO, Albert M. 326,329, 341
NTUKU, Augusto, 163
NTUNDUMULA, Job, 91
NUMAIO, Eugênio, 256
NUNES, 206
NUNES, António de F. , 123, 127
NUNGU, Silvério Rafael, 60, 73,

75-76, 113, 119, 121, 123, 148, 155-156, 171, 178, 215, 218, 225-235, 239-240, 254, 263
NYANDERE, Ndakwikwa, 66
NYANGA, Chai, 228
NYERERE, Julius, 86-87, 106, 110,121,157,200,204, 237, 246, 248,257,261, 304,331, 343-344
NYOKA, Sunika, 228

O

OJUKWO, coronel, 110, 257
OLIVEIRA, Barradas de, 271
OPENHEIMER, Henry, 271

P

PACHINUAPA, Raimundo, 171, 196-197
PALANGE, António, 147, 149-150, 152
PARSONS, Rev. Clifford, 111
PAULINO, Chadreque, 189
PC, 149
PEDRO, Lúcio Faustino, 186
PEREIRA, Manuel, 34, 36-38, 42
PEREIRA, Carlos Raposo, 288
PÉRICLES, 17, 25
PIRES, Abílio, 273-274
PIRES, Adelino Serras, 342
PIRES, João Nicolau, 147
PLATÃO, 144
PLEKHANOV, Georgy, 214, 219
POT, Pol, 23

Q

QUINTINHA, Santana, 83

R

RAFAEL, Marcelina, 189
RAKU, Alain, 81
RARIG, F. J., 142-143
RASHIDI, Adianane, 228
REBELO, Jorge, 141, 165, 193-194, 250
REBELO, Sá Viana, 276-277
RESENDE, D. Sebastião Soares de, 69
RIBEIRO, Ana, 9
RIBEIRO, Joaquim, 9
RIBEIRO, Judite, 9
RIBEIRO, Maria Flora, 9, 34, 39
RIBEIRO, Raul Casal, 18, 32, 44 158, 163, 199, 210, 240
RIPUA, Wehia, 216
ROBERTO Holdem, 139
ROCKFELLER, David, 271
ROCKFELLER, Lawrence, 271
RODRIGUEZ, C. R., 223
RR, 41
RS, 164, 240
RUGAMBWA, Cardeal, 207

S

SAAVEDRA, Ricardo, 8
SADAKA, P., 72
SAIDI, John, 317
SAIDI, Shariki, 228
SAIDI, Vicente, 232
SALAZAR, António Oliveira, 65, 69, 245, 256, 268, 272, 283
SAMPAIO, padre J. Teles, 270

SANTAYANA, George, 22
SANTICA, Ernesto, 228
SANTOS, A. Almeida, 288-289, 291-292
SANTOS, B. Oliveira, 269, 273-274
SANTOS, M. Gomes dos, 271, 310
SANTOS, Manuel dos, 195
SANTOS, Marcelino dos, 20-21, 31-32, 85-87, 91-92, 101-103, 105-107, 112-113, 119-120, 125, 141-142, 144, 149, 168, 176, 185, 193-194, 200, 211-212, 215-216, 219-222, 224-225, 235-237, 240-241, 244, 248, 250, 253, 255, 258, 284-285, 289, 298, 301,331
SANTOS, Afonso dos, 288
SANTOS, Pamela dos, 215
SAWAYA, Geoffrey, 218
SCHACHTER, 131
SCHALLER, Rev. , 63
SCHELESINGER, Arthur, 138-139
SD, 166
SERAFIM, João, 276
SERRA, Casimiro, 12
SERROTE, Fernando, 228
SHAKA, 152
SHULTZ, Willis, 343-344
SIBANDA, George, 78, 80
SIGAUKE, Jaime Rivaz, 103, 148, 151-152, 158-180, 211
SIJOMA, Lawi, 204
SIMANGO, Alfredo A. 148
SIMANGO, Brito, 75
SIMANGO, Celina, 19, 32-34, 37, 42-43, 55, 72, 254-255, 258, 320, 328, 332-334, 342, 361
SIMANGO, Chicugo, 56, 58
SIMANGO, Chiruka, 56-57
SIMANGO, Colombus Kamba, 58, 60-61, 64, 72
SIMANGO, Daniel, 75
SIMANGO, Deviz, 9, 13, 42-43, 320, 329
SIMANGO, Elijah, 50, 55, 57, 319, 320, 341
SIMANGO, Fenias, 241, 263
SIMANGO, Gunia, 57
SIMANGO, Johane Mutandua, 71-72, 74, 81, 86
SIMANGO, José, 149
SIMANGO , Kudjizwa, 57
SIMANGO, Lutero, 9, 42-44, 49-50, 76, 94, 160, 215, 257 329, 341, 356
SIMANGO, Mahocha, 56
SIMANGO, Manama, 56-57
SIMANGO, Maúca, 9, 42-43, 329
SIMANGO, Mbepo, 57-58
SIMANGO, Mosse, 55, 57
SIMANGO, Pedro F. , 137
SIMANGO, Pedro, 72, 94, 96
SIMANGO, Raimundo, 214-215
SIMANGO, Rev. Uria Timóteo, 1, 3-4, 6, 8-9, 11-14, 18-20, 22-28, 30, 32-33, 36-39, 41-42, 48-50, 54-79, 83, 85-90, 92-100, 112-113, 115-116, 120-124, 126, 131-134, 137, 142, 144-147, 149, 154-158

160, 162, 164-169, 171-172, 175-177, 179-180, 183-185, 187-188, 190-191, 194-205, 208, 210-222, 224-232, 235-254, 256-265, 284-286, 298-306, 308, 310-315, 318, 320, 323, 325-337, 339, 341-344, 347-360, 362-363, 365
SIMANGO, Samuel Brito, 96, 324, 326, 337
SIMANGO, Rev. Samuel Ernesto, 72
SIMANGO, Selinah (neta), 9
SIMANGO, Sixpence, 60
SIMANGO, Timóteo Chimbirombiro, 42, 55, 57-58, 66
SIMANGO, Uria (neto), 9
SIMBINE, Gabriel, 240
SIMEÃO, Joana, 18, 26, 33, 37, 39, 45-48, 54, 298-299, 302, 304, 308, 312, 316, 321, 343-344
SITHOLE, Alberto, 63, 135, 144, 147, 171, 260-261, 264, 253
SOARES, Mário, 282, 287, 291-298, 319
SOARES, Pinto, 280
SOCHANGANE, 152, 256
SÓCRATES, 38
SOUSA, Baltazar Rebelo de, 267, 270, 273
SOUSA, José de, 206
SOUSA, Noémia de, 101
SPÍNOLA, António de, 267, 271-276, 278-280, 282, 285, 288, 290, 292-294, 296-297, 314
SS, 116
SUEIA, Inácio, 362
SULIKI, 228
SUMA, Guilherme, 228
SUMANE, Amós, 142, 217
SUMBANE, Francisco, 135-137 148, 154
SUNG, Kim Il, 232
SUTTON, Nina, 140, 142, 217
SWAI, Nsilo, 176

T

TAI, Benedito Hama, 359
TANGANE, Lúcia, 32-34, 37, 42-43, 55, 338
TAZAMA, Osvaldo, 196
TEMBE, 235
TEMBE, Isaías, 362
THAWÈ, Barnabé, 163
TIVANE, Gabriel Castigo, 65-66
TIVANE, Lúcio Penda, 12, 35
TIVANE, Mandivinda P. , 55, 57
TOBIAS, Simão, 155
TOMÁS, al. Américo, 268, 273
TOMÉ, Manuel, 361
TOTOHATE, Artur, 13
TROTSKI, 27
TSU, Sun, 336
TUNG, Mao Tsé, 212, 224
TWIZWANE, Massengo, 228

U

UNGAR, Sanford, 139
UNHAI, João, 18, 39, 147, 183, 298, 321

V

VADYOKOWEKA, Gaspar, 228
VALENTIM, 331
VAZ, António, 140-141
VB, 213, 263
VD, 179
VELOSO, Jacinto, 182, 213
VIANA, Luís Miguel, 256
VIEGAS, A., 48-49
VIEIRA, Sérgio, 37-38, 146, 199 250-251, 281, 291-292, 337, 348
VILANAMUALI, Rui, 163
VILANCULOS, José, 19, 298, 311-312, 317, 352
VINGAMBUNDE, Gaspar, 206, 228
VN, 143, 152, 175

W

WADJA, Simango, 55
WALLERSTEIN, Immanuel, 103
WIGTH JR. William L., 100
WINA, Sikota, 126
WV, 301

X

X. Malcon, 362
XAVIER, Matias, 343, 344
XINANA, Maduna, 125, 128, 250

Z

ZACARIAS, 77
ZENGAZENGA, António Disse, 121-122, 147, 149
ZINOVIEV, 27
ZITHA, José Eugênio, 334
ZN, 339
ZUCA, Francisco Timóteo, 136-137

FONTES CONSULTADAS

Entre nomes verdadeiros e pseudónimos: pessoas entrevistasdas pelo autor:

A. Mutusso	Maputo, 13 de Março de 1998, entrevista com o autor.
A. Nhere	Maputo, 15 de Janeiro de 2000, entrevista com o autor.
A. Viegas	Maputo, 10 de Julho de 1997, entrevista com o autor.
Alberto Bobo	Maputo, 7 de Março de 1996, entrevista com o autor.
Alberto Sithole	Maputo, 23 de Dezembro de 1998, entrevista com autor.
Augusto J. Gumbaza	Maputo, 13 de Dezembro de 1998, entrevista com o autor.
Aurélio Manave	Maputo, 22 de Outubro de 2001, entrevista com o autor.
Carmo Jardim	Maputo, 27 de Abril de 1999, entrevista com o autor.
Castigo L. Ncomo	Beira, 20 de Novembro de 1998, entrevista com o autor.
Dr. António Palange	Boane, 23 de Setembro de 2001, entrevista com o autor.
Elijah Simango	Maputo, 2 de Setembro de 2001, entrevista com o autor.
Eliodoro Baptista	Conversa telefonica com o autor, 15 de Março de 1997.
Fanuel G.Malhuza	Maputo, 12 de Abril de 2000, entrevista com o autor.
Feliciano Gundana	Maputo, 19 de Dezembro de 2002, entrevista com o autor.
Fernando Ganhão	Maputo, 22 de Julho de 2001, entrevista com o autor.

Francisco Cufa Maputo, 15 de Novembro de 2001, entrevista com o autor.

João F. Simango Maputo, 10 de Novembro de 2000, entrevista com o autor.

João Muchanga Maputo, 12 de Julho de 1997, entrevista com o autor.

Job Ntundumula Beira, 6 de Junho de 2000, entrevista com o autor.

Johane M. Simango Dondo, 6 de Abril de 1998, entrevista com o autor.

José Massinga Maputo, 5 de Fevereiro de 1999, entrevista com o autor.

José Vilanculos Maputo, 15 de Março de 1997, entrevista com o autor.

Jossefate Muchanga Maputo, 15 de Março de 1999, entrevista com o autor.

Judas Honwana Maputo, 23 de Setembro de 1998, entrevista com o autor.

Justino Napulula Beira, 9 de Junho de 2000, entrevista com o autor.

Lúcio Tivane Beira, 13 de Janeiro de 2003, entrevista com o autor.

Lutero Simango Maputo, 14 de Dezembro de 2001, entrevista com o autor.

Manuel Machava Maputo, 15 de Abril de de 1998, entrevista com o autor.

Manuel Mazorodze Maputo, 16 de Março de 1999, entrevista com o autor

Manuel Pereira Maputo, 28 de Abril de 1999, entrevista com o autor.

Maria F. C. Ribeiro Maputo, 10 de Janeiro de 1999, entrevista com o autor.

Mariano Matsinhe Maputo, 9 de Novembro de 2001, entrevista com o autor.

Marta O. Muchanga Maputo, 20 de Janeiro de 1999, entrevista com o autor.

Nasson Kassongo Maputo, 17 de Março de 1999, entrevista com o autor.

Nelson de Maia	Maputo, 20 de Outubro de 2001, entrevista com o autor.
Oscar Monteiro	Maputo, 12 de Novembro de 2001, entrevista c/o autor.
Pedro Simango	Beira, 10 de Dezembro de 2000, entrevista com o autor.
Percida Nkomo	Maputo, 17 de Maio de 1992, entrevista com o autor.
Polly Gaster	Maputo, 29 de Outubro de 2003, entrevista com o autor.
Raimundo Simango	Maputo, 7 de Julho de 2000, entrevista com o autor.
Rev. Arão Ngwenha	Maputo, 8 de Março de 1999, entrevista com o autor.
Rev. Lino Nkomo	Maputo, 7 de Julho de 2000, entrevista com o autor.
Ricardo Haider	Maputo, 16 de Março de 2002, entrevista com autor.
Samuel B. Simango	Maputo, 15 de Fevereiro de 1995, entrevista com o autor.
Wehia Ripua	Maputo, 15 de Abril de 1998, entrevista com o autor.
Z. Maurício	Maputo, 6 de Junho de 2000, entrevista com o autor.
Zeca C.	Maputo, 15 de Abril de 1996, entrevista com o autor.

Pessoas entrevistadas pelo autor e identificadas por duas letras maiuscúlas:

A.M.	Maputo, 6 de Abril de 2000, entrevista com o autor.
AF	Maputo, 13 de Outubro de 2000, entrevista com o autor.
AM	Maputo, 15 de Março de 1999, entrevista com o autor.
AS	Maputo, Março de 1987 à Dez.2002, diversas entrevistas.

CB Maputo, 15 de Setembro de 2001, entrevista com o autor.

CF Maputo, 13 de Outubro de 2003, entrevista com o autor.

CM Maputo, 15 de Janeiro de 2000, entrevista com o autor.

DS Maputo, 5 de Janeiro de 1999, entrevista com o autor.

DS Diário de anotações, Abril de 1969.

FC Maputo, 15 de Junho de 1998, entrevista com o autor.

FC Maputo, 18 de Março de 2000, entrevista com o autor.

FD Maputo, 15 de Novembro de 2001, entrevista com o autor.

FM Carta para o autor, 21 de Julho de 2002.

JC Maputo, 1 de Fevereiro de 1999, entrevista com o autor.

JG Maputo, 17 de Setembro de 2000, entrevista com o autor.

MM Maputo, 17 de Junho de 1999, entrevista com o autor.

MR Maputo, 6 de Abril de 1999, entrevista com o autor.

MS Maputo, 17 de Dezembro de 1999, entrevista c/ o autor.

PC Maputo, 7 de Abril de 1998, entrevista com o autor.

RR Maputo, 10 de Outubro de 2003, entrevista com o autor.

RS Maputo, 5 de Janeiro de 1999, entrevista com o autor.

SD Maputo, 7 de Março de 1987, entrevista com o autor.

SS Maputo, 11 de Maio de 1997, entrevista com o autor.

VB	Beira, 20 de Dezembro de 2000, entrevista com o autor.
VD	Maputo, 15 de Setembro de 2001, entrevista com o autor.
VN	Maputo, 15 de Agosto de 1998, entrevista com o autor.
VN	Maputo, 6 de Julho de 1999, entrevista com o autor.
ZN	Maputo, 18 de Novembro de 2003, entrevista com o autor

Outras fontes:

A. Tribuna, Lourenço Marques, 14 de Maio de 1975

ADAMODJY, Bahassan, *Milandos de um Sonho*, QUETZAL EDITO RES, Lisboa, 2001

African Communist n°32, UEM-CEA, Caixa 23, Cota 23/Z

AHM- Boletim do AHM, *Cidade da Beira.* Especial n° 6, Outubro. Maputo, 1989

Anónimo, *Letter From a Comrade about Kavandame, Simango* – CEA n° 967.9, pasta 23/C.

António D. Zengazenga, In *Memórias de um rebelde.* Obra não publiblicada

ANTUNES, José F.,*Jorge Jardim Agente Secreto*, Venda Nova: Bertrand Editora, 1996.

ANTUNES, José F., *A Guerra de África* (1961-1974), Edições Círculo de Leitores, Lisboa, 1995.

Avante! n° 1340, 5 de Agosto de 1999.

Benedito T. Muianga, In Jornal SAVANA, Maputo, 6.10.95

Benedito T. Muianga, In jornal SAVANA, Maputo, 16. 2. 1996

Benedito T. Muianga, In Jornal SAVANA, *Sérgio Vieira Mente.* Maputo, 8.10.1999.

BENOT, Yves, *Ideologias das independencias africanas*, Sá da Costa Editora. Lisboa, 1981.

BESANON, Alain, *Memória não retém atrocidades do comunismo,* www.geocities.com/Athens.Acropolis/6634/alain.htm 19/10/ 2001.

BERTULLI, Cesare, *A Cruz e a espada em Moçambique*, Portugália Editora, Lisboa, 1974.

BUCUANE Aurélio J., *O nacionalismo moçambicano, o surgimento e Dissolução da Udenamo (1930-1962)*, UEM, CEA, TS 180.

CABRITA, João, *Mozambique – The tourtuous Road to Democracy,* Palgrave, London 2000.

Carlos Esteves, Correspondência para o autor, 24 de Fevereiro de 2003

Cândido Mondlane, In jornal DOMINGO, Maputo, 31 de Janeiro de de 1999

PIRES, A. & CAPSTICK, F., *Ventos de destruição*, Bertrand Editora Chiado, 2002.

Universidade de Coimbra, *Centro de Documentação 25 de Abril* http:/www.uc.pt/cd 25ª

CHISSANO, Joaquim,*Génese da Frente de Libertação de Moçambique*, In SAVANA, Maputo, 12 de Abril de 2002.

CHRISTIE, Iam, *Samora -Uma Biografia* , Editora Ndjira, Maputo, 1996.

Tipografia Nunes, Lda, *Colonialismo e Lutas de Libertação*, Porto, 1974.

Diario de Notícias, Lisboa, 31 de Março de 1972

Diario de Notícias, Lisboa, 18 de Julho de 1972

DICKI, J. e RAKU, A., *Who's Who in África*, African Development, UK, 1973.

Dr. Miguel Murupa, Diversa correspondência para o autor, Julho de 2001

DUARTE, A. e SERAFIM, J., *Confissões do 25 de Abril*, Âncora editora, Lisboa, 1999.

DTI, *O processo Revolucionário da guerra popular de libertação.* Coleção Textos e documentos da Frelimo, Maputo, Março de 1977.

Estudos Moçambicanos 5/6, CEA, Maputo, 1986.

Francisco Nota Moises, Diversa correspondência para o autor, 26.02. 2002 à 15.08.2002.

Fanuel G. Malhuza, Maputo, 1998, In *TVM*, Programa *No Singular,* conduzido pelo jornalista Emílio Manhique.

Frederic Laurent e N. Sutton, *The assassination of Eduardo Mondlane,* Darty Work 2: The CIA in Africa, Secaucus, New Jersey, 1979.

FOMBE, B., *E o padre Estêvão Paulo Mirasse candidato Sérgio Vieira*?., SAVANA, Maputo, 10.12.1999.

FRELIMO, *Documentos Base*, Maputo 1976 –Tempográfica, 1976

FRELIMO, *A Voz da Revolução*, Julho de 1970.

GIBSON, Richard, *African Liberation Moviment – Conteporary Struggle against white minority rule*, Institute of Race Relations, London, 1972.

GUERRA, João P., *Memórias das Guerras Coloniais*, Edições Afrontamento, Porto, 1994.

GUERRA, João P., *SAVIMBI, Vida e Morte*, Bertrand Editora,2002

GWAMBE, Hlomulo C., Carta ao director do Bureau of Africans Affairs, Accra, 23 de Julho de 1962 (Colecção João Cabrita).

História de Moçambique, Vol. 2, Livraria Universitária, Maputo, 1999.

HONWANA, J. e MUTACA, L. *Joint Statment by the Frelimo representatives in United Arab República and Sweden*, UEM, CEA, Pasta 23, Quota 23/E.

Jaime M. Khamba, *The truth about the formation of Frelimo* (documento cedido ao autor por Lutero Simango).

Janet Mondlane, "*Um filho especial de um país especial*". In *METICAL* n°403, Maputo, 28.1.1999.

JARDIM, Jorge, *Moçambique Terra Queimada* – Editorial Intervenvenção, Lisboa 1976

JASPERS, Karl, La *culpabilité Allemande*, Paris, Ed. Minuit, 1948.

JEASON, Francis, Esprit, Abril de 1950

João Cabrita, In Jornal SAVANA 23 de Fevereiro, 2001.

Joaquim Chissano, Beira, Setembro de 2001, Discurso por ocasião da reunião de quadros da Frelimo.

Jornal **EXPRESSO**, Lisboa, 10 de Maio de 1975.

Jornal **A TRIBUNA**, Lourenço Marques, 14 de Maio de 1975

Jornal **DOMINGO** Maputo, 10 de Junho de 1990

Jornal **DOMINGO** nº 601,Maputo, Dezembro de 1993.

Jornal **DOMINGO** n°901, Maputo, Maio de 1999.

Jornal **NOTÍCIAS**, Maputo, 24 de Maio de 1999

Jornal **SAVANA**, Maputo, 10 de fevereiro de 1995

Jornal **SAVANA,** Maputo, 20 de Outubro de 2000

Jornal **SAVANA,** Maputo, 05 de Setembro de 2003.

John D. Blacken, Department of State. Airgram Confidential, Dar es-Salam, October, 22, 1962 (Colecção João Cabrita).

JOHNSON, R. W., *How Mugabe came to power*, http://www.lrb.co.uk/v23/n04/john01 .html

LARA, Lúcio, *Um amplo movimento* Vol.1, Edicção Lúcio e Ruth Lara, Luanda 1998.

KI-ZERBO, Joseph., *História da África Negra.* Vol. II, Publicações Europa America, 1991.

MACHEL, Samora, In *Relatório do Comité Central ao III Congresso da Frelimo*–Departamento do trabalho ideológico da Frelimo Maputo, 1977.

MACQUEEN, Norrie, *A Descolonização da África Portuguesa.* Editorial Inquerito, Portugal, 1998.

MAGODE, José, Moçambique –*Etnicidades, Nacionalismo e o Estatado–Transição Inacabada.* CEEI e ISRI. Cegraf, Maputo 1996

MANGUEDZI, Nadja, *O meu coração está nas mãos de um negro* CEA, Maputo 1999.

Marcelino dos Santos, TVM, Maputo, Fevereiro 1999 – Ao jornalista Júlio Bicá por ocasião de 3 de Fevereiro aniversário da morte de Eduardo Mondlane.

MARTELO, David, *1974 Cessar - fogo em África,* Publicações Europa-América, 1974

MARTINS, Hélder, *Porquê Sakrani* – Editorial Terceiro Mundo, Maputo, 2001.

Mateus P. Gwengere, *Carta de Tabora*, Tabora, 16 de Novembro,1972.

MESQUITELA, Clotilde, *Moçambique – Sete de Setembro – Memórias da Revolução*, Ediçoes A RUA, Lda, Lisboa.

MONDLANE, Eduardo C., *Role conflict, Reference Group, and Race*, Northwesters University, Evanston, Illinois, February, 1960.

MONDLANE, Eduardo C., *Ethnocentrism and social definition of race as in-group determinants*, Northwesters University, Evanston, Illinois, January, 1956.

MOREIRA, Adriano, *Ciência Política*, Liv. Almedina, Porto, 1992.

NAMASHULUA, M., Carta aos membros do Comité Executivo da UNEMO, 21 de Maio de 1968.

NGOENHA, Severino E., *Das Independências Às Liberdades*, Edições Paulinas-África, 1993

NUNES, Artur F. , *Alguns factos da História de Moçambique nas Vésperas da sua independência*, Separata do nº11 da Revista Africana, Universidade Portucalense, Porto, 1992.

NOTÍCIAS DA BEIRA, Beira, 24 de Agosto de 1974.

NOTÍCIAS DA BEIRA, Beira, 7 de Julho de 1974.

NOTICIAS DA BEIRA, Beira, 14, 15, 16 de Outubro de 1975.

OLIVEIRA, Barradas, *Quando os Cravos Murcham - Meio milhão de Mortos.*, Edições Fernando Pereira, Lisboa, 1984.

Óscar Monteiro, RTP, Programa *Independencia já!*, Novembro / Dezembro, 2001.

PIDE, Confidencial nº 822-SC/CI (2)., 18 de Agosto de 1967.

QUINTINHA, Santana, *O terrorismo e os partidos subversivos no Ultramar portugues*, Tipografia António Coelho Dias, Lda, Lisboa, 1973.

Rádio Moçambique, 08:22 TMG., 9 de Jeneiro de 1990.

Rádio Moçambique, Cassete alusivo a 25° aniversário da fundação da Frelimo, Maputo 1987.

Revista **AFRICASIA** nº 3, Paris, 24 de Novembro de 1969.

Revista **Pública** – J. **Público,** Nº 4368 20 de Julho de 2003.

Revista **SCOPE**, Pretória 11 de Fevereiro de 1983.

Revista **TEMPO,** Maputo 25 de Julho de 1976.

Revista **TEMPO**, Maputo, 10 de Outubro de 1976.

RODRIGUEZ, C. R., *Lenine e a questão colonial*, Iniciativas Editoriais, Lisboa.

SAAVEDRA, Ricardo, *A confissão de Uria Simango*,"Aqui Moçambique Livre"., Livraria Moderna, Johannesburgo, 1975.

SAMUEL, Silvério P.E., *Pensamento Político Liberal de Eduardo Chivambo Mondlane – Da América do Norte para a África Subsahariana*, Universidade Católica Portuguesa, 2003.

SANTOS, B. Oliveira, *Histórias Secretas da PIDE / DGS*, Editora Nova Arrancada, Lisboa 2000.

SANTOS, A. A. , *A Revolução e a questão colonial. Que descolonização?* Instituto de História Contemporânea – site na Internet.

Sérgio Vieira, In Jornal DOMINGO, Maputo 24 de Setembro de 2000.

Sérgio Vieira, In *TVM,* programa alusivo as bobas de prata da independência nacional. Maputo, 22.6.2000, 20h45.

Sérgio Vieira, In Jornal DOMINGO nº 1129, Maputo, 7 de Setembro de 2003.

SOPA, António (editor), *Samora-Homem do Povo,* Maguezo Edito-Lda, Maputo 2001.

SPÍNOLA, António, *País sem Rumo*, Editora Scire 1978.

SPÍNOLA, António, *Portugal e o futuro*, Arcádia, Lisboa, 1974.

SCHLSINGER, A. M. JR., *Robert Kennedy and His Times*, Ballantine Books, N.York, 1978.

Thomas R. Byrne, Departament of State, Airgram Confidential, Dar-es-Salam, July, 10, 1962. (Colecção João Cabrita).

Thomas R. Byrne, Departament of State, Airgram Confidential, Dar-es-Salam, June, 26, 1962 (Colecção João Cabrita).

Thomas R. Byrne, Department of State, Airgram Confidential, Dar-es-Salam, June, 29, 1962. (Colecção João Cabrita).

Thomas R. Byrne, Department of State, Airgram Confidential, Dar-es-Salam, November, 6, 1962.(Colecção João Cabrita)

Thomas R. Byrne, Department of State, Airgram Confidential, Dar-es-Salam, July, 10, 1962. (Colecção João Cabrita).

The Rhodesia Herald, Salisbúria, 4 de Abril de 1962.

UNGAR, Sanford J., *Africa, the People and Politics of an Emerging Continent,* 3° Edição. A touchstone book published by Simon & Schuster. Inc., New York.

Uria T. Simango, Memorandum ao Comité de Libertação da OUA, Dar es-Salam, 17 de Fevereiro de1972.

Uria T. Simango, *Situação Sombria da Frelimo*, Dar es-Salam, 3 de Novembro de 1969.

TVM, Programa especial, alusivo ao 15° aniversário da morte de Samora Machel. Maputo, Outubro de 2001. Programa modelado pelo jornalista Hélio Jonasse.

VERIMBO, B. Joaquim, *How a Jungle Boy Become a Doctor*, Obra não publicada.

Voz da África Livre, Junho de 1982.

Voz da Revolução, Dar es-Salam, Junho de 1969.

Willian L. Wigth Jr., Department of State. Memorandum de conversasões, 16 de Maio de 1861.

WILLIAMS, G., et al, *The dictionary of Contemporary Politics of Southern África*, Routledg, London, 1988.

POST SCRIPTUM

Nos momentos derradeiros da publicação deste livro, o autor toma conhecimento do desaparecimento físico de mais um gomo da genealogia dos Simango Wadja. A 18 de Janeiro de 2004, Maúca Simango, o filho caçula do Rev. Uria Simango, é encontrado morto na cidade do Porto em Portugal, com indícios de ter tido uma morte violenta.

"*Uria Simango Um homem, uma causa*" é um livro de história da história do Moçambique mais recente. Um início do reescrever há muito esperado. A consistência das provas que o autor apresenta é de tal modo irrefutável, que não só a confirmam também alguns dos instrumentalizados de então, que hoje se dizem arrependidos, como mesmo os seus mandantes, bajuladores e cúmplices o fazem, quando, em depoimentos transcritos nesta obra de Barnabé, não negam os ignominiosos factos que lhes são imputados, limitamdo-se a hercúleos esforços visando reescrever agora a História desse período, para, em vão, a todo o custo se auto-justificarem!

Trata-se de uma obra apaixonada, onde o autor não esconde a simpatia que nutre pela figura do Rev. Uria Simango e pela causa da sua luta, o que, aos olhos de alguns, pode, de certa forma, ferir o princípio de imparcialidade exigido na pesquisa e relato de fenómenos sociais de natureza histórica. Contudo, nada retira à grandeza da obra. Barnabé Lucas Ncomo apresenta documentos inéditos ou no passado recente, por conveniência, escamoteados, a par de depoimentos de testemunhas credíveis, identificadas e presenciais, sobre a natureza, a evolução e o desfecho da crise que, em momento decisivo, se desenrolou na direcção da Luta Armada de Libertação de Moçambique. Penetra de forma progressiva e impressionante nas amálgamas do processo da luta de um povo e da singular descolonização portuguesa, cruza os factos de um modo jamais visto em pesquisas sobre a história recente de Moçambique e, com segurança, concluí: Os moçambicanos vivem uma "longa mentira", que se perpectua a bem dos interesses de um certo grupo de indivíduos.

Grande é o mérito desta obra pela susceptibilidade de vir a espevitar a memória colectiva dos estudiosos da História Nacional do Moçambique mais recente, de modo a que, no caminho dos Acordos de Roma de 04 de Outubro de 1992, se marche para um genuíno processo de Paz e de Reconciliação Nacional, reconhecendo, sem mentiras nem ódios reacendidos, as páginas trágicas na gesta gloriosa dos Libertadores da Pátria moçambicana.

Benedito Marime